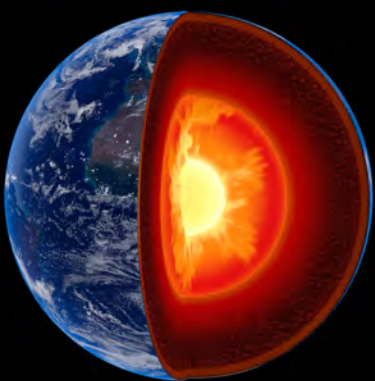


SEP

SISTEMA DE ENSINO  
PREPARAENEM

HUMANAS



1



# CIÊNCIAS HUMANAS

Volume 1 - 2ª Edição

Goiânia  
**CLASSIS EDITORA**  
2016



**CLASSIS**  
EDITORA

**SISTEMA DE ENSINO PREPARAENEM - HUMANAS**

**Volume 1**

©2016 PREPARAENEM

#### **AUTORES**

Caius Vinícius de Oliveira Gomes  
Renato Fagundes Pereira  
Mateus Bezerra

#### **DIREÇÃO EDITORIAL**

Alexandre Pullig Corrêa

#### **COORDENAÇÃO DE ARTE**

Gedson Clei Ribeiro Alves

#### **CAPA**

Gedson Clei Ribeiro Alves

#### **IMAGEM DE CAPA**

shutterstock.com

#### **EDIÇÃO DE ARTE**

Alex Alves da Silva  
Gedson Clei Ribeiro Alves  
Luiz Felipe Magalhães

#### **REVISÃO**

Alex Alves da Silva  
Alexandre Pullig Corrêa  
Cristiano Siqueira  
Danielle Pullig Corrêa  
Gedson Clei Ribeiro Alves  
Yani Rebouças de Oliveira

#### **PREPARAÇÃO DE TEXTOS**

Alexandre Pullig Corrêa  
Cristiano Siqueira

#### **PROJETO GRÁFICO**

Gedson Clei Ribeiro Alves  
Alexandre Pullig Corrêa

#### **DIAGRAMAÇÃO**

Gedson Clei Ribeiro Alves

Goiânia - 2ª edição - 2016

#### **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

#### **PREPARAENEM**

Rua 36, nº 172, Quadra H18, Lotes 08-16, Setor Marista  
CEP: 74.150-240, Goiânia-GO.  
Fone: +55 (62) 3877 3223  
contato@grupopreparaenem.com.br

**ISBN: 978-85-88249-16-5**

#### **IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

POLIGRÁFICA

“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Pensar em termos de competência significa pensar a sinergia, a orquestração de recursos cognitivos e afetivos diversos para enfrentar um conjunto de situações que apresentam analogias de estrutura.”

*Philippe Perrenoud*

Caro estudante,

Os novos desafios e mudanças propostas para a melhoria da educação brasileira têm provocado significativas transformações, exigindo mudanças tanto por parte da escola como por parte dos estudantes do ensino médio.

Nossa tradição escolar ainda tem muito do enciclopedismo iluminista. Muitos educadores ainda acreditam que devem fazer com que os alunos absorvam todo o conhecimento que existe no mundo, o que é impossível.

O novo aprendizado deve promover, não apenas a mera reprodução de dados, mas sim ajudá-lo a responder às transformações da sociedade e da cultura em que está inserido, desenvolvendo a capacidade cognitiva de interpretar textos, solucionar problemas e relacionar diferentes áreas do conhecimento.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua criação em 1998, procura avaliar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao término do ensino médio. Em 2009 o ENEM foi reformulado e, a partir de então, ganhou maior importância no cenário nacional, tornando-se o principal instrumento de seleção para as universidades no país. Ademais, ainda é o primeiro passo na promoção de um novo currículo para o ensino médio do Brasil.

A adoção do ENEM por todas as instituições federais de ensino superior do país em 2013 e os constantes recordes de candidatos inscritos, revela que, além de ser hoje a forma principal de conquistar a tão sonhada vaga no curso superior, o exame está cada vez mais concorrido.

Com o intuito de oferecer condições mais efetivas para o aprendizado e o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas pelo exame, o Sistema de Ensino PreparaEnem (SEP), apresenta os conteúdos de forma a desvendar os mistérios do exame, e de outros vestibulares, para garantir a você uma preparação completa e eficaz.

## MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

EIXOS COGNITIVOS .....	08
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS.....	08
OBJETOS DE CONHECIMENTO ASSOCIADOS.....	11

### FRENTE A

PENSANDO SOBRE O BRASIL COLONIAL .....	13
O ENCONTRO DOS MUNDOS .....	13
PERÍODO PRÉ-COLONIAL (1500 - 1530) .....	14
Exercícios Resolvidos .....	19
Exercícios de Fixação.....	21
Enem e Vestibulares.....	22
PERÍODO COLONIAL (1530-1808).....	25
A BASE ECONÔMICA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL.....	31
Exercícios Resolvidos .....	38
Exercícios de Fixação.....	39
Enem e Vestibulares.....	41
UNIÃO IBÉRICA E RESTAURAÇÃO (1580 - 1640).....	44
PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO .....	50
Exercícios Resolvidos .....	56
Exercícios de Fixação.....	57
Enem e Vestibulares.....	57
MINERAÇÃO NO BRASIL COLONIAL.....	61
Exercícios Resolvidos .....	67
Exercícios de Fixação.....	68
Enem e Vestibulares.....	70

### FRENTE B

IDADE ANTIGA .....	74
CALENDÁRIO E PERIODIZAÇÃO.....	76
ANTIGUIDADE ORIENTAL .....	76
ANTIGO IMPÉRIO (3.200 A.C – 2000 A.C) .....	80
MÉDIO IMPÉRIO (2000 A.C – 1580 A.C).....	80
NOVO IMPÉRIO (1580 A.C – 1525 A.C) .....	80
OS SUMÉRIOS .....	82
ANTIGUIDADE CLÁSSICA.....	86
ESPARTA.....	89
ATENAS.....	90
IMPÉRIO MACEDÔNICO .....	95
ROMA ANTIGA .....	96

<b>PERÍODO MONÁRQUICO (753 A.C – 509 A. C)</b> .....	97
<b>PERÍODO REPUBLICANO (509 A. C – 27 A.C)</b> .....	98
<b>IMPÉRIO ROMANO</b> .....	102
<b>CRISTIANISMO EM ROMA ANTIGA</b> .....	104
Exercícios Resolvidos .....	110
Exercícios de Fixação.....	110
Enem e Vestibulares.....	111
<b>A CONSTRUÇÃO DA EUROPA MEDIEVAL</b> .....	119
<b>O IMPÉRIO BIZANTINO</b> .....	120
<b>A EUROPA FEUDAL</b> .....	123
<b>A EUROPA DA ALTA IDADE MÉDIA</b> .....	124
<b>O REINO CRISTÃO DOS FRANCOS</b> .....	127
<b>NASCIMENTO E EXPANSÃO DO ISLAMISMO</b> .....	134
<b>A ÁFRICA DURANTE A IDADE MÉDIA</b> .....	137
<b>A CHINA MEDIEVAL</b> .....	140
Exercícios Resolvidos .....	149
Exercícios de Fixação.....	150
Enem e Vestibulares.....	152
<b>FRENTE C</b>	
<b>CARTOGRAFIA</b> .....	155
Exercícios Resolvidos .....	170
Exercícios de Fixação.....	171
Enem e Vestibulares.....	174
<b>GEOLOGIA</b> .....	181
Exercícios Resolvidos .....	191
Exercícios de Fixação.....	192
Enem e Vestibulares.....	194
<b>FRENTE D</b>	
<b>GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA</b> .....	201
Exercícios Resolvidos .....	206
Exercícios de Fixação.....	207
Enem e Vestibulares.....	209
<b>FRENTE E</b>	
<b>GEOPOLÍTICA</b> .....	215
<b>SOCIALISMO</b> .....	219
<b>GUERRA FRIA</b> .....	219
Exercícios Resolvidos .....	225
Exercícios de Fixação.....	226
Enem e Vestibulares.....	229
<b>GABARITOS</b> .....	235

## MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

### EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)

I. Dominar linguagens (DL)	dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
II. Compreender fenômenos (CF)	construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
III. Enfrentar situações-problema (SP)	selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
IV. Construir argumentação (CA)	relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
V. Elaborar propostas (EP)	recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

## CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

### Competência de área 1

Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

H1	Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
H2	Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
H3	Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

H4	Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
H5	Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

## Competência de área 2

Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

H6	Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
H7	Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
H8	Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
H9	Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
H10	Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

## Competência de área 3

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H11	Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
H12	Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
H13	Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
H14	Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
H15	Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.



# MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

## Competência de área 4

Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16	Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
H17	Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
H18	Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
H19	Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.
H20	Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

## Competência de área 5

Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21	Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.
H22	Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.
H23	Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.
H24	Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.
H25	Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

## Competência de área 6

Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26	Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.
H27	Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos.
H28	Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.
H29	Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.
H30	Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

## OBJETOS DE CONHECIMENTO ASSOCIADOS À MATRIZ DE REFERÊNCIA

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade

Cultura material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa. Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna. Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial. As lutas pela conquista da independência política das colônias da América. Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação. O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX. Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX. A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana. Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazi-fascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América. Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI. A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas. Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

## Características e transformações das estruturas produtivas

Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências. Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia. Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas. A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais. Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

## Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente

Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional; políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade. Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo. Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro. Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

## Representação espacial

Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.

## PENSANDO SOBRE O BRASIL COLONIAL

O termo Brasil Colonial pode passar uma impressão equivocada, a ideia de que existia uma identidade brasileira ou um ideal de nação nos primeiros séculos de colonização seria um equívoco. O Brasil fazia parte de um amplo Império marítimo sob o domínio da coroa portuguesa, portanto, aqueles que moravam no Brasil Colonial eram portugueses, ou por habitarem a colônia brasileira, por vezes, eram chamados de luso-brasileiros.

Essa relação identitária com Portugal é fundamental para compreender as raízes do Brasil. Em um dos maiores clássicos do pensamento social brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda assim afirmou:

“Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje desterrados em nossa terra. (...) Caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que fomos herdeiros. É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica”.

É fundamental para compreender o Brasil e sua história conhecer essa relação, por vezes, tortuosa entre colônia e metrópole nos primeiros três séculos. O território brasileiro era peça basilar no imaginário português, como aquela que podia representar uma nova vida, cheia de riqueza e prosperidade, estimulando aventureiros e a cobiça da coroa portuguesa, que logo providenciou sua colonização.

Muito do Brasil atual tem uma ligação profunda com o Brasil-português desses três primeiros séculos de colonização, a organização produtiva em latifúndios, o estigma do escravismo e a sociedade patriarcal são heranças amargas e a compreensão dessas estruturas é importante para entender a questão agrária, o trabalho e as relações de gênero da nossa sociedade. A própria dimensão do território brasileiro sofreu uma grande transformação nesse período, do Tratado de Tordesilhas às dimensões próximas das atuais.

A unidade que se segue tem o objetivo de contar algumas dessas histórias, não de julgar o Brasil através de sua história, mas de compreendê-lo na sua complexidade. Por exemplo, como foi a experiência das invasões holandesas? Como a catequização atuou na sociedade colonial? Como os bandeirantes contribuíram na expansão do território brasileiro? São questões aqui propostas para que possamos pensar sobre.

## O ENCONTRO DOS MUNDOS

Tradicionalmente, iniciamos a História do Brasil com o “Descobrimento” em 1500, realizado por Pedro Álvares Cabral. No entanto, não poderíamos começar por essa data fundadora sem antes esclarecer as posições historiográficas que ela trás consigo. O termo “Descobrimento” do Brasil parte de uma concepção eurocêntrica e negligencia as civilizações que existiam no Brasil antes da chegada dos portugueses. Nas últimas décadas os historiadores têm experimentado noções que conseguem expressar melhor esse acontecimento histórico, entre eles, “Achamento”, “Encobrimento” e “Encontro”.



“Desembarque de Cabral em Porto Seguro” – Oscar Pereira da Silva – Pintor brasileiro (1865-1959)

A busca por um termo que conseguisse representar melhor a chegada dos portugueses ao Brasil se insere numa tradição historiográfica revisionista, ou seja, os historiadores retornam a narrativas tidas como unânimes, no nosso caso a “Descoberta” do Brasil, e reveem os termos, seriam mesmo os portugueses descobridores? O termo “Descobrimento” parte de uma concepção de que o outro, o descoberto, não existia ou que as civilizações que existiam no Brasil só teriam a sua história a partir daquele momento. Foi, principalmente, por uma preocupação antropológica, que busca se colocar no lugar do outro, de que as civilizações possuíam uma história antes da chegada dos portugueses que o termo “Descobrimento” foi questionado. O termo “Achamento”, neologismo da língua portuguesa, destacava o acidente Europeu no encontro do Brasil, que não foi um processo planejado, que o encontro da América foi um por acaso na busca europeia de chegar às índias. O Achamento, em certo sentido, questionava o eurocentrismo, afinal, expressava que a descoberta do Brasil não foi algo arquitetado pela inteligência europeia, mas um erro no caminho das índias. No entanto, os povos que viviam no Brasil eram representados por essa noção como acidente, antropológicamente, o “achamento” não conseguia descrever a importância e o lugar necessário dessas civilizações.

O termo “Encobrimento” foi mais comum na historiografia que lida com o debate do contato entre europeus e americanos na América Espanhola. Essa terminologia tenta retratar o processo violento e genocida que foi a chegada europeia no continente americano. Na História do Brasil esse termo não foi empregado com tanta frequência. O “Encobrimento” aos poucos também foi questionado, afinal, se de um lado ele retrata o processo violento europeu, de outro, ele descreve um americano passivo, secundário e que não era sujeito da sua própria história. Destacar somente o processo violento que foi o contato Europeu – Americano também recaía no mesmo erro das outras terminologias, não dava o verdadeiro valor às civilizações americanas.

É nesse sentido, que o termo “Encontro” hoje é o mais utilizado para representar o contato entre portugueses e os brasis – povos que habitavam o Brasil. Porque ele consegue demonstrar que a chegada dos portugueses no Brasil foi o encontro de duas civilizações, que até aquele momento viviam suas histórias de forma isolada, mas que a partir daquele momento, um e o outro estariam intimamente ligados. A terminologia “Encontro”, portanto, atende a reivindicação antropológica de compreender os dois lados da história. É fundamental, no entanto, não cair na armadilha do darwinismo social do século XIX, que entedia que os povos americanos estavam, no momento do encontro, em um estágio inferior da civilização. As civilizações possuem sua historicidade própria, não existe uma linha evolutiva, cada cultura, cada povo possui sua própria organização, noção de tempo e concepção de mundo, respeitar essas diferenças e sua historicidade é justamente uma das funções do pensamento histórico.

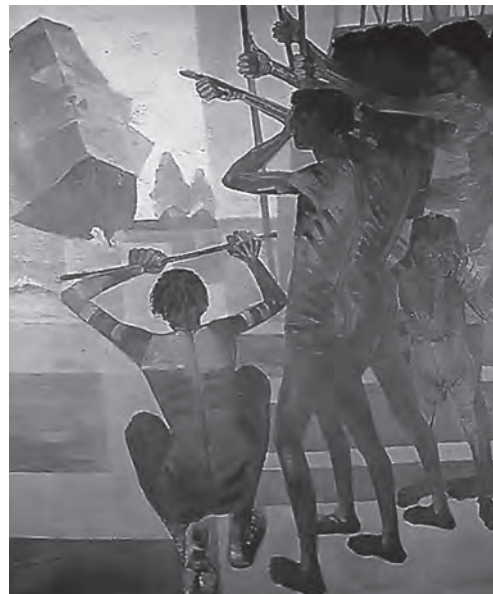
## PERÍODO PRÉ-COLONIAL (1500 - 1530)

### PAU- BRASIL

No primeiro momento não houve interesse português em colonizar o Brasil, por isso esse período é chamado de Pré-colonial, ou seja, antes da colonização. Nesse período os portugueses estavam com sua atenção voltada para o Oriente. No entanto, várias expedições foram enviadas até o Brasil com o objetivo de tomada de posse, de reconhecimento e de proteger o litoral contra possíveis invasores, entre elas as expedições chamadas de guarda-costas.

Além das expedições, outra característica marcante desse período é a exploração do pau-brasil. Para fins didáticos, podemos dizer que a exploração do pau-brasil era baseada em três fatores: estanco, escambo e a feitoria. O estanco era uma prática portuguesa que definia o monopólio sobre determinados produtos, ele podia ser realizado pela coroa ou a coroa o concedia mediante compra ou leilão a grupos de comerciantes. O primeiro mercador que arrematou o estanco do pau-brasil foi Fernão de Noronha em 1502.

A extração do pau-brasil exigia o reconhecimento do território e grande esforço físico, foi nesse contexto que o português estabeleceram uma relação de troca com os nativos, os brasis (os nativos que extraíam o pau-brasil) e os brasileiros (os portugueses que comercializavam o pau-brasil), essa relação de troca é chamada de escambo. É um mito criado por algumas narrativas que o escambo era realizado com os nativos por bugigangas, na verdade os produtos mais comuns, que eram envolvidos pelos portugueses no escambo, eram produtos que exigiam a metalurgia de ferro.



*“O Descobrimento do Brasil” – Cândido Portinari  
Pintor brasileiro (1903-1962)*

Os nativos desconheciam a metalurgia, em troca do pau-brasil, normalmente, recebiam facas, machados, anzóis, enxadas que facilitavam a sua produção de subsistência. O escambo era realizado na feitoria, espaço de troca e comercialização com a população local. O sistema de feitoria já estava sendo utilizado pelos portugueses nas ilhas e no litoral africano. A feitoria era o espaço ou ponto de encontro entre a população local, nativa, e os comerciantes, algumas vezes eram construídos barracões para abrigar as mercadorias.



"Derrubada do 'Pau-brasil', Frei André Thévet  
Frade franciscano francês e escritor (1502-1590).

O pau-brasil era, sem dúvida, o principal produto de interesse dos comerciantes portugueses, usado como corante natural ou na fabricação de móveis. No entanto, é importante ressaltar que outros produtos provenientes do Brasil também alcançavam interesse econômico na Europa, entre eles, papagaios, araras e saguis, e ainda, ervas aromáticas advindas da Mata Atlântica. Na Itália, nada era mais elegante que uma bela dama florentina levando no braço um papagaio preso a uma corrente de ouro. Se o nome Brasil, se deve em grande parte a exploração de pau-brasil, por pouco não fomos batizados de terras dos Papagaios, nome tão usual quanto Brasis nos mapas da época. Mesmo não sendo o pau-brasil o único produto extraído no Brasil, estimasse que um navio com cargas da Índia valia sete vezes mais que com cargas vindas do Brasil, isso explica, de certa maneira, a atenção dos portugueses ao oriente.

## EUROPEUS E NATIVOS

É importante destacar que, em comparação com a América Espanhola, o contato entre nativos e portugueses no período pré-colonial no Brasil foi profícuo. Inicialmente caracterizado pelo escambo, é a partir de 1530 que o nativo começaria a ser reduzido a escravidão. Nos quase 200 quilômetros de litoral brasileiro viviam aproximadamente 1 milhão de brasis entre os quais predominava o povo tupi-guarani, principalmente dois de seus subgrupos: Os Tupiniquins e os Tupinambás. Estes povos se caracterizavam por ser caçadores e coletores e praticavam uma horticultura de subsistência baseada no milho, na batata-doce, nas vagens e na mandioca. Os brasis introduziram os europeus no conhecimento das coisas do novo mundo: a caça, a pesca, o plantio, os caminhos e a geografia. Enfim, ensinaram-lhes a viver em um meio ecológico desconhecido, cedendo moradia e até suas filhas e irmãs (daí a origem de uma prática chamada de cunhadismo).

Essa relação entre brasis e portugueses, podemos dizer, pacífica, começa a se alterar com outras presenças europeias diferentes da portuguesa no litoral brasileiro: a francesa. O desenvolvimento da produção têxtil da França exigia quantidades crescentes de corantes naturais, entre eles o pau-brasil. Esse fator levou os franceses a visitarem e estabelecerem alianças com os brasis. Começava no litoral brasileiro uma disputa pelo controle das reservas do pau-brasil, estimuladas por conflitos já existentes entre grupos nativos rivais. Os franceses, chamados pelos brasis de mair, se aliaram aos tupinambás e os portugueses, chamados pelos brasis de peró, se aliaram aos tupiniquins.

TEXTO COMPLEMENTAR

## UM PARAÍSO MISTERIOSO CHAMADO BRASIL

*Os viajantes europeus que estiveram no país a partir do século XVI o retrataram como um éden reencontrado, repleto de criaturas e paisagens fantásticas*

Mônica Cristina Corrêa

Depois de ter revolucionado o Velho Mundo há mais de cinco séculos, a descoberta da América, em particular da América do Sul, continua a exercer certo fascínio sobre a Europa. Seus habitantes parecem não ter isolado o continente sul-americano da visão de uma floresta exuberante, da composição multirracial da população e do suposto componente erótico. As visões exóticas do Novo Mundo persistem, alimentadas por uma grande dose de imaginação.

Marcando a diferença entre uma Europa já civilizada e uma terra virgem e verde, os viajantes que passaram pela América a partir do século XVI produziram uma literatura que refletiu imagens de um mundo novo de fato. Com o tempo, alguns aspectos dessas descrições se tornaram estereótipos e até mitos.

Nos relatos dos europeus, o Brasil sempre apareceu como um misto de paraíso e terra repleta de perigos, onde a selva (e a selvageria) se sobrepõe à realidade urbana; onde praias paradisíacas e animais estranhos convivem em uma paisagem marcada pela abundância, pela fertilidade e pelo erotismo desprendido. Antes eram os relatos misturando ficcional e narrativa documental e os livros de viagem ilustrados com imagens (muitas vezes irreais) de animais bizarros, florestas infundas e estranhos habitantes nus. Hoje, são os panfletos turísticos, as imagens televisivas, as reportagens e fotografias que difundem cenas de uma mistura de paraíso e “terra incógnita”, cheia de emboscadas e perigos.

Desde os primórdios, a concepção europeia do novo continente teve duas facetas, completamente opostas: por um lado, a terra era vista quase sempre como um éden; por outro, o homem aparecia demonizado. São, pois, intermináveis os exemplos de exaltação da abundância de vegetação, da quantidade de espécies – seja da fauna ou da flora – da exuberância e até da longevidade (relatos mencionam que os índios chegavam a 180 anos!) proporcionada pelo clima esplêndido do Brasil. Com o mesmo peso, registrava-se o espanto diante dos ritos canibalescos do selvagem.

É curioso que, para os europeus, os nativos eram um povo sem “fé, sem rei e sem lei”; daí concluírem que a língua tupi não tinha os fonemas “f”, “r” nem “l”. Conforme afirma a historiadora Laura de Mello e Souza em seu livro *O diabo e a terra de Santa Cruz*, “Colombo inaugurou assim o movimento duplo que perduraria por séculos em terras americanas: a edenização da natureza, a desconsideração dos homens – bárbaros, animais, demônios”.



*Enquanto a terra era vista quase sempre como um éden, os homens eram considerados primitivos e selvagens, com hábitos que assustavam os viajantes*  
Departamento de História da Marinha, Vincennes

Nesse sentido, uma nação em especial colaborou para a formação de uma imagem do Brasil entre o idílico e o perigoso: a França. Como seus navegadores não colonizaram estas terras, apesar de duas tentativas frustradas (Rio de Janeiro em 1555 e São Luís do Maranhão em 1612), os franceses mantiveram outro tipo de relação com o país. O Brasil passou a ser idealizado na mentalidade desse povo, e a apropriação não se deu no plano material, mas intelectual.

A França foi o país que “colonizou” culturalmente a América Latina, influenciando-a em todas as áreas do saber, em especial nas ciências humanas. No sentido contrário, o Brasil imaginário apresentou-se sempre aos franceses como um universo a ser descoberto a posteriori, como uma terra onde as utopias, como o Fourierismo e o positivismo, poderiam ser implantadas. Visto que a influência francesa foi grande também no Velho Mundo, o país acabou exportando para as demais nações europeias, reforçando-as, as visões imaginárias que construiu do Brasil.

Tais imagens começaram a ser moldadas em uma época de transição no Velho Continente, quando a mentalidade da Idade

Média dava lugar a um novo pensamento, no início da Idade Moderna. Todavia, esse foi um processo lento e parcial, devido à permanência de muitos elementos medievais na visão de mundo dos europeus. Nesse contexto, a América do Sul e, sobretudo, o Brasil surgiram como lugares onde a novidade radical trazida pelo território tropical convivia com imagens e tradições herdadas do ideário medieval.

As novas terras logo passaram a ser vistas como um paraíso, já que, depois de meses de miséria e tormentas nas travessias, o solo virgem apresentava-se como “compensação” aos exploradores europeus. A natureza no Brasil providenciava alimentação e descanso aos viajantes, sombra e água fresca (literalmente), sexo com as nativas após períodos longos de abstinência no mar. O fim do escorbuto parecia um milagre; os acometidos pela doença saravam rapidamente pela ingestão de frutas cítricas. Mas a terra também tinha seu aspecto inóspito, emboscadas e moléstias desconhecidas. Assim, para compreender sua associação com o éden perdido é preciso recorrer ao estudo do imaginário europeu.



*Espantados com animais que nunca haviam visto, os europeus relataram a existência de seres fantásticos, como este peixe com tronco humano descrito pelo português Pero de Magalhães Gandavo*

*Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro*

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Visão do paraíso*, afirma que a percepção que os europeus tinham da América estava ligada à interpretação quase literal que faziam dos textos bíblicos na época dos descobrimentos. Os homens do Velho Mundo acreditavam, então, na existência de uma Idade de Ouro perdida, crença que havia marcado o espírito europeu desde a Antiguidade. O novo território ressurgia como éden reencontrado: “E como, em um e outro caso [bíblico e tradição greco-latina], o paraíso perdido fosse fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens, não é de admirar que ele aparecesse, em vez de realidade morta, como um ideal eterno e, naturalmente, uma remota esperança”, afirma Sérgio Buarque.

Exemplo nítido desse imaginário europeu é um fabliau (poema medieval) sobre a terra da Cocanha, que foi estudado pelo medievalista Hilário Franco Jr. Provavelmente oriundo do norte da França, o poema de 188 versos, de meados do século XIII, conta a história de uma visita a uma terra utópica (Cocanha), paradisíaca, onde imperam a abundância, a ociosidade, a juventude e a liberdade.

O estudo do mito da Cocanha ilustra o contexto de privações em que vivia a Europa e seus habitantes na Idade Média. A busca de uma terra utópica, onde fosse possível trabalhar menos e gozar a vida, parecia estar justamente ali, na paisagem verdejante e atraente do Brasil. Um dos muitos exemplos dessa impressão, registrada na literatura dos viajantes, é o relato que o padre capuchinho francês Claude d’Abbeville fez da expedição que tentou colonizar o Maranhão em 1612, intitulado *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*: “No inverno,

a terra é estéril na Europa, e no Brasil, sempre fecunda: na Europa a terra é horrível no inverno, com a erva morta, as árvores desfolhadas, tudo seco. No Brasil é a verdura permanente, a terra está sempre adornada de belas plantas e de flores diversas e raras”.

A descrição que Abbeville faz do país de fato o aproxima do éden: “Em suma, há no Brasil uma eterna primavera unida ao outono e ao verão. E uma tal suavidade de temperatura que em qualquer época do ano as árvores têm folhas, flores, frutos, os quais dão tal perfume à atmosfera, que os campos serão croceis hallantes floribus hortivatur. Vivem os homens longos anos. A própria terra, as águas, os animais e os peixes, o ar e os pássaros, as flores, são diferentes dos de França em virtude do clima temperado da região. Aí não nos sentimos débeis, pesados e sonolentos, como na Europa durante os grandes calores do estio; ao contrário, sempre nos sentimos ágeis, alegres, bem-dispostos. Na Europa, o grande calor tira a vontade de comer, e no Brasil sempre temos bom apetite. E não por falta de víveres, que os há em abundância, mas são tão excelentes e é o ar temperado e tão boa a disposição do corpo que a digestão é fácil e rápida”.

Somadas as razões reais e imaginárias, o Brasil se torna o paraíso, a grande floresta: é a terra prometida que o europeu “reconhece”, identifica com as descrições bíblicas. O habitante, porém, causa espanto, como demonstra este trecho do livro *As singularidades da França Antártica*, do frade francês André Thévet, que participou da tentativa frustrada de co-



lonizar o Rio de Janeiro em 1555: “Esta região era e ainda é habitada por estranhíssimos povos selvagens, sem fé, lei, religião e nem civilização alguma, vivendo antes como animais irracionais, assim como os fez a natureza, alimentando-se de raízes, andando sempre nus tanto os homens quanto as mulheres, à espera do dia em que o contato com os cristãos lhes extirpe essa brutalidade, para que eles passem a vestir-se, adotando um procedimento mais civilizado e humano”.

O caráter supostamente bárbaro dos índios também é atestado pelo relato de Claude d’Abbeville: “Deus, na sua infinita bondade, fez dessa região um lugar de delícias. Tantas são que se diriam feitas para atrair o habitante do país ao conhecimento de Deus ou, pelo menos, à admiração da excelência do soberano obreiro: entretanto, não creio que tenha jamais havido nação mais bárbara, mais cruel e desumana do que essa”.

No século das Luzes, essa imagem dos povos do Novo Mundo seria objeto de reflexão para os franceses e europeus: inicialmente demonizado, o selvagem passou a ser, sobretudo sob a pena de Jean-Jacques Rousseau, o “bom selvagem”, o homem livre da civilização que o corrompe. O homem cruel, possuído pelo demônio, transformou-se num ser simpático, afável, receptivo, livre, digno de seu éden natural e da inveja do europeu, tão carente de espaço, de abundância, de calor, de ócio. A floresta virgem e o homem refletiam a necessidade do europeu de fugir de um entorno viciado. E o brasileiro teria herdado do bom selvagem os traços de afabilidade e descontração, além de uma tendência a viver em harmonia com a natureza.

No entanto, as visões preconceituosas, ligadas à selvageria primitiva, também sobreviveram aos séculos: a mestiçagem, por exemplo, foi considerada perniciosa pelo cientificismo que passou a dar o tom das viagens dos europeus a partir do século XVIII. O Brasil, com sua imensa quantidade de florestas, era ambiente ideal para pesquisas e descobertas. Além disso, a corrida do ouro e outras riquezas mantinham-no como destino propício. No século XIX, na época do Segundo Império, o Brasil, de “terra prometida”, passou a ser destino para fortuna fácil. Encarado como jovem nação, também estaria prestes a acolher uma “ação civilizadora” da Europa, mentora política e cultural. A França, mais uma vez, sobressaiu nesse papel.



O país da Cocanha, terra imaginária onde imperam a abundância, a ociosidade, a juventude e a liberdade, foi um dos mitos medievais projetados sobre o Novo Mundo  
Antiga Pinacoteca, Munique



Desde o Renascimento, os mistérios da Amazônia sempre excitaram a imaginação dos exploradores estrangeiros. Para muitos, a floresta ainda hoje é um reservatório de sonhos  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Apesar das mudanças, o Brasil sempre ressurgiu como um lugar longínquo, berço de muitas fantasias para o estrangeiro. As praias idílicas e o Rio de Janeiro do samba e do calor estão entre os principais destinos turísticos dos europeus que continuam a visitar o país. Além disso, a Amazônia segue fascinando os estrangeiros. Eles a veem como um reduto ameaçado e cheio de mistérios, que devem permanecer intocados. Para muitos, a floresta continua a ser um reservatório de sonhos.

Os mistérios da Amazônia, porém, não são hoje os mesmos do século XVI. Em seu livro *O pensamento mestiço*, o historiador francês Serge Gruzinski mostra que mesmo essa idealização passa por uma espécie de “atualização através do tempo”: “Desde o Renascimento, os mistérios da grande floresta excitaram todos os imaginários, fossem eles espanhóis, portugueses, franceses, ingleses ou italianos: (...) por último, as ameaças que hoje pairam sobre essa região do globo introduzem uma tensão dramática que a tornam ainda mais atraente. A Amazônia está se transformando num paraíso perdido, se é que já não se transformou”.

E uma vez que a história se faz a partir do real e do imaginário, e que as fronteiras entre ambos nem sempre são nítidas, o papel do Brasil para os europeus, com suas imagens cristalizadas, ainda está atrelado à ideia da terra prometida. Daí o escritor austríaco Stefan Zweig o chamar de “país do futuro”. Destino eleito por aqueles que desejam mudar radicalmente de clima; território adequado para certos investidores e para turismo exótico; lugar perigoso: todos esses aspectos

da visão do Brasil na Europa descendem do imaginário construído pelos antigos viajantes, que permanece vivo e continua a determinar o pensamento contemporâneo.

Hilário Franco Jr. explica essa intersecção entre o real e o imaginário em seu livro *Cocanha – A história de um país imaginário*: “O importante é que toda sociedade é, ao mesmo tempo, produtora e produto de seus imaginários. Logo, a verdadeira história, aquela que considera o homem na sua complexidade e totalidade, encontra-se na articulação entre a realidade vivida externamente e a realidade vivida oniricamente. Uma não existe sem a outra, e ambas constroem, juntas, os comportamentos coletivos, o suceder dos eventos históricos”.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/um\\_paraíso\\_chamado\\_brasil.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/um_paraíso_chamado_brasil.html)

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01 | ENEM** De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- A** Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- B** Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- C** Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- D** Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- E** Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.

### Resolução:

- A** Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.

*O trecho “Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente”, extraído do fragmento textual, permite a compreensão de que os portugueses objetivavam catequizar os povos nativos. A aculturação, legitimada pela imposição dos valores sociais dos conquistadores, foi a principal estratégia utilizada para efetivar a proposta de catequização nativa que não significava apenas impor a fé católica, mas também a língua e a cultura europeia implicando na inexorável perda da identidade cultural dos povos ameríndios. Por outro lado, o relato evidencia que, ao menos inicialmente, os portugueses não relacionaram a conquista das terras ao padrão econômico mercantilista, pois, não encontraram, nesse momento, metais preciosos. Por esse motivo, a principal finalidade seria catequizar os índios, impondo seus valores religiosos.*

**02 | ENEM** Em geral, os nossos tupinambás ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arbotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: “Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?”

LÉRY, J. *Viagem à Terra do Brasil*. In: FERNANDES, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

O viajante francês Jean de Léry (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá, o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido

- A** do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
- B** da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
- C** do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
- D** da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
- E** da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.

### Resolução:

- A** do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.

*A colonização do Brasil expõe um choque cultural e antropológico marcado pela interpolação de dois modelos culturais, políticos, sociais e econômicos que muito se distanciavam. O conceito de economia e trabalho indígena choca-se com o praticado pela Europa capitalista durante sua fase mercantil. A economia indígena de subsistência confronta-se com a economia de acúmulo capitalista. Os padrões de distinção e hierarquia social são fundados em alicerces antagônicos. A construção simbólica da fé não se fundamenta na mesma noção do divino. Ocorre um encontro com a diferença (alteridade) que será marcado pelo estranhamento cultural definidor de práticas etnocêntricas.*

**03| ENEM** Os vestígios dos povos Tupi-guarani encontram-se desde as Missões e o rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS. A. O Brasil antes dos brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiram de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se:

- A** a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- B** a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.
- C** a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- D** o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- E** o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

**Resolução:**

- B** a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.

*Os agrupamentos indígenas brasileiros desenvolveram especificidades históricas que os diferenciavam enormemente dos europeus que chegaram ao Brasil no contexto da expansão marítima e comercial. Algumas marcas das diferenças existentes entre a cultura indígena e a europeia são: a economia de subsistência, hábitos de vida sedentários, semi-sedentários e nômades, e uma estratificação social patriarcal somada a uma simbologia religiosa e belicista.*

**04| ENEM**

**Chegança**

Sou Pataxó,  
 Sou Xavante e Carriri,  
 Ianomâmi, sou Tupi  
 Guarani, sou Carajá.  
 Sou Pancaruru,  
 Carijó, Tupinajé,  
 Sou Potiguar, sou Caeté,  
 Ful-ni-ô, Tupinambá.  
 Eu atraquei num porto muito seguro,  
 Céu azul, paz e ar puro...  
 Botei as pernas pro ar.  
 Logo sonhei que estava no paraíso,  
 Onde nem era preciso dormir para sonhar.

Mas de repente me acordei com a surpresa:  
 Uma esquadra portuguesa veio na praia atracar.  
 Da grande-nau,  
 Um branco de barba escura,  
 Vestindo uma armadura me apontou pra me pegar.  
 E assustado dei um pulo da rede,  
 Pressenti a fome, a sede,  
 Eu pensei: “vão me acabar”.  
 Levantei-me de Borduna já na mão.  
 Aí, senti no coração,  
 O Brasil vai começar.

NÓBREGA, A; e FREIRE, W. CD Pernambuco falando para o mundo, 1998.

A letra da canção apresenta um tema recorrente na história da colonização brasileira, as relações de poder entre portugueses e povos nativos, e representa uma crítica à ideia presente no chamado mito:

- A** da democracia racial, originado das relações cordiais estabelecidas entre portugueses e nativos no período anterior ao início da colonização brasileira.
- B** da cordialidade brasileira, advinda da forma como os povos nativos se associaram economicamente aos portugueses, participando dos negócios coloniais açucareiros.
- C** do brasileiro receptivo, oriundo da facilidade com que os nativos brasileiros aceitaram as regras impostas pelo colonizador, o que garantiu o sucesso da colonização.
- D** da natural miscigenação, resultante da forma como a metrópole incentivou a união entre colonos, ex-escravos e nativas para acelerar o povoamento da colônia.
- E** do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.

**Resolução:**

- E** do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.

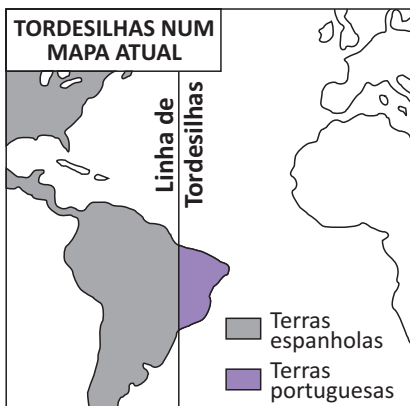
*O fragmento textual faz uma crítica ao mito da convivência pacífica entre colonizador e colonizado, tal como fora outrora exaltado a exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha. No entanto, o texto destaca o lado mais dramático do encontro entre colonizador e colonizado, cujo objetivo em conquistar vastos territórios para a Coroa impulsionou a maior parte dos conflitos entre portugueses e indígenas. A partir deste contexto, o índio passou a ser visto como um obstáculo à posse das terras, mas, ao mesmo tempo, uma possível mão de obra a ser explorada. Logo, o texto critica a narrativa histórica voltada à ideia de passividade dos primeiros encontros entre colonizadores e índios, apoiado na vasta historiografia acerca das guerras e conflitos relatados em praticamente toda extensão colonial.*

**F** EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01| UEG** O Brasil, no período que vai de 1500 a 1530, não foi colonizado de maneira efetiva pelos portugueses, cujas atividades limitavam-se à extração do pau-brasil. Esse período é denominado pré-colonial. Explique as razões do desinteresse dos portugueses em se estabelecer no território descoberto.

**02| UFC**

Observe o mapa a seguir apresentado.

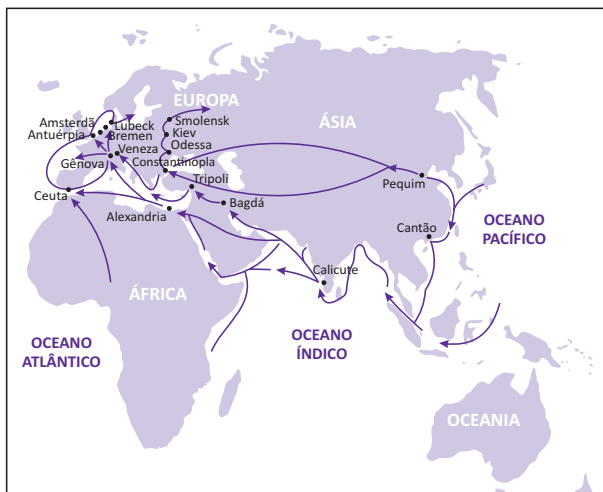


- A** Exponha as razões do estabelecimento dessa linha divisória.
- B** Explique os motivos que levaram o Brasil a ter uma outra configuração, apesar das limitações de fronteiras, então impostas pelo Tratado de Tordesilhas.

**03| UERJ**

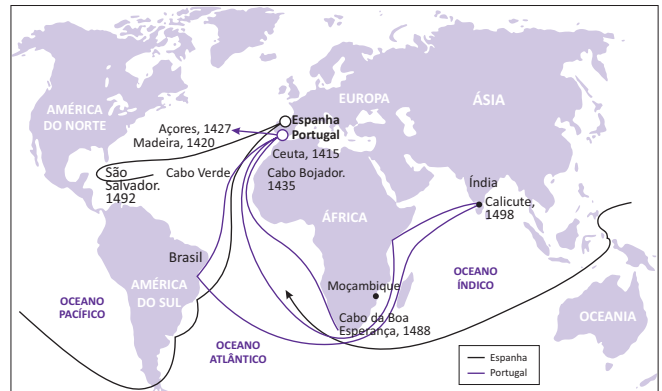
Rotas comerciais europeias

Séculos XIII e XIV



Adaptado de olhonahistoria.blogspot.com.br

Após o século XVI



Adaptado de ced31c.blogspot.com.br.

Nos mapas, estão indicadas as principais rotas comerciais europeias, respectivamente, na Baixa Idade Média e na Idade Moderna. Comparando-os, percebem-se alterações significativas nesses caminhos a partir do século XVI, provocadas pela chamada Revolução Comercial iniciada no século XV.

Indique a mudança provocada pela Revolução Comercial e duas de suas consequências econômicas, uma para a Europa e outra para os demais continentes conhecidos à época.

**04| FUVEST**

Não mais, musa, não mais, que a lira tenho

Destemperada e a voz enrouquecida,

E não do canto, mas de ver que venho

Cantar a gente surda e endurecida.

O favor com que mais se acende o engenho

Não no dá a pátria, não, que está metida

No gosto da cobiça e na rudeza

Duma austera, apagada e vil tristeza.

Luís de Camões, Os Lusíadas.

- A** Cite uma característica típica e uma característica atípica da poesia épica, presentes na estrofe. Justifique.
- B** Relacione o conteúdo dessa estrofe com o momento vivido pelo Império Português por volta de 1572, ano de publicação de Os Lusíadas.

**05| UERJ** Uma questão acadêmica, mas interessante, acerca da “descoberta” do Brasil é a seguinte: ela resultou de um acidente, de um acaso da sorte? Não, ao que tudo indica. Os defensores da casualidade são hoje uma corrente minoritária. A célebre carta de Caminha não refere a ocorrência de calmarias. Além disso, é difícil aceitar que uma frota com 13 caravelas, bússola e marinheiros experimentados se perdesse em pleno oceano Atlântico e viesse bater nas costas da Bahia por acidente.

Rejeitado o acaso como fonte de explicação no que tange aos objetivos da “descoberta”, fica de pé a seguinte pergunta: qual foi, portanto, a finalidade, a intenção da expedição de Cabral?

Adaptado de LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil colonial. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI foram processos importantes para a construção do mundo moderno. A chegada dos portugueses ao Brasil decorre dos projetos que levaram diferentes nações europeias às grandes navegações.

- A** Formule uma resposta à pergunta do autor, ao final do texto: qual foi a finalidade da expedição de Cabral?
- B** Em seguida, cite motivos que justificam as grandes navegações marítimas nos séculos XV e XVI.

## **T** ENEM E VESTIBULARES

**01| UECE** Considere as seguintes afirmações sobre o período da história do Brasil, compreendido entre 1500 e 1530, no que concerne ao seu entendimento pela historiografia tradicional:

- I. Período pré-colonial em virtude da ausência de povoamento efetivo nas novas terras, em que Portugal enviava, de vez em quando, expedições exploratórias que também tinham o fim de expulsar invasores.
- II. Período de colonização, visto que Portugal auferia lucros exorbitantes e realizava grandes investimentos nos negócios com o corte e a venda do pau-brasil, exportando o produto para o oriente.
- III. Período de pouco interesse de Portugal por essa possessão de terras, posto que estava envolvido com o comércio nas Índias e com a exploração do litoral africano.

Está correto o que se afirma em:

- A** II apenas.
- B** II e III apenas.
- C** I e III apenas.
- D** I apenas.

**02| UNICAMP** Em carta ao rei D. Manuel, Pero Vaz de Caminha narrou os primeiros contatos entre os indígenas e os portugueses no Brasil: “Quando eles vieram, o capitão estava com um colar de ouro muito grande ao pescoço. Um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. Outro viu umas contas de rosário, brancas, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se

dissesse que dariam ouro por aquilo. Isto nós tomávamos nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e o colar, isto nós não queríamos entender, porque não havíamos de dar-lhe!”

(Adaptado de Leonardo Arroyo, A carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: INL, 1971, p. 72-74.)

Esse trecho da carta de Caminha nos permite concluir que o contato entre as culturas indígena e europeia foi:

- A** favorecido pelo interesse que ambas as partes demonstravam em realizar transações comerciais: os indígenas se integrariam ao sistema de colonização, abastecendo as feitorias, voltadas ao comércio do pau-brasil, e se miscigenando com os colonizadores.
- B** guiado pelo interesse dos descobridores em explorar a nova terra, principalmente por meio da extração de riquezas, interesse que se colocava acima da compreensão da cultura dos indígenas, que seria quase dizimada junto com essa população.
- C** facilitado pela docilidade dos indígenas, que se associaram aos descobridores na exploração da nova terra, viabilizando um sistema colonial cuja base era a escravidão dos povos nativos, o que levaria à destruição da sua cultura.
- D** marcado pela necessidade dos colonizadores de obterem matéria-prima para suas indústrias e ampliarem o mercado consumidor para sua produção industrial, o que levou à busca por colônias e à integração cultural das populações nativas.

**03| UFC** Acerca das pretensões iniciais da exploração e conquista do Brasil, assinale a alternativa correta.

- A** Interesses antropológicos levaram os portugueses a fazer contato com outros povos, entre eles os índios do Brasil.

- B** O rei dom Manuel tinha-se proposto chegar às Índias navegando para o ocidente, antecipando-se, assim, a Cristovão Colombo.
- C** O interesse científico de descobrir e classificar novas espécies motivou cientistas portugueses para lançarem-se à aventura marítima.
- D** Os conquistadores estavam interessados em encontrar terras férteis para desenvolver a cultura do trigo e, assim, dar solução às crises agrícolas que sofriam em Portugal.
- E** Os portugueses estavam interessados nas riquezas que as novas terras descobertas podiam conter, além de garantir a segurança da rota para as Índias.

04| UFMG

Observe este mapa:



Mapa das Cortes [Mapa do Rio de Janeiro].  
Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Esse mapa serviu de base aos representantes das Coroas portuguesa e espanhola para o estabelecimento do Tratado de Madrid, assinado em 1750, que definiu os novos limites na América entre as terras pertencentes a Portugal e à Espanha.

Considerando-se essa informação, é CORRETO afirmar que o Tratado de Madrid:

- A** Substituiu o Tratado de Tordesilhas e conferiu às possessões lusas e espanholas na América uma feição mais próxima do que tinha sido a efetiva ocupação de terras pelas duas Coroas.
- B** Estabeleceu uma conformação do território brasileiro muito distante da sua aparência atual, por ter respeitado espaços previamente ocupados pelos espanhóis no Continente Americano.

- C** Manteve, com poucas alterações, o que já estava estabelecido pelos tratados anteriormente negociados entre as monarquias de Portugal e da Espanha, desde a Bula Intercoetera, editada em 1493.
- D** Levou Portugal a desistir da soberania sobre grande parte da Amazônia em troca do controle da bacia do Prata, área estratégica para o domínio do interior do Brasil após a descoberta de ouro.

05| UNESP

Observe a figura e leia o texto.



(Reprodução da tela Primeira Missa no Brasil. Vitor Meireles, 1861.)

Chantada a Cruz, com as Armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique (...). Ali estiveram conosco (...) cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós. (...) [Na terra], até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal (...) Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

(Pero Vaz de Caminha. Carta do Achamento do Brasil, 10.05.1500.)

A respeito da tela e do texto, é correto afirmar que:

- A** Demonstram a submissão da monarquia portuguesa à contra-reforma católica.
- B** Expressam o encantamento dos europeus com a exuberância natural da terra.
- C** Atestam, como documentos históricos, o caráter conflituoso dos primeiros contatos entre brancos e índios.
- D** Representam o índio sem idealização, reservando-lhe lugar de destaque no quadro, o que era pouco comum.
- E** Apresentam uma leitura do passado na qual os portugueses figuram como portadores da civilização.

**06| PUCCAMP** Não, é nossa terra, a terra do índio. Isso que a gente quer mostrar pro Brasil: gostamos muito do Brasil, amamos o Brasil, valorizamos as coisas do Brasil porque o adubo do Brasil são os corpos dos nossos antepassados e todo o patrimônio ecológico que existe por aqui foi protegido pelos povos indígenas. Quando Cabral chegou, a gente o recebeu com sinceridade, com a verdade, e o pessoal achou que a gente era inocente demais e aí fomos traídos: aquilo que era nosso, que a gente queria repartir, passou a ser objeto de ambição. Do ponto de vista do colonizador, era tomar para dominar a terra, dominar nossa cultura, anulando a gente como civilização.

(Revista "Caros Amigos", ano 4, no. 37, Abril/2000, p. 36).

A respeito do início da colonização, período abordado pelo texto, pode-se afirmar que a primeira forma de exploração econômica exercida pelos colonizadores, e a dominação cultural e religiosa difundida pelo território brasileiro são, respectivamente,

- A** A plantation no Nordeste e as bandeiras realizadas pelos paulistas.
- B** A extração das "drogas do sertão" e a implantação das missões.
- C** O escambo de pau-brasil e a catequização empreendida pela Companhia de Jesus.
- D** A mineração no Sudeste e a imposição da "língua geral" em toda a Colônia.
- E** O cultivo da cana-de-açúcar e a "domesticação" dos índios por meio da agricultura.

## 07| UNIFOR

Analise o texto abaixo.

"Com a descoberta do novo caminho para as Índias, o comércio de especiarias transformou-se em preciosa fonte de riquezas para Portugal. (...) nessa época, quando as atenções portuguesas estavam voltadas ao comércio oriental, deu-se o 'descobrimento' do Brasil.

Após as primeiras expedições, os enviados da Coroa portuguesa perceberam que não seria possível obter lucros fáceis e imediatos. De início não encontraram jazidas de ouro. Embora houvesse, no litoral, grande quantidade de pau-brasil, do qual se extraía tinta corante para tecidos, o lucro gerado pela exploração dessa madeira seria menor do que o então vantajoso comércio de produtos africanos e asiáticos."

(Gilberto Cotrim. História Global: Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 194)

O texto faz referência às razões de o governo português, entre 1500 e 1530.

- A** Limitar-se a enviar à colônia americana algumas expedições marítimas destinadas principalmente ao reconhecimento da terra e à preservação de sua posse.

- B** Organizar expedições oficiais denominadas Entradas para penetrar no interior e expandir o território conquistado para além da linha das Tordesilhas.
- C** Restringiu-se a estabelecer o monopólio da exploração das atividades extrativistas da colônia para incentivar a ocupação das terras americanas.
- D** Criar condições políticas e administrativas que facilitassem e estimulassem as transações comerciais entre os nativos e os comerciantes lusitanos.
- E** Dedicar-se apenas aos estudos das características físicas da colônia e da cultura de algumas comunidades indígenas do litoral brasileiro.

**08| FUVEST** Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549.

Isso ocorreu porque, até então,

- A** Os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.
- B** A Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.
- C** As forças e atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.
- D** Os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul-atlântica.
- E** A população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

**09| UEL** "Desde os primeiros administradores da Colônia que chegaram aqui, a única coisa que esse poder do Estado fez foi demarcar sesmarias, entregar glebas para senhores feudais, capitães, implantar pátios e colégios como este daqui de São Paulo, fortes (...). Se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriqueceu e não propiciou o acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? (...) Quinhentos anos não é nada."

(KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: MINC-FUNARTE/Companhia das Letras. 1999. p. 30-31.)

Ailton Krenak, então presidente do Núcleo de direitos Indígenas, enfatiza no texto acima um dos motivos das tensas relações entre Estado e Povos Indígenas no Brasil, desde a chegada dos portugueses. Assinale a alternativa que sintetiza o motivo a que Krenak se refere:

- A** O regime de trabalho servil imposto aos índios e a prestação de serviços militares sem qualquer remuneração estabelecidos com a colonização.
- B** A preservação das tradições ancestrais dos nativos e a instituição da violência como padrão de relacionamento entre as tribos.
- C** A educação religiosa católica, que destruiu a cooperação entre brancos e indígenas no uso da tecnologia e no respeito pela natureza.
- D** A atuação do estado no Brasil, desde a época das sesmarias, que dificultou a exploração das riquezas minerais existentes nas terras indígenas.
- E** A expropriação de territórios indígenas e a desigual distribuição dos resultados das conquistas políticas e econômicas.

**10| UESPI** Portugal temia que as invasões de potências estrangeiras ocupassem sua colônia, Brasil. De imediato, Portugal conseguiu:

- A** ganhar recursos valiosos com a descoberta de minas de ouro no Sudeste.
- B** centralizar a administração com sedes bem armadas nas regiões Norte e Nordeste.
- C** explorar o pau-brasil com a ajuda de tribos indígenas brasileiras.
- D** fazer aliança política com a Espanha e fortalecer seu exército nacional.
- E** montar o sistema de capitanias hereditárias com auxílio da burguesia holandesa.

## PERÍODO COLONIAL (1530-1808)

### DAS FEITORIAS PARA COLÔNIA

Com a ameaça constante dos franceses no litoral brasileiro a ocupação para garantir a posse dos portugueses se fazia necessária. Garantir a posse do Brasil se tornou uma das prioridades da coroa portuguesa principalmente após o número cada vez mais expressivo da chegada de metais preciosos da América Espanhola à Europa. Não seria América Portuguesa fonte também de riquezas minerais? A presença francesa (fator político – pressão das potências europeias), o ouro americano, somados a um processo lento de deslocamento do eixo econômico do mediterrâneo para o atlântico e ao início da revolução dos preços (fator econômico) foram fatores que estimularam a ocupação das terras brasileiras. Nesse sentido, a partir de 1530 começa o processo de colonização do Brasil, com os objetivos de defender e povoar o território.

O rei francês, Francisco I (1515-1547), dizia desconhecer o testamento em que Adão legara o novo mundo às coroas ibéricas. A mensagem era clara, os franceses não iriam respeitar o Tratado de Tordesilhas, estabelecido em 1494 na cidade espanhola de Tordesilhas, que dividia, além de outras coisas, o novo mundo entre portugueses e espanhóis. Caberia aos portugueses colonizar efetivamente o Brasil, antes que outros o fizessem. Finalmente, em 1530, D. João III, rei português, decidiu enviar uma expedição com o objetivo de povoar o Brasil. A expedição colonizadora foi liderada por Martins Afonso de Sousa que deveria combater os franceses, caso incorresse algum, e desembarcasse os tripulantes caso quisessem ficar para povoar. Dessa viagem resultou a fundação da Vila de São Vicente, em 1532.



"Terra Brasilis" (Atlas Miller, 1519).



## SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Incapaz de financiar a ocupação territorial do Brasil, a coroa portuguesa optou por utilizar o mesmo modelo que havia aplicado nas Ilhas Atlânticas, o Sistema de Capitanias Hereditárias. O Brasil foi dividido em 15 lotes, 14 capitanias hereditárias (São Vicente estava dividida em dois lotes), em média de 50 léguas de beira-mar. Cada capitania foi doada a donatários (eram 12 donatários, Pero Lopes de Sousa era donatário de 3 capitanias: Itamaracá, Santo Amaro e Santana), a primeira doação aconteceu em 1534. O regime de capitanias hereditárias tinha inspiração feudal, a terra pertencia ao rei e aos donatários eram concedidos direitos hereditários. Os donatários recebiam dois documentos, a carta de doação, que declarava a doação e tudo que ela implicava, e os forais, uma espécie de código tributário. Na prática, o sistema de capitania hereditária transferia para a iniciativa privada a tarefa de colonização. Para atrair donatários que pudessem investir na capitania, eram oferecidas algumas vantagens. Eram direitos do capitão donatário:

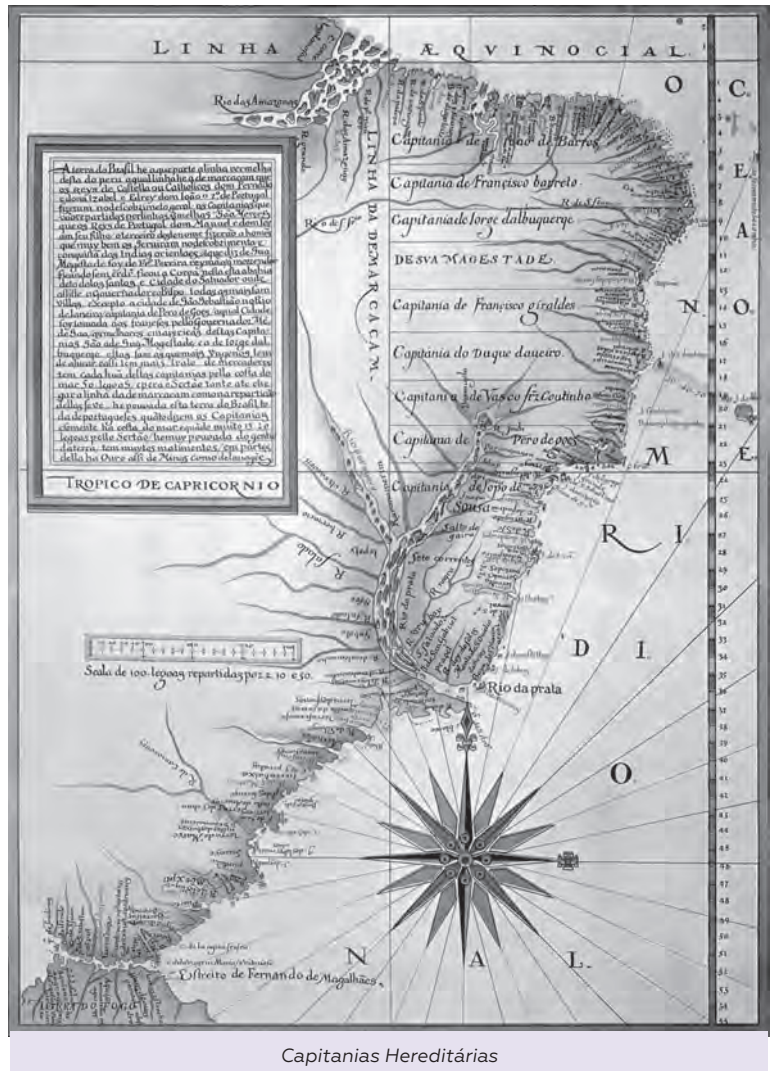
- 5% no negócio do pau-brasil e do pescado;
- Escravizar e vender 24 índios por ano;
- Fundar Vilas;
- Criar impostos;
- Recebiam parte de alguns impostos;
- Julgar habitantes da capitania, com exceção de membros da nobreza;
- Doar Sesmaria;

As Sesmarias eram grandes extensões de terras doadas pelo donatário. O Sesmeiro tinha a obrigação de produzir açúcar em cinco anos. As sesmarias, como as capitanias hereditárias, também pertenciam ao corpus jurídico da Idade Média portuguesa. Desde 1375 existiam leis que determinavam a distribuição de terras incultas para garantir a produtividade em Portugal (Lei das Sesmarias de D. Fernando). É importante destacar que durante o período colonial o Brasil, sendo colônia de Portugal, possuía o direito, as leis, ou seja, todo o sistema jurídico de Portugal, portanto, de forte herança medieval.

No regime de capitania hereditária era reservada à Coroa a cunhagem de moeda e o monopólio de drogas, especiarias e pau-brasil. Deviam-lhe também o quinto dos minerais e das pedras preciosas e o dízimo sobre todos os bens produzidos.

O Sistema de capitania hereditário foi considerado um fracasso. Muitos donatários nem chegaram a vir para o Brasil, outros perderam a vida em ataques indígenas. Os motivos que fizeram as capitanias não vingarem são os mais diversos, a falta de investimento, os constantes ataques indígenas, a grande extensão de terras, a dificuldade de comunicação entre as capitanias e a coroa e a ausência de uma autoridade central. No geral, as capitanias mesmo com seus benefícios não conseguiram atrair os homens com recursos para a empreitada colonizadora, entre os capitães donatários não se encontrava nenhum membro da alta nobreza ou grande burguês que pudesse custear, de fato, a construção da empresa agrícola e a defesa do território. Os donatários que chegaram ao Brasil pertenciam à baixa nobreza e buscavam no Brasil uma forma fazer fortuna, não o inverso, como esperava a coroa portuguesa.

Apesar do sistema de capitanias hereditárias não ter dado certo, as capitanias não foram extintas de imediato, apenas com Marquês de Pombal, em 1759, elas foram extintas, mantendo o nome capitania para designar delimitações territoriais. É comum destacar entre as capitanias hereditárias duas que tiveram sucesso, a Capitania de Pernambuco e a Capitania de São Vicente, em grande medida, devido a produção do açúcar. Em certo sentido, as capitanias hereditárias não foram um fracasso total, pois conseguiram preservar a posse para a Coroa portuguesa e lançaram fundamentos para a colonização, especialmente, o cultivo da cana-de-açúcar.



Capitanias Hereditárias

## GOVERNO-GERAL

A partir de 1548, diante do fracasso das capitâneas hereditárias, a Coroa portuguesa decidiu tomar medidas para viabilizar o processo de colonização, ou seja, se de 1534 até 1548 o processo de colonização estava nas mãos dos donatários, portanto, da iniciativa privada, após 1548 a coroa se encarrega do processo de colonização novamente, além disso, com a criação do governo-geral desfazia-se juridicamente a supremacia dos donatários já que o governador-geral passava a ser a autoridade na colônia.

Com base num instrumento jurídico denominado regimento de 1548 ou regimento de Tomé de Sousa, a coroa portuguesa criava o governo-geral, com o objetivo de centralizar as decisões políticas e administrativas, coordenar a colonização e fortalecer as capitâneas, principalmente, na luta contra os índios tupinambás. Para isso, o rei comprou a capitania da Bahia de todos os santos, transformando-a na sede do governo-geral, a capitania real. Estabeleceram-se também cargos de assessoria, para auxiliar o governador-geral:

Ouvidor-mor → encarregado da justiça

Provedor-mor → encarregado da administração

Capitão-mor → encarregado da defesa e policiamento

### GOVERNO-GERAL DE TOMÉ DE SOUSA (1549 – 1553)

- Com ele vieram os primeiros funcionários administrativos; os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega (início do processo de catequização); e muitos degradados. Estipula-se o número de mil pessoas nessa primeira viagem.
- Fundou a cidade de Salvador, primeira capital do Brasil.
- O primeiro governo-geral teve que lidar com os capitães donatários e a relutância em aceitar sua autoridade.

### GOVERNO-GERAL DE DUARTE COSTA (1553-1558)

- Segundo contingente de Jesuítas, entre eles, José de Anchieta.
- Fundou uma escola, posteriormente chamada de Colégio São Paulo, que deu origem a vila e depois cidade de São Paulo.
- Conflito com o Bispo de Salvador, D. Pero Fernandes Sardinha.
- Conflitos com os colonos pelo uso de mão de obra escrava indígena.
- Tentativa de implantação da França Antártica pelos franceses.
- Conflito com os índios Tupinambás, conhecido como guerra de Itapuã. Matando e escravizando milhares de índios sobreviventes para o uso na agroindústria açucareira.

### GOVERNO-GERAL DE MEM DE SÁ (1558 – 1572)

- Consolidação do governo-geral, resolvendo conflitos iniciados nos governos anteriores.
- Expulsão dos Franceses do Rio de Janeiro.
- Combateu a confederação dos Tamoios, alianças de grupos Tupinambás.
- Durante o seu governo, Estácio de Sá, seu sobrinho, fundou o forte de São Sebastião do Rio de Janeiro, base para a cidade do Rio de Janeiro.

## REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUSA

“Eu o Rei faço saber a vós Tome de Souza fidalgo de minha casa que Vendo Eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitâneas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento assim pela disposição do porto e rios que nela entram como pela bondade abastança e saúde da terra e por outros respeitos hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente artilharia armas e munições e todo o mais que for necessário. (...) Encomendo-vos e mando-vos que as coisas conteudas neste regimento cumprais e façais cumprir e guardar como de vós confio que o fareis. Gerônimo Corrêa o fez em Almerim aos xbij de dezembro de 1548”

### APÓS MEM DE SÁ ATÉ 1580

Os governos-gerais permaneceram até 1580, quando a União Ibérica reorganizou a administração colonial. Após 1572, na tentativa de administrar e defender com maior eficiência a colônia, o Brasil foi dividido em dois governos, o do Norte, com a capital em Salvador, e o do Sul, com a capital no Rio de Janeiro. Como seus objetivos não foram alcançados, em 1578, houve a reunificação dos governos.

### AS CÂMARAS MUNICIPAIS: OS HOMENS BONS

Apesar das inúmeras tentativas de 1549 até 1580 de organizar uma administração centralizada no Brasil, essa tendência jamais se consolidou efetivamente, nesse período, na prática.

Se na teoria Governador-geral e seus assessores administravam o Brasil, na prática, a ausência de comunicação, a dificuldade de transporte e a própria estrutura econômica voltada para o mercado externo eram obstáculos para a integração das regiões povoadas, favorecendo a autonomia local e a predominância política dos grandes proprietários regionais pelas câmaras municipais ou câmaras dos “homens bons”.

As câmaras municipais eram órgãos locais administrativos criadas em vilas. Normalmente, as câmaras municipais eram formadas por até seis homens sorteados entre os grandes proprietários, que eram chamados de “homens bons”. Para ser membro da câmara municipal não bastava ser rico, era preciso ser branco e cristão, o que demonstra a natureza preconceituosa da sociedade colonial, que definia, além do critério da posse de terra (elemento medieval), a ideia de “pureza de sangue”. A câmara municipal tinha entre suas funções:

- Decidiam sobre impostos locais e a forma de arrecadá-los.
- Salários pagos a trabalhadores livres.
- Conservação e limpeza das ruas, pontes e chafarizes.
- Relacionamento com os povos indígenas.

#### TEXTOS COMPLEMENTARES

### O TEMPO DA EXPIAÇÃO

O tempo da descolonização, pelos questionamentos que provocava, foi particularmente fecundo no plano da reflexão antropológica. Eis-nos, aqui, no último ou penúltimo período, o da dúvida e da culpabilidade, perfeitamente expressa na aula inaugural de Claude Lévi-Strauss em janeiro de 1960. O nascimento e os progressos da antropologia, constata Lévi-Strauss na sua conclusão, foram acompanhados de uma tomada de consciência – quase um remorso [insere o orador como uma citação] – do fato de ter a humanidade podido, durante tanto tempo, permanecer alienada de si mesma; e, sobretudo, do fato de que esta fração da humanidade, que produziu a antropologia, seja a mesma que fez, de tantos outros homens, um objeto de execração e de desprezo.

Autoacusação e flagelação pública prolongam e terminam, para além de quatro séculos, o requisito feito por Montaigne no final do capítulo “Des coches”. O requisito agrava-se hoje pelos quatro séculos de história colonial que encontram ao mesmo tempo seu epílogo. Esse tom penitencial combina com o traumatismo das duas guerras mundiais, cuja onda de choque não cessa de repercutir através do mundo, nas guerras de libertação conduzidas aqui e acolá, da Indochina à Argélia passando por Cuba. O remorso que disso resulta, a melancolia profunda que emerge e a suspeita que subitamente se espalha sobre a própria antropologia não conheceram sem dúvida nada equivalente desde o que nós chamamos a Renascença e que foi, para grandes porções do mundo, um século catastrófico. A era pós-colonial encontra assim a época da conquista brutal, como se se fechasse, por um mesmo rito de expiação, um longo parêntese desastroso e sangrento.

### LÉVI-STRAUSS, LEITOR DE MONTAIGNE E DE LÉRY

Montaigne uma vez mais permite pensar a crise. Não por acaso Claude Lévi-Strauss lhe rende uma homenagem enfática em um de seus últimos livros, *Histoire de lynx*, publicado em 1991, quando o antropólogo, comemorando por si próprio o meio milênio colombiano, medita sobre o “encontro” entre os dois mundos, como é de bom tom se dizer hoje outre-Atlantique. Em *Apologie de Raymond Sebond*, observa Lévi-Strauss, “Montaigne empurra o relativismo cultural até

seu limite extremo, negando que possam existir leis ‘firmes, perpétuas e imutáveis [...] impressas no gênero humano pela condição de sua própria essência’”. Tanto na ordem da natureza como na da cultura, “não temos nenhuma comunicação com o ser”. Este relativismo que Montaigne levaria “até o niilismo filosófico” é ilustrado pela diversidade de costumes e de crenças que serve finalmente “para instruir o processo da própria razão”. Esta crítica encontra contudo o seu limite, que é a “certeza procurada pela fé cristã e pela graça divina”, e que Montaigne se abstém de transpor. A resposta de Montaigne encontra então aquela de Acosta. Somente “nossa antiga crença”, a saber, o catolicismo romano, pode contrabalançar a vertigem engendrada pela consideração dos costumes estrangeiros. Mas a adesão às verdades transcendentais da fé cristã perdeu muito de seu fervor e de sua dinâmica que nós constatamos inegavelmente no jesuíta espanhol. O Montaigne que a antropologia do século XX se apraz em ver como precursor é, de fato, um Montaigne laicizado, um Montaigne ao qual nós teríamos arrancado este último, mas decisivo ponto de ancoragem que constitui a fé. Esse Montaigne, cujo nominalismo mina qualquer pretensão da razão e por conseguinte da lei moral à universalidade, é o Montaigne para o nosso tempo que tende a esboçar, não sem nuances nem precauções, um Claude Lévi-Strauss propenso a reconhecer nele um mestre do ceticismo e um adepto da esquizofrenia intelectual que, hoje mais do que nunca, em qualquer cientista, separa o conhecimento da ação. O autor do século XVI com o qual Lévi-Strauss concorda mais estritamente não é, no entanto, Montaigne, mas antes, Jean de Léry, o “Montaigne dos viajantes”, para retomar a expressão de Paul Gaffarel. A *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil* foi para Lévi-Strauss um verdadeiro breviário, o “breviário do etnólogo”. A fórmula famosa – e um pouco divertida, se refletimos bem sobre ela, tratando-se de um autor protestante – encontra-se no início de *Tristes tropiques* que é de certo modo um texto palimpsesto de Léry. Em sua aula inaugural no Collège de France, Lévi-Strauss exprimia, ao concluí-la, esse arrependimento:

Como é possível que a etnografia não tenha recebido o seu lugar quando ainda era jovem, e os fatos guardavam sua riqueza e seu frescor? Pois em 1558 é que se gostaria de imaginá-la estabelecida, quando Jean de Léry, voltando do Brasil, redigia sua primeira obra e quando apareciam *Les singularités de la France Antarctique* de André Thevet.

Juventude e frescor do mundo nos tempos de Léry, como uma aurora que mal teria tido suas promessas. Juventude de uma disciplina recentemente desabrochada nas margens opostas do Atlântico e que ainda não tinha recebido um nome. A ilusão retrospectiva é tão presente que assombra a obra e a vida do antropólogo. Nós a encontramos, expressa com todo seu vigor, num flagrante da entrevista realizada por Dominique-Antoine Grisoni para servir de prefácio a *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil* em edição de bolso:

[...] a leitura de Léry ajuda-me a escapar de meu século, a retomar contato com o que chamarei uma “sobre-realidade” – a qual não é esta de que falam os surrealistas: uma realidade mais real ainda do que aquela da qual fui testemunha. Léry viu coisas que não têm preço, porque era a primeira vez que as via e há quatrocentos anos.

É na conclusão da viagem, neste olhar posterior lançado sobre o idílio findo entre os índios, que Lévi-Strauss recorda-se o mais precisamente possível de Léry, que ele mesmo se recordava e lamentava: “Lamento frequentemente que não estou entre os selvagens [...]”. Tal confiança não encontra equivalente na literatura de viagens do século XVI, ainda que não se possa dissociá-la de seu contexto moral e polêmico. Tratava-se, para Léry, de estigmatizar a ingratidão da pátria-mãe, pelo atalho do mais longínquo e do mais bárbaro. Na sua formulação abrupta, as “saudades” de Jean de Léry abrem finalmente um futuro filosófico dos mais fecundos que inclui *Tristes tropiques*. Na medida em que ela herda da *Histoire d’un voyage* a parte insondável do luto, a obra secundária o rito de expiação lá onde a primeira o havia deixado, e o prolonga, e o alimenta com toda amargura da má-consciência pós-colonial.

Extraído de: LESTRINGANT, Frank. É necessário expiar o Renascimento? : A abertura antropológica do século XVI. *Revista de História*, n. 160, p.205 – 208, 2009.

## O VOTO NO BRASIL: NEM DEMOCRÁTICAS NEM REPRESENTATIVAS

Por Homero de Oliveira Costa

Manuel Rodrigues Ferreira afirma que há no Brasil uma tradição democrática do direito de votar que está “entranhada em nossa vida política, que remete à fundação da primeira vila e cidade brasileira” *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*, editora do Senado, Brasília, 2001). Para ele “a democracia foi um processo normal na execução da política interna brasileira” e “o povo brasileiro, desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre teve a mais ampla liberdade de escolher os seus governos locais”.

No entanto, ao se analisar o processo eleitoral no Brasil Colônia, constata-se que uma de suas principais características é a limitação ao exercício do voto, com a exclusão da maioria da população, composta por escravos e trabalhadores livres. O poder político (e militar) era controlado pelo senhoriato rural e a Coroa portuguesa, o que tornava os pleitos

eleitorais ilegítimos. As eleições não eram nem democráticas nem muito menos representativas – os eleitos eram representantes de uma minoria inexpressiva da sociedade.

As primeiras eleições no Brasil ocorreram em 1532. Entre 1500 e 1530, não houve interesse de Portugal em ocupar a recém-descoberta colônia. Com a expansão do comércio e as descobertas de riquezas, a Coroa portuguesa iniciou a partir de 1530 um processo de povoamento e controle administrativo da colônia, com a chegada ao Brasil de Martim Afonso de Sousa. Nomeado governador-geral pelo rei de Portugal, ele fundou em 22 de janeiro de 1532 (dia de São Vicente Mártir) a primeira vila do Brasil, batizada de São Vicente, que se constituiu no primeiro núcleo administrativo do país. Para a administração da vila, foi constituída a primeira Câmara municipal do Brasil, que seguia o modelo utilizado em Portugal desde a Idade Média e regido pelas Ordenações do Reino, responsáveis pela organização político-administrativa das vilas e cidades – no Brasil Colônia (1500-1822), houve três ordenações: Afonsinas (1446-1521), Manuelinas (1521-1603) e Filipinas (1603-1828).

As Câmaras eram constituídas por dois a quatro vereadores (a depender do tamanho do município), com mandato de três anos, um ou dois juizes ordinários (que presidiam as sessões), além de uma burocracia formada por escrivães, tesoureiros e dois almotacés (responsáveis pela fiscalização das obras públicas). A eleição era indireta, já que havia votantes de primeiro e segundo grau. Os de primeiro grau eram os “homens bons”, que indicavam ao escrivão o nome de seis pessoas que seriam votantes de segundo grau. As mais citadas escolhiam os oficiais das Câmaras. Excluíam-se os trabalhadores, degredados e judeus. Como disse Maria Tereza Sadek (*A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*, 1995), embora as mulheres pudessem votar, os eleitores eram geralmente os homens “chefes de famílias, nobres de linhagem e seus descendentes, os senhores de engenho, a alta burocracia civil e militar e os comerciantes ricos”.

Caio Prado Júnior, ao analisar o estatuto político da colônia (*Evolução política do Brasil*, Companhia das Letras, 2012), lembra que a população “que se comprimia nos grandes domínios” vivia na mais completa dependência dos senhores rurais: “A grande exploração agrícola – única que se pôde estabelecer – absorve toda a economia colonial (...), subordinando a massa da população aos grandes proprietários”. Essa situação vai redundar em alto grau de autonomia para esses proprietários, que “ofusca a própria soberania teórica da Coroa”. Para Prado Júnior, “até meados do século XVII pode-se afirmar que a autoridade desta se exerce efetivamente dentro dos estreitos limites da sede do governo geral”, situação que vai condicionar a estrutura política da colônia, onde as Câmaras municipais se constituíam na “verdadeira e quase única administração da colônia”.

Durante o século XVI e início do XVII, as atribuições dos vereadores eram amplas e variadas, como a construção e conservação dos logradouros, a denúncia de crimes e contravenções, o auxílio aos alcaides no policiamento e até o julgamento, sem direito a apelação, dos infratores da lei. Exerciam assim funções executiva, legislativa e judiciária. Com as Ordenações Filipinas, a partir de 1603, as atribuições das Câmaras municipais mudaram, tendo sido reduzidas as suas funções judiciais e privilegiadas as de ordem administrativa.

Durante todo o período colonial, as eleições para as câmaras municipais eram restritas aos chamados “homens bons”, ou seja, a elite rural dos senhores de engenho, a alta burocracia militar e civil e seus descendentes. Para Maria Isaura Queiroz (*O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Alfa Ômega, 1976), esses “homens bons”, na realidade, “eram verdadeiros chefes de bandos armados – compostos de escravos, agregados, afilhados e homens d’armas mercenários – que concorriam às assembleias das câmaras municipais para eleger seus representantes”.

Assim, embora o voto fosse formalmente universal, na realidade não se tratava de sufrágio universal: o eleitorado de primeiro grau era bastante restrito. Para Teresa Sadek, “as eleições respondiam, em grande parte, às conveniências da Coroa. As leis que as regiam preocupavam-se sobretudo em manter o poder dos eleitos dentro de limites aceitáveis para a metrópole. Vários mecanismos asseguravam o predomínio do monarca: a apuração era realizada por ‘juizes de fora’ nomeados pelo rei; eram comuns a suspensão de eleições e a restrição dos poderes das casas legislativas; ‘juizes de fora’ frequentemente presidiam as câmaras (...). O mando político traduzia, de fato, a onipotência dos senhores rurais, apesar de formalmente constituído nas câmaras, compostas pela prática eleitoral. As manifestações do poder privado não eram contidas nem pelo rei, nem pela massa da população” (*A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*, 1995).

Em síntese, era o latifúndio monocultor e escravocrata que representava o verdadeiro centro político, social e econômico no Brasil Colônia. No século XIX, a família real chega ao Brasil e, em 1821, é promulgada a lei que convoca as primeiras eleições gerais do Brasil.

*Homero de Oliveira Costa é professor de ciência política da UFRN*

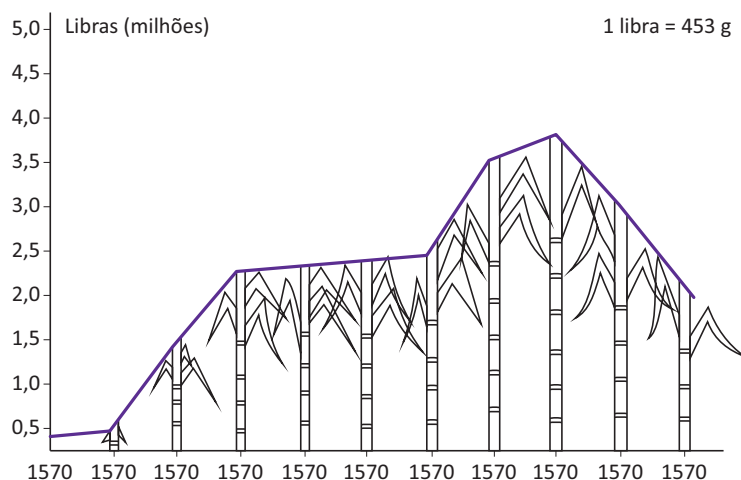
[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dossie\\_o\\_voto\\_no\\_brasil\\_nem\\_democraticas\\_nem\\_representativas.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dossie_o_voto_no_brasil_nem_democraticas_nem_representativas.html)

## A BASE ECONÔMICA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

### O AÇÚCAR

O fato dos portugueses não terem encontrado inicialmente no Brasil metais preciosos, fez com que outras alternativas, de tornar a colônia brasileira lucrativa, fossem estimuladas durante o processo de povoamento. A coroa portuguesa precisava encontrar uma base econômica para iniciar o processo de colonização.

Celso Furtado, um dos grandes estudiosos da história econômica do Brasil, disse que “a exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável”. De fato, não era fácil uma exploração de base agrícola no novo mundo, o custo do frete era altíssimo, não havia mão de obra e seria necessário um consumo abundante de um produto para comportar o alto valor agregado da produção. O único produto que se adequava a esse consumo era o trigo, produzido em larga escala na Europa. É nesse aspecto que se deve compreender as dificuldades e os êxitos da empresa agrícola portuguesa, que inaugurou outra forma de colonização que não dependia do ouro: a produção açucareira.



A cana-de-açúcar é uma planta de origem asiática que foi inserida no mercado europeu durante as cruzadas. O consumo do açúcar estava aumentando desde o início do século passado e seu preço era alto devido à raridade. Inicialmente, o açúcar europeu era produzido por tubérculos e vendido em boticários. Foi na Sicília, com os italianos, e nas ilhas atlânticas, com os portugueses, com a cana, que a produção ganha uma projeção de larga escala. Os portugueses inauguraram uma nova fase do comércio e do consumo do açúcar rompendo o monopólio italiano, foi questão de anos para o consumo do açúcar aumentar exponencialmente na Europa, alimentado pelas novas regiões produtoras nas Ilhas Atlânticas. Foi nesse contexto que a produção da cana-de-açúcar apareceu como produto para estimular a colonização brasileira, os portugueses tinham experiência, tinham mercado e o produto se adequava às condições ecológicas do Brasil.

### O LATIFÚNDIO

Desde a instalação da colônia, os donatários eram obrigados a doar terras para promover o povoamento e a valorização da terra, como já foi dito, essa doação ocorria por meio de um mecanismo chamado de sesmaria. Aquele que recebia uma sesmaria devia fazê-la produzir no prazo mínimo de cinco anos, sob pena de multa e, em casos extremos, a perda da terra. A dimensão da sesmaria variava de acordo com a região, mas tinha em média de 6 a 24 km, e seu proprietário, de fato, se tornou o grupo dominante da sociedade colonial. Para receber uma sesmaria tinha que ter cabedais, ou seja, recursos para torná-la produtiva.

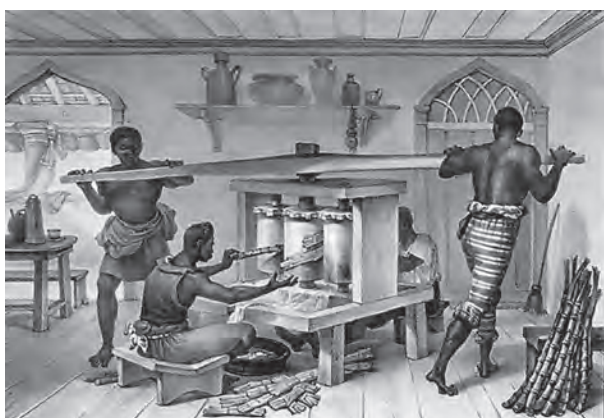
As sesmarias mais rentáveis se tornaram engenhos. Por esse nome entende-se a grande lavoura especializada na produção do açúcar (latifúndio) e o local no interior da grande lavoura onde ocorre o processo agroindustrial de transformação da cana-de-açúcar em açúcar (também chamada de fábrica ou casa-de-engenho). É importante destacar que o açúcar produzido no Brasil colonial difere do açúcar consumido domesticamente hoje. O açúcar do Brasil colonial era normalmente consumido em torrões e para atingir, mais ou menos, o aspecto do açúcar mascavo tinha que passar por um processo de refinamento disponível na Holanda e em alguns principados italianos. O historiador Stuart Schwartz define da seguinte forma a produção açucareira no Brasil: “O regime açucareiro brasileiro do século XVII, ao contrário de seus concorrentes posteriores nas Antilhas, concentrava-se na produção de açúcar mascavo de alta qualidade”.



(O Engenho), por Frans Post (1668)

No interior do engenho (latifúndio) existia o canavial, a casa-de-engenho, a roça (onde se plantava os alimentos), a casa-grande (habitação da família do senhor), a capela (onde se realizavam batizados, missas e casamentos) a senzala (moradia dos escravos) e a moradia dos trabalhadores livres. Na Bahia, a safra durava cerca de 9 meses, e o plantio se estendia mais dois meses. Durante a safra, os engenhos funcionavam noite adentro, e os trabalhos as vezes duravam de 18 a 20 horas por dia, com a mão de obra organizada em turnos. O escravo conseguia produzir num período de 14 a 24 meses açúcar suficiente para igualar seu valor de compra.

Os engenhos podem ser classificados de acordo com o meio utilizado para o seu funcionamento. Podem ser engenhos reais, se movidos à água, e os trapiches, que utilizavam de tração animal. Em alguns casos, a documentação informa sobre moinhos que funcionavam por meio da força do escravo, normalmente, em pequenos engenhos.



Pequeno moinho de açúcar,  
de Jean-Batiste Debret, 1822



Moinho de Cana de açúcar,  
Rugenda, 1835.

## A MÃO DE OBRA

### ESCRAVISMO COLONIAL

Quando se fala em mão de obra no interior do engenho é fundamental destacar que sua composição sofreu muitas alterações de acordo com a região e de acordo com o tempo. No norte e no sul da faixa ocupada pelos portugueses nos dois primeiros séculos, o equilíbrio entre escravos índios e negros era maior, já no nordeste a presença negra era muito superior. O principal motivo para isso era o aquecimento econômico, quanto mais economicamente ativa a região, mais condições ela tinha para compra de escravos negros.

Inicialmente, utilizava-se o índio como escravo, aos poucos o escravo negro se tornou predominante no nordeste. Isso aconteceu, em certa medida, por dois fatores: primeiro, a pressão intensa dos jesuítas contra a escravidão predatória do índio motivado por interesse religioso; segundo, também justificado pela alta lucratividade do tráfico negreiro. Podemos dizer que

o tráfico negreiro solucionou problemas em todas as frentes. Trazendo da África os trabalhadores necessários para o engenho, justificada pela alta lucratividade do tráfico negreiro.

À medida que o tráfico negreiro se intensificou e se transformou num elemento estrutural da colonização, a escravidão foi se convertendo em escravismo, portanto, em sistema. O escravismo colonial, diferentemente do escravismo greco-romano na Antiguidade, foi fundamentalmente mercantil. Os escravos eram produtores e mercadorias ao mesmo tempo. Nesse sentido, ele era o elo entre dois grupos importantes, os senhores de engenho e o traficantes de escravos. O escravismo colonial se estruturava em três camadas: O escravo, o senhor de engenho e o traficante de escravo. Além disso, o escravo era um mecanismo importante de transferência de capital da colônia para a metrópole, afinal, por meio dele o capital saía da colônia, das mãos dos senhores de engenho e se deslocava para a metrópole, por meio dos traficantes de escravo.

Nos engenhos, cada escravo tinha uma tarefa diária a realizar. Os que trabalhavam carpindo, plantando, colhendo eram chamados de escravos de campo e constituíam 80% dos escravos do engenho. Os que trabalhavam na fabricação do açúcar formavam 10% do total. Os domésticos e os artesão compunham os outros 10%. Cada cortador de cana tinha que cortar em média 4200 unidades por dia. Na moenda a intensidade era a mesma. Além da pesada tarefa diária, o escravizado tinha vários serviços extras, como construir cercas, realizar consertos e preparar farinha de mandioca.

### OS ASSALARIADOS

Existia no interior do engenho um pequeno grupo de trabalhadores assalariados, tais como: o feitor-mor (que administrava o engenho), o mestre-de-açúcar (controlava o trabalho de beneficiamento do açúcar), o feitor (que vigiava e castigava os escravos). Vale ressaltar que muitos que ocupavam essas funções eram negros ou mestiços. Esse caráter complexo da sociedade colonial não pode impedir a compreensão que a sociedade colonial açucareira, que apesar dessa brecha assalariada, pode ser dividida em dois grupos: uma elite branca proprietária das terras e dos escravos (minoritária) e uma maioria de escravos que serviam essa minoria.



DEBRET, Jean Baptiste.  
Feitor castigando negros, 1837



DEBRET, Jean Baptiste. Escravo no  
Pelourinho sendo açoitado, 1835.

### PLANTATION NO BRASIL COLONIAL

Organização produtiva baseada na monocultura (produção do açúcar), latifúndio (engenho) e no uso de mão de obra escrava, voltada para o mercado externo.

## MERCADO INTERNO

O Plantation de açúcar era o principal produto da economia colonial brasileira, no entanto pesquisas atuais tentam apontar a importância do mercado interno durante a economia açucareira. No Brasil colonial eram produzidos muitos outros gêneros, como fumo, algodão, aguardente, anil, carne e couro.

O Fumo e Tabaco eram produtos nativos com grande aceitação nos mercados coloniais e europeu. Produzido, principalmente, na Bahia, o Fumo e o Tabaco também eram utilizados no comércio com escravos no litoral africano, junto com a aguardente. A criação de gado era fundamental, não apenas para a alimentação, mas também destinado ao trabalho. A força animal movia muitos engenhos. Como muitos engenhos se dedicavam exclusivamente na produção açucareira, o mercado interno alimentava, em certo sentido, os engenhos.

## SISTEMA COLONIAL

O processo de colonização da América portuguesa foi diferente do processo de colonização da América Espanhola, a ausência inicial dos metais preciosos, que tanto estimulava o imaginário português, forçou a coroa portuguesa a elaborar uma nova estratégia para a colonização do Brasil. Apesar das diferenças, nós chamamos esses diferentes mecanismos de colonizações de Sistema Colonial Mercantilista ou Antigo Sistema Colonial. É esse sistema que define a relação entre colônia e metrópole entre os séculos XVI e XVIII.



A mais importante medida estabelecida entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira foi a chamada exclusivismo metropolitano ou pacto colonial. A colônia só podia vender e comprar, ou seja, ter relações comerciais, exclusivamente com sua metrópole. A principal consequência disso foi que a burguesia metropolitana tinha condições de impor tanto o preço de compra quanto de venda, ocorrendo a exploração da colônia.

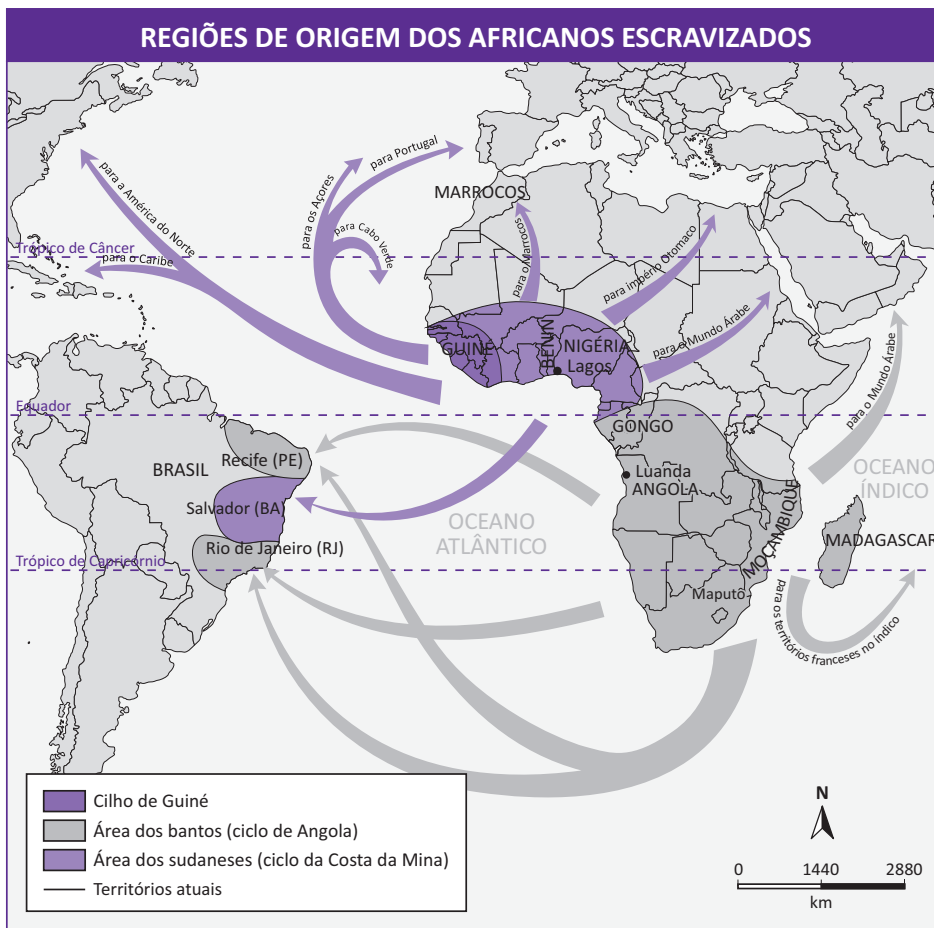
## SOCIEDADE COLONIAL NA ECONOMIA AÇUCAREIRA

As sociedades coloniais das diferentes áreas do Brasil, apesar de suas particularidades, tinham duas características em comum: a escravidão e uma hierarquia rígida, ou seja uma mobilidade social muito difícil. No topo da sociedade estavam os senhores donos, das terras e escravos, como definiu o Padre Antonil, escritor e testemunha ocular, “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. De fato, os senhores de engenho eram os grupos dominantes na sociedade açucareira. Os senhores de engenhos viviam com suas famílias na casa grande no interior do engenho, e, por vezes, coabitavam grandes casas em vilas, chamadas de sobrados.

A sociedade colonial era patriarcal, portanto, a vida privada, familiar e doméstica era dominada pelo senhor, normalmente, o mais velho que estendia seu prestígio por todos os laços familiares. Era ele que decidia sobre os casamentos e os grandes negócios, profissões dos filhos e castigos. Seu poder não se restringia a sua família, mas a família dos agregados e dos trabalhadores livres.

## NEGRO

A história do negro no Brasil carrega consigo o estigma da escravização e as várias formas de se resistir a ela. Estima-se que 9,5 milhões de negros foram traficados da África e escravizados na América, sendo quase 4 milhões para o Brasil. No Brasil, o negro perdia sua identidade como escravo e se transformava numa mercadoria, classificado e vendido conforme sua utilidade.



Estima-se que um terço dos escravos morriam no tráfico atlântico. Eles eram transportados nos chamados navios negreiros em condições desumanas, com péssima alimentação e sem acesso a luz do dia, a viagem durava cerca de 30 a 45 dias da África a América. Era comum dizer que muitos morriam de “Banzo”, de saudade da terra.

## TEXTO COMPLEMENTAR

## CACHAÇA: UMA DOSE DE HISTÓRIA

*Bebida acompanhou a formação da nossa nacionalidade, cumprindo importante papel na economia colonial e provocando a primeira revolta no Brasil contra o domínio português. Mais tarde, se tornaria símbolo da pátria independente antes de ser vilipendiada e superar a rejeição dos que veem o que é brasileiro como sinônimo de atraso*

Por Dirley Fernandes

Presente nos mapas dos navegantes europeus desde fins do século XV, o Brasil foi quase esquecido nas primeiras décadas do século XVI pela Coroa portuguesa, que não dispunha nem de gente suficiente no Reino para uma obra de colonização no vasto território d'além-mar. Com isso, a costa brasileira era visitada indistintamente por aventureiros – italianos, holandeses, franceses, espanhóis... – que se dedicavam à coleta de pau-brasil, sempre negociando com os índios. A partir da terceira década do século, no entanto, uma circunstância especial ajudaria a definir o futuro lusitano das terras do Brasil: a necessidade de produzir mais açúcar, que alcançava naquele momento o status de “ouro branco”.



Moagem de cana no engenho, Hercules Florence, Museu Paulista da USP, São Paulo

O uso do açúcar, até fins do século XV restrito à nobreza, tinha se disseminado por toda a Europa e atingido novas classes a partir do sucesso de sua cultura na ilha da Madeira, iniciada na primeira metade do Quatrocentos. Mas Funchal, capital da ilha, era um porto de relativamente fácil acesso, no qual muitos comerciantes de todas as nacionalidades negociavam a doce mercadoria, e se tornara de difícil controle para a Coroa. Isso, em muitas oportunidades, levava a um descontrole no abastecimento que afetava as cotações do produto. Além disso, o terreno do arquipélago era pedregoso e as propriedades tinham tamanho limitado, o que dificultava a cultura mais extensiva da cana. Convinha buscar novas terras que se prestassem a produzir o açúcar que era usado ao natural ou em conservas que encantavam, sobretudo, os flamengos.

A busca por novas áreas para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar foi um dos fatores que levaram a Coroa portuguesa a procurar um modelo de povoamento para o Brasil, que tinha, ao longo de toda a sua costa, as condições favoráveis para que a gramínea vicejasse: altas temperaturas, solos ricos e fartura de água. Regiões como São Vicente, Pernambuco e o Recôncavo Baiano são muito rapidamente ocupadas por engenhos e vastas plantações.

A expedição de Martim Afonso que aportou em 1531 no Brasil, como se sabe, trouxe mudas de cana e especialistas agrícolas. E, muito provavelmente, trouxe um dos primeiros alambiques do Novo Mundo, talvez um que já tivesse produzido aguardente de uva, mel ou cana nas Canárias, ponto de passagem da esquadra do fidalgo e provável origem das primeiras mudas de cana dessa primeira iniciativa organizada de produção canavieira em larga escala no Brasil.

Numa das três regiões citadas acima – mais provavelmente São Vicente –, se levarmos em conta o caminho feito pela cachaça nas décadas seguintes –, o processo da destilação que os ibéricos aprenderam com os árabes produziu, pela primeira vez, a aguardente de cana no Brasil.

Naquele momento, nada diferenciava aquela aguardente de outros destilados de cana que surgiam em outros pontos da América – como o rum, na Nova Inglaterra e no Caribe – ou das ilhas do Atlântico – o grogue de Cabo Verde. A cachaça só ganharia seu nome definitivo – de origem espanhola – e sua especificidade alguns séculos depois.

Claro que essa origem foi mitificada em lendas como a do melado esquecido no fogo e depois escondido do feitor, que fermentou e, após evaporar, condensou-se no teto do engenho e gotejou, dando origem à denominação “pinga”.

Pior ainda a potoca que afirma ser o termo “aguardente” advindo de uma suposta ardência do líquido em contato com as feridas nas costas do escravo vítima do látigo, quando se sabe que a expressão latina *aqua vitae* era de largo uso em todo o mundo latino ainda no Império Romano.

E todo modo, a cachaça firmou-se muito rapidamente no gosto popular dos “negros da terra” (índios), africanos e portugueses de estirpe popular ou degredados que formaram os primeiros núcleos de povoamento nas terras brasileiras. Era barata, sendo feita com uma pequena parcela do caldo ou da rapadura derivados da cana farta nas grandes plantações, e de relativamente fácil produção. Enquanto os fidalgos se entregavam ao vinho e à bagaceira vindos do Reino, o populacho das três raças se consolava com a cachaça enquanto o Brasil ia se formando.

**PARATY** Para dar conta desse consumo, as dezenas de engenhos em volta da baía de Todos os Santos e os de Pernambuco produziam a sua jeribita. Mas uma cidade se tornava sinônimo de cachaça: Paraty. Ali, os vicentinos que, segundo a hipótese mais provável, começaram a produção de cachaça em meados do século XVI nas terras do chamado Engenho dos Erasmos, fincaram no fim desse mesmo século ou no início do seguinte os primeiros alambiques que fizeram a glória da bebida, aperfeiçoando suas técnicas de produção. O porto do qual os navios partiam para a África e para o Reino e tropeiros e colonizadores se internavam na direção das Minas chegaria a ter, no século XVIII, em torno de cem fábricas de cachaça em funcionamento.

Em Paraty, negros chegavam da África e eram desembarcados e levados para a engorda no saco de Mamanguá, enquanto os navios eram carregados de cachaça – o pagamento preferido dos comerciantes da Costa da Mina e de Angola. Naquele momento, os africanos haviam se tornado também grandes consumidores de cachaça – o único destilado que conheciam –, o que muito preocupava a Coroa portuguesa.

Acosada pela concorrência da cachaça no Brasil e na África, e com o apoio de senhores de engenho que veem a cana dos pequenos produtores desviada da função de matéria-prima do açúcar para a valorizada cachaça, Lisboa baixa em 13 de setembro de 1649, a proibição do fabrico do “vinho de mel” em todo o Brasil (em 1635, uma primeira lei nesse sentido não havia “pegado” e fora esquecida).

O protesto dos fazendeiros, sobretudo os da província do Rio de Janeiro, que abasteciam Angola de cachaça até por não conseguir competir com o açúcar de melhor qualidade de Pernambuco, é forte e a Coroa responde retirando a proibição, aumentando taxações, tornando a proibir e estabelecendo diversos obstáculos e regulações. Em 1659, o comércio de aguardente sob qualquer forma, é vetado, gerando protestos que culminam com a chamada Revolta da Cachaça, em 1660, quando, liderados por fazendeiros da região de São Gonçalo, o povo do Rio de Janeiro depõe o governador, então em viagem a São Paulo, obrigando a Câmara a dar posse a outro fidalgo.

A rebelião é sufocada com certa facilidade, depois que os paulistas negam seu apoio aos revoltosos, e seu líder, o produtor de cachaça Jerônimo Barbalho, é enforcado. Mas a Coroa não apoia a decisão do governador Salvador Correa de Sá e Benevides. Ele acabaria sendo chamado de volta a Lisboa e processado, enquanto a produção da cachaça, para deleite de fazendeiros, comerciantes e do povo em geral, era liberada sem restrições, “a fim de evitar novos problemas”.

A primeira rebelião popular da nascente nacionalidade brasileira contra o domínio português de que se tem notícia prefaciou o papel de símbolo da nacionalidade com que a cachaça seria brindada ao longo dos séculos seguintes. Com a descoberta do ouro, a branquinha subiria a serra do Mar e encontraria seu território definitivo: as Minas Gerais.

**MINAS GERAIS** A cachaça chegou às Minas com os tropeiros e bandeirantes, através do Caminho Velho, que já existia no fim do século XVII e ligava Paraty a Guaratinguetá e, daí, à região aurífera da Vila Rica. Também subiu o rio São Francisco, com os baianos que se internaram no sertão rosiano. Em 1715, o governador da província, Brás Baltazar da Silveira, já dá início à perseguição ao líquido brasileiro, proibindo a construção de novos alambiques, sob a alegação de que a bebida “inquieta os negros” e causa “dano irreparável ao Real Serviço e à Fazenda” – pura reserva de mercado para os vinhos e bagaceiras do Reino. A lei é tão inócua quanto as anteriores e outras que se sucederão ao longo do século para deter o avanço dos alambiques, que vão se tornando parte do equipamento básico das fazendas mineiras.



Na foto de Augusto Malta, o “almirante negro”, João Cândido, líder da Revolta da Chibata, lê o jornal ao lado de outro marinheiro.

Enquanto as minas escasseavam em fins do século XVIII, os alambiques se multiplicavam para desgosto da Coroa. Durante a Inconfidência, ela será usada para brindes, por exemplo, no banquete oferecido pelo Padre Toledo em outubro de 1788 após o batizado dos filhos de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora – considerada a primeira reunião inconfidente na Comarca do Rio das Mortes, hoje Tiradentes.

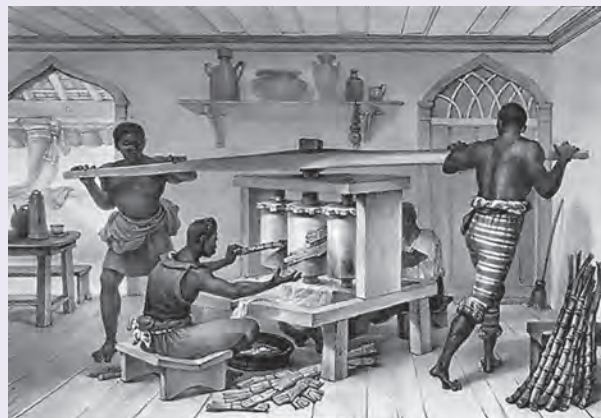
A própria família de Tiradentes produzia – e produz – cachaça, no engenho Boa Vista, na atual cidade de Xavier Chaves. O padre Domingos da Silva Xavier, irmão do alferes, cuidava do alambique. Já no território da lenda, o último pedido do futuro mártir da nacionalidade brasileira teria sido: “Molhem minha goela com cachaça da terra”.

A ligação lendária entre o alferes e a bebida faz todo o sentido dentro da construção dos símbolos da nacionalidade brasileira do século XIX, a reboque da Independência. Nesse período, a cachaça atinge seu ponto mais elevado como parte da vida nacional. Em 1863, são 150 os alambiques em funcionamento apenas em Paraty, fornecendo, inclusive, para o Palácio Imperial, onde a preferência do conde d’Eu – que se casaria com a princesa Isabel no ano seguinte – seria glosada, mais tarde, por Oswald de Andrade: “No baile da Corte/ Foi o Conde d’Eu quem disse/ Pra Dona Benvinda/ Que farinha de Surui, Pinga de Paraty e fumo de Baependi/ É comê, bebê, pitá e caí.”

Recebida em palácio e cantada pelos nobres, tal era o prestígio da cachaça naquele século que foi admitida até nas cerimônias religiosas, como atesta o Baile da Aguardente, recolhido por Melo Moraes Filho e mencionado por Câmara Cascudo no seu Prelúdio da cachaça. Segundo o folclorista, a penetração na religiosidade – a mais profunda das representações de um povo – comprova o elevado status que a cachaça atingiu naquele momento.

**REJEIÇÃO** Mas a segunda metade daquele século testemunharia a ascensão da burguesia e, com ela, aquilo que Nelson Werneck Sodré denominou a “ideologia do colonialismo” – a afinidade entre a burguesia nascente brasileira e a europeia, com a subordinação material e cultural da primeira pela segunda. O mais divulgado dos “preconceitos justificatórios” difundidos por essa ideologia, vulgarizado no período, é o da superioridade racial das raças europeias, particularmente nórdicas, sobre os de outras raças, especialmente negros e indígenas.

A prosódia brasileira é rejeitada – nos teatros, adota-se o modo de falar lisboeta –, e os burgueses brasileiros são os mais numerosos assinantes da Revue des Deux Mondes fora da França. E ganha espaço a ideia de um Brasil “civilizado” (o litorâneo, de pretensões cosmopolitas) em oposição ao atrasado – o interiorano, território do índio, do cabra e da cachaça.



*Escravos moviam as moendas que produziam o caldo que, fermentado, gerava a cachaça, um dos principais produtos de exportação do Brasil colonial. Pequena moenda portátil, Jean Baptiste Debret, in Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, século XIX*



*Engenho (detalhe), óleo sobre tela, Frans Post. 117 x 167 cm, Museu do Louvre, Paris*

Estreitamente ligada à história da escravidão, a cachaça é rejeitada como bebida de negro, de caboclo (os índios desgarrados que iam para a cidade em condição de miséria), de cabra (o trabalhador do canavial nordestino). Mas, como diz Câmara Cascudo, ela asseguraria sua sobrevivência, “ficando com o povo”.

É nessa condição que ela aparece em mais um episódio da história brasileira. Numa noite de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues tenta embarcar no navio Minas Gerais com duas garrafas da branquinha. Um ato de indisciplina, por certo, repreendido por um cabo enérgico, que apreende as garrafas. Marcelino reage a navalha, mas é preso e recebe, como punição, 250 chibatadas – dez vezes mais do que era o disposto pelo regulamento.

O episódio precipitou a longamente planejada Revolta da Chibata, imortalizada na canção de João Bosco e Aldir Blanc-Mestre-sala dos mares. A letra genial de Aldir homenageia o líder do movimento que pretendia acabar com os castigos físicos na Marinha brasileira: João Cândido. Filho de escravos, o marujo comandou os quatro encouraçados que ameaçaram bom-

bardear a capital da recém-instituída República caso suas reivindicações não fossem aceitas. Seis anos antes, o “almirante negro” tinha recebido também uma punição por levar cachaça a bordo: suspensão do soldo.

A cachaça era o consolo para a vida dura daqueles homens para quem a abolição, a República e a cidadania não haviam chegado de todo. E, assim ela atravessou o século XX: como a amiga do povo, cantada pelos poetas populares e rejeitada por aqueles que viam no que era mais profundamente brasileiro o sinal do atraso.

**VITÓRIA** Mas mesmo esses setores acabam, no fim do século, por se sentirem ultrapassados diante da vitória retumbante da cachaça, sobrevivente às perseguições seculares e entronizada como símbolo nacional. A bebida se valoriza, ganha qualidade, aprimora suas técnicas de envelhecimento, e seu consumo começa a não ser visto mais como coisa da “ralé”.

No século XXI, o Brasil e o que seja brasileiro entram na moda e a cachaça vai junto, ocupando cada vez mais espaços. Agora, testemunha-se a chegada dos grandes grupos multinacionais (a Diageo, com a compra da Ypióca, e a Campari, com a aquisição da Sagatiba) que almejam, junto com empresários nacionais e o governo brasileiro, agora de todo convencidos dos valores da bebida, levá-la a outro patamar, abrindo um novo capítulo nessa história que se confunde com a da superação e resistência do povo brasileiro: a de potência mundial.

*Dirley Fernandes*

Jornalista, documentarista e editor de História Viva.

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01 | ENEM** Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

“Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro”, Bahia apud DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR., R. Um olhar sobre as festas populares brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de:

- A** exclusão social.
- B** imposição religiosa.
- C** acomodação política.
- D** supressão simbólica.
- E** ressignificação cultural.

**Resolução:**

- E** ressignificação cultural.

*Estado Democrático de Direito consagrou memória histórica redimensionada ou construída a partir de aspectos simbólicos, culturais e identitários de um povo. A cruz que deixa de ser um objeto de tortura e passa a ser de adoração para o Cristianismo, a suástica budista que se transforma em símbolo do nazi-fascismo alemão, o bandeirante brasileiro que de escravocrata, destruidor de quilombos, se transforma em símbolo da Marcha para o Oeste varguista, são alguns exemplos da ressignificação histórica em três momentos envolvendo povos diferentes. De maneira ampla, a ressignificação se comunica com a memória histórica de um povo podendo manter, criar, modificar ou finalizar elementos culturais polissêmicos que identificam determinada sociedade.*

**02 | ENEM** A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.

MINAS GERAIS. Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

- A** permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- B** perderam a relação com o seu passado histórico.
- C** derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- D** contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- E** demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

**Resolução:**

- C** derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.

*A escravidão legou ao Brasil a inserção de ricos padrões culturais de diversos povos tribais africanos. A historicização deste contato trouxe, como uma de suas consequências, um sincretismo cultural extremamente complexo e pautado por profundas ressignificações. A religião, as danças, as músicas, hábitos e costumes são alguns exemplos desta integração cultural vivenciada no Brasil do passado.*

**03|** Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

(SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. Revista USP. n. 12, dez./jan./fev. 1991-92 – Adaptado)

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a:

- A** formação de uma identidade cultural afro-brasileira.
- B** superação de aspectos culturais africanos por anti-gas tradições europeias.
- C** reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.
- D** manutenção das características culturais específicas de cada etnia.
- E** resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

**Resolução:**

- A** formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

*Os padrões culturais africanos se adequaram de maneira mais ou menos intensa aos padrões luso-brasileiros trazendo como consequência uma multiplicidade cultural rica e signos e ressignificações. A religião, a música, a dança, a culinária são alguns exemplos de tais aspectos que delinearam a formação cultural brasileira. O reconhecimento de tais aspectos contribuiu para a ampla construção identitária de no país.*

**04|** No final do século XVI, na Bahia, Guiomar de Oliveira denunciou Antônia Nóbrega à Inquisição. Segundo o depoimento, esta lhe dava “uns pós não sabe de quê, e outros pós de osso de finado, os quais pós ela confessante deu a beber em vinho ao dito seu marido para ser seu amigo e serem bem-casados, e que todas estas coisas

fez tendo-lhe dito a dita Antônia e ensinado que eram coisas diabólicas e que os diabos lha ensinaram”.

ARAÚJO, E. O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Brasília: UnB/José Olympio, 1997.

Do ponto de vista da Inquisição,

- A** o problema dos métodos citados no trecho residia na dissimulação, que acabava por enganar o enfeitado.
- B** o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.
- C** os ingredientes em decomposição das poções mágicas eram condenados porque afetavam a saúde da população.
- D** as feiticeiras representavam séria ameaça à sociedade, pois eram perceptíveis suas tendências feministas.
- E** os cristãos deviam preservar a instituição do casamento recorrendo exclusivamente aos ensinamentos da Igreja.

**Resolução:**

- B** o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.

*A Igreja Católica esforçou-se, por vários séculos, em eliminar tudo aquilo que considerasse pecaminoso e destrutivo à salvação. Assim, os hereges passaram a ser duramente perseguidos sendo-lhes dada, em um primeiro momento, a oportunidade do arrependimento e do perdão, mas se houvesse por parte daquele obstinação quanto aos seus pecados, a justiça inquisitorial se mostraria implacável. Por anos, a Igreja aperfeiçoou as táticas de tortura em busca da confissão da heresia, mas estabeleceu, igualmente, uma pedagogia religiosa voltada a penitência dos arrependidos. Porém, reservou aos hereges contumazes o pior dos castigos: a morte pelo fogo. Simbolicamente, representava a purificação dos pecados, simbolizando a desobediência a Deus e uma demonstração da imagem do Inferno. Assim, uma das piores heresias identificadas pela Inquisição tratava-se da demonolatria, cuja referência muitas vezes estava associada à imagem das mulheres que possuíam pacto com o Demônio e consideradas mais perigosas que as feiticeiras. Tal pecadora era considerada “irrecuperável” cabendo a esta, exclusivamente, a pena capital: a morte na fogueira.*

**F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO**

**01| EFEI** Com a perda da autonomia política de Portugal em prol da Espanha (União Ibérica), a partir de 1580, ocorre uma mudança significativa na administração da colônia Brasil.

Caracterize essa mudança na forma administrativa da colônia, e que perdurou até 1642.

**03| PUC-RJ** O trabalho escravo indígena e do negro africano desempenhou papel fundamental na colonização da América Portuguesa.

- A** Considerando-se que, nos primórdios da colonização, o recurso à escravização dos “negros da terra” – isto é, dos indígenas – foi uma prática recorrente inclusive nas áreas de plantio da cana-de-açúcar, cite 1 (uma) razão que tenha contribuído para a progressiva substituição dos escravos indígenas por escravos de origem africana nessas áreas.
- B** Caracterize 1 (uma) repercussão econômica, social ou demográfica do fim do tráfico negreiro intercontinental para a sociedade brasileira em meados do século XIX.

**03| UNESP** O artista holandês Albert Eckhout (c.1610-c.1666) esteve no Brasil entre 1637 e 1644, na comitiva de Maurício de Nassau. A tela foi pintada nesse período e pode ser considerada exemplar da forma como muitos viajantes europeus representaram os índios que aqui viviam.



(Albert Eckhout. *Índia Tarairiu (tapuia)*, 1641.)

Identifique e analise dois elementos da imagem que expressem esse “olhar europeu” sobre o Brasil.

**04| EFEI** Referindo-se ao papel desempenhado pelos holandeses na indústria açucareira brasileira, no período anterior à União Ibérica, Celso Furtado escreveu: “... o negócio do açúcar era, na realidade, mais deles do que dos portugueses.”

Explique essa afirmação.

**05| FUVEST** “Quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos. E isto principalmente se vê em alguns senhores que têm lavradores em terras do engenho, ou de cana obrigada a moer, tratando-os com altivez e arrogância”.

João Antônio Andreoni (Antonil),  
*Cultura e opulência do Brasil*

Face a esta afirmativa:

- A** Caracterize os lavradores de cana, como um grupo distinto dos senhores de engenho.
- B** Discorra sobre as razões do comportamento dos senhores de engenho, descrito por Antonil.

**06| UNESP** “O ser senhor de engenho, diz o cronista, é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado da muitos.”

João Antônio Andreoni (Antonil),  
*Cultura e opulência do Brasil*

Considerando o período colonial brasileiro, comente a afirmação apresentada.

**07| UNESP**

“E se a lição foi aprendida  
a vitória não será vã.

Neste Brasil holandês,

Tem lugar para o português

e para o Banco de Amsterdam.”

(Chico Buarque e Rui Guerra. Calabar, 1973)

Baseando-se nos versos da peça de teatro Calabar, responda:

- A** O que era o “Brasil holandês”?
- B** Por que os autores afirmam que no Brasil havia lugar “para o português e para o Banco de Amsterdam”?

**08|** Leia o texto a seguir, escrito pelo Padre Antonil em 1711.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas.

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais...

(Adaptado de: ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p.89. Coleção Reconquista do Brasil. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2012.)

- A** Considerando o Período Colonial brasileiro, explique a afirmativa “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”.
- B** Qual a posição assumida pelo Padre Antonil frente ao tratamento dispensado aos escravos?

## T ENEM E VESTIBULARES

**01| FAC. DIREITO DE SOROCABA SP** Entre as explicações para o estabelecimento das capitanias hereditárias no Brasil, na década de 1530, está:

- A** a necessidade de Portugal proteger e explorar mais intensamente o seu território colonial na América.
- B** a não aceitação, por parte da Igreja Católica, de uma terra desprovida de governadores e proprietários.
- C** a comparação com a estrutura política das colônias inglesas na América, organizadas em vice-reinos.
- D** o interesse português em estender os seus territórios até a atual Bolívia, de forma a conquistar Potosí dos espanhóis.
- E** as disputas da alta nobreza portuguesa por poder e terras na América, exigindo a intervenção da Coroa.

**02| UDESC** Analise as proposições sobre a administração colonial na América portuguesa, e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- ( ) Com o objetivo de diminuir as dificuldades na administração das capitanias, D. João III implantou, na América portuguesa, um Governo-Geral que deveria ser capaz de restabelecer a autoridade da Corte portuguesa nos domínios coloniais, centralizar as decisões e a política colonial.
- ( ) A Capitania de São Vicente foi escolhida pela Coroa Portuguesa para ser a sede do Governo, pois estava localizada em um ponto estratégico do território colonial português. Foi nesta Capitania que se implementaram as novas políticas administrativas da Coroa com a instalação do Governo-Geral.
- ( ) Tomé de Souza foi o responsável por instalar o primeiro Governo-Geral. Trouxe com ele soldados, colonos, burocratas, jesuítas, e deu início à construção da primeira capital do Brasil: Rio de Janeiro.
- ( ) A criação e instalação do Governo-Geral na América portuguesa foi uma alternativa encontrada pela Coroa Portuguesa para organizar e ocupar a colônia, que enfrentava dificuldades, dentre elas os constantes conflitos com os indígenas e os resultados insatisfatórios de algumas capitanias.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo:

- A** V – F – F – V
- B** V – F – V – F
- C** V – V – F – F
- D** F – V – F – V
- E** F – V – V – F

**03| PUCSP** “Ao longo da segunda metade do século XVI, a Bahia se tornou a principal capitania do Brasil colonial. Juntou-se a Pernambuco como região de grande lavoura e engenhos produtores de açúcar; tornou-se polo de imigração portuguesa, com destaque para os cristãos-novos, atraídos pela nova frente de expansão açucareira e desejosos de escapar do braço comprido do Santo Ofício português, criado entre 1536 e 1540; abrigou número crescente de missionários, não só jesuítas, mas professos de outras ordens religiosas.”

Ronaldo Vainfas. Antônio Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 31.

Podemos afirmar que o texto indica uma concepção acerca do estudo da história do Brasil colonial em que se

- A** privilegia a dimensão religiosa dos vínculos entre colônia e metrópole, pois tal dimensão é necessariamente determinante das demais relações presentes na sociedade colonial.
- B** valoriza a liberdade de crença e a pluralidade das manifestações religiosas na colônia, possível a partir da aceitação, pela Igreja Católica, das formas de religiosidade das comunidades indígenas.
- C** caracteriza a divisão internacional do trabalho, pois as colônias americanas e suas metrópoles europeias mantiveram, antes e depois da independência, papéis hegemônicos no contexto global de circulação de mercadorias.
- D** reconhece o caráter complexo e plural das relações entre colônia e metrópole a partir da identificação de diversos elementos da ocupação e organização da sociedade colonial.
- E** define o caráter flexível das relações entre colônia e metrópole, pois estas se estruturaram a partir do perfeito equilíbrio político entre a periferia e o centro econômico.

**04| ESPM** Leia os versos de Gregório de Matos abaixo e responda:

O açúcar já se acabou? Baixou.

E o dinheiro se extinguiu? Subiu.

Logo já convalesceu? Morreu.

À Bahia aconteceu o que

a um doente acontece,

cai na cama, o mal lhe cresce,

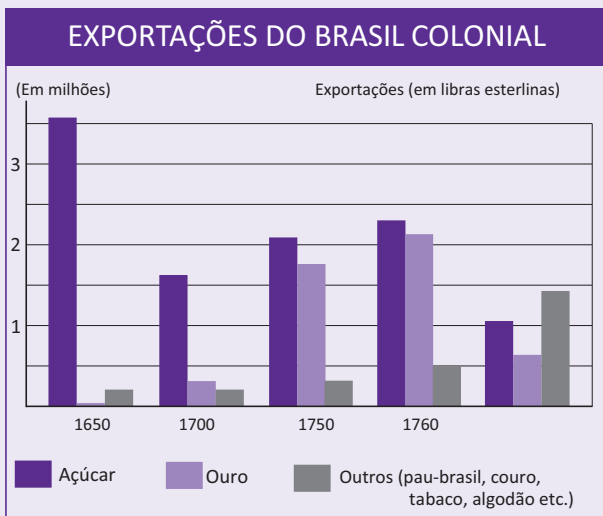
baixou, subiu e morreu.

A decadência econômica que afetava a Bahia e o Nordeste brasileiro no final do século XVII decorria:



- A** da invasão francesa e da devastação da lavoura canieira;
- B** da região se encontrar então sob a ocupação holandesa;
- C** da concorrência que o açúcar produzido pelos holandeses, nas Antilhas, fazia ao açúcar produzido no Brasil;
- D** do deslançar naquele tempo da cafeicultura;
- E** do fato de a Espanha, que dominava a região na época, ter seu interesse voltado para a extração da prata em regiões como México e Peru.

**05| UFRN** O gráfico abaixo mostra a destacada posição da agroindústria açucareira na economia do Brasil Colonial.



Fonte: IstoÉ Brasil: 500 anos. São Paulo: Três, 1998. p. 18. [Adaptado]

Na análise histórica, esses dados se tornam significativos quando relacionados a outras dimensões da sociedade na mesma época. Neste sentido, é correto afirmar que, além de fornecer um importante produto para o comércio mundial, a agroindústria do açúcar

- A** favoreceu a diversificação da economia colonial, uma vez que os lucros da produção açucareira foram investidos na implantação de manufaturas na colônia.
- B** ocasionou a ampliação do território da colônia portuguesa para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, à medida que se expandia o cultivo da cana-de-açúcar.
- C** incorporou efetivamente ao domínio português as regiões banhadas pelo rio São Francisco, onde se instalaram engenhos, que utilizavam a água do rio em obras de irrigação.
- D** vinculou a exploração das terras americanas à África, fornecedora de mão de obra, e serviu de alternativa à economia portuguesa, a partir da crise no comércio com o Oriente.

**06| UFTM** Em 1570, a Província de Santa Cruz contava com 60 engenhos. Destes, 41 situavam-se nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. Quinze anos depois, o número de engenhos nestas duas regiões mais do que triplicou, atingindo a marca dos 131. No final do século, em 1590, a colônia contava com 150 engenhos espalhados pelas capitanias de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. As duas primeiras capitanias, entretanto, continuavam a concentrar o maior número de unidades produtivas, que correspondia a 80% do total (...). Em 1584, cerca de 40 navios eram utilizados para transportar o açúcar de Recife para Lisboa. No início do século XVII, em 1614, mais de 130 navios eram utilizados no transporte do açúcar de Pernambuco para a metrópole.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. História do Brasil, uma interpretação, 2008.)

Infere-se do texto que:

- A** a produção açucareira distribuiu-se de forma equilibrada por toda a colônia.
- B** os lucros propiciados pelo açúcar inibiram o desenvolvimento da pecuária em larga escala.
- C** a prosperidade das regiões dependia da capacidade administrativa dos donatários.
- D** a cana forneceu a base material para o estabelecimento dos portugueses nos trópicos.
- E** o crescimento da produção foi lento e constante ao longo dos séculos XVI e XVII.

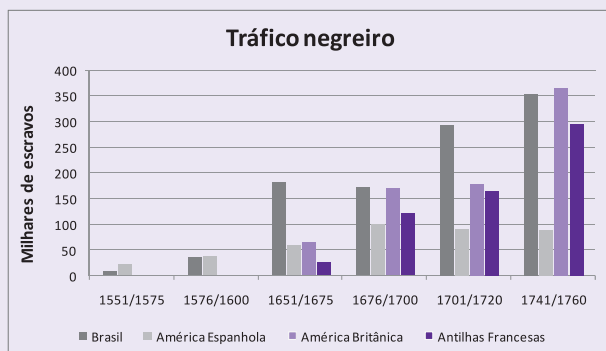
**07| FATECSP** “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda.”

(ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 89.)

No trecho citado, parte de uma obra publicada em 1711, o jesuíta Antonil

- A** torna evidente que o trabalho escravo constituiu a base da exploração econômica em setores essenciais da economia colonial.
- B** fornece argumentos para o combate movido pela Igreja contra a escravização de indígenas e africanos nos domínios coloniais portugueses.
- C** explica por que a escravidão foi importante no empreendimento açucareiro, mas teve papel secundário e marginal na exploração mineradora.
- D** justifica a brandura da escravidão no Brasil e sugere uma explicação para a “democracia racial” predominante na sociedade colonial brasileira.
- E** condena as tentativas de introduzir trabalhadores livres, trazidos da Europa, para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café.

08| FGV Analise o gráfico abaixo:



Adaptado de ALENCASTRO, L.F. O trato dos viventes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.43

O tráfico negreiro foi um dos mais importantes elementos do domínio colonial entre os séculos XVI e XVIII. A mão de obra escrava proveniente da África foi empregada nas principais atividades desenvolvidas nas colônias americanas, por iniciativa dos Estados europeus. Considerando os dados fornecidos pelo gráfico, é possível afirmar sobre a economia colonial nesse período:

- A A utilização de escravos africanos na América espanhola cresceu em escala progressiva e acompanhou o aumento da extração de prata e ouro até o final do século XVIII.
- B A introdução de escravos africanos nas Antilhas Francesas está associada à produção canavieira desenvolvida por holandeses após a sua expulsão de Pernambuco na metade do século XVII.
- C Os governantes ingleses impediram o tráfico de escravos em suas colônias e estimularam, em contrapartida, o desenvolvimento do povoamento europeu nos territórios americanos sob o seu controle.
- D A utilização de escravos africanos no Brasil ocorreu, apenas, com a descoberta de ouro e pedras preciosas na região das Minas Gerais, no século XVIII.
- E O número de escravos africanos trazido ao Brasil foi sempre superior ao volume de escravos destinados às demais áreas coloniais referidas no gráfico.

09| FMABCSP “Nenhuma outra forma de exploração agrária no Brasil colonial resume tão bem as características básicas da grande lavoura como o engenho de açúcar.”

Alice Canabrava, in Sérgio Buarque de Holanda (org.) História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1963, tomo I, vol. 2, p. 198-206.

Entre as características básicas da grande lavoura, mencionadas no texto, podemos citar

- A pouco emprego de mão de obra e extrativismo.
- B esforço exportador e minifúndio.
- C trabalho assalariado e alta tecnologia.
- D latifúndio e produção voltada ao mercado interno.
- E monocultura e trabalho escravo.

10| FUVEST É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos. Mas, elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas.

Caio Prado Jr., Evolução política do Brasil. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, p.28-29, 1993 [1942].

Neste trecho, o autor observa que, na sociedade colonial,

- A só havia duas classes conhecidas, e que nada é sabido sobre indivíduos que porventura fizessem parte de outras.
- B havia muitas classes diferentes, mas só duas estavam diretamente ligadas a critérios econômicos.
- C todos os membros das classes existentes queriam se transformar em proprietários rurais, exceto os pequenos trabalhadores livres, semilivres ou escravos.
- D diversas classes radicalmente distintas umas das outras compunham um cenário complexo, marcado por conflitos sociais.
- E a população se organizava em duas classes, cujas gradações internas não alteravam a simplicidade da estrutura social.

11| PUCAMP Napoleão Bonaparte e Adolf Hitler, entre outros, sonharam com a pan-Europa que, com a inclusão de mais dez países, se tornou uma realidade irreversível. Os antecedentes da União Europeia são assim, alguns mais respeitáveis do que outros. Durante muito tempo depois da tentativa de Carlos Magno de substituir o império romano pelo seu, uma identidade europeia se definia mais pelo que não era do que pelo que era: cristã e não muçulmana, civilizada em vez de bárbara (e, portanto, com o direito de subjugar e europeizar os bárbaros – isto é, o resto do mundo).

(Luis Fernando Veríssimo. O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008)

Quando o português chegou  
 Debaixo duma bruta chuva  
 Vestiu o índio  
 Que pena!  
 Fosse uma manhã de sol  
 O índio tinha despido  
 O português

(Oswald de Andrade. O santeiro do manguê e outros poemas. São Paulo: Globo, 1991. p. 95)

Explica a ironia feita pelo autor do poema e identifica a ideia da identidade europeia, referida no texto de Luis Fernando Veríssimo, o que se afirma em:

- A** O domínio e catequização dos índios, no século XVI, deveu-se à preocupação dos portugueses com os habitantes da nova terra.
- B** Os portugueses foram os primeiros a reconhecer, entre outras coisas, os costumes, crenças e tradições dos indígenas brasileiros.
- C** A nudez e os valores dos índios, cuja cultura refletia uma relação com a natureza, foram compreendidos pelos conquistadores portugueses.
- D** Os primeiros contatos dos portugueses com os índios para assegurar a posse das terras pelo reino luso foram pacíficos e amistosos.
- E** O contato entre portugueses e indígenas em 1500 foi marcado pela imposição de hábitos europeus sobre o modo de vida dos nativos.

## UNIÃO IBÉRICA E RESTAURAÇÃO (1580 - 1640)

Durante 60 anos, a coroa portuguesa e espanhola esteve sob a mesma cabeça, essa pode ser uma definição genérica do que foi a união ibérica, período que corresponde de 1580 até 1640, em que os reis espanhóis filipinos governaram o império português e espanhol. Isso ocorreu por causa de uma crise sucessória. O Rei português, D. Sebastião, que foi declarado morto na batalha de Alcácer-Quibir no norte da África. Como o Rei D. Sebastião não tinha descendentes o trono foi ocupado por seu tio-avô D. Henrique, cardeal que morreu em 1580. Com a morte de D. Henrique, três pretendentes se candidataram ao trono: D. Catarina, Duquesa de Bragança; D. Antônio, pio de Crato e Felipe II, rei da Espanha.

No século XVI a Espanha viveu um período de intenso esplendor, chamado de “século Del Oro”. O grande poder econômico decorrente dos metais preciosos da América foi um fator decisivo para esse período que, por vezes, é definido, como de preponderância espanhola.

Esse poderio espanhol estimulou parte da nobreza portuguesa a apoiar Felipe II e sua ascensão ao trono português. Como possuía ligações sanguíneas com os reis anteriores e o apoio da nobreza portuguesa, Felipe II derrotou seus concorrentes e assumiu o trono português declarando, “*Portugal, lo herdé, lo compré y lo conquisté*”.

A união entre as duas coroas durou até 1640, quando um movimento chamado de Restauração dividiu as duas coroas europeias novamente. A União Ibérica, que teve sua duração durante os governos dos reis espanhóis Felipe II, III e IV, começou a vivenciar intensas crises com as perdas dos territórios coloniais portugueses e com o não cumprimento, do lado espanhol, do acordo que garantia os altos cargos administrativos do império português aos portugueses.

D. João, duque de Bragança, liderou o movimento que reclamava a independência de Portugal, sendo legitimado pelas cortes portuguesas em 1640. A Espanha não se manteve passiva ao processo de Restauração portuguesa, dando início as guerras de restauração, que foram vencidas pelos portugueses com o apoio inglês selado com o casamento entre D. Catarina de Bragança, filha de D. João com Carlos II, rei inglês.

A restauração deu início a dinastia dos Braganças no trono português, família de D. Pedro I e II, imperadores do Brasil após a Independência do Brasil em 1822.

## INVASÕES HOLANDEASAS

As invasões holandesas que aconteceram no litoral brasileiro entre 1624 e 1654, em certo sentido, foram consequência da União Ibérica. Afinal, a própria Holanda era um domínio colonial espanhol até se rebelar a partir da segunda metade do século XVI, quando se declarou independente da Espanha. Felipe II, em retaliação ao processo de Independente holandês, proibiu qualquer envolvimento entre seu Império e os holandeses (não podemos esquecer que Felipe II era rei de dois impérios, o espanhol e o português, que incluía o Brasil). Os holandeses, que eram os principais compradores e refinadores do açúcar brasileiro, reagiram a essa proibição.

Inicialmente, os holandeses intensificaram o contrabando. Depois se organizaram em torno da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, para dinamizar o comércio holandês e diminuir as perdas resultantes das proibições de Felipe II. A Companhia das Índias Ocidentais era uma empresa que representava os interesses holandeses, saqueava, pirateava e, para não perder o lucro do açúcar brasileiro, organizou invasões ao litoral brasileiro.

### A INVASÃO HOLANDESA NA BAHIA (1624)

“Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade de Salvador”, afirma o historiador Boris Fausto. Se a invasão e a conquista foram rápidas e eficientes, o mesmo não se pode dizer do efetivo controle: em menos de um ano os holandeses se renderam e foram expulsos do solo baiano.

Isso se deu, em grande medida, pela organização nas fazendas próximas a capital de uma resistência dos “homens bons”. As tropas de resistência ainda contaram com o apoio do governo espanhol, que enviou cerca de 12 mil homens. Outro elemento fundamental para compreender a expulsão rápida dos holandeses da Bahia foi o discurso religioso, o bispo Marcos Teixeira mobilizou a população local utilizando o discurso católico contra os invasores protestantes, não por acaso, o nome atribuído a esquadra que expulsou os holandeses da Bahia é “Jornada dos Vassalos”. Nesse sentido, é importante associar as invasões holandesas aos conflitos religiosos que aconteciam na Europa, afinal, expulsar os holandeses era também expulsar os protestantes.

### INVASÃO DOS HOLANDESES EM PERNAMBUCO (1630 – 1654)

Pernambuco era a região que mais produzia açúcar e uma das capitanias que deu certo, diferente da Bahia, porém não era o centro administrativo. A invasão em Pernambuco tem um caráter particular, afinal, diferente da Bahia, os holandeses permaneceram em Pernambuco por 24 anos, ou seja, houve um domínio e um controle efetivo e duradouro dos holandeses sobre o Pernambuco. É a história desses 24 anos que é chamada pela historiografia de Brasil holandês, que dividiremos por questões didáticas em três períodos:

#### 1º FASE: 1630 – 1635

Essa primeira fase é caracterizada pelos conflitos que marcaram a invasão, a guerra de guerrilha e as emboscadas. A organização da resistência no interior pelo então governador da província, Matias Albuquerque, e a fundação do Arraial do Bom Jesus, como centro da resistência. Inicialmente, o desconhecimento da região favoreceu a resistência. Esse obstáculo só foi superado pelos holandeses com o apoio de colaboradores locais, entre eles, um profundo conhecedor da região, Domingos Fernandes Calabar.

O fim desse período é marcado pela queda do centro da resistência: o arraial de Bom Jesus, que foi possível graças a grande colaboração dada por Calabar aos holandeses. No entanto, no ataque holandês ao arraial, Calabar foi capturado e executado pelos portugueses acusado de traição.

#### 2º FASE: 1635 – 1644

##### Maurício de Nassau



Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/junho2010/images/img\\_ju465-06.jpg](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2010/images/img_ju465-06.jpg)

Podemos determinar como característica marcante dessa fase o governo de Maurício de Nassau, que desembarcou no Brasil em 1637 com o título de governador-geral do Brasil holandês. O principal objetivo de Nassau era reconstruir os engenhos devastados pela guerra e torná-los produtivos. Nesse sentido, concedeu empréstimos aos senhores de engenho, adotou uma política de tolerância religiosa, para evitar conflitos, e realizou amplos investimentos em infraestrutura, como canais, pontes, hospitais. Além disso, Nassau trouxe consigo artistas como Albert Eckhout e Frans Post e cientistas como Georg Marcgraf e Willem Piso. Nassau também foi responsável pela modernização de Recife.



A modernização do Recife empreendida por Nassau pode ser vista através das pontes e canais construídos nesse período. Recife, PE, Museu do Estado



### 3º FASE: 1644 – 1654

Essa fase é marcada pela reação luso-brasileira à dominação holandesa. É importante ressaltar que essa reação começa no Brasil num momento de transformação política, afinal, em 1640 tinha acabado a União Ibérica, Portugal havia recobrado sua autonomia e o Brasil era fundamental para a recuperação política e econômica de Portugal.

Determinante também para a reação contra os holandeses foi a demissão de Maurício de Nassau, acusado de governar com tolerância excessiva. Com a saída de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais queria reaver os empréstimos concedidos e aplicou medidas inviáveis financeiramente aos senhores de engenho. Sem Nassau, o cálculo político que garantia a estabilidade do domínio holandês ruiu. Os senhores de engenho endividados também começaram a sofrer perseguição religiosa. Esses fatores, em parte, explica a subversão local contra os holandeses.

Uma parte das correntes historiográficas gosta de ressaltar o surgimento de um sentimento local, nativo, contra os holandeses, explicando a expulsão dos holandeses como uma revolta nativista, contra o domínio do estrangeiro.

O movimento de expulsão dos holandeses do litoral brasileiro, após décadas de dominação em Pernambuco, foi chamado de Insurreição Pernambucana (1644-1654), liderado pelos senhores de engenho André Negreiro e João Vieira, o índio Filipe Camarão e o negro Henrique Dias, teve como principal conflito a batalha de Guararapes. A formalização diplomática do fim da dominação holandesa só ocorrerá com a assinatura da Paz de Haia em 1661.

## CRISE DA ECONOMIA AÇUCAREIRA

Apesar de perderem o domínio colonial no Brasil, os holandeses desenvolveram uma rede produtiva bem organizada nas Antilhas, levando para lá as avançadas técnicas de produção utilizadas no Brasil. Em pouco tempo o açúcar antilhano começou a concorrer com o açúcar brasileiro.

### TEXTO COMPLEMENTAR

## ÍNDIOS PROTESTANTES NO BRASIL HOLANDÊS

*Com a recém-conquistada colônia holandesa, a Igreja Cristã Reformada, nome da Igreja Protestante na Holanda, inicia sua expedição missionária com os índios do Brasil holandês. Além da pregação religiosa na língua nativa, outras iniciativas pretendiam a tradução da Bíblia para o tupi e a ordenação de pastores indígenas.*

*Frans Leonard Schalkwijk*



Na urgência de encontrar aliados para assegurar o seu domínio, os holandeses firmaram alianças com os tapuias.  
*Dança dos índios tapuias, óleo sobre tela de ALbert Eckout, 1641*

## INVASÕES FRANCESAS

As invasões francesas aconteceram no Brasil em duas tentativas, uma no século XVI e a outra no século XVII. As invasões francesas se diferenciavam das invasões holandesas pela intensidade econômica e o êxito. Muitos franceses buscavam no Brasil a liberdade religiosa que faltava na Europa que vivenciava intensos conflitos entre católicos e protestantes.

### **França Antártica**

Rio de Janeiro de 1555 até 1567.

### **França Equinocial**

Maranhão de 1612 até 1615.

Três vezes a igreja protestante foi implantada no Brasil Colônia, três vezes foi expulsa pelos portugueses católicos. Primeira vez: a igreja reformada dos franceses no Rio de Janeiro (1557-1558); segunda, a dos holandeses na Bahia (1624-1625); terceira, a dos holandeses, alemães, ibéricos, ingleses, franceses e índios no Nordeste, quase 30 anos depois.

A história da igreja protestante indígena durante a ocupação holandesa do Nordeste (1630-1654) está registrada em vários arquivos, especialmente em Amsterdã e Haia, na Holanda.

No século XVII, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco constituíam os três principais centros urbanos do Brasil Colônia. A riqueza produzida pelo açúcar brasileiro ajudava a Espanha a consolidar o seu domínio, enquanto procurava estrangular a jovem República dos Países Baixos — ou seja, a Holanda.

### OS CONFLITOS DA COROA DE CASTELA

Embora o Brasil tivesse nascido como colônia portuguesa, a partir de 1580 Portugal havia passado a fazer parte da União Ibérica, comandada pela Espanha. O Brasil, em consequência, foi envolvido nos conflitos internacionais da coroa de Castela.

Na Holanda, pouco depois de 1500 a casa de Habsburgo chegou ao poder e reuniu as possessões alemãs, espanholas e holandesas nas mãos de Carlos V. Foi quando eclodiu, na Europa, a Reforma Protestante (1517).

O sucessor de Carlos V, Filipe II, rei da Espanha, decidiu eliminar os protestantes de suas terras, o que levou à Guerra dos 80 Anos (1568-1648).

Com a derrota da armada espanhola, em 1588, o poder da Espanha entrou em declínio, enquanto a Holanda ganhou impulso, especialmente porque recebeu milhares de refugiados franceses, belgas, espanhóis, alemães, poloneses. Tinha início a Idade de Ouro dos Países Baixos.

O trono espanhol, em represália, fechou seus portos para os holandeses, que foram obrigados a singrar os oceanos, considerados até então considerados mares territoriais ibéricos.

A Igreja Cristã Reformada (Protestante) também crescia com o afluxo de refugiados perseguidos por sua fé religiosa. Nessa Primeira Guerra Mundial, o vigoroso comércio ultramarino holandês organizou duas grandes companhias — a das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais — para fortalecer a cooperação entre as empresas e se proteger dos espanhóis.

O Atlântico era a área da Companhia das Índias Ocidentais, cuja diretoria era composta de 19 membros, os chamados Senhores XIX, representantes das cidades cooperadoras, das quais Amsterdão era a principal.

Cientes de que as maiores riquezas da inimiga Espanha provinham das Américas, estes senhores começaram a pensar na conquista de parte das colônias americanas como forma de estancar a fonte de sustentação econômica das forças espanholas.

Nesse contexto, a Bahia parecia presa fácil, e a cidade de Salvador foi tomada. Conquista, entretanto, perdida um ano depois (1624-1625). Os holandeses, porém, decidiram prosseguir com a empreitada, agora voltada para Pernambuco. O sucesso do projeto deu início ao Brasil Holandês (1630-1654).

Durante esse período, tem lugar um capítulo pouco conhecido da história eclesiástica brasileira, a da Igreja Cristã Reformada, nome da Igreja Protestante na Holanda. Era uma igreja do Estado, situação das igrejas no Ocidente, seja nos países católicos, seja nos protestantes. A Igreja Cristã Reformada veio para o Brasil sob a bandeira holandesa, e foi expulsa com ela.

Na medida que os holandeses ampliavam o território conquistado, eram implantadas congregações reformadas. Durante algum tempo, existiram 22 igrejas protestantes no Nordeste, sendo que a do Recife era a maior, contando, inclusive, com uma congregação inglesa e uma francesa. Esta se reunia no templo gálico, que tinha no conde Maurício de Nassau seu membro mais ilustre e o pastorado era exercido pelo espanhol Vicentius Soler.

Na leitura dos documentos da época, surge uma igreja cercada de pessoas dispostas a expulsá-la de sua terra como a religião dos invasores.

Entretanto, para os índios, os holandeses não eram invasores, mas sim libertadores, o que levou a missão reformada no Nordeste a fazer uma opção preferencial pelos indígenas. Para os holandeses, as tribos aculturadas constituíam os brasileiros e as não-subjugadas os tapuias.

Filipe Camarão: O líder dos Potiguares recebeu honrarias do Rei Português por sua lealdade aos interesses lusos.

O primeiro contato entre os brasileiros e a Companhia das Índias Ocidentais ocorreu em Salvador. Com a perda da cidade, em 1625, o almirante da frota holandesa seguiu para o norte e aportou na baía da Traição, cerca de nove quilômetros ao norte da Paraíba.

Os índios locais, da tribo potiguar, viram nos holandeses os seus libertadores do jugo português e muitos quiseram embarcar quando a frota partiu. Apenas seis jovens índios conseguiram seguir para a Holanda, enquanto a tribo procurava refúgio na mata para fugir da vingança dos portugueses.

Os seis índios potiguares — entre eles o índio Pedro Poti — permaneceram durante cinco anos nos Países Baixos, onde foram alfabetizados e instruídos na religião reformada. Pouco depois da invasão de Pernambuco, alguns desses índios foram enviados de volta ao Brasil para servirem de línguas (tradutores) no contato com seus compatriotas nas aldeias nordestinas.

O sistema de aldeamento dos índios foi iniciado pelos padres católicos e continuou com os holandeses. Por volta de 1639, o Rio Grande abrigava cinco aldeias de brasileiros, a Paraíba sete, Itamaracá cinco e Pernambuco quatro. O trabalho da igreja reformada teve início em cima do trabalho realizado pelos padres católicos.

Os índios tinham aprendido algumas orações, a confissão apostólica, conheciam os nomes de Jesus e de Nossa Senhora, e tinham sido batizados; quanto ao mais, mantinham suas crenças animistas. Cedo a Igreja Reformada começou a evangelizar os indígenas, com apoio do governo, que precisava dos guerreiros na luta contra os portugueses.

Mas, apesar dos esforços, os holandeses não conseguiram estabelecer um método ideal de evangelização. Entretanto, os documentos registram anotações sobre batismos. No Presbitério de 1637, por exemplo, surge a questão do batismo de filhos de brasileiros e de africanos de pais já batizados pelos padres católicos. A Igreja Cristã Reformada reconheceu o batismo da Igreja Católica Romana, e decidiu que os filhos de pais batizados poderiam receber o sinal da aliança desde que seus pais confessassem a Jesus Cristo.

Em 1638, índios da Paraíba pediram ao Presbitério um predicante próprio. Nestas alturas, o Presbitério decidiu atender ao pedido dos indígenas e deslocar um pastor para as aldeias para pregar a palavra de Deus, administrar os sacramentos e exercer a disciplina eclesiástica, lembrando as três marcas da verdadeira igreja, conforme o artigo 29 da Confissão Belga. Esse plano recebeu o apoio do governo, sob a liderança de Nassau.

### **APESAR DOS ESFORÇOS, OS HOLANDESES NÃO CONSEGUIRAM ESTABELECEER UM MÉTODO EFICIENTE DE EVANGELIZAÇÃO**

Convidado, o pastor David à Doreslaer mudou-se da capital da Paraíba para a aldeia de Maurícia. O trabalho do pastor Doreslaer teve sucesso, pois foi elogiado pelos representantes do Presbitério do Brasil em carta aos Senhores XIX, enquanto Nassau comunicava que os próprios índios expulsaram os padres das aldeias.

Doreslaer e o pastor inglês Johannes Eduardus ampliaram o trabalho missionário e deram início ao ministério da educação. O primeiro professor protestante entre os índios foi o espanhol Dionísio Biscareto, casado com uma holandesa. Biscareto foi nomeado professor em Itapeçerica, a maior aldeia da região de Goiana. Para as aldeias paraibanas, foi indicado o professor inglês Thomas Kemp.

Em 1640 começou o trabalho de brasilianização, movimento idealizado pelo pastor Soler, da Igreja Francesa no Recife. Ele conheceu um brasileiro razoavelmente experimentado nos princípios da religião, e no ler e escrever, capaz de instruir os índios. O pastor Eduardus, por sua vez, lembrou a existência de índios em idênticas condições em Goiana.

Assim, solicitaram ao governo que esses índios fossem nomeados professores nas aldeias, com um salário mensal de 12 florins, soldo de um cabo do exército. Esses dois índios foram os primeiros professores indígenas da Igreja Protestante na América do Sul.

Em livro publicado em 1651, Pierre Moreau cita um jovem ministro britânico que traduzira as Santas Escrituras para a língua brasileira. Tudo indica que o hábil linguista era o pastor Eduardus. Mas o que foi traduzido? Provavelmente apenas trechos bíblicos, mas, até hoje, não foram encontrados registros sobre o assunto nos arquivos. O que fica evidente é o interesse da Igreja Cristã Reformada em entregar aos índios a mensagem bíblica em sua própria língua.

Com a necessidade de um catecismo em língua tupi, o pastor Doreslaer organizou um livro de instrução que foi impresso na Holanda com o título Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil com formulários para batismo e santa ceia acrescentados. Embora o livro tenha sido criticado pelo Presbitério de Amsterdã, a Companhia das Índias Ocidentais mandou imprimi-lo em 1641 e, no ano seguinte, distribuiu-o no Brasil.

No terreno da assistência social, a Igreja Reformada enfrentava a caótica situação matrimonial existente na colônia, inclusive entre os índios. Muitos brasileiros casados viviam separados de suas esposas e não podiam casar-se novamente, embora muitos desejassem fazê-lo.

O Presbitério, em 1638, foi de opinião que a parte desertora do casal deveria ser citada por edital público do juiz civil. Depois de determinado período, a parte abandonada deveria ser considerada livre da parte desertora, o que deveria ser aprovado pelo magistrado. Esta determinação, reconhecendo a fraqueza da natureza humana, representa o primeiro projeto de reconciliação ou divórcio legal na América do Sul.

Os resultados práticos, entretanto, foram limitados, em razão das hesitações do magistrado, temeroso de consequências mais amplas. Na outra ponta, o problema da escravidão dos índios exigia solução urgente.

Desde o início da chegada dos holandeses ficou claro que os indígenas, aculturados e não-aculturados, deveriam ser livres. A liberdade dos brasileiros seria um dos capítulos fundamentais da Constituição do Brasil Holandês e tratada nos Regulamentos de 1629, 1636 e 1645.

Os holandeses não só precisavam dos índios na guerra contra os ibéricos, como sentiam profunda empatia pelos indígenas, pois, como eles, também estavam sendo oprimidos pela União Ibérica, a superpotência mundial da época.

### LIBERTAÇÃO DOS INDÍGENAS

Os Senhores XIX insistiram para que fossem postos em liberdade os brasileiros escravizados pelos portugueses em 1625, depois da partida da esquadra holandesa. Esta libertação demorou, e começou a se tornar concreta com o início do trabalho missionário.

Em 1638, descobriu-se que os moradores portugueses de Recife ainda mantinham indígenas como escravos domésticos. Boa parte desses índios havia sido aprisionada pelas expedições punitivas levadas a efeito ao redor da baía da Traição, em 1625. O governo ordenou que todos os escravos fossem libertados imediatamente.

O governo holandês também combateu duramente a semi-escravidão, lembrando aos proprietários rurais, em Alagoas, que índios somente poderiam trabalhar nas lavouras por livre vontade e recebendo a devida remuneração. O sub-pagamento foi outra forma de exploração firmemente reprimida no Nordeste holandês. O governo determinou que os capitães que abusassem de sua autoridade fossem exemplarmente castigados.

Os índios, por sua vez, desejavam se transferir para as aldeias que possuíam missionários e, após intervenção do Presbitério, as autoridades promoveram as transferências para colaborar com o crescimento da igreja de Deus.

Na história da luta da Igreja Reformada no Brasil em favor da libertação dos índios é necessário lembrar a lei do ventre livre de 1645, originária de consulta do pastor Kemp sobre a situação de brasileiros casados com escravas africanas e escravos negros casados com indígenas.

Em resposta, as autoridades decidiram que a parte escrava do casal não se libertava pelo matrimônio, mas podia ser alforriada, e que os filhos resultantes desse tipo de casamento seriam considerados livres, reiterando que brasileiros, sem exceção, eram livres.

### EM RELAÇÃO À ESCRAVIDÃO DOS NEGROS AFRICANOS, AS CONSCIÊNCIAS CRISTÃS ERAM PRIMITIVAS, CONSIDERAVAM-NA UM ESCRÚPULO DESNECESSÁRIO

Infelizmente, quanto à escravidão africana, na época as consciências cristãs era subdesenvolvidas. Quando o pastor Jacobus Dapper questionou se era lícito ao cristão negociar ou possuir escravos africanos, até o conde de Nassau afirmou que se tratava de escrúpulos desnecessários.

Nassau se conformava ao espírito de seu tempo, mas contrariava o pensamento do pai espiritual da Companhia, o belga Willem Usselinx, e do patriarca da Igreja Reformada, o francês João Calvino.

O derradeiro período da missão da Igreja Cristã Reformada começou com a realização de duas importantes assembleias, uma eclesial, outra política. A mesa da Assembléia Geral das Igrejas recebeu pedidos de tribos que queriam receber seus próprios obreiros.

O professor Dionísio Biscareto foi ordenado pastor e dois brasileiros nomeados professores. Poucos meses antes da chamada insurreição pernambucana, em 1645, realizou-se a primeira grande assembleia indígena, com 120 representantes, em Itapeperica, na capitania de Itamaracá.

Foram organizadas três câmaras: a câmara de Itamaracá, dirigida pelo índio Carapeba; a de Paraíba, pelo índio Pedro Poti; e a do Rio Grande, pelo índio Antônio Paraupaba.

O teste final e violento da missão reformada veio com a eclosão da guerra de restauração portuguesa. Os documentos atestam a impressionante fidelidade dos brasileiros refugiados ao redor das fortalezas litorâneas.

O mais famoso desses registros são as chamadas cartas tupis, trocadas entre dois primos colocados em campos opostos, o capitão-mór Filipe Camarão e Pedro Poti. Camarão era defensor do lado luso-católico na guerra; Poti, defensor do lado flamengo-reformado. Essa correspondência deixa claro a estreita vinculação entre fé e nação, igreja e Estado. Filipe Camarão escreveu: não quero reconhecer a Antônio Paraupaba, nem a Pedro Poti, que se tornaram hereges [...].



Em resposta datada de 31 de outubro de 1645, dia da Reforma Protestante, Poti garante que seus índios viviam em maior liberdade do que os outros, ressaltando que os portugueses queriam apenas escravizá-los.

Poti lembra a Camarão as matanças ocorridas na baía da Traição e em Sirinhaém, havia poucas semanas, quando os portugueses, após a rendição da frota holandesa, mataram perversamente 23 índios prisioneiros de guerra, quebrando as condições previamente acordadas.

Confessou também ser cristão, crendo somente em Cristo, não desejando contaminar-se com a idolatria, e convidou seus parentes e amigos a passar para o lado dos piedosos, que nos reconhecem no nosso país e nos tratam bem.

Ambos os primos não viam o final dessa luta sangrenta: Camarão faleceu em 1648, depois da primeira batalha de Guararapes, e Poti no ano seguinte foi preso no cabo Santo Agostinho pelos portugueses. Segundo testemunho de Parau-paba, Poti foi lançado num poço, onde permaneceu durante seis meses.

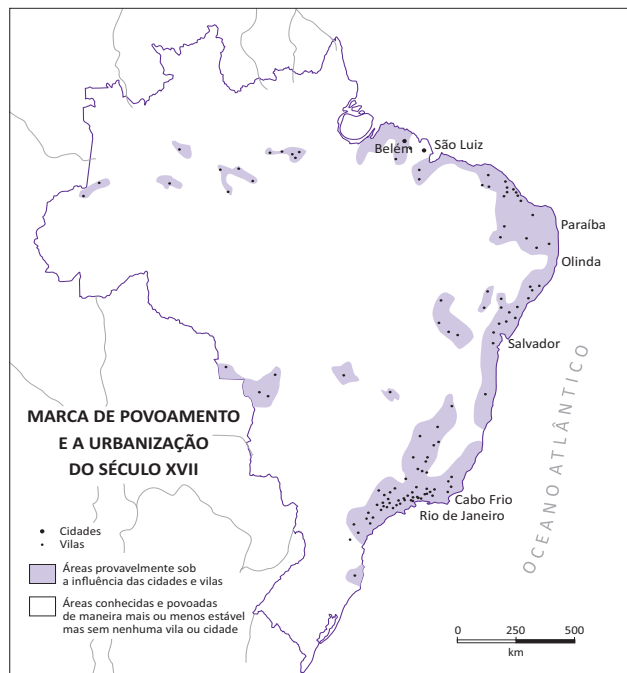
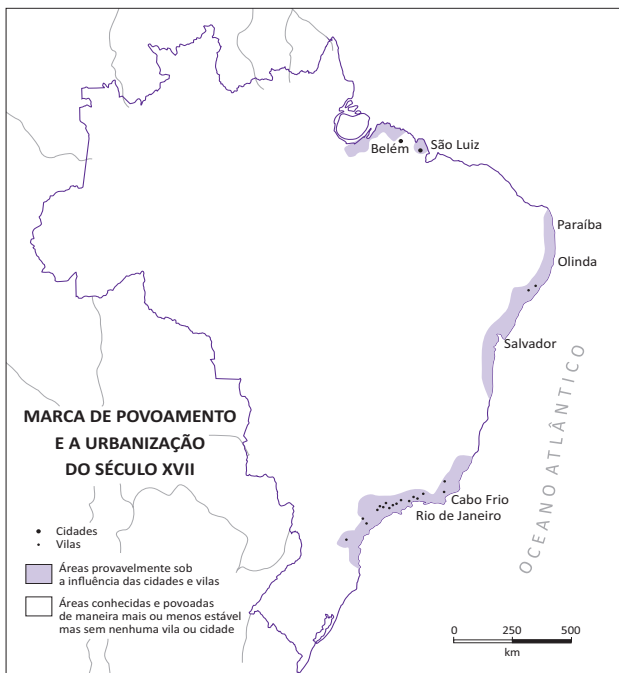
Retirado de vez em quando, padres se atiravam sobre ele, tentando obrigá-lo a abjurar a religião protestante. Poti, entretanto, resistiu bravamente na fé protestante, e foi embarcado para Portugal, para as câmaras de tortura do Santo Ofício, mas a viagem não acabou, atalhada pela morte.

A guerra de restauração aproximou ainda mais os índios dos holandeses e apenas o pacto com os brasileiros garantiu a resistência flamenca durante nove anos.

Quando não houve mais condições de manter Recife, com as tropas luso-brasileiras às portas das fortificações e a armada portuguesa á entrada do porto, o Nordeste foi devolvido a Portugal. Terminava, também, a missão cristã reformada, impossível sem a proteção de um país protestante.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/indios\\_protestantes\\_no\\_brasil\\_holandes.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/indios_protestantes_no_brasil_holandes.html)

## PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO



Durante a União Ibérica ocorreu uma verdadeira marcha de interiorização no Brasil, afinal, a linha imaginária que dividia a América portuguesa da América espanhola, o Tratado de Tordesilhas, deixou de existir.

De fato, a historiografia imortalizou a expressão do Frei Vicente de Salvador, em que “os portugueses mais pareciam caranquejos, pois ficavam arranhando as costas brasileiras”. A partir do final do século XVI, essa situação se transformou. A ocupação do território brasileiro avançou lentamente em direção ao sertão. É nessa perspectiva, que devemos destacar esses agentes da expansão fronteiriça:

**FORTES E SOLDADOS**

Várias fortificações foram construídas no interior, nas margens dos rios e no litoral, com o objetivo de proteger o território português de invasões, se defender dos indígenas e combater a pirataria e o contrabando. Essas fortificações foram bases importantes para a ocupação do território e seu entorno, normalmente, se formaram cidades:

- João Pessoa, capital da Paraíba, tem sua formação ligada ao forte de Filipéia de Nossa Senhoras das Neves, construído em 1584.
- Natal, capital do Rio Grande do Norte, tem sua formação ligada ao forte dos Reis Magos, construído em 1597.
- Belém, capital do Pará, tem sua formação ligada ao forte de Presépio, construído em 1616.
- São Luís, capital do Maranhão, tem sua formação ligada ao forte de São Luís construído pelos Franceses em 1612.

**ENTRADAS**

Eram expedições que desbravavam o sertão, normalmente, saídas do nordeste, organizadas pela coroa portuguesa com o objetivo de localizar metais preciosos. As entradas tiveram pouco sucesso.

**BANDEIRAS**

Eram expedições que desbravavam o sertão organizadas por particulares com o objetivo de capturar índios para a escravidão e localizar metais preciosos, normalmente, saíam de São Paulo, daí a denominação comum dos bandeirantes como paulistas. Existia um tipo de bandeirantismo específico, chamado de bandeirantismo ou sertanismo de contrato, eram bandeiras criadas para reprimir rebeliões indígenas e quilombos.

**MONÇÕES**

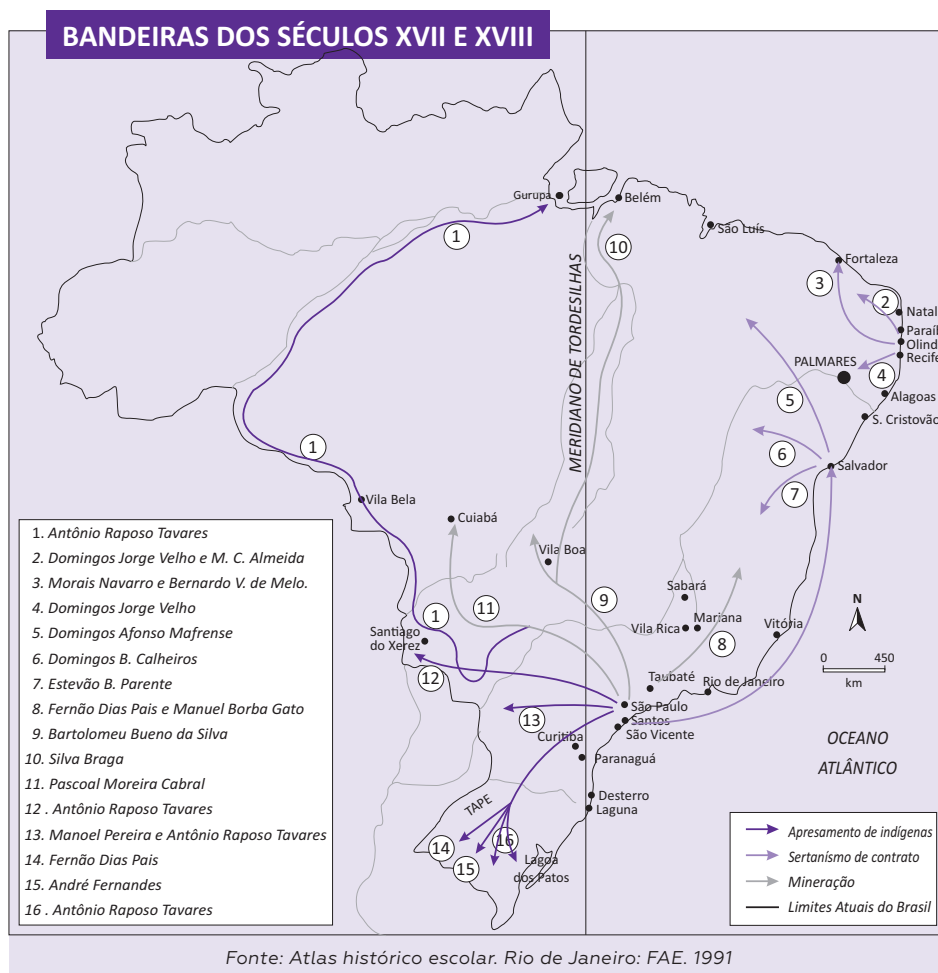
Expedições fluviais comerciais que partiam de São Paulo com objetivo de abastecer regiões, vilas e povoados que se formavam no sertão. Levavam mantimentos, armas e bens de consumo.

**MISSÕES OU DESCIDAS**

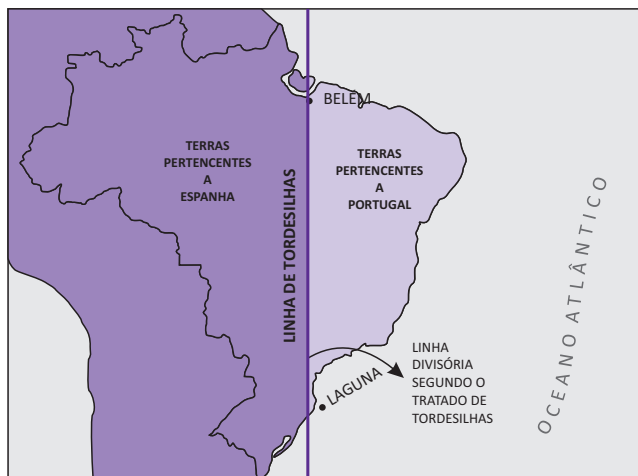
Expedições jesuítas que avançavam em direção ao interior com o objetivo de reunir e aldear índios para a catequização. As principais missões aconteceram no Norte e, além do elemento de interiorização, elas se destacavam pela extração das Drogas do sertão.

**CRIAÇÃO DE GADO OU TROPEIRISMO**

A criação do gado foi um importante elemento para o processo de interiorização do Brasil. O gado tinha um grande mercado, no entanto, a partir de 1701 sua criação no litoral foi proibida. Essa proibição promoveu a criação do gado no sertão. A expansão dessas fazendas normalmente acompanhava os rios, dois rios se destacaram, inclusive ganhando a nomenclatura de rio dos currais pelo número de currais em suas margens, são eles o rio São Francisco e o rio Parnaíba.



## TRATADOS FRONTEIRIÇOS



- **Tratado de Tordesilhas:** Assinado em Junho de 1494, foi um acordo estabelecido entre Espanha e Portugal. Uma linha imaginária no sentido vertical localizada a 370 léguas de distância a oeste de Cabo Verde. As terras localizadas ao oeste da linha de Tordesilhas pertenceria a Espanha e as que estariam ao leste da mesma linha seria domínio de Portugal.

Em 1580, a União Ibérica fez com que portugueses e espanhóis se tornassem súditos do mesmo rei. A união do reino português ao reino espanhol fez com que os colonos portugueses da América desrespeitassem o limite da Linha de Tordesilhas. Na prática, a União ibérica agiu como um importante agente de expansão da fronteira portuguesa na América.

A decisão de quem pertencia a terra passou a ser discutida por diplomatas ibéricos.

O território do Brasil atual foi consolidado a partir da concretização de acordos diplomáticos, são eles:

- **Tratado de Utrecht – 1713:** Tratado assinado entre França e Portugal que reconhecia a soberania de Portugal sobre as terras localizadas a margem esquerda do Rio Amazonas. A França ficou reconhecido o direito sobre as terras próximas ao Rio Oiapoque, hoje Guiana Francesa.
- **Tratado de Madri – 1750:** Baseado no princípio romano de Uti Possidetis (direito de posse), a Espanha reconheceu o domínio de Portugal sobre as terras ocupadas pelos luso-brasileiros. Na prática, definiu contornos ao território brasileiro próximo ao atual. Além disso, o Tratado de Madri firmou o compromisso do Brasil de entregar a Colônia de Sacramento a Espanha e em troca receberia os **Sete Povos das Missões**, região oeste do Rio Grande do Sul.
- **Tratado de El Pardo – 1761:** Tratado criado em substituição ao Tratado de Madri. O Tratado de El Pardo anulou todas as decisões tomadas no Tratado de Madri. Devido as investidas de colonos espanhóis sobre as áreas luso-espanholas no Sul do Brasil, Portugal iniciou uma campanha militar que culminaria novamente com a ocupação da **Colônia de Sacramento**.



- **Tratado de Santo Idelfonso – 1777:** Tratado que tinha o objetivo de por fim a disputa entre portugueses e espanhóis pela Colônia de Sacramento. Pelo Tratado de Santo Idelfonso, a então Rainha de Portugal, Dona Maria, reconheceu a soberania da Espanha sobre a Colônia de Sacramento.
- **Tratado de Badajoz – 1801:** Portugal e Espanha estavam em guerra na Europa. Como forma de retaliação a Espanha, a Coroa Portuguesa ordenou aos luso-brasileiros a investida sobre os territórios espanhóis na América. Foi aí que os portugueses invadiram e conquistaram novamente a Colônia de Sacramento.

Em 1801 portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Badajoz, acarretando a paz entre os dois países. Pelo referido tratado, ficou acertado que os portugueses abandonariam a Colônia de Sacramento.

## TEXTO COMPLEMENTAR

## AS BRAVAS MULHERES DO BANDEIRISMO PAULISTA

*Embora com uma imagem ortodoxa, em especial pela indumentária que sugeria submissão e timidez, elas foram muito ativas e tiveram um papel econômico fundamental, até mesmo como negociantes*

*Madalena Marques Dias*

Boas esposas e mães de família, quase sempre recolhidas aos seus lares. “Recatadas” e “austeras”, nas poucas vezes que saíam à rua cobriam-se totalmente com mantos de baeta — um tecido de lã grosseiro e tingido de cor escura —, o que lhes rendeu o apelido de “mulheres tapadas”. Essa era a imagem estereotipada das mulheres paulistas do período colonial que muitos historiadores repetiram em suas obras durante muito tempo. Era quase um consenso entre eles que, quando as moças se casavam, passavam do poder paterno para o do marido, a quem seriam submissas pelo resto da vida. Limitavam-se a costurar, lavar, bordar, fazer rendas, mandar nas escravas, rezar, e, é claro, parir e criar muitos filhos, um após o outro.

Poucos pesquisadores apresentaram outras imagens. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, insistiu em que elas saíam de casa mais vezes do que se pensava, e tinham muita participação na vida de suas comunidades: faziam curas e partos, lutavam pela sobrevivência cotidiana. Outros apontaram que as moças pobres, obrigadas a trabalhar muito para viver, eram sempre vistas nas ruas. Só as mais ricas ficavam em casa, à espera de um casamento vantajoso. Benedito Carneiro Bastos Barreto, o caricaturista Belmonte, outro autor da história paulista, destacou que a tal capa de baeta nem sempre fora marca do recato feminino como se pensava.

Ela permitia que muitas senhoras e senhoritas frequentassem as casas dos homens — em outras palavras, fizessem o que quisessem — sem ser identificadas. Mesmo assim, ao retomar a seriedade habitual dos pesquisadores, ele enfatizou que eram exceções, pois a atitude de recolhimento imperava.

Assim, durante muito tempo as mulheres do período bandeirista — séculos XVI e XVII — foram vistas como figuras da história. Enquanto os maridos e filhos cuidavam dos negócios comerciais ou seguiam, sertões adentro, à caça de indígenas e à procura de ouro nas bandeiras, elas simplesmente cuidavam das coisas do lar. Aos homens coube alargar

as fronteiras da América Portuguesa, percorrendo territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenceriam à Coroa da Espanha e que, mais tarde, passaram à Coroa lusa. Eles destruíram, ainda, as missões jesuíticas em territórios que hoje compõem o Rio Grande do Sul e Paraguai, na sua sede de escravos indígenas e riquezas. A elas, restou a tarefa de multiplicar a prole dos bandeirantes. Tudo parecia encaixar-se claramente. Homens e mulheres teriam vivido em universos totalmente separados, com papéis sociais opostos.

Houve, porém, quem duvidasse desse quadro, em que os universos feminino e masculino aparecem tão separados e antagônicos, e da falta de participação na comunidade e a submissão aos padrões vigentes como marca das paulistas. Pesquisas recentes têm demonstrado outra realidade, muito diferente da tradicional.

#### MISTURA CULTURAL

Nos primeiros anos da colonização da vila de São Paulo ainda não havia mulheres brancas. Todas as uniões ocorriam entre portugueses, espanhóis ou outros europeus e as cunhãs indígenas. Os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, muito incomodados, relataram em suas cartas que esses laços prescindiam do sacramento da Igreja Católica, além de muitos serem temporários e poligâmicos. Houve grande esforço dos padres no intuito de reger a vida dessa população. Impuseram, portanto, o batismo, a catequese e o uso de roupas para os índios, além do sacramento do matrimônio monogâmico e indissolúvel às famílias.



No século XIX, muitas mulheres paulistas ainda se cobriam com mantos de baeta escura.  
Aquarela de Eduard Hildebrant, 1844

Não era, porém, com qualquer índia que os colonos brancos se casavam perante a Igreja Católica, e sim com as advindas de tribos aliadas aos portugueses. O exemplo mais antigo é o do influente João Ramalho com Bartira, filha do chefe Tibiriçá, união depois sacramentada pela Igreja, após o batismo daquela que já era sua esposa – pelo costume indígena – e de seus pais e irmãos. Matrimônios de europeus com as que eles denominavam “negras da terra” originaram as mais antigas famílias paulistas, cujo traço fundamental era a miscigenação: seus filhos legítimos eram mamelucos e traziam uma intrincada mistura cultural. Se, por um lado, vestiam-se à européia, falavam português e eram católicos, por outro, entendiam-se dentro de seus lares nas línguas maternas e mantinham muitos hábitos e formas de lidar com a natureza indígenas. Esse foi o perfil, portanto, das mães e filhas de famílias paulistas no período bandeirista.

Quanto às outras índias, dois destinos lhes foram reservados. Se sua gente fosse levada para algum aldeamento, tinham como tutores os jesuítas, sob o estatuto de “administradas”. Lá, eram batizadas, catequizadas e recebiam os demais sacramentos, entre eles provavelmente o do casamento com algum índio igualmente aldeado. Elas, seus maridos e filhos constituíam a mão-de-obra fundamental para os padres, de maneira a garantir a sobrevivência desse agrupamento, com o desempenho de várias funções. Também poderiam ser cedidos temporariamente para realizar tarefas para algum colono, que por isso pagaria uma composição (aluguel) aos padres.

Se sua gente fosse capturada por alguma expedição bandeirante, poderiam ser revendidas para outros lugares ou mesmo permanecer como cativas na própria vila de São Paulo. Apesar de batizadas e instruídas minimamente na fé católica, não tinham o resguardo da tutoria clerical e eram submetidas ao terrível cotidiano da escravidão. Podiam se casar com algum outro escravo ou, como atestam muitos documentos, simplesmente gerar uma série de filhos de vários pais, aí incluídos os próprios senhores. Não raro, estes reconheciam os ilegítimos em testamento, legando-lhes alguma coisa.

A vida dessas mulheres é pouco documentada, pois, além de não terem propriedades, elas se tornavam a propriedade de alguém. Como tendência geral, os colonos não devolviam os indígenas “alugados” aos jesuítas, tornando-os escravos de fato, embora na documentação apareçam propositadamente declarados como “forros” ou “administrados”. Todas essas índias viviam o dia-a-dia de trabalhos pesados da família de seus proprietários, com quem se envolviam como concubinas. Mais tarde, teriam a seu lado, nas lides da escravidão, africanas que começaram a ser introduzidas na região paulista no correr do século XVII, quando houve condições econômicas de começar a comprar “negros de verdade”, enquanto algumas “negras da terra”, escravas ainda, seguiam os bandeirantes para o sertão.

### FORMOSAS E VARONIS

Da união dos primeiros conquistadores com as cunhãs das tribos aliadas, surgiram as mais antigas linhagens familiares paulistas. É nelas que se encontra outra categoria feminina da colônia: a das mulheres livres. Das mulheres e dos homens pobres, indígenas ou mamelucos “sem família” (reconhecida), que possivelmente viviam à deriva pelas regiões paulistas ou viravam pequenos roceiros, a documentação pouco oferece no período. Sem dúvida, o destino reservado às moças de família dessa sociedade mameluca era casar-se, ou, em caso de exceção, tornar-se freiras. Por isso mesmo, elas ficavam responsáveis pelo gerenciamento de muitas coisas de seus lares e, se não morressem no primeiro parto, teriam tantos filhos quantos o corpo pudesse suportar. Isso não significa, porém, que fossem eternamente caseiras e isoladas.

Casar era uma questão de sobrevivência, de propriedades, de aliança entre famílias e, em último caso, de afinidade entre os cônjuges. Por isso mesmo, os matrimônios eram arranjados pelos pais dos noivos geralmente com antecedência de anos: havia até meninas e meninos “prometidos” desde o nascimento. No ato do casório, era costume dos pais darem o dote às filhas. Se não podiam dá-lo por completo, doavam pelo menos a metade, como adiantamento da “legítima”, ou seja, da parte que a moça tinha direito a receber de herança, na morte dos genitores, dividida em partes iguais entre os filhos.

É esse o dado fundamental para explicar o papel econômico das futuras esposas. Os pais nem sempre calculavam com perfeição o dote da casadoira, muitos anos antes de morrerem. Mas o que realmente definia o tamanho e a composição do dote talvez fossem mais as negociações com a família do noivo e conveniências do momento do que a lógica da igualdade entre herdeiros. Assim, ao examinar a documentação colonial, os historiadores observaram muitos casos em que as filhas recebiam, no final de tudo, muito mais bens do que seus irmãos homens. E isso era visto com naturalidade: quando esses rapazes se casassem, também teriam os dotes de suas esposas.

Tanto que, quando se abria o inventário por ocasião do falecimento do pai ou da mãe, muitas filhas casadas não traziam seus dotes para acrescentá-los novamente aos bens familiares gerais a redividir, como mandavam as Ordenações Filipinas (leis portuguesas). Elas e seus esposos consideravam-se satisfeitos com o que já haviam recebido, e irmãos e genros não criavam caso.

Logo, as noivas traziam mais bens para o casamento – na forma de dote – do que os noivos. Segundo as mesmas Ordenações, embora a administração coubesse aos maridos, eles tinham seus poderes limitados: eram proibidos de vender, alienar ou penhorar quaisquer bens de raiz sem o consentimento das esposas. Por mais variados que fossem em sua composição, os dotes traziam dois elementos básicos em maior quantidade: terras e indígenas. Esses eram os dois meios de produção fundamentais para que a nova família pudesse garantir a sobrevivência, numa época em que a grande maioria da população dependia obrigatoriamente dos pesados trabalhos ligados à terra.

Uma vez casadas, essas mulheres adquiriam sua importância social básica, que era gerar filhos do marido, e também gerenciar ao lado dele as propriedades do casal, que deveria se firmar dali em diante como uma unidade econômica. Para o marido, havia mais outras vantagens: como homem casado ele ganhava mais respeito e credibilidade social. Assim, tinha chances de receber terras e participar do poder público, caso reunisse outros pré-requisitos exigidos por lei e costume. Muitos inventários desse período relacionam uma rede de mulheres credoras e devedoras, seja com homens, seja entre si. Curiosamente, quando a documentação da câmara municipal arrolava os comerciantes para fins tributários, só citava homens. Isso significa, no entanto, que elas comerciavam também, mas quem encabeçava as redes comerciais perante as autoridades municipais eram os maridos e os filhos.

### ESSE COMÉRCIO DERIVAVA DA PRODUÇÃO EXCEDENTE EM SUAS TERRAS

Muitas famílias criavam, graças ao trabalho escravo, porcos, bois, vacas, cavalos, frangos, geralmente para o abate. Também tinham plantações e pomares. Trigo, cana, milho, mandioca, feijão, algodão, vindimas, marmeleiros, macieiras, tudo isso era comum ao universo dos paulistas. Todo mês, praticamente, desciam a serra do Mar até a região santista caravanas de comerciantes, com seus carregadores indígenas cheios de gêneros às costas. Foram descritos desde gêneros alimentícios in natura até aguardente, vinho, linguiças, toucinhos, marmeladas, farinhas variadas, tudo beneficiado no planalto, nas propriedades paulistas.

Gerenciar o lar, portanto, extrapolava administrar simplesmente a casa, e passava por controlar todo um cotidiano produtivo nas propriedades, assim como toda a escravaria. Eram tarefas que as esposas realizavam ao lado dos maridos, ou mesmo sozinhas quando eles se ausentavam por longos períodos, nas bandeiras. Cuidavam de tudo, mesmo não sabendo ler e escrever; de qualquer forma, os maridos geralmente também eram analfabetos. Era desejável, portanto, que elas soubessem administrar e tomar decisões importantes, pois ficavam investidas de poder para representar seus maridos em pendengas judiciais, casar e dotar filhos. Isso lhes era assegurado pelas Ordenações e, acima de tudo, era um recurso necessário, por causa das frequentes ausências dos pais e filhos mais velhos.

Nessas ocasiões, elas firmavam matrimônios que implicavam criar ou aprofundar alianças com outras famílias de destaque na vila, o que poderia lhes trazer muitas vantagens políticas e facilitar a sobrevivência. Também podiam ampliar relações comerciais, diversificar a produção doméstica, quitar dívidas ou fazer empréstimos, adquirir mais escravos, enfim, agir como seus maridos agiriam se estivessem em casa. Essa realidade parece ter inspirado um governador-geral da colônia em viagem por São Paulo, Antônio Paes de Sande, a assim descrever as paulistas em 1698: “As mulheres são formosas e varonis, e é costume ali deixarem seus maridos a sua disposição o governo das casas e das fazendas, para o que são industriosas”.

### VIÚVAS EMPREENDEDORAS

Quando enviuvavam, essas atribuições passavam total e irrestritamente para elas, se não resolvessem se casar novamente dali a um tempo. Podiam até obter terras. Nesse momento o matriarcado –ficava muito bem estabelecido em família, e muitas viúvas entravam no rendoso negócio das bandeiras, como associadas armadoras.

Equipavam os filhos, assim como providenciavam seu treinamento para a viagem aos sertões. Quando eles retornavam, metade ou mais dos índios cativos ficavam para elas, que podiam tanto vendê-los como colocá-los para trabalhar em suas propriedades. Por ocasião de seu falecimento, os ganhos acumulados pelas empresárias bandeirantes eram divididos entre seus herdeiros como o resto do espólio familiar.

Houve uma viúva que se tornou célebre não exatamente pela laboriosidade e senso administrativo, mas por seu ódio: Inês Monteiro de Alvarenga, conhecida como “a matrona” dos Pires. Foi uma das protagonistas de uma longa série de escaramuças com a família Camargo, episódio que colocou a vila de São Paulo e arredores literalmente em pé de guerra, nos idos de 1640.

A promoção da paz foi difícil tarefa, que envolveu até o governador-geral, o Conde da Autouguia, que em correspondência se referia à matrona como “a mais rija parte que houve nos casos que resultaram todos os descertos e tal conten-

da”. Este é um caso paradigmático, pois traduz o que se esperava, em matéria de comportamento, das esposas e mães, no período colonial: fidelidade e apego. Muito longe, portanto, da imagem tradicional de recato, placidez e submissão.

O célebre historiador de São Paulo e das bandeiras, Afonso de Taunay, certa vez afirmou que a matrona dos Pires seria uma “exceção à timidez feminil daqueles tempos”. Em poucas palavras, ele sintetizou o que algumas gerações de historiadores pensavam sobre as mulheres paulistas, e que expusemos nos princípios deste artigo. Mas, nas ocasiões em que elas ficavam investidas de poder, assumiam características de autoridade e sede de vingança, atributos essencialmente masculinos.

Sem participar de cargos públicos — o que lhes era vetado pela legislação —, podiam influir neles de maneira indireta, casando seus filhos convenientemente para que fossem elegíveis, ou mesmo fazendo pressão política. Viviam inseridas em estruturas tipicamente violentas, entre cativos submetidos à força, e até guerras familiares. Algumas vezes, usaram do poder conferido por sua ascendência familiar e seus bens para agir de uma forma vetada a outras mulheres mais pobres ou mesmo cativas. Isso não parece caracterizar a propalada “timidez feminina”.

Embora careça de mais estudos, o papel das mulheres no período das bandeiras paulistas era multifacetado e surpreendente. A chave para compreendê-lo melhor reside no fato de que seus pesquisadores trabalham com três níveis. O primeiro é o da vida que as mulheres levaram. O segundo é o das expectativas a que foram submetidas — de serem dóceis, submissas, honradas, fiéis, laboriosas, boas esposas e mães, engenhosas para administrar suas propriedades na ausência do marido — e que nem sempre atenderam. O terceiro, por fim, é o da idealização a que vários historiadores submeteram essas personagens históricas. Resgatar a valentia e a determinação que existiram ao lado da docilidade e obediência, concede a elas a garantia de sua presença na história paulista.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/as\\_bravas\\_mulheres\\_do\\_bandeirismo\\_paulista.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/as_bravas_mulheres_do_bandeirismo_paulista.html)

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01 | ENEM** Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de “tropa” que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em <http://www.tribunadoplanalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:

- A** atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- B** atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- C** atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- D** atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- E** atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

### Resolução:

- C** atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.

*O modus vivendi operandi traz, às diversas sociedades, adequações necessárias para a sobrevivência. O modelo da moradia, o vestuário, os hábitos alimentares, os rituais de acasalamento e religiosos e as festividades expressam tais especificidades. No caso específico do Brasil as dimensões continentais e as dificuldades inerentes ao ato de sobreviver nos trouxeram uma ampla variedade de hábitos alimentares que se adequaram ao momento histórico, como expresso na questão.*

## F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01| EFEISP** Com a perda da autonomia política de Portugal em prol da Espanha (União Ibérica), a partir de 1580, ocorre uma mudança significativa na administração da colônia Brasil.

Caracterize essa mudança na forma administrativa da colônia, e que perdurou até 1642.

**02| FUVEST** A dominação espanhola (1580-1640) provocou mudanças no império colonial português; por isto mesmo, D. João IV, que subiu ao trono com a Restauração ocorrida em 1640, teria dito que “o Brasil é a vaca leiteira de Portugal”.

- A** Quais mudanças do império derivaram da dominação espanhola?
- B** Que relação há entre as mudanças e a ideia de que o Brasil se tornou a “vaca leiteira” de Portugal?

**03|** A descoberta e exploração de ouro e diamantes no Brasil Colonial, entre os séculos XVII e XVIII, promoveu um interesse maior da metrópole portuguesa sobre os territórios americanos. A atividade mineradora se expandiu sobre territórios que pertenciam a Espanha, conforme reconhecido por Portugal no Tratado de Tordesilhas. A riqueza gerada pela mineração exigiu da Coroa Portuguesa um conjunto de medidas político-administrativas que garantissem os lucros gerados nas minas e a posse de tais territórios. Considere esta conjuntura histórica e o período da mineração determina-

do acima. Cite duas medidas político-administrativas efetivadas pela Coroa Portuguesa que se relacionam corretamente com este contexto.

**04| EFEISP** Referindo-se ao papel desempenhado pelos holandeses na indústria açucareira brasileira, no período anterior à União Ibérica, Celso Furtado escreveu: “... o negócio do açúcar era, na realidade, mais deles do que dos portugueses.”

Explique essa afirmação.

**05| UNICAMP** Uma análise das lutas suscitadas pela ocupação holandesa no Brasil pode ajudar a desconstruir ideias feitas. Uma tese tradicional diz respeito ao reforço da identidade brasileira durante as lutas com os holandeses: a luta pela expulsão dos holandeses seria obra muito mais dos brasileiros e negros do que dos portugueses. Já a tese que critica essa associação entre a experiência da dominação holandesa e a gênese de um sentimento nativista insiste nas divisões – no âmbito da economia açucareira – entre senhores de engenho excluídos ou favorecidos pela ocupação holandesa.

(Adaptado de Diogo Ramada Curto, *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 278.)

- A** Identifique no texto duas interpretações divergentes a respeito da luta contra a dominação holandesa no Brasil.
- B** Mencione dois fatores que levaram à invasão de Pernambuco pelos holandeses no século XVII.

## T ENEM E VESTIBULARES

**01| FGV** Leia o texto.

Após os primeiros contatos particularmente violentos com a África negra, os portugueses viram-se obrigados a mudar de política, diante da firme resistência das populações costeiras. Assim, empenharam-se, principalmente, em ganhar a confiança dos soberanos locais. Os reis de Portugal enviaram numerosas missões diplomáticas a seus homólogos da África ocidental. Assim, entre 1481 e 1495, D. João II de Portugal enviou embaixadas ao rei do Futa, ao koi de Tombuctu e ao mansa do Mali.

Duas missões diplomáticas foram enviadas ao Mali, mostrando a importância que o soberano português atribuía a esse país. A primeira partiu pelo Gâmbia, a segunda partiu do forte de Elmina. O mansa que as recebeu, Mahmūd, era filho do mansa Ule (Wule) e neto do mansa Mūsā. (...).

[Madina Ly-Tall, *O declínio do Império do Mali*. In Djibril Tamsir (editor), *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*]

No contexto apresentado, o Império português mudou a sua estratégia política, pois:

- A** encontrou um povo que desconhecia o uso da moeda na prática comercial.
- B** descobriu tribos que não passaram pelas etapas do desenvolvimento histórico, como o feudalismo.
- C** reconheceu a presença de um Estado marcado por sólidas estruturas políticas.
- D** identificou a tendência africana em refutar todas as influências externas ao continente.
- E** percebeu na África, em geral, a produção voltada apenas para as trocas ritualísticas.



**02| FGV**

**Leia o texto sobre as origens de São Paulo.**

A estratégia da penetração para o sertão, se foi amplamente aproveitada pelos colonos de São Paulo, nasce na prática da conversão jesuítica. (...) Embora por razões opostas, tanto as incursões dos jesuítas, tímidas é verdade, não se embrenhando muito além do núcleo piratiningano, como as bandeiras e as entradas dos colonos tinham um mesmo objetivo: o índio.

(Amílcar Torrão Filho, A cidade da conversão: a catequese jesuítica e a fundação de São Paulo de Piratininga. Revista USP, São Paulo, n.º 63, 2004)

O fragmento apresenta parte das condições que originaram:

- A** a guerra travada entre a Igreja Católica, a favor da escravização indígena, e os colonos paulistas, defensores do trabalho livre.
- B** o conflito entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra indígena, presente no entorno de São Paulo.
- C** a leitura, com forte viés ideológico, que considerava desnecessária a exagerada violência dos jesuítas contra os povos indígenas.
- D** o desvínculo econômico de São Paulo com o resto da colônia, diante da impossibilidade de exploração da mão de obra indígena.
- E** o fracasso das missões religiosas em São Paulo, pois coube apenas ao Estado português o controle direto dos indígenas.

**03| FGV** A presença da Companhia das Índias Ocidentais no nordeste da América portuguesa, especialmente durante a administração de Maurício de Nassau (1637-1644), caracterizou-se pelo:

- A** oferecimento de privilégios aos pernambucanos que se convertessem ao judaísmo, como a isenção tributária e a possibilidade de obter empréstimos bancários.
- B** incentivo à utilização do trabalho livre, considerado pelos holandeses mais produtivo, em detrimento do trabalho compulsório dos africanos.
- C** favorecimento à participação dos proprietários luso-brasileiros nas instâncias de poder no Brasil holandês, como na Câmara dos Escabinos.
- D** confisco das propriedades dos cristãos-novos pernambucanos que lutaram contra a presença holandesa, assim como de todos os bens da Igreja Católica.
- E** processo de reorganização das atividades econômicas em Pernambuco, sobretudo com a troca da produção de algodão pela de manufatura.

**04| FUVEST** Os indígenas foram também utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial [da colonização do Brasil]; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor “aptidão” ao trabalho escravo (...). O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na “preferência” pelo africano revela-se, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva de capitais na metrópole; ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole; realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Esse talvez seja o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura ... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.

Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 105. Adaptado.

Nesse trecho, o autor afirma que, na América portuguesa,

- A** os escravos indígenas eram de mais fácil obtenção do que os de origem africana, e por isso a metrópole optou pelo uso dos primeiros, já que eram mais produtivos e mais rentáveis.
- B** os escravos africanos aceitavam melhor o trabalho duro dos canaviais do que os indígenas, o que justificava o empenho de comerciantes metropolitanos em gastar mais para a obtenção, na África, daqueles trabalhadores.
- C** o comércio negreiro só pôde prosperar porque alguns mercadores metropolitanos preocupavam-se com as condições de vida dos trabalhadores africanos, enquanto que outros os consideravam uma “mercadoria”.
- D** a rentabilidade propiciada pelo emprego da mão de obra indígena contribuiu decisivamente para que, a partir de certo momento, também escravos africanos fossem empregados na lavoura, o que resultou em um lucrativo comércio de pessoas.
- E** o principal motivo da adoção da mão de obra de origem africana era o fato de que esta precisava ser transportada de outro continente, o que implicava a abertura de um rentável comércio para a metrópole, que se articulava perfeitamente às estruturas do sistema de colonização.

**05| UFAL** Com relação ao mercado internacional do açúcar, no século XVII, a Invasão Holandesa ou “Guerra do Açúcar”, representou para os holandeses:

- A** o interesse de instituir no Nordeste associações financeiras e de crédito.
- B** a necessidade de aumentar os investimentos nos engenhos de açúcar.
- C** a luta para expandir a religião calvinista no Brasil.
- D** a decisão de exercer o controle sobre os centros produtores.
- E** a necessidade de manter-se na liderança da produção do açúcar.

**06| UNIFICADO-RJ** “Estando a Companhia das Índias Ocidentais em perfeito estado, ela não pode projetar coisa melhor e mais necessária do que tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil, apoderando-se dela. (...)”

Porque este país é dominado e habitado por duas nações ou povos, isto é, brasileiros e portugueses, que, no momento, são totalmente inexperientes em assuntos militares e, além disto, não têm a prática nem a coragem de defendê-la contra o poderio da Companhia das Índias Ocidentais, podendo ser facilmente vencidos (...)

Desta terra do Brasil podem anualmente ser trazidas para cá e vendidas ou distribuídas sessenta mil caixas de açúcar. Estimando-se as mesmas, atualmente, em uma terça parte de açúcar branco, uma terça parte de açúcar mascavado e uma terça parte de açúcar panela, e avaliando-se cada caixa em quinhentas libras de peso, poder-se-ia comprar no Brasil, sendo estes os preços comuns nesse país, o açúcar branco por oito vinténs, o mascavado por quatro e o panela por dois vinténs a libra, e, revender, respectivamente, por dezoito, doze e oito vinténs a libra; (...)”

Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil – 1624. In: INÁCIO, Inês da Conceição e LUCA, Tânia Regina. Documentos do Brasil Colonial. São Paulo: Ática, 1993, pp. 92 e 94.

O documento acima está relacionado:

- A** ao processo de colonização espanhola na América e à disputa entre os países ibéricos pelas áreas açucareiras.
- B** às rebeliões nativistas, que, sob o pretexto de que a União Ibérica teria enfraquecido tanto Portugal como a Espanha, tentavam a emancipação da Colônia brasileira.
- C** às investidas inglesas nas costas brasileiras, como protesto pela divisão do mundo entre Portugal e Espanha, conforme estabelecido pelas bulas papais e pelo Tratado de Tordesilhas.
- D** às invasões francesas ao Brasil, com o objetivo de depor o tradicional inimigo espanhol, que passou a administrar o país após a União Ibérica.
- E** às invasões holandesas no Brasil, com o objetivo de recuperar o comércio interrompido com a União Ibérica.

**07| UFVMG** De 1580 a 1640, Portugal viveu sob o domínio da Coroa hispânica, conhecido como União Ibérica. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que pode ser considerada uma consequência desse período:

- A** A presença francesa no Maranhão.
- B** O fim do pacto colonial e a chegada de produtos ingleses.
- C** A invasão dos holandeses ao território brasileiro.
- D** A superação das disputas pelo controle do Rio da Prata.

**08| UNESP**

Os africanos não escravizavam africanos, nem se reconheciam então como africanos. Eles se viam como membros de uma aldeia, de um conjunto de aldeias, de um reino e de um grupo que falava a mesma língua, tinha os mesmos costumes e adorava os mesmos deuses. (...) Quando um chefe (...) entregava a um navio europeu um grupo de cativos, não estava vendendo africanos nem negros, mas (...) uma gente que, por ser considerada por ele inimiga e bárbara, podia ser escravizada. (...) O comércio transatlântico (...) fazia parte de um processo de integração econômica do Atlântico, que envolvia a produção e a comercialização, em grande escala, de açúcar, algodão, tabaco, café e outros bens tropicais, um processo no qual a Europa entrava com o capital, as Américas com a terra e a África com o trabalho, isto é, com a mão de obra cativa.

(Alberto da Costa e Silva. A África explicada aos meus filhos, 2008. Adaptado.)

Ao caracterizar a escravidão na África e a venda de escravos por africanos para europeus nos séculos XVI a XIX, o texto:

- A** reconhece que a escravidão era uma instituição presente em todo o planeta e que a diferenciação entre homens livres e homens escravos era definida pelas características raciais dos indivíduos.
- B** critica a interferência europeia nas disputas internas do continente africano e demonstra a rejeição do comércio escravagista pelos líderes dos reinos e aldeias então existentes na África.
- C** diferencia a escravidão que havia na África da que existia na Europa ou nas colônias americanas, a partir da constatação da heterogeneidade do continente africano e dos povos que lá viviam.
- D** afirma que a presença europeia na África e na América provocou profundas mudanças nas relações entre os povos nativos desses continentes e permitiu maior integração e colaboração interna.
- E** considera que os únicos responsáveis pela escravização de africanos foram os próprios africanos, que aproveitaram as disputas tribais para obter ganhos financeiros.

**09| FATECSP** “A produção açucareira, limitada até o século XV, pôde deslanchar com a conquista do novo mundo.”

(CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. A escrita da história. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2005.p.206.)

A explicação para a afirmação acima está:

- A** no sistema de plantation que foi implantado na América, caracterizando-se pela produção em larga escala, pelo latifúndio, pela monocultura e pela mão de obra assalariada.
- B** na implantação das capitâneas hereditárias na América portuguesa, o que facilitou o cultivo da cana por todo o território colonial.
- C** na agricultura de subsistência, que foi largamente utilizada nas colônias americanas e que impulsionou o plantio da cana.
- D** nas mudas de cana-de-açúcar encontradas em solo americano, que eram mudas de melhor qualidade do que aquelas encontradas no Oriente.
- E** no clima quente e úmido da região tropical, na fertilidade do solo e, principalmente, na disponibilidade de imensas extensões de terra.

**10| FATECSP** Segundo o historiador Fernando Novais, o pacto colonial “define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido”.

(NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 47-63.)

Considerando as ideias expostas, é correto afirmar que a exploração açucareira, no nordeste do Brasil Colonial,

- A** pode ser considerada uma exceção, visto que a montagem do sistema açucareiro atendeu muito mais às condições existentes na colônia do que aos interesses comerciais da metrópole.
- B** contrariava os objetivos gerais do colonialismo mercantilista, uma vez que grande parte dos lucros obtidos com a comercialização do açúcar era apropriada pelos senhores de engenho, em detrimento da burguesia mercantil metropolitana.
- C** seguiu a lógica particular do colonialismo português de obter lucros elevados mediante a redução nos custos da produção, razão pela qual o açúcar foi o produto escolhido, visto que essa atividade exigia investimentos iniciais bastante modestos.
- D** atendeu plenamente à lógica mercantilista dos empreendimentos coloniais, promovendo uma atividade apoiada no tripé – latifúndio, monocultura e escravidão africana – altamente lucrativa e que contribuiu para a acumulação de capitais na metrópole.
- E** foi coerente com os quadros gerais do sistema colonial no que diz respeito ao produto, muito valorizado nos mercados internacionais, mas não no tocante ao uso de mão de obra africana, visto que a mão de obra indígena era mais abundante e barata.

**11| PUCSP** “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E ao modo com que se há com eles depende de tê-los bons ou maus para o serviço.”

Antonil. Cultura e opulência do Brasil (1711). São Paulo: Editora Nacional, 1967, p. 159

O texto, do início do século XVIII, trata da mão de obra escravista nos engenhos de açúcar.

O autor

- A** inquieta-se com a falta de trabalhadores assalariados e com o predomínio do trabalho compulsório na lavoura açucareira.
- B** caracteriza o escravo como instrumento de produção que precisa ser controlado rigorosamente para que não se rebelde.
- C** interessa-se pela possibilidade de expansão das plantações de cana e pelo decorrente aumento da remessa do açúcar para Portugal.
- D** revela sua disposição de defender o fim da escravidão no Brasil e importar mão de obra estrangeira para ter trabalhadores mais qualificados.
- E** preocupa-se em destacar a importância do trabalho escravo na produção do açúcar e os cuidados que se deve ter no seu trato.

**12| UEFSBA** O futuro conde de Cairu informa que um proprietário que possuísse cinquenta escravos podia cultivar 100 tarefas de cana com a renda de 5:700\$000 (cinquenta contos e setecentos mil reis), mas as despesas com os escravos e as utilidades só eram equilibradas quando ele possuía meeiros. Por isso, os lavradores de cana procuravam ter o maior número de lavradores “agregados”, forma de exploração que se desenvolveu até os dias atuais. A meação aumentava “infinidamente o rendimento anual” de uma propriedade açucareira.

(TAVARES, 2001, p. 199).

De acordo com o texto, além do trabalho do escravo, os ganhos dos senhores de terras e engenhos ampliavam-se com o produto do trabalho de:

- A** agregados pobres, parentes deserdados da família do senhor.
- B** homens livres que não encontravam mercado de trabalho nas cidades.
- C** camponeses livres vindos de Portugal em busca de trabalho na colônia.
- D** homens livres possuidores apenas de terras e escravos, mas não possuidores de engenhos.
- E** trabalhadores livres sazonais que se revezavam entre as lavouras de cana e de café.

13| UFTM Observe a tabela.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ENGENHOS DE AÇÚCAR POR CAPITANIA (1570-1629)				
CAPITANIA	1570	1583	1612	1629
RIO GRANDE	-	-	1	-
PARAÍBA	-	-	12	24
ITAMARACÁ	1	-	10	18
PERNAMBUCO	23	66	99	150
SERGIPE	-	-	1	-
BAHIA	18	33	50	80
ILHÉUS	8	3	5	4
PORTO SEGURO	5	1	1	-
ESPÍRITO SANTO	1	6	8	8
RIO DE JANEIRO	-	3	14	60
SÃO VICENTE, SANTO AMARO	4	6	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>118</b>	<b>201</b>	<b>344</b>

(Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. História da expansão portuguesa, 1998.)

A tabela expressa

- A o processo de expansão dos engenhos, no decorrer do século XVII, na porção nordeste do Império Português na América.
- B a fertilidade do continente americano, que contribuiu para a ocupação equilibrada de áreas litorâneas e do seu interior.
- C o declínio da produção açucareira, que enfrentou a concorrência da produção aurífera, mais barata e lucrativa.
- D o crescimento da produção no Rio de Janeiro, que incentivou a transferência da capital de Salvador para o centro-sul.
- E o abandono das faixas próximas ao litoral e a interiorização em direção ao sertão, para garantir a expansão das culturas.

## MINERAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

A descoberta do ouro no Brasil transformou profundamente a dinâmica da relação metrópole-colônia e a configuração territorial. Afinal, o processo de interiorização, que havia começado décadas antes, encontraria no ouro um forte estímulo, o ciclo aurífero da economia colonial vai deslocar o eixo socioeconômico do Brasil do nordeste para o centro-sul.

As atividades econômicas desenvolvidas no Brasil até aquele momento se concentravam no mundo rural, o mundo urbano era atrofiado, pouco desenvolvido, um verdadeiro apêndice. A economia aurífera vai inverter esse fluxo, a vila aparece como o centro de sociabilidade e o campo como aquele que abastece e supre as necessidades da vida urbana, podemos dizer, que o ouro, de forma tímida, inicia o processo de urbanização do Brasil.

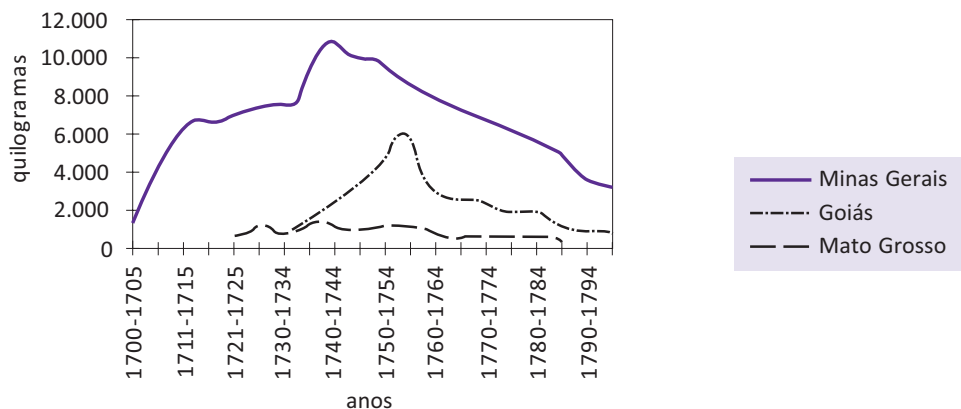
A consolidação da vila, como centro de sociabilidade, torna possível a emergência de uma camada social: Os grupos médios urbanos. São eles médicos, dentistas, grupos sociais ligados ao mundo urbano, muitos estudaram na Europa e tiveram acesso a textos e filosofias inéditas na colônia. A concentração da população e esse novo público vai ser um ingrediente importante para compreender essa nova fase da história do Brasil, marcada por muitas revoltas, marcada por ideais e utopias, muitas vezes importadas do velho continente.

Costuma-se atribuir o início da mineração à descoberta do ouro feita por Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, e por Antônio Dias de Oliveira, em 1698, em Ouro Preto. A descoberta das Minas provocou uma verdadeira corrida ao ouro, causando carestia de alimento na região e provocando, inclusive, o controle populacional pela coroa portuguesa.

O ouro durante o período colonial brasileiro era o ouro de aluvião, que difere, por exemplo, do ouro de morro. O ouro de aluvião fica depositado no fundo dos rios e é considerado de fácil extração, apesar de se esgotar com maior facilidade, a extração do ouro, portanto, se caracterizava pela mobilidade. Havia duas formas de organização da extração do ouro (empresa mineradora): a lavra, usada para extrair grande quantidade de ouro; e a faiscação. A região aurífera era dividida em datas, que eram leiloadas. Para participar do leilão era obrigatório ser proprietário de escravo.

Três grandes regiões auríferas foram fundadas no Brasil colonial:

- Vila Rica, em Minas Gerais, 1693;
- Vila Bela, em Mato Grosso, 1719;
- Vila Boa, em Goiás, 1724;



PINTO, Virgílio N. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 114. Adaptado.

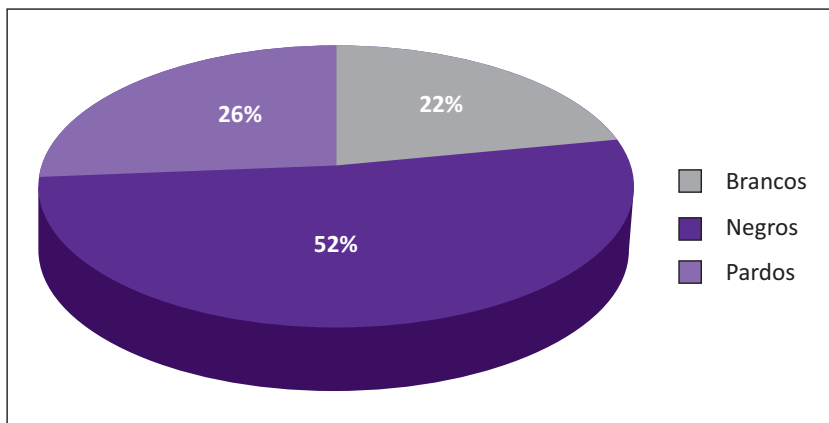
A descoberta do ouro também aumentou a fiscalização da Metrópole sobre a colônia. A região mineradora foi submetida a rigoroso controle e disciplina. Um código foi elaborado, O Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais deputados para as Minas de Ouro, criado em 1702. Para a aplicação dessas medidas foram criadas as Intendências das Minas, órgão responsável pela administração da região mineradora. O mais alto cargo era o de Superintendente.

Apesar da intensa fiscalização, do controle sobre as pessoas e as estradas, o contrabando era muito intenso. Para dificultar, criou-se as Casas de Fundição, local onde o ouro era quintado, ou seja, era cobrado a quinta parte – o quinto, como forma de imposto. Além do Quinto (1/5 do ouro), utilizavam-se outras formas de se cobrar os impostos:

- **A capitação:** imposto sobre o número de escravos. Foi muito questionado, afinal, os escravos não produzem de forma igual e as minas extraíam quantidade de ouro diferente, de acordo com o historiador Luis Palacín, esse imposto só atuou durante 16 anos.
- **Sistema de fintas:** pagamento de 30 arrobas anuais fixas realizado pelas regiões mineradoras. A coroa contestou, alegando que a produtividade era muito maior, logo esse sistema deixou de ser usado.
- **Derrama:** Sistema utilizado para garantir o piso de arrecadação de impostos, caso o quinto não atingisse 100 arrobas anuais era declarada a derrama, confiscava-se bens até atingir a meta.

### A SOCIEDADE NO BRASIL COLONIAL MINERADOR

A sociedade mineradora se difere da sociedade açucareira nas condições de mobilidade social, a mobilidade social é menos rígida, a possibilidade de encontrar e contrabandear ouro dinamizava a sociedade. Esse dinamismo pode ser mensurado pelo número de alforrias, que era muito maior, ou seja, de negro adquirindo a sua liberdade. Em contrapartida, o número de homens livres pobres também era grande, e o número de pessoas que perambulavam pelas vilas pedindo esmola, comida e cometendo pequenos furtos era muito maior, daí a noção forjada pela historiadora Laura de Mello e Souza, “os desclassificados do ouro”.

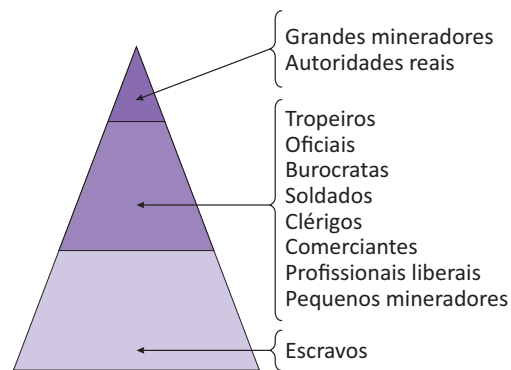


### SOCIEDADE MINERADORA

Outra singularidade da sociedade mineradora era a camada média urbana. Donos de vendas, profissionais liberais e artistas representavam uma parcela importante da população e os artistas tinham um certo prestígio na sociedade.

No entanto, tanto a sociedade mineradora, como a açucareira possuíam como base o negro escravizado. Eram eles os responsáveis pelo trabalho pesado nas Minas e as condições de trabalho e somadas a péssima alimentação, tornava a expectativa de vida do negro baixa, aproximadamente 18 anos.

Aqueles que possuíam muito prestígio e status na sociedade eram os mineradores, os donos das minas. Apesar da sociedade mineradora ser uma sociedade mais complexa, o historiador Boris Fausto destaca que a riqueza do ouro ficou na mão de poucos, uma elite branca e na base negros mestiços. No entanto, estudos recentes destacam o enriquecimento dos comerciantes que abasteciam as Minas, entre eles Manuel Nunes Viana, grande comerciante que abastecia a região mineradora com alimentos e bens de consumo.



### DISTRITO DIAMANTINO

Como o ouro pertencia ao rei, a extração aurífera era muitas vezes "terceirizada", conforme a vontade real. A extração de diamantes funcionou de forma diferente, tendo sido realizada pela própria coroa, a partir de 1771, com a instalação do monopólio real. Como o diamante era mais valioso, sua fiscalização foi mais rigorosa que a do ouro.

Os primeiros diamantes foram encontrados em 1729. A administração do distrito diamantino era realizada pela Intendência dos Diamantes, ninguém podia entrar ou sair do distrito sem a autorização do superintendente que seguia as regras estabelecidas em um livro, chamado de livro da capa verde.

### DECLÍNIO DA MINERAÇÃO

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade mineradora começou a declinar. O gradativo esgotamento e a ausência de técnicas mais modernas para extração do ouro levou a economia aurífera a decadência.

Nesse sentido, o chamado ciclo do ouro no Brasil durou menos de um século. Boris Fausto, nos diz o seguinte: "O ouro não deixou de existir em Minas Gerais, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio".

O ouro brasileiro foi utilizado, principalmente, para pagar dívidas dos portugueses com ingleses. A grande contribuição da economia mineradora foi a transformação da sociedade e o aquecimento da cultura, resultado do início do processo de urbanização.

### POMBAL, DESPOTISMO ESCLARECIDO E A VIRADEIRA

O declínio da mineração no Brasil coincide com a crise do Antigo Regime. A emergência do Iluminismo possibilitou uma nova visão do mundo e do homem, e conseqüentemente, a noção de Estado.

É nesse contexto que várias Monarquias Europeias tentaram se modernizar, entre elas, Portugal. Essa tentativa de conciliação das ideias iluministas com a estrutura do Antigo Regime damos o nome de Despotismo Esclarecido. Os representantes do Despotismo Esclarecido em Portugal foram o Rei D. José I e Marquês de Pombal, seu ministro, de 1750 até 1777.

Pombal implementou inúmeras reformas na administração da colônia, com o objetivo de racionalizar a administração, ou seja, tornar a colônia mais rentável, principalmente, num momento de crise da economia mineradora, essas medidas foram interpretadas pela população local como autoritárias:

- Expulsão dos jesuítas, pois não atendiam aos interesses do Estado português, "era um estado, dentro do estado".
- Centralização administrativa.
- Extinção das capitâncias hereditárias.
- Transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro.
- Criação de Companhias monopolistas.
- Criação da Derrama.
- Diminuição da influência da nobreza nas decisões coloniais.

Após o fim do governo Pombal e ascensão da rainha D. Maria I, as medidas que buscavam a modernização da monarquia foram, em certo sentido, canceladas, por isso o termo "Viradeira" para descrever o governo de D. Maria I. No entanto, D. Maria I continuou buscando meios para aumentar a produtividade e a dominação sobre a colônia, um exemplo disso foi o Alvará de 1785 que proibia a colônia de produzir atividade manufatureira.

TEXTO COMPLEMENTAR

## O NASCIMENTO DE UMA CAPITAL

*Em 1763, o Rio de Janeiro vira a sede do Estado do Brasil e sua paisagem urbana se transforma*

*Por Claudia Bojunga*

Há 250 anos o Rio de Janeiro ganhava o status de sede do Estado do Brasil (o que não inclui o Estado do Grão-Pará e Maranhão), posto até então ocupado por Salvador. A mudança contribuiu para uma transformação marcante da paisagem urbana carioca. Com construções como o Passeio Público e o chafariz de mestre Valentim, o Rio ganhou características renovadas, calcadas na estética barroca. A configuração de suas ruas, praças e monumentos eram reflexo do projeto de poder que se instaurava na cidade.

A política colonial naquela década estava sob o firme comando do marquês de Pombal, secretário de Estado do rei português D. José I. Foi ele quem decidiu pela transferência da sede. No poder desde 1750, Pombal buscava sempre reforçar o poder do rei. O projeto colonial se afirmava pelo fortalecimento do Estado.

O Brasil – que vivia o ciclo do ouro desde o final do século XVII – passara a despertar a atenção de Portugal em meio a tantos outros domínios. “Até então, a joia da Coroa era a Índia. O ouro vai afirmando o Brasil no contexto do império colonial português”, observa Paulo Knauss, professor de história da Universidade Federal Fluminense (UFF) e diretor-geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XVIII, o Brasil e, particularmente, o Rio de Janeiro passariam a desempenhar papel central para os interesses da metrópole.

Ponto de articulação da região meridional do império atlântico português, o Rio foi se tornando cada vez mais estratégico. A proximidade em relação à região do rio da Prata, alvo de disputas territoriais de longa data com os espanhóis, fazia com que a cidade fosse um ponto de apoio importante na defesa da porção sul dos territórios lusitanos. Além da ocupação do território, os portugueses se preocupavam com as riquezas geradas na área, devido ao intenso comércio realizado abaixo da linha do trópico, que tinha entre seus produtos o charque, o couro e a prata.

Comparando com Salvador, o Rio de Janeiro também ficava mais perto da chamada região das minas. Em 1763, o ciclo do ouro já não estava em seu auge. Por paradoxal que pareça, é justamente por isso que a Coroa tinha a preocupação em manter a área sob seu controle. “Antes, a distribuição de riqueza era farta; na hora em que ela diminui, a presença do Estado se fez mais importante. Provavelmente, o governo queria estancar a perda de arrecadação”, esclarece Knauss.

Na arquitetura, a cidade precisava refletir toda essa importância. Sob o governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza (1778-1790), é erguido o belo chafariz de mestre Valentim, no largo do Carmo – hoje, praça XV, no centro do Rio. O local do monumento à beira do porto foi escolhido a dedo por causa de sua simbologia. “O chafariz vira uma espécie de obelisco, tornando-se a grande porta da entrada da cidade,” explica José Pessôa, arquiteto, urbanista e professor da Escola de Arquitetura da UFF. Hoje, parte da área foi aterrada e o chafariz perdeu o destaque de outrora.

Mas a obra de mestre Valentim é apenas um dos aspectos das mudanças realizadas no largo do Carmo. O Palácio dos Governadores – depois Paço Imperial – recebeu um andar extra. A reforma lhe conferiu magnificência. A praça também ganhou piso radial, que, dadas as devidas proporções, era similar ao da praça do Capitólio em Roma, projetada por Michelangelo – piso esse que não existe mais.



*Vista da lagoa do Boqueirão e do aqueduto da Carioca e convento de Santa Teresa, óleo sobre tela, Leandro Joaquim, 1790. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro*

*Claudia Bojunga é jornalista.*

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/rio\\_de\\_janeiro\\_capital\\_brasil.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/rio_de_janeiro_capital_brasil.html)

## ESPECIAL VATICANO: OS CAMINHOS DA COMPANHIA DE JESUS

Por Lair Faria

“O Senhor me dá desejos muito grande de ver-me empregado em seu serviço, (...), pois a principal causa que me moveu a entrar na Companhia foi que ouvindo dizer que os da Companhia iam e se punham entre os infiéis, com grande perigo de suas vidas, para salvar-lhes as almas.”

Com essas palavras, Seraphin Bonaventura Coçar, em missiva enviada a seus superiores da Companhia de Jesus, no ano de 1586, externava seu desejo e sua motivação para dedicar-se à vida missionária, como jesuíta. A vida como missionário implicava ser designado para lugares distantes, inóspitos, desconhecidos, entre infiéis, e ali ficar por tempo indeterminado. Ou pelo tempo que Deus quisesse.

Em outra carta, escrita no ano anterior, o jesuíta Luís Ferrer expressava toda a sua empolgação com os relatos que chegavam aos companheiros das tarefas missionárias no longínquo Oriente: “(...) lendo as cartas dos padres que andam no Japão, inflamou-se meu coração com um grande desejo de gastar a pouca vida que Nosso Senhor me desse entre aqueles padres”.

Essas e várias outras cartas, escritas pelos padres itinerantes da Companhia fundada por Inácio de Loyola, atestam a entrega total daqueles religiosos que abraçavam a causa inaciana. Dispersarem-se pelo mundo, levando a mensagem do Evangelho aos mais remotos lugares e povos e, nesse ínterim, combater o avanço do protestantismo. Com efeito, os jesuítas alcançaram quatro continentes, deparando-se com inúmeros obstáculos, logrando tanto êxitos quanto insucessos no curso de sua história.

Os primeiros passos se deram em Paris, em 1531, quando um grupo de estudantes do Colégio de Santa Bárbara reúne-se em torno de Inácio de Loyola, religioso espanhol que era, conforme a memória jesuítica, um homem santo, um homem de ação e um homem da escrita. Ali, na escola, ocupam o mesmo dormitório Inácio, Pedro Fabro e Francisco Xavier, núcleo inicial da futura Companhia de Jesus, reconhecida oficialmente pelo papa Paulo III, em 1540, na bula *Regimini militantis Ecclesiae*.

De início, os padres decidem ligar-se com votos de pobreza e castidade, propondo-se a salvar o próximo, fosse ele fiel ou um infiel, através da pregação, dos sacramentos da penitência e da eucaristia. Nesse primeiro momento, a ideia era realizar essa atividade salvífica sem receber remuneração alguma. Entretanto, eles abdicam do voto de pobreza à medida que se dão conta de que sem dinheiro encontrariam extremas dificuldades para suas peregrinações. Atentos, porém, às possíveis acusações de desejarem o enriquecimento e a opulência, renunciaram ao recebimento de “esmolas pelas missas e pelos outros ministérios espirituais” (BRESCIANI, 1999).

A dispersão dos religiosos, para a execução de suas experiências missionárias, suscitou, naturalmente, a preocupação com as várias formas de ajuda que cada um deveria receber para a consecução de suas missões. Mostrou-se fundamental estabelecer vínculos que unificassem todos os enviados, e, para esse fim, Loyola cuidou de pautar as virtudes necessárias e as ações essenciais nas Constituições da Companhia de Jesus. A oitava parte desse extenso escrito foi inteiramente dedicada a fornecer “meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos”. Dentre esses meios, concorrendo de “maneira muito especial” para a união dos integrantes da Companhia, a correspondência epistolar entre súditos e superiores era altamente recomendada. Mais que isso, o intercâmbio de informações deveria ser frequente, assim como o conhecimento das notícias e comunicações vindas de todas as partes.



A memória jesuítica define o espanhol Inácio de Loyola como um homem santo, de ação e da escrita.  
Inácio de Loyola, artista anônimo, escola francesa, séc. XVI



A obediência também foi considerada um meio essencial para a manutenção de propósitos e a união dos membros da Companhia. Recomendava-se que fosse vivida em todo o seu vigor. O texto das Constituições, porém, revela que tal virtude nem sempre era atingida pelos padres itinerantes. Para esses enviados que não andavam direito na obediência, Inácio de Loyola orientava para que lhes fosse dado um companheiro cujo progresso na obediência tivesse sido verificado, buscando-se, assim, o ajustamento do missionário aos parâmetros esposados pela Companhia.

Instruídos os jesuítas pelas Constituições e pelos Exercícios Espirituais, a prática missionária revestiu-se de inúmeros entraves. Os enviados para o Japão, Francisco Xavier à frente, foram injuriados e perseguidos. No Brasil, os nativos fechavam os ouvidos para não escutar a palavra, conforme o relato desanimado do padre Anchieta. Em outras regiões das Américas, além de não atingirem os objetivos esperados, registrou-se o assassinato de jesuítas.

Contudo, a experiência concreta dos missionários nos recônditos do planeta, no contato com a diversidade cultural em diferentes contextos, deixou expostas as limitações das Constituições de Inácio de Loyola. Os pedidos de ajuda se multiplicaram e a resposta da Companhia significou, na prática, uma intervenção maior e mais incisiva nas decisões dos missionários. Nesse sentido, Loyola recorreu ao envio de instruções escritas.

Na América portuguesa, os jesuítas fundaram vários colégios, sendo os primeiros nas capitanias de São Vicente (1554), na Bahia (1556) e no Rio de Janeiro (1568). Com esses colégios, os enviados intentavam formar sacerdotes, ampliando assim a obra de evangelização dos gentios e, ao mesmo tempo, deixá-la menos dependente da intervenção metropolitana. Nessas instituições de ensino jesuíticas, os alunos aprendiam retórica, gramática grega, gramática latina e humanidades. E, como não poderia deixar de ser, teologia.

A fim de evangelizarem os nativos, os jesuítas deslocavam os índios de suas aldeias para as missões. Estas se organizavam como uma verdadeira cidade, à medida que eram autossuficientes. As missões estenderam-se pelos domínios portugueses e espanhóis e eram formadas por habitações, igreja, oficinas, colégios, mercado e cemitério.

Várias estratégias foram utilizadas para evangelizar os nativos. Uma foram eficazes, outras não. Com efeito, atividades lúdicas, teatralizações de passagens dos evangelhos, encenadas pelos próprios índios, adaptações e alterações dos rituais católicos, redundaram em fracasso. Diante desse malogro, os jesuítas repensaram seus métodos e entenderam serem o medo e a força os meios convenientes para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, colocou-se em prática o “plano civilizador”, assim descrito por um dos jesuítas mais famosos da história do Brasil colonial, o padre Manuel da Nóbrega, em carta ao padre Miguel de Torres: “Os que mataram a gente da nau do bispo (D. Pedro Fernandes Sardinha) se podem logo castigar e sujeitar, e todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos, e os que têm escravos dos cristãos e não os querem dar, e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhes derem e por isso se alevantarem contra os cristãos. Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrupulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e Sua Alteza terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro ou prata”.

Convém mencionar que os jesuítas domiciliados na América portuguesa entraram em choques constantes com os colonos, originados na disputa pelos nativos. Some-se às tensões com os colonos uma mudança política bastante significativa na metrópole portuguesa quando, no início do reinado de D. José I, nomeou-se como principal ministro da corte Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal. A gestão pombalina caracterizou-se, entre outras ações, pelo esforço em atenuar fortemente a presença inglesa na economia portuguesa.

Nesse processo de fortalecimento de Portugal, Pombal entra em rota de colisão com os jesuítas. Em meados do século XVIII, os padres da Companhia de Jesus eram, conforme relatórios produzidos na época, proprietários de fazendas de gado com mais de 100 mil cabeças, administrando um vasto patrimônio de terras e engenhos. Consta que a ordem jesuítica se recusava a pagar o dízimo e mantinha vínculos comerciais com contrabandistas ingleses. Era, na prática, um Estado dentro do Estado.

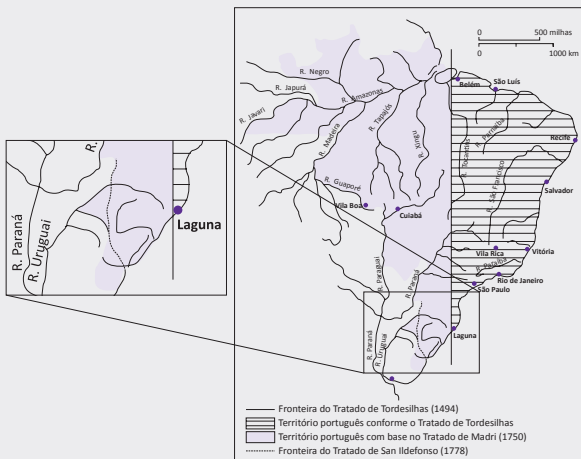
As relações entre a Companhia e a Coroa portuguesa estremeceram ainda mais quando os jesuítas foram acusados de participar de um suposto atentado contra o rei. A situação ficou periclitante até que, em setembro de 1759, o marquês de Pombal expediu um decreto expulsando os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios. Além disso, ordenou o confisco dos bens da Companhia. Naquele momento, findava-se a presença dos jesuítas em terras brasileiras.

*Lair Faria é mestre em história comparada pela UFRJ e especialista em judaísmo helenístico e paleocristianismo*

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/especial\\_segredos\\_do\\_vaticano\\_-\\_companhia\\_de\\_jesus\\_do\\_fervor\\_a\\_expulsao.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/especial_segredos_do_vaticano_-_companhia_de_jesus_do_fervor_a_expulsao.html)

**R** EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01 | ENEM** As terras brasileiras foram divididas por meio de tratados entre Portugal e Espanha. De acordo com esses tratados, identificados no mapa, conclui-se que



BETHEL, L. História da América. V. I. São Paulo: Edusp, 1997.

- A** Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, detinha o controle da foz do rio Amazonas.
- B** o Tratado de Tordesilhas utilizava os rios como limite físico da América portuguesa.
- C** o Tratado de Madri reconheceu a expansão portuguesa além da linha de Tordesilhas.
- D** Portugal, pelo Tratado de San Ildefonso, perdia territórios na América em relação ao de Tordesilhas.
- E** o Tratado de Madri criou a divisão administrativa da América Portuguesa em Vice-Reinos Oriental e Ocidental.

**Resolução:**

- C** o Tratado de Madri reconheceu a expansão portuguesa além da linha de Tordesilhas.

O mapa representa os limites territoriais do Tratado de Madri (1750). Este substituiu o Tratado de Tordesilhas (1494) que, na prática, não era mais respeitado, vindo a delinear o atual aspecto demográfico do Brasil, tendo como referência o princípio do *utis possidetis* (direito de posse). A assinatura do Tratado de Madri pretendia findar os conflitos existentes entre Espanha e Portugal acerca dos limites territoriais coloniais respectivos. A consequência geográfica imediata foi a definição precisa das fronteiras naturais do Brasil. Portugal cedeu a Colônia de Sacramento, recebendo em compensação os atuais estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Amazônia e Rio Grande do Sul, além de uma ampla área localizada no alto Paraguai. Do mesmo modo, o Tratado estabeleceu que o rio Uruguai passasse a ser a nova fronteira entre Brasil e Argentina.

**02 | ENEM** A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

(NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant: 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M. Aldeamentos indígenas (Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília, INL, 1983 – Adaptado)

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função:

- A** das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- B** da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- C** do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- D** da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- E** da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

**Resolução:**

- E** da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

Foi no período pombalino que se intensificou o processo de secularização dos aldeamentos missionários, ou seja, a transformação dos mesmos em vilas de administração civil. Em certo sentido, a secularização é uma etapa inerente ao próprio desenvolvimento da missão, como parte de seu projeto mais amplo de incorporação das populações nativas. Entretanto, no período pombalino, esta “civilização” dos aldeamentos missionários se dá por decreto, através da Lei de 6 de junho de 1755 e do Alvará com força de Lei de 7 de junho do mesmo ano. Juntas, essas leis concediam liberdade incondicional aos índios e determinavam a transformação das aldeias em vilas ou povoados, com administração civil ao estilo português e assistência religiosa do clero secular.

A Capitania de Goyaz, entendida como área integrante e subjacente às políticas estabelecidas pelo reino português, durante o século XVIII, sofreu o aporte jurídico estabelecido legalmente em 1758, o qual alterava a condição civil dos gentios da América portuguesa e definia a política de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Observa-se no momento histórico das reformas pombalinas e sua aplicação no reino e colônias, a aplicação de novas diretrizes indigenistas, por meio de aldeamentos, no momento em que contingências naturais influenciaram decisivamente na rendição do indígena.

## F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01| UNICAMP** Durante o período colonial, o fisco metropolitano no Brasil atingiu todas as atividades econômicas e recorreu às mais variadas formas de arrecadação. Dentre os meios utilizados destacaram-se aqueles praticados nas áreas de mineração porque foram os mais expressivos e escorchantes. Caracterize os sistemas utilizados pela coroa portuguesa para arrecadar o Quinto Real na região de Minas.

**02| UFG** No final do século XVIII, na região das Minas Gerais havia acabado o ouro de aluvião – aquele que era encontrado à flor da terra. O processo de mineração havia se tornado extremamente caro e difícil e, além disso, todo ouro retirado não conseguia tornar a região rica ou formar um mínimo de capital acumulado que permitisse o desenvolvimento.

- A** Para onde foi drenado o ouro do Brasil, que não enriquecia brasileiros e nem portugueses, durante todo o século XVIII ?
- B** Que relação existe entre tal saída de ouro e a revolução industrial inglesa, durante o século XVIII e início do século XIX ?

**03| UNESP** A julgar pelas palavras de um dos primeiros governadores, ao fim das duas primeiras décadas do século XVIII, a chuvosa e fria região central da terra mineira “evaporava tumultos”, “exalava motins”, “tocava desaforos”, quando não “vomitava insolências”. (...) poder-se-ia inferir que o cenário dominante nas Minas era de um permanente confronto dos novos habitantes – desejosos de enriquecer rapidamente e, portanto, tentando fugir da ação limitadora (e arrecadadora) do Estado (...) Bem ao espírito da época, o quinto era um ‘direito real’ praticamente incontestado. (...) Se, por um lado, a legitimidade do direito ao quinto sobre o ouro nunca foi formalmente questionada pelos moradores das Minas, por outro, as formas de sua aferição e o controle da arrecadação sempre foram objeto das mais acres polêmicas. (João Pinto Furtado, O Manto de Penélope – História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9.)

- A** Cite dois métodos utilizados em Minas Gerais para a arrecadação do quinto durante o século XVIII.
- B** Identifique e caracterize uma rebelião ocorrida em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.

**04| UNIRIO** “A descoberta de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e sul da Bahia provocou transformações radicais na vida, até então agro-pastoril, da colônia. Muito embora, no balanço do século XVIII, as rendas com o açúcar tenham superado as do ouro, as modificações

trazidas pela mineração mudaram irreversivelmente a face da colônia. A plantation, a atividade extrativa e a agricultura de subsistência não acabaram, mas lhes foi acrescentada uma nova forma econômica, cujas relações de produção, circulação e consumo de bens, além das de trabalho eram diversas.”

Conforme expresso no texto acima, a atividade mineradora no Brasil colonial, destacadamente na primeira metade do século XVIII, provocou diversas transformações na estrutura sócio-econômica da colônia.

Cite uma mudança sócio-econômica ocorrida no Brasil colonial, na primeira metade do século XVIII, decorrente da atividade mineradora e explique-a.

**05| UNIMONTES** Observe a figura.



(www.cliohistoria.hpg.ig.com.br)

Explique, em um texto de aproximadamente 5 linhas, a importância das tropas e dos tropeiros, para as áreas de mineração, nos séculos XVIII.

**06| UEM**

A descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII atraiu para aquela região milhares de indivíduos das mais diversas condições sociais. Segundo um escritor daquela época, eram “homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal e outros vadios”

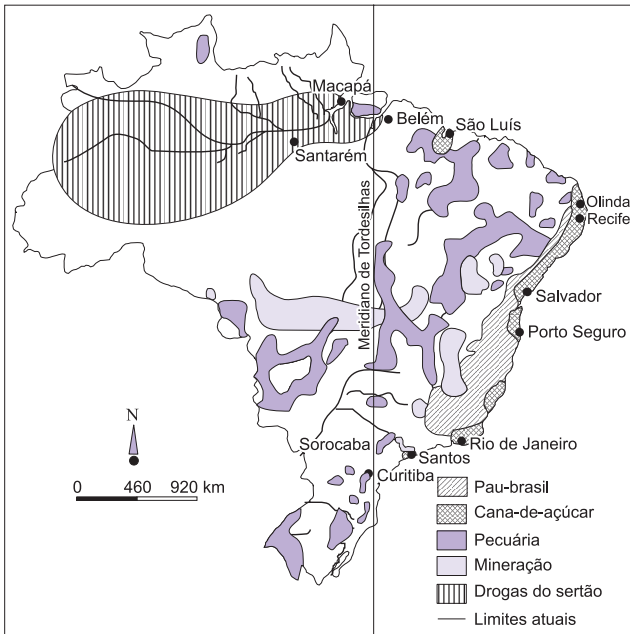
(ANTONIL). Sobre a produção aurífera em Minas Gerais no século XVIII,

Responda:

- A** Qual o significado do termo “cabedal” utilizado por Antonil?
- B** O que eram as Casas de Fundação estabelecidas a mando da Coroa portuguesa?
- C** Qual a relação entre a ação dos bandeirantes paulistas e a mineração nas Minas Gerais?

07| NESP

MAPA ECONÔMICO DO BRASIL DO SÉCULO XVIII.



(Atlas Histórico Escolar.)

Brandindo achas e empurrando quilhas, vergaram o vertical de Tordesilhas.

(Versos de Guilherme de Almeida, inscritos no Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, no Ibirapuera, São Paulo, SP.)

A partir do mapa e dos versos de Guilherme de Almeida, explique dois mecanismos da interiorização do processo colonizador no Brasil.

08| FGV O documento a seguir é parte do Tratado de Methuem, assinado por Grã-Bretanha e Portugal no ano de 1703. Depois da leitura, responda as questões.

"Artigo 1º: Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete tanto no Seu próprio nome como no de Seus Sucessores, admitir para sempre daqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário. Artigo 2º: É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio Nome, e no de Seus Sucessores, será obrigada para sempre, daqui em diante, a admitir na Grã-Bretanha os vinhos de produto de Portugal, de sorte que, em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França), não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título, direta ou indiretamente, ou sejam trans-

portados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer vasilha que seja mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, [...]"

Sodré, Nelson Werneck, O Tratado de Methuem. Iseb: MEC, 1957.

- A) Que setores da economia dos países signatários foram beneficiados pelo tratado e como podemos descrever o poder de Portugal e da Inglaterra, na época, em termos da navegação e do comércio internacional? (1)
- B) Qual era a principal atividade econômica do Brasil colônia no século XVIII e de que forma, nesse período, a economia da metrópole portuguesa foi influenciada pelo tratado? (2)
- C) Especialmente na segunda metade do século XVIII, que transformações ocorreram na economia britânica e de que forma as relações estabelecidas pelo Tratado de Methuem colaboraram para essas mudanças? (3)

09| UFRJ

EVOLUÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO NÚMERO DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XVIII, POR REGIÃO AFRICANA DE ORIGEM

PERÍODO	COSTA DA MINA	ANGOLA	TOTAL
1701-10	83.700	70.000	153.700
1711-20	83.700	55.300	139.000
1721-30	79.200	67.100	146.300
1731-40	56.800	109.300	166.100
1741-50	55.000	130.100	185.100
1751-60	45.900	123.500	169.400
1761-70	38.700	125.900	164.600
1771-80	29.800	131.500	161.300
1781-90	24.200	153.900	178.100
1791-1800	53.600	168.000	221.600
<b>TOTAL</b>	<b>550.600</b>	<b>1.134.600</b>	<b>1.685.200</b>

Fonte: GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975, pp. 203-208.

A partir da tabela, relacione a mudança ocorrida no padrão geográfico da oferta de escravos africanos com as transformações da economia colonial setecentista.

## T ENEM E VESTIBULARES

**01 | ESPM** Antonio Raposo Tavares faz parte do rol dos grandes bandeirantes e, pela visão dos colonos, foi um verdadeiro herói, responsável pelo alargamento das fronteiras, pelo controle e domínio das matas, por comandar lutas contra os espanhóis, por participar da campanha contra os holandeses.

Sob o ponto de vista indígena, dos jesuítas e de centenas de milhares de famílias, certamente está na galeria dos assassinos e dos grandes invasores, capaz de matar, saquear vilas, incendiar igrejas, separar pessoas queridas, que por ele eram tratadas como mercadorias, sendo aprisionadas e maltratadas. Afinal, sua atividade era exclusivamente de apresamento de índios para negociar como escravos.

Raposo Tavares viu nesse empreendimento a chance de sobreviver e de enriquecer diante das circunstâncias impostas pela colônia. Ele aproveitou a presença holandesa no nordeste, que controlava o tráfico negreiro, para vender a mão de obra indígena aos engenhos dos colonos portugueses da região.

(Fábio Pestana Ramos e Marcus Vinícius de Moraes. Eles formaram o Brasil)

A partir da leitura do texto é correto assinalar:

- A** o texto apresenta uma visão unidimensional da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando sua heroica contribuição para a formação das fronteiras brasileiras;
- B** o texto fornece uma visão fundamentalmente crítica da ação do bandeirante Raposo Tavares, não apontando qualquer enfoque elogioso de sua atuação;
- C** o texto apresenta uma abordagem multifacetada da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando-o sob diferentes olhares;
- D** Raposo Tavares foi um caso único entre os bandeirantes, pois não houve qualquer outro desbravador daquele tempo que tenha se dedicado ao apresamento de indígenas;
- E** O texto refuta qualquer relação entre a presença holandesa no nordeste e a atividade de apresamento de indígenas e sua utilização em engenhos de cana-de-açúcar.

**02 | UNESP** Entre as características da sociedade da região das Minas Gerais no período da extração de ouro, no século XVIII, podemos citar:

- A** maior mobilidade social que no restante da colônia.
- B** pequeno desenvolvimento artístico e ausência de estímulo à produção cultural.

- C** predomínio do meio rural sobre o urbano, como no restante da colônia.
- D** comércio interno restrito e ausência de setores sociais intermediários.
- E** menor presença de irmandades religiosas que no restante da colônia.

**03 | UNIFOR** Sobre a economia e a sociedade no Brasil Colonial, considere as afirmações e assinale a afirmação INCORRETA.

- A** A economia açucareira na região Nordeste sustentava-se sob três pilares: i) a grande lavoura, ii) na mão-de-obra escrava, e iii) demanda do mercado externo.
- B** A aliança com os holandeses foi extremamente importante para viabilizar a implantação da indústria açucareira no Brasil, tanto pela experiência comercial, quanto pelo financiamento.
- C** As atividades mineradoras proporcionaram significativas transformações na economia e na sociedade colonial brasileira. A organização social, até então fundada na vida rural, adquiriu caráter urbano. O eixo econômico, localizado nos grandes centros produtores de açúcar do Nordeste, passou a ser o Centro-Sul do País. A própria capital – Salvador –, foi transferida para o Rio de Janeiro em 1763.
- D** Contrastando com a região açucareira do Nordeste, que utilizava mão-de-obra escrava, em Minas Gerais o trabalho de exploração de ouro e diamantes era realizado por homens livres e escravos alforriados.
- E** Durante a ocupação de Pernambuco no período 1630-1640, os holandeses adquiriram o conhecimento de aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Foi esse conhecimento que possibilitou a formação de uma indústria concorrente na região do Caribe e culminou com o fim do monopólio brasileiro no mercado de açúcar.

**04 | UEPB** “Uma das patranhas da nossa história, tal como se conta nas escolas, é a da pretendida riqueza e até opulência das minas Gerais na época da abundância do ouro. Em boa e pura verdade nunca houve a tão propagada riqueza a não ser na fantasia amplificadora de escritores inclinados às hipérbolos românticas.”

(Laura de Melo in Freitas Neto e Célio Ricardo. História Geral e do Brasil. SP: HARBRA. 2006. p. 318)

Sobre a sociedade mineira do século XVIII é correto afirmar:

- A** a maioria da população era formada por homens livres pobres que sobreviviam como fazedores, pequenos roceiros, biscateiros e garimpeiros.

- B** eram privilegiados os elementos que tivessem o maior número de escravos.
- C** a concentração fundiária era pequena, apesar da maioria da população ser elite agrária.
- D** grande era o número de empreendedores com alto poder aquisitivo e forte descentralização de poder; ausência de advogados, artesãos e intelectuais.
- E** devido ao grande número de alforrias não havia escravos de ganho.

**05| FMABC** “Eram homens ousados e intrépidos esses aventureiros, que se embrenhavam pelos sertões de Minas em busca do ouro; de vontade firme, pertinaz, inabalável. Cegos pela ambição, arrostavam os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a seca, o frio, o calor, os animais ferozes, répteis que davam a morte instantânea. (...) Muitas vezes viajavam por esses desertos, descuidados e imprevidentes como se nada dessem recear. (...) Se não tinham o que comer, roíam as raízes das árvores; serviam-lhes de alimentos os lagartos, as cobras, os sapos, que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter outra alimentação pela caça ou pela pesca; se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres, frutas acres do campo. (...) Muitas serras, muitos rios, muitos lugares que conhecemos com os nomes indígenas, foram batizados por eles. Tais eram, em geral, os primeiros descobridores das ricas minas do Brasil.”

Joaquim Felício dos Santos. Memórias do Distrito

Diamantinho (1868). citado por Cândida Vilares Gancho e Vera Vilhena de Toledo. Inconfidência Mineira. São Paulo: Ática, 1991, p. 8-9

O fragmento acima, escrito na segunda metade do século XIX, caracteriza os descobridores de ouro no Brasil colonial, narrando aspectos de sua ação de um século e meio antes. A preocupação do texto é destacar

- A** a certeza de sucesso e o desprendimento dos primeiros descobridores, interessados sobretudo em ampliar os domínios territoriais da colônia.
- B** o amplo apoio da metrópole à busca de ouro na colônia e o direito português de se beneficiar com as riquezas descobertas.
- C** a coragem dos descobridores, apresentados como desbravadores audazes e fascinados pelas riquezas que podiam encontrar.
- D** o papel dos portugueses como principais responsáveis pela busca de metais nobres no interior brasileiro durante o período colonial.
- E** a aliança entre os descobridores do ouro e os povos indígenas, que os apoiaram durante a empreitada e também se beneficiaram das riquezas.

**06| ESPCEX** Diferentemente de outras atividades econômicas do Brasil-Colônia, a mineração foi submetida a um rigoroso controle por parte da metrópole. Neste contexto:

- A** os Códigos Mineiros de 1603 e 1618 já impediam a livre exploração das minas, impondo uma série de condições e restrições.
- B** as Intendências das Minas criadas pelo Regimento de 1702 impuseram um controle absoluto sobre toda a produção mineradora, embora ainda estivessem subordinadas a outras autoridades coloniais.
- C** a cobrança do quinto foi facilitada com a criação das Casas de Fundição, no final do século XVII, onde o ouro era fundido em barras timbradas com o selo real, embora a circulação do ouro em pó ainda fosse permitida.
- D** foram instalados postos fiscais em pontos estratégicos das estradas, com o objetivo de fiscalizar se o pagamento do quinto havia sido realizado; cobrar impostos sobre a passagem de animais e pessoas e sobre a entrada de todas as mercadorias transportadas para as Minas.
- E** a capitação foi um imposto que exigia do minerador o pagamento de uma taxa sobre cada um de seus escravos, do qual ficavam isentos os fiscoadores que não possuíam escravos.

**07| UFTM** A Portugal, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza [...]. Como agudamente observou o Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal.

(Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, 1971. Adaptado.)

A afirmação do texto, relativa à economia do ouro no Brasil colonial, pode ser explicada:

- A** pelos acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, que definiam que as áreas mineradoras, embora estivessem em território sob domínio português, fossem exploradas prioritariamente por espanhóis.
- B** pelas sucessivas revoltas contra os impostos na região das Minas, que paralisavam seguidamente a exploração do minério e desperdiçavam a oportunidade de enriquecimento rápido.
- C** pela forte dependência comercial de Portugal com a Inglaterra, que fazia com que boa parte do ouro obtido no Brasil fosse transferido para os cofres ingleses.
- D** pela incapacidade portuguesa de explorar e transportar o ouro brasileiro, o que levava a Coroa de Portugal a conceder a estrangeiros os direitos de extração do minério.
- E** pelo grande contrabando existente na região das Minas Gerais, que não era reprimido pelos portugueses e impedia que os minérios chegassem à Metrópole.

**08| FUVEST** “E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estrangeiros e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil...”

João Antonil. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711.

Esta frase indica que as riquezas minerais da colônia

- A** produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.
- B** foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra.
- C** prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.
- D** foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando na região do rio da Prata.
- E** possibilitaram os acordos com a Holanda que asseguraram a importação de escravos africanos.

**09| PUCCAMP** A corrida para o ouro fundará cidades, lastreará um novo ciclo da colonização, que será erguido, porém, sobre a cobiça, a opressão, a barbárie. É a hora de a poesia dizer:

“Mil galerias desabam;

mil homens ficam sepultos;

mil intrigas, mil enredos,

prendem culpados e justos.

Já ninguém dorme tranquilo,

que a noite é um mundo de sustos.”

A história vai correndo, e há quem conte, se é historiador da máquina econômica, quanto ouro foi arrancado aos socavões de Vila Rica, quanto chegou ao reino, quanto passou às mãos dos mercantes da astuta Inglaterra. A lírica, porém, pede momentos de contemplação, e pode focalizar o caso de uma donzela assassinada por um pai que sofre vê-la enamorada de um jovem de condição desigual; e de ouro é feito o punhal, arma do crime.

(Adaptado de Alfredo Bosi, Céu, Inferno. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 142-43)

Dentre os fatores que contribuíram para que o ouro brasileiro passasse “às mãos dos mercantes da astuta Inglaterra”, pode se citar:

- A** o Tratado de Methuen, acordo comercial entre Portugal e Inglaterra, que implicava em facilidades alfandegárias e teve como consequência a intensificação da dependência econômica portuguesa.
- B** a hegemonia inglesa em matéria de prospecção, extração, fundição e lapidação de minérios, que tornou Portugal dependente dessa tecnologia, principalmente com a escassez do ouro de superfície.

- C** o Tratado dos “panos e vinhos”, ao estipular que produtos de alto valor no mercado e bastante consumidos na Colônia, como os tecidos ingleses e os vinhos portugueses, deveriam ser pagos exclusivamente em barras de ouro.

- D** o endividamento português em relação à Inglaterra, país que financiou capital necessário para a instauração das linhas férreas que transportavam o ouro fundido aos portos litorâneos.

- E** o Tratado de Lisboa, que regulamentou as relações econômicas bilaterais entre Portugal e Inglaterra, conferindo exclusividade aos mercadores ingleses na exportação de produtos manufaturados às colônias portuguesas.

**10| FGV** É constante que o tabaco do Brasil é tão necessário para o resgate de negros quanto os mesmos negros são precisos para a conservação da América portuguesa. Nas mesmas circunstâncias se acham outras nações que têm colônias; nenhuma delas se pode sustentar sem escravos e todas precisam do nosso tabaco para o comércio de resgate ...

(Instrução dada ao Marquês de Valença por Martinho de Melo e Castro em 10 de setembro de 1779 apud Mafalda P. Zemella, O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. Adaptado.)

A partir do documento, é correto afirmar que:

- A** o caráter de extrema especialização da exploração dos metais preciosos trouxe uma série de descuidos com as outras atividades econômicas, como o tabaco e o açúcar, desorganizando toda a economia colonial.

- B** a especificidade da exploração de ouro no interior da colônia brasileira exigiu uma mão de obra também específica: trabalhadores em condição intermediária entre o trabalho compulsório e o trabalho livre.

- C** com a exploração aurífera em Minas Gerais, a necessidade de mão de obra compulsória fez com que aumentasse a produção de tabaco, pois essa mercadoria servia como moeda de troca para escravos na África.

- D** com a presença holandesa no nordeste do Brasil e a proibição metropolitana em relação ao comércio interno, inúmeros prejuízos atingiram a economia colonial, em especial a produção de tabaco de Pernambuco.

- E** devido ao extremo cuidado com a mineração, o Conselho Ultramarino proibiu a produção de tabaco fora da Bahia e exigiu que a chegada de escravos da África fosse feita apenas pelo porto do Rio de Janeiro.

11| PUCAMP

Considere o poema e o texto abaixo.

Primeiro houve entradas para pegar índio

Entradas para descobrir o ouro

Agora há entradas para plantar café

(...)

Marcha soldado

Pé de café

Se não marchar direito

O Brasil não fica em pé.

(Manuel Bandeira (excerto). Poesia completa & Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. p. 401 e 402)

De todas as colônias inglesas, a melhor é o reino de Portugal. (Dito popular, muito em voga na metrópole em meados do século XVIII, sobre a dependência crescente de Portugal em relação à Inglaterra.)

(Francisco M. P. Teixeira. Brasil, História e Sociedade. São Paulo: Ática, 2001. p. 98)

O conhecimento histórico permite afirmar que a relação de dependência entre Portugal e Inglaterra a que o dito popular se refere foi concretizada pela assinatura do:

- A Ato de Navegação, em 1651, que atingiu especialmente a Holanda, sua maior rival no mercado de consumo do açúcar na Europa, deslocou os lucros oriundos da agroindústria colonial para a Inglaterra.
- B Decreto de 1654 que promoveu a aliança entre Portugal e Inglaterra, esta detentora de poderosa esquadra, que favoreceu a expulsão dos holandeses do Nordeste e de todos os domínios coloniais lusos.
- C Tratado de Methuen, em 1703, acordo que prejudicou o desenvolvimento industrial de Portugal e promoveu a transferência de boa parte da riqueza brasileira – ouro e diamantes – para a Inglaterra.
- D Ato de Abertura dos portos às nações amigas, em 1808, liberando a importação de produtos de países que mantivessem relações amigáveis com Portugal, mas que na prática beneficiava apenas a Inglaterra.
- E Tratado de 1826 no qual Portugal reconhecia a independência do Brasil e reduzia as taxas alfandegárias que incidia sobre os produtos ingleses, inferior à aplicada aos artigos comercializados no Brasil pelos portugueses.

12| PUCSP “Quando a capitania das Minas Gerais conhecia o seu apogeu, milhares de homens viviam na miséria, passavam fome, vagavam sem destino pelos arraiais, tristes frutos deteriorados de um sistema econômico doente e de uma estrutura de poder violenta. Da riqueza

extraída das Minas, quase tudo ia para a Metrópole, onde se consumia em gastos suntuários, em construções monumentais (...), no pagamento das importações de que Portugal necessitava.”

Laura de Mello e Souza. Opulência e miséria nas Minas Gerais. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 75–76

O texto acima mostra várias faces da exploração do ouro nas Minas Gerais durante o período colonial. A partir dele e de seus conhecimentos sobre o período, indique a alternativa correta.

- A Poucos se beneficiaram da riqueza oferecida pelos minérios e nenhum brasileiro enriqueceu com a extração de ouro ou de diamantes porque apenas os portugueses podiam realizá-la.
- B A mão-de-obra escrava predominava nas Minas Gerais porque a Igreja Católica impedia que os índios trabalhassem e nenhum homem livre se dispunha a enfrentar as dificuldades da região.
- C O sonho do enriquecimento fácil e rápido atraiu milhares de pessoas para a região e todos podiam explorar livremente, pois a metrópole não estabelecia qualquer limite ou restrição à atuação dos mineradores.
- D A imensa riqueza extraída era compartilhada de forma desigual, dada a forte dependência da Metrópole, o alto custo dos alimentos na região e o grande volume de impostos.
- E Quase todos os escravos que trabalharam nas Minas Gerais obtiveram alforria, por meio do furto de parte do minério encontrado ou porque os proprietários libertavam aqueles que descobriam ouro.

13| UFTM A descoberta e a exploração de ouro no Brasil promoveram significativas mudanças no século XVIII, tais como:

- A o surgimento de vilas e cidades no interior da colônia e a democratização das estruturas de poder político.
- B a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e a maior possibilidade de ascensão social.
- C o incentivo ao desenvolvimento artístico e a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre nas minas.
- D a formação de um mercado interno e o abrandamento do controle fiscal e administrativo por parte da metrópole.
- E o fim do patriarcalismo nas relações sociais e a distribuição de renda com o aparecimento da classe média.



## IDADE ANTIGA

### INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA

A História, como campo disciplinar científico e institucionalizado nas cátedras universitárias, é um fenômeno relativamente recente, remete ao século XIX. No entanto, na Grécia antiga, com Heródoto e Tucídides, o homem já se esforçava para compreender o seu passado. Contudo, é fundamental o entendimento de que a concepção de História para os gregos antigos e para os homens do século XIX é diferente, afinal, a História também tem sua história.

É comum nos livros de ensino básico e de manuais preparatórios para vestibulares e ENEM a definição do campo disciplinar historiográfico como aquele responsável pelo estudo científico do passado. Essa definição genérica não consegue suprir os anseios e delimitar a importância e amplitude que os estudos historiográficos adquiriram nas sociedades contemporâneas. O estudo da História não é o estudo das peças do museu ou dos documentos do passado somente, mas também o estudo dos **usos do passado**, das temporalidades, dos arquivos, das memórias, dos patrimônios, enfim, das várias formas e elementos que pertencem a **consciência histórica** e que também se manifestam no presente e definem expectativas para o futuro.

Os usos do passado nas mídias, por exemplo, é um problema recente e que ganha cada vez mais espaço para a História. São também objetos do historiador, questões como: Qual a contribuição do cinema para pensar a História e o passado? Como determinados acontecimentos históricos são descritos nos jornais e na internet? O historiador deve pensar também sobre os patrimônios históricos, sua importância e seu lugar na sociedade, identificar e desenvolver trabalhos que demonstrem o valor desses verdadeiros espaços da memória.

A principal fonte para pensar a história é o documento, “não se faz história sem documentos”. Mas isso não quer dizer que o ofício do historiador é de mero colecionador de fatos e documentos, muito pelo contrário, o documento só tem sentido e significado na interpretação do historiador. É o historiador que cria a inteligibilidade entre os documentos e estabelece a narrativa histórica.

É nesse sentido que se deve diferenciar a História do passado e a História da memória. O passado é tudo que já aconteceu, enquanto a História é uma narrativa do passado, sendo que várias narrativas são possíveis, dependendo do problema e da questão que se pretende abordar e do documento que se tem à disposição. Já a memória é subjetiva, parte sempre de uma perspectiva pessoal ou institucional, diferente da História, não consulta fontes e não possui método. A Memória, a História e até a Literatura podem ser canteiros de reflexões sobre o homem no tempo e sua relação com o tempo, mas possuem estatutos de veracidades diferentes.

#### TEXTO COMPLEMENTAR

### ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

*A articulação entre esses dois processos possibilita a formação de representações e valores pelos alunos e a produção de sentidos e significados*

*Por Ana Maria Monteiro*

Se falamos da sala de aula, a relação entre história vivida e história conhecimento é ainda pouco problematizada. Parece que ainda nos encontramos no tempo em que as duas noções não eram percebidas como processos diferentes. Em decorrência disso, é comum ouvirmos a concepção de que a história ensinada é a história vivenciada.

A confusão se aprofunda quando se afirma, de forma bastante genérica, que “basta saber história para ensinar história”. Mas que “história” é essa que se “sabe” ao ensinar?

Para ensinar história, realizamos dois processos fundamentais: uma seleção cultural – definindo entre os vários saberes disponíveis na sociedade, o que implica opções culturais, políticas e éticas, possibilitando ênfases, destaques, omissões e negações. Essa seleção é enraizada socialmente e histórica, revelando interesses, projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos ou a instituir, além de suscetível a redefinições. Ela se realiza e expressa nas propostas e nas práticas curriculares. A didatização é o outro processo e possibilita que os saberes selecionados sejam passíveis de serem ensinados.

A articulação dos dois processos possibilita a formação de representações e de valores pelos alunos, a produção de sentidos e a atribuição de significados a partir das situações de aprendizagem vivenciadas. Dessa maneira, o ensino de história contribui de forma importante para a construção e reconstrução do conhecimento cotidiano, utilizado por todos nós para a vida comum, e no qual operamos com a “memória” – construção individual realizada a partir de referências culturais coletivas.

Os professores enfrentam uma contradição que muitos não consideramos quando ensinamos e que atua de forma expressiva nos processos de aprendizagem. A proposição de Pierre Nora sobre a relação entre história e memória, que dialogam, se alimentam e se contrapõem, apresenta bem essa contradição. “A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado. A história, operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta e a torna sempre prosaica.”

Nossos alunos, ao chegarem à escola, são portadores de saberes e referências construídos nos grupos familiares que cultivam suas memórias: de trabalhadores, de migrantes, de desempregados, de lutas diárias pela sobrevivência, de referências étnicas e religiosas que lhes oferecem explicações do mundo e de seu devir. Constituem, na área da educação, os chamados saberes prévios, que muitos de nós descartamos a priori, como expressões de ideologias que precisam ser anuladas porque portadoras de preconceitos e fomentadoras de comportamentos discriminatórios. Ou, às vezes, porque resultado de ensinamentos ultrapassados, equivocados, a serem superados por nossas aulas nas quais a “verdadeira história vai ser ensinada”.

Mas, muitas vezes, esquecemos que são referências culturais fortemente ancoradas em figuras familiares que sustentam construções identitárias. Dificuldades de aprendizagem ou resistências a conteúdos e posturas mais críticas, apresentados sob a forma de verdades absolutas pelos professores e que se chocam com as referências dos alunos?

Exemplo conhecido por muitos de nós é o caso das reações ao trabalho com o evolucionismo em comunidades de forte adesão a religiões que defendem o criacionismo. Os professores precisam estar atentos às representações sociais dos alunos e procurar dialogar com elas, principalmente no ensino de história, no qual estará trazendo revisões e críticas a saberes consolidados, que servem para a comunicação entre grupos aos quais os alunos pertencem.

As representações sociais são dinâmicas, estão em processo de constante transformação. Como diz Nora, a memória “é suscetível a longas latências e a repentinas revitalizações”. Estas podem ser induzidas pelas aprendizagens da história que, também como nos ensina Nora, “demanda análise e discurso crítico”, nos leva ao estranhamento, nos desestabiliza, nos desconcerta. Nesse sentido, é fundamental considerar a relação entre história e memória para pensar o lugar do ensino de história. O ensino de história é ou pode tornar-se um “lugar de memória”, “onde a memória se refugia, se cristaliza”?

Nora explica que os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento de que não há mais memória espontânea nas sociedades atuais, que é preciso “organizar os arquivos, manter os aniversários, organizar as celebrações”, pois a aceleração do tempo – o presentismo – nos faz esquecer ou desconsiderar o passado.

O ensino de história é, potencialmente, um lugar onde memórias se entrecruzam, dialogam, entram em conflito; lugar no qual, também, se busca a afirmação e registro ou se desenvolvem embates entre versões e teorias sobre as sociedades, a política e o mundo. “Lugar de fronteira”, que possibilita o diálogo entre memórias e “história conhecimento escolar”, com aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso no cotidiano.





Defendo que o ensino de história não é um lugar de memória no sentido atribuído por Nora – lugar onde memórias se cristalizam – se trabalhamos em perspectiva crítica, através da qual as memórias espontâneas de nossos alunos são mobilizadas, tornam-se objeto de estudo e de possibilidades de recriação. O ensino de história é “lugar de fronteira” entre história e memória, no qual a primeira deflagra análises, reflexões e novas compreensões.

No contexto da aula e das atividades, cabe ao professor trabalhar o “pensamento histórico” para o questionamento de verdades estabelecidas e a busca da compreensão da historicidade da vida social. Novos saberes são construídos pelos alunos, saberes esses que, ao se tornarem conhecimento cotidiano, podem vir a ser instrumentos de libertação ou resistência, assim como podem servir para a legitimação de poderes instituídos. As definições e opções dos professores no seu fazer marcam e orientam as diferentes abordagens e encaminhamentos. Como afirma Hobsbawm, professores de história são cada vez mais necessários.

*Ana Maria Monteiro, mestre em história e doutora em educação, é professora da UFRJ*

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/entre\\_historia\\_e\\_memoria\\_ana\\_maria\\_monteiro.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/entre_historia_e_memoria_ana_maria_monteiro.html)

## CALENDÁRIO E PERIODIZAÇÃO

<p>1º DE JANEIRO DE 2000</p> <p> OCIDENTAL (Gregoriano)</p> <p>■ Baseado no ciclo solar, tem como referência o nascimento de Cristo</p>	<p>24 DE RAMADA DE 1378</p> <p> ISLÂMICO</p> <p>■ A base é a Lua, Inicia-se com a fuga de Maomé de Meca, em 622 d. C.</p>	<p>23 DE TEVET DE 5760</p> <p> JUDAICO</p> <p>■ Calendário lunar, parte da criação do mundo conforme a Bíblia.</p>	<p>7º DIA DO 12º MÊS DO ANO DO COELHO</p> <p> CHINÊS</p> <p>■ Referência Lunar. Iniciado em 2697 a. C., ano do patriarca chinês Huangti.</p>
--	--	---	---

Fonte: Adaptado de Época, nº 55, 7 de junho de 1999

Cada sociedade no decorrer do tempo desenvolveu formas diversas de medir e contar o tempo, por isso existem vários calendários. O calendário usado na maioria dos países do Ocidente é o cristão, promulgado pelo Papa Gregório XIII, em 1582, daí o nome utilizado, calendário gregoriano. O calendário cristão, tem como referência o nascimento de Cristo, quando começa sua contagem, já o calendário islâmico tem como referência a hegira, a fuga de Maomé de Meca para Medina, em 622 dC. Cada calendário possui medições diferentes, inclusive, com número de meses, anos e semanas diferentes.

É importante, para se orientar no tempo, compreender quais anos correspondem a qual século, veja a tabela abaixo:

É BOM SABER			
Para identificar a que século pertence determinado ano, utilize as regras abaixo			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se o ano terminar com dois zeros, corte os dois zeros e assim você saberá a que século pertence esse ano. Veja os exemplos</li> </ul>	<p><b>1500</b> o ano de 1500 pertence ao século <b>XV</b></p>	<p><b>1700</b> o ano de 1700 pertence ao século <b>XVII</b></p>	<p><b>2000</b> o ano de 2000 pertence ao século <b>XX</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se o ano não terminar em zeros, corte os dois últimos algarismos e some 1 ao número que resta. Veja os exemplos</li> </ul>	<p><b>1532</b> (15 + 1) = 16 o ano de 1532 pertence ao século <b>XVI</b></p>	<p><b>1798</b> (17 + 1) = 18 o ano de 1798 pertence ao século <b>XVIII</b></p>	<p><b>2004</b> (20 + 1) = 21 o ano de 2004 pertence ao século <b>XXI</b></p>

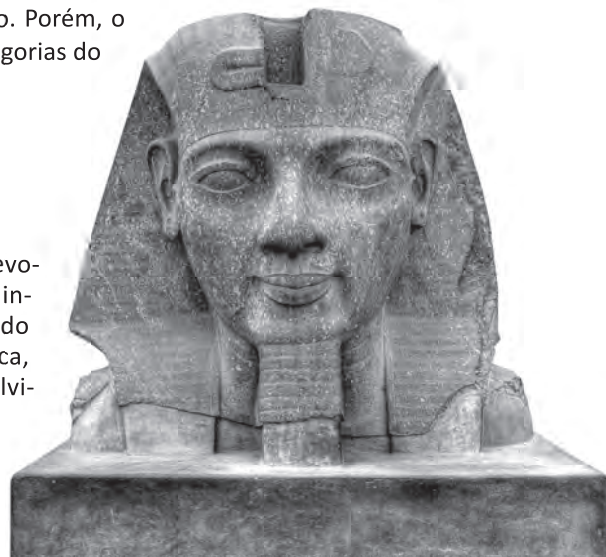
A ideia de temporalidade reflete aspectos culturais, religiosos, econômicos, sociais e políticos de uma civilização. Os valores que norteiam uma coletividade conferem significados diferentes em relação ao tempo. A História faz do tempo o seu principal objeto de estudo. Porém, o mesmo só estabelece real contorno quando se relaciona com as categorias do pensamento histórico delineado por cada sociedade.

## ANTIGUIDADE ORIENTAL

### EGITO ANTIGO

As primeiras civilizações surgiram como decorrência de uma revolução anônima, sem grandes heróis ou feitos emblemáticos, mas indiscutivelmente importante. A revolução Neolítica trouxe ao mundo uma transformação radical quanto à organização social e econômica, permitindo ao homem a sedentarização combinada ao desenvolvimento agrícola e a criação de animais.

O elemento água demonstrou ser de fundamental importância para a criação das primeiras civilizações. A agricultura de regadio se apresentou como o mecanismo de sobrevivência capaz de conferir às diversas coletividades a base para o desenvolvimento civilizatório.



Ramses II, Imperador Egípcio do Novo Império.

A região do Oriente próximo, termo referente ao norte da África e o Oriente Médio, foi o berço de diversas civilizações antigas. O **crescente fértil**<sup>1</sup>, designação atribuída ao fato do povoamento das civilizações lembrarem o formato de uma lua crescente, se transformou em um pólo de desenvolvimento das primeiras estruturas de Estado. Vale lembrar que o Estado surgiu como meio de organizar coletividades desenvolvidas, marcadas por complexos centros urbanos e intensa atividade agrícola.

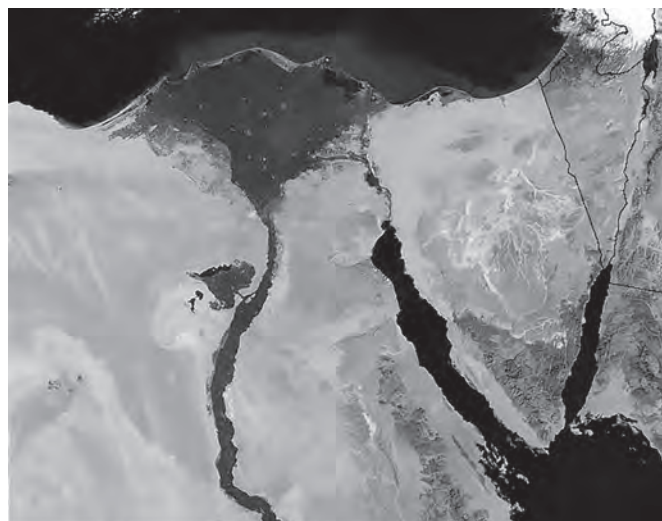
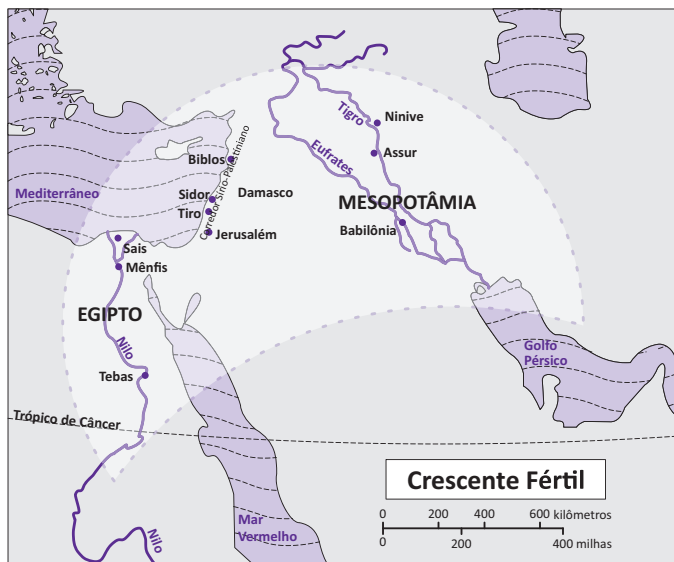


Imagem de satélite do Delta do Nilo.

O Egito Antigo localiza-se no nordeste da África, margeando o Rio Nilo, desde o vale, região mais estreita que compõe o Alto Egito, até o delta do Nilo, região da vazante do Nilo, denominada Baixo Egito, em que se observa uma grande ramificação de canais que permitem naturalmente uma melhor irrigação.

## POLÍTICA

As primeiras organizações políticas egípcias foram os nomos, que eram coletividades autônomas comandadas por um chefe tribal, que detinha o poder político, militar e ainda assumia funções sacerdotais, ou seja, de líderes religiosos. Tais chefes, intitulados monarcas, conferiam ao Egito Antigo uma prática política descentralizada. Por volta de 3200 a.C., um monarca do Alto Egito, chamado Menés, submeteu militarmente diversos monarcas, caracterizando o início da Era Dinástica Egípcia, se transformando no primeiro Faraó.

O Faraó, termo que significa “grande morada”, era tido como uma figura sagrada, a encarnação viva de Hórus e Amon – Rá e Supremo Sacerdote. Mais do que um homem, o Faraó se constituía em um símbolo de poder representacional de toda a civilização egípcia.

A figura do Faraó imortalizava a tradição, cujo personagem histórico se apresentava como o símbolo de um povo. Era capaz de conferir ao mesmo, por meio de uma rede simbólica de valores sociais, políticos, religiosos e culturais, identidade ao grupo social. A agricultura e a renovação de seu ciclo, a imortalidade da alma e a defesa contra o iminente invasor constituíram circunstâncias históricas que encontravam no Faraó a personagem emblemática para a representação do Egito Antigo.



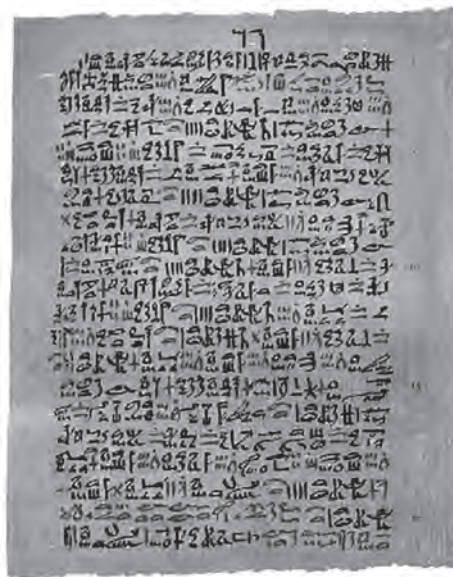
O faraó Tutancâmon

1 A região do Crescente Fértil englobava a Mesopotâmia, uma faixa de terra junto ao Mar Mediterrâneo e o nordeste da África. Sua extensão geográfica tem a forma de um semicírculo que lembra a Lua no quarto crescente. Foi nos vales dos rios Nilo, Tigre e Eufrates que se desenvolveram as grandes civilizações da Antiguidade Oriental como a egípcia, a babilônica, a persa, a fenícia e a assíria. Passado séculos de exploração, houve a diminuição da área correspondente ao Crescente Fértil que houve abrange, parcial ou totalmente, o Egito, Israel, Líbano, Jordânia, Síria, Turquia e Iraque.

A tradição religiosa era de suma importância para a civilização egípcia. A multiplicidade de divindades, advindas das estruturas herdadas dos antigos nomos, faziam do politeísmo uma marca dessa civilização. Nota-se que o fazer político estabelecia necessária vinculação com o aspecto religioso delineando uma Teocracia<sup>2</sup>.

Religião e política serão complementares em um complexo jogo de expectativas de diversos segmentos sociais em relação ao Estado. O Faraó se apresentava como uma divindade viva, materializada e sacralizada, porém, inalcançável.

O grupo sacerdotal terá a função de administrar a relação entre as camadas subalternas e o monarca teocrático. Este grupo social detinha o controle político e social, sendo responsável pela elaboração de leis, a administração de templos e palácios, o gerenciamento da produção agrícola e da construção das obras públicas. A escrita apresentou-se como importante instrumento de poder e diferenciação social, já que a concretização das funções acima citadas dependiam de um complexo quadro legal e tributário possibilitado pela escrita<sup>3</sup>.



Papiro Ebers acerca do tratamento da asma

## ECONOMIA

A agricultura foi a base da economia egípcia. O rio Nilo, por meio de um regime de cheias e vazantes regulares, criou condições naturais para a fertilização do solo, principalmente, no Delta do Nilo, região do baixo Egito. Quando do período da cheia, as águas abundantes traziam consigo dejetos de animais e vegetais que constituíam em um adubo orgânico chamado húmus. Com a vazante os mesmos eram naturalmente depositados às margens do norte do Egito criando condições extremamente favoráveis a prática agrícola.

A servidão coletiva era a principal força de trabalho. O Estado apresentava – se como agente regulador da economia, definindo as funções e o ritmo de trabalho dos camponeses ou felás. Produtos como cereais, destacando o trigo, além do algodão, linho, cevada e papiro constituíam a base da agricultura.

A criação de animais como cabras, carneiros e aves, somada à caça e a pesca davam ao Egito a base alimentar proteica. O artesanato, com destaque para tecidos, móveis e vidros, também se constituía em uma importante atividade. A navegação pelo Nilo, combinada à indústria naval, permitiu um desenvolvimento comercial que possibilitou ao Egito contato com outros povos tais como, fenícios e gregos.

## SOCIEDADE

A estrutura social egípcia era fortemente estratificada e tendente à estamentalização. O faraó apresentava-se, de maneira inigualável assumindo uma posição de intermediação plena entre os planos material e imaterial. Sendo a encarnação do deus-vivo Amon-Rá, tal monarca fazia de sua imagem uma simbiose entre o terreno e o extraterreno.

Abaixo do faraó encontravam-se membros da nobreza egípcia constituída pela família real, descendentes do faraó e de antigos monarcas. Muitos destes assumiam importantes funções administrativas, enquanto outros se tornavam sacerdotes.

Havia uma camada social intermediária composta por escribas, militares, artífices (artesãos especializados) e artistas.

A camada social inferior era composta por camponeses que exerciam os trabalhos agrícolas e nas grandes obras estatais como pirâmides, canais de irrigação, diques, construções de templos, pedreiras e minas. Os escravos eram, em regra, estrangeiros, cativos de guerra, que exerciam atividades de menor importância ficando relegados aos trabalhos domésticos do palácio ou ao árduo trabalho nas minas.

2 Teocracia é uma palavra de origem grega que significa “poder ou governo de deus”. Neste tipo de organização política a religião fundamenta e subordina as ações de caráter político, legal e de controle policial. Atualmente, países de orientação religiosa islâmica mantêm a teocracia como a Arábia Saudita, o Irã, o Paquistão e o Sudão.

3 O provável surgimento da escrita egípcia data de 3.200 a.C. Ela é composta por aproximadamente 500 símbolos a representar elementos da fauna, da flora, pessoas e utensílios, em geral. Essa escrita formal, considerada sagrada e utilizado pelos sacerdotes, é a hieroglífica. A escrita cursiva, cotidiana e mais simples utilizado pelos escribas nos papiros era a hierática. Por volta do século VIII a.C. surgiu a escrita demótica, mais simplificada e de uso popular, que se tornou predominante vindo a substituir a hierática.

## RELIGIÃO

Como fruto da diversidade religiosa observada nos nomos, o Egito desenvolveu uma estrutura de fé politeísta representada por divindades humanas e animais que conferiam o aspecto antrozoomórfico do panteão<sup>4</sup> egípcio.

Deuses como Amon-Rá, Osíris, Íses, Set, Hórus, Anúbis, entre outros, conferiam à rede simbólica religiosa egípcia características que abrangiam o mito da criação e a ideia de juízo final representada pelo tribunal de Osíris.

A religião constituía-se no grande elo da sociedade egípcia em seus diversos estratos. A camada sacerdotal dominava a escrita hieroglífica dotada de complexidade e riqueza de símbolos capazes de expressar a religiosidade desse povo.

A renovação dos ciclos anuais da natureza, combinados à atividade agrícola estabeleceram forte influência na estrutura religiosa egípcia. A noção de juízo final, a continuidade da vida após a morte e a mumificação<sup>5</sup>, demonstram a necessidade do indivíduo em renovar, por meio do ato de fé, a sua existência material. A mumificação, como prática de preservação do corpo para a morada da alma e todo o simbólico ritual que a envolvia, funcionava como um mecanismo de passagem e renovação do ciclo da vida egípcia.

As pirâmides, os sarcófagos, bem como as urnas (canopos)<sup>6</sup>, que depositavam os órgãos do falecido, representaram os aspectos materiais da acomodação do espírito. A técnica de mumificação estava conectada a um preparo para o retorno a este plano terrestre.



Pirâmides de Gizé

- 4 O conjunto das inúmeras divindades egípcias compunham o panteão (“pan” significa todo e “théos” deuses), que incluía deuses ligados ao mito da criação do universo (Amon-Rá, Atum, e Ptah), a elementos da natureza (Hórus, Tefnut, Geb, Khnum e Chu), a sentimentos humanos diversos (Toth, Hathor, Sobek e Ísis), bem como à morte (Osíris e Anúbis).
- 5 A mumificação egípcia seguia o seguinte ritual: inicialmente, realizava um corte na altura do abdômen do morto. As vísceras eram extraídas, bem como o coração, o fígado, o intestino, os rins, o estômago, a bexiga, o baço. O coração recebia atenção especial, sendo reservado em um recipiente à parte. Para extrair o cérebro os egípcios aplicavam uma espécie de ácido, pelas vias nasais que o que facilitava sua extração. Em um segundo momento, o corpo ficava repousando em salmoura, ou seja, um recipiente com água e sal para que desidratasse e matasse as bactérias. Tal ritual se estendia por setenta dias. Finalizada essa etapa, o corpo era preenchido com serragem, ervas aromáticas e textos sagrados, sendo enfaixado logo em seguida. Na sequência o corpo era depositado em um sarcófago que ficava guardado dentro de pirâmides, no caso do faraó, por exemplo. Poderia, todavia, ser sepultado em uma mastaba, ou seja, uma espécie de túmulo destinada a membros da nobreza e sacerdotes.
- 6 A função dos vasos canopos era guardar os órgãos internos da múmia, quais sejam o fígado, os pulmões, o estômago e os intestinos. Cada vaso possuía uma tampa decorativa no formato da cabeça de um homem, de um falcão, de um babuíno e de um chacal.

## ANTIGO IMPÉRIO (3.200 A.C – 2000 A.C)

A estrutura política descentralizada dos nomos sofreu uma alteração por volta de 3.200 a.C, quando Menés, um monarca do Alto Egito, marchou e subjugou os nomos do Baixo Egito, a partir do domínio da cidade de Mênfis inaugurando o período dinástico egípcio.

O primeiro estado unificado da história contou com uma estrutura militarizada e estabeleceu uma rede de poder que converteu os antigos monarcas em representantes políticos e membros de uma nobreza local nas comunidades aldeãs egípcias.

Combinado ao poder dinástico do faraó desenvolveu-se uma forte estrutura religiosa no qual o mesmo se apresentava como um símbolo da junção caracterizadora de um estado teocrático. A propriedade da terra era fundamentalmente estatal. O controle da produção era exercido pelo chefe político supremo auxiliado pelos monarcas e uma influente camada sacerdotal.

O estado exercia a função reguladora da economia e a partir do princípio da estocagem assumia um papel providencial em relação à sobrevivência da população em tempos de seca, epidemias ou baixa produção. A figura do faraó garantiu uma estabilidade política e social que conferiu um longo período dinástico marcado pela acomodação dos antagonismos sociais que envolviam a nobreza, os sacerdotes, a burocracia estatal e a grande massa de camponeses que viviam sobre o regime de servidão coletiva.

Como fruto de tal estabilidade foram erigidas, entre 2.600 a.C e 2.300 a.C, as pirâmides de Gizé. Quéops, Miquerinos e Quéfren se notabilizaram como uma das grandes obras da humanidade dotadas de apurada técnica de engenharia combinada a conhecimentos geométricos. Tais pirâmides demonstravam, simbolicamente, o valor dado pelos egípcios à morte, já que as mesmas funcionavam como sarcófagos de faraós e da nobreza real.

A longa estabilidade do estado egípcio foi quebrada, por volta de 2.300 a.C, motivada por variações das cheias do Nilo, o que levou à redução da produção agrícola e a um quadro de fome e epidemias, somado a isto, os altos gastos do estado motivados por uma ampla burocracia estatal. Diante de tal quadro, os monarcas se insurgiram contra o poder central levando a uma descentralização política que perdurou por mais de 100 anos.

## MÉDIO IMPÉRIO (2000 A.C – 1580 A.C)

Depois de um período de descentralização política o poder dinástico foi restabelecido com os faraós da 12ª dinastia. Tebas se transformou na nova capital, restabelecendo a concepção de chefe supremo em torno da figura daquele monarca.

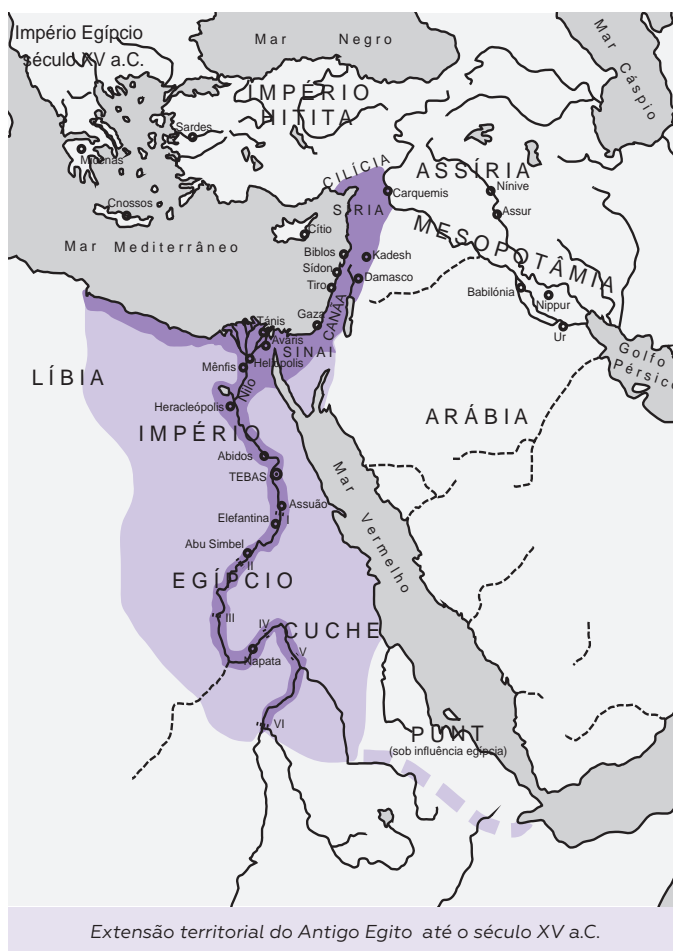
O Médio Império ficou marcado por um vasto desenvolvimento nas obras de irrigação, o que garantiu produção agrícola combinada à construção de templos e palácios que expressavam a estabilidade do reino egípcio.

Por volta de 1700 a.C, um povo de origem semita, denominado hicsos, comandou uma onda de invasões que voltaram a desestruturar a política dinástica. A utilização de cavalos, carros de guerra e armas de metal, com destaque ao bronze, deram aos hicsos uma superioridade bélica determinante para o enfraquecimento militar, dinástico e tributário dos faraós.

## NOVO IMPÉRIO (1580 A.C – 1525 A.C)

Tebas se transformou em um centro de resistência à presença dos invasores hicsos ao Egito. O rei Amósis I ou Ahmés I, rei de Tebas, comandou a guerra contra a presença dos hicsos unindo em torno de sua figura monarcas e povos egípcios, inaugurando a 18ª dinastia e um período de esplendor egípcio.

Durante o Novo Império, o estado egípcio aperfeiçoou sua estrutura militar criando, assim, condições para a expansão territorial que se estendeu da quarta catarata do rio Nilo



Extensão territorial do Antigo Egito até o século XV a.C.

ao vale do rio Eufrates, na Mesopotâmia. Uma forte infantaria armada por arcos e lanças, uma cavalaria equipada com carros de guerra e uma poderosa esquadra naval, composta de galeras (barcos movido a remo) e barcos a vela funcionaram como fatores condicionantes para concretização de tal feito.

Este período da história egípcia esteve marcado pelo desenvolvimento agrícola que permitiu a troca de excedentes com outros povos, potencializando as atividades mercantis destacando-se aquelas realizadas com os fenícios. O intercâmbio comercial entre esses dois povos garantia a venda de produtos egípcios tais como o linho, o trigo e a cevada. Em contrapartida, os fenícios comercializavam produtos como madeiras e vinhos e o rico artesanato advindo do vale da Mesopotâmia.

Surgiu, neste período, um faraó intitulado Amenófis IV (1377 a.C – 1.358 a.C) que desafiou a estrutura religiosa tradicional centralizada na figura do deus Amon-Rá. Este governante estabeleceu uma reforma de caráter religioso centrada na crítica ao culto politeísta e na valorização do culto monoteísta, em torno do deus Aton. Substituiu-se, portanto, o tradicional politeísmo centrado em Amon-Rá pela monolatria a Aton.

A tradição religiosa reagiu à tentativa de reformulação da base de fé. A influente camada sacerdotal se opôs, de maneira generalizada, a tais mudanças devido à inferiorização de divindades e ao confisco das propriedades sacerdotais pelo faraó. A fundação de uma nova capital, Akhetaton (que significa “horizonte do disco solar”), próxima a Tebas, bem como a mudança de seu nome Amenófis para Akenaton (que significa “aquele que agrada Aton), conduziram à revolta sacerdotal legitimada pelas camadas populares que não se identificavam com o novo culto apresentado.

Vale ressaltar que tais mudanças promovidas por Amenófis objetivavam reduzir a influência social e política da camada sacerdotal que havia se tornado mais atuante em relação às camadas populares que o próprio faraó. O confisco de bens e o fechamento de templos, em relação aos sacerdotes, expressam uma tentativa do monarca de sobrepor-se a todos e, de fato, tornar-se inalcançável e soberano. Havia, portanto, uma crise de legitimidade de poder político que encontrou neste aspecto religioso o elemento capaz de expressar tal distorção.

Com isso, nota-se que a reforma possuía caráter político-religioso e que os sacerdotes venceriam tal embate colocando limites na atuação política do faraó, o que se tornou evidente com a ascensão de Tutankhamon e o restabelecimento do politeísmo e de Tebas como capital do Império egípcio, vindo a encerrar a breve experiência de culto monoteísta.

A partir de então vários reinos faraônicos ocuparam-se em estabelecer uma atividade militar e expansionista sem, contudo, alterar a estrutura religiosa. Apesar desse enquadramento de fé, quando do reinado do faraó Ramsés II (1.292 a.C – 1.225 a.C), o expansionismo territorial conferiu ao Egito o auge político e econômico também acompanhado de desrespeito às estruturas religiosas da tradição egípcia. Vale destacar que tal faraó desfigurou e pichou o rosto de estátuas do templo sagrado de Luxor evidenciando a tentativa de sobreposição do político ao tradicional, esta característica está presente em vários momentos históricos.

A desagregação da civilização egípcia esteve relacionada a uma série de invasões empreendidas por impérios do mundo antigo. Os Assírios de Assurbanipal, seguidos dos Persas de Ciro e Cambises, passando pela extensão do Império grego macedônico, até enfim, a submissão ao domínio romano.

A contradição estabelecida entre expansão e domínio traz a tona a inevitável ideia de auge e decadência. Ao expandir suas fronteiras durante o novo império, o Egito estabeleceu uma relação de domínio sobre outros povos que levariam inevitavelmente a uma política belicista contraditória em sua essência.



Estátuas de Ramsés II na entrada do templo de Abu Simbel



A relação entre dominante e dominado traz a dialética da dominação. Ao dominado o aumento do sentimento de pertencimento ao povo subjogado, o conhecimento das técnicas de guerra, a xenofobia em relação ao elemento estrangeiro, a revolta inerente a dilapidação de bens materiais que exercem função simbólica como templos, palácios, espaços públicos. Estes aspectos foram decisivos para fazer do Egito expansionista um inimigo a ser derrotado e subjogado. Contudo, a grandeza desta civilização permanecerá em suas heranças legadas a humanidade.

As grandes obras de engenharia como pirâmides, diques e canais de irrigação, as noções religiosas de céu e inferno, combinadas à preocupação com a continuidade da vida após morte, assim como o desenvolvimento da escrita, como instrumento de exercício de poder e escalonamento social, constituem alguns exemplos de quão grande foi a civilização egípcia antiga.



## MESOPOTÂMIA- O BERÇO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

O nome Mesopotâmia, comumente utilizado para denominar essa região situada nas margens ou entre os rios Tigre e Eufrates, foi uma atribuição grega. A palavra Mesopotâmia advém de dois radicais gregos: Meso, que denota entre/meio; e Pótamo, que significa água. Desse modo o termo Mesopotâmia é entendido, de maneira simplificada, como **entre águas**, que pode ser interpretado como entre rios. A partir do nome pode se deduzir a relevância que tinham esses rios, com seus ciclos de enchentes e vazantes, fundamentais para o desenvolvimento da atividade que constituía a base da atividade econômica dos povos mesopotâmicos: a agricultura. Por essa razão, historicamente, tornou-se comum entender a Mesopotâmia entre as **civilizações hidráulicas**, aquelas que mantêm uma relação estreita com rios dos quais se mantém uma necessidade de interação com a natureza, que pressupõe a existência de rios capazes de garantir sobrevivência e o estabelecimento de um padrão de organização política, econômica e social.

Situada geograficamente na região hoje correspondente ao Iraque, ainda que essa definição seja imprecisa, pois era comum a região passar por alterações dependendo dos povos que hegemonizaram na região, alterando os limites territoriais. Os mais antigos registros de ocupação humana, em bases organizacionais de convivência coletiva e sedentária, estão na Mesopotâmia, projetando muitos historiadores e estudiosos de arqueologia a argumentarem que nessa região surgiu o padrão de civilização humana. Por volta de 4800 a.C. já se encontram registros de ocupação urbana na Mesopotâmia.

O norte, denominado de **Alta Mesopotâmia**, por estar mais próximo às nascentes dos rios Tigre e Eufrates, era caracterizado pelo clima seco, de altas temperaturas e pouca vegetação. Já a **Baixa Mesopotâmia**, mais ao sul, era constituída de uma vegetação mais densa, composta de bosques e áreas pantanosas, que posteriormente foram drenados e utilizados para a prática da agricultura e para o pastoreio de animais.

Desse modo é comum destacar que o berço da civilização foi a Mesopotâmia. Por se tratar de uma região de acesso fácil e banhada por grandes rios, constituindo, portanto, numa região fértil, a Mesopotâmia foi abrigada por vários povos, de culturas diversas, dentre os quais podemos destacar os Sumérios, os Acádios, os Amoritas, os Assírios e os Caldeus. Pelo grande número de povos e pela possibilidade de estabelecimento em regiões propícias à sedentarização houve o surgimento de uma série de cidades dentre as quais podemos citar Ur, Uruk, Babilônia, Sheripar, Nínive, dentre outras.

## OS SUMÉRIOS

Os Sumérios foram os primeiros povos a habitarem a região da Mesopotâmia, deixando como legado grande parte das manifestações culturais que influenciaram não só os mesopotâmicos contemporâneos, mas vários povos da posteridade. Fundaram cidades importantes para o contexto político e econômico da época. Entre elas destacaram-se Eridu, Ur, Uruk, Sheripar. Politicamente os sumérios se organizaram com base em **cidades independentes** nos aspectos político, econômico e social, sendo cada qual governada por um Patesi, que fundia em si as funções políticas e religiosas, garantido uma perspectiva teocrática de poder.

Durante esse período de hegemonia, as cidades-estado sumerianas consolidaram aspectos culturais relevantes, os quais serviram de alicerce para várias outras civilizações. A economia atingiu avanços consideráveis e as técnicas de regadio, com a construção de canais, diques e tanques potencializaram a produção de excedentes, dinamizando o comércio. Esse também facilitado pelo fato de ser a Mesopotâmia uma região de fácil acesso, impulsionando a atividade comercial. No intuito de dinamizar essa atividade, os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme, que facilitava a comunicação de povos de culturas e, portanto, de línguas diferentes, ao estabelecer um padrão de comunicação para estreitar as relações comerciais. O nome cuneiforme também teve origem grega, constando da união entre dois radicais: cune, cunha; e forme, forma. Desse modo a interação comercial se deu com a facilitação da comunicação, projetando uma interação mais contínua entre povos de línguas diferentes.

Ainda que as cidades sumérias, por não consistirem uma base de aliança contínua, trouxessem grande parte da base dos povos da Mesopotâmia, essas rivalizavam constantemente umas com as outras, abrindo espaço para a dominação de outro povo: Os Acádios, povos originários do norte, do deserto da Síria, provenientes da Acádia e que tinha em Sargão I seu grande governante.

Dominando sucessivamente as cidades sumerianas, por volta de 2500 a.C., Sargão I legitimou-se no poder fundando um Império Teocrático, no qual assumia as funções de chefe político e religioso, postando-se como um representante da vontade divina. Ao submeter os povos, Sargão I popularizou a alcunha de ser “o governante dos quatro cantos do mundo”, estendeu os limites do Império ao unificar o centro e o sul da Mesopotâmia. Com o grande número de conquistas e de povos submetidos ao domínio acadiano houve o despertar da ambição de outros povos, impulsionando um período de guerras que inaugurou um Império centrado na cidade de Babilônia. A fertilidade da região combinada como o controle das rotas de comércio atraiu a atenção dos Amoritas, povos de origem árabe.

Os Amoritas dominaram os Acádios a partir da cidade de Babilônia, estabelecendo um Império, por volta 2100 a.C., no qual, tal como os Acádios, o chefe político era também um chefe religioso. Como a cidade de Babilônica era a sede administrativa e concentrava os poderes do Império ficou consagrada a expressão **I Império Babilônico**. O controle da atividade agrícola e das rotas de comércio, estabelecendo uma intensa cobrança de impostos, estiveram entre as marcas da presença dos amoritas no poder. O imperador de maior destaque foi Hamurabi, que teve um papel de destaque ao regulamentar a vida social e econômica com a formulação de um dos primeiros códigos de Leis escritas do mundo: O Código de Hamurabi. Investido de um poder divino, sobretudo de Marduk, garantido por divindades amoritas, Hamurabi estabeleceu uma ordenação capaz de atender os padrões organizacionais da época e possibilitar aos amoritas padronizar comportamentos, recepcionando costumes e inaugurando outros por força da lei. A partir desse Código, como fonte de análise histórica, foi possível avaliar em parte as relações estabelecidas entre os indivíduos e destes para com o poder instituído.

Os assírios, originários do norte, do Cáucaso, foram um dos povos da Antiguidade que mais se destacaram nas estratégias de guerra e no tratamento dispensado aos prisioneiros inimigos como forma de intimidar os adversários e incluí-los no jugo Assírio.

A partir de Assur, por volta de 1400 a.C., sob o comando de Assurbanipal, impuseram um Império sustentado numa base teocrática, na qual o governante assumia as prerrogativas política e religiosa. A partir desse núcleo houve uma concentração de poder nas mãos de grupo de sacerdotes combinados com uma nobreza guerreira, os quais, juntos, garantiam a legitimação e a sustentação do Império. Contudo, a violência das práticas Assírias despertaram a sanha de outros povos; e os Caldeus, a partir da Babilônia, lançaram as bases de um novo Império, intitulado didaticamente com o nome de **II Império Babilônico**. O fundamento Teocrático como base de organização política foi, como se tornou prática a partir dos Acádios, o sustentáculo de poder, legitimando a dominação. O grande governante dessa fase foi Nabucodonosor II, **sucessor** de Nabopolassar, e construtor de uma estrutura jurídica e administrativa que impôs a alguns povos a submissão parcial ou até mesmo, como no caso, dos Judeus, que resistiram à dominação, a escravidão. A mão de obra judaica foi utilizada predominantemente para a construção dos jardins suspensos da Babilônia, considerado uma das sete maravilhas do mundo. A expressão **Cativeiro da Babilônia** foi legitimada no Antigo Testamento da Bíblia para elucidar esse contexto de escravização ao qual o povo judeu foi submetido.

A supremacia dos Caldeus teve fim com a dominação persa perpetrada por Ciro, o Grande. Os persas, sob a liderança de Ciro, dominaram uma vasta área que se estendeu do planalto do Irã até a Ásia Menor e o Egito. O povo judeu foi libertado, o que rendeu a Ciro menções elogiosas na Bíblia.

## A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA MESOPOTÂMIA

A Mesopotâmia, tal qual o Egito, constituía uma região banhada por grandes rios, Tigres e Eufrates, criando uma situação de ampla dependência com os ciclos de enchentes e vazantes dos rios. Desse modo, a atividade agrícola foi à base da economia, tendo sido construído para dinamizá-la, um complexo sistema de regadio composto de canais, diques e tanques, os quais foram fundamentais no controle do fluxo da água e seu direcionamento para áreas pouco irrigadas ou a drenagem de áreas pantanosas, garantindo, assim, uma maior produtividade.

Sobretudo pelas cheias do rio Tigre, que eram irregulares e podiam constantemente surpreender os mesopotâmicos, o sistema de regadio se fez de modo a garantir a segurança ante alguns imprevistos ocasionados por enchentes desastrosas.

A atividade comercial, como foi argumentado anteriormente, também era de grande vulto para os parâmetros da época, pois a região de acessibilidade dinâmica possibilitava a intercomunicação de vários povos, resultando numa teia de rotas de comércio, impulsionada mais ainda pela invenção da escrita cuneiforme pelos Sumérios. Comercializavam mantas de tecidos de algodão, betume, os mais diversos grãos, dentre outros. Essa atividade comercial pujante, juntamente com as riquezas oriundas da possibilidade de obter boas colheitas, fez da região um alvo constante de vários povos, não só mesopotâmicos, mas originários de diversas regiões.



Escrita cuneiforme

ALFABETO CUNEIFORME DE UGARIT					

Alfabeto cuneiforme

## A SOCIEDADE

A organização social mesopotâmica, como basicamente em todo o mundo antigo, era caracterizada por ser estamental. Desse modo, o que definia a posição social de um indivíduo não era sua condição socioeconômica, mas sua definição de nascimento. A tendência era de que uma pessoa que nascesse num determinado estamento por lá permanecesse durante sua vida. As exceções se faziam numa variação que oscilava de um povo o outro, contudo era comum haver essa uniformidade determinada pela condição de nascimento.

No caso particular da Mesopotâmia, com exceção do período em que predominou as cidades-Estado sumerianas, nas quais dominava o Patesi, houve o estabelecimento de Impérios fundados numa legitimidade teocrática, a partir da dominação dos Acádios. Assim, no topo da sociedade estavam o Imperador e o núcleo do poder, que incluía seus parentes mais próximos, os quais compunham a alta nobreza, que detinha o poder sucessório e ditar as prerrogativas de dominação, ainda que quase sempre respeitando o veredito dado pelo imperador e as insígnias de poder derivadas de seu posto. Compondo um estamento inferior estavam os sacerdotes, fundamentais na leitura das vontades e manifestações divinas, os quais detinham um grande poder de influência nas decisões do imperador por intermediar os desígnios dos deuses e interpretá-los por meio de processos mágico-religiosos, advindos, muitos deles, de acidentes ou manifestações naturais. Ainda nesse estamento situavam os escribas, terminologia da qual se deriva a palavra escrita. Os escribas, considerados “olhos e ouvidos do Imperador”, desempenhavam o papel fundamental de, pelo domínio da escrita, estabelecer um padrão administrativo capaz de prestar contas ao imperador do que acontecia no Império. Também assumiam a função de cobradores de impostos e redatores das leis que passariam pelo crivo do Imperador. Numa sociedade na qual a tradição oral se fazia ainda muito presente, a escrita teve um papel fundamental de ordenar o poder e possibilitar um padrão organizacional, escalonando e hierarquizando as estruturas de poder, garantindo àqueles que a detinham um maior controle das atividades de poder e situação na sociedade.

Sacerdotes e escribas, portanto, detinham o poder de, pelo monopólio do conhecimento derivado da escrita, influenciar as interpretações de caráter religioso e administrativo-legal, exercendo grande influência nas instâncias de poder.

A nobreza com funções militares era relevante na manutenção dos limites territoriais do Império e ocupava uma posição de destaque no quadro dos estamentos. A facilidade de acesso à região colocava suas fronteiras numa situação de fragilidade que dispensava muita atenção aos Imperadores. Ainda assim, a sucessão de vários povos que invadiram a região foi uma constante na Mesopotâmia. Muitos nobres também se dedicavam a atividade de comércio. A possibilidade de ganho oportunizou o estabelecimento de um grupo social fortemente ligado à atividade comercial.

Na base da sociedade estavam os camponeses, muitos dos quais trabalhavam em terras do Estado ou dos Templos num sistema de servidão coletiva, obtendo o direito de parte da produção. Outros trabalhavam em terras privadas, realizando para com os proprietários contratos de arrendo da terra ou ainda mesclavam serviços artesanais com atividade agrícola. Essa diversificação nas funções, no caso particular da Mesopotâmia, ligava-se à diversidade econômica, projetando os indivíduos à realização de muitas atividades econômicas díspares, impulsionando na sociedade uma complexidade intensa, sobretudo para aquele tempo. Enfim, haviam os escravos, advindos geralmente de duas condições: prisioneiros de guerras, conquistados das mais diversas formas; ou endividados, os quais, uma vez não conseguindo obter o pagamento da dívida, eram privados da liberdade para a equação do débito.

## A CULTURA

Culturalmente a Mesopotâmia deixou para a posteridade uma série de legados que influenciou outras culturas. Além das heranças materiais como as técnicas de regadio e a invenção da escrita cuneiforme, importante na dinamização do comércio e na tradução de costumes, uma gama de legados simbólicos na tradição de mitos ou na formulação de uma base jurídica baseada no princípio de Talião, que alicerçou a confecção do Código de Hamurabi. A LEX TALIONES constituiu um princípio no qual a pena deve ser aplicada na conformidade do delito cometido. Decorre, portanto, a premissa: **olho por olho, dente por dente**, braço por braço e vida por vida. Desse modo, o rigor na aplicação da pena atribuí, na maioria das vezes, punição corporal, podendo muitas vezes resultar na pena capital. O Código de Hamurabi é baseado nesse princípio, sendo constituído de 282 artigos, com exceção do de número 13, possivelmente por superstição para com este número. Estabelece uma divisão que trata de questões penais, dos direitos das coisas, do direito de família e sucessão, marcado pela severidade da aplicação das penas. Trata homens e mulheres em condição de desigualdade, bem como pessoas de segmentos sociais distintos, e legitima a escravidão. Serviu de base para uma série de outros códigos penais baseados em valores morais, herdeiros dos mesopotâmicos. Na Bíblia, no livro de Deuteronômio, bem como no Evangelho de Mateus, tem citação clara do princípio de Talião. Os códigos de conduta árabes, também herdam essa noção de punibilidade.

### TEXTO COMPLEMENTAR

## ALGUMAS LEIS DO CÓDIGO DE HAMURABI

- Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem não puder provar, então aquele que enganou deverá ser condenado à morte.
- Se uma pessoa roubar a propriedade de um templo ou corte, ele será condenado à morte e também aquele que receber o produto do roubo deverá ser igualmente condenado à morte.
- Se uma pessoa roubar o filho menor de outra, o ladrão deverá ser condenado à morte.
- Se uma pessoa arrombar uma casa, deverá ser condenado à morte na parte da frente do local do arrombamento e ser enterrado.
- Se uma pessoa deixar entrar água, e esta alagar as plantações do vizinho, ele deverá pagar 10 gur de cereais por cada 10 gan de terra.
- Se um homem tomar uma mulher como esposa, mas não tiver relações com ela, esta mulher não será considerada esposa deste homem.
- Se um homem adotar uma criança e der seu nome a ela como filho, criando-o, este filho quando crescer não poderá ser reclamado por outra pessoa.

[http://www.suapesquisa.com/mesopotamia/codigo\\_hamurabi.htm](http://www.suapesquisa.com/mesopotamia/codigo_hamurabi.htm)

Os mesopotâmicos se destacaram nos estudos astronômicos, estabelecendo o calendário e 360 dias, muito importantes para situar no tempo e projetar a época ideal para o plantio e para a colheita. Na matemática, por influência do comércio, desenvolveram noções complexas de adição e subtração, desenvolvendo também o raciocínio da divisão e da multiplicação.

No aspecto religioso, como era comum entre os povos antigos, predominou a crença em vários deuses, ligados às forças da natureza e aos fenômenos naturais, tais como vida e morte. O politeísmo mesopotâmico, no entanto, por influência dos sumérios, que construíram sua base mitológica através da Epopeia de Gilgamesh, não acreditava, pelo menos na compreensão de uma maioria, na vida após a morte. As aventuras de Gilgamesh, rei lendário sumeriano considerado um semideus, estiveram na constituição do mito mesopotâmico. Para sobreviver às dificuldades apresentadas na sua epopeia ele estabeleceu uma série

de acordos com os deuses, os quais no final exigiram como forma de pagamento a morte. Desse modo, para os mesopotâmicos, pelo menos na sua grande maioria, a morte era dada como um quinhão, um pagamento pela vida. Advém desse entendimento a relação dos mesopotâmicos com as divindades, quase sempre permeadas de oferendas com o objetivo de aplacar a ira dos deuses ou agradecer por alguma boa sorte. Os templos mesopotâmicos, denominados Zigurates, funcionavam como centro de poder e controle dos sacerdotes e concomitantemente casas de comércio. Eram grandiosas estruturas arquitetônicas e tinham a base piramidal, sendo construídas com frequências em terrenos altos, garantindo maior imponência ao poder emanado dos templos. Era também casa coletoras de impostos, servindo, não só para os desígnios religiosos, mas, em grande medida, para o ordenamento da vida cotidiana.

## ANTIGUIDADE CLÁSSICA

### GRÉCIA ANTIGA

#### ACRÓPOLE GREGA

Compreender o conceito do que veio a ser Grécia no mundo antigo pressupõe encará-la sob o enfoque entendido pelos gregos sob a denominação de Hélade, nome designado mitologicamente em homenagem à Guerra de Tróia em referência a Helena, que ao ser raptada por Páris impulsionou a ira dos Gregos, unindo-os contra os troianos, derrotando-os. A definição de Grécia, portanto, não se restringe a um espaço geográfico específico. Para os gregos, a Helade consistia em todo o território abarcado pela cultura grega. Desse modo, a Península Balcânica, a Ásia Menor, o sul da Península Itálica e norte do Egito foram regiões atingidas

pela cultura Grega, sendo, portanto, comumente, chamada pelos gregos de Grécia. A identidade cultural grega alicerçava os laços entre os povos denominados gregos. Assim, alguns elementos culturais, com destaque para a religiosidade, a origem, mas sobretudo a língua, estabeleciam um sentimento de pertença comum, dando aos gregos elementos de identificação ao diferenciá-los em relação aos outros povos. A própria definição de Bárbaros foi de origem grega, pois essa denominação deriva de barbárie, que do grego significava balbuciar, falar uma língua ininteligível aos gregos, pertencendo, dessa forma, a outra cultura.

A história da Grécia no século XIX, sobretudo na segunda metade, passou a ser encarada sob o enfoque do que se definiu naquela época como ciência. Nesse sentido, para ser considerado conhecimento científico, se fazia necessário estabelecer parâmetros de objetividade. Para a História significava demonstrar que o que aconteceu no passado de fato aconteceu. Assim, a História, para atingir o posto de ciência precisava de um critério de rigor, que no caso das ciências naturais já estava bem definido. A natureza era o objeto de estudo e estava bem alicerçado os entendimentos acerca da demonstrabilidade dos fenômenos naturais. Portanto, a ciência histórica apoiou-se na escrita para dar objetividade aos seu conhecimento e, desse modo, trazer o passado para o entendimento dos homens na segunda metade do século XIX. Nos estudos de Grécia não foi diferente. Como aconteceu nos estudos da História em caráter mais amplo, que, inclusive, trouxe a concepção clássica e já ultrapassada de Pré-História e História, nos estudos sobre Grécia tornou-se comum dividi-lo a partir de duas obras que marcaram de modo relevante o início da tradição escrita na Grécia: *Ilíada* e *Odisseia*.

Essas obras, atribuídas a Homero, poeta grego que teria vivido no século IX a.C., marcaram a tradição grega de deixar registrado de modo escrito os acontecimentos mais relevantes, bem como o sistema e pensamento desenvolvido sobretudo a partir dos Socráticos Platão e Aristóteles. Ainda que a tradição oral, de transmitir os conhecimentos e produzir razão pela via da oralidade, pela articulação do debate, fosse ainda muito mais relevante, sendo utilizado comumente entre os gregos, com as obras de *Ilíada* e *Odisseia* se tornou comum. Portanto, com essas duas obras deu-se o início dos tempos Homéricos, que, para os cientistas europeus do século XIX, garantia comprovação da história grega por meio dos registros escritos. Tornou-se comum dividir a História da Grécia em Tempos Pré-Homéricos e em Tempos Homéricos. Essa divisão, que não esclarece com amplitude a construção histórica dos gregos antigos, pois desconsidera outras abordagens que não as pautadas na linearidade explicativa da escrita, serve-nos para situar e estabelecer um recurso didático. Portanto, utilizaremos essa divisão como norte e abordaremos as outras relações possíveis da história da Grécia.



Partenon – Templo em Atenas, Grécia

## TEMPOS PRÉ-HOMÉRICOS

Essa expressão, também comumente chamada de Período Pré-Homérico, marca a migração do povo indoeuropeu, também denominado ariano, tronco do qual se originou, dentre outros, os povos gregos. Migraram dessa região por volta do século XX a.C. por duas hipóteses: ou fome, advinda de variações climáticas ou guerras com outros povos, possivelmente também gregos. Migrando para a Península Balcânica estabeleceram-se no litoral, incorporando povos de origem balcânica, os pelágios, povos seminômades que habitavam a região pelos menos desde o século XXII a.C. No litoral, os gregos fundaram cidades, com destaque para Argos e Micenas, cada qual governada por um rei cuja a titulação era Basileu. Desenvolveram a atividade comercial marítima no Egeu, estreitando os laços com os cretenses, derivando o surgimento da cultura cretomicênica. Devido ao relevo acidentado de terras não muito férteis a agricultura ficou restrita às planícies entre as montanhas, as quais pela ação de uma longa sedimentação possibilitava uma certa fertilidade e impulsionava a atividade agrícola. Nessas montanhas tornou-se comum o desenvolvimento do gado caprino, muito bem adaptável a regiões acidentadas. Nesse estágio foi conhecido um período de prosperidade das cidades e houve o desenvolvimento de uma cultura que era alinhada com a cultura dos cretenses. Eles possuíam uma base matriarcal e eram adoradores da Grande Mãe. Muito afeitos à atividade comercial, os cretenses com o tempo tornaram-se um empecilho aos gregos, os quais sequiosos por monopolizar o comércio no Mar Egeu submeteram os cretenses e exerceram o domínio do comércio em Creta e na costa da Ásia Menor.

Os Aqueus foram os primeiros povos gregos a se estabelecerem na Península Balcânica e iniciarem o processo de colonização da mesma, seguidos dos eólios e dos jônios, os quais, concomitantemente, formaram estruturas sociais, políticas e econômicas muito bem alicerçadas na região que permeava o litoral da Península Balcânica e do Mar Negro, estendendo amplo domínio da atividade comercial no Mar Egeu. Por volta do século XIV a.C., os dórios, povos de origem também indoeuropeia, submeteram as cidades gregas ao seu domínio, por força de seu grande conhecimento de técnicas de guerra. Promovendo um longo período de instabilidade, os dórios impulsionaram muitas famílias a migrarem para o interior da Península Balcânica, para ilhas do mar Egeu e para Orla do Mar Negro, provocando o fenômeno comumente difundido pela historiografia como a **Primeira Diáspora Grega**. A esse período de rearranjo das estruturas de convivência entre os Gregos houve a classificação de **Período Homérico**.

## PERÍODO HOMÉRICO

Essa denominação, Período Homérico, remete ao entendimento de que, nessa fase da História Grega, as fontes de informação principais para entender a História dos Gregos foram as obras atribuídas a Homero, *Ilíada* e *Odisseia*, portanto, a base fundamental, utilizada por historiadores, para o entendimento dos gregos nesse período.

Com a invasão dos dórios muitas famílias (em grego: *genos* ou *genoi*), se estabeleceram no interior da Península, inclusive pela condição geográfica montanhosa que favoreceu o isolamento. Essas aglomerações familiares possibilitaram o surgimento de comunidades que tinham por núcleo famílias. Assim, foi comum chamá-las com o nome de **comunidades gentílicas**. Nessas a base do poder estava centrado na figura do homem mais velho da comunidade, denominado de patriarca ou *pater-familis* (pai de família). A economia girava em torno da agricultura de subsistência, o uso da terra era coletivo centrado na base familiar e a divisão dos alimentos ficava a cargo geralmente do patriarca. As funções religiosas bem como o estabelecimento de condutas centradas na tradição oral ficava a cargo do *pater*, que elaborava leis orais, estabelecendo, desse modo, um padrão de convivência nos *Genos*.

A comunidade gentílica perdurou por cerca de um século e meio de maneira estável, mas a incompatibilidade entre o crescimento populacional e capacidade de produção instalou uma crise. Advindo do próprio crescimento vegetativo dos *genos* e das migrações constante de outras famílias para os *genos*, que antes abrigava um número menor de pessoas, e a relação desse novo contingente com a produção, que estava centrada sobretudo na terra impulsionou o estabelecimento de um novo rearranjo político-jurídico-social. Com a incapacidade do próprio *genoi* de atender as demandas pelas terras houve uma reorganização do espaço territorial conduzido pelo patriarca. Com isso, o uso da terra, que era coletivo, passou a ser privado, estabelecendo uma nova organização social e um novo conjunto hierárquico baseado no domínio da propriedade rural. O critério utilizado, em regra, para estabelecer a divisão foi o grau de parentesco. Assim, os parentes mais próximos foram mais beneficiados ao passo que os mais distantes foram preteridos ante esse novo quadro que se configurava.

Os mais próximos foram comumente denominados *eupátridas*, que etimologicamente significa bem-nascidos, ou seja, aqueles que nasceram próximos ao *pater*. Esses ficaram com as melhores terras, obtendo o monopólio jurídico, político e econômico desse novo arranjo que se formava com crise do sistema gentílico. Com transição do *genos* a estruturas mais complexas denominadas Cidades-Estados, comumente na Grécia chamada de *Pólis*, os *eupátridas* mantiveram a primazia nas relações elencadas acima.

Os parentes mais distantes, denominados Georgóis, que significa pequenos proprietários de terra, ficaram com as terras menos férteis ou em dimensão reduzida, constituindo-se numa segunda ordem social dentro do contexto da crise. Já os Thetas, considerados etimologicamente marginais, não eram parentes, ou, se eram, eram muito distantes, ficaram sem terras. Esses ficaram excluídos da divisão oriunda da crise, dedicando-se, juntamente com muitos georgóis endividados, os quais tiveram que entregar suas propriedades como forma de pagamento de dívida, a outras atividades econômicas, geralmente ligadas ao comércio e ao artesanato, configurando uma complexidade ainda maior nas relações que estariam presentes nas Pólis.

Mesmo diante desse quadro, no qual muitos Thetas e Georgóis endividados reorientaram sua atividade econômica para outros setores da economia, uma grande parte da população da crise dos genos, que de modo dinâmico assumia uma estrutura cada vez mais complexa, migrou para várias regiões na bacia do Mar Mediterrâneo. Essa dispersão, denominada Segunda Diáspora Grega, marcando a diferenciação da primeira que foi ocasionada pela migração dos Dórios, ampliou os domínios gregos, fazendo-os predominantes no Mediterrâneo, exercendo nesse uma Talassocracia, **um domínio do mar**, colonizando o sul da Península Itálica, o norte do Egito e consolidando ainda mais o povoamento da Ásia Menor. Como era costume grego atribuir a denominação de Grécia à todas as regiões onde a cultura Grega chegava fundou-se o conceito de **Magna Grécia**, a Grande Grécia. A colonização se fez de modo, aliviar a pressão demográfica sentida na Península Balcânica e os gregos, ao colonizarem uma vasta área, estenderam seus valores culturais para além das fronteiras peninsular, projetando o mundo mediterrânico a conviver com os valores gregos, os quais se universalizaram numa dimensão ainda maior, conferindo aos povos que se relacionaram com os gregos uma interação e a incorporação de uma série de elementos da cultura grega. Nesse sentido, o mar Mediterrâneo foi grande caminho de intercomunicação de povos que circundavam sua bacia, servindo como elo que possibilitou uma gama de interpenetrações culturais, as quais, em grande medida foram influenciadas pela grega.

A crise do sistema gentílico foi marcada por um crescimento do contingente populacional que habitava os genos concomitante ao crescimento populacional e à diversificação da produção. O controle da propriedade privada centrada na terra constituía e garantia à comunidade eupátrida a hegemonia política econômica e social. No processo de evolução dos genos, que ocorreu num lapso de tempo de aproximadamente cento e cinquenta a duzentos anos, houve um crescimento dos genos que possibilitou a formação de fratrias, as quais, ao se unirem em duas ou mais, formaram demos. Os demos já constituíam estruturas de deliberação nos quais a aristocracia eupátrida tomavam as decisões de ordem política e detinha o monopólio jurídico. Da união de dois ou mais demos houve o surgimento de tribos, as quais ao se unirem formavam cidades-Estados, que constituíam em cidades independentes sob o aspecto social, jurídico e político e econômico. Na comunidade grega essas cidades receberam os nomes de Pólis, palavra de onde provém o termo política. A pólis estava estruturada numa base de poder que transpassava os meros limites urbanos, mesmo por que os limites da pólis mesclavam os espaços urbanos com rurais.

## PERÍODO ARCAICO

O Período Arcaico foi caracterizado pela formação e estruturação das Pólis, também conhecidas pela denominação de Cidades-Estado. Esse processo, como foi exposto anteriormente, se deu de modo lento e marcou uma diferenciação social tendo na propriedade de terras sua primeira grande marca diferencial. O desenvolvimento das Pólis fundou instituições que marcaram de modo peculiar os gregos e seu legado para a posteridade. Dentre tais instituições destacou-se a organização em Assembleias, que tinham um caráter deliberativo e serviam de instâncias de participação na vida pública. O estabelecimento da Lei a partir da elaboração em Assembleias destinadas para tanto, as quais tinham por função regular a vida em sociedade, tratando o público pelo interesse do grupo que detinha o poder dentro das **assembleias**. Outra instituição de destaque foi a utilização, em regra, da mão de obra escrava, constituindo-se na base da sociedade ao garantir alicerces a base produtiva.

Dentre as mais de uma centena de cidades-Estado que fizeram parte da Magna Grécia, duas merecem ser destacadas: Esparta, que se constituiu numa oligarquia, que a título excepcional não passou grandes transformações na sua estrutura política e econômica; e Atenas, que, adotada como modelo, evoluiu de uma monarquia, passando por uma aristocracia e chegando a uma democracia. Essas duas Pólis serão avaliadas a seguir.



[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/83/Antigua\\_grecia.svg/250px-Antigua\\_grecia.svg.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/83/Antigua_grecia.svg/250px-Antigua_grecia.svg.png)

## ESPARTA

A pólis Esparta foi fundada pelos dórios por volta do século IX aC. Uma característica presente entre os espartanos estava na qualificação para a prática de atividades ligadas à guerra. Os espartanos eram gregos muito apegados aos expedientes guerreiros, tendo na sua cultura a peculiaridade de voltar sua educação e seu cotidiano para treinamentos que garantissem aos mesmos superioridade militar em campos de batalha. Esse aspecto esteve presente entre os espartanos na formação e no desenvolvimento de Esparta como Cidade-Estado.

Após as grandes migrações as quais impulsionaram a primeira grande onda de dispersão, comumente denominada de Primeira Diáspora Grega, os Dórios estabeleceram na região do Peloponezo, ao sul da Península Balcânica, na Planície da Lacônia, também conhecida com o nome de Lacedemônia. Nessa região se estabeleceram, submetendo povos vizinhos, os quais foram submetidos à condição servil, adquirindo a denominação de hilotas.

Os espartanos organizaram a vida em sociedade com base na legislação que foi atribuída ao lendário legislador Licurgo. Como guerreiros estabeleceram uma oligarquia calcada em duas assembleias e num conselho de magistrados. Das assembleias a que recebia prerrogativas de maior importância foi a Gerúsia, também conhecida como Conselho de Anciões, na qual estavam os homens maiores de 65 anos, constituindo num conselho de 28 membros escolhidos pela Ápela. Outra Assembleia era a Ápela, também conhecida por Assembleia dos Cidadãos, na qual estavam os homens maiores de 30 e menores de 65 anos. Na Gerúsia, os anciões assumiam o papel legislativo em última instância, bem como assumiam funções religiosas e indicavam dois reis, estabelecendo uma diarquia, governo de dois. Um deles da Gerúsia, com funções predominantemente religiosas, e outro da Ápela, com atribuições militares. Pelas atribuições de poderes da Gerúsia serem os de maior relevância dentro das práticas políticas espartanas insistiu-se a gerontocracia, o governo dos mais velhos, legitimando a tradição grega de reconhecer nos idosos a primazia na tomada de decisões. Para executar a aplicação das leis e exercer atribuições administrativas foi criado o Eforato, que consistia num conselho de cinco homens em idade adulta aptos para exercer a vida política.

Na esfera econômica os espartanos estavam centrados sobretudo na atividade agrícola, ainda que tais funções eram realizadas comumente pelos Hilotas, destinando tempo para os espartanos dedicarem-se à vida política e para treinamentos de guerra. Com o crescimento da cidade a atividade comercial, ainda que não realizada com intensidade pelos espartanos, foi ganhando volume.

Com a colonização de Esparta, para evitar atritos entre os próprios espartanos, pois o crescimento demográfico entre os mesmos criava uma relação atritosa no trato da terra, houve a divisão das terras mais férteis em lotes e a distribuição dos mesmos entre os espartanos. Com o domínio dos messênios, povos advindos da Messênia, que ao serem derrotados foram convertidos à condição servil, sendo denominados de hilotas e distribuídos entre os espartanos. Com o crescimento do número de hilotas tornou-se comum um controle demográfico para estabelecer um equilíbrio entre espartanos e os mesmos.

A sociedade espartana era marcada por uma rígida divisão social. Geralmente as mudanças entre os estamentos eram escassas. Desse modo, as transformações políticas, que geralmente são impulsionadas pelas transformações sociais, em Esparta, praticamente não se fizeram presentes, marcando uma estabilidade política centrada numa oligarquia fortemente controlada pela elite espartana, que monopoliza as instâncias de poder, as Assembleias e o Eforato. Exercendo esse controle e no topo da sociedade estavam os descendentes de dórios, chamados de espartanos, ou, ainda, esparciatas. Constituía uma comunidade de guerreiros, que controlavam a política e a sociedade a partir do monopólio da violência e do controle a justiça com aplicação da lei.

Intermediariamente, estavam os periecos, palavra que deriva do termo Perioikos, que no grego significa periferia. Assim, os periecos eram os habitantes da periferia que se estabeleceram ao longo do tempo, obtendo o controle das piores terras e dedicando-se à atividade comercial e ao artesanato, estabelecendo trocas com os espartanos, muitas vezes intermediadas pelas mulheres espartanas, pois os espartanos dedicavam-se quase que exclusivamente à política e à guerra.

Na base da sociedade estavam os hilotas, servos aprisionados de guerra, que constituíam a camada que sustentava a economia dedicando-se, sobretudo à atividade agrícola.

A cultura espartana era baseada no exercício de práticas voltadas para a guerra. Essa tradição guerreira remonta à origem dórica e ao seu legado de dominação. Por se tratar de uma cultura guerreira e pautada no isolamento os espartanos praticaram a Xenofobia. A palavra é de origem grega, que deriva de dois radicais: xeno, que denota estranho ou estrangeiro; e fobia, que significa aversão, medo. Outra característica cultural também presente na cultura espartana era a Xenolasia, que denota, seguindo o mesmo raciocínio acima, expulsão dos estrangeiros. E ainda, pelo fato de serem os espartanos habitantes da Lacônia, os espartanos eram também designados como lacônicos, denominação que deriva do costume de falar pouco, de se expressar de modo breve. Decorre dessa peculiaridade o fato dos espartanos não exercitarem com a frequência comum dos outros





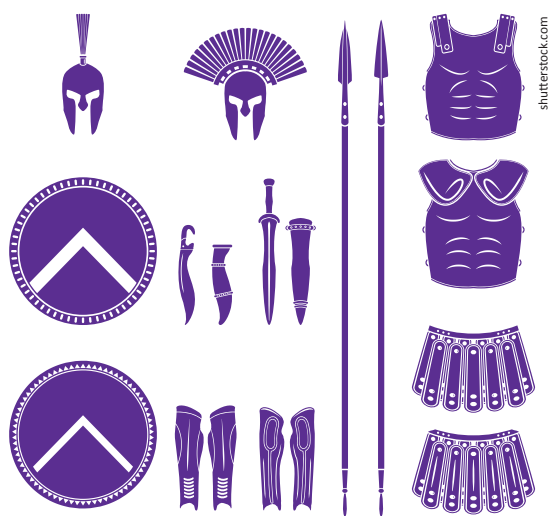
gregos a tradição oral, ou seja, a transmissão dos conhecimentos pela via oral, pelo debate, pelo exercício da filosofia. Essas expressões ficaram como legados e são costumeiramente utilizadas para designar pessoas ou grupo de pessoas que tenham por hábito uma das características elencadas acima.

Os espartanos tinham receio de estabelecer relações com outros povos. Essa aversão foi sendo relativizada com o advento das Guerras Médicas, no século V a.C., no qual os espartanos compuseram a Liga de Delos opondo-se aos persas.

## A EDUCAÇÃO ESPARTANA

A educação era voltada para formar guerreiros, que exerciam a cidadania nas assembleias espartanas pelo privilégio do nascimento. A educação tinha por função principal garantir o monopólio da violência por parte de uma aristocracia guerreira, a qual garantia a aplicação das leis aprovadas nas assembleias espartanas. Para tanto se fazia necessário limitar o próprio número de espartanos como objetivo de evitar com que houvesse disputas entre os mesmos por frações de terras. Com isso houve uma divisão de terras reservadas aos clãs mais fechados, acentuando os critérios de seleção dos guerreiros mais aptos, mais resistentes e evitando, dessa forma, dissidências mais acentuadas entre os espartanos.

Esse processo de seleção denomina-se Agogê, que do grego significava treinamento. Entre os espartanos a criança, ao



nascer, era submetida a uma seleção realizada por um Éforo, o qual avaliava a criança nos seus dotes físicos. Se a mesma apresentasse alguma característica que destoasse do padrão de normalidade aceitável pelos espartanos, era arremessada de um monte denominado Taigeto. Uma vez a criança sendo aprovada nesse exame pelo Éforo, independente do sexo, era comum permanecer sob a guarda dos pais. Por volta dos sete anos, meninos de ambos os sexos eram submetidos a testes físicos que incluíam corridas, abdominais, flexões, dentre outros. Aos doze anos aproximadamente, as meninas retornavam para o lar, continuando as atividades físicas e aprendendo a lidar com os afazeres domésticos que eram culturalmente determinados ao gênero feminino. Os meninos eram submetidos a um teste de resistência que resultava no abandono por cerca de três anos sem alimento e moradia. Nesse estágio, tinham que roubar alimentos e vestimentas. Se fossem pegos roubando poderiam ser espancados até a morte. Ao passar por essa provação os meninos eram submetidos a um rito de passagem denominado Kriptia. Esse nome derivava do nome de um punhal, com o qual cada adolescen-

te com a idade de aproximadamente 16 anos tinha que matar um número de seis hilotas. A finalidade de tal prova estava ligada à necessidade de se manter um equilíbrio demográfico entre o número de espartanos e o de hilotas, pois o excesso destes em detrimento daqueles poderia pôr em risco o controle da violência realizado pelos espartanos.

Uma vez passado pela Kriptia, os espartanos mantinham-se realizando serviços militares até os 30 anos. Ao atingir essa idade, poderiam participar da Apela e contrair matrimônio, formando, assim, seu próprio núcleo familiar. Aos 65 anos, caso fossem eleitos poderiam se ingressar na Gerusa.

## ATENAS

A cidade de Atenas, ao contrário de Esparta estava localizada numa região mais próxima do litoral e, portanto, mais inclinada a ter uma comunicação mais estreita com outros povos e uma atividade comercial mais intensa. Localizada na Península da Ática, a pólis Atenas na sua origem era uma monarquia governada por um Basileu, título dado ao governante que exercia o poder de determinar a política na cidade. Com a primeira diáspora, impulsionada pela invasão dos dórios, Atenas, como quase todas as cidades que foram afetadas pelas incursões dóricas, experimentou um período de descentralização populacional, estabelecendo estruturas gentílicas baseadas em estruturas clínicas e na atividade agropastoril voltada para a subsistência.



Com a crise do sistema gentílico e o lento processo de formação das cidades-estado, também denominadas com nome de Pólis, Atenas passou a ser rígida na política por uma aristocracia eupátrida, que no esfacelamento do Genos obteve, por grau de nascimento, as melhores terras. O controle fundiário das terras garantiu aos descendentes dos eupátridas o monopólio político e jurídico de Atenas, ocupando as Assembleias e elaborando leis que tinham caráter geral e coletivo, ou seja, as leis elaboradas pelas Assembleias e os julgamentos realizados pelas instituições eupátridas tinham validade para todos os habitantes de Atenas.

Esse modelo aristocrático era baseado no Areópago, que consistia num Conselho no qual podiam participar os membros da aristocracia, que tinham funções políticas, jurídicas e militares. Os membros mais destacados desse Conselho eram chamados Arcontes, designados para assumir funções de governo e liderança em caso de guerras.

Diferente de Esparta, Atenas passou por uma dinamicidade na constituição de sua Pólis. Com desagregação do Sistema gentílico e a formação da Polis, muitos habitantes passaram a se dedicar a atividades econômicas mais diversificadas, dando outra configuração à sociedade. Como Atenas estava ligada ao mar Egeu por meio da Península da Ática, a atividade comercial e artesanal assumiu uma pujança capaz de projetar esses novos atores sociais a reivindicação por participação política e social com maior abrangência.

#### **A sociedade ateniense estava organizada basicamente em:**

**Eupátridas:** constituíam a elite econômica, social e política. Herdeira das melhores terras com a crise do sistema gentílico ocupava o Areópago, controlando a justiça por meio da confecção e da aplicação das leis, as quais, por tradição, eram orais e atendiam em última instância aos interesses da aristocracia da qual faziam parte.

**Georgóis:** eram os proprietários de terras de menor dimensão ou menos férteis. Estavam à margem do núcleo eupátrida e não detinham o mesmo poder de participação política e nem obtinha as vantagens econômicas as quais o grupo anterior detinha por serem excluídos das principais decisões.

**Demiurgos:** esse grupo social era constituído de artesãos e comerciantes ligados à atividade de artesanato. Derivavam, muitas vezes, dos antigos marginalizados pela crise das comunidades gentílicas, os quais, diante da falta de alternativa, de obter seu sustento com os furtos da atividade agropastoril, buscaram na atividade comercial e artesanal seu sustento. Esse grupo constituiu num forte opositor a aristocracia eupátrida, lutando para quebrar o monopólio jurídico e político desta.

**Metecos:** de origem estrangeira, dedicavam-se constantemente à atividade comercial. Traziam produtos, inclusive escravos, dos mais diversos lugares por meio dos mares Mediterrâneos e Egeu.

**Camponeses:** constituíam em trabalhadores livres, que trabalhavam em terras que não lhes pertenciam e eram, na sua maioria, descendentes dos antigos thetas.

**Escravos:** constituíam a base social e econômica de Atenas, sustentavam a economia e eram fundamentais para o funcionamento da estrutura política e econômica ateniense. Eram obtidos das mais diversas formas, variando de prisioneiros de conquistas a cativos por dívidas não liquidadas no tempo acordado.

A sociedade ateniense assumiu uma complexidade que projetou um conjunto de reivindicações. Os grupos que estavam fora da participação política, Georgóis, Demiurgos e Metecos, reivindicaram maior participação e projetaram uma série de revoltas. Essas assumiram uma conotação que forçou os eupátridas a se posicionar diante das mesmas. Para tanto, os eupátridas, nomearam um legislador de origem eupátrida denominado Drácon, que introduziu uma mudança substancial na estrutura política ateniense: a formulação de leis escritas. Era comum, pela forte tradição oral grega, que as leis fossem orais. Em Atenas, o monopólio da elaboração das mesmas estava centrado nos eupátridas, o que garantia aos mesmos o controle na elaboração e na aplicação das leis, bem como sua revogação, de acordo com o interesse da aristocracia eupátrida. Como o crescimento de Atenas e a dinamização da atividade econômica e social, os grupos, até então marginalizados, da esfera pública, reivindicaram o direito de participação nas instâncias de poder. As leis escritas, portanto, seriam o primeiro caminho para a garantia da publicitação dos direitos e da constância na aplicação das leis.

No entanto, a instituição das leis escritas formuladas por Drácon, ainda que sendo um avanço por garantir de modo mais claro quais os direitos aos os outros que os eupátridas não possuíam, estabeleceram uma série de benefícios aos eupátridas e trataram de maneira demasiadamente severa aqueles que infringiam às leis. Com isso, as revoltas voltaram a se articular e os grupos insatisfeitos, com os direitos obtidos com as leis draconianas, exigiram a nomeação de outro legislador que contemplasse o conjunto de reivindicações dos grupos subalternos. Foi nesse contexto que se deu a nomeação de um segundo legislador, Sólon. Eupátrida de nascimento, mas ligado a atividade comercial, Sólon formulou uma reforma profunda na política ateniense, abrindo caminho para a implantação da democracia. Essas mudanças repercutiram na sociedade e na economia ateniense.

No campo político, Sólon introduziu o **voto censitário**, baseado na renda, ampliando o direito de participação política, que antes era restrito aos eupátridas. Com essa medida possibilitou com que uma série de demiurgos, ligados a atividade comercial e artesanal, participassem das decisões e pudessem postular de modo mais contundente suas reivindicações. Ainda na área política Sólon introduziu instituições que ampliaram o direito de participação política, abrindo caminho para que, mais adiante, fossem alicerces importantes para o exercício da Democracia. Essas instituições foram a Bulé, a Eclésia e a Hileia. A **Bulé** constituiu o Conselho dos Quatrocentos, mais adiante, por intervenção de Clístenes, foi adicionado mais cem integrantes, transformando-se no Conselho dos Quinhentos. Tinha função legislativa, sendo encarregada da elaboração dos projetos de leis que seriam aplicados aos habitantes de Atenas. A aprovação desses projetos elaborados pelos membros que compunham a Bulé era de responsabilidade da Eclésia. Na **Eclésia**, que era uma Assembleia com função também legislativa, os cidadãos deliberavam acerca da aprovação dos projetos que se converteriam em leis. Finalmente, para julgar os cidadãos que transgredissem as leis foi introduzido por Sólon a **Hileia**, que consistia num Tribunal no qual os cidadãos poderiam apelar para obter o cumprimento da lei em algum conflito no qual se achassem prejudicados.

Para a população endividada, geralmente ligada a atividade agrícola, e para alguns derivados dos infortúnios de alguma transação comercial mal sucedida, Sólon **aboliu a escravidão por dívida**. Era comum até então, não só entre os povos gregos, mas entre os povos da Antiguidade como um todo, que os inadimplentes assumissem a escravidão para com o credor como responsabilidade pelo pagamento da dívida. Com a extinção de modelo de escravidão entre os habitantes de Atenas houve um alívio nas tensões sociais.

E, finalmente, no campo econômico, Sólon monetarizou a economia, dinamizando as relações comerciais ao universalizar o poder de troca das mercadorias. Coordenou a exploração da minas de Laurion, instituindo o **Dracma**, moeda grega responsável pelo fortalecimento do grupo dos comerciantes ao fortalecer a atividade na qual se dedicavam.

As reformas de Sólon foram fundamentais para que, mais adiante, houvesse a introdução da democracia. As instituições fundadas por Sólon oportunizaram a consolidação das bases políticas e sociais para o exercício da democracia ateniense, todavia, as leis propostas por Sólon, ainda que ampliando significativamente a participação política, excluía um grande contingente de pessoas com renda insuficiente para poder participar da política.

Em Atenas, era comum que a região onde as pessoas morassem fosse definidora de sua condição econômica e da atividade econômica a qual as pessoas eram ligadas. Os habitantes mais pobres, geralmente camponeses ou artesãos mal sucedidos habitavam as regiões montanhosas, que em Atenas recebia o nome de Diácria. Os moradores da Diácria eram denominados de diacrianos e foram, em grande medida, excluídos das reformas de Sólon, sobretudo da participação nas Instituições e no direito de votar. Dentre os diacrianos um líder chamado Psístrato se destacou, tomando o poder na cidade de Atenas e estabelecendo um governo popular, porém de base ilegal. Foi instituída, portanto, a **Tiranía**, governo que, diferente do sentido atual no qual se atribui ao termo um tom ligado a maldade, perversidade, no mundo grego, de onde a palavra se originou, o termo tem um sentido de ilegalidade.

O governo de Psístrato conduziu uma série de reformas populares que facilitou o acesso dos diacrianos às várias regiões de Atenas, com a construção de pontes estradas de acesso, bem como formulou um plano de conduzir uma reforma na estrutura agrária, visando garantir aos mais pobres o direito de plantar numa dimensão de terra que lhe garantisse sustento. No entanto, com a morte de Psístrato, seus filhos Hípias e Hiparco, ao assumirem o governo não tiveram o mesmo espírito aglutinador do pai, perdendo o controle da população e inflamando a oposição em desfavor de suas medidas, dentre as quais incluiu uma acentuação na cobrança de impostos. Com o assassinato de Hiparco por questões relacionadas a política, Hípias se viu isolado, sendo obrigado a abdicar por pressão de pessoas ligadas a antiga aristocracia eupátrida. Dentre os opositores estava Iságoras, que foi fundamental para retomar a legalidade, abrindo caminho para que Clístenes conduzisse uma série de reformas as quais possibilitaram a implantação da Democracia.

As medidas adotadas por Clístenes foram sensíveis às demandas sociais dos grupos mais influentes de Atenas. A Tiranía mostrou a força das camadas populares e deixou claro que um regime político que não as contemplasse poderia ensejar um novo conjunto de revoltas. Desse modo, Clístenes entendeu a relevância de não excluir as camadas populares e instituir um regime que não se limitasse aos mais abastados.

Primeiramente, Clístenes reconheceu a dimensão de Atenas e percebeu que a mesma não poderia ser tratada de modo uniforme. Assim, dividiu Atenas em três áreas: interior, centro e litoral. Em cada uma delas, instituiu dez Assembleias, que exigiam o alistamento dos cidadãos nos demos. Da união de um demos do interior com os outros do centro e do litoral formava-se uma tribo. Dessa forma, Clístenes organizou a formação de dez tribos. Diante de alguma questão a ser decidida era somada a decisão dos demos pela vontade da maioria dos cidadãos, que originava a posição de uma tribo perante uma determinada questão. A votação de todas as tribos seria a adotada em Atenas, decidindo acerca de questões que afetavam toda a comunidade ateniense.

O direito de participar da democracia ateniense estava restrito aos cidadãos, homens livres, maiores de idade, filhos de pai e mãe atenienses. Desse modo, mulheres, estrangeiros, escravos e menores de dezoito anos não podiam participar da vida política. Numa população de cerca de meio milhão de pessoas, somente um décimo, ou seja, cerca de cinquenta mil, podia participar da vida política. Mesmo com essa restrição acentuada, o regime democrático grego constitui numa importante inovação para os preceitos políticos praticados até então. Além de legitimar o conceito de cidadão, estabeleceu

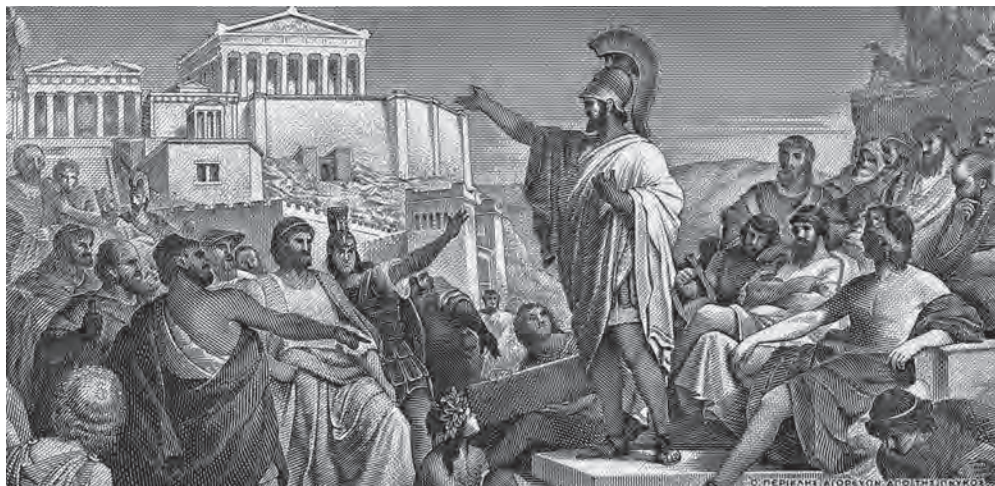
que as decisões tomadas em Atenas estariam de acordo com a vontade da maioria dos cidadãos. Coube também aos gregos fundarem o princípio da **Isonomia**, que pressupunha que todos os cidadãos possuíam igualdade perante lei e, portanto, de direitos, independentemente de sua condição sócioeconômica. Derivado do princípio da Isonomia decorria outros dois também muito importantes para o exercício da democracia: a **Isegoria Locutiva** e a **Isegoria Interlocutiva**. A Isegoria Locutiva consistia na igualdade dos cidadãos no direito de exercer a fala dentro das Assembleias. Já a Interlocutiva residia no direito dos cidadãos de, em condições de igualdade, criticar a fala do outro nas discussões acerca das questões que afetavam Atenas.

Nessa perspectiva, o exercício da oralidade e de técnicas voltadas para o convencimento dentro das Assembleias se fazia constante. A prática do bem dizer e da articulação de ideias, que fizessem os cidadãos se convencerem da superioridade da ideia proposta por um determinado interlocutor, era fundamental para o exercício da democracia.

A decisão era baseada na vontade da maioria dos cidadãos. Desse modo, ganhando, em Atenas, um caráter universal, valendo para todos os habitantes, independentes de serem ou não cidadãos. A democracia era **direta**, ou seja, as decisões eram definidas pelos cidadãos, mas não por representantes do povo.

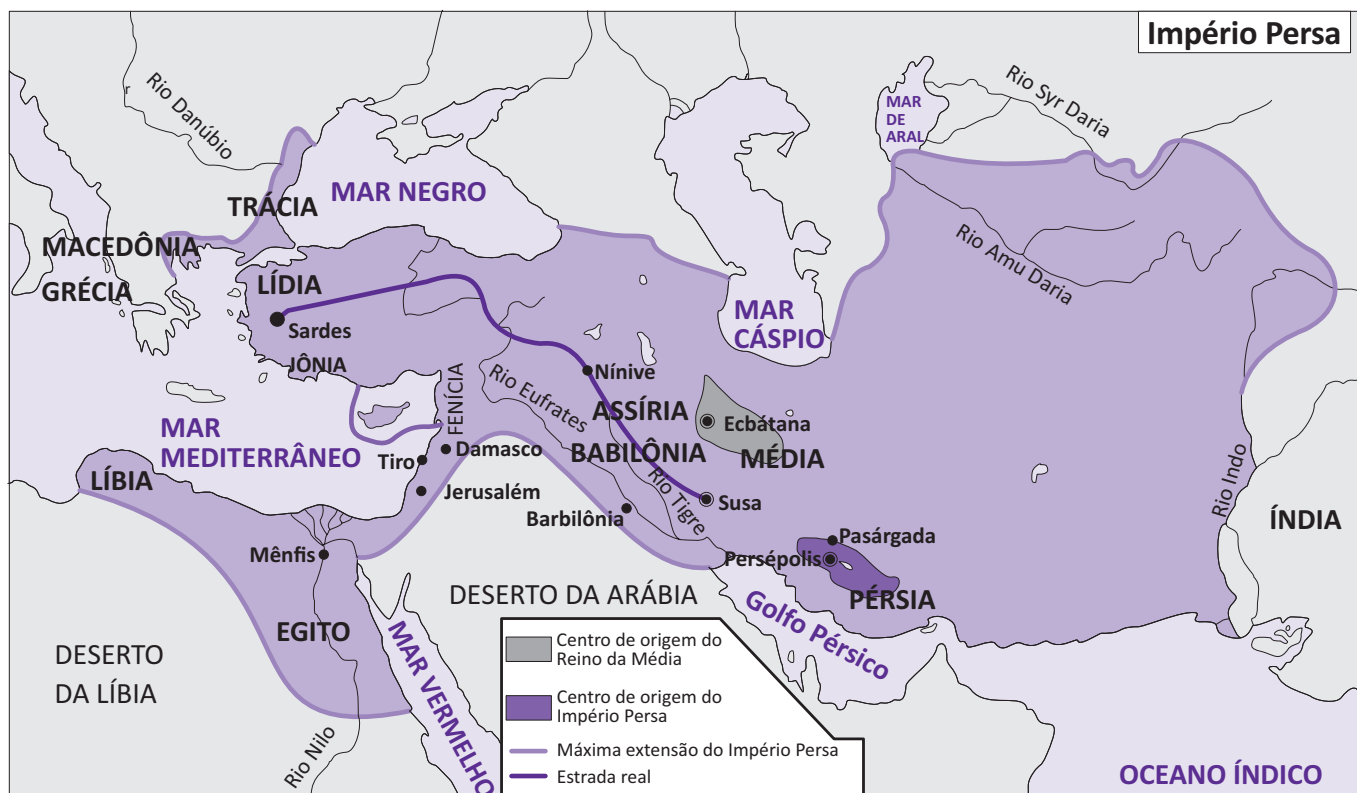
Ainda que a democracia não excluísse os pobres do jogo democrático o exercício cotidiano era dificultado por alguns aspectos. Atendendo as condições de ser homens livres, maiores de idade e filhos de pai e mãe atenienses, havia a permissão para qualquer um participar da vida política, dos debates nas assembleias e de exercer o direito de voto. Todavia, os cidadãos com uma situação econômica menos favorecida eram prejudicados por dois fatores, que se intercomunicavam: o primeiro estava ligado à condição do trabalho, pois os pobres tinham que dedicar tempo ao trabalho, não possuindo, portanto, tempo para se dedicar a vida política haja vista os debates nas assembleias demandarem muito tempo, que era não disponível aos mais pobres, o forçando a se ausentar com frequência da vida política; outro fator estava ligado à efetivação da educação, pois os ricos tinham condições de garantir uma educação com professores os mais capacitados pra lhes ensinar os mais diversos assuntos como também para introduzir nos seus alunos as técnicas de oratória e retórica para articular seu discurso nos debates ocorridos nas assembleias e convencer seus interlocutores da superioridade de suas ideias. Como os pobres não dispunham de uma educação esmerada que lhes garantissem uma boa articulação de suas ideias, bem como tinham que se dedicar ao trabalho não dispoñdo de tempo para os debates, o exercício da democracia, mesmo que com direito, era impedido em parte. Com isso, a democracia grega constituiu-se numa **timocracia**, que etimologicamente significa governo que favorecia os ricos.

#### IV- PERÍODO CLÁSSICO (SÉCULO V A.C)



A denominação desse período está relacionada ao contexto no qual as instituições gregas atingiram seu apogeu. As leis, as Assembleias, a escravidão, os regimes políticos, sobretudo a democracia, alcançaram uma base de consolidação como nunca dantes na Grécia. Contudo, esse período também foi marcado pela decadência da Grécia e a independência que cada Pólis desfrutava. Portanto, esse período da História da Grécia marca o auge e o declínio das estruturas gregas.

Para entender com essa realidade se processou faz necessário avaliar o papel que teve o expansionismo persa nesse cenário. O Império Persa, como foi visto no Capítulo, abarcou uma área que ligava o planalto do Irã até o Alto Egito. Com o decorrer do tempo, principalmente no governo de Dário I, os persas ambicionaram dominar a bacia do mar Egeu, que por sua vez era controlado pelos gregos. Dessa forma lançaram uma ofensiva para obter o controle portuário e das principais Pólis gregas e, assim, garantir o controle das rotas de comércio e da cobrança de tributos. Com o avanço persa foram travadas batalhas em solo grego. A primeira de maior vulto foi a da planície de Maratona, na qual os gregos, liderados por Atenas obtiveram uma vitória que conteve em parte o avanço persa. Mais adiante, sob a liderança de Xerxes, os persas avançaram sobre o solo grego e enfrentaram os espartanos no desfiladeiro das Termópilas. Sob o comando do general Leônidas, os espartanos foram derrotados, garantindo aos persas o domínio de algumas rotas estratégicas. Contudo a derrota persa na batalha naval de Salamina abriu espaço para que os gregos formassem uma estratégia que passa a ser esboçada na batalha campal de Plateia. A vitória Grega nessa batalha foi fundamental para marcar o fim da ofensiva persa e o início da ofensiva grega.



<http://www.compartilhedicas.com/wp-content/uploads/2014/03/o-imperio-persa-5.jpg>

A vitória grega na batalha de Plateia, sob a liderança marcante de Atenas, impulsionou um sistema de alianças de dimensão inédita entre os gregos. Em torno da ilha de Delos as Polís gregas, lideradas por Atenas se reuniram e formaram uma Confederação comumente denominada de Liga de Delos. As cidades participantes se responsabilizavam para sustentar o esforço da guerra, fornecendo homens, armas, mantimentos e pagando um tributo destinado para sustentar o exército e as outras despesas que envolvia o esforço de combater os persas. Esses recursos eram administrados por Atenas. Com o sucesso das campanhas, afastando em grande medida a ameaça persa, Atenas desviou os recursos para finalidades próprias, obrigando as outras cidades a continuar pagando os tributos. Dessa forma, Atenas converteu os recursos para si mesma, construindo obras de embelezamento e infraestrutura da cidade, teatros e templos, garantindo a Atenas o posto de grande potência do mundo grego e atraindo pessoas das mais diversas regiões da Grécia e de fora da mesma. Nessa fase, destacou o governo de Péricles. Hábil governante, Péricles soube como canalizar os recursos para concluir as obras, bem como ampliou a condição de participação efetiva dos mais pobres nas reuniões das Assembleias ao estabelecer uma remuneração para que pudessem destinar tempo para se dedicar a vida política sem que precisassem trabalhar. Desse modo a democracia atingiu o seu auge. No tempo de Péricles, com os recursos obtidos por meio da Liga de Delos, que eram direcionados para garantir o ápice das estruturas atenienses, acostumou-se a denominar esse período como a Era de Ouro em Atenas. Com isso, a estrutura de poder ateniense estava baseada num rígido imperialismo para com as outras Pólis, obrigando-as a pagar impostos para viabilizar o sucesso ateniense.

Diante desse sistema opressor, Esparta se rebelou e rompeu com a Liga de Delos, formando, com o apoio de Tebas e Corinto, a Liga do Peloponeso. Diante desse rompimento, Atenas se organiza com as cidades remanescentes e ambas as Ligas, a de Delos e a do Peloponeso, se confrontam na Guerra do Peloponeso. A Liga liderada por Esparta se sagra vencedora na batalha de Egospotamos em 404 a.C. No entanto, Esparta segue a mesma linha de atuação que Atenas e passa a imperializar as outras Pólis. Diante dessa situação, Tebas se revoltou conflitando com Esparta na Batalha de Leuctras, com o decorrer do tempo uma série de outras Batalhas rivalizou os gregos, enfraquecendo-os.

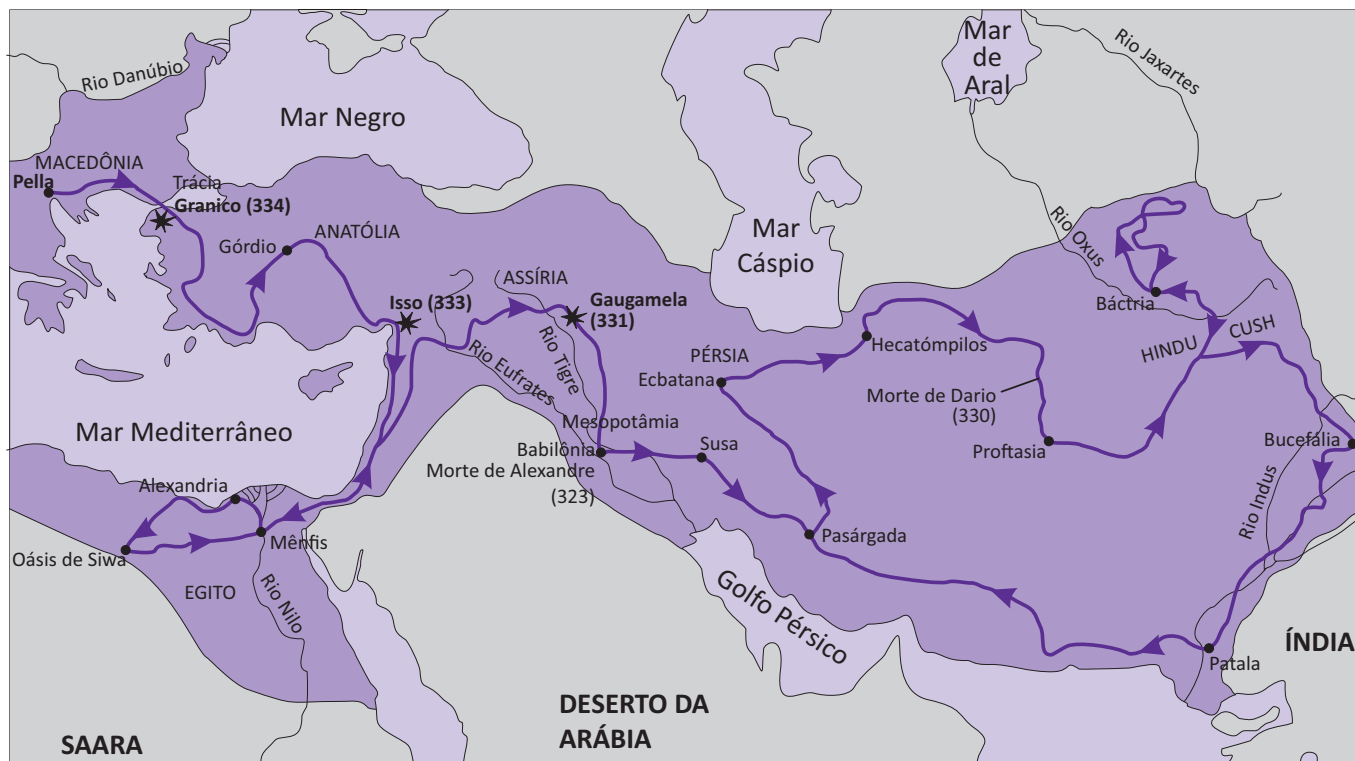
Ainda que houvesse a ressalva por parte de políticos gregos de que a guerra fratricida entre os mesmos os fragilizaria perante possíveis inimigos externos, não houve um consenso que paralisasse os conflitos. Nesse conjunto de alertas, o de maior destaque foi o dos preferidos por Demóstenes, orador grego, que se notabilizou por ter alertado os gregos do perigo da expansão macedônica liderada por Felipe diante das batalhas internas gregas. A esse conjunto de discursos deu-se o nome de Filípicas.

A previsão ressaltada por Demóstenes e por outros gregos se confirmou. Felipe II, imperador macedônico, conquistou gradativamente a península Balcânica e estabeleceu seu poder ao retirar a soberania das Pólis. A esse período, no qual o maior destaque se deu durante o império de seu filho Alexandre, houve a classificação de Helenístico.

## PERÍODO HELENÍSTICO (SÉC. IV A.C)

Com o domínio dos macedônios as pólis gregas perderam a soberania. Sob o comando de Felipe II, a península Balcânica foi subjugada e os gregos obrigados a se submeterem ao pagamento de tributos. Contudo, o domínio de Felipe não demorou. Numa conspiração o mesmo foi assassinado e seu herdeiro legítimo, Alexandre, assumiu, tornando-se o grande nome período Helenístico e um dos maiores conquistadores individuais que o mundo conheceu. Alexandre teve uma educação esmerada, tendo em Aristóteles seu grande mestre, talvez desse fato tenha herdado o ódio aos persas. Alexandre garantiu as conquistas de seu pai e lançou seu exército numa campanha expansionista talvez nunca realizada sob o comando de um único homem até então. Além de ter dominado a Ásia Menor, estendeu os limites do Império até as fronteiras da Índia e do Baixo Egito.

## IMPÉRIO MACEDÔNICO



[http://www.grandeshechos.net16.net/EL%20IMPERIO%20MACEDONIO\\_archivos/image011.jpg](http://www.grandeshechos.net16.net/EL%20IMPERIO%20MACEDONIO_archivos/image011.jpg)

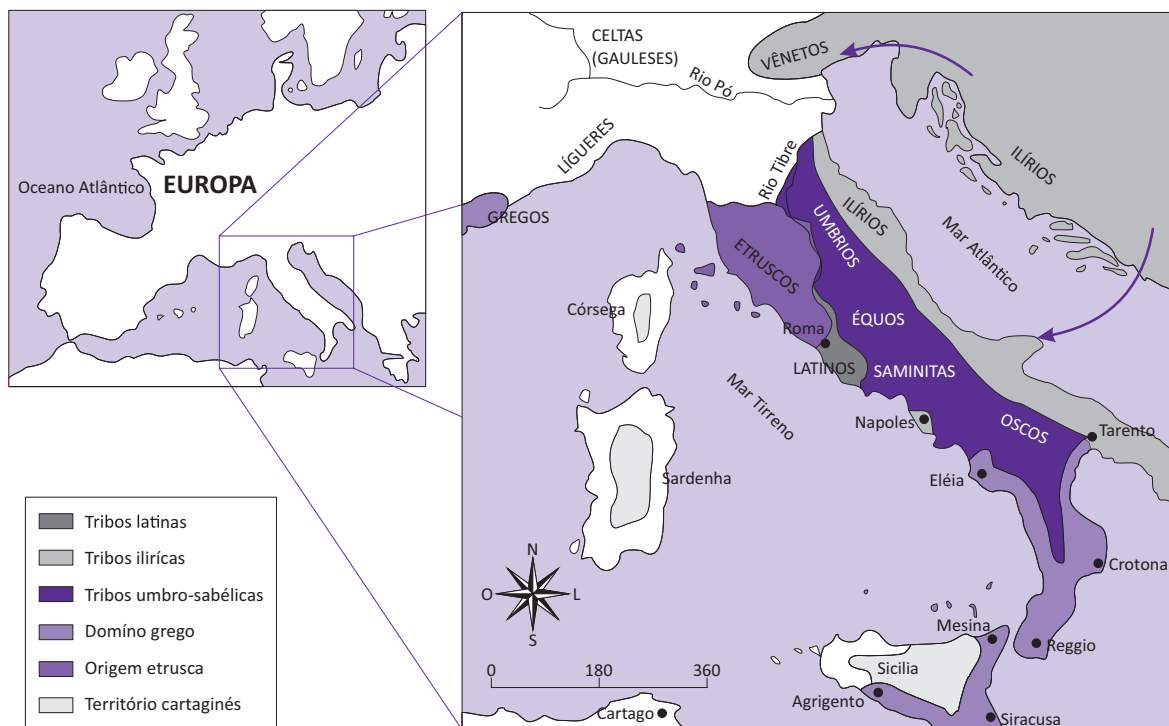
Ao conquistar um vasto território, Alexandre inova em vários aspectos, dentre eles na maneira como conduz sua cavalaria, preferindo deslocá-la para os flancos para depois atacar o inimigo na retaguarda, possibilitando, assim, vantagens em relação ao oponente que muitas vezes era superior em número. Outro aspecto fundamental que marcou diferença de Alexandre em relação aos outros comandantes, que, se não lhe era exclusivo, foi utilizada habilmente o seu favor era o modo com assumia a liderança perante seu exército. Posicionando-se sempre à frente, Alexandre encorajava seus comandados, os quais muitas vezes o viram em situação de perigo real. Com isso, estabelecia um elo de comando que fidelizava seus comandados.

Ao exercer o domínio sobre um povo inimigo, Alexandre não exercia uma violência extrema para com o povo submetido a seu poder, a não ser que fosse desafiado, como foi o caso de Tebas. Em regra, ele respeitava a cultura do povo dominado, muitas vezes até incentivando o casamento de seus generais com princesas persas para fundir cultura e diminuir o impacto da dominação. O grande objetivo de Alexandre ao conquistar um vasto território era garantir o controle das rotas de comércio e a cobrança de tributos nas mesmas.

Com efeito, a maior contribuição que Alexandre deixou para a posteridade, ingrediente que fazia parte de sua estratégia de dominação, foi a fusão das culturas ocidental e oriental, em especial da cultura grega com as persa e egípcia. A essa fusão deu-se o nome de Helenismo ou Cultura Helenística.

A morte de Alexandre se deu de modo precoce, abrindo espaço para especulações acerca dos motivos que a originaram. Com sua morte seu Império foi dividido entre seus generais. O reino da Macedônia ficou sob o domínio de Antígono, a Mesopotâmia ficou com Seleuco e o Egito sob o domínio de Ptolomeu.

## ROMA ANTIGA



### ASPECTOS GEOGRÁFICOS

A civilização romana se desenvolveu, inicialmente, na península itálica. A fertilidade do solo proporcionou o surgimento de uma cultura ligada ao mundo agrário e condições de fornecer alimento para população crescente. A Península itálica é banhada pelos mares Adriático (ao leste), Tirreno (a oeste) e Jônico (ao sul).

### ASPECTOS HISTÓRICOS

A história de Roma é tradicionalmente dividida em três períodos:

- Monárquico (753 a.C – 509 a. C)
- República (509 a. C – 27 a.C)
- Império (27 a. C – 476)

Essa divisão foi criada pelos historiadores segundo critérios políticos e a organizações dos governos durante a história romana. Para o antigo romano, vale ressaltar, a história romana possuía apenas dois períodos, o monárquico e o republicano. Isso decorria da prática dos imperadores romanos de manterem as instituições republicanas, mesmo que esvaziadas de suas funções. Os imperadores se esforçavam para manter uma aparência republicana. Com o decorrer do tempo as práticas mudaram, e no final do século II, durante a dinastia dos Severos, encontramos imperadores, podemos dizer, mais orientalizados, com práticas mais centralistas e governando com o apoio do exército.

### FUNDAÇÃO DE ROMA

A fundação de Roma pode ser contada pelo mito de Rômulo e Remo ou pelo viés histórico. Alguns historiadores tentam conciliar essas formas de narrar a fundação de Roma, tentando demonstrar que o mito não é desprovido de certa razão e de elementos que podem contribuir com a análise histórica.

A origem lendária de Roma é narrada na famosa obra do poeta romano Virgílio, chamada de **Enéida**. O historiador, especialista na história romana, Pierre Grimal resumiu a lenda fundadora nos seguintes termos:

Rômulo e Remo eram de origem real, filhos da sobrinha do rei de Alba. Ela os teve, contava-se, do próprio deus Marte, mas o rei, temendo que essas crianças viessem a



destroná-lo um dia, decidiu abandoná-las no rio, persuadido de que o frio, a falta de cuidados, a correnteza não tardariam a desembaraçá-lo desses dois sobrinhos-netos preocupantes. Mas o rei não contara com a vontade dos deuses. O berço flutuante encalhou na margem, a seco; uma loba, o animal de Marte, deitou-se perto dos bebês, deu-lhes calor e leite. Por fim, eles foram recolhidos por Fáustulo, que os levou para sua cabana. Lá, tratou-os como seus próprios filhos e, depois, como suspeitava da origem deles, acabou por lhes revelar o segredo de seu nascimento. Rômulo e Remo, uma vez crescidos e vigorosos, destronaram o tio-avô e, no lugar dele, puseram o avô; em seguida, voltaram ao país onde haviam passado a infância para criar um reino. Decidiram fundar, no Palatino, uma cidade a que chamariam Roma. Mas os dois irmãos não tardaram a brigar; e Rômulo, para reinar sozinho — ou talvez apenas porque Remo zombara dele —, matou o irmão. Do alto do Palatino, local em que Rômulo instalou sua cidade, distingue-se a extensa colina onde se erguia outrora a cidade de Alba. Ela se desenha no horizonte, na planície do Lácio. Ainda mais longe, estão as primeiras escarpas dos Apeninos, chamados nesse lugar de montes sabinos, cujas linhas azuladas, frequentemente diluídas pela bruma, confundem-se com o céu. À direita, o amplo vale do Tibre desce lentamente para o mar. Além do país albanense, era desse mar que os romanos acreditavam vir a origem longínqua de sua raça. Para eles, os reis de Alba, antepassados de Rômulo, descendiam de Eneias, que atracara um dia, à frente de numerosa frota, perto da foz do Tibre, no lugar onde hoje se estendem as ruínas da cidade de Óstia. Eneias fugira de Troia, a rica cidade frígia que sucumbira aos ataques dos gregos após um cerco de dez anos. Eneias e seus companheiros eram praticamente os únicos sobreviventes dessa epopeia, cuja glória percorrera todo o mundo mediterrâneo vários séculos antes da fundação de Roma. Eles haviam levado para a Itália central, além de sua fama, os rudimentos da brilhante civilização asiática. Pela primeira vez, viram-se no Lácio tecidos bordados e tingidos com púrpura, joias de ouro, armas preciosas. Também pela primeira vez, estabeleceram-se leis, chefes foram obedecidos mais do que temidos e os homens aprenderam a buscar abrigo dentro de muralhas, a fim de viver uma vida pacífica. Embora a cidade fosse apenas um pobre vilarejo no início, os romanos não se viam, em absoluto, como parvenus; antes se consideravam descendentes empobrecidos, e, por isso mesmo, mais dignos, de uma antiga nobreza. Eneias não fora escolhido à toa, dentre todos os troianos, para perpetuar sua raça. Sempre comprovava uma singular “piedade”, obedecia às ordens dos deuses, arriscara a vida para tirar seu pai, Anquises, das chamas de Troia quando a cidade foi tomada, abandonando suas riquezas, mas encarregando-se das estátuas de seus deuses familiares! A lembrança de Eneias e o prestígio de suas virtudes apagavam a mancha do fratricídio de Rômulo, que ensanguentara o nascimento da Cidade.

(Grimal, Pierre. História de Roma. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 10 – 13).

A fundação romana pelo viés histórico explica a origem de Roma como resultado da miscigenação de povos que se fixaram na península itálica (ao norte, lígures e ao sul, os séculos e os arianos que se espalharam por toda península no segundo milênio antes de Cristo).

Esses povos se organizaram em grupos ou tribos, que de forma geral foram chamados de itálicos, ou seja, os ocupantes da península itálica. Eram eles, os Sabinos, que se localizavam na parte oriental da península, banhada pelo mar Adriático, os Latinos, que se localizavam na parte ocidental da península, banhada pelo mar Tirreno e os Etruscos, que se localizavam no norte da península, na região dos Alpes, também chamada de Etrúria. Esses povos tiveram uma contribuição importante dos gregos, que se fixaram ao sul da península no século VIII a. C, depois de um processo da história grega chamado de Segunda Diáspora, que provocou a colonização da chamada Magna Grécia.

Portanto, do ponto de vista histórico, Roma foi formada aproximadamente no século VIII a.C por Latinos, Sabinos e Etruscos, com uma contribuição decisiva, mas posterior, dos gregos. Consideramos a data de 753 a. C como data de fundação de Roma, de acordo com a lenda de sua origem.

## PERÍODO MONÁRQUICO (753 A.C – 509 A. C)

Não há muitas informações históricas exatas sobre o período Monárquico em Roma. As principais fontes desse período são lendas, que nos informam que durante esse período Roma foi governada por sete reis, sendo os três últimos etruscos, o que nos sugere que no final do período monárquico existia um domínio etrusco sobre Roma. O que podemos definir sobre esse período, que também é chamado do período dos sete reis lendários?

### SOCIEDADE E ECONOMIA

A economia romana baseava-se na produção agropastoril. A terra era a riqueza fundamental, o que definia o caráter aristocrático dessa sociedade. Os Patrícios eram o grupo social dominante, possuíam as terras e justificavam seu domínio pela *morus maiorum*, moral maior, numa tradução livre. A *morus maiorum* era a cultura das famílias fundadoras de Roma, os patrícios diziam-se herdeiros dessas famílias, que na maioria das vezes, estavam ligadas a Deuses ou heróis. A *morus maiorum* servia também como norma, definia o que era crime e qual a sua punição, não podemos esquecer que as primeiras leis escritas romanas, as leis das doze tabuas, só surgirão no período republicano, até lá os patrícios dominam, em certo sentido, as leis da sociedade através da *morus maiorum*, “por que isso é crime? Por que essa é a punição? Nossas tradições dizem isso, é a *morus maiorum*”, poderia responder um patrício.



Os patrícios eram divididos em clãs, gens, por isso eram também chamados de “as gentes”, ou seja, aqueles que pertencem a gens. Cada gens tinha um líder, normalmente o homem mais velho, chamado de pater família, e cultuavam os antepassados. Os patrícios se organizavam em cúrias, espécie de organização religiosa. Eram 30 cúrias em Roma, e seus membros adultos formavam a Assembleia Curiata. A existência de uma assembleia religiosa indica a importância da religião familiar para a cultura romana, no período monárquico a Assembleia Curiata tinha alguma importância política, já no período republicano ela se reduzirá a questões exclusivamente religiosas.

Aqueles que não tinham gens, eram chamados de plebeus, que tinha um significado próximo a multidão hoje, ou seja, a massa, o resto. Nesse sentido, existe aqui uma relação de formação de identidade, e principalmente, da legitimidade dos patrícios sobre os plebeus. Quem são os patrícios? Os herdeiros dos fundadores, aqueles que possuem a *morus maiorum*, os proprietários das terras, das melhores terras. Quem são os plebeus? O resto. Os plebeus, na verdade, são estrangeiros, comerciantes e pequenos proprietários de terras pouco férteis.

Existia também um grupo social restrito, que era chamado de clientes. Eram parentes pobres e agregados das famílias patrícias. Sua proximidade com os patrícios garantiam a eles boas condições de vidas, apesar de livres, não possuíam direitos políticos, não eram considerados cidadãos.

## TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA

A substituição da Monarquia para a República foi resultado de um golpe de Estado dos patrícios sobre o rei etrusco, Tarquínio, o soberbo, justificado pela lenda de que um príncipe etrusco violentou uma patrícia.

Com a República o poder ficou nas mãos dos patrícios que dominaram as principais instituições. Se por um lado, os patrícios garantiram o poder para si, por outro, os patrícios organizaram as instituições para evitar que o poder se concentrasse nas mãos de uma única pessoa, tornando-a rei.

## PERÍODO REPUBLICANO (509 A. C – 27 A.C)



## INSTITUIÇÕES POLÍTICAS REPUBLICANAS

### SENADO

Inicialmente os senadores eram em número de 100; posteriormente aumentaram para 300. Seus cargos eram vitalícios e entre suas funções estavam:

- Garantir a integridade da tradição e da religião;
- Supervisionar as finanças públicas;
- Administrar as províncias
- E emitir o *Senatus consultus* (a decisão do senado) – criação de leis.

## MAGISTRATURAS

Eram os cargos executivos, ocupados exclusivamente, no início, pelos patrícios. Todas as magistraturas eram ocupadas por mais de uma pessoa, para evitar uma concentração de poder. Os cargos dos magistrados eram:

- **Consul:** Principal magistratura, era exercida por um senador. Sua função era de liderar o exército (*imperium*) e presidir os cultos públicos, seu mandato tinha um ano de duração.
- **Pretor:** Era o responsável por administrar a justiça. Julgava os casos baseando-se na tradição. Normalmente, os patrícios que ocupavam esse cargo eram indicados, posteriormente, para administrar províncias.
- **Censor:** Normalmente ocupado por antigos cônsules, tinha a grande responsabilidade de fazer o *Álbum senatorial*, a lista daqueles que poderiam concorrer ao senado. Além disso, tinha entre suas atribuições fazer o censo e orientar obras públicas.
- **Questor:** Eram os administradores financeiros, normalmente acompanhavam os cônsules.
- **Edil:** Eram encarregados do policiamento, abastecimento e distribuição.
- **Ditador:** Cargo eleito durante momento de crise, o ditador tinha poderes totais durante seis meses.
- **Tribuno de Plebe:** única magistratura exclusiva da plebe, surge após as revoltas da plebe com o direito de vetar decisões do senado que prejudicassem os plebeus.

## ASSEMBLEIA CENTURIATA

Consistia na reunião do exército no Campo de Marte. Era ela a responsável pela eleição dos magistrados. Os votos eram contados em número de centúrias. Eram 98 centúrias patrícias e 95 centúrias plebeias.

## REVOLTA DA PLEBE

Como e por que se revoltar?

A marginalização política da plebe, o preconceito, a desigualdade social e jurídica são, em parte, os motivos que explica a revolta da plebe. Além disso, era comum plebeus endividarem-se ao ponto de se tornarem escravos, isso era o *Nexum*, a escravidão por dívida.

As revoltas da plebe não devem ser comparadas as revoltas contemporâneas, se assemelhavam mais a greves. Os plebeus se deslocavam para os montes sagrados, praticamente, paralisando as atividades comerciais e enfraquecendo o exército até que houvesse negociação e suas reivindicações fossem atendidas.

### 1ª Revolta da Plebe (494 a.C)

Os patrícios foram obrigados a criar o magistrado de tribuno da plebe, para garantir que alguém defendesse os direitos dos plebeus. Inicialmente, eram dois, depois se tornaram dez. Para eleger os tribunos da plebe, foi criada a assembleia da plebe, formada exclusivamente por plebeus.

### 2ª Revolta da Plebe (450 a.C)

Na segunda revolta foi concedido aos plebeus leis escritas, chamadas de Lei das Doze Tábuas. O fato das leis não serem mais orais tornava mais fácil a contestação das decisões, mas as leis escritas ainda privilegiavam os patrícios. As leis foram criadas por 10 juízes, chamados de decênviros.

### 3ª Revolta da Plebe (445 a.C)

Na terceira revolta, os plebeus conseguiram o fim da proibição de casamento entre patrícios e plebeus, com a chamada Lei Canuléia. O fim da proibição representa na prática o fim do domínio de grupo dos patrícios, mas seus efeitos foram bastantes limitados, já que só os plebeus mais ricos casavam com famílias patrícias.

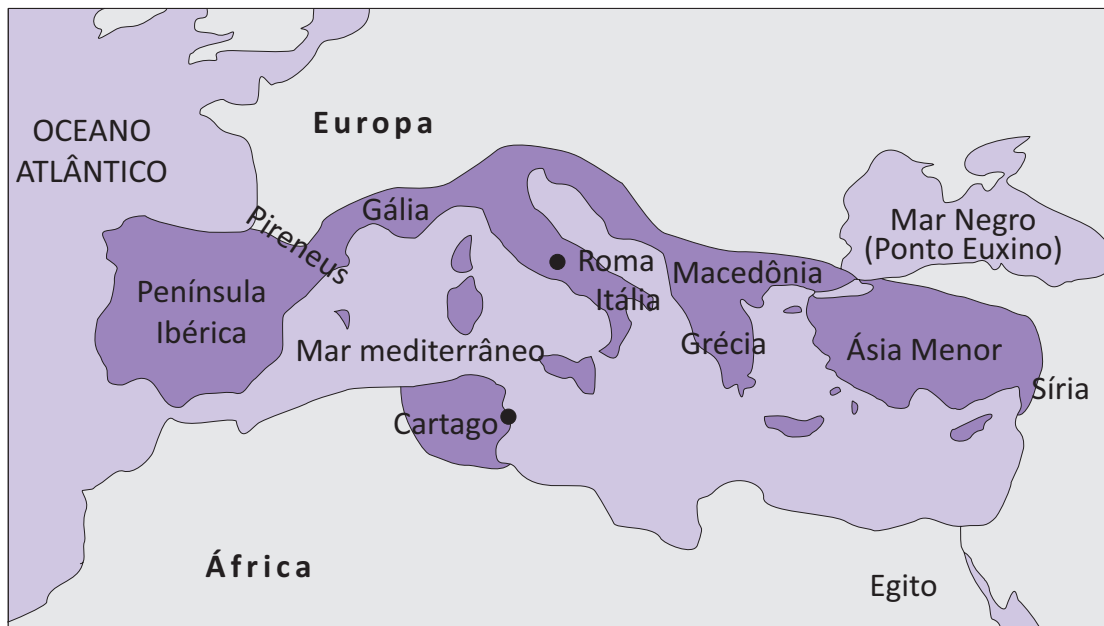
### 4ª Revolta da Plebe (367 – 366 a. C)

Garantiu aos plebeus o fim da escravidão por dívida, com a Lei Licínia Sêxtia. Além disso, a mesma lei limitava a distribuição de terras conquistadas, assim, os plebeus começaram a se beneficiar com as conquistas do exército.

**5ª Revolta da Plebe (287 – 286 a. C)**

Concedeu aos plebeus o direito de criar leis em sua assembleia, essas leis eram chamadas de plebiscito.

**Bacia Mediterrânea: *Mare est nostrum***



**EXPANSÃO DA REPÚBLICA ROMANA**

**1ª FASE: A CONQUISTA DA PENÍNSULA ITÁLICA**

Aconteceu do século V a.C até o século III a.C, nessa fase os romanos dominaram a península itálica da Etrúria até Tarento. Portanto, Roma deixa de ser efetivamente uma cidade-estado e passa a possuir várias províncias.

**2ª FASE: GUERRAS PÚNICAS**

Aconteceu do século III a.C até o século I a.C. Foi marcada pelas Guerras púnicas, conflitos entre Romanos e a cidade-estado de Cartago que se localizava no nordeste da África pelo domínio da Sicília, rica em trigo, e pelo controle comercial do mar mediterrâneo (que passou a ser nomeado pelos romanos como Mare nostrum). Após a vitória dos romanos nas três guerras, o território romano se estendia da península Ibérica até o Oriente Médio.

**CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS ECONÔMICAS E CULTURAIS**

**1º. AUMENTO NO NÚMERO DE ESCRAVOS E AS REVOLTAS SERVIS**

Com as constantes vitórias, os soldados derrotados eram transformados em escravos. Portanto, junto com a expansão territorial aumento exponencialmente em Roma o número de escravos. Esses escravos realizavam diversos trabalhos substituindo os plebeus em vários campos de atuação. Esse número crescente de escravos também contribuiu para a organização de revoltas escravas, a mais conhecida delas é a revolta de Espartacos, em 73 a. C.

**OS ESCRAVOS NA ROMA ANTIGA**

Os escravos romanos realizavam diversas funções, no campo, serviam como mão de obra para serviço pesado nas grandes propriedades rurais, chamadas de latifúndios. Também eram utilizados nas minas, para extração de metais preciosos. Existiam também os escravos domésticos, chamados de Domus. Existiam escravos que eram utilizados em arenas, para diversão, como gladiadores.



(In: Phillippe Ariès e Georges Duby (direção) História da vida privada Trad. São Paulo: Companhia, 1992. v. 1, p. 119)

## 2º. HELENIZAÇÃO DA CULTURA

A expansão do território romano também transformou a cultura romana. Os romanos começaram a entrar em contato com a chamada cultura helenística, que possuíam outros valores. Diferente de outros povos, os romanos absorvem cultura dos povos dominados, em certo sentido, isso até facilita a dominação. Se a tradição romana antes da expansão era ligada ao campo, após a expansão vai dar mais valor ao luxo, vai incorporar novos deuses e hábitos.

## 3º. FORTALECIMENTO DO EXÉRCITO E DOS GENERAIS

Após a expansão, os generais e seus exércitos responsáveis pelas expressivas conquistas saíram extremamente fortalecidos. Os soldados que dividiam o espólio de guerra sentiam-se mais ligados aos generais, do que a república romana. Os generais começaram a utilizar o exército como instrumento político para obter ascensão nos cargos no interior da República Romana.

## 4º. PROLETARIZAÇÃO DA PLEBE

Uma parte dos plebeus perdeu espaço de trabalho para os escravos, os que possuíam terras não conseguiam concorrer com a grande propriedade patriciana que utilizava da mão de obra escrava, esses não tinham saída a não ser vender sua propriedade e se mudar para a cidade, para urbes romana. Na urbes romana, se tornavam “proletários”, plebeus que não tinham nada a não ser sua prole. Viviam de pequenos serviços e sustentados pelo Estado.

## 5º. SURGIMENTO DOS HOMENS BONS

Se uma parte da plebe empobreceu, uma outra parte da plebe enriqueceu com a atividade comercial, principalmente, vendendo equipamento para guerra, eles eram chamados de homens bons ou equites. Esses homens utilizavam do poder econômico para obter prestígio e poder político.

## CRISE DA REPÚBLICA ROMANA

Após a expansão territorial, Roma se transformou social, política e culturalmente. Novos problemas surgem, o que fazer com a plebe proletarizada? Quais as consequências do fortalecimento do poder do general? As respostas a essas questões mostram que as instituições republicanas estavam em crise, o senado não possuía o poder do início da República e os plebeus proletarizados clamavam por soluções. Essas são questões presentes entre 133 até 27 a.C, que nós chamamos de crise da República Romana.

### OS IRMÃOS GRACOS

Tibério e Caio Graco foram dois irmãos eleitos como tribunos de plebe que tentaram realizar a reforma agrária com objetivo de diminuir a massa faminta de plebeus em Roma. Como a reforma agrária pensada por esses políticos envolvia os interesses dos ricos proprietários de terras, que logo tornaram-se seus inimigos.

O primeiro a ser eleito foi Tibério, no ano de 133 a. C, que logo foi assassinado. Seu irmão, Caio, se elegeu 10 anos depois, no ano de 123 a. C, pressionado pelos inimigos, solicitou a um de seus escravos que lhe matasse, em 121 a.C. O Grande legado de Caio Graco foi a lei frumentária, aprovada em 122a. C que garantia a distribuição de trigo para plebe proletarizada. Começa aqui, parte do que veio a se chamar de política do pão e circo.

### DITADURAS DE MARIO E SILA (105 A.C – 82 A.C)

A ascensão dos generais Mario e Sila é a primeira grande manifestação da crise política do senado romano. Os interesses desses generais se sobrepujam aos interesses da República Romana, e mesmo utilizando a todo momento o discurso de que estavam salvando a república, ambos brigavam pelo poder, se reelegiam como cônsules, o que era proibido, e pressionavam para serem nomeados ditadores com o apoio de seus exércitos.

Após a morte de Mario, Sila assume como ditador e realiza inúmeras reformas com objetivo de fortalecer a República. Não vai dar certo, novos generais surgem, com objetivo de dominar o cenário político Romano.

### PRIMEIRO TRIUNVIRATO

É o nome dado ao domínio político realizado pelos generais Pompeu, Crasso e Júlio César de 60 a. C à 47 a. C. Esses generais que utilizavam de seus poderes militares para obter dominação política dividiram o território romano na conferência de Luca, em 55 a.C. Após a morte de Crasso, em 53 a.C, houve uma polarização, e o senado tentou usar Pompeu para conter o poder de César, mas não conseguiu.

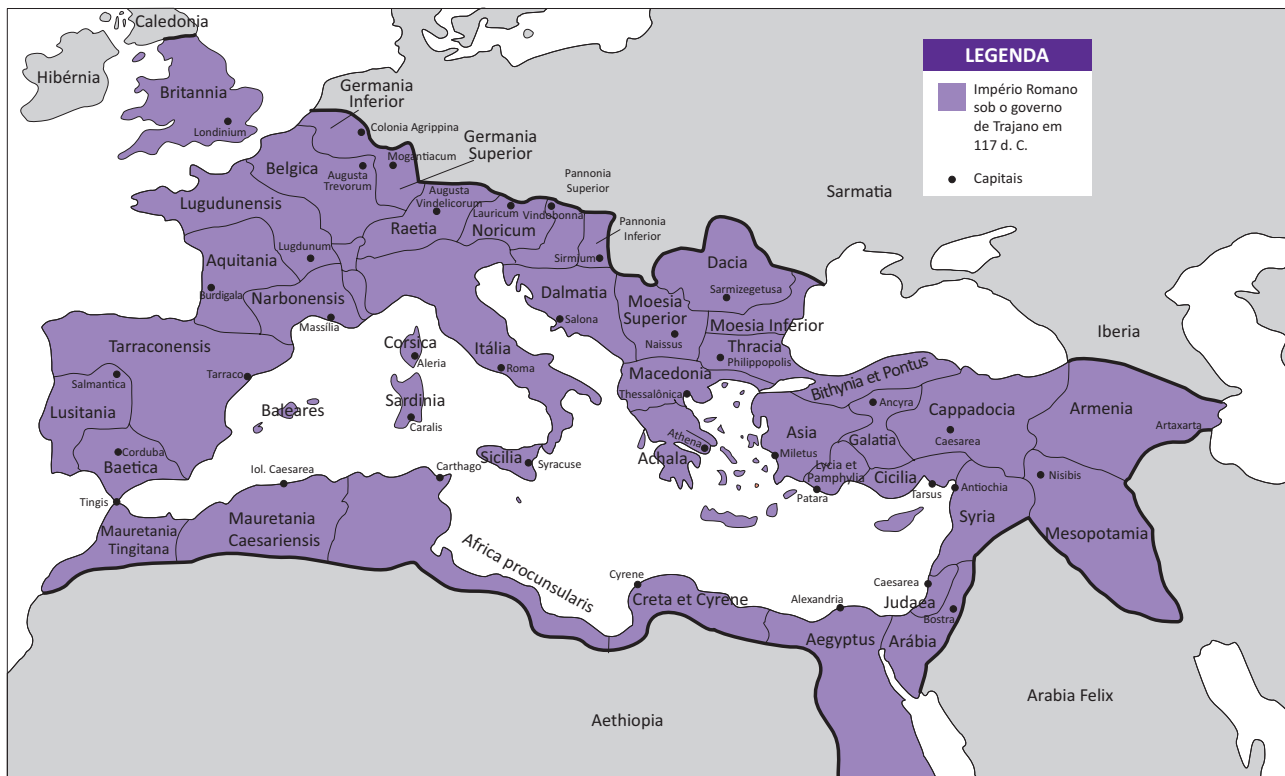
No ano de 49 a.C, Caio Júlio César invadiu a Itália após atravessar o Rio Rubicão, se consagrando ditador. Depois, derrotou Pompeu e seus aliados na Ásia, no ano de 47 a.C, quando exclamou: “Vim, Vi e Venci”. Vitorioso nas batalhas, César começa a acumular títulos e a despertar a fúria dos senadores. Em 44 a.C, Júlio César foi assassinado pelos senadores, entre os conspiradores estava Brutus, seu amigo.

## SEGUNDO TRIUNVIRATO

A morte de Júlio César tem uma relação direta com a formação do segundo triunvirato, afinal, dos três generais que dividiram o poder em Roma de 44 a.C até 27 a.C, dois tinham ligações diretas com César: Marco Antônio e Caio Otávio.

O primeiro era considerado braço direito de Júlio César no exército. O segundo, era seu sobrinho. Ambos usaram a morte de César para se promoverem, se fortaleceram na caça aos conspiradores de César. O terceiro triunvirato era Lépido, conhecido por sua riqueza, não pelo poder militar após algumas batalhas, preferiu abrir mão do poder.

Com a saída de Lépido do cenário, a questão política se polarizou entre Marco Antônio e Caio Otávio. Caio Otávio providenciou o casamento de sua irmã, Otávia, com Marco Antônio para garantir sua fidelidade. No entanto, ao descobrir que Marco Antônio deixava sua herança a Cleópatra, o conflito entre os dois foi deflagrado, com a vitória de Caio Otávio sobre Marco Antônio no Egito, onde suicidou-se com Cleópatra.



## IMPÉRIO ROMANO

- Principado ou Alto Império (31 a.C. / III séc. d.C.)
- Dominato ou Baixo Império (III séc. d.C. / 476 d.C.)

## TRANSIÇÃO DA REPÚBLICA PARA O IMPÉRIO

Apesar de governar sozinho na prática, Caio Otávio mantém as instituições republicanas. De 31 até 27 a.C, acumulando inúmeros títulos, entre eles:

- Imperium Majus, Imperator, o único a comandar estrategicamente, líder militar.
- Augusto, o bem aventurado, o divino, até então, título atribuído exclusivamente aos deuses.

## IMPÉRIO ROMANO

- Principado ou Alto Império (31 a.C. / III séc. d.C.)
- Dominato ou Baixo Império (III séc. d.C. / 476 d.C.)



## TRANSIÇÃO DA REPÚBLICA PARA O IMPÉRIO

Apesar de governar sozinho na prática, Caio Otávio mantém as instituições republicanas, mas sem autonomia. Caio Otávio concentrou as atribuições das magistraturas e controlou o senado. Essas medidas reorganizaram a forma de governar em Roma, dando início ao período Imperial. De 31 até 27 a.C., ele vai acumular inúmeros títulos, entre eles:

- Imperium Majus, Imperator, o único a comandar estratégia, líder militar.
- Augusto, o bem aventurado, o divino, até então, título atribuído exclusivamente aos deuses.

Uma das medidas de Augusto foi estabelecer novos critérios para a estrutura social, modificando os grupos sociais, que passaram a ser divididos:

- Ordem Senatorial: Era composta pelos cidadãos com fortunas superiores a um milhão de sestércios. Esses cidadãos possuíam privilégios políticos especiais e tinham direito de usar uma tarja de cor púrpura na toga.
- Ordem Equestre: Era composta pelos cidadãos com uma fortuna de mais de 400 mil sestércios. Tinha direitos a alguns cargos na administração e no exército. Se distinguiam pelo uso da cor azul.
- Ordem Inferior: Era composta por cidadãos com rendas inferiores a 400 mil sestércios.

Com a ascensão de Otávio Augusto, se inicia na história romana uma fase denominada de pax romana, período que vai se estender até o século II, caracterizado por um discurso de reconstrução da ordem e de relativa prosperidade.



Com a morte de Caio Otávio iniciou-se a sucessão de imperadores e dinastias, entre eles:

### **DINASTIA JÚLIO-CLAUDIA (14 / 68 D.C.)**

- Tibério (14 / 37)
- Calígula (37 / 41)
- Cláudio (41 / 54)
- Nero (54 / 68)

### **FLÁVIOS (69 / 96)**

- Vespasiano (69 / 79)
- Tito (79 / 81)
- Domiciano (81 / 96)

### **ANTONINOS (96 / 192)**

- Nerva (96 / 98)
- Trajano (98 / 117)
- Adriano (117 / 138)
- Antonino Pio (138 / 161)
- Marco Aurélio (161 / 180)
- Cômodo (180 / 192)

## CRISTIANISMO EM ROMA ANTIGA

### APÓSTOLO PEDRO

Foi também durante o primeiro ano do século cristão, que o cristianismo chegou e se difundiu em Roma. É importante destacar, que a dimensão que o cristianismo adquiriu no mundo Ocidental deve, em certa medida, ao seu reconhecimento e oficialização como religião oficial do Império Romano, em 391, com o Imperador Teodósio. No entanto, o status ocupado pela igreja não pode negligenciar os problemas vivenciados pelos cristão até 313, quando Constantino anuncia uma política de tolerância religiosa. Antes de 313, os cristão eram extremamente perseguidos, entre os motivos podemos destacar:

- Os cristão não reconheciam a divindade do imperador;
- Inicialmente, o cristianismo era mais difundido entre as camadas mais pobres e escravos, por vezes, suas reuniões e cultos eram interpretadas como tentativas de organizar rebeliões;
- Muitos cristão se negavam a participar de instituições, cerimônias e atividades que envolviam rituais pagãos;
- As calamidades e acidentes naturais eram interpretadas como vingança dos deuses contra os cristão;



shutterstock.com

### CRISE DO IMPÉRIO ROMANO

A partir do século III, o Império Romano se modifica lentamente, seu sistema político, social e econômico começa a se desintegrar, o que leva alguns historiadores a chamar esse período que vai do século III até o século V de crise do Império Romano.

#### COLAPSO ESCRAVISTA

Um dos fatores que contribuiu para a crise do Império Romano foi o colapso do sistema escravista. Houve uma diminuição maciça no número de escravos e como consequência, a redução da produção nos latifúndios.

O número de escravos reduziu por três fatores:

**Fator militar:** houve uma redução dos conflitos, se por um lado, as fronteiras<sup>7</sup> do Império Romano se consolidaram, por outro, o fim das guerras expansionistas reduziu significativamente o número de escravos.

**Fator Religioso:** a difusão do cristianismo também foi um obstáculo ao sistema escravista. O cristianismo condena a escravidão a outros cristão, por isso muitos escravos aderiam ao cristianismo.

**Fator Econômico:** Com a diminuição do número de escravos, a produtividade dos latifúndios diminuiu. Manter os escravos que restava com alimentação, vigilância e vestimenta se tornou inviável, principal, com a instabilidade gerada com o início das invasões bárbaras, que facilitava as fugas.

#### IMPLANTAÇÃO DO REGIME DE COLONATO

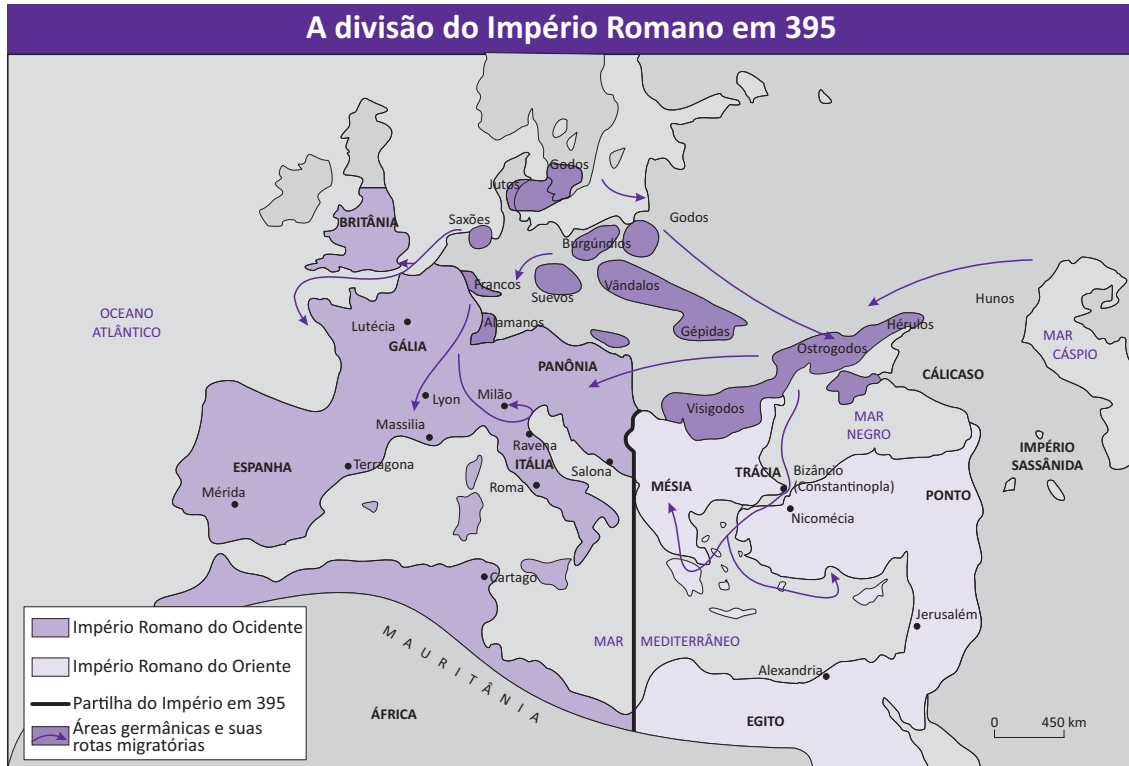
Esses fatores explicam por que as grandes propriedades romanas, baseadas no uso da mão de obra escrava, aos poucos substituíram o escravo pelo colono, com a utilização de um sistema de arrendamento que chamamos de colonato. Ao invés de escravos, realiza-se o arrendamento para um colono, que trabalha e paga as obrigações ao senhor da terra.

#### RURALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Essa nova organização produtiva, baseada no colono e não no escravo, foi decisiva para o deslocamento do eixo de sociabilidade da cidade para o campo, um processo de ruralização econômica. A transformação econômica e social teve uma contribuição decisiva das invasões germânicas que ameaçavam a fronteira romana, difundido o clima de insegurança e provocando a migração da população da cidade para o campo- êxodo urbano. Aos poucos, os latifúndios se tornaram cada vez mais independentes dos centros urbanos, autossuficientes, diminuindo consideravelmente a circulação comercial.

7 A consolidação da fronteiras romanas contribuiu para a formação da identidade romana. Os que viviam e dividiam elementos culturais comuns ao interior da fronteira romana eram considerados romanos, principalmente, após Caracala conceder cidadania romana a todos habitantes do Império em 212. Os que viviam fora das fronteiras romanas eram chamados de bárbaros, que eram caracterizados por uma cultura diversa da romana, daí associação pejorativa do termo bárbaro a hábitos tidos como rudes. É fundamental compreendermos que o termo bárbaro como compreendemos hoje está historicamente fliado a essa relação dos romanos com os outros, que estavam foram dos limites políticos do Império.

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS



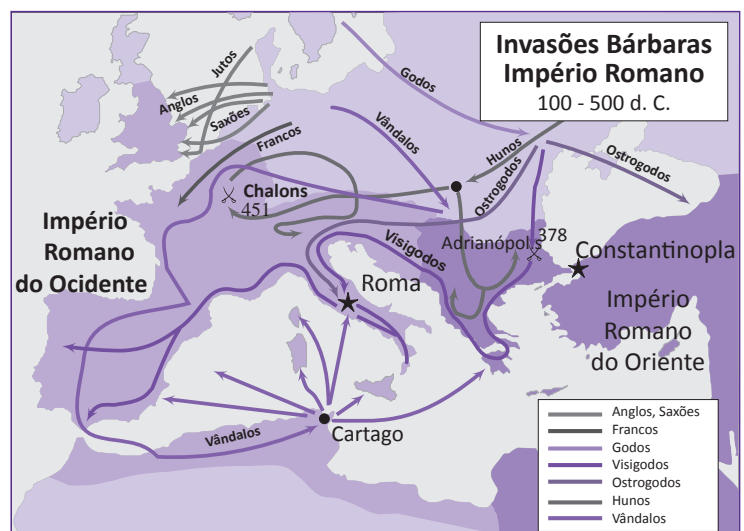
Enquanto o Império Romano se ruralizava, ele tinha que lidar com as constantes tentativas de invasões a suas fronteiras e a dificuldade de administrar um grande Império. Muitas medidas foram realizadas para contornar a crise administrativa, Diocleciano, que subiu ao trono em 284, dividiu o Império em quatro regiões, a chamada tetrarquia. Posteriormente, o Império foi unificado, a estratégia de Diocleciano se mostrou ineficaz.

Em 395, Teodósio voltou a dividir o Império em: Império Romano do Ocidente, com a capital em Roma e Império Romano do Oriente, com a capital em Constantinopla.

INVASÕES GERMÂNICAS

Um dos principais fatores da crise do Império Romano foram as invasões germânicas. No entanto, é importante compreender como ela se deu. A expressão invasão germânica ou bárbara, como também é utilizada, deve ser interpretada como migração de vários povos para o interior do Império Romano. Isso por que nem todos os povos adentraram as fronteiras do Império como invasores, alguns povos chegaram a ser convidados para contribuir na defesa contra outros povos, outros compraram territórios dentro do Império Romano e até povos germânicos que buscavam penetrar o Império Romano buscando se proteger contra outros povos germânicos. Mesmo com a ampliação da noção de invasão, não se deve esquecer que muitos povos, de fato, guerrearam com os romanos por terras e suas riquezas.

Podemos citar entre os povos invasores, os: Visigodos<sup>8</sup>, Ostrogodos, Francos, Hunos, Vândalos, entre outros. A invasão dos hérulos, em 476, marca o fim do Império Romano do Ocidente e a transição do mundo antigo para o medieval. Já o Império Romano do Oriente resistiu de forma mais eficaz as invasões germânicas, transformando-se no Império Bizantino.



8 Visigodos – Com medo dos Hunos, os Visigodos pediram autorização para adentrar ao Império, ficaram na região próxima à Macedônia como aliados com o objetivo de defender a fronteira contra os Hunos.



TEXTO COMPLEMENTAR

## CASAMENTO EM ROMA: DIREITO E DEVER DE TODO CIDADÃO

*Na cidade dos césares, o casamento era condição imprescindível para a manutenção da comunidade. Por isso, os solteiros eram até multados*

Casar é necessário ou não? Essa alternativa, que pode parecer totalmente banal, não encontra espaço em Roma: somente alguns irredutíveis contestadores (como os poetas Horácio ou Propércio) ousaram questionar a necessidade da união conjugal, uma vez que, para os cidadãos, o casamento era um dever que permitia o nascimento de filhos legítimos que poderiam herdar o patrimônio familiar. O matrimônio era, portanto, imprescindível à manutenção da comunidade social, e não uma união resultante da atração entre dois jovens. Era antes de tudo um acordo feito entre duas famílias.

Em Roma, o casamento era um direito cívico reservado aos cidadãos e às filhas dos cidadãos. Os demais moradores das fronteiras do império não tinham a possibilidade de se casar legalmente: eles só podiam contrair uniões qualificadas como concubinação. Determinadas condições eram necessárias para a formação de um casal legítimo: interdição do incesto (mesmo sendo frequentes as uniões entre primos, sobretudo entre os germânicos), monogamia (no entanto, muitos homens abrigavam em seu domicílio uma concubina, que convivia com a esposa legítima), idade mínima legal (12 anos para as moças; 14 anos para os rapazes), consentimento dos futuros esposos e estabelecimento de um contrato entre as duas famílias.

Uma vez que o casamento era considerado indispensável à sobrevivência da sociedade, algumas leis instituídas por Augusto no ano 18 a.C. previam pesadas multas para os solteiros. Além disso, eles não podiam receber herança. E já que a procriação constituía a conclusão lógica do casamento, os homens casados e sem filhos eram também punidos de maneira similar.

**MULHERES EMANCIPADAS** Originalmente em Roma, o casamento era qualificado *in manu*, isto é, a mulher sob a autoridade do marido. Ela se tornava, por assim dizer, a filha deste último. No entanto, desde o século V a.C., o casamento *in manu* tendeu a desaparecer para dar lugar a uma união *sine manu* (sem autoridade): a mulher casada não passava mais da autoridade do pai à do marido, o que permitiria uma emancipação feminina em Roma.

A esposa dependia apenas de um tutor, escolhido fora de sua família, que podia ser trocado conforme sua vontade.



Escultura em sarcófago do séc. IV mostra um casal romano de mãos dadas: o “nó de Hércules”, na cintura da noiva, era desatado pelo marido na noite de núpcias.

Arles Muséee Arqueologia



A celebração do casamento era um ato familiar, e não uma cerimônia religiosa. As núpcias de Aldobrandini (detalhe), afresco.

Biblioteca do Vaticano

A tutela se tornou uma formalidade que não trazia nenhum embaraço à liberdade da mulher. O casamento não era, então, em Roma, um fator de limitação aos direitos da mulher, uma notável exceção na Antiguidade.

A escolha dos cônjuges era importante, já que comprometia o futuro das duas famílias. Eram as considerações sociais que determinavam a decisão dos pais. Na eleição do futuro marido, quatro fatores deviam ser levados em conta, segundo o bispo Isidoro de Sevilha: a família, a coragem, a beleza e a sabedoria. Numa moça, quatro qualidades são apreciadas: a beleza, a família, as riquezas e os bons costumes.

Os “arranjadores de casamentos” apresentavam os candidatos que respondessem a tais critérios. O escritor Plínio, o Jovem. Desempenhou muito frequentemente a função de intermediador para apresentar jovens a seus amigos “para todo tipo de relacionamento”. Evidentemente, nas famílias da aristocracia e da alta burguesia, eram concluídas alianças no seu meio social. Contudo, os “casamentos desiguais” eram, por vezes, ditados pelos interesses. O todo-poderoso chefe do partido popular, Mário, de origem muito humilde, pôde assim esposar Júlia, jovem da família aristocrática dos Césares.

Eram geralmente os pais de família que tomavam a decisão de casar os filhos. Mas, em Roma, as mães tinham direito à palavra. Elas não se privavam de impor sua escolha. Como Terência, esposa de Cícero, que elegeu para o terceiro casamento da filha Túlia seu candidato, Dolabela, a despeito das reticências de seu marido. Desnecessário dizer que os futuros casados não eram sequer consultados.

Os dois esposos podiam ter uma grande diferença de idade. A filha de César, Júlia, não tinha nem 20 anos quando foi concedida em casamento a Pompeu, que já tinha passado dos 50. Cícero, com 60 anos de idade, desposou em segundas núpcias sua pupila Publília, ainda púbere. Antes do casamento, os sponsais (sponsalia) constituíam uma etapa importante e obrigatória. Podiam ser concluídos quando os futuros casados eram ainda crianças. O futuro imperador Tibério tinha 7 anos quando seus pais decidiram contratar seu casamento com a pequena Vipsânia Agripina, de apenas 1 ano de idade. Se, antes do casamento, uma das duas famílias rompesse seu compromisso, poderia ser processada e obrigada a pagar uma multa.

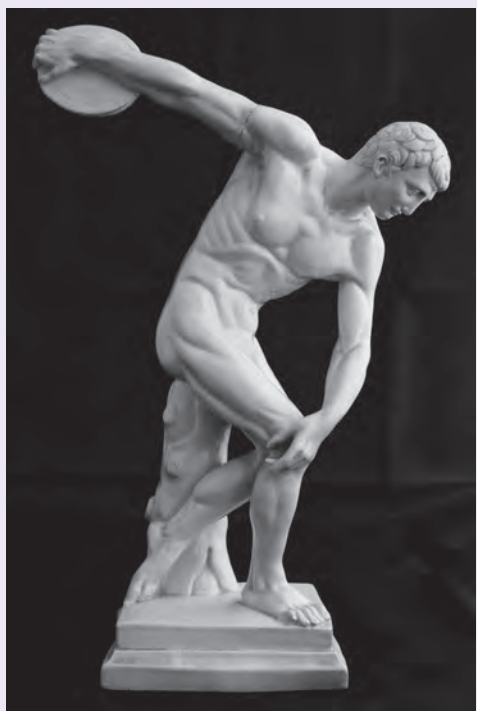
(...)

**CATHERINE SALLES**, membro do comitê editorial da revista *História*, é autora de livros sobre a Roma antiga.

## EM OLÍMPIA, A CORRUPÇÃO JÁ MANCHAVA OS JOGOS

*Na Grécia antiga as competições esportivas tinham um caráter sagrado, mas desde essa época eram disputadas por atletas profissionais e patrocinados, que muitas vezes recorriam a métodos escusos para vencer*

por *Violaine Vanoyeke*



Arremessador de discos, escultura de mármore, cópia romana de original grego, autor desconhecido, s/d.  
Museu Britânico, Londres

Casar é necessário ou não? Essa alternativa, que pode parecer totalmente banal, não encontra espaço em Roma: somente alguns irreductíveis contestadores (como os poetas Horácio ou Propércio) ousaram questionar a necessidade da união conjugal, uma vez que, para

Tudo o que faz a glória e a vergonha do esporte no século XXI já existia na Grécia antiga: treinamento intensivo, dietas, transferências de clubes, profissionalismo, semiprofissionalismo, amadorismo e doping.

O dinheiro, claro, também estava presente. Desde que os Jogos Olímpicos passaram a ser organizados oficialmente, os atletas foram remunerados. Quando se tornaram disputas entre as cidades, nas quais o prestígio nacional ou local estava em jogo, as autoridades passaram a patrocinar seus representantes. Mantinham colégios de atletas e, quando não conseguiam formar nenhum campeão, compravam um no estrangeiro.

Em Atenas, em 580 a.C., Sólon promulgou uma lei que estipulava um prêmio de 500 dracmas para cada cidadão que vencesse as Olimpíadas. Como um carneiro valia aproximadamente uma dracma, essa quantia era considerável. Sem contar que os campeões adquiriam status e privilégios, como a dispensa de pagar impostos.

Inicialmente reinava uma louvável concorrência entre amadores desinteressados. Com o tempo, porém, a ambição das cidades fez com que as autoridades passassem a pressionar seus atletas a vencer. Os esportistas começaram então a treinar em tempo integral e a se especializar em uma modalidade para aumentar suas chances de sucesso, contrariando o ideal do atleta homérico, que deveria ser um homem completo.

Reunidos em diferentes corporações de acordo com a modalidade que praticavam, todos os esportistas seguiam uma dieta específica. Os lutadores eram submetidos a uma perigosa superalimentação. Já o corredor Astilo de Crotona, pelo contrário, preconizava uma dieta mais leve. Treinadores famosos, como Ico de Tarento no século IV a.C., prescreviam tratamentos científicos e médicos para os competidores.

Seguindo o exemplo de Atenas, outras cidades começaram a oferecer aos seus campeões a soma considerável de 5 talentos (um talento valia 6 mil dracmas). O atleta laureado era sustentado pelo resto da vida pela cidade e podia receber uma renda mensal de até 200 dracmas.

Os valores das premiações transformaram o espírito dos jogos. Os próprios atletas se vendiam a quem pagasse mais. O cretense Sotades, que venceu a corrida de daulichos (4.700 metros) nos 99º Jogos Olímpicos (384 a.C.), aceitou correr pela cidade de Éfeso quatro anos mais tarde. Os cretenses o puniram e o exilaram.

Astilo de Crotona, cidade habituada a conquistar a maior parte dos prêmios olímpicos, ganhou, em 488 a.C., a corrida do estádio (cerca de 200 metros) e o diaulos (prova de 400 metros) e se apresentou nos jogos seguintes como cidadão de Siracusa.

Diante do desenvolvimento do profissionalismo, as escolas de esporte e os ginásios multiplicaram-se nas cidades. Os pedótribas (professores de educação física) recrutavam garotos a partir dos 12 anos. Esses treinadores particulares, às vezes ex-atletas, eram cada vez mais bem remunerados. Dessa forma, Hippomachos cobrava 100 dracmas por aula.

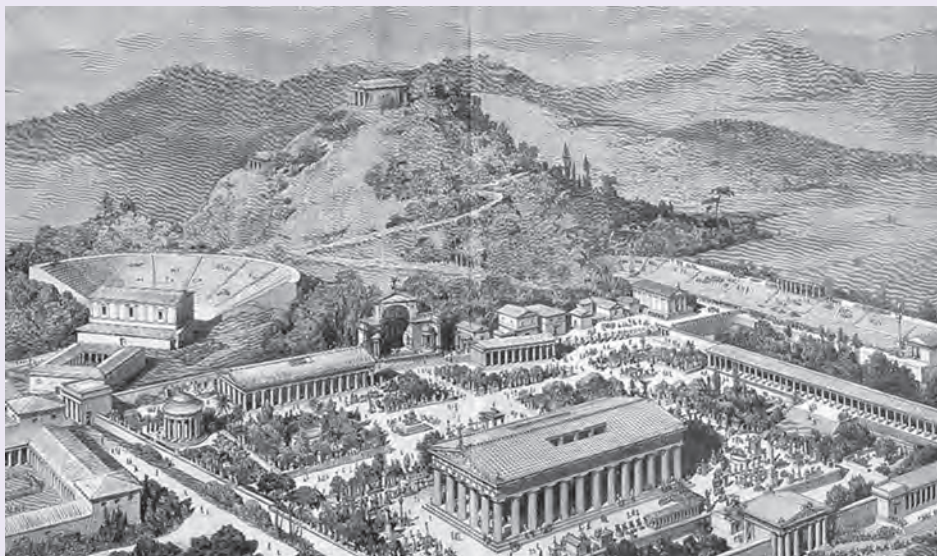
Os atletas eram cuidadosamente selecionados e estavam dispostos a tudo para conquistar o título de periodonico, o vencedor dos Jogos Olímpicos. Assim, em 388 a.C., durante a 98ª Olimpíada, constatou-se o primeiro caso de corrupção: o boxeador Eupolos comprou três adversários, entre os quais o detentor do título. O senado de Olímpia impôs uma multa aos quatro homens e, com a quantia obtida, mandou erigir seis estátuas de bronze de Zeus, que foram dispostas no bosque sagrado de Altis. Em 332 a.C., um atleta ateniense, Calipo, também subornou seus adversários. Como se recusaram a pagar a multa, todos os atenienses foram excluídos dos jogos.

Origens Existem várias lendas sobre o nascimento dos Jogos Olímpicos, mas nenhuma explica suas verdadeiras origens. Sabe-se apenas que as competições tinham um caráter sagrado. A cidade de Olímpia, onde eram realizados os Jogos, era considerada um local mítico, que conferia imortalidade aos vencedores, por isso acredita-se que as Olimpíadas nasceram como competições que acompanhavam os funerais dos heróis. Os jogos fúnebres com os quais Aquiles honrou Pátroclo na Ilíada reuniram arqueiros, lançadores de dardos, corredores e lutadores. Os Jogos Olímpicos, portanto, teriam sido originalmente jogos funerários celebrados em honra de Pélope, rei mítico da região do Peloponeso, antes de serem consagrados a Zeus.

Se, de acordo com uma das lendas, o rei Ifitos de Élida fundou os jogos em 884 a.C., as Olimpíadas passaram a ser contadas oficialmente só a partir de 776 a.C., quando havia apenas uma prova: a corrida do estádio (cerca de 200 metros), que era disputada ao pé do monte Kronion.

Naquela época, participavam dos Jogos apenas os habitantes de Pisa e de Élís, cidades da região de Élida, onde ficava Olímpia. Mais tarde, as cidades da região do Peloponeso, entre as quais Esparta, começaram a enviar seus atletas para Élida. O primeiro espartano sagrou-se vencedor em 720 a.C. Logo, 5 ou 6 milhões de gregos assistiam aos jogos. No final do século V a.C., o sofista Hípias de Élís publicou uma lista de campeões. Atualmente, graças à lista do papiro de Oxirrinco, são conhecidos 921 dos 4.237 vencedores.

Durante os Jogos era proclamada uma trégua geral, e todos os combates entre gregos deviam cessar. Nenhum exército podia pisar o solo de Olímpia. Também era proibido impedir os atletas de participar das provas. Os Jogos se transformavam então no símbolo da luta entre as cidades pela via pacífica.



Representação artística moderna da cidade de Olímpia, onde eram realizados os jogos na Antiguidade (gravura, autor desconhecido, 1891).

Reprodução

Assim como hoje, os Jogos Olímpicos eram inaugurados por uma grande cerimônia de abertura, quando os atletas chegavam a Olímpia, vindos de Élis, ao fim de dois dias de caminhada. Sob as árvores do bosque sagrado de Altis eram expostas as estátuas dos vencedores anteriores, de bronze, mármore e ouro.

Inicialmente, o festival durava apenas um dia. A festa foi crescendo, e, em 520 a.C., o programa dos Jogos Olímpicos já tinha adquirido sua forma definitiva. O primeiro dia era dedicado às cerimônias; o segundo, às provas eliminatórias de corrida a pé: a prova do estádio (cerca de 200 metros), o diaulos (prova de dois estádios, cerca de 400 metros) e o daulichos (a corrida de longa distância, de cerca de 4.700 metros). Quarenta mil espectadores acomodavam-se nas arquibancadas para assistir às competições.

O terceiro dia era reservado ao pentatlo, série de cinco provas, cada uma de uma modalidade diferente: lançamento de disco, lançamento de dardo, salto em distância, corrida do estádio e luta grega. Ganhava o pentatlo quem vencesse três das cinco provas.

No quarto dia era a vez das competições de luta grega, pugilato (ancestral do boxe) e pancrácio, a prova mais mortífera, em que tudo era permitido, com exceção de golpes nos olhos. No quinto dia eram realizadas as finais das corridas a pé, e o sexto dia era dominado pelas corridas de cavalos, que incluíam tanto as provas em que um jóquei montava o animal quanto as competições de carros – bigas, quando eram puxados por dois cavalos, e quadrigas, movidos por quatro animais.

No sétimo dia, realizavam-se as cerimônias de encerramento. Um cortejo descia do Altis, formado pelos juízes, pelos vencedores das provas, pelas autoridades de Élis e de Olímpia e pelas delegações, seguidos pelas estátuas dos deuses carregadas ao som de flautas e cânticos. O arauto anunciava o nome, a pátria e o desempenho dos vencedores diante de uma estátua de Zeus. Os juízes lhes entregavam uma coroa de ramos entrançados da oliveira silvestre trazida por Hércules do país dos Hiperbóreos. Hecatombes (sacrifício de 100 animais) eram oferecidas a Zeus. Um banquete reunia os membros do senado, os vencedores e as personalidades. Os olimpionicos (participantes dos jogos) ofereciam sacrifícios.

Decadência A história dos Jogos Olímpicos acompanhou a evolução política da Grécia antiga. Depois de viver seu auge na primeira metade do século V a.C., quando a aliança entre Esparta e Atenas contra os persas (481-479 a.C.) deu certa unidade ao mundo grego, o festival começou a entrar em decadência no momento em que as duas cidades-Estado passaram a se enfrentar na Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), o que culminou com a expulsão de Esparta dos jogos em 420 a.C.



Atleta recebe "medalha" olímpica. O símbolo da vitória podia ser uma coroa de louros ou, como nesta imagem, uma fita de lã que era colocada no pescoço do vencedor. Pintura de cálice ateniense do século V a.C., autor desconhecido.

Londres



A luta greco-romana era uma das modalidades que já faziam parte das competições da Antiguidade. Jovens lutando, relevo de mármore, autor desconhecido, séc. V a.C. Museu Arqueológico Nacional, Atenas

Desse momento em diante, Olímpia se tornou alvo das guerras entre as cidades gregas, o que fez com que em 365 a.C. os habitantes de Élis interrompessem a cronologia tradicional nos 104º Jogos Olímpicos. No século III a.C., Olímpia foi conquistada pelos romanos, que começaram a participar dos jogos. No século I d.C., até imperadores como Tibério e Nero estiveram entre os competidores. Este último, aliás, mandou jogar as estátuas dos antigos campeões em latrinas para apagá-los da história.

O último vencedor conhecido foi um príncipe armênio de origem persa, Varazdates (373 ou 369). Logo depois, em 393, o imperador Teodósio aboliu os jogos, em um esforço para acabar com todas as celebrações pagãs e fazer do cristianismo a religião oficial do Império Romano. Em 395, Alarico e os godos devastaram Olímpia. Em 426, o imperador bizantino Teodósio II mandou incendiar os templos, e, por volta de 550, um terremoto destruiu a cidade. Era o fim dos Jogos Olímpicos da Antiguidade.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/em\\_olimpia\\_a\\_corrupcao\\_ja\\_manchava\\_os\\_jogos.htm](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/em_olimpia_a_corrupcao_ja_manchava_os_jogos.htm)

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01| ENEM** Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à:

- A** adoção do sufrágio universal masculino.
- B** extensão da cidadania aos homens livres.
- C** afirmação de instituições democráticas.
- D** implantação de direitos sociais.
- E** tripartição dos poderes políticos.

**Resolução:**

- B** extensão da cidadania aos homens livres.

*Uma análise mais profunda desta questão revela a contradição da resposta considerada correta. Vejamos alguns aspectos. Com a intensificação das lutas sociais em Roma, a partir do século V a. C, os plebeus passaram a pressionar os patrícios em favor da aprovação de um sistema jurídico de leis que expandissem seus direitos sociais. Nesse momento, os decênviros passam a elaborar leis escritas o que contribuiu para o fim do monopólio patrício quanto à interpretação das leis romanas. Todavia, a questão faz referência aos gregos que possuíam uma tradição legal anterior aos romanos, uma vez que, já em meados do século VIII a.C. tiveram início as primeiras mudanças que repercutiriam na elaboração do sistema legal que se fundamentaria, mais adiante, em uma tradição legal, não nos costumes. Clístenes consolidou a cidadania quando estendeu a participação política aos homens livres, fato este alcançado na Grécia Antiga a partir da implantação da democracia o que repercutiu à escolha da alternativa C, não da B, conforme gabarito oficial. Ao referir-se a 'extensão da cidadania aos homens livres' tal assertiva não per-*

*mite, historicamente, que o aluno relacione diretamente a emergência de um sistema de leis escritas à extensão da cidadania a tais indivíduos. Ou seja, só podemos falar em cidadania romana estendida a todos homens no período entre os séculos I a. C e III d. C, o que em termos temporais contrasta-se com o gabarito oficial.*

**02| ENEM** Para Platão, o que havia de verdadeiro em Parmênides era que o objeto de conhecimento é um objeto de razão e não de sensação, e era preciso estabelecer uma relação entre objeto racional e objeto sensível ou material que privilegiasse o primeiro em detrimento do segundo. Lenta, mas irresistivelmente, a Doutrina das Ideias formava-se em sua mente.

ZINGANO, M. Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2012 (adaptado).

O texto faz referência à relação entre razão e sensação, um aspecto essencial da Doutrina das Ideias de Platão (427 a.C.-346 a.C.). De acordo com o texto, como Platão se situa diante dessa relação?

- A** Estabelecendo um abismo intransponível entre as duas.
- B** Privilegiando os sentidos e subordinando o conhecimento a eles.
- C** Atendo-se à posição de Parmênides de que razão e sensação são inseparáveis.
- D** Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação não.
- E** Rejeitando a posição de Parmênides de que a sensação é superior à razão.

**Resolução:**

- D** Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação não.

*Segundo a filosofia de Platão, a realidade e o conhecimento são formulados em mundos distintos: o inteligível e o sensível. As ideias nascem em um mundo inteligível e imutável dominadas pela razão e pelos conceitos sendo, portanto, perfeitos. O mundo sensível é apenas uma cópia do mundo inteligível cujo conhecimento é imperfeito e ilusório.*

## F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01| FUVEST** No antigo Egito e na Mesopotâmia, assim como nos demais lugares onde foi inventada, a escrita esteve vinculada ao poder estatal.

Este, por sua vez, dependeu de um certo tipo de economia para surgir e se desenvolver.

Considerando as afirmações acima, explique as relações entre:

- A** escrita e Estado;
- B** Estado e economia.

**02| UFC** “As pirâmides de Gizé, ... as estátuas colossais, os obeliscos e os templos imponentes que surpreenderam os visitantes gregos e romanos, tal como surpreendem ainda hoje os turistas modernos, as joias finamente trabalhadas, os linhos finíssimos, as alfaías e os utensílios de todo gênero, hoje dispersos em coleções por todo o mundo..., em suma, toda a herança deixada pelo Egito à humanidade tem na sua base o suor do rosto do camponês.”

(Fonte: CAMINOS, Ricardo.

“O camponês”. In: O homem egípcio. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p.15.)

Relacione as colocações do texto acima com a organização sócio-econômica do Egito Antigo.

**03| UFG** No mundo antigo o homem encontrava-se quase totalmente submetido aos desígnios da natureza, que determinava seu destino. Mas, à medida que o homem deixou de ser apenas um elemento natural e passou a ser social, ou seja, dotado de cultura, a natureza passou a condicionar, e não a determinar a ação do homem. Assim considerando, explique a relação entre homem e natureza nas sociedades do Oriente Próximo.

**04| UNESP** Quando Anu, o Sublime, Rei dos Deuses, com Enlil, o Senhor do Céu e da Terra, o Mestre do Destino do País, atribuíram a Marduk, o primogênito de Enki, poder sobre todos os povos, fazendo-o prevalecer sobre todos os outros Deuses, quando pronunciaram meu nome, Hamurabi, príncipe devoto, adorador dos Deuses, para que eu fizesse reluzir a ordem no país, aniquilasse os malfeitores e malvados, proibisse os poderosos de oprimir os fracos e, alçando-me como o Sol sobre os homens, iluminasse todo o país (...).

(Código de Hamurabi.)

Escrito por volta de 1750 a.C., esquecido durante mais de 3 mil anos e encontrado em 1902, o Código de Hamurabi, hoje no Museu do Louvre, é uma estela de pedra dura, mais ou menos cilíndrica, de 2,25 m de altura por 1,80 m de circunferência média.

(Jean Bottero, História Viva, ano III, n.º 29.)

- A** A partir do primeiro texto, relacione poder e religião na sociedade babilônica.
- B** Justifique, historicamente, a presença do Código de Hamurabi no Museu do Louvre, em Paris, França.

**05| FUVEST** Comente a especificidade da estrutura social espartana, no contexto da cidade-estado grega clássica.

**06| UNESP** “Quando os Gracos tentaram seguir os passos de Sólon e Pisístrato era demasiadamente tarde: nessa altura, o século II a.C., eram necessárias medidas muito mais radicais do que as praticadas em Atenas para salvar a situação dos pobres.”

(Perry Anderson – Passagens da Antiguidade ao feudalismo)

- A** Os irmãos Graco em Roma, e Sólon e Pisístrato em Atenas ocuparam importantes posições no governo de suas cidades. Identifique-as.
- B** Para salvar a situação dos pobres, o que defendiam os Gracos?

**07| UNESP** “Existem numerosos tipos de alimentação que determinam diversos modos de vida, tanto nos animais como nos homens... Os mais indolentes são pastores. Outros homens vivem da caça, alguns por exemplo vivem de pilhagem, outros vivem da pesca: são aqueles que vivem perto dos lagos, dos pântanos, dos rios ou de um mar piscoso; outros alimentam-se de pássaros ou de animais selvagens. Mas, de um modo geral, a raça humana vive, principalmente, da terra e do cultivo de seus produtos.”

(Aristóteles. Política, séc. IV a.C.)

- A** Qual o conceito de economia expresso pelo texto de Aristóteles?
- B** Aponte uma diferença entre o conceito de economia de Aristóteles e o conceito de economia no capitalismo.

**08| FUVEST** Quem foram os cartagineses e qual sua importância na trajetória histórica romana?

**09| FUVEST** Uma das origens da servidão feudal, no Ocidente medieval, remonta à crise do século III, da era cristã, que afeta e transforma profundamente o Império Romano. Descreva essa crise e estabeleça sua relação com a servidão feudal.

**10| UEG** A difusão e a popularidade das religiões míticas do Oriente Próximo no Império Romano do Ocidente indicavam a mistura cultural que prevalecia na sociedade da época. Nessa perspectiva, analise a influência helenística no pensamento romano.

## T ENEM E VESTIBULARES

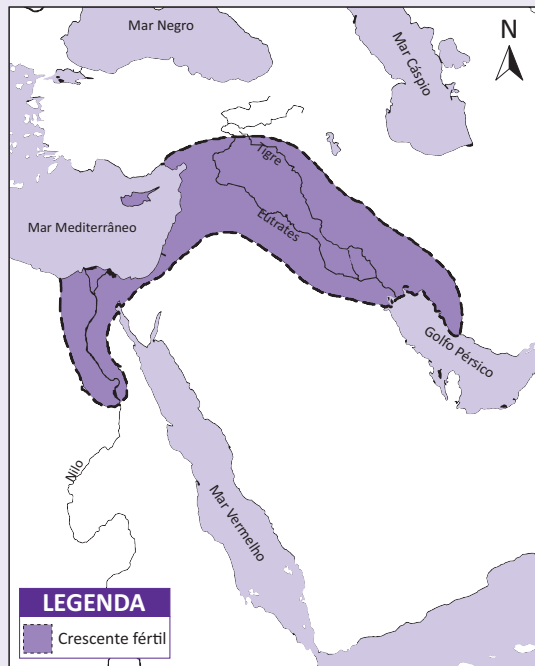
**01| FUVEST**

A escravidão na Roma antiga

- A** permaneceu praticamente inalterada ao longo dos séculos, mas foi abolida com a introdução do cristianismo.
- B** previa a possibilidade de alforria do escravo apenas no caso da morte de seu proprietário.

- C** era restrita ao meio rural e associada ao trabalho braçal, não ocorrendo em áreas urbanas, nem atingindo funções intelectuais ou administrativas.
- D** pressupunha que os escravos eram humanos e, por isso, era proibida toda forma de castigo físico.
- E** variou ao longo do tempo, mas era determinada por três critérios: nascimento, guerra e direito civil.

**02| UFG** Analise a figura a seguir.



Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/23/Ferlite\\_Crescent\\_map.png/...](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/23/Ferlite_Crescent_map.png/...)>. Acesso em: 18 mar. 2009. (Adaptado).

O conceito “Crescente Fértil” foi criado pelo arqueólogo James H. Breasted para designar a região onde surgiram as primeiras civilizações da humanidade. Com base nessa informação e na leitura da figura, identifica-se como elemento comum a tais civilizações a:

- A** prática do nomadismo associado às condições de caça, pesca e coleta na área demarcada.
- B** organização das atividades sociais e dos trabalhos coletivos em torno dos portos marítimos.
- C** constante tentativa de unificação política e territorial da região, tomando como limite os leitos dos rios.
- D** atividade econômica fundada no trabalho coletivo para o aproveitamento dos cursos d’água.
- E** escolha de regiões tropicais para fixação, em função do equilíbrio no regime de chuvas.

**03| UFTM** Em janeiro de 2011, os jornais noticiaram que os protestos contra o governo do Egito poderiam ter um efeito colateral muito sério: a destruição ou dano de várias relíquias, obras e sítios arqueológicos da antiga civilização egípcia. De acordo com as agências de notícias, houve várias tentativas de saquear o museu do Cairo. Numa delas, indivíduos quebraram pouco mais de uma dezena de estátuas e decapitaram duas múmias, recentemente identificadas como avós do faraó Tutankhamon. Alguns saqueadores pareciam procurar apenas por ouro.



Sarcófago do Faraó Tutankhamon  
Museu do Cairo, Egito

Sobre o material arqueológico proveniente do Antigo Egito, é correto afirmar que:

- A** sua destruição afetaria a economia do Egito, mas não traria consequências sérias para a ciência e para a história, que já estudaram esse material.
- B** grande parte dele foi destruído pelos próprios egípcios ainda na Antiguidade, como estratégia para proteger os segredos de sua cultura dos invasores.
- C** foi uma das causas dos protestos contra o governo, que pagou grandes somas para reaver objetos em poder de países europeus.
- D** permitiu compreender a importância dos rituais fúnebres, como atestam os sarcófagos do Vale dos Reis.
- E** tem grande valor artístico e confirmou o que já se sabia dos antigos egípcios por meio de documentos escritos.

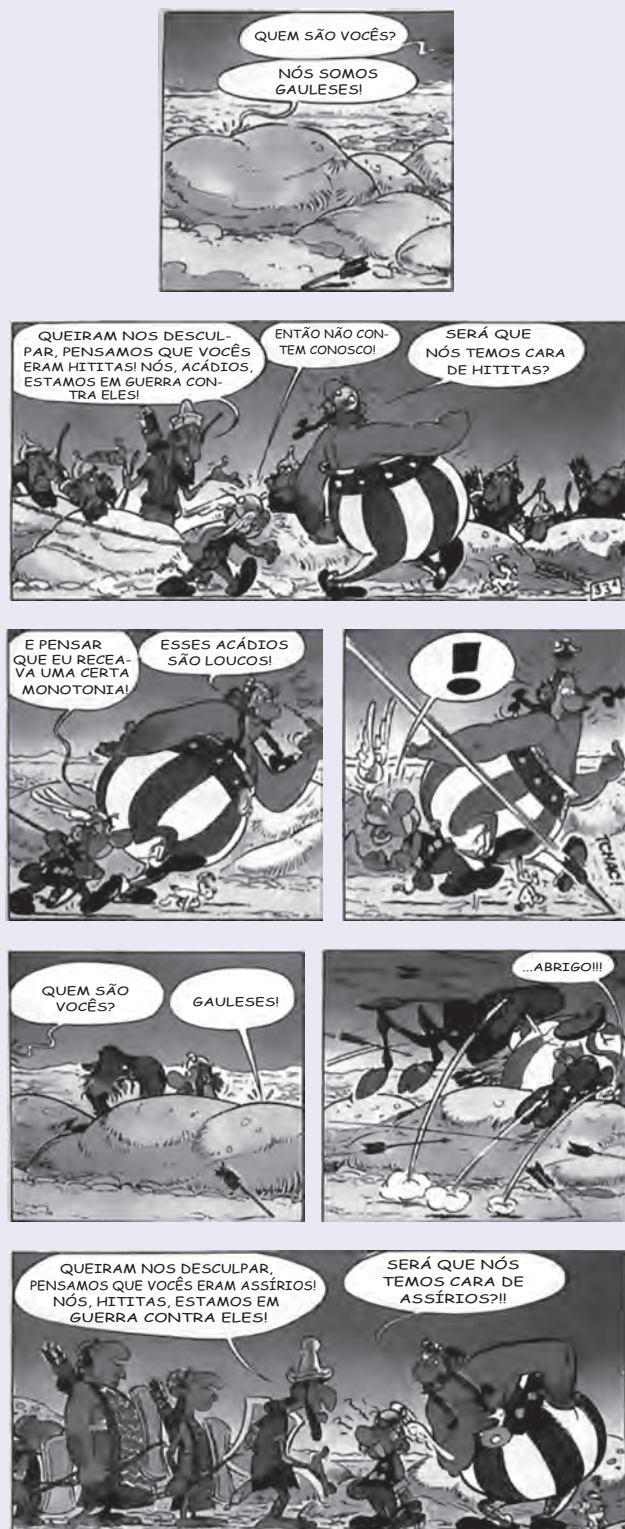
**04| UFTM** A irrigação não pode ser vista como a causa do surgimento do Estado centralizado e da civilização egípcia: pelo contrário, um sistema centralizado de obras hidráulicas para a agricultura irrigada surgiu como resultado tardio de um Estado forte.

(Ciro F. Cardoso. O Egito Antigo, 1982.)

A partir do texto conclui-se que, no Egito Antigo,

- A** as cheias do Nilo, irregulares e responsáveis por inundações que destruíam tudo o que havia nas margens, não favoreceram o processo de sedentarização.
- B** o poder do Faraó era simbólico, uma vez que o soberano não dispunha de exércitos nem de burocracia para fazer valer sua vontade.
- C** a concentração do poder nas mãos de uma dinastia centralizadora não pode ser explicada a partir das necessidades agrícolas.
- D** dependia-se do comércio externo para alimentar a população, uma vez que a produção agrícola era muito limitada.
- E** o sistema político em vigor resultava de necessidades impostas pelas características geográficas da região.

05| UNIRGTO Leia a história em quadrinhos apresentada a seguir.



ALBERT UDERZO E RENÉ GOSCINNY. ASTERIX E OBELIX. s/d

A história e os personagens remetem-se aos conflitos na região do Crescente Fértil, indicando que, na Antiguidade, a Mesopotâmia

- A abrigou um “caldeirão de povos”, que para lá se dirigiam em busca de terras produtivas.
- B unificou os diferentes povos da região sob um único e grande império, que pôs fim aos desentendimentos.
- C estabeleceu um corpo de conselheiros, responsáveis por evitar as guerras e o desabastecimento.
- D conviveu com a negação de heranças das culturas dos invasores, tais como os romanos.

06| MACK [...] as suas próprias vitórias a tornaram anacrônica. A oligarquia de uma única cidade não podia segurar todo o Mediterrâneo numa organização unitária — tinha sido ultrapassada pela própria escalada dos seus êxitos. O último século da conquista republicana, que levou as legiões ao Eufrates e ao Canal da Mancha, foi marcado por uma crescente tensão social [...], resultado direto dos triunfos regularmente obtidos no estrangeiro. A agitação camponesa pelo direito à terra fora sufocada com a supressão dos Gracos, mas reapareceria agora sob novas e ameaçadoras formas, dentro do próprio exército.

Perry Anderson — Passagens da Antiguidade ao Feudalismo

O trecho acima refere-se a um importante momento da História Antiga.

Esse momento foi marcado:

- A pelo fim da hegemonia econômica de Atenas no Mediterrâneo, em consequência da derrota na guerra do Peloponeso, no século V a.C.
- B pela decadência das cidades gregas, invadidas e dominadas, a partir do século IV a.C., pelos exércitos de Felipe da Macedônia.
- C pelo estabelecimento, nas terras férteis do Lácio, de comunidades latinas, que, no século X a.C., se organizaram segundo uma forma republicana de governo.
- D pela crise política e social em Roma, que levaria, no século I a.C., ao estabelecimento do Império por Otávio.
- E pelas tensões sociais geradas em toda a Península Itálica por ininterruptas invasões de povos bárbaros, nos séculos IV e V.

07| ESPM (...) A batalha de Maratona foi longa e cheia de peripécias. Os bárbaros conseguiram desbaratar as fileiras do centro do exército ateniense, pondo em fuga os remanescentes; mas as duas alas compostas de atenienses e plateus atacaram as forças adversárias que haviam rompido o centro do exército, impondo-lhes uma derrota irreparável. Vendo-as fugir lançaram-se em sua perseguição, matando e esartejando quantos encontraram pela frente, até a beira mar, onde se apoderaram de alguns dos navios inimigos.

(Heródoto. História)



Assinale a alternativa que apresente, respectivamente, o nome da guerra em que ocorreu a batalha de Maratona bem como os bárbaros, mencionados no texto:

- A** Guerra do Peloponeso – troianos;
- B** Guerras Médicas – troianos;
- C** Guerra do Peloponeso – persas;
- D** Guerras Médicas – persas;
- E** Guerras Púnicas – cartagineses.

**08 | FAC. DIREITO DE SOROCABA SP** O fundamento do regime democrático é a liberdade (realmente, costuma-se dizer que somente neste regime participa-se da liberdade, pois este é, segundo se afirma, o fim de toda democracia).

Aristóteles, Política.

Entre os conflitos sociais que levaram ao regime mencionado no texto, encontra-se a luta que opôs:

- A** os estrangeiros, que reivindicavam mais direitos políticos para si, aos cidadãos atenienses, marcadamente xenófobos.
- B** os eupátridas, proprietários de terras, aos não proprietários, que sofriam com a frequente escravização por dívida.
- C** os escravos e as mulheres, que não tinham os seus direitos políticos garantidos, aos homens livres atenienses.
- D** os defensores das reformas de Clístenes, baseadas no princípio da isonomia, aos camponeses e artesãos, contrários a essa ordem política igualitária.
- E** os homens livres atenienses, defensores dos valores democráticos, aos cidadãos de Esparta, favoráveis a governos militares.

**09 | IFSP** A vida dos camponeses na Antiguidade era muito difícil. Os produtos manufaturados nas cidades eram muito mais caros que os produtos agrícolas produzidos por eles. Obrigados a contrair dívidas, pois todo o comércio usava moedas, os credores cobravam juros altíssimos, e os camponeses passaram a dar em garantia do pagamento de suas dívidas a própria liberdade e a de seus descendentes. Nasceu assim, nas cidades antigas como Atenas e Roma, a escravidão por dívidas.

Essa forma de escravidão:

- A** existiu durante toda a Antiguidade e deu origem ao colonato que, séculos depois, foi sucedido pela servidão medieval apenas na Europa Ibérica.
- B** foi extinta em Atenas por Clístenes, que criou a democracia, dando direitos políticos a todos os cidadãos de Atenas. Em Roma, foi extinta pelos 10 Mandamentos.

- C** foi abolida em Atenas por Sólon que, não aceitando a escravidão do grego pelo próprio grego, abriu caminho para o conceito de cidadania. Em Roma, foi extinta pela Lei Licínia, propiciando um aumento significativo da massa de plebeus.
- D** voltou a existir na Idade Moderna, com a vinda de enormes contingentes de africanos para as colônias inglesas do sul da América do Norte. Iludidos, achavam que logo conquistariam a riqueza na América.
- E** foi extinta em Atenas, quando esta foi destruída por Esparta, após a Guerra do Peloponeso. Em Roma, foi abolida por Júlio César que, após conquistar a região da Gália, passou a levar os prisioneiros gauleses como escravos.

**10 | PUCAMP** Ter Gutenberg escolhido a Bíblia como primeiro livro a ser divulgado amplamente foi um gesto revolucionário; foi colocar o sagrado em mãos profanas. Mas vai ser no século XVIII, com o Iluminismo, aprofundando algumas questões colocadas pelo Renascimento, que a leitura avança ainda mais, pois passou a traduzir para as línguas ocidentais muitas das obras clássicas até então acessíveis apenas em grego e latim, decorrendo daí uma maior popularização da tradição cultural do Ocidente e do Oriente.

(Affonso Romano de Sant'Anna. Ler o mundo. S.Paulo: Global, 2011. p. 144)

O helenismo foi um fenômeno que traduziu a difusão de obras clássicas da cultura grega, à medida em que:

- A** a expansão do império macedônico, após este haver dominado o território grego e efetivado muitas trocas culturais com essa civilização, incluiu a propagação da cultura helênica.
- B** o império romano traduziu para o latim as principais obras científicas, filosóficas e literárias da Grécia, incorporando esse legado cultural, bem como as instituições políticas dessa civilização.
- C** a biblioteca de Alexandria serviu de base para a popularização da cultura grega em todo o Ocidente, até ser destruída por um incêndio criminoso, no final da Idade Média.
- D** o governo de Atenas se empenhou em fazer circular as produções de seus pensadores e artistas, após ter vencido Esparta na Guerra do Peloponeso, vitória que selou a unificação do território grego.
- E** o Renascimento recuperou e valorizou as referências estéticas da cultura grega, fazendo ressurgir o interesse por essa civilização, do qual derivou o movimento batizado de helenismo.

**11| UFRN** Com a formação do Estado, no Egito Antigo,

“O faraó passou a concentrar todos os poderes em suas mãos, sendo cada vez mais considerado um deus vivo. Boa parte das terras passou a ser controlada por ele, a quem a população deveria pagar tributos e servir, por meio de trabalho compulsório. A personificação do Estado na figura do faraó e a sua identificação com um deus, permite-nos, portanto, falar em uma monarquia teocrática no Egito Antigo.”

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História para o ensino médio: história geral e do Brasil: volume único. São Paulo: Scipione, 2001. p. 40.

Muitos Estados nacionais, no mundo contemporâneo ocidental, orientam-se pelo ideário laico e liberal-democrático, diferentemente do Estado organizado no antigo Egito, no qual predominava:

- A** o caráter autocrático, fundamentado na Teoria do Direito Divino dos Reis, formulada pelos pensadores Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.
- B** a vinculação entre religião e política, que norteou a organização do antigo Estado, originado com a unidade entre o Alto e o Baixo Egito.
- C** o papel desempenhado pelos sacerdotes na construção de uma proposta política que contemplasse os interesses dos camponeses.
- D** a organização de uma diarquia teocrática, segundo os princípios propostos por Amenófis IV, quando da implantação da reforma religiosa.

**12| UFC** Aos egípcios devemos uma herança rica em cultura, ciência e religiosidade: eram habilidosos cirurgiões e sabiam relacionar as doenças com as causas naturais; criaram as operações aritméticas e inventaram o sistema decimal e o ábaco. Sobre os egípcios, é correto afirmar também que:

- A** foram conhecidos pelas construções de navios, que os levaram a conquistar as rotas comerciais para o Ocidente, devido a sua posição geográfica, perto do mar Mediterrâneo.
- B** deixaram, além dos hieróglifos, outros dois sistemas de escrita: o hierático, empregado para fins práticos, e o demótico, uma forma simplificada e popular do hierático.
- C** praticaram o sacrifício humano como forma de obter chuvas e boas colheitas, haja vista o território onde se desenvolveram ser desértico.
- D** fizeram uso da escrita cuneiforme, que inicialmente foi utilizada para designar objetos concretos e depois ganhou maior complexidade.
- E** usaram as pirâmides para fins práticos, como, por exemplo, a observação astronômica.

**13| UFSCAR** Analise a imagem.



É correto afirmar que a imagem representa:

- A** uma cena do cotidiano dos hititas, na pesagem de mercadorias comercializadas com o povo egípcio.
- B** acontecimentos do sonho de Moisés, de libertação do povo hebreu, quando era prisioneiro do faraó egípcio.
- C** o início do mundo para os antigos egípcios, quando Nut, deusa do céu e das estrelas, anuncia sua vitória diante de Chu, deus do Ar.
- D** o livro dos mortos dos egípcios, com Osiris à direita e Anúbis ao centro, pesando o coração de um morto para avaliar sua vida.
- E** deuses egípcios da época da antiga dinastia ptolomaica: Amóm-Rá à direita, Thot acima e Set e Aton ao centro.

**14| UNESP** Observe a figura.

TUMBA DE SENEDJEM



(Egito. Século XIII a. C.)

A respeito do contexto apresentado, é correto afirmar:

- A** a imagem demonstra que os agricultores das margens férteis do rio Nilo desconheciam a escrita.
- B** ao contrário da economia da caça de animais, que exigia o trabalho coletivo, a agricultura não originava sociedades humanas.
- C** a imagem revela uma apurada técnica de composição, além de se referir à economia e à cultura daquele período histórico.
- D** os antigos egípcios cultivavam cereais e desconheciam as atividades econômicas do artesanato e da criação de animais.
- E** a imagem comprova que as produções culturais dos homens estão desvinculadas de suas práticas econômicas e de subsistência.

**15| UECE** Hammurabi, grande chefe militar que viveu no século XVIII a.C., efetuou importantes conquistas militares e elaborou um código legislativo importante. Ele constituiu um modelo de jurisprudência utilizado para regulamentar o poder estatal e os aspectos da vida civil e econômica de seu império.

Sobre o Código de Hammurabi, assinale o correto:

- A** Foi escrito em caracteres cuneiformes e fornece preciosas informações sobre a estrutura social e regras sobre direito na Babilônia.
- B** É o nome de um conjunto de leis do Egito, escrito em hieróglifo, que foi registrado em uma pirâmide.
- C** É o resultado de uma complexa legislação hitita, redigida em aramaico. Um de seus princípios básicos é a Lei do Talião, de caráter preventivo e não punitivo.
- D** Foi criado pelos hebreus e redigido em hebraico. Apresenta normas rigorosas como, por exemplo, a do “olho por olho, dente por dente”.

**16| UFSM** “( )E a situação sempre mais ou menos / Sempre uns com mais e outros com menos / Acidade não pára, a cidade só cresce / O de cima sobe e o de baixo desce / (...)”

Este trecho da música do pernambucano Chico Science (1966–1997) e grupo Nação Zumbi nos remete à vida em cidades, processo que passou a ser significativo na história, a partir do 4º milênio a.C., na Mesopotâmia.

Sobre esse processo, é correto afirmar:

- A** Com o surgimento e crescimento das cidades, houve um progressivo aumento da especialização do trabalho e da igualdade social, enfraquecendo o poder político.
- B** A diminuição da produção agrícola assegurou excedentes para a manutenção de especialistas, desenvolvendo a urbanização em cidades–Estado socialmente desiguais.
- C** Apesar da urbanização e das novas tecnologias de irrigação, mantém–se um Estado de caráter exclusivamente político e que não intervém na economia, conservando a ordem social hierarquizada.
- D** A sedentarização do homem, o desenvolvimento de cidades, a especialização do trabalho e uma sociedade socialmente desigual levaram à constituição de pólos de poder como o Templo e o Palácio.
- E** Mesmo se legitimando através de conquistas militares ou como mediadores entre o mundo terreno e o mundo divino, os soberanos separaram a esfera política da religiosa no intuito de conservar uma sociedade.

**17| UFTM** Certa ocasião, quando os espartanos enfrentaram os persas, em Termópilas, Êuritos e Aristôdamos, dois guerreiros, foram dispensados do combate por estarem doentes e tiveram permissão para regressarem a Esparta, caso quisessem. Êuritos preferiu permanecer. Ficou, lutou e morreu. Já Aristôdamos regressou sem ter combatido. Foi recebido com opróbio e desonra. Nenhum espartano queria ajudá-lo a acender o fogo de sua casa, ninguém lhe dirigia a palavra e era chamado Aristôdamos, o Covarde.

(Heródoto. História. Apud Teresa Van Acker. Grécia: a vida cotidiana na cidade-estado, 1985.)

O texto, cujo original é do século V a.C., exemplifica:

- A** a falta de disciplina e de preparo militar dos espartanos, durante os combates contra outros povos.
- B** a valorização da paz que prevalecia em Esparta e a diferenciava da beligerante Atenas.
- C** as constantes epidemias que grassavam em Esparta e que inviabilizavam a maioria de suas ações guerreiras.
- D** os valores e princípios militares que regulavam a educação e a sociedade espartanas.
- E** o temor que os espartanos sentiam ao ver ameaçada sua democracia e o esforço militar para defendê-la.

**18| MACK** “(...) Consta que a concubina de Péricles, Aspásia, ajudou-o a escrever seus discursos. E a todos surpreendia ver o grande estadista a cada manhã, ao sair de casa, despedir-se de Aspásia com beijos.”

A elevação do espírito: 600 a.C.– 400 a.C. Rio de Janeiro, 1998

O texto acima, referindo-se ao grande líder da cidade-estado de Atenas, Péricles, retrata as contradições sociais existentes, não apenas em Atenas, mas em toda a Grécia. Sobre a sociedade grega da época, podemos afirmar que:

- A** As condições sociais eram idênticas tanto nas cidades-estados que evoluíram para regimes democráticos, como Atenas, por exemplo, quanto nas pólis oligárquicas, como Esparta.
- B** Em toda a Grécia, a sociedade era predominantemente masculina, mas em disputas sucessórias familiares, em alguns casos, o poder era exercido pelas mulheres.
- C** A democracia, instituída pelas reformas de Clístenes, era um sistema político que atendia aos interesses de apenas uma minoria da população, estando excluídos os estrangeiros, os escravos e as mulheres.
- D** Em Atenas, as mulheres provenientes de ricas famílias possuíam maior autonomia, pois eram consultadas e participavam efetivamente das decisões políticas e assuntos relacionados ao destino da pólis.
- E** A estabilidade social, advinda das reformas introduzidas por Clístenes, não foi acompanhada por estabilidade econômica, já que foi a partir da conquista da democracia que os gregos iniciaram seus conflitos com os persas.

19| **IFSP** As polis gregas dependiam da mão-de-obra escrava. Havia uma certa variação entre homens livres e escravos, como nos mostra a tabela abaixo.

REGIÃO	HOMENS LIVRES	ESCRAVOS
Corinto	165.000 homens	175.000 homens
Ática	135.000 homens	100.000 homens

Sobre a mão- de- obra escrava nas polis é correto afirmar o seguinte:

- A) deu origem a uma sociedade escravista, isto é, o escravo era a base de toda a sociedade.
- B) era usada somente à época da guerra, quando se formavam os batalhões de soldados.
- C) era tão numerosa que os escravos eram confundidos com os cidadãos livres.
- D) por haver um equilíbrio entre a população livre e a escrava, a educação era dada igualmente a todos.
- E) o equilíbrio numérico existente era devido aos bons tratos que os escravos recebiam dos homens livres.

20| **UNESP** Quando sua influência [de Péricles] estava no auge, ele poderia esperar a constante aprovação de suas políticas, expressa no voto popular na Assembleia, mas suas propostas eram submetidas à Assembleia semanalmente, visões alternativas eram apresentadas às dele, e a Assembleia sempre podia abandoná-lo, bem como suas políticas, e ocasionalmente assim procedeu. A decisão era dos membros da Assembleia, não dele, ou de qualquer outro líder; o reconhecimento da necessidade de liderança não era acompanhado por uma renúncia ao poder decisório. E ele sabia disso.

(Moses I. Finley. Democracia antiga e moderna, 1988.)

Ao caracterizar o funcionamento da democracia ateniense, no século V a.C., o texto afirma que:

- A) os líderes políticos detinham o poder decisório, embora ouvissem às vezes as opiniões da Assembleia.
- B) a eleição de líderes e representantes políticos dos cidadãos na Assembleia demonstrava o caráter indireto da democracia.
- C) a Assembleia era o espaço dos debates e das decisões, o que revelava a participação direta dos cidadãos na condução política da cidade.
- D) os membros da Assembleia escolhiam os líderes políticos, submetendo-se a partir de então ao seu poder e às suas decisões.
- E) os cidadãos evitavam apresentar suas discordâncias na Assembleia, pois poderiam assim provocar impasses políticos.

21| **FAMECA** Os romanos assimilaram o modelo de conhecimento grego e, mais do que isso, ajudaram a universalizá-lo por meio de suas conquistas. Mas Roma foi muito além da pólis grega ao criar um Estado que unificou diferentes povos do mundo mediterrâneo. Os gregos excluíram quase totalmente os estrangeiros da cidadania, enquanto os romanos desenvolveram um sistema de leis e participação social válido em todo o Império, ultrapassando o provincianismo típico da cidade-Estado grega. Os gregos distinguiram-se pelos seus filósofos; o gênio de Roma encontrou expressão no direito e no governo universal.

(Flávio de Campos e Renan Miranda. A escrita da História, 2005.)

Os autores destacam a:

- A) importância da expansão territorial grega para a difusão do racionalismo romano.
- B) contribuição grega na política e na sistematização das leis e do conhecimento.
- C) rivalidade entre a civilização grega e a romana, devido às divergências culturais.
- D) exclusão dos estrangeiros do direito de cidadania nos limites do Império Romano.
- E) herança cultural de gregos e romanos, apesar de suas diferenças políticas.

22| **UFG** Leia o cartum a seguir.



SIMPSON, Margaret. Cleópatra e sua víbora. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 139.

O cartum trata das relações entre o Egito, na figura da rainha Cleópatra, e Roma, na representação do general Marco Antônio, durante a crise da República romana. Ao elaborar uma visão contemporânea dessas relações, o cartum remete a um contexto histórico, no qual se destacava:

- A) o domínio de Cleópatra sobre os generais romanos, os quais lhe concediam primazia nas conquistas territoriais.
- B) a postura autoritária de Cleópatra, considerando a ausência de legitimidade dos líderes do exército romano.
- C) a atuação de Cleópatra no Senado Romano, administrando suas disputas internas.
- D) o conhecimento militar de Cleópatra, rivalizando com a política expansionista romana.
- E) a estratégia política de Cleópatra, objetivando a ampliação dos seus territórios em prejuízo dos romanos.

**23 | PUCSP** As Guerras Púnicas, entre romanos e cartagineses, duraram de 264 a 146 a.C. Entre seus resultados finais, podemos considerar que elas:

- A** contiveram a expansão romana em direção ao mar Mediterrâneo, pois as ilhas ao sul da península itálica passaram ao controle cartaginês.
- B** fortaleceram a presença romana na região do mar Mediterrâneo, com o estabelecimento de províncias nas terras conquistadas.
- C** eliminaram os gastos militares do Império Romano, pois impediram o surgimento de revoltas e tensões sociais.
- D** permitiram a expansão comercial de Roma por toda a península itálica e em direção ao ocidente, com a decorrente conquista da Gália.
- E** reduziram consideravelmente o número de escravos no Império Romano, pois a maioria deles foi alistada nas tropas e morreu em combate.

**24 | FMABCSP** “Ao longo do século II a.C., começaram a surgir nas regiões próximas a Roma fazendas de tamanho médio, dedicadas à produção de um único produto. Junto com as guerras, a adoção desse tipo de propriedade gerava dois efeitos. Por um lado, contribuía para o enriquecimento dos homens mais ricos; por outro, fazia com que os camponeses, que possuíam pequenas propriedades, ficassem cada vez mais pobres.”

Carlos Augusto Ribeiro Machado. Roma e seu império. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 15-16. Adaptado.

As transformações mencionadas no texto produziram, entre outros efeitos,

- A** o agravamento das tensões sociais nos campos e o surgimento de propostas de reforma agrária.
- B** a intensificação do esforço militar para obtenção de novos mercados para o excedente da produção agrícola.
- C** o fim do equilíbrio social até então existente no Império Romano e o início de diferenças sociais entre seus habitantes.
- D** a ampliação do emprego de mão de obra assalariada nas lavouras e a abolição da escravidão em todos os territórios do Império.
- E** o êxodo de parte da população rural dos arredores de Roma em direção às áreas longínquas do Império, como a Gália e o norte da África.

**25 | PUCAMP** Leio neste número 45 da revista História viva a abertura do artigo de Emmanuel Bourassin.

O mercenarismo existe há milênios. Em todas as épocas, reis e Estados contrataram estrangeiros para suprir a falta de efetivos ou servir no corpo de segurança dos soberanos. Os egípcios tinham às suas ordens os guerreiros dos povos do mar e os núbios. Cartago quase sucumbiu à revolta de seus mercenários e Roma, desde o império dos Doze Césares, contratava bárbaros, francos, númidas e godos, o que acabou sendo sua perdição.

Fico imaginando se foi a propagação do sentimento nacionalista que deixou em baixa ou suprimiu de vez o fenômeno do mercenarismo. No Brasil, terá ele existido? Pergunto-me se jagunços e cangaceiros terão sido, vez ou outra, mercenários. Afora isso, não consigo imaginar o tecido nacionalista que se estendeu desde nossa pré-Independência até o modernismo de 22 sendo rompido pelo recurso a forças estrangeiras – a não ser para serem culturalmente devorados pelo antropófago Oswald de Andrade.

(Nuno Cordeiro do Amaral, inédito)

Dentre os fatores que causaram a queda de Roma, além dos elementos que no texto são relacionados à sua “perdição”, pode-se citar:

- A** a crise econômica que criou dificuldades para o recrutamento militar, enfraquecendo o Exército e provocando a decadência urbana vivida pelo império.
- B** o poder absoluto do Estado que conteve o processo de ruralização, resultando na concentração demográfica excessiva na capital, e que acumulou bens por meio do empobrecimento das massas.
- C** a vitória dos hunos que, liderados por Átila, derrubaram o último imperador romano, Rômulo Augústulo, e ocuparam o centro político e as principais cidades do Império.
- D** a anarquia militar causada pela influência dos povos germânicos, organizados em um sistema igualitário exemplar que inspirava a insubordinação dos oficiais romanos.
- E** as pilhagens frequentes cometidas pelos invasores bárbaros, que inviabilizavam a cobrança oficial de impostos, causando o fatal empobrecimento do Estado, que se desintegrou após as invasões.

## A CONSTRUÇÃO DA EUROPA MEDIEVAL

Alguns historiadores entendem que o período medieval compreende um lapso temporal de mil anos (476 d.C. – 1453 d.C.), cujo início se deve a decadência do Império Romano Ocidental, findando o mesmo com a queda de Constantinopla, centro do poder bizantino.

A tradicional periodização acima mencionada tem recebido inúmeras críticas sob o argumento de que a humanidade, em termos globais, não teria sofrido influências dos acontecimentos marcantes e estruturais que fundamentaram a formação da Europa, profundamente marcada pela emergência do Feudalismo.

Tal referencial é questionado se voltarmos o olhar, por exemplo, para a dinâmica do mundo muçulmano e do comércio realizado no Mediterrâneo Oriental. Não obstante, a América também apresentava uma realidade própria, inerente às grandes civilizações pré-colombianas.

É preciso destacar que a utilização da periodização eurocêntrica Idade Média, inventada por pensadores humanistas do século XV, será utilizada apenas para fins didáticos. A relevância que o estudo do medieval recebe é justificada quanto ao estudo da América e do Brasil, diante da inegável influência na estruturação desta realidade na qual estamos incluídos.

### PARA REFLETIR – O SENTIDO DE IDADE MÉDIA: CONCEITO OU PRÉ-CONCEITO?

O termo Idade Média designa o período intermediário entre a Idade Antiga e a Idade Moderna. Os pensadores modernos associavam o período medieval com atraso, ignorância, retrocesso, escuridão, estando nesse entendimento designações pejorativas do medieval como a *Idade das Trevas* ou a *Grande Noite dos Mil Anos*.

Os humanistas sustentavam tal juízo sob a alegação de que a Igreja Católica dominava as esferas social, política e cultural, o que a tornou um poderoso entrave ao desenvolvimento da Europa. Este teria sido um tempo de ignorância e decadência por conta da inexistência de liberdade intelectual.

O ponto de referência para este entendimento era o movimento cultural e científico renascentista, cujos humanistas resgavam valores associados às culturas grega e romana. Os renascentistas se colocavam como os “continuadores” das civilizações clássicas em termos científicos, artísticos e estéticos.

Ao longo da Idade Moderna outros intelectuais contribuíram para fortalecer a concepção negativista sobre o medieval, tal qual os que inspiraram a Revolução Francesa, de 1789.

É praticamente unânime entre os historiadores atuais que existe a construção de uma visão negativa sobre a Idade Média. Somente a partir da primeira metade do século XIX que esse entendimento começou a ser questionado. O Romantismo, no que se refere ao estudo acerca da identidade nacional, a partir da Revolução Francesa, considerava que a Idade Média foi o momento de origem das nacionalidades, da própria ascendência do mundo ocidental, de contraposição natural ao demasiado cientificismo e que deveria ser imitado.

Ao longo do século XX, a Idade Média passou a ser interpretada a partir de um olhar em sua lógica própria, cujo único referencial coerente de análise deste período seria ele mesmo. Essa compreensão se deve a novas técnicas de pesquisa nos quadros dos estudos históricos que passaram a valorizar outros aspectos distintos do exclusivamente econômico, político ou escrito, inerentes à visão histórica tradicional, apegada a cronologia, aos grandes fatos, batalhas e heróis. Esse ultrapassado entendimento se tornou incapaz de expor a essência desse rico período da história ocidental.

O atual entendimento da história medieval tem se preocupado em apresentar novas abordagens, novos métodos e novos objetos de estudo. Houve considerável ampliação das fontes de pesquisas medieval como a arte, a alimentação, o vestuário, as doenças, a demografia, a mulher, o cotidiano, o amor, a tradição oral, registros e vestígios históricos, dentre outras, que permitem ao estudioso da História uma aproximação mais intensa da realidade que cercava este homem quebrando, definitivamente, paradigmas e preconceitos que, por muito tempo, conduziram o estudo do medieval. O isolamento dos fins e o “dissecamento” dos meios tornou-se o principal método utilizado para a compreensão da Idade Média por muitos estudiosos renomados.

É a partir desse moderno entendimento que esta unidade de estudo irá apresentar a compreensão da história medieval, cujo eixo central de análise não se pautará “no que aconteceu” e sim em compreender “como aconteceu” determinados acontecimentos, ampliando a visão dos alunos para além de aspectos simplistas óbvios.

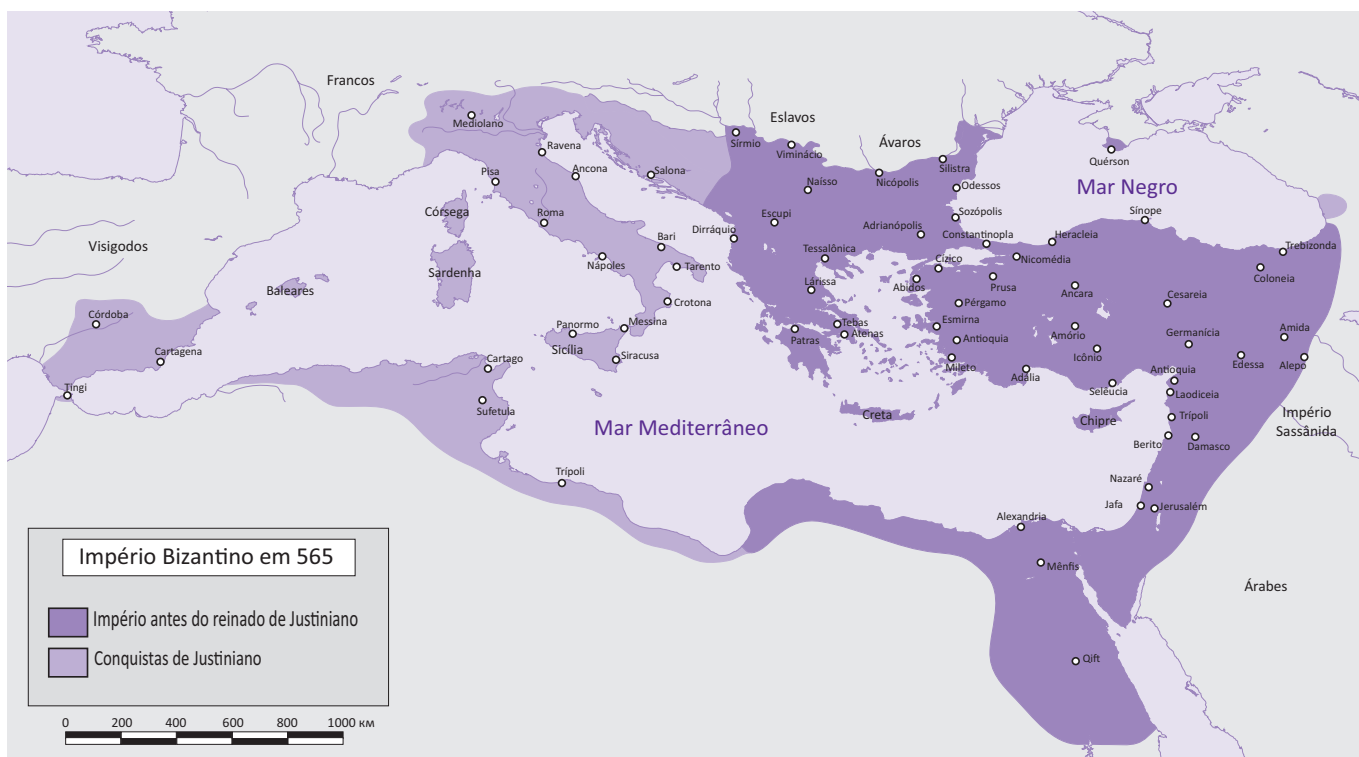
## O IMPÉRIO BIZANTINO

A crise do Império Romano agravada a partir do século III propiciou, como anteriormente analisado, a emergência de um quadro de recuperação sócio-econômica praticamente irreversível. Entende-se que houve, assim, a queda da parte Ocidental do antigo império, em 476, após a sua ocupação pelos hérulos.

É possível afirmarmos que mudanças sociais, políticas e culturais ocorreram na Europa a partir deste momento, mas é preciso ponderar que inúmeros elementos estruturais permaneceram. O mais evidente exemplo trata da porção do Império Romano Oriental que, a posteriori, foi denominado pelos turcos de Império Bizantino, com capital na antiga Bizâncio, dos gregos. Bizâncio, por sua importante localização, foi elevada à capital romana pelo imperador Constantino, em 330, sendo a partir de então denominada de Constantinopla.

Constantinopla, atual Istambul, manifestava aspectos de continuidade da herança romana que se mesclavam a elementos da **cultura oriental**<sup>1</sup>, o que lhe fornecia aspectos peculiares. Sua posição geográfica entre a Europa e a Ásia, em uma importante região de passagem comercial entre os mares Negro e Mediterrâneo, proporcionou o estabelecimento de um comércio dinâmico, a formação de grandes centros urbanos, bem como o desenvolvimento de uma agricultura rentável, o que justifica sua resistência à crise do escravismo romano.

Ao final do estudo deste capítulo, será possível compreender quais foram as mudanças significativas ocorridas com a queda do Império Romano Ocidental e, por outro lado, quais aspectos permaneceram na estruturação do Império Bizantino e a consequente formação de sua identidade social, política e cultural.



[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_Bizantino#mediaviewer/File:The\\_Byzantine\\_State\\_under\\_Justinian\\_I-pt.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Bizantino#mediaviewer/File:The_Byzantine_State_under_Justinian_I-pt.svg)

## O CRISTIANISMO ORIENTAL

Predominava no Império Bizantino o Cristianismo Oriental, sendo a religião um dos principais elementos a permitir melhor compreensão desta sociedade. A Igreja Ortodoxa esteve marcada por uma íntima relação com o poder imperial, o que se manifestava não apenas no direcionamento da política, mas também no cotidiano social. O imperador se colocava como o principal chefe desta Igreja surgindo, a partir daí, a concepção de **cesaropapismo**.

Tal aspecto demonstra o afastamento entre as tradições cristã latina e oriental, na medida em que aquela não se submetia a autoridade papal sediada em Roma, ocasionando o progressivo afastamento entre esta e o Patriarca de Constantinopla.

1 A extensão do Império Bizantino incluía a Grécia, o Egito, a Síria, a Palestina, a Mesopotâmia e a antiga Ásia Menor.

Desde a divisão do Império Romano, em 395, bem como a crescente crise ocorrida no Baixo Império, o distanciamento alcançou contorno não apenas político, mas também cultural. Neste contexto, o bispo de Roma foi elevado a chefe de toda Igreja, no ano de 455, com o nome de Leão I.

Divergências entre a igreja cristã romana e a igreja cristã ortodoxa alcançam aspectos dogmáticos defendidos pela primeira, tais como a virgindade de Maria após a concepção, a existência da **natureza humana de Cristo**<sup>2</sup>, a infalibilidade papal, a existência do purgatório e o culto às imagens. Tais contraposições advindas da interpretação da Igreja Ortodoxa eram entendidas por Roma como **heresias**<sup>3</sup>.

Questão polêmica refere-se a iconoclastia, entre os séculos VIII e IX, que teve como objetivo a destruição de imagens religiosas sob o argumento de que levavam os fiéis à **idolatria**<sup>4</sup>, prática esta condenada nos ensinamentos bíblicos. Contudo, o ritual ortodoxo aceita a presença de crucifixos e ícones sagrados. Ao movimento iconoclasta se deve, em definitivo, a desestruturação da unidade cristã.

Aspecto importante a ser tratado são a ascensão do Islamismo e o crescente contato comercial com povos orientais dificultando, decisivamente, a manutenção do contato com a Igreja do Ocidente que se aproximava, cada vez mais, do Império Carolíngio.

A Igreja de Roma passou, então, a pretender o exercício da autoridade papal inconteste sobre todo o mundo cristão, o que chocava-se com as pretensões da Igreja de Constantinopla. Tais disputas levaram à ocorrência do Cisma do Oriente, em 1054, quando houve a ruptura definitiva entre as Igrejas Bizantina e Romana, o que permanece até hoje em dia.



- 2 Os **monofisistas** negavam a dupla natureza de Cristo, humana e divina, afirmando que Este possuía apenas a natureza divina.
- 3 Heresia significa "escolha", "eleição". No entendimento cristão ocidental, caracteriza ensinamento doutrinário discordante de sua tradição religiosa ou que se opõe a dogmas e ensinamentos considerados verdades incontestes e que devem ser aceitos por todos os cristãos.
- 4 Adoração de ídolos; prestar culto divino às imagens.



## CONSTANTINOPLA: UM GRANDE CENTRO COMERCIAL E URBANO

Constantinopla, em pouco tempo, tornou-se o maior centro comercial e urbano da Europa medieval. Seu potencial comercial e a diversidade de mercadorias oferecidas atraía comerciantes de diferentes regiões. Produtos agrícolas, manufatureiros, bem como a criação de animais movimentavam a economia do vasto império.

A aristocracia e a Igreja desenvolveram, principalmente, atividades econômicas ligadas à terra. Lembrando que os impostos sobre a terra eram elevados o que dificultava a manutenção dos camponeses nas mesmas. Já as manufaturas e o comércio, por sua alta lucratividade, eram controlados pelo governo. Mercadores negociavam artigos de luxo, especiarias, jóias e obras de arte.

A cidade de Constantinopla permitiu a coexistência entre membros das camadas privilegiadas, médias e trabalhadores desprivilegiados. Havia, porém, uma lógica urbana que impedia o contato direto entre as pessoas de camadas distintas, quais sejam os altos muros que cercavam as residências.

O cotidiano urbano girava em torno de três construções principais: a Catedral de Santa Sofia, o Hipódromo<sup>5</sup> e o Palácio Imperial.

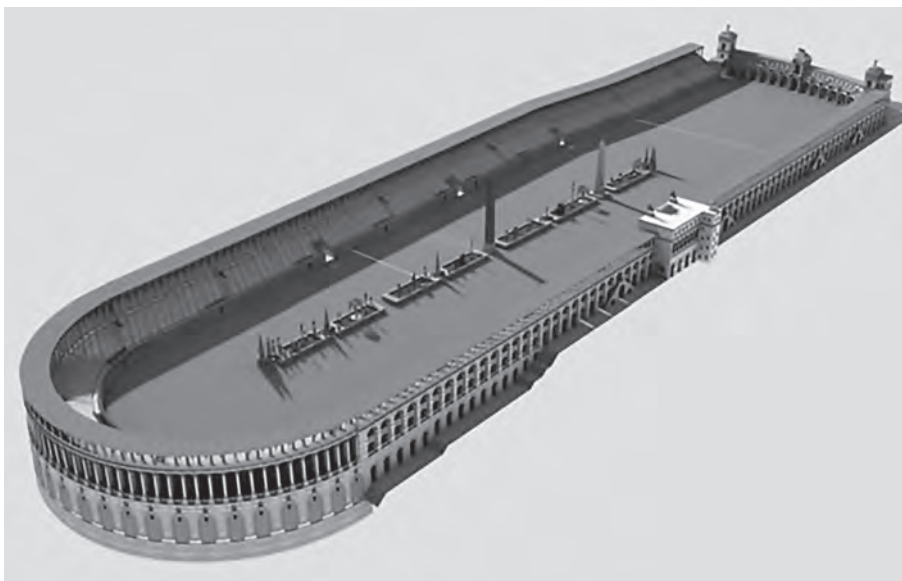
A educação foi atribuída a Igreja, a criança com seis anos de idade era introduzida no universo da leitura e da escrita. Até mesmo as camadas desprivilegiadas tinham acesso ao estudo básico. No entanto, o avanço rumo ao conhecimento mais aprofundado estava reservado aos membros da aristocracia. Neste sentido, aos quatorze anos, o aluno passava ao estudo da retórica<sup>6</sup>. Em seguida tinha início o conhecimento da Filosofia e das quatro artes, quais sejam, a Aritmética, a Geometria, a Música e a Astronomia. Podia ser adicionado o Direito, a Medicina e a Física.

## A POLÍTICA NO IMPÉRIO BIZANTINO

A política bizantina depositava no imperador a máxima autoridade, visto que este desempenhava igualmente funções de chefe de guerra e da Igreja. Era de sua responsabilidade a escolha do patriarca de Constantinopla, alguém de sua inteira confiança.

Tal governo, entendido como **despótico**<sup>7</sup> e **teocrático**, amparou-se em uma vasta burocracia fundamental à governabilidade. O imperador, também intitulado **basileus** devido à suprema autoridade que possuía, considerava-se o legítimo representante divino se colocando como intérprete das vontades de Deus. Esse sincretismo entre os campos político e religioso permitiu ao imperador bizantino estender sua autoridade ao aspecto espiritual o que fortalecia suas decisões tidas, muitas vezes, como incontestes.

O auge do Império Bizantino, em termos políticos, ocorreu durante o governo do imperador **Justiniano** (527 – 565), cuja ambição era reunificar o antigo Império Romano. Sua política externa de caráter expansionista propiciou a temporária reconquista do norte da África e das penínsulas Ibérica e Itálica, cujo domínio encontrava-se nas mãos dos germanos levando, conseqüentemente, ao controle do mar Mediterrâneo.



<https://areadeescape.files.wordpress.com/2012/04/hippodrome1.jpg>

5 Local dedicado à prática de esportes como as corridas de biga. Mas, também serviu de ponto de encontro para as manifestações e revoltas populares, como a Revolta de Niké.

6 Arte de falar bem, de se comunicar de forma clara e transmitir ideias com convicção.

7 Próprio de déspota; absoluto; tirânico.

Apesar de empreender a ampliação dos domínios imperiais, Justiniano enfrentou a **Revolta de Niké**, em 532. O movimento liderado por populares protestava contra a pesada carga tributária e os elevados gastos em campanhas militares.

Todavia, a maior contribuição de Justiniano foi a consolidação de uma monumental obra jurídica a partir da revisão e sistematização do direito romano que incluía as constituições imperiais editadas desde o governo do imperador Adriano. Intitulada de *Corpus Iuris Civilis* ou **Corpo do Direito Civil**, sua estruturação incluía quatro partes, quais sejam: a reunião de leis romanas desde o século II (**Código de Justiniano**), leis elaboradas depois de 534 pelo próprio Justiniano (**Novelas**), a síntese de toda jurisprudência romana, ou seja, os pareceres dos juristas (**Digesto**) e o manual para uso dos estudantes (**Institutas**). Tal Código é considerado a base do direito contemporâneo em diversos países.

Mesmo sendo evidente a manutenção de aspectos da tradição jurídica e administrativa de Roma pelo Império Bizantino não podemos deixar de evidenciar que esse povo recebeu fortes influências da cultura helênica, a começar pela língua grega difundida por toda extensão territorial vindo a ser oficializada no século VII.

Após o auge do governo de Justiniano, no século VI, o Império Bizantino encontrou um longo período de prosperidade entre os séculos IX e XI. A partir deste momento, o Império passou a enfrentar sucessivas situações de crise. Disputas internas pelo poder, as crescentes despesas com o intuito de apaziguar povos vizinhos e manter os domínios ocidentais, as divergências com a Igreja de Roma e a concorrência comercial com o Ocidente favoreceram a fragilidade da conjuntura imperial.

A perda de importantes províncias, como o Egito, a Síria e a Palestina, no século VII, para os árabes, a conquista dos Balcãs pelos eslavos e a reconquista da península Itálica pelos normandos, praticamente reduziu os domínios imperiais à Constantinopla, o que conduziu a seu colapso e desagregação definitiva após a conquista deste centro de poder pelos turcos otomanos, em 1453.

## A EUROPA FEUDAL

A Europa feudal estruturou sua sociedade a partir de significativas mudanças que, dos séculos V ao X, conduziram à consolidação do feudalismo que atingiu o seu auge entre os séculos X e XI, tornando-se uma forma de organização vigente em praticamente todo continente europeu.

Não podemos entender, de maneira estanque, que a Europa medieval teria surgido do dia para a noite, no século V. É possível identificarmos a presença de duas experiências históricas concomitantes a sua consolidação, quais sejam aquelas inerentes aos povos bárbaros e romano. A Europa é fruto de transformações lentas e graduais que sucederam ao fim do Império Romano do Ocidente ou ao desmantelamento do mundo antigo. Novas estruturas se firmaram permitindo a identificação do feudalismo em suas particularidades de ordem econômica, social e política.



Neste capítulo, estudaremos o longo processo de gestação do feudalismo que remonta a crise romana, a constituição dos reinos germânicos, nos séculos V-VI, a estruturação e a crise do Império Carolíngio, no século IX, para finalmente realizarmos a análise do feudalismo em suas particularidades. Acreditamos que a metodologia escolhida permitirá ao estudioso deste livro compreender a conjuntura histórica inerente ao processo de formação e consolidação da civilização medieval, que, indubitavelmente, contribuiu para a gênese da cultura européia.

## A EUROPA DA ALTA IDADE MÉDIA

### A FORMAÇÃO DOS REINOS BÁRBAROS

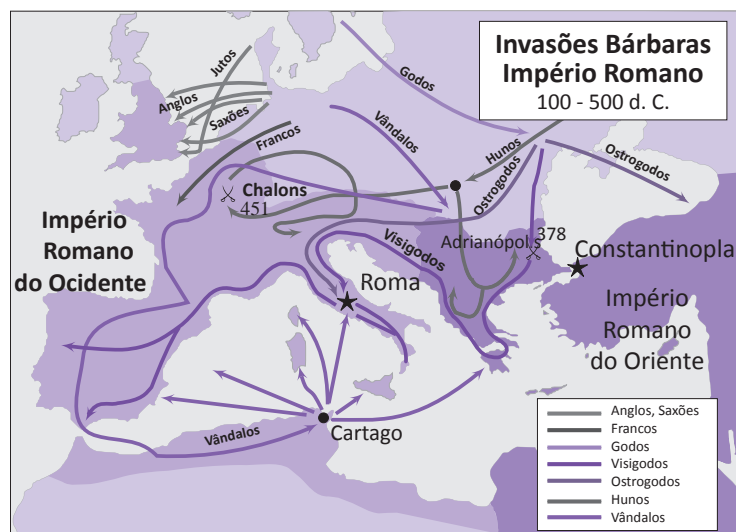
A economia greco-romana utilizou-se vastamente da mão de obra escrava para o cultivo de suas propriedades rurais. Todavia, o contexto de crise econômica, política e social que marcou os anos finais do Império Romano ocidental e o início da Idade Média conduziu a progressiva redução do número de escravos.

Com o fim da intensa política de expansão territorial de Roma os grandes latifundiários passaram a enfrentar crises econômicas com a manutenção de escravos o que implicava em gastos desnecessários. Moradores das cidades não conseguiam manter sua sobrevivência básica. As invasões das cidades pelos povos estrangeiros, também denominados **bárbaros**<sup>8</sup>, se tornaram cada vez mais constantes dificultando o andamento da atividade comercial devido aos saques e a destruição. Dessa realidade decorreu a diminuição da população urbana, em função da insegurança que rondava as cidades o que, por outro lado, contribuiu para as migrações em direção ao campo.

Tinha início a **ruralização** da Europa medieval impulsionada pela mão de obra trabalhadora ociosa que partia para regiões rurais em busca do arrendamento de terras na condição de servos. A economia rural na Idade Média adequou-se às necessidades das famílias que ocupavam as terras reduzindo a produção à subsistência das mesmas. Tal estrutura está intimamente ligada ao **sistema de colonato romano**. O colono cultivava uma pequena porção de terra do proprietário que, como pagamento pelos serviços prestados por aquele, lhe entregava parte da colheita.

Ao mesmo tempo, essa população que migrava para o meio rural buscava não apenas sua subsistência alimentar, mas também proteção contra possíveis agressões nos castelos ou residências fortificadas dos grandes senhores feudais.

*“Comuns ao longo da história da humanidade, as migrações foram justificadas por diferentes motivações. Alguns movimentos migratórios intencionavam expandir em direção a novas áreas para atividades de caça, pesca ou agricultura; outros decorriam da fuga de zonas de conflitos; outros buscavam novas oportunidades de trabalho. Porém, comum a todos esses movimentos são as transformações sociais que produzem.*”



[http://3.bp.blogspot.com/--kph3eqg1t8/UA4LROaWNnl/AAAAAAAAAJ0/MYkDkBMqpio/s320/380px-Invasiones\\_b%C3%A1rbaras\\_Imperio\\_romano-es.svg.png](http://3.bp.blogspot.com/--kph3eqg1t8/UA4LROaWNnl/AAAAAAAAAJ0/MYkDkBMqpio/s320/380px-Invasiones_b%C3%A1rbaras_Imperio_romano-es.svg.png)

### REINOS GERMÂNICOS

Os grupos bárbaros que cruzaram as fronteiras do Império Romano são basicamente classificados em três grupos: os **germanos** (francos, os anglos, os saxões, os ostrogodos, os visigodos, os vândalos etc.), os **eslavos** (russos, sérvios, búlgaros etc.) e, por fim, os **tártaro-mongóis** (hunos e turcos). O estudo acerca dos germanos será por nós destacado, visto sua forte presença na Europa e conseqüente impulso à formação de vários países.

8 Os romanos utilizavam a palavra para identificar os grupos que não partilhavam da cultura greco-romana e que viviam, conseqüentemente, fora de seus limites territoriais

Os germanos tiveram os primeiros contatos com os romanos por volta do século II a.C., sendo permitido àqueles conhecer um pouco mais sobre esse povo. As tribos germânicas viviam em aldeias rudimentares. Praticavam uma forma de economia comunal sustentada no seguinte tripé: prática agrícola, criação de animais e pilhagens.

Quando se deparavam com dificuldades econômicas advindas do esgotamento do solo migravam em direção a outras terras. O cultivo da terra e a exploração de bosques eram de uso comum aos habitantes das aldeias, todavia a criação de animais era particular, compondo a principal riqueza dos guerreiros.

Até o século V os germanos migraram, de forma lenta e pacífica, para os domínios de Roma, sendo-lhes permitida a fixação dentro das fronteiras imperiais. Muitos compuseram as tropas do exército romano, no intuito de defesa das fronteiras deste território.

Como outros povos bárbaros aliados de Roma, os germanos puderam manter sua independência, bem como seus usos e costumes. A recompensa pela fidelidade e serviços prestados ao Império era paga em dinheiro e terras.

Todavia, o enfraquecimento do Império Romano e a crescente crise que o assolava permitiu aos povos bárbaros a invasão de seu território de maneiras violentas e brutais. A emergência dos hunos na Europa, pertencentes a outro grupo de migrações bárbaras, favoreceu o desencadeamento das invasões germânicas, cuja emigração se deu principalmente em direção ao oeste europeu.

Quanto a sua organização política, os germânicos não possuíam uma composição estatal, mas se estabeleceram em comunidades tribais. Sua organização social era composta de **nobres** (ocupantes de postos de direção na tribo), **homens livres** (guerreiros que podiam expressar suas opiniões nas assembléias), **homens semi-livres** (populações vencidas em guerra), e **escravos** (prisioneiros de guerra, filhos de escravos e devedores insolventes).

A instituição política mais importante era a **Assembleia dos Guerreiros da Tribo**. A mesma decidia acerca do estado de guerra ou de paz, a libertação de escravos e a escolha do rei, com função religiosa e militar. Tinham o costume de manter grupos de guerreiros ligados ao líder ou chefe por um juramento de fidelidade que eram recompensados, em caso de guerras, com o produto das pilhagens, dando origem a uma nobreza possuidora de terras. Esse grupo de guerreiros recebia o nome de **comitatus**.

Entre os germanos, o treinamento militar recebeu atenção especial, o que teria contribuído, impreterivelmente, para a conquista das terras romanas. Ainda na infância o guerreiro aprendia a arte da guerra como montar cavalos e utilizá-los em combate e o manuseio de armas. Em épocas de conflitos os jovens maiores de 16 anos eram recrutados. De maneira geral, atos de violência compunham o cotidiano dos povos bárbaros e demonstravam, muitas vezes, prova de coragem.

Os germanos não utilizavam normas jurídicas escritas, uma vez que as relações sociais eram regulamentadas por normas costumeiras e transmitidas oralmente entre as gerações. Era o que chamamos de **direito consuetudinário**.

Após anos de migrações e invasões, os germânicos se instalaram nas terras correspondentes ao Império Romano Ocidental originando vários reinos independentes entre si, quais sejam: o Reino dos Anglo-Saxões, o Reino Suevo, o Reino Visigodo, o Reino Ostrogodo, o Reino Vândalo, o Reino da Burgúndia e o Reino Franco.

Convém realçar que apesar dos bárbaros dominarem extensas regiões da Europa, não é correto afirmar que pretenderam destruir os resquícios da cultura romana. De maneira diversa, percebe-se que buscaram assimilar e, até mesmo, revigorar alguns aspectos culturais dessa sociedade clássica, o que é perceptível na organização política de vários reinos bárbaros. Como anteriormente afirmamos, os bárbaros possuíam uma organização tribal, todavia, muitos procuraram adotar, de maneira similar, a instituição monárquica romana e, até mesmo, o latim como língua oficial.

Por fim, outro aspecto marcante e comum, a maioria dos reinos bárbaros que se estabeleciam era por meio de uma progressiva conversão ao catolicismo, bem como da aceitação da autoridade romana, centralizada na figura papal. A Igreja Católica tornava-se a única instituição universal da Europa, capaz de criar uma identidade social que marcará, em definitivo, o pensamento, a mentalidade e o imaginário europeu medieval.



[http://2.bp.blogspot.com/-4sd4t22BnqQ/TpZiJNACiml/AAAAAAAD1Q/YShWcsGzcgw/s400/chargeHagar\\_barbaros.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-4sd4t22BnqQ/TpZiJNACiml/AAAAAAAD1Q/YShWcsGzcgw/s400/chargeHagar_barbaros.jpg)

## A IGREJA E A CONVERSÃO DOS POVOS BÁRBAROS

Como estudamos anteriormente, a profunda e progressiva crise na qual o Império Romano se encontrava em seus últimos anos o conduziu a um estado de desorganização estrutural. A Europa Ocidental do início da Idade Média estava marcada pela ausência de uma unidade em termos políticos, administrativos, econômicos e/ou culturais.

Nesse quadro de instabilidades e incertezas, o fortalecimento do cristianismo era interpretado como a única força de união capaz de proteger a sociedade. Tinha início o aprimoramento da religiosidade medieval que marcou profundamente a mentalidade daquele período e a própria história da civilização ocidental.

O caráter universalista da Igreja, desde suas origens, acolhendo inclusive povos bárbaros, fazia do cristianismo a religião das multidões. À medida que Roma se enfraquecia, a Igreja, opostamente, ampliava sua presença e poder visando manter a ordem em meio ao estado de caos generalizado.

A Igreja se institucionalizava cada vez mais mediante seu crescimento que exigia uma organização mais complexa. Para isso a Igreja Católica Ocidental apoiou sua estrutura em uma figura central: o papa. O bispo de Roma, considerado herdeiro e representante do apóstolo Pedro, concentrava os poderes de condução da Igreja. Abaixo dele estavam os bispos, os padres e os párocos. Sua postura dinâmica de constante contato com as pessoas e o mundo rendeu a este religiosos a titularização de **clérigos seculares**. Os religiosos percorriam longas distâncias pregando os dogmas cristãos com o claro intuito de **alargar as fronteiras da cristandade**, sendo a conversão dos germânicos e dos eslavos a maior prova desta conduta.



Apesar de a Igreja sustentar seu discurso, sobretudo, nas questões espirituais existiam dois pontos que limitavam suas pretensões: sua falta de poder político e militar. Para que tais esferas fossem adquiridas era necessário apoiar seu poderio também em aspectos temporais.

Então, a Igreja passou a acumular um crescente **patrimônio**<sup>9</sup> proveniente de doações em terra e dinheiro advindas dos fiéis e novos convertidos à fé cristã. Bispos chegavam a ter a posse de **imensas terras** com centenas de trabalhadores.

*Não tardou brotarem movimentos contrários à posse de riquezas por religiosos dentro da própria Igreja culminando no surgimento de ordens religiosas que se organizavam a partir de Regras. O clero regular pretendia que os religiosos renunciassem às tentações mundanas fortalecendo o espírito por meio da oração isolada. Daí a necessidade de se viver em mosteiros para bem praticar os votos de silêncio, pobreza e castidade. Uma das Regras mais importantes foi a de São Bento, de Bento de Núrsia (c.480-547), fundador da Ordem Beneditina e do Mosteiro de Monte Cassino, na Itália. Essa Regra inspirou outras ordens religiosas de grande importância ao longo do período medieval, tais como as Ordens: dos Franciscanos, dos Dominicanos e dos Agostinianos.*



ABADIA DE MONTE CASSINO

9 Aspecto interessante acerca da não fragmentação do patrimônio da Igreja trata do princípio do celibato ligado ao voto de castidade. A Igreja Católica adotou o celibato dos religiosos com a intenção de defender seu patrimônio de possíveis disputas com os herdeiros daqueles.

Somado a isso estava a busca pela conversão do rei ou do chefe de uma comunidade cristianizando, assim, todos que a eles estivessem ligados. Tal postura evidencia o fortalecimento o aspecto político presente nas conversões de então.

Por fim, as missões cristãs lideradas tanto por monges ocidentais, quanto pelos monges de Constantinopla, entre os séculos VI e X, praticamente conseguiram converter todos os reinos bárbaros da Europa. Dentre esses reinos destaca-se o Reino dos Francos que analisaremos a seguir.

## O REINO CRISTÃO DOS FRANCOS

Os francos conseguiram estruturar o mais poderoso reino bárbaro da Europa Ocidental. Relatos históricos apontam que a possível origem dos francos esteja ligada a unificação de pequenos grupos germânicos que habitavam o vale do Rio Reno e que vieram, posteriormente, a se estabelecer nas terras da Gália, atual França. Sua existência abrange os períodos correspondentes a duas dinastias: a **merovíngia** (séculos V – VIII) e a **carolíngia** (séculos VIII – IX). Vejamos como se desenvolveu sua história.

### DINASTIA MEROVÍNGIA

A fundação da dinastia merovíngia teria ocorrido por volta do século V quando da conquista de terras romanas que, de acordo com o mito de fundação desta, foi promovida por um rei de nome **Clódio**. O nome da dinastia dos merovíngios estaria relacionado a **Meroveu**, suposto ancestral mítico e um dos filhos de Clódio.

Dando continuidade a proposta de expansão territorial Childerico I, filho de Meroveu, empreendeu importantes vitórias contra os alamanos, os visigodos e os saxões.

Um dos netos de Meroveu chamado **Clóvis** procurou consolidar os vários reinos francos expandindo seus domínios até os limites da atual Paris. Em 496, Clóvis se converteu ao cristianismo conduzindo os francos a uma aproximação do papa. A aliança deste soberano com a Igreja permitiu a tão almejada consolidação da dinastia merovíngia.

Após a morte de Clóvis, como tradicionalmente os francos faziam, o reino foi dividido entre seus quatro filhos e, depois, entre seus netos. Todavia, os frequentes conflitos entre os ramos da família que se aliavam entre eles uns contra os outros – principalmente, em caso de morte –, levaram ao enfraquecimento do poder real. Inversamente, a aristocracia tirava proveito de tais situações ao adquirir enormes porções de terras em troca de seu apoio ao rei.

Estas concessões acabaram enfraquecendo o poder real que passou a ser dividido e entregue aos “prefeitos do palácio” (*major domus*). Tais reis ficaram conhecidos como “reis indolentes”. A administração do reino passou às mãos dos prefeitos do palácio que progressivamente substituíram os interesses dos seus reis pelos seus. Carlos Martel, um dos prefeitos de maior destaque, foi responsável pela derrota dos árabes, em 732, durante a **Batalha de Poitiers** vindo a frustrar o avanço árabe em direção à Europa.

Após a morte de Carlos Martel, seu filho **Pepino, o Breve**, contando com o apoio da nobreza e do papa Zacarias, assumiu o título de rei dos francos após a deposição do último soberano merovíngio, Childerico III, em 751. Tinha início uma nova dinastia: a carolíngia.

### DINASTIA CAROLÍNGIA

Durante o reinado carolíngio os francos alcançaram o apogeu de seu poder na Europa. A aliança entre Pepino e a Igreja levou o primeiro a lutar contra os lombardos – detentores de terras ao norte da Itália – que se tornaram uma ameaça ao domínio territorial da Santa Sé em Roma e, conseqüentemente, ao poder papal.

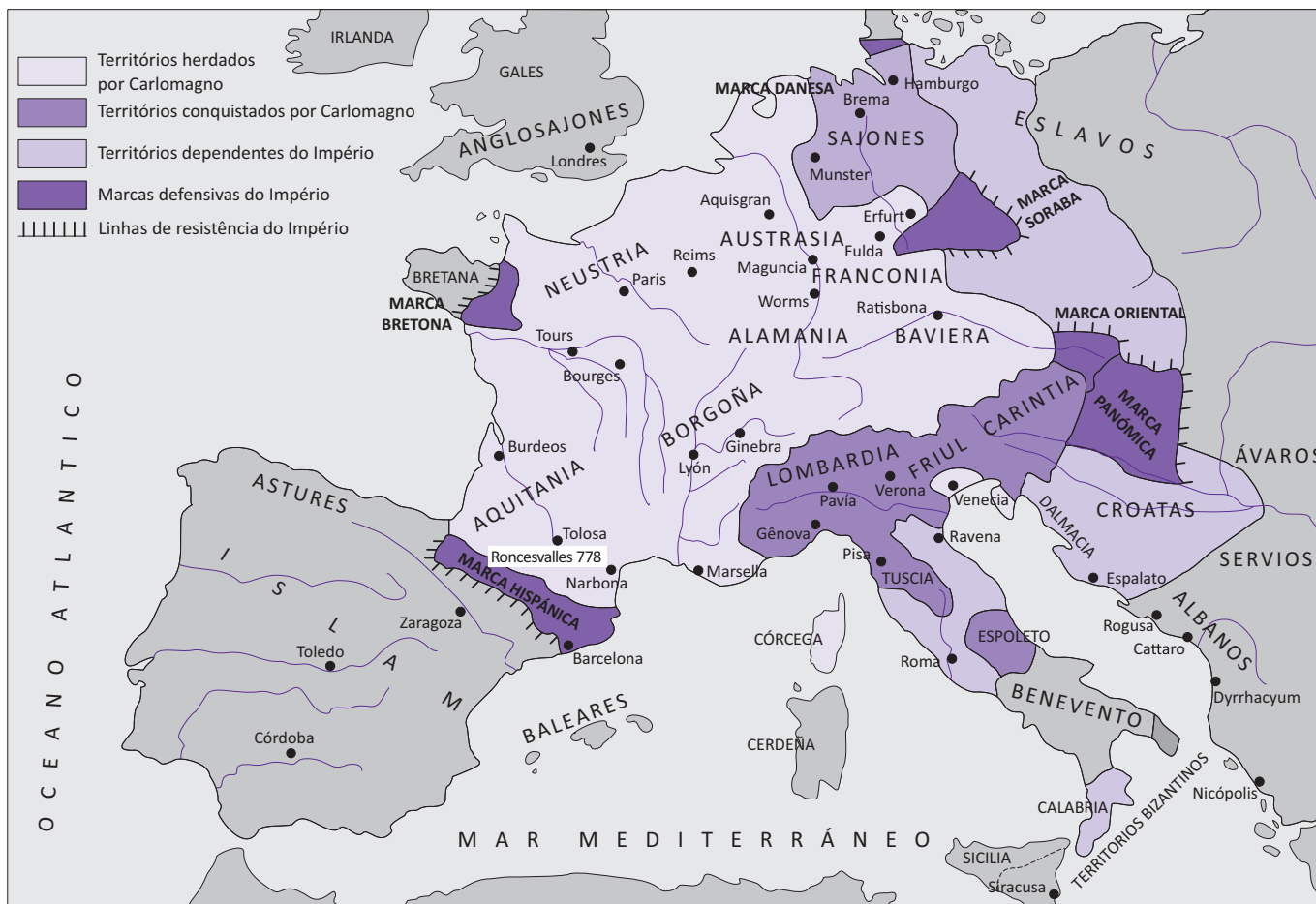
Após a derrota dos lombardos, Pepino doou ao papa Paulo I as terras conquistadas do inimigo originando o **Patrimônio de São Pedro**, também denominado de Estados da Igreja.

**Carlos Magno**, filho de Pepino, assumiu o trono em 768. Em seu governo, Reino Franco se tornou a maior unidade administrativa da Europa expandindo seus domínios até o norte da Itália, a Saxônia, a Baviera e a Bretanha, além de submeter os boêmios, os morávios e os croatas.

Tais campanhas militares foram realizadas em nome da Igreja, o que fazia desse rei franco o soberano mais poderoso da cristandade ocidental. Essa aliança, indispensável à Igreja, era necessária a sua reafirmação, bem como no combate a influência de Constantinopla na Europa. Carlos Magno buscava a conversão dos pagãos e a expansão das fronteiras do cristianismo, nem que para isso tivesse que usar de violência como na campanha contra os saxões em 782 que, segundo relatos, em um único dia, 45 mil prisioneiros foram decapitados ao recusarem o reconhecimento da fé cristã.



## MAPA IMPÉRIO CAROLÍNGIO



<http://mediateca.ci/900/geografia/mapas%20historicos/media/imperio%20carolingio.jpg>

Estreitando ainda mais sua relação com a Igreja, Carlos Magno foi coroado pelo papa Leão III Imperador do novo Império Romano do Ocidente na missa de natal do ano 800. A Igreja entendia que esta aproximação lhe proporcionaria uma forte base política de apoio ao crescente poder independente de Constantinopla, visto o papa reivindicar a representação da cristandade. Por outro lado, existia um imperador que fortalecia cada vez mais sua autoridade e seu domínio mediante a submissão popular avalizada pelo apoio papal.

No que diz respeito à administração do Império, Carlos Magno concedeu benefícios a nobres em troca de sua fidelidade por meio da doação de terras, dando andamento ao processo de feudalização. Outro aspecto interessante trata da divisão do território em aproximadamente 200 condados. Cada condado possuía um conde que o administrava tendo a função de dirigir o tribunal local, liderar e organizar o exército. Para isso, contavam com a ajuda de nobres locais, chamados de “homens bons”. Os ducados eram unidades provinciais, cuja administração caberia a um duque. Nas regiões de fronteira Carlos Magno criou as Marcas com a finalidade de defender os limites territoriais. A fim de controlar condes e bispos, Carlos Magno criou os *Missi Dominici* (Enviados do Senhor). Esses funcionários percorriam o império fiscalizando condados, ducados e marcas o que permitiu manter uma centralização político-militar e administrativa, visto as **capitulares**<sup>10</sup> alcançarem toda geografia do reino. A Europa ocidental conhecia, a partir de então, uma forma de administração política centralizada, ainda durante a Alta Idade Média.

Economicamente, houve um grande impulso às atividades agrícolas e mercantis. Mercadores árabes e judeus percorriam um extenso território desenvolvendo o comércio ao longo da rota que ligava Kiev a Córdoba.

Esse soberano promoveu ainda o chamado **Renascimento Carolíngio**. Fenômeno essencialmente cultural que, a partir da fundação de escolas, buscou estimular a recuperação do saber clássico ligado ao passado cultural de Roma, tanto no que se refere a literatura, às artes ou a educação básica para a aristocracia.

<sup>10</sup> Trata-se do conjunto das primeiras leis escritas do Ocidente Medieval. As ordens e os comunicados reis documentados versavam sobre os mais diversos assuntos.

Cópias de importantes manuscritos de textos clássicos greco-romanos e religiosos, como da Bíblia, era um dos serviços prestados pelos mosteiros nos *scriptoriums*.

Uma das maiores expressões deste momento foi a Escola Palatina voltada a encontros e discussões entre os intelectuais, além de fornecerem ampla educação a pessoas da elite privilegiada que podiam aprender latim, gramática, aritmética, música, geometria e religião.

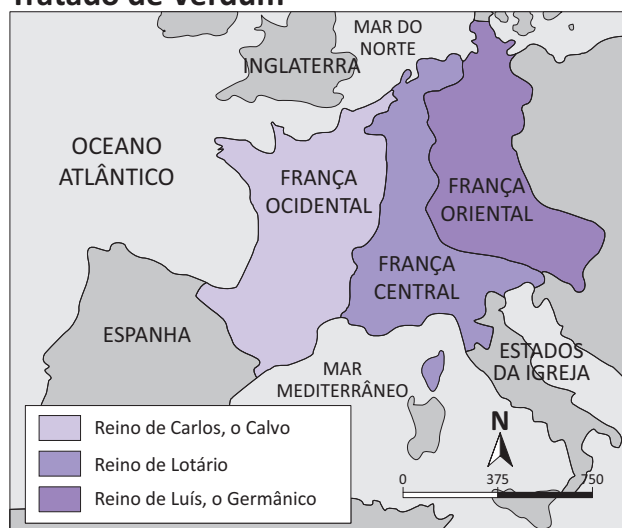
## FIM DA DINASTIA CAROLÍNGIA

**Luís, o Piedoso**, filho de Carlos Magno, assumiu o trono, em 814, após a morte de seu pai. Porém, seu governo enfrentou uma nova onda de invasões bárbaras. Os vikings, vindos da Escandinávia (Dinamarca Suécia e Noruega), utilizavam de embarcações velozes, saqueavam cidades, mosteiros e levavam pânico aonde chegavam devido à grande violência empregada. Os sarracenos (piratas muçulmanos do norte da África) atacaram as costas da Itália e da França. Os magiares (húngaros, cavaleiros nômades das estepes da Ásia central) pilharam e escravizaram populações inteiras da Europa.

Com a morte de Luís, o fim da unidade imperial foi definitivamente selada. Pelo **Tratado de Verdun** (843), seus três filhos repartiram o Império. A Carlos, o Calvo, coube a parte da França Ocidental (futuro Reino da França); a Luís, o Germânico, a França Oriental (futura Alemanha) e a Lotário, a França Central que repartida após a sua morte, em 870, entre Carlos e Luís.

Com o esfacelamento da autoridade real, condes, duques e marqueses passam a exercer poderes em nível local. Relatos históricos dão conta que, já em 877, os domínios chamados **feudos** tornam-se hereditários. Novas invasões bárbaras, em 911, levaram o rei Carlos, o Simples, a ceder o ducado da Normandia aos vikings. No mesmo ano, após a morte de Luís, o Jovem, findou-se o ramo germânico dos carolíngios. E, finalmente, em 987, morrendo Luís V, soberano carolíngio da França Ocidental, Hugo Capeto, Conde de Paris, foi elevado rei o que marcou o fim definitivo da dinastia carolíngia sobre a França e início da dinastia capetíngia, que governará o país até o século XIV.

### Tratado de Verdun



<http://s3.amazonaws.com/magoo/ABAAAAZZ4AA-7.png>

## SOCIEDADE E ECONOMIA NA ORDEM FEUDAL

Durante a transição do mundo antigo para o período medieval houve a retração das atividades comerciais e a produção agrícola se voltou para a subsistência, caracterizando o processo de ruralização. A força de trabalho escrava, outrora abrangente em Roma, deu lugar à predominância da mão de obra campesina a impulsionar o trabalho nos feudos definida a partir de um regime de servidão. Por outro lado, houve a emergência de uma elite proprietária de terras – esta a principal fonte de riqueza medieval –, representada pela figura do senhor feudal. Senhor feudal e servo representariam a maior dicotomia social do período, cuja hierarquia ganhou contornos rígidos e foi legitimada pelo discurso religioso.

Neste período, o poder político encontrava-se descentralizado. Os monarcas não possuíam poderes de interferência direta sobre as propriedades dos senhores feudais que, na prática, tinham autoridade superior a dos reis.

A instituição mais poderosa deste período foi, inquestionavelmente, a Igreja Católica que buscou firmar a cristandade e o domínio papal por meio do universalismo cristão. A Igreja interferia em todos os aspectos da vida medieval ultrapassando a esfera meramente religiosa, interferindo em questões políticas, econômicas e sociais.

Tais aspectos, compõem o quadro estrutural do feudalismo, que passaremos a analisar em seguida.

## O NASCIMENTO DA EUROPA FEUDAL

Os aproximados mil anos de história da Idade Média foram intimamente marcados pela emergência do **feudalismo**. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, feudalismo é “*um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com que viver*”



(LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente Medieval. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1984, p. 29). A partir desse conceito introdutório iniciaremos o estudo do modelo clássico feudal predominante na Europa Ocidental o que permitirá ao aluno a total compreensão do sistema feudal ao final desse capítulo.

A formação do feudalismo abrangeu uma série de elementos estruturais de origem romana, a exemplo do colonato, **germânica**, como o comitatus e direito consuetudinário, bem como a formação dos Reinos Bárbaros e a desagregação do Império Carolíngio, no século IX. Por fim, o elemento religioso, responsável pela fusão de tais elementos em um contexto universal, o **cristianismo**.

Como anteriormente destacamos, a crise que assolou o Império Romano, partir do século III, expôs as fragilidades desta sociedade. O alto custo de manutenção das propriedades agrícolas e o iminente risco de sucessivas invasões de povos bárbaros conduziu ao processo de ruralização. Milhares de pessoas migraram das cidades para o campo configurando o **sistema de colonato**.

Chegando a zona rural, esses indivíduos se deparavam com uma dura realidade, visto que não possuíam moradia e não podiam se proteger. Os proprietários de terras, diante da escassez de mão-de-obra escrava, ofereciam trabalho a esses imigrantes e suas famílias que, em troca, recebiam parte da colheita, moradia e proteção militar. Os colonos, apesar de legalmente livres, estavam a mercê da fraqueza da autoridade pública e acabavam se sujeitando ao poder destes possuidores de terras.

Esse colono poderia ter origem distinta do antigo plebeu romano. Podia ser o **ex-escravo**<sup>11</sup> ou, até mesmo, o homem de origem bárbara que abandonara o nomadismo e a guerra para se fixar à terra. O sistema de colonato está diretamente vinculado à origem da **servidão medieval** evidenciando, igualmente, a estrutura fundiária embrionária da economia feudal.

Outro aspecto importante à formação do feudalismo está relacionada a herança germânica do *comitatus*. Trata-se de uma série de obrigações, pautadas pelos princípios de fidelidade e proteção, entre os chefes militares e seus guerreiros e que influenciaram diretamente as **relações de Suserania e Vassalagem**.

Quanto ao **direito consuetudinário**, baseado nos costumes e na tradição, marcou decisivamente o panorama jurídico ocidental. O direito dos povos germânicos não era universal e nem escrito, pois cada povo vivia segundo o seu próprio direito tradicional que variava de acordo com os costumes.

O costume e a lei compunham, no regime feudal, um só aspecto. Praticamente desapareceu a atividade legislativa tal qual vigorou à época romana, sendo os costumes da comunidade a principal fonte da lei. Com os francos os costumes jurídicos dos diversos povos que estavam reunidos sob a autoridade desses reis foram reduzidos a escrito, como destacamos em estudo anterior.

Finalmente, o terceiro aspecto a estruturar o feudalismo foi o cristianismo representado pela Igreja Católica Ocidental. Esta instituição conseguiu fortalecer-se, contrariamente a outras existentes à época, mesmo diante da desestruturação administrativa, econômica e social do Império Romano advinda das invasões germânicas. A Igreja difundiu o cristianismo entre os povos bárbaros, o que consolidou sua estrutura religiosa.

## O SISTEMA FEUDAL

O processo de feudalização da Europa ocidental demorou vários séculos para ser concluído, compreendendo um modo de organização social, econômica, política e cultural que esta amparado em certas especificidades. Lembramos que o sistema feudal não abrangeu a Europa como um todo e muito menos desenvolveu-se de maneira totalmente hegemônica. Todavia, nossa proposta de estudo entende ser possível analisar algumas características como constante do que convencionou-se denominar na História de Feudalismo .

**A economia feudal e a relação de servidão:** A economia feudal, própria do ocidente europeu, se desenvolveu com base na **agricultura auto-suficiente**. A baixa produtividade agrícola evidencia que a Europa feudal produzia em nível próximo ao ínfimo de subsistência. O comércio enfraqueceu e as atividades decorrentes do mesmo, como a circulação monetária, se tornaram escassas, vindo a desaparecer de algumas regiões da Europa.

A principal unidade econômica de produção e de riqueza era o **feudo**<sup>12</sup> que pertencia a uma camada privilegiada de senhores feudais, composta por altos dignitários da Igreja (o clero) e nobres guerreiros. Esse domínio rural, também designado de **senhorio**, estava dividido em três partes: **manso** ou **domínio senhorial** (a propriedade individual do senhor feudal); **manso servil**, (porção de terras arrendadas aos camponeses); e **manso comunal**, constituído por terras coletivas, como pastos e bosques, para uso do senhor, bem como dos servos. Devemos, porém, observar que apesar de existir uma parte da terra destinada ao uso servil, não pode o servo ser considerado proprietário da mesma.

11 É importante notar que durante todo o período feudal os escravos ainda eram encontrados na Europa, contudo, em pequenos contingentes e com importância econômica reduzida.

12 Unidade de produção do sistema feudal, onde o servo desenvolvia atividades agrícolas, de pesca, criação e caça de animais. Nele estava localizado o castelo fortificado do nobre e as casas dos servos, bem como os celeiros, os moinhos e o bosque.

Não é possível afirmar qual era comumente o tamanho dos feudos, mas acredita-se que variava entre 200 e 250 hectares, chegando a incluir uma ou mais aldeias. Ao longo do tempo as terras dos senhores acabaram sendo fracionadas devido aos costumes de divisão e doação das terras, respectivamente, entre herdeiros e suseranos e os seus vassalos.

**SENHORIO MEDIEVAL**

**Manso senhorial**

Os produtos dessas terras pertenciam exclusivamente ao senhor. Nelas trabalhavam servos e outros camponeses. Ali se produzia tudo o que o senhor necessitava para manter sua família e outros dependentes.

**Manso Comum**

Os produtos retirados dessas terras eram de uso tanto dos servos quanto dos senhores. As terras comunais eram constituídas de pastos para criar animais, de florestas e de baldios, onde os camponeses colhiam frutos e raízes, extraíam a madeira e o mel. A caça nas florestas era exclusiva dos senhores.

No senhorio, em geral, também havia celeiros para armazenar a colheita; um moinho para triturar os grãos, e fornos para assar os pães.

**Manso servil**

Terras destinadas aos servos, nas quais eles podiam produzir o que era necessário para a sua sobrevivência, devendo em troca cumprir uma série de obrigações para com o senhor.

Fonte: LOUIS, Alain: POMMIER, Maurice, Les châteaux forts, Paris: Hachette, 2000. p. 18-19.



PAULO CÉSAR

<http://4.bp.blogspot.com/-oo3gspnNjcm/VE7e1tSgGxI/AAAAAAAAAc8/oGkXXFhCOAG/s1600/FEUDO.png>

A terra era trabalhada pelos servos e seus familiares, visto que esta relação servil, estabelecida quantos aos senhores, não pode ser denominada de escravidão. Os servos não podiam ser vendidos, pois não recaía sobre eles a concepção de coisificação da pessoa. Todavia, estavam sujeitos a entrega de produtos e prestação de serviços a seus senhores por toda vida.

O servo estava preso à terra e não diretamente a seu senhor, apesar de uma série de obrigações que deveria cumprir. Tanto o era que se a terra fosse vendida, o servo deveria permanecer na mesma, remetendo a subordinação ao próximo senhor. Devemos lembrar ainda que a servidão era hereditária, ou seja, transmitida dos pais a seus descendentes.

No contexto das relações servis, os servos deveriam pagar diversos tipos de **impostos** ou **obrigações** e **prestar serviços** aos seus senhores em troca do uso da terra. A origem dessa prática está associada à tradição germânica – do beneficium – e ao processo de arrendamento de terras romana – o colonato.

É provável que as tributações tenham variado entre os diversos feudos existentes na Europa, entretanto assinalamos no quadro abaixo algumas obrigações mais recorrentes na realidade feudal.

- **CORVEIA:** o servo estava obrigado a trabalhar durante alguns dias da semana (geralmente três dias) nas terras do senhor, ou seja, no manso senhorial. Tinha por dever cultivar a terra e realizar serviços de manutenção e construção, quando necessários.
- **TALHA:** consistia na entrega de parte da produção servil ao senhor feudal. Em regra, oferecia um terço da produção a esse nobre.
- **BANALIDADE:** tratava-se da cobrança de imposto em consequência da utilização dos instrumentos ou bens pertencentes ao senhor feudal como o celeiro, o moinho e as ferramentas.

- **FORMARIAGE:** consiste em uma taxa matrimonial que o servo estava obrigado a pagar objetivando contribuir com o casamento do nobre.
- **CAPITAÇÃO:** imposto cobrado de acordo com o número de membros da família servil.
- **MÃO-MORTA:** em caso do falecimento do pai ou da família se o servo quisesse permanecer no feudo deveria pagar essa taxa ao senhor.
- **DÍZIMO (TOSTÃO DE PEDRO):** correspondia ao pagamento de 10% da produção do servil à Igreja.
- **ALBERGAGEM** ou requisição de alojamento: o servo tinha a obrigação de hospedar o senhor feudal caso fosse incluindo também os serviços que prestavam a eles.
- **TAXA DE JUSTIÇA:** os servos e os **vilões**<sup>13</sup> deviam pagar para serem julgados no tribunal do nobre;
- **CENSO:** pagos pelos vilões, sua cobrança variava de acordo com o número de indivíduos que compunham a população livre. Geralmente, os tributos servis eram pagos por meio da prestação de serviços ou com a oferta de produtos agrícolas, mas este imposto era o único que se pagava em dinheiro.

Ressaltamos que a interpretação acerca do pagamento de tais tributos pelos servos não vai ao encontro do sentido moderno do que entendemos como imposto. Pelo contrário, essa tributação estava inserida na mentalidade daquele período histórico. A atividade econômica se assentava em uma espécie de consciência social imaginária que o historiador Georges Duby classificou como *tirar, oferecer e consagrar*. Ou seja, ao propiciar a fecundação da terra, os senhores legitimavam suas reivindicações, propiciando a convergência de todo um sistema de oferendas ritualizadas para sua morada.

**Suserania e Vassalagem:** A sociedade medieval estava marcada por uma prática política e simbólica comum entre os membros da nobreza denominada relação de suserania e vassalagem. Esta é uma relação horizontal visto ser firmada entre iguais, quais sejam, entre nobres.



O termo **suserano**<sup>14</sup> se referia àquele proprietário que cedia as terras a um outro nobre, denominado **vassalo**<sup>15</sup>. A palavra feudo deriva da expressão germânica *fehū*, que significa “gado”. Sua interpretação se dava no sentido de que se um bem foi dado a alguém, espera-se que este dê algo em troca. As relações de suserania e vassalagem estavam legitimadas no discurso de proteção, honra e lealdade entre os nobres, principalmente por que esses laços entre um vassalo e seu suserano geralmente envolviam prestígio econômico e social.

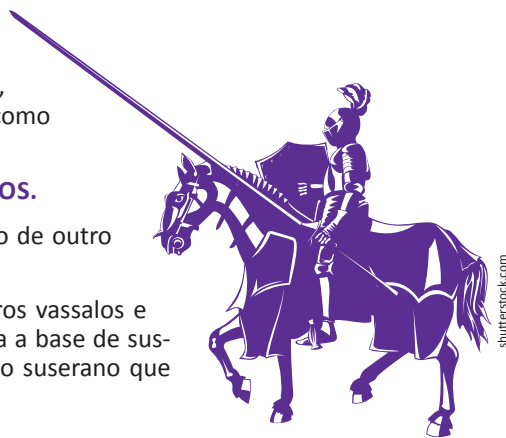
O contrato feudo-vassálico unia dois homens livres, mas configurava uma relação de dependência que abrangia obrigações mútuas entre seus adeptos. O suserano, apesar de ceder as terras, possuía o dever de proteção de seus subordinados em termos militares e, até mesmo, jurídicos. O vassalo deveria prestar serviços militares ao seu suserano, em caso de conflitos, atendendo prontamente o chamado do primeiro. O pagamento de tributos por parte dos vassalos em relação a seus suseranos também compunha tal relação.

Esses acordos entre suseranos e vassalos remetiam a forte hierarquia social a envolver os membros dessa sociedade. O rei era o maior dos suseranos, sendo que abaixo dele encontravam-se seus vassalos diretos, em regra, os nobres mais poderosos, e em seguida os nobres de menor destaque tal como apresentado no seguinte esquema:

**REI → DUQUES, CONDES E MARQUESES → BARÕES → CAVALEIROS.**

Lembramos que era possível um suserano ser, ao mesmo tempo, vassalo de outro senhor feudal.

A relação acima exposta confirma que um suserano poderia ter inúmeros vassalos e estes outros tantos compondo dessa maneira uma pirâmide hierárquica, cuja a base de sustentação seria a vassalagem, ancorada na busca do vassalo pela proteção do suserano que oferecia em contraprestação sua servidão.



13 O Vilão era aquele que não compunha a nobreza e vivia livremente nas vilas urbanas.

14 A origem da palavra esta ligada ao termo *dominus* que significa recebedor de fidelidade e serviços nobres.

15 A origem do termo *vassalus* advém da palavra céltica *gwās* que significa aquele que recebe sustento de outro.

A relação contratual feudo-vassálica era celebrada por um pacto de fidelidade ritualizado nas cerimônias de **homenagem** e de **investidura**. Os laços feudo-vassálicos eram estabelecidos em três momentos: inicialmente pela homenagem um indivíduo tornava-se “homem” de outro, ou seja, praticamente estabelecia-se entre o suserano e seu vassalo uma relação de parentesco entre pai e filho pautada em respeito, fidelidade, sustento e servidão; o segundo momento tratava da fidelidade, onde as partes juravam perante a *Bíblia* ou uma relíquia sagrada firmando o compromisso com um beijo entre as partes. Por fim, realizava-se o ato solene da *investidura* através do qual o nobre feudal tornava-se suserano ou vassalo. A entrega de um objeto como um pouco de terra, folhas ou ramo de árvore simbolizava a concessão do feudo pelo suserano.

Além da prestação de auxílio militar, o vassalo tinha outras obrigações para com seu suserano, quais sejam: contribuir financeiramente com o casamento das filhas do suserano e para a cerimônia cavalheiresca de seus filhos; participar como jurado do tribunal presidido por seu suserano para julgar outro senhor acusado de crime, bem como para depor a favor do suserano, caso lhe fosse solicitado, por fim, se o suserano estivesse de passagem pelo feudo deveria hospedá-lo, bem como a seus acompanhantes. Quanto ao suserano, além de proporcionar proteção militar ao vassalo, suas obrigações abrangiam: garantir na posse do feudo dado em benefício ao vassalo; assegurar que o vassalo fosse julgado por um tribunal de senhores quando cometesse um crime; e, finalmente, em caso de morte do vassalo deveria exercer auxílio e proteção a viúva e a seus herdeiros menores.

A relação vassálica contribuiu, ao longo do tempo, para a descentralização do poder político e o progressivo enfraquecimento do poder real. Quando os reis doavam terras aos nobres perdiam privilégios políticos e, por consequência, se debilitavam. Na expectativa de se fortalecerem os monarcas financiavam guerras para a conquista de novas áreas dando início a um círculo vicioso, pois continuavam cedendo terras a seus vassalos, prosseguiram na dependência dos serviços militares dos mesmos e estabeleciam novos laços de vassalagem para manter os já constituídos. Ao mesmo tempo, as relações vassálicas contribuíram com a manutenção da ordem feudal ao coibir as revoltas servis.

Na contramão da monarquia, a Igreja Católica buscou tirar vantagens das doações de feudos que recebia dos fiéis, levando a seu crescente fortalecimento econômico (se tornou a maior senhora feudal detentora de terras do período).

**A sociedade feudal – “...uns rezam, outros combatem e outros trabalham”:** Marcada pela imobilidade, a sociedade feudal pode ser definida como estamental. Nessa sociedade de ordens a posição do indivíduo era determinada a partir de seu nascimento. O fragmento a seguir resume, de maneira concisa, a percepção social do período:

*“O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece una, é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros.”*

(Bispo Adalberón de Laon [c.1025]. IN: FRANCO Jr., Hilário. Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986:72.)

Os senhores e os servos compunham os estamentos básicos da sociedade. Os senhores, geralmente ligados à posse da terra e ao exercício de poder sobre os servos, possuíam autoridade militar, jurídica e religiosa (no caso dos senhores eclesiásticos).

A Igreja, representada pelos clérigos ou oradores, teve importância central na sociedade feudal influenciando os costumes e o agir das pessoas. Ela propiciou a mediação conectiva entre os vários elementos que compunham aquela formação social. A ideologia cristã conseguiu atingir intimamente o imaginário coletivo e as inúmeras manifestações de convivência cotidiana dos indivíduos.

Esses aspectos, de acordo com Hilário Franco Júnior, podiam ser percebidos naturalmente a exemplo da consciência exposta durante a confissão, da vida sexual resultante do laço matrimonial, do calendário litúrgico que permitia a noção do tempo revelado no domínio das artes, das festas e do pensamento, da concepção que pelos sacramentos o homem alcançaria a verdadeira vida após o batismo e o descanso eterno da morte no solo sagrado do cemitério. Logo, a Igreja delineou a representação que a sociedade deveria apreender acerca de si mesma.

A hierarquia clerical, dividida em alto clero (bispos, abades e cônegos) e baixo clero (padres e monges), permitiu que a Igreja mantivesse relações com monarcas e nobres, a influenciar profundamente as questões políticas, bem como com as populações urbanas por meio da vivência religiosa. Outros religiosos se dedicaram a uma vida de oração e isolamento em mosteiros.

Os nobres ou bellatores, eram representados pela figura do senhor feudal, cujo poder econômico estava assentado na posse de terras e no domínio exercido sobre os servos. No entanto, a exclusão pelo direito de primogenitura levaram muitos nobres a ocuparem funções diversas como a de administrador das terras de um feudo ou do exercício de um cargo clerical se dedicando a vida religiosa.

O historiador Georges Duby destaca que no feudalismo a autoridade política está fracionada em diversas células autônomas (feudos) administradas por um senhor que do mesmo modo explora a força de trabalho servil como parte de seu patrimônio hereditário.

O contrato feudo-vassílico, firmado apenas entre indivíduos pertencentes à nobreza, como anteriormente analisamos, propiciou a concessão de terras de um nobre para outro e da obrigação do auxílio militar a seu senhor.



<http://1.bp.blogspot.com/-rBPD6JLZ4AY/VBohm5Riknl/AAAAAAAAAdNs/FN6fFS1b-NA/s1600/Os-Papas-mediavais-comiam-sozinhos-em-seus-pal%C3%A1cios-os-card%C3%A1pios-pr%C3%B3rios-da-%C3%A9poca-enquanto-os-cardeais-se-reuniam-em-diferentes-refei%C3%A7%C3%B5es-particulares.jpg>

Na base da pirâmide social estava o servo ou laboratores, preso à terra e subordinado ao seu senhor, bem como os escravos e vilões. A maior parte da população camponesa se encontrava em condição servil, uma vez que realizavam os trabalhos necessários à subsistência da sociedade e pagavam taxas a seus senhores.

O fragmento textual abaixo extraído do pensamento de Eadmer de Canterbury, em meados do século XI, evidencia os papéis sociais estabelecidos na sociedade feudal:

*A razão de ser dos carneiros é fornecer leite e lã; a dos bois é lavrar a terra; e a dos cães é defender os carneiros e os bois dos ataques dos lobos. Se cada uma destas espécies de animais cumprir sua missão, Deus protegê-la-á. Deste modo, fez ordens, que instituiu em vista das diversas missões a realizar neste mundo. Instituiu uns – os clérigos e monges – para que rezassem pelos outros e, cheios de doçura, com as ovelhas, sobre eles derramassem o leite da pregação e com a lã dos bons exemplos lhes inspirassem um ardente amor a Deus. Instituiu os camponeses para que eles – como fazem os bois, com seu trabalho – assegurassem a sua própria subsistência e a dos outros. A outros, por fim – os guerreiros –, instituiu-os para que mostrassem a força na medida do necessário e para que defendessem dos inimigos, semelhantes a lobos, os que oram e os que cultivam a terra.*

**As relações entre as ordens:** A rigidez da sociedade medieval dividida em Clero, Nobreza e Servos, foi favorecida pela concepção de uma ordem divina ou celeste, e como tal imutável, visto a organização social ser tratada como um reflexo da Trindade Santa. Ao nascer em uma ordem, o indivíduo praticamente morreria pertencendo a ela. A interpretação caminhava no sentido de que Deus definira a posição social do indivíduo e, se assim o fez, não caberia aos homens questionar. A Igreja se colocava como intérprete das vontades divinas afirmando que a terra pertencia legitimamente aos senhores (neste caso guerreiros e clérigos), cabendo aos servos o trabalho na mesma e o sustento da sociedade. O questionamento dessas verdades pelos fiéis poderia conduzir a ira divina e, por conseguinte, ao castigo eterno após a morte, levando a perda dos benefícios a serem alcançados pela vida eterna ao lado de Deus. A pregação religiosa inibiu, nesse sentido, as prováveis revoltas servis ao criar um juízo de conformação do servo pela posição social ocupada, sendo um verdadeiro mecanismo de controle social.

## NASCIMENTO E EXPANSÃO DO ISLAMISMO

Não raras vezes nos deparamos com notícias propagadas pelos veículos de comunicação acerca de atentados terroristas executados por grupos fundamentalistas islâmicos como o Al Qaeda e Hezbollah. A violência propagada do radicalismo religioso de contornos políticos já contabiliza, ao longo da história destes povos, milhares de mortes.

Por outro lado, o islamismo é a religião que prevalece no Oriente Médio, mas, que mais cresce no mundo, ganhando adeptos em regiões longínquas de suas raízes como, por exemplo, na América.

Considerando a importância da presença islâmica no mundo contemporâneo, nossa proposta de estudo parte da discussão histórica do islamismo, buscando a compreensão de seus fundamentos, de sua expansão e posição presente, uma vez que a coerente apreensão dos eventos atuais depende do resgate de sua própria origens.

Mais que uma simples composição cronológica dos fatos, o estudante dessa cultura deve ter em mente que a correta análise do islamismo hoje deve estar afastada de preconceitos e discriminação frutos de uma visão pejorativa e equivocada dos seguidores construída historicamente pelo mundo ocidental.

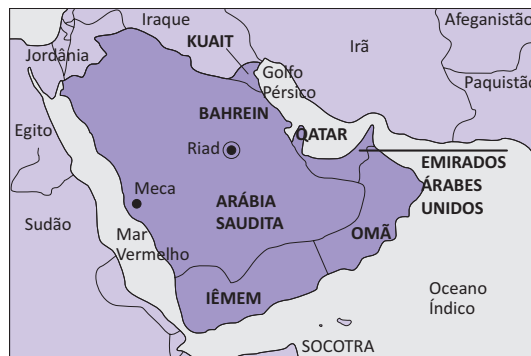
## A GEOGRAFIA DA ARÁBIA

A Arábia está localizada na Ásia, em uma Península do Oriente Médio, que faz limites com a Palestina e a Mesopotâmia (ao norte), o Oceano Índico (ao sul), o Golfo Pérsico (a leste) e o Mar Vermelho (a oeste).

Apesar de predominar em sua paisagem os desertos, a dificuldade do acesso aos rios e o solo pedregoso, o clima quente e seco não impediu a habitação secular da região por povos de origem semita. Muitas dessas populações buscaram abrigo em oásis e regiões da costa marítima, o que motivou uma série de conflitos entre as diversas tribos existentes.

Na parte central e setentrional viviam os beduínos. Eram povos nômades ou seminômades, organizados em tribos e controlados por um líder chamado Xeque. Viviam da criação de camelos e carneiros, da prática de pilhagem e da prestação dos serviços de escoltas às caravanas de comerciantes que cruzavam os desertos.

Já o sul da Península Arábica, o denominado lêmên, possuía clima ameno e terras mais férteis o que permitiu a sedentarização das tribos urbanas que se dedicavam à criação de animais e ao cultivo de certas culturas como especiarias, bálsamo, tâmaras e algodão. A facilidade de comunicação com povos vizinhos pela via marítima contribuiu para o desenvolvimento das atividades comerciais por mercadores caravaneiros, como a tribo Coraixita que controlava a cidade de Meca, e de grandes centros urbanos, como Iatreb, a futura Medina.



## A RELIGIÃO ISLÂMICA E A CONVERSÃO DOS POVOS ÁRABES

Antes do surgimento da religião islâmica, os beduínos dedicavam-se ao culto politeísta e a crença em espíritos que representavam os elementos da natureza. A despeito dos traços religiosos, da língua (o árabe) e da cultura tribal em comum, não foram estes aspectos suficientes para que esses povos conseguissem se organizar em estados centralizados.

Apesar deste cenário, Meca ganhava cada vez mais importância perante as tribos beduínas, vindo a se tornar o maior centro religioso da região arábica, a partir do século V. Essas populações peregrinavam em direção à pedra sagrada da Caaba, um templo de forma cúbica que continha os principais ídolos cultuados – eram mais de 300 divindades –, e a pedra negra, que acreditavam ter caído dos céus quando da vida de Adão na terra.



Meca, além de centro religioso, era também local de convergência de caravanas de comerciantes vindos de várias regiões da Europa e da Ásia, como as de judeus e cristãos. Nesse sentido, o constante contato comercial favoreceu o conhecimento das concepções religiosas monoteístas pelos árabes com fundamento em um deus único.

A partir do século VII, as aristocracias mercantis urbanas passaram a defender a unificação dos povos árabes mediante à crescente necessidade da expansão das atividades comerciais prejudicada pelas constantes guerras entre as tribos. Tal pretensão buscou amparo em uma nova religião, pregada por Maomé (570 – 632), e capaz de unir as populações da região, qual seja, o Islamismo.

Maomé nasceu em Meca e pertencia a tribos dos coraixitas. A dedicação às atividades comerciais pelos desertos da Arábia teria contribuído para que Maomé entrasse em contato com outras concepções religiosas monoteístas vindo a influenciar, decisivamente, na fundamentação do islã, ou seja, o Judaísmo e o Cristianismo.

A nova pregação religiosa difundida por Maomé criticava o culto politeísta, bem como a veneração aos ídolos da Caaba, protestava pela ajuda aos necessitados e afirmava a crença em único Deus, Alá. Não tardou, o profeta islâmico passou a ser perseguido pela tribo coraixita que controlava o lucrativo comércio de Meca e que se via prejudicada com a possibilidade da diminuição das peregrinações religiosas a este centro urbano.

Temendo por sua vida, Maomé e seus seguidores fugiram, em 622, para Iatreb, o que ficou historicamente conhecido como **hégira**, marcando o início da cronologia do calendário muçulmano.

Nesta cidade, o profeta encontrou amparo da oligarquia mercantil, rival da tribo coraixita. A rápida conversão dos comerciantes da região e das tribos beduínas, favoreceu a nova denominação de Iatreb que passou a ser chamada de Medina que significa “Cidade do Profeta”.

Ao mesmo tempo, Maomé tornou-se chefe guerreiro e passou a recrutar os povos beduínos para a guerra de conversão dos povos árabes. Em 630, Meca foi conquistada e a Arábia passou a ter unidade política e religiosa. Maomé faleceu em 632, mas antes revelou a necessidade de expansão do islamismo por meio da **djihad**, ou seja, da luta ou guerra santa pela conversão dos povos infiéis entendida como uma obrigação.

O Islã possuía ensinamentos simples, fundamentados na submissão à vontade divina. Os ensinamentos orais de Maomé foram transcritos para o **Corão**, o livro sagrado, dois anos após a sua morte.

O Corão atribui algumas obrigações a seus fiéis como a fé em Alá e a submissão aos ensinamentos de Maomé, a prece cinco vezes por dia, o jejum nos trinta dias do Ramadã, a prática das esmolas e a peregrinação à Meca, ao menos uma vez na vida. O livro sagrado é também uma espécie de código moral e de justiça, visto a série de normas sociais impostas a exemplo da proibição do consumo de bebidas alcoólicas, do consumo de carne de porco, da prática dos jogos de azar, do homicídio e do roubo.

Além do Corão, o Islamismo possui outro livro de orientação complementar aos fiéis, a **Sunna**, que trata da junção de narrativas acerca das tradições ou costumes de preceitos e atos atribuídos a Maomé.

## A EXPANSÃO ÁRABE

A expansão árabe levou à formação de um vasto império que resultou na composição da civilização muçulmana a partir de aspectos inerentes aos povos árabes, sírios, persas, turcos, dentre outros. Essa expansão foi conduzida pelos grupos mercantis urbanos da Arábia com o intuito de desenvolver o comércio internacional em direção ao Egito, à Síria e à Mesopotâmia, tendo como principais alvos os povos bizantinos e persas. Dessa maneira, o discurso religioso passou a legitimar os interesses econômicos que moviam a política de expansão territorial.

Alguns fatores motivaram o apoio dos beduínos à expansão árabe como a possibilidade de pilhagens dos vencidos em guerras, o controle das **terras férteis**<sup>16</sup> da península e a recompensa mística advinda da adesão a guerra santa que, segundo o Corão, estaria no alcance do Paraíso após a morte.

A organização da expansão árabe não foi um processo que ocorreu tranquilamente, pois, Maomé faleceu sem deixar herdeiros ou algum sucessor, o que ocasionou violentas disputas pelo poder político da Arábia. Em um primeiro momento, o poder político foi exercido por **califas** (chefes religiosos e políticos) que possuíam algum grau de parentesco com Maomé ou que seriam seus seguidores: Abu Bakr (632 – 634), sogro de Maomé, Omar (634 – 644), Otman (644 – 656) e Ali (656 – 661). Tais califas se empenharam nas conquistas de territórios asiáticos (Palestina, Síria, Armênia, Mesopotâmia e Pérsia) e do norte da África (Egito e costa da Tripolitânia, antiga província do Império Romano).

Meca se tornou o centro religioso e Medina a capital do Império. Politicamente passou a vigorar uma Monarquia patriarcal, mas não hereditária. Ao contrário do que se podia esperar, as populações dominadas puderam manter sua administração, propriedades e **costumes**<sup>17</sup>, não lhes sendo impostas a conversão ao Islamismo, todavia, deveriam pagar impostos aos árabes, o que não seria exigido dos convertidos. Tal contexto contrariava, evidentemente, os ideais primeiros da Guerra Santa propagados por Maomé.

Posteriormente, a dinastia Omíada assumiu o poder político através de Moaviá, governador da Síria. A capital passou a ser Damasco, o que garantiu aos comerciantes sírios e árabes que viviam na região o comando da política de expansão territorial. A Monarquia tornou-se de fato hereditária, apesar de a eleição formal do herdeiro do califa realizar-se ainda durante sua vida.

Nesse segundo momento, a expansão islâmica voltou-se para as rotas do comércio internacional da Ásia Central (o Afeganistão, o Turquestão, o vale do Rio Indo e o Império Bizantino) e do mar Mediterrâneo (todo o Norte da África, as ilhas do Mediterrâneo, a Península Ibérica e o Reino dos Francos). Destacamos que neste momento o Reino dos Visigodos foi destruído, em 711, porém o mesmo não se deu em relação aos francos comandados por Carlos Martel, que levou a derrota do exército islâmico na Batalha de Poitiers, na região dos Pirineus, em 732.

16 A conquista de terras férteis era uma necessidade crescente frente ao alto índice de natalidade favorecida pela prática da poligamia, o que contrastava com a dificuldades econômicas advindas da geografia desértica da região.

17 As diferentes práticas religiosas deveriam ficar restritas às sinagogas ou templos.

Baseado no modelo de administração bizantina, o domínio territorial islâmico foi dividido em províncias. Estabeleceu-se um eficiente sistema de correios a cavalo, o árabe se tornou a língua oficial do Estado e a moeda foi unificada com o uso do dinar de ouro e do dirrem de prata.

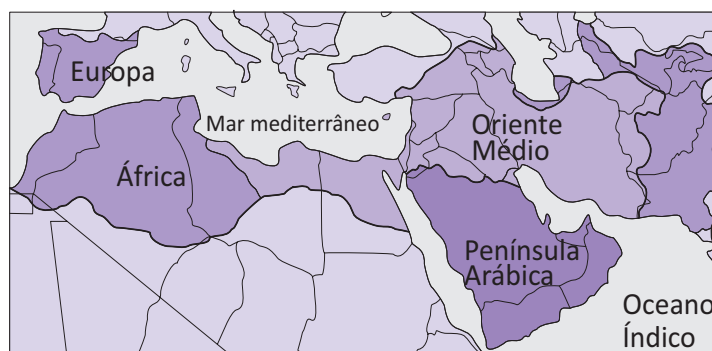
Em 750 houve a emergência de uma nova dinastia ao poder, a **Abássida**, que governou até 1258. Bagdá tornou-se a nova capital e o califado passou a sofrer fortes influências políticas de caráter teocrático, fruto da cultura persa. A partir de então, o império tornou-se muçulmano e não apenas árabe, a considerar o imenso número de fiéis existentes nas vastas regiões imperiais.

A expansão do território propiciou a existência de uma enorme burocracia estatal, o que dificultava a administração do extenso império. Contudo, um intenso comércio surgiu, novas técnicas de produção agrícola passaram a ser utilizadas, como os engenhos hidráulicos e mecânicos, houve o alargamento do consumo de mercadorias, até então, restritas a grupos economicamente mais privilegiados, bem como a criação de animais com destaque aos cavalos. O artesanato, o comércio de artigos de luxo e o consumo das especiarias foi amplamente impulsionado.

Posteriormente, conflitos políticos e **religiosos**<sup>18</sup> minaram a centralização imperial islâmica. A imensidão do território e a existência de diversos grupos étnicos conduziram a fragmentação de domínio geográfico. O resultado foi a divisão dos domínios territoriais em diversos califados como o de Bagdá, na Ásia, o de Córdoba, na Espanha e o do Cairo, no Egito.

Religiosamente, a unidade de crença foi quebrada com o surgimento de outras seitas islâmicas como as dos **sunitas** e dos **xiitas**. Os primeiros compõem maior grupo islâmico existente, seguem a Sunna e defendem a união da comunidade islâmica por meio da autoridade dos califas eleitos pelos crentes. Já os xiitas admitem como fonte exclusiva dos ensinamentos sagrados o Corão, além de afirmarem que a única liderança política-religiosa legítima é aquela sobrevivida da sucessão de Maomé, sendo considerada a dos descendentes do califa Ali, primo e genro do profeta.

Por fim, a queda do califado de Bagdá ocorreu com o domínio dos turcos seljúcidas, em 1057. Em 1258, os mongóis conquistaram definitivamente Bagdá e, no século XV, os turcos-otomanos tomaram a parte oriental dos domínios islâmicos, findando o domínio do Império Islâmico.



- Mares e Oceanos
- Guerras e Conquistas durante a vida de Maomé
- Guerras e Conquistas durante o governo dos primeiros Califas
- Guerras e Conquistas durante o governo dos Califas Omíadas

## A ÁFRICA DURANTE A IDADE MÉDIA

Por muito tempo a historiografia não se interessou pelo estudo do continente africano, apesar de sua história compreender aspectos que demonstram sua diversidade social, política étnica e cultural.

A despeito de a África ser geograficamente um continente extenso e populoso, os europeus medievais tinham um pequeno conhecimento da realidade acerca destas terras, que compreendia basicamente aquelas banhadas pelo mar Mediterrâneo, ao norte.

Tal aspecto pode ser explicado pelo contato dos europeus com antigos povos da região, como os romanos, os egípcios, os fenícios e os cartagineses, que estabeleceram uma interligação mais íntima com outras culturas contribuindo com o florescimento da própria civilização ocidental.

No século V, os vândalos expandiram suas conquistas territoriais ao norte da África, englobando a região da antiga Cartago. Mais adiante, no século VI, os bizantinos dominaram a região que, no século VII, foi novamente alvo de disputas, levando à consolidação da conquista muçulmana do Norte da África.

Enquanto a Europa se estruturava durante a Alta Idade Média, na África importantes reinos surgiam, principalmente nas áreas de expansão islâmica, o que beneficiou, decisivamente, o surgimento de importantes rotas de comércio em direção ao interior desse continente.

Em nosso estudo analisaremos alguns desses reinos, com destaque a África Ocidental, apesar de a documentação escrita deixada pelos mesmos, acerca de sua própria história, ser escassa. Os europeus também não se interessaram pelo relato histórico da África, durante o período medieval. Todavia, são possíveis outras formas de conhecimento histórico que estão relacionadas aos estudos arqueológicos, às fontes da rica e vasta tradição oral desses povos e aos relatos árabes a partir do contato com os mesmos.

<sup>18</sup> Nesse contexto de decadência do Império Islâmico destacou-se a Guerra de Reconquista da península Ibérica pelos cristãos, no século VIII, e o movimento cruzadístico impulsionado pela Igreja Católica Ocidental contra os povos muçulmanos, no século XI.



## O IMPÉRIO DE GANA

Durante o período medieval, poderosos reinos se desenvolveram na África Ocidental, originando a principal rota comercial entre o mar Mediterrâneo e o interior da África.

Dentre estes estados, destaca-se o **Império de Gana**. Localizado entre os rios Senegal, Níger e o deserto do Saara, a origem territorial de Gana deve-se aos soninqueses, povo de origem mandê, que impulsionou a unificação de pequenas cidades a partir de inúmeras guerras contra povos nômades levando à formação do Império, por volta do século IV. O termo Gana teria sido conferido por um povo nômade do deserto, os **berberes**, visto que se tratava de um título, “ghana”, designado ao governante, que significa “rei guerreiro”.

A restrição da comunicação entre os povos ocidentais e aqueles que se encontravam no interior da África se deve ao isolamento territorial propiciado pelo deserto do Saara, cujas viagens eram demoradas e perigosas. Tal aspecto explica a proximidade dos povos do norte africano, como o Reino de Gana, com aqueles que fizeram parte da história do Ocidente, como gregos, romanos, fenícios, cartagineses, egípcios, árabes. Mesmo isolados em seu próprio continente este povo pôde desenvolver um vasto comércio na região da África Subsaariana.

O camelo, introduzido como meio mais viável de transporte pelo deserto, possibilitou, a partir de então, a integralização do comércio das riquezas provenientes da África Negra à economia mediterrânea, o que foi mais difundido ainda com a chegada dos árabes a região do Magreb. Gana, por exemplo, chegou a comercializar toneladas de ouro o que lhe rendeu a denominação **Terra do Ouro** vindo a ser um dos mais ricos reinos da época, como está demonstrado em inúmeros relatos árabes. Ademais, Gana destacou-se por controlar o intenso comércio de importantes mercadorias entre o norte e o interior da África como o de sal, de tecidos e de escravos, alcançando seu auge por volta do século VIII.

Politicamente, o Reino de Gana situou sua capital em Kumbi-Saleh de onde o rei exercia sua autoridade. Tinha o apoio de uma importante nobreza que legitimava o controle de povos vizinhos obrigando-os, por exemplo, ao pagamento de tributos sobre as terras, a exploração de ouro, agricultores, pastores e artesãos. Justificava tal exploração com a atuação na defesa das fronteiras territoriais destes povos subordinados, o que foi propiciado por um exército de aproximadamente 200 mil homens.



Apesar do constante processo de conversão islâmica dos povos africanos, principalmente dos mercadores berberes, o Reino de Gana resistia. A expansão do islamismo estava, geralmente, acompanhada de conflitos e à medida que a conversão dos povos se consolidava, o domínio islâmico se fazia mais fortalecido, inclusive politicamente. Conseqüentemente, a resistência de Gana não foi suficiente para impedir seu enfraquecimento e fragmentação territorial levando, em 1076, a conquista de sua capital pelos almorávidas, pertencentes à dinastia berbere.

## O IMPÉRIO DE MALI

Inicialmente, **Mali** compunha uma das regiões do Império de Gana habitada pelos mandingas, cuja composição incluía doze pequenos reinos ligados entre si e com capital em **Kangaba**. Esse território era denominado **Manden**, que significa “terra dos mandingas”.

Após séculos de conflitos contra soninqueses, almorávidas e sossos, Mali conseguiu sua independência e adotou a religião islâmica. Somente em 1235, após um logo período de crise política e econômica, Mali finalmente conseguiu se fortalecer conquistando, inclusive, o território de seu antigo opressor, Gana, sob a liderança de **Maghan Sundiata**. O título Mansa significa “imperador” na língua mandinga.

Mali passou, nos século seguintes, a constituir um grande império dotado de variada composição étnica o que forçou a composição de uma administração centralizada, com fronteiras e formulação de leis gerais pela **Gbara** — assembleia composta por diversos povos do império — impostas a todos.

O Império de Mali passou a controlar o comércio local, em substituição a Gana, bem como o de ouro, marfim, cobre e pedras preciosas direcionados ao comércio do Mediterrâneo, cujo auge se deu na administração de Mansa Mussa. Algodão, inhame, feijão, bovinos, caprinos, carneiros, ovinos, artigos de luxo, armas de metal e tintas compunham a economia comercial de Mali.

O governo de Mussa estava centralizado na rica cidade de **Timbuktu**, que também se tornou um dos maiores centros difusores da cultura muçulmana na época. Além disso, centros de estudos avançados localizados nesta cidade se esforçaram em traduzir inúmeros textos gregos o que despertou, por séculos, o interesse dos europeus em conhecer a fabulosa cidade.

Ao final do século XIV o Império de Mali entrou em decadência. Tal processo foi impulsionado por disputas políticas internas e invasões de um povo berbere, os **tuaregues**, sendo conquistado, definitivamente, no século XV, por um dos povos subjugados, os **songais**. Tal momento coincide com o processo de expansão marítima que levou os portugueses ao desembarque em uma decadente Mali, em 1495, muito aquém do antigo e poderoso império que outrora havia se formado.

## CIDADES IORUBÁS

A atual região correspondente à Nigéria constituiu, a partir do século IX, as cidades da denominada **civilização iorubá**.

Apesar de não terem unificado suas cidades, os iorubás conservaram a mesma cultura, a exemplo da língua e da religião, o que lhes permitiram a constituição de certa identidade comum.

Dentre as cidades iorubás **Ifé** se tornou a mais importante por ser considerada sagrada. Acreditavam que este centro urbano foi o berço dos iorubás, a origem da própria história desse povo, além de constituir um grande centro artesanal e artístico. Do mesmo modo, **Oyo** destacou-se, mas como importante centro militar.

O povo iorubá teve contato com as religiões cristã e islâmica, mas conseguiu se manter fiel à tradição politeísta de adoração aos deuses orixás, crença esta particular a esse povo. Contudo, a conquista portuguesa da região levou a escravização dos iorubás ou nagôs, como eram denominados pelos lusos, a fim de que trabalhassem na América. Tal fato histórico permitiu que o culto aos orixás se misturasse aos elementos da crença cristã possibilitando um forte sincretismo religioso que culminou na emergência, por exemplo, do Candomblé, da Umbanda e do Vodun.

Pesquisadores afirmam que o declínio das cidades iorubás teve início em meados do século XV como consequência da fragmentação política. A falta de unidade, liderança política e desacordos entre as cidades iorubás teria facilitado o processo de escravização portuguesa que lhes foi imposto.



Rei ao cavalo, do livro "Mansa Musa", publicado pela Gulliver Books

## A CHINA MEDIEVAL

A China atual constitui uma das maiores economias mundiais. Esse país de dimensões continentais e que possui um enorme contingente populacional, se abriu ao mundo, ainda no século XX, alcançando privilegiada posição política dentre as nações ocidentais.

Por outro lado, a diversidade cultural, étnica e linguística compõem uma China multifacetada o que, de certa maneira, se torna uma perene ameaça ao ideal de unificação

Sua trajetória histórica, até o presente momento, revela a luta chinesa em prol da integração da população que, constantemente, se envolve em revoltas separatistas. Em um território de dimensões vastas como a China, a luta pela unidade ou sua manutenção não foi e não é uma tarefa fácil a ser consolidada.

A partir dessa breve compreensão da China introduzimos o estudo de sua trajetória histórica que, já em tempos remotos como o equivalente ao medieval, tal unidade foi construída e reconstruída por diversas vezes.

### PRIMEIRAS TENTATIVAS DE CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE CHINESA

O ano 221 a.C. marcou o início de um período de longa estabilidade política da China. A **dinastia Ch'in** deu início ao Estado unificado chinês a partir de uma série de conflitos contra povos de diferentes etnias que habitavam a região.

O propósito de um Estado unitário foi perseguido pela **dinastia Han** que exerceu o controle político da China de 206 a.C. a 220 d.C sendo esta a responsável pela consolidação da unificação chinesa.

A unificação, todavia, não resistiu às constantes ameaças à unidade política chinesa que, após anos de conflitos com diversos povos, acabou por contribuir com a divisão territorial que levou a formação de três reinos independentes: **Weí** (ao norte), **Shu** (ao oeste) e **Wu** (ao leste).

Após séculos de guerras, o cenário perceptível era o de uma China marcada pela divisão, destruição, invasões e miséria. Em 552, a China deparou-se com uma perigosa tentativa de domínio territorial que partia dos turcos. Percebendo a fragmentação e a rivalidade entre os povos que compunham os três reinos independentes da China, os turcos davam como certa a conquista territorial. Entretanto, conflitos internos conduziram à divisão política dentre os invasores, dando início a guerra entre o Turquestão do oeste e o do leste, em 581.

Afastada a ameaça de invasão turca, as elites guerreiras e proprietárias de terras dos três reinos chineses fomentaram os reinos a lutarem entre si, com o propósito de reunificação territorial. Após uma série de sangrentas batalhas uma nova dinastia emergiu, a **Sui**, que conseguiu reunificar a China.

#### DINASTIA SUI

A dinastia Sui exerceu seu governo de 581 a 618. Neste período, destacaram-se dois imperadores, Wendi e Yangdi.

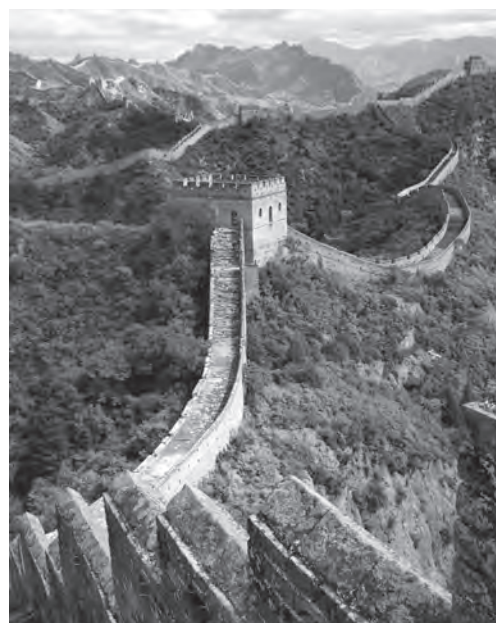
O primeiro imperador Sui, **Wendi**, foi o responsável pela unificação territorial. Os dispendiosos gastos com a guerra acabaram por dificultar sua administração, visto à grave situação econômica da China. Uma de suas primeiras medidas foi a diminuição de gastos com a burocracia estatal e o fim de privilégios concedidos à nobreza. Por outro lado, pretendia beneficiar os camponeses, maioria da população, melhorando suas condições de vida.

As medidas populares adotadas por Wendi não foram aceitas pela nobreza que passou a tramar por sua derrubada culminado no assassinato do primeiro imperador Sui. O filho de Wendi, **Yangdi**, assumiu o controle político, a partir de então. Seu governo foi marcado pela política de beneficiamento à nobreza, bem como pela construção de grandes obras públicas.

Os altos gastos estatais passaram a ser suportados exclusivamente pelos camponeses que eram duramente explorados por meio do trabalho compulsório. Destacam-se neste período grandes obras públicas a exemplo da **Muralha da China** e do **Grande Canal** que, além de ligar o território, facilitava o transporte de mercadorias. Tais obras forma possíveis graças ao trabalho de milhares de camponeses.

O imperador Yangdi promoveu também uma política expansionista em direção à Coréia, mas a resistência coreana tanto nas batalhas terrestres, quanto nas marítimas acabaram por repelir os chineses lhes impondo uma dura derrota.

O fracasso da campanha militar contra a Coréia, as invasões de nômades turcos, a vida luxuosa da nobreza, somados à impopularidade do imperador contribuíram, decisivamente, para a queda da dinastia Sui em 618, após o assassinato de Yangdi.



Muralha da China

## A DINASTIA TANG

Esse período é reconhecido como o de maior esplendor da civilização chinesa marcado pela expansão territorial, pela vasta atividade comercial, pelas inovações tecnológicas, pelo avanço da imprensa, da literatura e das artes, como veremos a seguir.

O início da **dinastia Tang** está ligado a figura do general **Li Yuan**. Fruto da desestabilização política, esse general, ainda antes da morte de Yangdi, tomou a cidade de Daxing e proclamou um dos netos do monarca como imperador, o que não foi reconhecido oficialmente pelo governo chinês.

Com o assassinato do imperador, Li Yuan tomou o trono inaugurando a dinastia Tang (618 – 907). Esse governo esteve marcado por intrigas familiares, visto o trono ser ambicionado por todos os filhos do imperador conduzindo a um final trágico com o assassinato de dois herdeiros de Li Yuan, Li Jiancheng e Li Yuanji.

Abdicando ao trono, Li Yuan permitiu a ascensão de Li Shimin que passou a ser chamado de Taizong que significa “segundo imperador de uma dinastia”.

A dinastia Tang permitiu a mescla de elementos culturais chineses e turcos graças à origem de Taizong, chinesa pelo pai e turca pela mãe. Esse imperador chegou a incorporar ao exército chinês tropas turcas. Todavia, lembramos que a China deste período possuía um caráter multicultural que compreendia indianos, persas, árabes, dentre outros povos.

Uma das medidas de **Taizong** que colaborou para o desenvolvimento chinês neste período foi a política de reforma agrária. Por meio desta, o imperador conquistava territórios inimigos e dividia as terras entre a população camponesa. Ao mesmo tempo em que alcançava o apoio popular o imperador evitava, assim, o rompimento com a nobreza.

Outra importante medida adotada por Taizong tinha caráter administrativo. O imperador instituiu uma espécie de prova que selecionava os candidatos a cargos públicos mais bem qualificados levando em consideração o mérito pessoal dos mesmos. Os sucessores de Taizong deram continuidade a sua política de desenvolvimento.

A dinastia Tang é reconhecida como a de maior prosperidade e progresso técnico e material. Algumas inovações tecnológicas do período marcaram o mundo, a exemplo do relógio mecânico, da bússola e da técnica de impressão de livros que estando muito adiante da realidade da Europa medieval. Da mesma forma, a educação recebeu especial atenção o que pode ser comprovado pela fundação de inúmeras escolas nas províncias, com destaque aos estudos voltados para a medicina.

A dinastia Tang promoveu violenta política de expansão territorial ampliando as fronteiras imperiais o que contribuiu, fortemente, para o desenvolvimento das atividades comerciais. O notório desenvolvimento econômico permitiu a melhoria nas condições de vida da população chinesa acarretando, por outro lado, um excepcional aumento populacional.

A prosperidade acima elencada abrangeu, porém, apenas o lapso temporal da dinastia Tang. Já ao final deste período, revoltas camponesas foram motivadas pela alta cobrança de impostos ocasionada pela substituição da contribuição tributária em espécie – pagamento com parte do arroz cultivado –, ou na forma de trabalho, pelo pagamento em dinheiro. A consequência dessa imposição foi a perda das terras pela maioria dos camponeses.

Outro fator que contribuiu para a crise política da dinastia Tang foi a carência de metais utilizados na cunhagem moedas. Tal fato, segundo o governo, foi convenientemente atribuído aos templos budistas devido a utilização do bronze e de outros metais na confecção de sinos e estátuas. A consequência foi o confisco dos objetos metálicos dos templos budistas com o fim de derretê-los para a cunhagem de moedas. Além disso, o budismo passou a ser perseguido a partir de um decreto que o definia como uma religião estrangeira que ameaçava a unidade política.

Tal posição governamental contra a religião budista legitimou a apropriação das terras que lhes pertenciam, bem como de seus mosteiros que foram adaptadas aos edifícios públicos.

A longa guerra civil, a partir de 902, acarretou a fragmentação do território chinês em diversos reinos menores a partir da deposição do último imperador Tang em 906. Somente em 960 a China foi novamente reunificada a partir dos esforços do general Zhao Kuangyin, responsável pelo início de uma nova dinastia, a Song (960-1279).

A dinastia Song se empenhou na reunificação da China, o que foi consolidado, principalmente em direção ao sul. Mas o norte já havia caído sob o domínio dos mongóis comandados por Gengis Khan que se apresentavam aos chineses como grandes inimigos que, mais uma vez, ameaçam a estabilidade interna.



Templos budistas medievais

TEXTO COMPLEMENTAR

## ELE FEZ O MUNDO TREMER

*No século XIII, Gêngis Khan fundou um império que mais tarde iria do mar Cáspio ao oceano Pacífico, a partir da Mongólia. Tanto poder e preparo contrastam com sua origem: o líder passou a infância em completo desalento*

Jean-Paul Roux

Nas profundezas da Ásia da segunda metade do século XII, a Mongólia oriental era um país bonito, mas rude. O clima da região era especialmente favorável à formação de guerreiros saudáveis e resistentes. Esses homens eram extraordinários cavaleiros, e seus animais, inigualáveis. Além disso, o armamento dos guerreiros incluía arcos excepcionais.

O chamado “perigo amarelo” já era conhecido na Europa, como memória assombrosa do século V, quando os hunos, liderados por Átila, promoveram ataques e conquistas em vários países. Provavelmente, eles provinham de tribos nômades da Ásia central.

No século XII, porém, parecia remota a possibilidade de ataques de nômades do Oriente. Fazia muito tempo que eles estavam quietos. Os turcos uigures, que formaram o último império das estepes, haviam sido destruídos em 840 por outros turcos, os quirguizes do lenissei. Os vitoriosos nada construíram e não tardaram a recuar para o vale de seu rio, em 924.

Sucessores dos quirguizes, os khitan abandonaram a Mongólia para se fixar na China. Quando regressaram, a população remanescente já não sabia ler nem escrever e havia renunciado ao xamanismo, espécie de técnica mágico-religiosa. À margem da civilização chinesa e iraniana, essa gente também havia passado ao largo do cristianismo, bem sucedido na Ásia central.

Nesse ambiente, ninguém poderia imaginar que aquele garotinho chamado Temudjin, nascido em um dia situado ora em 1155, ora em 1162, ora em 1167, estava fadado a resgatar a tradição de conquistas de seu povo.

E ainda a viver a aventura mais assombrosa que o mundo conheceu e a fundar o maior império da história em extensão contínua de terra.

O menino viveu os primeiros anos no seio da família nobre, mas modesta e sem maiores distinções. Aos 9 anos, perdeu o pai, assassinado pelos tártaros, o povo mais feroz e valente da Mongólia – por ironia, o adulto Gêngis Khan buscaria nessa tribo soldados para seu exército.

A morte do pai significou o abandono da família pela sociedade local. Temudjin, com a mãe e os irmãos, viu-se reduzido a uma existência miserável nos montes Kentai.

Mesmo faminto, acossado, quase sempre ameaçado de morte e até mesmo aprisionado uma vez, o garoto mongol conseguiu sobreviver e crescer em força e energia. Em dado momento, ficou noivo e se casou com alguém à imagem da mãe: dominante.

O casamento permitiu-lhe reingressar na sociedade e ficar sob a proteção da poderosa família da noiva, os kereyt, turcos cristianizados. A vida sem desalento também revelou seu gênio: em poucos anos, Temudjin se impôs e adquiriu ascendência considerável sobre os que falavam sua língua, o mongol. Tanto que, em 1196, foi eleito chefe, o khan. E logo tratou de se livrar dos inimigos e invejosos e dos que se opunham à sua ascensão.



Raro retrato do conquistador que tomou para si e para seus filhos a Ásia e parte da Europa. Retrato de Gêngis Khan, pintura em seda, escola chinesa, c.1155



Na Mongólia, o herói ganhou uma estátua na entrada do prédio do Parlamento, na capital Ulan Bator

shutterstock.com

© ANG IMAGES/LUTINSTOCK

Em 1202, vingou o pai vencendo os tártaros e obrigando-os a servi-lo. Em 1204, o khan subjugou os turcos naimanos. Em 1206, os uigures aderiram espontaneamente ao poderoso chefe – eram igualmente turcos, mas do longínquo Turquestão chinês.

**CHEFE OCEÂNICO** Os uigures transmitiram pacificamente aos novos aliados seus saberes milenares, da bacia do Tarim: o alfabeto, que se tornou mongol até os dias de hoje, e a cultura administrativa, assim como pessoal treinado, fatores indispensáveis à organização de um governo central e expansionista.

No mesmo ano, 1206, uma assembleia plenária das tribos elegeu Temudjin chefe de toda a Mongólia oriental, com o título de “chefe oceânico”, o Cinggis Khan, na língua mongol aculturada. O Ocidente o transformou em Gêngis Khan.

Acaso já cogitava, então, conquistar o mundo inteiro? Sem dúvida, pois aceitou o título de “chefe oceânico”, o que no entendimento da época era sinônimo de “universal”. E ainda porque era recorrente entre os turco-mongóis a ideia de que, assim como havia um único Deus no céu, só um senhor único na terra garantiria a paz eterna.

Nem Gêngis Khan nem seus sucessores chegaram a tanto. Escaparam-lhes a Europa ocidental, a África, as Índias e as ilhas da Ásia oriental. Conquistaram, porém, todos os outros territórios entre o Pacífico e o Mediterrâneo.

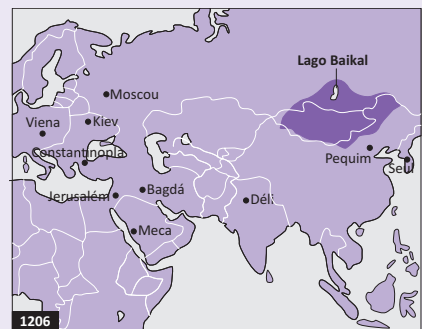
Em 1209, enquanto um dos filhos do chefe, Djotchi, sujeitava a Sibéria meridional, Gêngis Khan venceu o reino tibetano dos si-hia e atacou a China. A Grande Muralha o deteve durante dois anos. Ele a contornou pelo norte, anexou a Manchúria e, em 1215, com muito esforço, apoderou-se de Pequim, sua primeira grande cidade. Não quis, porém, entrar nela. Confiou o comando das tropas invasoras ao tenente Muqali e retornou à sua terra em 1217.

A campanha no Extremo Oriente foi prolongada, muito maior do que a vida de Gêngis Khan. Só em 1276 – e pela primeira vez na história – a China se submeteu inteiramente. A Coreia foi invadida entre 1231 e 1236. No Sudeste Asiático, a Indochina foi conquistada entre 1257 e 1288; a Birmânia, em 1288; e o Sião (Tailândia), entre 1287 e 1294. Mas os mongóis fracassaram na conquista do Japão (entre 1274 e 1281) e na da Indonésia (1293).

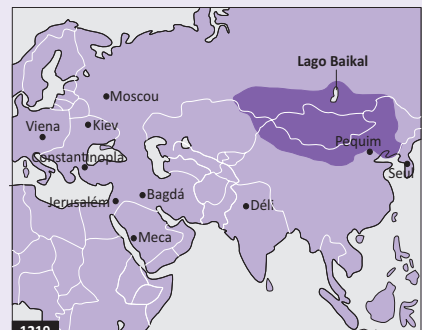
No retorno de Pequim, Gêngis Khan decidiu levar a guerra a terras ainda desconhecidas. Durante mais de um ano, em casa, preparou a campanha com cautela, pois as invasões mongóis não eram irrupções de hordas desorganizadas a atacar a esmo. Ao contrário, toda operação militar era precedida do reconhecimento das estradas, do envio de batedores e espiões e de armazenamento de víveres nas etapas previstas.

Julgando-se pronto em outubro de 1219, ele rumou ao oeste. Na época, o oeste, ou melhor, o sudoeste era o mundo iraniano, que o xá de Corásmia, certo Muhammad, acabava de unificar. Para vencer essa potência temível, Gêngis Khan recorreu a um método dissuasivo: devastar as cidades que opunham resistência para que as outras capitulassem. A maior parte foi reduzida a cinzas: Bucara, Samarcanda, Urgendj, Balkh (Báctria), Merv, Nichapur, Ghazni, Herat. Foi um tempo terrível para o Irã oriental. A brilhante civilização de Corásmia (o delta do Oxus), que tivera AL Khwarizmi, o maior matemático do mundo muçulmano, ou al Biruni, o seu sábio mais prestigioso, foi arrasada. Falava-se em centenas de milhares de vítimas, na morte de todo ser vivente, inclusive cães e gatos. Só os sacerdotes de todas as religiões foram poupados.

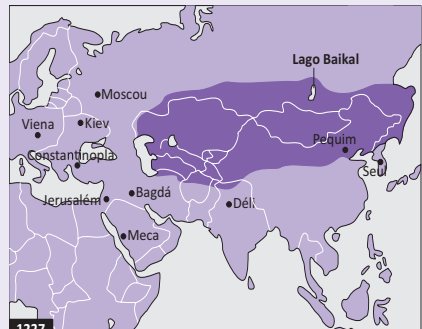
Depois de destruir, Gêngis Khan reconstruía. Não tinha como ressuscitar os mortos, mas mandava buscar outros vivos que os substituíssem. Em toda parte, organizava, instituía uma administração eficaz, recrutava os habitantes que a ele aderissem.



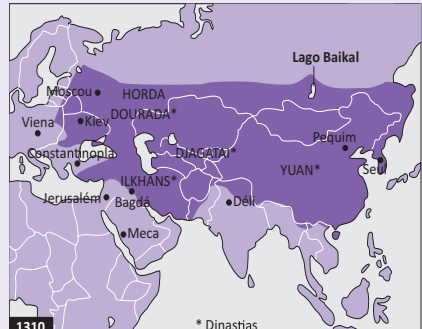
Oriundo de um pequeno território (mancha laranja), o futuro Gêngis Khan venceu todas as tribos vizinhas. Em 1206, era chefe de um verdadeiro Estado



A partir de 1207, dilatou seu domínio, apoiado pelos turcomongóis. Tornou-se senhor do Tibete, da Sibéria meridional e da Manchúria. Em 1215, conquistou Pequim



No ano de sua morte, deixou para os herdeiros um império imenso, que abarcava parte da Rússia e da China e mais o Irã, o Afeganistão, o Iraque e a Síria



Juntas, as quatro dinastias do império, criadas em 1260, governavam cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, equivalentes à área de três Estados Unidos

Ao chegar ao rio Indo, em 1220, despachou os generais Djebe e Subedei, com 20 mil homens, no encalço do foragido Muhammad do Irã. Estes empreenderam uma incursão extraordinária. Venceram os iranianos, os armênios e os georgianos (então poderosos). Transpuseram, então, as montanhas do Cáucaso e venceram primeiro os turcos kipchaks da atual Ucrânia e depois os russos, em 1222, na batalha de la Kalka.

Para reencontrar Gêngis Khan, que os aguardava na Ásia central, esse exército contornou o mar Cáspio pelo norte e, de passagem, venceu também os búlgaros do médio Volga (1224). Em quatro anos, percorreu 20 mil km, esfacelando em toda parte exércitos muito mais poderosos.

**DERROTA** Gêngis Khan morreu, durante uma campanha, no dia 18 de agosto de 1227, sem conhecer uma parte do território que seus homens conquistaram. Mas o impulso que deu foi tal que, de 1227 a 1294, seus sucessores Ogedei, Guyuk, Mongka e Kublai e os regentes Toragana e Oghul Qaimich continuaram sua obra.

Ao mesmo tempo que, a leste, ocuparam a China, a Coreia e o Sudeste Asiático, retomaram a expansão a oeste. O Irã foi dominado em 1230-1231; a Geórgia, em 1236; os principados russos, em 1237-1238; a Armênia aderiu em 1239 e tornou-se uma aliada fiel. A Ásia Menor rendeu-se em 1243. Em 1258, os mongóis tomaram Bagdá e executaram o califa abássida, chefe supremo do islã.

Em 1259, chegaram à Síria, onde sofreram, no ano seguinte, a primeira verdadeira derrota. Tiveram de deixar o país e, em vão, ainda tentaram conquistá-lo várias vezes.

Mesmo depois da histórica derrota, os guerreiros de Gêngis Khan fizeram uma incursão espetacular e decisiva na Europa, que alguns consideram a campanha mais brilhante dos mongóis. Partindo da Ucrânia, que eles haviam acabado de ocupar, em 1240, tomaram Cracóvia e Buda (Budapeste), chegaram a Neustadt, perto de Viena, invadiram Gran e Zagreb e atingiram o Adriático.



Cena do filme *O guerreiro Gêngis Khan*, de Sergei Bodrov, que estreia este mês no Brasil. O cinema deu vida a um exército tido como invencível.



O chefe com seus herdeiros treinados na guerra e na arte da conquista e do poder Gengis Khan e seus filhos, miniatura, Rashid al-Din (1247-1318), séc. XIV

Passaram apenas alguns meses na Polônia, na Hungria e nos Bálcãs logo se retiraram, para se recompor. Nunca mais voltaram, mas a ameaça que representavam e o terror que despertavam continuaram pesando muito.

A unidade do império mongol jamais foi garantida. Apesar da colaboração dos vencidos, as etnias, os costumes e os interesses regionais eram muito divergentes para que o império permanecesse coeso. Além disso, este era demasiado vasto, havia sido construído em tempo curtíssimo – só 75 anos –, e os mongóis eram minoritários.

Os conquistadores foram expulsos do Irã em 1336 e da China em 1368. Mas a chamada Horda Dourada e seus herdeiros subsistiram no poder até 1556, dominando Rússia europeia, Cazaquistão, Ucrânia, parte da Bielo-Rússia, norte do Uzbequistão, Sibéria ocidental e um pedaço da Romênia. Na Ásia central, os príncipes conservaram seus pequenos tronos até a revolução soviética.

Os ecos do império mongol foram certamente mais duradouros. Durante muito tempo, os povos tiveram saudade da paz mongol, mais ou menos como outros a haviam tido da paz romana. Não faltava quem desejasse refazer o império.

CRONOLOGIA	
1155	Nascimento de Temudjin, o futuro Gêngis Khan
1196	Temudjin é proclamado chefe dos mongóis
1206	Temudjin torna-se “ chefe oceânico” ou Cinggis Kaghan Tomada de Pequim pelos mongóis, seguida da conquista da China, da Coreia e do Sudeste Asiático
1220	Ataque dos mongóis contra o mundo muçulmano do Oriente Próximo
1227	Morte de Gêngis Khan
1230-1231	Ocupação do mundo iraniano
1237	Conquista da Rússia
1241	Incurso mongol na Europa oriental e central
1243	Sujeição da Ásia Menor
1258	Destruição do califado abássida de Bagdá
1260	Primeira derrota dos mongóis, na Síria



O tumulto na hora da luta era o ápice de um processo que começava meses antes, com planejamento minucioso  
Miniatura, Escola de Akbar o Grande, c. 1560

## OS RELATOS DOS VIAJANTES

Durante toda a duração do império, a Ásia viveu uma mescla fantástica de populações. Os mongóis, quase sempre, preferiam voltar para sua terra. Mas muita gente emigrou ou foi deportada. Eram numerosos os chineses instalados no Irã e os iranianos fixados na China. Também um número nada desprezível de europeus vivia longe da pátria.

É bom lembrar que a unificação da Ásia possibilitou pela primeira vez as viagens intercontinentais. Havia trânsito de diplomatas, de pregadores cristãos, aventureiros e comerciantes. Isso durou apenas o tempo do império.

Foram centenas e até milhares os que enfrentaram as fadigas e os perigos da viagem à Mongólia, à China, às Índias, mas só se conhecem os viajantes que registraram por escrito suas andanças: Rubruck, Pian del Carpine (1244-1247), Marco Polo (1273-1295), Odorico da Pordenone (1265-1331) ou ainda João de Montecorvino, o primeiro arcebispo de Pequim (em 1308).

Todos retornaram a seus países assombrados com a imensidão inconcebível do mundo, com as tantas coisas que ignoravam e não compreendiam. De um lado, coisas reais e maravilhosas: os elefantes, os pássaros que falavam (papagaios), o papel-moeda, as pedras que ardiem e aqueciam (carvão), os carros sem rodas puxados por cães (trenós). De outro lado, coisas imaginárias: homens com cabeça de cachorro, homens que moravam nas árvores (talvez os grandes macacos), cidades cercadas de muralhas de ouro etc.

Todos se deslumbraram com a riqueza da Índia e principalmente da China. “Eles têm todas as coisas diferentes das nossas, e são mais bonitas e melhores”, escreveu Marco Polo sobre os chineses.

## A ÁSIA EM ARMAS

É de se perguntar como um povo tão pequeno conseguiu subjugar o mundo e empreender campanha em tantas frentes ao mesmo tempo. De fato, em toda parte por onde passavam, os imperadores recrutavam auxiliares, três homens em dez, notava-se às vezes. Os mais numerosos devem ter sido os turcófonos, mas também havia iranianos, árabes, caucasianos, chineses (em 1217, Gêngis Khan formou um corpo de artilharia chinês) e até arcabuzeiros mercenários.



Foi como se a Ásia inteira tivesse atacado a Europa em 1241. Essa reunião extraordinária de pessoas e a fidelidade que elas mostravam a seus vencedores causavam assombro. No entanto, é preciso concluir que, apesar dos horrores da guerra, o regime do vencedor agradava, tanto que angariou adeptos entusiastas entre os vencidos.

Por quê? Porque se apoiava na justiça, na solicitude, na tolerância religiosa. E porque impunha a paz e eliminava o banditismo, suprimia as fronteiras, estimulava o comércio, o artesanato, as artes e a ciência; porque onde quer que se estabelecesse gerava um renascimento extraordinário.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/ele\\_fez\\_o\\_mundo\\_tremer.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/ele_fez_o_mundo_tremer.html)

## QUANDO COPIAR ERA UM ESTÍMULO INTELECTUAL

*Era a biblioteca, e não a igreja, o local mais provável de encontrar um monge copista na Europa medieval. Copiando às vezes para fugir do tédio, eles acabaram preservando a cultura ocidental.*

*Pierre Riché*

Não há nada de original em pensar que, no princípio da vida monástica, os monges eram copistas e leitores assíduos. Se no século V eles copiavam manuscritos, era para escapar da ociosidade e para ganhar o sustento. Cultivavam essa atividade, mas também fabricavam pães, ou outros objetos de artesanato. Contentavam-se com um único livro, a Bíblia, cujas passagens aprendiam e sabiam de cor, sobretudo os salmos. A palavra *bibliotheca* foi empregada para designar os diferentes livros da Bíblia. A regra de São Bento (480-540), à qual sua ordem religiosa (conventos beneditinos), era submetida, menciona apenas o estudo das Escrituras.

Um outro italiano, Cassiodoro (490-581), fundou um mosteiro para organizar o estudo de textos religiosos e profanos. Antigo ministro do imperador bizantino Teodorico, Cassiodoro converteu-se à vida religiosa em meados do século VI e, após criar um mosteiro em uma das suas propriedades na Calábria, decidiu recopiar uma grande parte das obras latinas. No livro *As instituições*, fez uma espécie de catálogo analítico de sua biblioteca, e o elogio dos copistas: “Ao reler as escrituras, eles enriquecem sua inteligência, multiplicam os preceitos do Senhor, por meio das suas transcrições. Feliz aplicação, estudo digno de louvor: pregar pelo trabalho das mãos, abrir e dar seus dedos às línguas, levar silenciosamente a vida eterna aos homens, combater as sugestões do diabo pela pena e pela tinta...”. Depois da morte de Cassiodoro, uma parte dos seus livros religiosos foi transferida para a biblioteca de Latrão, sede do bispado de Roma. De lá, muitos acabaram na Inglaterra.

O Renascimento carolíngio foi gestado nos mosteiros da Gaula no sul da França], a partir do final do século VII. Com efeito, os monges de Luxeuil fizeram os manuscritos com uma nova escritura, tal como podemos ver no *Lectionnaire – Lecionário – de Luxeuil*. Os escribas, que recopiavam os livros vindos de Roma, aperfeiçoaram a escritura, ancestral da Carolina, a escrita caligráfica surgida na Europa entre os séculos VIII e IX, que originou a distinção de maiúsculas e minúsculas nas modernas escritas européias. Nas margens do Loire (a cerca de 200 km de Paris), as abadias de Saint-Martin-de-Tours e de Fleury (hoje Saint-Benoît-sur-Loire) possuíam ateliês de escritura já ativos. Nas margens do Sena, os mosteiros de Saint-Denis e Saint-Wandrille participaram igualmente dessa produção de manuscritos em miniaturas, mais bem escritos e, até mesmo, mais bem adornados.

Desse modo, assim que Carlos Magno restaurou as escolas e os scriptoria em todo o reino [leia mais no dossiê “Carlos Magno, a espada e a fé”, *História Viva*, ed. 22], ele investiu no trabalho dos mosteiros. Em sua célebre *Admoestação geral*, coleção de antigos cantos eclesiásticos, trechos da missa e responsórios, ele insiste em que cada clérigo e cada monge deveria aprender a gramática, o cálculo, o canto e as notas tironianas. E especifica que o trabalho dos escribas não seria confiado a jovens, mas a homens de idade adulta, de modo que os missais, os evangeliários e os livros de salmos não tivessem nenhum erro. A partir de então, a nova escritura iria se impor em todos os scriptoria. Chamada de Carolina, por causa de Carlos Magno, ela se caracterizava pelo tamanho pequeno, bem legível e regular, que encontramos na escritura atual, desde que os primeiros impressores do século XV a escolheram entre muitas outras.

Jamais será excessivo insistir sobre o prodigioso trabalho dos scriptoria carolíngios. Milhares de manuscritos foram recopiados – quase oito mil foram conservados: as obras dos fundadores da Igreja, de gramáticos, poetas, prosadores. Graças aos copistas, uma grande parte da herança literária latina foi salva e preservada. Cícero, Virgílio, Tácito e muitos outros só se tornaram conhecidos pelo trabalho dos carolíngios.



Ao mesmo tempo, os escribas e os pintores fabricavam manuscritos de luxo. Na corte carolíngia, as bíblias, os evangeliários e os livros de salmos, ricamente adornados com iluminuras, eram depositados e preservados na capela real. Carlos, o Calvo, neto de Carlos Magno, foi um entusiasta dos belos manuscritos. Quando esteve em Roma para receber a coroa imperial das mãos do papa João VIII, levou de presente uma Bíblia magnífica.

As bíblias de Tours estão entre as mais belas editadas naquela época. Na Alemanha, os mosteiros de Saint-Gall, Reichenau e Fulda também possuíam equipes de escribas e de pintores.

Enquanto sob Carlos Magno os escribas copiavam, sobretudo, obras religiosas, foi sob seus sucessores, Luís, o Pio, e Carlos, o Calvo, que ocorreu o que ficou conhecido como o “segundo Renascimento carolíngio”, quando os autores profanos tiveram uma importância até então desconhecida, como os textos de César e Seutônio.

Nessa época, certos manuscritos eram sobrecarregados de sinais, chamados de “neumas”, ou seja, notas musicais que permitem cantar o texto. Os monges as utilizavam para o canto a capela, mas também o faziam os alunos das escolas, para decorar os poemas dos salmos. A divisão do império carolíngio entre os netos de Carlos Magno — ocorrida na segunda metade do século IX — e as invasões normandas seguidas das húngaras complicaram a vida monástica. Mosteiros caíram nas mãos dos aristocratas laicos, ou foram arruinados pelos invasores. Muitos monges escaparam carregando relíquias e manuscritos para locais onde puderam se refugiar, sobretudo na região da Borgonha.

No começo do século X, foi fundado o mosteiro de Cluny (Borgonha), que se transformou no modelo das abadias reformadas, algumas décadas mais tarde. Outras reformas e reconstruções aconteceram em locais diversos, e a vida religiosa e o estudo renasceram nos mosteiros, em meados daquele século. As bibliotecas foram reconstituídas, e os scriptoria reativados. O século X caracterizou-se — pelo menos na sua segunda metade — por uma renovação intelectual e artística que prolongou o Renascimento carolíngio.

Os mosteiros que produziam manuscritos são numerosos. Entre eles, houve exemplos extraordinários. Na Alemanha, os otônianos foram os sucessores dos carolíngios — Oto I restaurou o Império germânico em 962 —, e o mosteiro de Saint-Gall foi o de maior prestígio. Centenas de manuscritos saíram do seu scriptorium, fosse para servir à biblioteca, da qual se conhece o catálogo, fosse para serem trocados por manuscritos de outras bibliotecas, particularmente a do mosteiro vizinho em Reichenau, ou para serem vendidos. Ricos manuscritos, belamente adornados com iluminuras, foram executados nessas abadias. Na segunda metade do século X, muitas obras de luxo, destinadas à corte e ao bispo, foram escritas e pintadas em Reichenau.

No norte da Itália, a abadia de Bobbio, fundada pelos irlandeses no século VII, possuía a maior biblioteca do Ocidente. Um catálogo da época descreve 650 manuscritos. E foi o que entusiasmou um erudito de Reims, logo que foi nomeado abade de Bobbio em 982. No começo da sua formação, Gerbert d' Aurillac iniciou os estudos de teologia, ciências, aritmética e astronomia. Depois de uma temporada em Reims, ele foi para Bobbio.

Em sua correspondência, fala sobre os livros que encontrou, e de que modo comissionou a confecção de manuscritos. Ele exigiu do seu arcebispo permissão para copiar obras provenientes de outras abadias. Hoje esta biblioteca só é conhecida em função de um inventário feito por um abade antes da peregrinação à Terra Santa. Além disso, Gerbert foi convidado por seu aluno, o imperador Oto I, a subir ao trono de São Pedro, sob o nome de papa Silvestre II (ano de 999), quando então legou uma parte dos seus livros à corte imperial, os quais ainda podem ser consultados na biblioteca do bispado de Bamberg (Baviera, Alemanha).

A Aquitânia, que vegetara desde a reconquista carolíngia em meados do século VIII, teve monges prósperos no século XI e tornou-se uma das cortes mais letradas e cultas da França. O abade Abbon do mosteiro Saint-Benoît-sur-Loire no ano 1000 e contemporâneo de Gebert tinha estreitas relações com a Inglaterra, com a qual fazia intercâmbios. Nos séculos X e XI, as abadias da Inglaterra eram tão ativas quanto as do continente. Em Canterbury e Winchester, escribas e pintores deixaram esplêndidos manuscritos litúrgicos.

Na segunda metade do século XI, as abadias se transformaram. A herança da cultura carolíngia cedeu espaço a uma outra cultura unicamente religiosa. Na França, em especial na abadia de Saint-Bernard de Clairvaux (abadia cisterciense), os manuscritos religiosos tiveram a prioridade, e os responsáveis pelas iluminuras foram restritos a uma ascese artística. A austeridade era de rigor: o ouro e as iniciais ornadas foram banidos. Em Paris, freqüentemente se contratava o trabalho de escribas fora do mosteiro. Nessa época, os fabricantes de livros apareceram nas cidades.

Até o final da Idade Média, cada mosteiro continuou a ter seu scriptorium. Mas o belo período da grandiosa produção de manuscritos havia terminado. Foram a escola episcopal, a biblioteca eclesiástica da cidade e, depois, no século XIII, as universidades que ficaram encarregadas de produzir os manuscritos.

Os escribas trabalhavam cercados do seu material: cartuchos de tinta, penas, raspadeiras, folhas de pergaminho. O pergaminho, fornecido pelo abade, era um material caro, que podia ser comprado, ou fornecido pelos membros do mosteiro. Quando uma solicitação de um manuscrito era feita ao scriptorium, o requerente podia enviar o pergaminho necessário, como podemos constatar na carta de Gerbert, dirigida ao abade de Saint-Julien-de-Tours.

O pergaminho era preparado previamente, a partir de pele de vitela ou de carneiro. Imersas num banho de cal durante alguns dias, essas peles eram espichadas e raspadas dos dois lados, depois cortadas e, eventualmente, tingidas numa cor púrpura para os manuscritos de luxo. Quando faltava pergaminho, era possível reutilizar as folhas já escritas de um manuscrito incompleto ou usado, raspando-se cuidadosamente sua superfície. Ao contrário do que se disse muitas vezes, os monges não substituíam de forma sistemática as obras profanas por textos religiosos. Graças a esses palimpsestos, posteriormente pôde-se descobrir textos antigos pela leitura de pergaminhos, com o auxílio de uma lâmpada de Wood, que emite raios ultravioletas.

Uma vez preparado, o pergaminho recebia um acabamento: uma grande folha podia ser recortada em quatro pedaços (de onde vem a expressão in quarto), ou em oito (de onde vem a expressão in octavo). Esses pedaços podiam ser encadernados em formatos pequenos, que continham um número maior de fólios. Mais tarde, o pergaminho foi apresentado em forma de rolo, como os antigos volumina, sobretudo para usos litúrgicos.

O escriba sentava-se num banco, os pés pousados sobre um escabelo. Colocava o pergaminho sobre os joelhos ou, ainda melhor, sobre uma escrivaninha. Na mão direita, segurava a pena que molhava no tinteiro. Ele podia ter uma raspadeira na mão esquerda. Um manuscrito de Bamberg mostra as etapas do trabalho do escriba em pequenos desenhos. Ele talhava a pena, escrevia seu rascunho numa tabuinha de cera. Essas tabuinhas sempre foram utilizadas na Idade Média, e se acompanhavam de estiletes de metal, que tinham uma ponta de um lado, e na outra uma parte achatada para apagar a escrita. No lugar da tabuinha de cera, o escriba podia usar um velho manuscrito ou, ainda melhor, escutar o ditado do leitor.

Antes de começar, o escriba experimentava a pena, ao traçar algumas letras do alfabeto nas margens, ou os primeiros versos de um salmo. Pode-se também encontrar reflexões pessoais do tipo: “Como o pergaminho é felpudo”; “Como está frio hoje”; “A lâmpada emite uma luz ruim”; ou, ainda, “Agora é a hora do almoço”. Como o silêncio devia reinar no scriptorium, pode-se imaginar os escribas passando essas reflexões, uns para os outros.

O trabalho era difícil durante o inverno, sobretudo pela penumbra. Por causa do esforço de olhar fixamente os manuscritos, os monges poderiam ficar cegos. Aquele que ditava o texto, o dictator, o fazia com rapidez. Os monges tinham dificuldade de seguir o ditado.

Raramente o escriba trabalhava sozinho. A arrumação do mosteiro de Saint-Gall previa sete assentos no scriptorium. Apesar de os nomes não serem registrados, era muito fácil reconhecer a mudança da mão. A duração da execução de um livro variava segundo a habilidade dos copistas e os mais hábeis se vangloriavam de fazer um livro em dois dias ou de copiar 30 folhas por dia. Em geral, era preciso dois a três meses para copiar um manuscrito de dimensão média. Depois do manuscrito terminado, era necessário reler e corrigir os erros. Muitos escribas eram inexperientes, alguns quase anal-fabetos, e recopiavam os textos de uma maneira automática, sem compreender seu conteúdo. Aqueles que escreviam a partir do ditado acabavam usando uma ortografia fonética.

O chefe do ateliê revia o manuscrito. Um bom revisor corrigia a pontuação e a ortografia, sublinhava uma palavra incompreensível e marcava a margem com a palavra que julgava conveniente e adequada. Depois do término do manuscrito, se fosse um livro luxuoso de salmos ou um evangeliário encomendado por um bispo, ou por um príncipe, o pintor sucedia o escriba. Ele decorava as iniciais, enquadrava as páginas, pintava o que ficara em branco, segundo seu próprio talento ou segundo o estilo da escola onde fora formado. Temos então o manuscrito copiado, corrigido e ornamentado.

Em seguida, era necessário reunir as folhas, formar os cadernos para fazer um códice. Sobre o desenho já citado de Bamberg, pode-se ver o monge dobrar, costurar as folhas, cortar e depois preparar as encadernações. Desde a época carolíngia, a encadernação era utilizada para os livros valiosos, e era feita com peles de cervos. Assim, Carlos Magno autorizou os monges de um mosteiro francês a caçar cervos para criar um estoque do couro destinado à encadernação. A superfície lisa das encadernações era confiada a ourives, ou a artesãos que trabalhavam com marfim.

### CÓPIAS A PREÇO DE OURO

Abaixo, uma carta de Gerbert d'Aurillac para o abade de Saint-Julien-de-Tours.

“Tendo considerado que a ciência moral e a ciência da língua não são separadas da filosofia, sempre misturei estudos de bem viver, e estudos de bem falar (...) para me preparar, jamais cessei de constituir uma biblioteca. E mesmo que recentemente em Roma, e em outras regiões da Itália, na Alemanha e também na Bélgica, eu tenha resgatado copistas e cópias de obras a preço de ouro, graças à ajuda benévola, e à solicitude dos meus amigos nessas províncias, do mesmo modo deixe-me vos pedir que seja assim no vosso mosteiro, e por vosso intermediário. No final das cartas nós vos indicaremos o que queremos copiar. Segundo vossas instruções, nós enviaremos o pergaminho para os copistas, e os fundos que serão necessários, sem esquecer não mais de vos indicar a nossa benevolência.” (Extrato da carta 44.)

**UM TRABALHO PARA A ALMA**

O texto abaixo do scriptorium de Saint-Martin-de-Tours busca orientar o trabalho dos copistas.

“Que tomem lugar os que escrevem as palavras da lei santa, assim como os ensinamentos dos santos padres. Que eles não se permitam misturar suas tagarelices frívolas, com medo de que essa frivolidade não induza sua mão ao erro.

Que consigam textos corrigidos com cuidado, a fim de que a pena do pássaro siga certa pelo seu caminho. Que distingam as nuances dos sentidos das palavras, por membros e incisos, e que coloquem cada ponto em seu lugar, a fim de que o leitor não leia coisas falsas, ou talvez permaneça repentinamente interdito na igreja diante dos seus irmãos na religião.

De resto, deve-se fazer obra valiosa, e copiar os livros santos, e o escriba não será privado da sua própria recompensa. Mais do que cavar a videira, é bom copiar livros: lá se trabalha para a venda, aqui, para a alma. Do novo e do antigo, todo mestre poderá produzir em abundância, se ele ler os ensinamentos dos santos padres.” (Alain, “Poème no 94”.)

**UM MANUSCRITO NO CENTRO DE MISTÉRIO**

O cotidiano dos copistas medievais é o cenário que o escritor italiano Umberto Eco escolheu para seu romance *O nome da rosa* (Difel), que viria a se transformar em filme de sucesso. A ação se passa num mosteiro em algum lugar no norte da Itália, no qual há uma imensa biblioteca com obras profanas e sagradas. E o enredo fala de uma série de crimes que, como se vê pelo desenrolar da história, estão de alguma forma ligados a esses livros. A reconstituição é perfeita e até o nome scriptorium é utilizado, embora as legendas do filme usem a palavra “escritório”, que, apesar de ter derivado da primeira, não traduz o sentido específico, qual seja, o local onde trabalhavam os copistas.

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando\\_copiar\\_era\\_um\\_estimulo\\_intelectual.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando_copiar_era_um_estimulo_intelectual.html)

**R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS**

**01 | ENEM** Quando ninguém duvida da existência de um outro mundo, a morte é uma passagem que deve ser celebrada entre parentes e vizinhos. O homem da Idade Média tem a convicção de não desaparecer completamente, esperando a ressurreição. Pois nada se detém e tudo continua na eternidade. A perda contemporânea do sentimento religioso fez da morte uma provação aterrorizante, um trampolim para as trevas e o desconhecido.

DUBY, G. Ano 1000 ano 2000 na pista dos nossos medos. São Paulo: Unesp, 1998 (adaptado).

Ao comparar as maneiras com que as sociedades têm lidado com a morte, o autor considera que houve um processo de:

- A** mercantilização das crenças religiosas.
- B** transformação das representações sociais.
- C** disseminação do ateísmo nos países de maioria cristã.
- D** diminuição da distância entre saber científico e eclesial.
- E** amadurecimento da consciência ligada à civilização moderna.

**Resolução:**

- B** transformação das representações sociais.

*O historiador medieval Georges Duby demonstra em seu texto o sentimento social representativo da morte o que*

*nos permite verificar significativas diferenças em relação às diversas concepções atuais do tema. Na Idade Média, a expressiva influência cristã permitiu que os homens relacionassem o evento morte com a passagem para a vida eterna em um mundo espiritual o que acabou por naturalizá-la como um momento de transição. Atualmente, a morte alcançou, simbolicamente, significado diverso que está, geralmente, associado ao desconhecido, ao medo e ao temor. Tal fato pode ser associado, dentre outros fatores, a diminuição da crença religiosa o que caracteriza, conforme representado nesta questão, a transformação das representações sociais. Ou seja, a religião não é mais suficiente à compreensão humana de tal evento.*

**02 | FGV** (...) Deus tinha distribuído tarefas específicas a cada homem; uns deviam orar pela salvação de todos, outros deviam lutar para proteger o povo; cabia aos membros do terceiro estado, de longe o mais numeroso, alimentar, com seu trabalho, os homens de religião e da guerra. Este padrão, que rapidamente marcou a consciência coletiva, apresentava uma forma simples e em conformidade com o plano divino e assim sancionava a desigualdade social e todas as formas de exploração econômica (...)

(Georges Duby, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* apud Patrícia Ramos Braick e Myrian Becho Mota, *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*)

A partir do texto, é correto concluir que:

- A** a Igreja não reconhecia importância nas atividades que estivessem desligadas da religião, assim a condição de não nobre revelava um sujeito vítima do castigo divino.
- B** a rigidez da estrutura da sociedade feudal não foi regra durante a Idade Média, pois a partir do século X, estabeleceu-se uma dinâmica sociedade de classes.
- C** as posições sociais menos importantes derivavam menos da vontade divina e mais da ausência de empenho dos homens, segundo a teologia cristã medieval.
- D** a sociedade feudal estruturava-se de forma rígida, determinada pelo nascimento e com pequenas possibilidades de movimentação entre as camadas sociais.
- E** a suposta imobilidade da sociedade medieval tem fundamento nas teses teológicas de santo Agostinho, que defendiam a supremacia da razão em detrimento da fé.

**Resolução:**

- D** a sociedade feudal estruturava-se de forma rígida, determinada pelo nascimento e com pequenas possibilidades de movimentação entre as camadas sociais.

*A sociedade feudal era estruturada a partir da ideia da predestinação dos papéis sociais teorizada por Santo Agostinho. A Trindade Social era composta por oratores (clérigos), belatores (nobres) e laboratores (servos). Tais papéis eram correlacionados à ideia de Trindade Divina ( Pai, Filho e Espírito Santo) como mecanismos necessários para o alcance da salvação. Em uma sociedade essencialmente teocêntrica como a feudal observa-se uma rigidez social capaz de conferir estamentabilidade e legitimar as desigualdades sociais enunciadas pelo texto base.*

## F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01| UFG** “...O Mediterrâneo nem sequer é um mar, antes é um ‘complexo de mares’, de mares peçados de ilhas, cortados por penínsulas, cercados por costas rendilhadas; a sua vida está ligada à terra, a sua poesia é predominantemente rústica, os seus marinheiros são camponeses nas horas vagas; é o mar dos olivais e das vinhas, tanto como dos esguios barcos e remos ou dos redondos navios dos mercadores, e a sua história não pode ser separada do mundo terrestre que o envolve, tal como a argila o não pode ser do artesanato que a modela.”

(Braudel, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico. Martins Fontes, 1983. VI. 1. p. 21/22)

Analise a importância do Mediterrâneo nos seguintes contextos:

- A** na Antiguidade clássica;
- B** na alta idade média.

**02| UNICAMP** A igreja era, com frequência, o único edifício de pedra em toda a redondeza; era a única grande construção em muitas léguas e seu campanário era um ponto de referência. Aos domingos e durante o culto, todos os habitantes podiam encontrar-se ali, e o contraste entre o edifício grandioso, com suas pinturas, talhas e esculturas, e as casas humildes em que as pessoas viviam, era esmagador.

(Adaptado de E.H. Gombrich, História da Arte. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1993, p. 126).

- A** Baseado no texto, indique três características do edifício da igreja na cidade medieval.
- B** Identifique as formas de divulgação da fé católica durante a Idade Média.

**03| UFSCARSP** Conforme lembrou Marc Bloch, o recurso à “maquinaria” era apenas um meio de os monges se conservarem disponíveis para o mais importante, o essencial, quer dizer, o Opus Dei, a oração, a vida contemplativa. Longe de ser uma instalação corrente, o moinho era uma raridade, uma curiosidade, e a sua construção por monges passava, aos olhos contemporâneos, mais como prova de saber quase sobrenatural, quase traumatúrgico dos monges, do que como exemplo de sua habilidade técnica. (...)

Este trabalho monástico tem, sobretudo, aspecto penitencial. É porque o trabalho manual se liga à queda, à maldição divina e à penitência, que os monges, penitentes profissionais, penitentes de vocação, penitentes por excelência, devem dar esse exemplo de mortificação.

(Jacques Le Goff. Para um novo conceito de Idade Média, 1993.)

- A** Quem exercia o trabalho manual na Europa na Idade Média? Quais valores predominavam em relação ao trabalho manual?
- B** Cite um exemplo de valorização do trabalho manual na Idade Média europeia.

**04| UFBA** A Idade Média, na Europa, foi caracterizada pelo aparecimento, apogeu e decadência de um sistema econômico, político e social denominado “feudalismo”.

Esse sistema começou a se estruturar na Europa, ao final do Império Romano do Ocidente (século V), atingiu seu apogeu no século X e registrou-se o seu declínio ao final do século XV. (MELLO; COSTA, 1994, p. 235).

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o sistema econômico e político-administrativo que caracterizou o feudalismo na Europa, indique uma característica do seu apogeu, no século X, e um fator responsável pelo seu declínio no final do século XV.

- Século X — apogeu:
- Século XV — declínio:

**05| UNESP** Um autor do século VI assim descreveu o rei Átila, que, comandando os hunos, chegou às portas de Roma:

Homem vindo ao mundo em um entrechoque de raças, terror de todos os países, não sei como ele semeava tanto pavor, a não ser pela ligação que se fazia de sua pessoa com um sentimento de terror. Tinha um porte altivo e um olhar singularmente móvel, se bem que cada um de seus movimentos traduzisse o orgulho de seu poder. (...) sua pequena-estatura, seu peito largo, sua cabeça grande, seus olhos minúsculos, sua barba rala, sua cabeleira eriçada, seu nariz muito curto, sua tez escura, eram sinais de suas origens.

(Jordanes. *Getica* XXXV (c. 551), citado por Jaime Pinsky (org.). *O modo de produção feudal*, 1982.)

Ao representar Átila, que imagem dos bárbaros o autor transmite?

**06| UFJFMG** Observe a ilustração e leia a citação abaixo. Em seguida, responda ao que se pede.



Coroação de Carlos Magno como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em dezembro de 800 d.C., pelo papa Leão III.

Fonte: Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historia>>. Acesso em: 8 out. 2011.

Nascida nos quadros do Império Romano, a Igreja ia aos poucos preenchendo os vazios deixados por ele até, em fins do século IV, identificar-se com o Estado, quando o cristianismo foi reconhecido como religião oficial. (...) Estreitavam-se, portanto, as relações Estado-Igreja. (...) No Império Carolíngio, a aliança entre os reis e a Igreja foi fundamental para a consolidação de ambos os poderes e, por vezes, a Igreja assumia funções que hoje consideramos ser do Estado e este por sua vez interferia nos assuntos religiosos.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p.67,71

Sobre as relações entre Estado e Igreja, no período medieval, responda:

- A** Qual a importância da Igreja Católica na administração dos reinos e impérios?
- B** De que maneira o poder régio contribuiu para a expansão da fé cristã?

**07| UNICAMP** “Em 1128, após o incêndio da cidade de Deutz, o abade Rupert, teólogo apegado às tradições, logo viu nesse fato a cólera de Deus, castigando o local que se tornara centro de trocas e antro de infames mercadorias e artífices”.

(Texto adaptado de J. Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*)

No texto acima estão algumas das principais características de uma cidade medieval.

Indique e analise as características das cidades medievais.

**08| UNICAMP** O feudo era a principal unidade de produção da Idade Média.

- A** Como se dividia o feudo?
- B** Explique a função de cada uma das partes do feudo.

**09| UNICAMP** No contexto das invasões bárbaras do século X, os bispos da província de Reims registraram: “Só há cidades despovoadas, mosteiros em ruínas ou incendiadas, campos reduzidos ao abandono. Por toda parte, os homens são semelhantes aos peixes do mar que se devoram uns aos outros.” Naquele tempo, as pessoas tinham a sensação de viver numa odiosa atmosfera de desordens e de violência. O feudalismo medieval nasceu no seio de uma época conturbada. Em certa medida, nasceu dessas mesmas perturbações.

(Adaptado de Marc Bloch, *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 19.)

- A** Estabeleça as relações entre as invasões bárbaras e o surgimento do feudalismo.
- B** Identifique duas instituições romanas que contribuíram para a formação do feudalismo na Europa medieval. Explique o significado de uma delas.

**10| UNESP** Leia atentamente o texto.

“Servidão: uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie.”

(Maurice Dobb – *A evolução do capitalismo*)

- A** A corvéia e a talha estavam entre as “exigências econômicas” dos senhores em relação aos servos. Esclareça no que consistiam.
- B** O que diferencia a servidão da vassalagem?

## T ENEM E VESTIBULARES

**01 | UNESP** Nos arredores de Assis, dois leprosários [...] hospedavam os homens e mulheres de visão repugnante escurraçados por todos: considerava-se que os leprosos eram assim por castigo de Deus, por causa dos pecados cometidos, ou porque tinham sido concebidos em pecado. Por isso, ao se movimentarem, eram obrigados a bater certas castanholas, para que os sãos pudessem evitá-los, fugindo a tempo.

(Chiara Frugoni. Vida de um homem: Francisco de Assis, 2011.)

A lepra e as demais doenças recorrentes durante a Idade Média:

- A** resultavam do descuido das vítimas e os médicos se dedicavam apenas aos doentes graves ou terminais.
- B** atingiam basicamente as populações rurais, pois as condições de higiene e saneamento nas cidades eram melhores.
- C** atacavam e matavam igualmente nobres e pobres, pois não existiam hospitais ou remédios.
- D** eram consideradas contagiosas e, devido a isso, não havia pessoas dispostas a cuidar dos enfermos.
- E** eram muitas vezes atribuídas à ação divina e as vítimas eram tratadas como responsáveis pelo mal.

**02 | UPE** O pensamento católico marcou as formas de ser e de pensar na Europa, durante a Idade Média. Sobre a produção cultural, ligada ao catolicismo no medievo, marque a alternativa CORRETA.

- A** Apesar de, inicialmente, terem sido associadas à heresia, as ideias de John Huss influenciaram o catolicismo romano a partir do século XIII.
- B** O pensamento de São Tomás de Aquino contestava a filosofia de Aristóteles, expondo o paganismo presente na obra do pensador clássico.
- C** Os mosteiros beneditinos serviram como polos de vulgarização do saber teológico.
- D** As primeiras traduções da Bíblia do latim para outras línguas, realizadas com o apoio da igreja católica, datam da alta Idade Média.
- E** Em sua obra, Santo Agostinho estabelece um diálogo com o pensamento de Platão.

**03 | UNESP** [Na Idade Média] Homens e mulheres gostavam muito de festas. Isso vinha, geralmente, tanto das velhas tradições pagãs (...), quanto da liturgia cristã.

(Jacques Le Goff. A Idade Média explicada aos meus filhos, 2007.)

Sobre essas festas medievais, podemos dizer que:

- A** muitos relatos do cotidiano medieval indicam que havia um confronto entre as festas de origem pagã e as criadas pelo cristianismo.
- B** os torneios eram as principais festas e rompiam as distinções sociais entre senhores e servos que, montados em cavalos, se divertiam juntos.
- C** a Igreja Católica apoiava todo tipo de comemoração popular, mesmo quando se tratava do culto a alguma divindade pagã.
- D** as festas rurais representavam sempre as relações sociais presentes no campo, com a encenação do ritual de sagração de cavaleiros.
- E** religiosos e nobres preferiam as festas privadas e pagãs, recusando-se a participar dos grandes eventos públicos cristãos.

**04 | UEFS** Carlos Magno dividiu [seus domínios] em circunscrições. As circunscrições fronteiriças chamavam-se marcas. [...] As marcas eram bem fortificadas e serviam para a proteção do Estado contra invasões posteriores.

A frente de cada circunscrição estava um conde. O conde que chefiava uma marca chamava-se margrave. [...] Carlos Magno distribuía benefícios entre seus vassallos. Exigia deles não somente participação pessoal nas expedições militares, mas também a apresentação de homens armados.

(KOMINSKY, [s.d.], p. 92).

O reinado de Carlos Magno (768-814 d.C.), na Gália, concretizou-se por desenvolver uma política que culminou com:

- A** a decadência do Império Romano, ao agregar, no seu exército, elementos bárbaros, que se sublevaram e minaram o poder do exército romano.
- B** a formação do feudalismo, através da concessão de benefícios que fortaleciam o poder local, ao estabelecer uma rede de proteção e favores.
- C** a perda da influência política e social da Igreja Católica, ao estabelecer o cesaropapismo e submetê-la ao controle do Estado.
- D** o fortalecimento do Estado Moderno, submetendo a nobreza ao controle do poder real e contribuindo para desagregar a burguesia industrial.
- E** a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica e a consolidação do poder dos marqueses e dos condes, em detrimento do poder real.

**05| PUCAMP** Napoleão Bonaparte e Adolf Hitler, entre outros, sonharam com a pan-Europa que, com a inclusão de mais dez países, se tornou uma realidade irreversível. Os antecedentes da União Europeia são assim, alguns mais respeitáveis do que outros. Durante muito tempo depois da tentativa de Carlos Magno de substituir o império romano pelo seu, uma identidade europeia se definia mais pelo que não era do que pelo que era: cristã e não muçulmana, civilizada em vez de bárbara (e, portanto, com o direito de subjugar e europeizar os bárbaros – isto é, o resto do mundo).

(Luis Fernando Veríssimo. O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008)

O imperador medieval, a que o texto de Luis Fernando Veríssimo se refere, estimulou a criação de escolas em todo o império, provocando uma intensa renovação cultural, chamada de renascimento carolíngio. A efervescência cultural dessa época possibilitou:

- A** o intercâmbio de ideias, notícias e formas de comportamento que mudaram a vida política e a prática religiosa no mundo feudal.
- B** o avanço em diversas áreas do conhecimento, como a invenção de novos métodos para a construção de canais de irrigação.
- C** a difusão da cultura letrada, contribuindo assim para a preservação de diversas obras da antiguidade greco-romana.
- D** a fusão da cultura greco-romana com a cultura carolíngia, transformando uma e outra em uma nova forma de cultura: a medieval.
- E** a substituição da concepção clássica de que “o homem é a medida de todas as coisas” pelo teocentrismo cristão da Igreja Católica.

**06| PUCSP** “O modo de produção feudal, tal como apareceu na Europa ocidental, deixava em geral aos camponeses apenas o espaço mínimo para aumentarem o produto de que dispunham dentro das duras limitações do sistema senhorial.”

Perry Anderson. Passagens da antiguidade ao feudalismo. Porto: Afrontamento, 1980, p. 208. Adaptado.

O texto caracteriza o modo de produção feudal, destacando que:

- A** havia classes distintas e opostas no feudalismo, embora a luta social fosse atenuada pelas amplas oportunidades de lucro que os senhores ofereciam aos camponeses.
- B** as relações de suserania e vassalagem e o caráter rural do feudalismo eliminaram as cidades e provocaram o declínio do comércio e das atividades de serviço.
- C** a possibilidade de melhoria da condição econômica dos camponeses era bastante restrita, devido ao conjunto de obrigações que estes deviam prestar aos senhores.

- D** as longas jornadas de trabalho nas lavouras e a ampla gama de impostos impediam os camponeses de ascenderem socialmente e provocavam a ruína dos senhores de terras.
- E** havia oportunidades de transformação social no feudalismo, embora os camponeses raramente as aproveitassem, pois preferiam se dedicar prioritariamente ao trabalho.

**07| IFGO** Leia a descrição abaixo.

Esses homens não recebiam salário, mas trabalhavam em troca de moradia e proteção. Eles trabalhavam em terras que não eram suas, mas de um proprietário que exigia parte da produção. Ali viviam até a morte, nunca podendo abandonar seu trabalho. Porém, eles não poderiam ser negociados ou expulsos da propriedade.

Esse trabalhador descrito identifica-se como:

- A** um homem que viveu sob o regime de parceria, trabalho típico da segunda metade do século XIX no Brasil.
- B** um escravo da Antiguidade romana, que não recebia salário nem terras, vivendo ao lado de seu proprietário.
- C** um servo feudal, preso à terra e às tradições medievais. Morava no feudo de seu senhor e pagava pela proteção recebida, a talha e a corveia.
- D** um colono que, após 20 anos de trabalho, recebia a propriedade da terra, através da Lei de Terras de 1850.
- E** um vassalo que jurava obediência ao seu senhor, seu suserano. Além dos serviços agrícolas prestados, esse vassalo ia à guerra, defendendo os interesses de seu senhor.

**08| UFTM** Identifique a afirmação correta sobre a Idade Média Ocidental.

- A** Os “mendicantes” que circulam pelas cidades e pelos campos são sempre religiosos que se dedicam à obtenção de recursos para peregrinações à Terra Santa.
- B** As pessoas que, dada sua origem, ocupam as posições sociais mais elevadas recebem o nome de “senhores”, porque as terras que possuem são designadas “senhorias”.
- C** As relações de vassalagem e de servidão ocorrem no interior da nobreza e definem a submissão hierárquica dos senhores perante os reis.
- D** São vedadas as práticas de escravidão por dívida e guerra, mas os camponeses podem ser considerados propriedade dos senhores.
- E** Os religiosos são os únicos que têm direito de receber rendas e tributos pagos pelos camponeses.



**09| UFTM** As catedrais são imensas mas, acima de tudo, são altas, para impressionar aquele que as vê e as visita, e fazer com que sintam uma coisa muito importante: a altura do lugar reflete a altura de Deus no céu. As catedrais são dedicadas a ele, são a sua casa. E seu prestígio se estende àquele que o representa na terra: o bispo. Um outro aspecto mais banal teve certamente sua importância: as catedrais estão quase sempre situadas nas cidades, que concorrem entre si para ver qual delas terá a maior, a mais alta, a mais bela catedral.

(Jacques Le Goff. A Idade Média explicada aos meus filhos, 2007. Adaptado.)

Segundo o texto, as catedrais medievais:

- A** demonstram o poder de Deus na Terra e consolidam, por meio dos bispos, a supremacia do poder temporal sobre o poder religioso.
- B** revelam a impossibilidade humana de superar limites e barreiras na adoração a Deus e na edificação arquitetônica.
- C** têm importante caráter simbólico na construção e manutenção da fé religiosa e nas disputas políticas entre cidades.
- D** manifestam o despojamento e a pobreza sem ostentação dos líderes religiosos e políticos, pois a edificação das catedrais é justificada como prova do amor a Deus.
- E** são destituídas de significados religiosos, pois a principal preocupação de seus edificadores é confirmar o poder dos bispos e dos líderes políticos locais.

**10| FATECSP** A partir do ano 1000, a população europeia tem um grande aumento. Este crescimento demográfico se relaciona com as tecnologias desenvolvidas naquela época, as quais aumentaram a produção agrícola e melhoraram as condições de saúde e alimentação: a charrua, substituindo o arado, a utilização do cavalo nas lavouras, e a rotatividade de plantações, aproveitando melhor os solos. As populações do período agrupavam-se em aldeias em volta da igreja e do castelo.

(Le Goff, Jacques. São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 24. Adaptado)

A partir das informações do texto, é correto afirmar que o contexto histórico em questão é o:

- A** escravismo antigo.
- B** capitalismo industrial.
- C** socialismo soviético.
- D** feudalismo medieval.
- E** mercantilismo moderno.

**11| FAC. DIREITO DE SOROCABA SP** Portanto, a cidade de Deus, que se crê única, está dividida em três ordens: alguns rezam, outros combatem, outros trabalham. Estas três ordens vivem juntas e não suportariam uma separação.

Adalberto, Bispo de Laon

O texto se refere:

- A** à República romana, em que sacerdotes pagãos controlavam a religião, generais comandavam o exército e escravos trabalhavam na terra.
- B** ao final do Império Romano, quando o cristianismo tornou-se a religião oficial, o exército ganhou importância e o escravismo atingiu o seu apogeu.
- C** à sociedade feudal, em que o clero fazia o serviço religioso, a nobreza guerreava e os servos trabalhavam na terra para os seus senhores feudais.
- D** ao final da Idade Média, em que a Igreja tinha muito poder, os exércitos eram constituídos por servos e os burgueses trabalhavam com o comércio.
- E** ao Antigo Regime, no qual o direito divino conferia legitimidade ao Absolutismo, as guerras eram religiosas e a nobreza vivia na corte, em torno do rei.

**12| FUVEST** A palavra “feudalismo” carrega consigo vários sentidos. Dentre eles, podem-se apontar aqueles ligados a:

- A** sociedades marcadas por dependências mútuas e assimétricas entre senhores e vassalos.
- B** relações de parentesco determinadas pelo local de nascimento, sobretudo quando urbano.
- C** regimes inteiramente dominados pela fé religiosa, seja ela cristã ou muçulmana.
- D** altas concentrações fundiárias e capitalistas.
- E** formas de economias de subsistência pré-agrícolas.

**13| UNESP (...)** o elemento religioso não limitou os seus efeitos ao fortalecimento, no mundo da cavalaria, do espírito de corpo; exerceu também uma ação poderosa sobre a lei moral do grupo. Antes de o futuro cavaleiro receber a sua espada, no altar, era-lhe exigido um juramento, que especificava as suas obrigações.

(Marc Bloch. A sociedade feudal, 1987.)

O texto mostra que os cavaleiros medievais, entre outros aspectos de sua formação e conduta,

- A** mantinham-se fieis aos comerciantes das cidades, a quem deviam proteger e defender na vida cotidiana e em caso de guerra.
- B** privilegiavam, na sua formação, os aspectos religiosos, em detrimento da preparação e dos exercícios militares.
- C** valorizavam os torneios, pois neles mostravam seus talentos e sua força, ganhando prestígio e poder no mundo medieval.
- D** agiam apenas de forma individual, realizando constantes disputas e combates entre si.
- E** definiam-se como uma ordem particular dentro da rígida estrutura feudal, mas mantinham vínculos profundos com a Igreja.

## CARTOGRAFIA

O mapa é um dos maiores símbolos da geografia. Ele faz mais parte da nossa vida do que possamos imaginar. Quem nunca fez ou leu um mapa? Nem que seja aquele sem padrões, numa folha de rascunho, para ensinar alguém a chegar num determinado lugar. Ou quem nunca utilizou o GPS – “Global Positioning System” – Sistema de Posicionamento Global. Pois é, a cartografia está mais presente nas nossas vidas do que imaginamos. Contudo, será que todo mapa é igual? Será que eles possuem elementos técnicos que são obrigatórios? Quais elementos compõem um mapa? O que é mapa? São perguntas necessárias, uma vez que, mapas estão sempre presentes nas provas de geografia. Na prova do ENEM em 2014 foram sete mapas. A leitura e a interpretação correta podem auxiliar a garantir essas questões.

Outro assunto bastante recorrente nas provas do ENEM é a Geologia. Nunca paramos para pensar como esse conteúdo pode estar relacionado com a nossa vida. O chão que pisamos recebe o nome de crosta terrestre. A geologia influencia inclusive na geopolítica. Veja a espacialização dos continentes, se eles estivessem juntos, será que a geopolítica planetária seria a mesma? Os continentes já estiveram juntos? Como e quais forças os separaram? Essas forças ainda estão atuando em nosso planeta?

## CONCEITO DE MAPA E OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM

Para compreender o que é um mapa é necessário entender um pouco da complexidade que o envolve. A ciência responsável pela confecção, análise e interpretação dos mapas é a CARTOGRAFIA. A produção de mapas é uma das representações gráficas mais antigas da humanidade. O ato de espacializar o espaço por meio de representações gráficas é mais antiga que a própria escrita. O mapa mais antigo que se tem registro é o mapa de Ga-Sur (figura 01), feito de argila cozida de 7x8 cm datado de 2.500 a.C., e nele é representada uma região de vale, provavelmente do rio Eufrates, na antiga mesopotâmia. O mapa apresenta a atual região do Iraque.

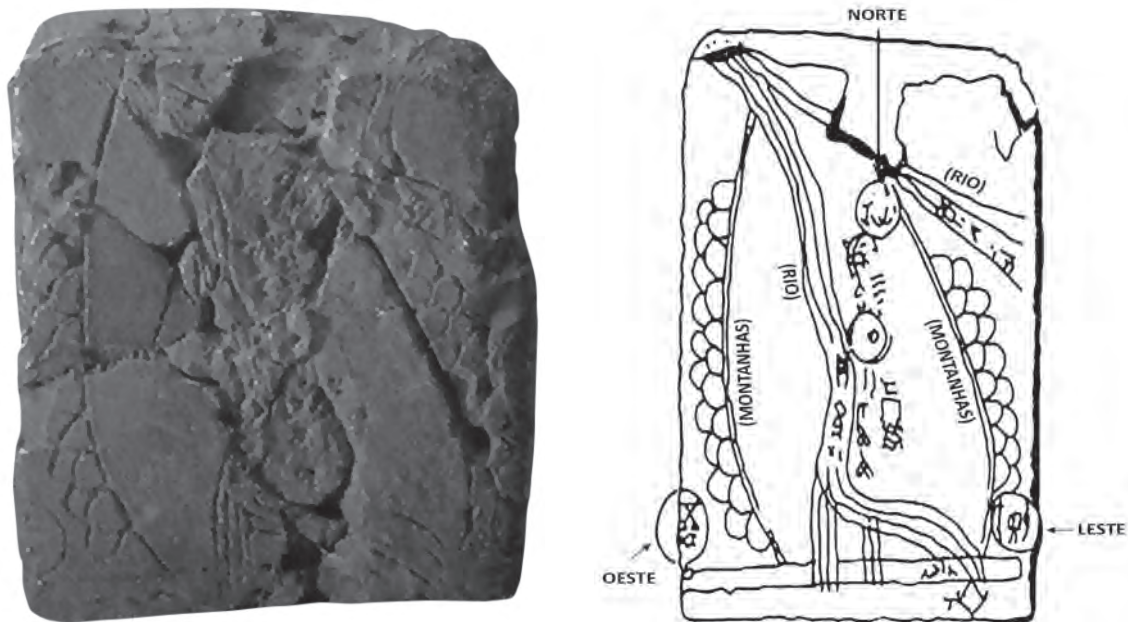


Figura 01 – Mapa de Ga- Sur- À direita a imagem em argila e à esquerda uma representação feita a partir do mapa de argila.

**Mapa** é uma representação gráfica plana, em escala reduzida e que apresenta um cunho ideológico. Retrata a visão do autor em relação aos temas abordados que geralmente são: físicos naturais, políticos, históricos, culturais e temáticos. Por convenção, alguns elementos são fundamentais para se caracterizar a representação cartográfica. Quais sejam: título, legenda, escala, orientação e a fonte dos dados. Esses elementos são essenciais para a compreensão da representação cartográfica.

O **Título** é onde se encontra a ideia central do mapa, o assunto principal do qual a representação trata. É importante observar também o fato de alguns mapas serem datados, como por exemplo: “mancha urbana do município de Goiânia-GO”. Um mapa dessa natureza tem que ser datado, pois o perímetro urbano, com o passar do tempo, foi alterado. Outro exemplo recorrente é o chamado mapa de “expansão agrícola” ou “desmatamento de um determinado bioma” (figura 02), além dos mapas históricos, que possuem datas, pois existe a necessidade da temporalidade para compreensão do espaço representado.

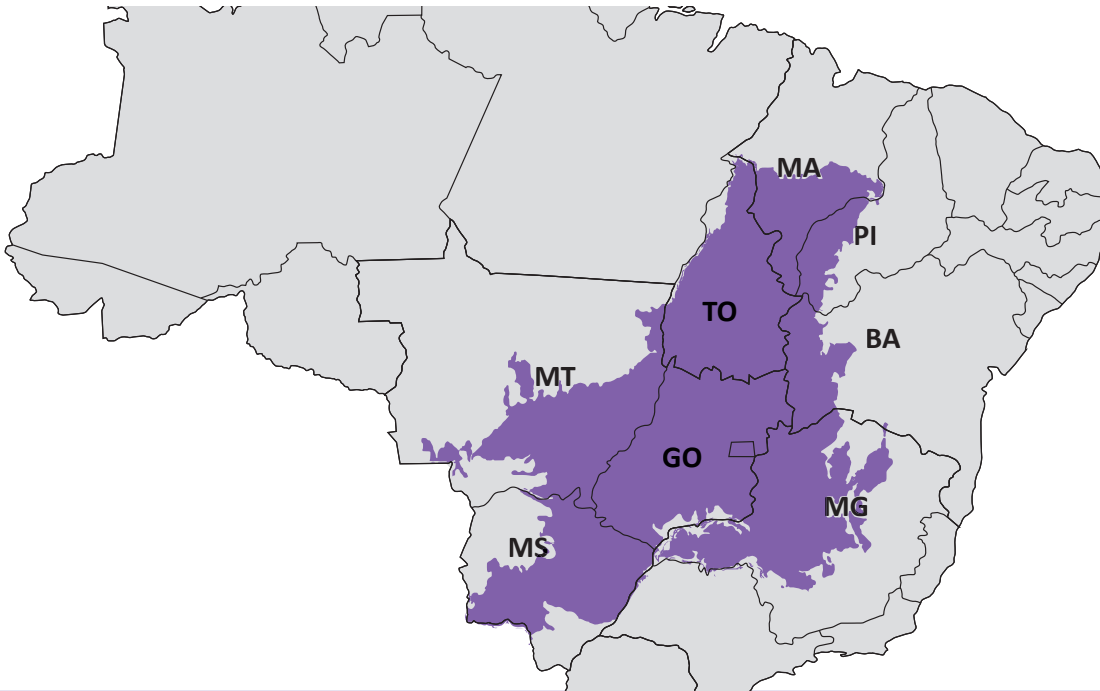


Figura 02 A – Área central do Cerrado no Brasil. Adaptado de IBGE (1993)

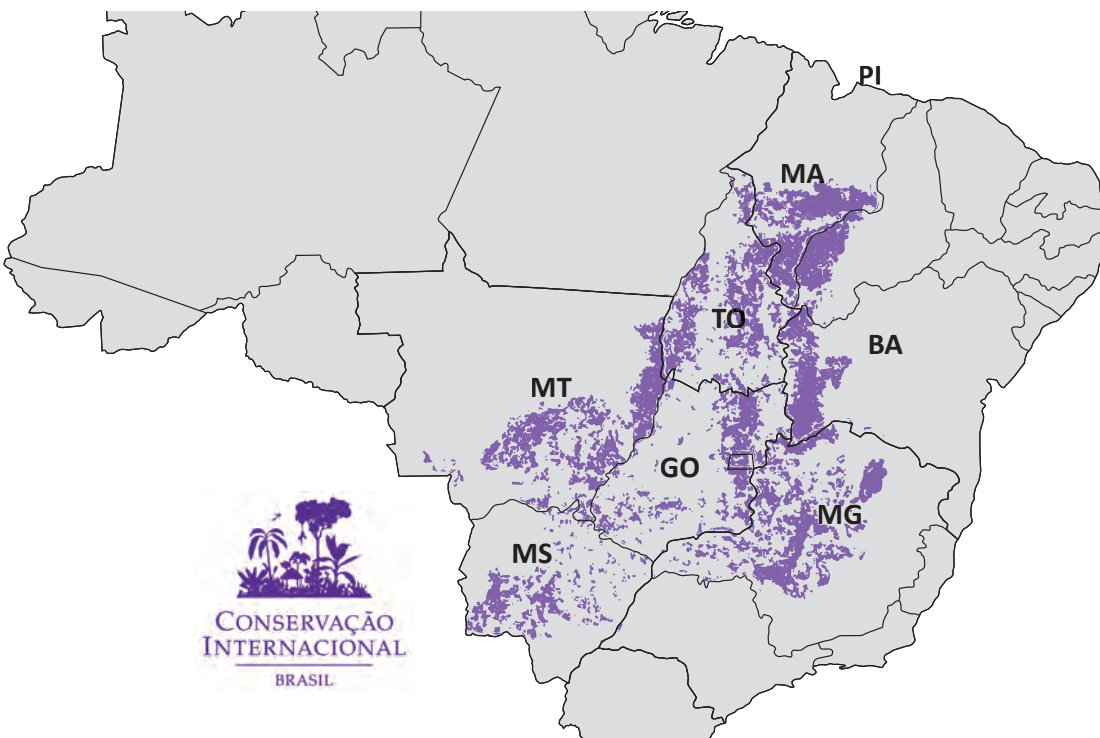


Figura 02 B – Cerrado e os principais blocos remanescentes de vegetação nativa em 2002

Conservação Internacional – Brasil. Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro. [Adaptado]. Disponível em: <[www.conservacao.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf](http://www.conservacao.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf)>.

Acesso em: 11 dez. 2014. [Adaptado].

Outro importante elemento que compõe o mapa e é crucial para a compreensão cartográfica é a legenda, embora em muitas vezes não seja consultada na hora da leitura cartográfica. A legenda é muito mais que uma caixinha que fica no cantinho do mapa. Nela se encontra o conjunto de símbolos presentes no mapa e seus respectivos significados. Portanto, é obrigatória a leitura da legenda para se entender o mapa.

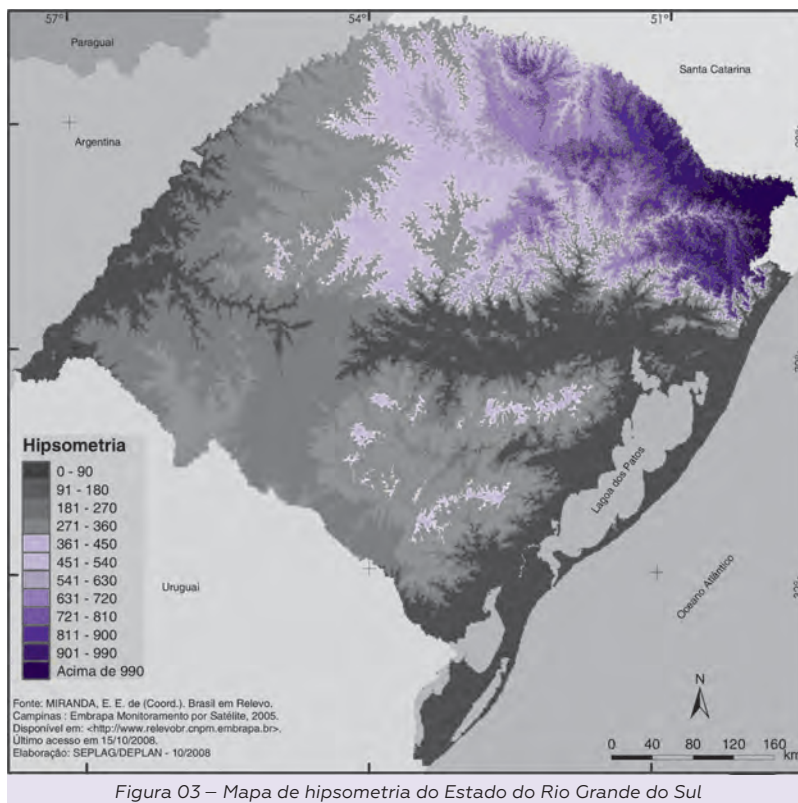


Figura 03 – Mapa de hipsometria do Estado do Rio Grande do Sul

Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul ]. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod\\_menu\\_filho=791&cod\\_menu=790&tipo\\_menu=APRESENTACAO&cod\\_conteudo=1330](http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1330)> Acesso em: 11 dez. 2014.

Um exemplo evidente ainda dentro da geografia física é o mapa hipsométrico (relativo à altura do relevo) (figura 03), pois sem a leitura da legenda é impossível compreender o que significa cada polígono representado. Outro exemplo de quão importante é a legenda para a compreensão cartográfica é o mapa de conflitos fundiários no Brasil (figura 04). Esse é um bom exemplo no qual o leitor consegue, sem a leitura da legenda, entender o que está sendo representado, ainda que não seja possível dimensionar, pois esses valores encontram-se justamente na legenda.

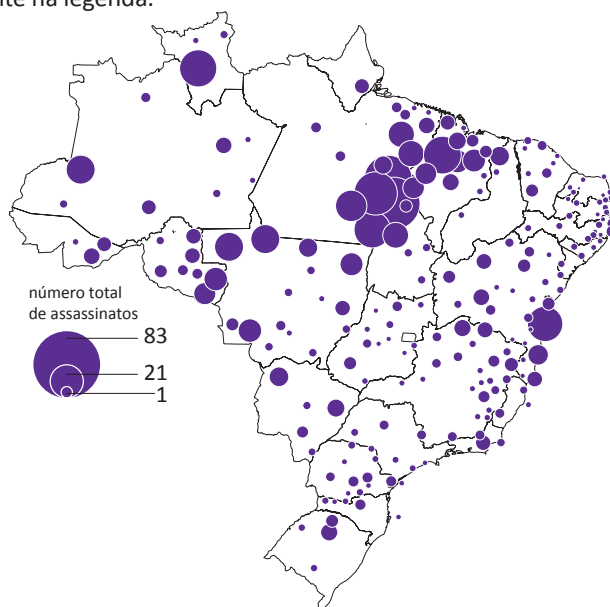
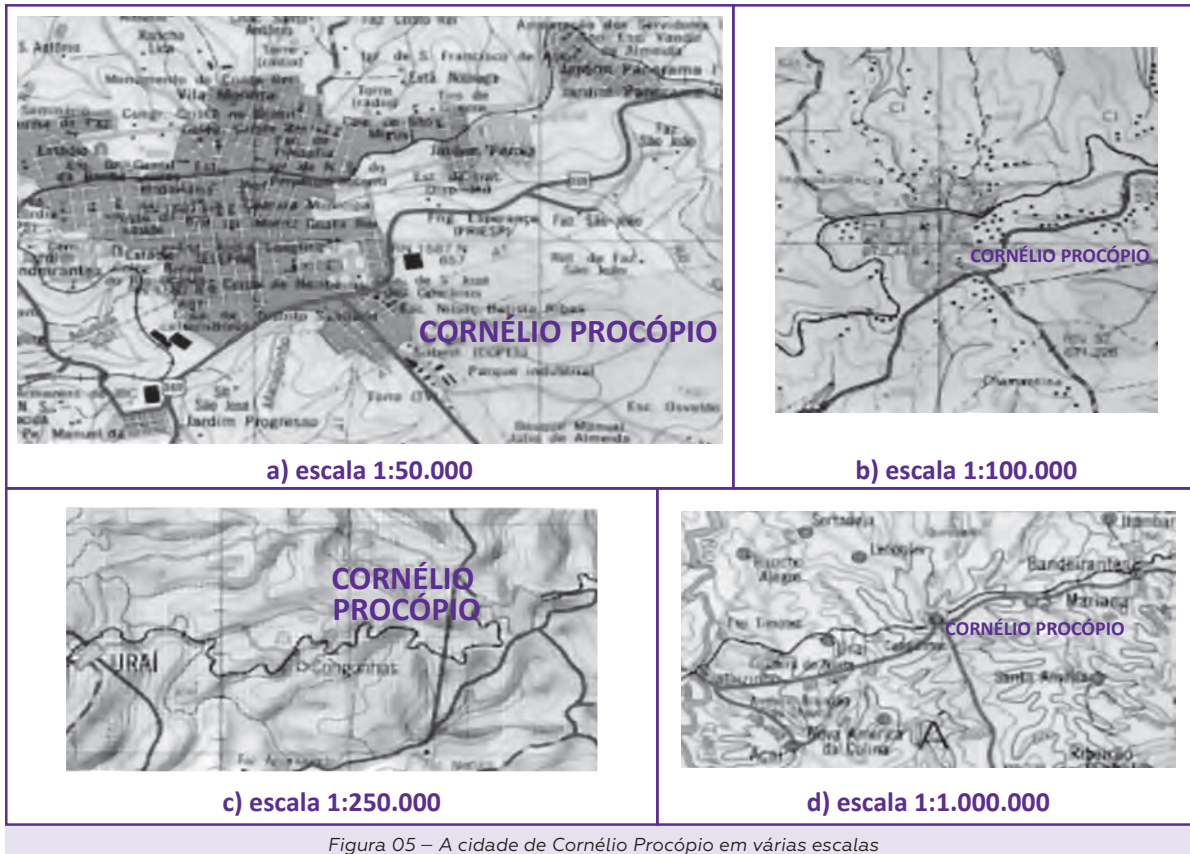


Figura 04 – Mapa de vítimas fatais em conflitos fundiários brasileiros

A escala é outro elemento importante. Trataremos futuramente deste assunto com maior profundidade, tendo em vista que envolve cálculos matemáticos. A escala é muito importante por ser, o mapa, uma representação reduzida do espaço retratado. Portanto, para que não seja algo tão abstrato, é necessário ter as dimensões espaciais representadas. Assim, um mesmo objeto representado pode ter vários tamanhos, isso vai depender da escala que estiver sendo usada para a sua representação (figura 05).



Os **referenciais de orientação** são de suma importância. Pois auxiliam na localização e orientação dos sentidos geográficos do mapa. Quando nos referimos a orientação, a figura que nos vem à mente é a do rosa-dos-ventos (figura 06). Nela estão contidos os pontos cardeais: Norte (N), Sul (S), Leste (L/W), Oeste (O/E) e os pontos colaterais Nordeste (NE), Sudeste (SE), Sudoeste (SO/SW) e o Noroeste (NO/NW).

O norte também pode ser chamado de setentrional ou boreal, o sul de Meridional ou Austral, o Leste de oriente ou nascente e o Oeste, de ocidente ou poente.

Por fim, temos a leitura da **fonte dados e da fonte do mapa**. Esse elemento muitas vezes é ignorado pelo leitor, no entanto, é decisivo na compreensão cartográfica, uma vez que o mapa possui um cunho ideológico. Por exemplo, se um mapa tem suas fontes de dados primários da ANA- Agência Nacional de Águas, possivelmente irá tratar de recursos hídricos ou temas relacionados, tais como: solos, recursos minerais, desmatamento. Porém, é pouco provável que esse mapa retrate assuntos culturais, tais como a espacialização das etnias indígenas brasileira. Entretanto, podemos, por exemplo, ter um mapa de etnias indígenas, feito pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

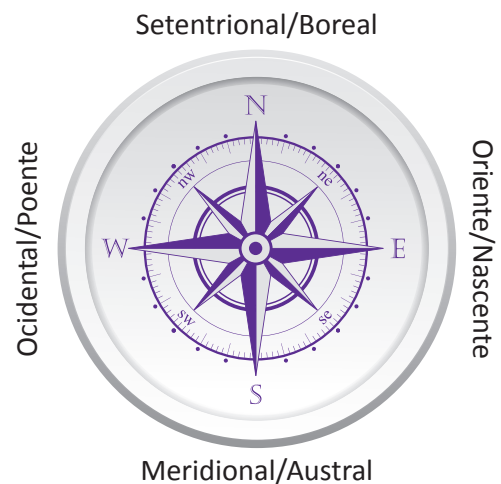


Figura 06 – Rosa-dos-Ventos

## COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Compreender esse conteúdo é elementar, pois é a base de outros conteúdos mais complexos, como: latitude e longitude, equinócio e solstício, estações do ano, fuso horário e zonas climáticas da terra.

Coordenadas geográficas são o conjunto de linhas imaginárias que circundam a terra de maneira cartesiana. As linhas horizontais são chamadas de **paralelos**, tendo como principal a linha do Equador<sup>1</sup>, que divide a terra em dois hemisfério (N-S). E as linhas verticais são chamadas de meridianos, o principal **meridiano** é o de *Greenwich*<sup>2</sup>.

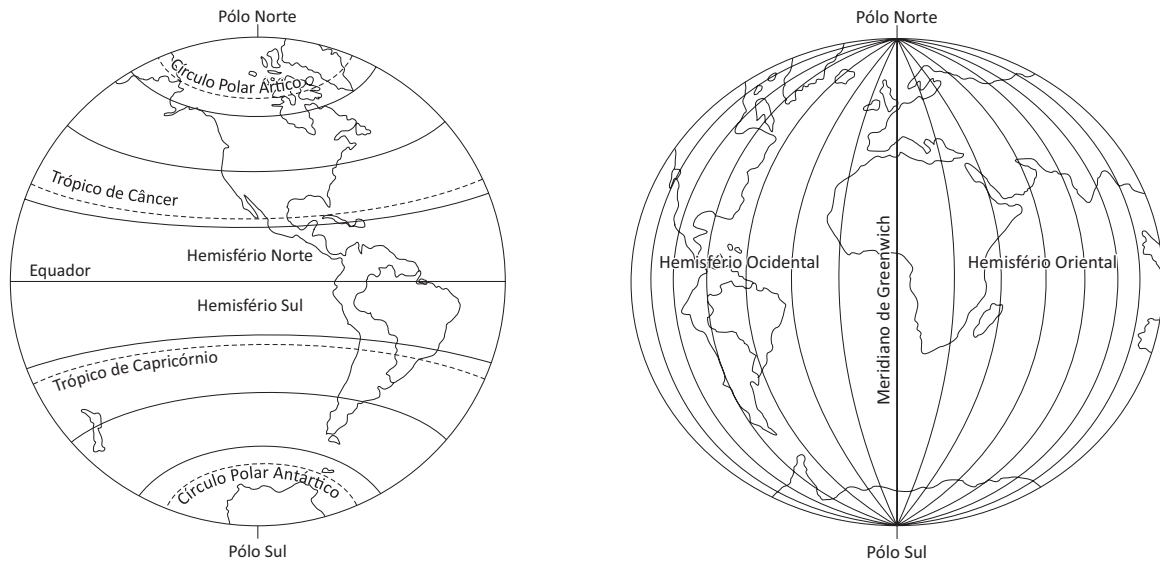


Figura 07 – Paralelos e meridianos.

Seu principal objetivo é a localização, mas para obtermos uma localização precisa é necessário o acréscimo de valores. Aí os paralelos passam a ser chamados de latitudes e os meridianos de longitudes.

**Latitude** é a distância medida em graus de qualquer ponto da superfície terrestre em relação ao equador. Os valores vão de 0° equador à 90° N e de 0° equador à 90° S.

**Longitude** é a distância medida em graus de qualquer ponto da superfície terrestre em relação ao Greenwich. Os valores vão de 0° Greenwich à 180° O e de 0° Greenwich à 180° L.

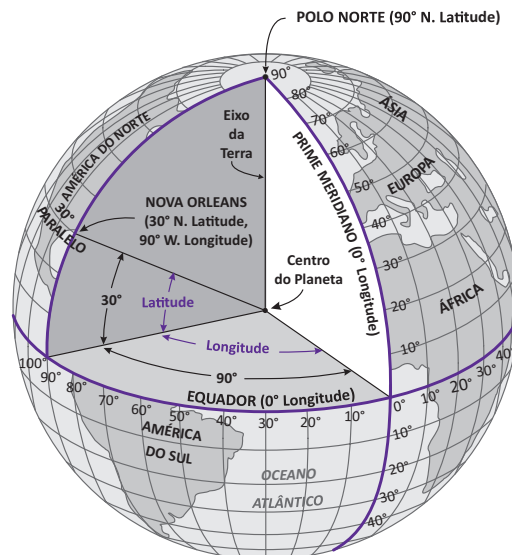


Figura 08 – Latitude e longitude.

1 O termo Equador vem do Latim aequator, "o que iguala (porque divide uma esfera em duas partes iguais)", de aequis, "igual".

2 Greenwich é o nome do observatório real, localizado na cidade de Londres no Reino Unido.

## MOVIMENTOS DA TERRA E MOVIMENTO APARENTE DO SOL

A terra é um planeta dinâmico. Ela realiza inúmeros movimentos, no entanto, eles não são perceptíveis. Ainda que não seja possível perceber, dois desses movimentos são de extrema importância para manutenção da nossa espécie. São os dois mais conhecidos, **rotação e translação**.

O movimento de **Translação** é o movimento que a terra executa obedecendo a uma órbita elíptica, que tem a duração média de 365 dias, 5 horas e 48 minutos. Suas principais consequências são: distribuição desigual de calor e energia solar nos dois hemisférios, estações do ano, movimento aparente do sol entre os 2 trópicos “capricórnio ao sul do equador e o de câncer ao norte do equador”, diferente duração entre dias e noites, e sol da meia noite em um hemisfério a partir da coordenada 66° de latitude.

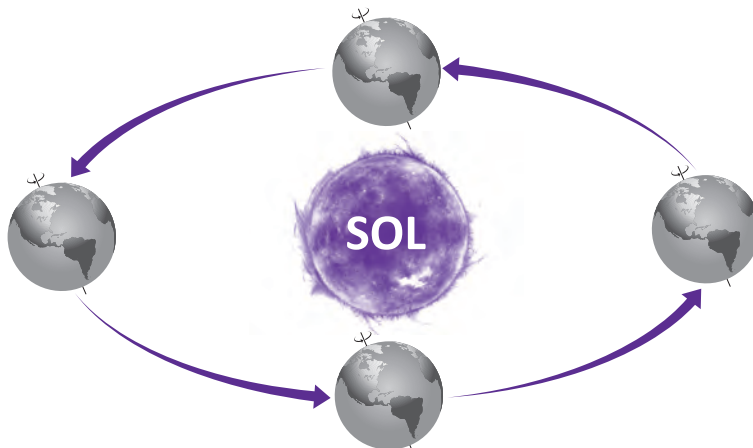


Figura 09 – Órbita do movimento de translação.

**Afélio** – é o momento de afastamento máximo entre a terra e o sol. Ocorre geralmente nos primeiros dias de junho, quando a distância da Terra-sol é de cerca de 152 milhões de anos.

**Periélio** – é o momento de afastamento mínimo entre a terra e o sol. Ocorre geralmente nos primeiros dias de janeiro, quando a distância da Terra-sol é de cerca de 149 milhões de anos.

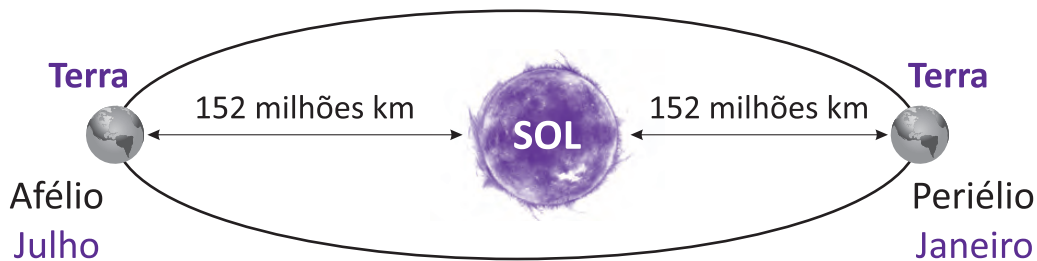


Figura 10 – Periélio e afélio.

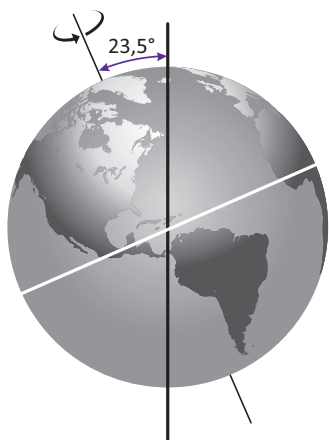


Figura 11 – Sentido do movimento de rotação

O movimento de **rotação** é o que a terra executa girando em torno do seu próprio eixo, no sentido oeste-leste, tem uma duração média de 23 horas, 56 minutos e 4 segundos. Suas principais consequências, são: alternância entre dias e noites, equilíbrio térmico do planeta, leve achatamento dos polos da terra, direção dos ventos e correntes marítimas.

A terra possui uma inclinação precisa, seu eixo é de 23° 26' 21". Contudo, podemos utilizar apenas 23,5°.

Essa inclinação e o movimento de translação são responsáveis pelas estações do ano. Durante o movimento de translação, o planeta passa por 4 momentos de irradiação solar, que altera as condições climáticas, vegetação e até mesmo a economia. Esses momentos são as 4 estações do ano: Verão, Outono, Inverno e Primavera. A tabela abaixo mostra a distribuição das estações do ano nos dois hemisférios.

Data	Hemisfério Sul	Solstício ou Equinócio	Hemisfério Norte	Solstício ou Equinócio
21/22 mar	Outono	Equinócio de outono	Primavera	Equinócio de primavera
21/22 jun	Inverno	Solstício de Inverno	Verão	Solstício de Verão
21/22 set	Primavera	Equinócio de primavera	Outono	Equinócio de outono
21/21 dez	Verão	Solstício de verão	Inverno	Solstício de inverno

É chamado de **equinócio** o dia que marca o início da primavera e do outono de ambos os hemisférios, neste dia o sol incide de maneira perpendicular à linha do equador, iluminando de maneira igual os dois hemisférios. Assim o dia e a noite têm a mesma quantidade de horas no planeta todo. **Solstício** é o dia que marca o início do outono ou do verão. Esse é o dia de maior desequilíbrio da irradiação solar, devido à incidência dos raios solares que estão perpendiculares a um dos trópicos. É que nesse dia o hemisfério que inicia a estação verão tem a iluminação solar por até 13 horas e as noites possuem apenas 11 horas. Em contrapartida, o hemisfério que inicia sua estação de inverno tem a iluminação solar de 11 horas e suas noites têm 13 horas. Essa lógica de horas não é válida para os círculos polares, região de altas latitudes. Nessas regiões ocorre um fenômeno chamado sol da meia noite. Quando a estação for verão, nas altas latitudes o sol, não chega a sumir no horizonte. 24 horas de iluminação solar. Enquanto no outro hemisfério onde é inverno, os dias são de crepúsculo total.

## ESCALAS

Os mapas possuem uma relação matemática de redução do espaço representado, uma vez que se fosse estudar ou analisar a representação cartográfica com as mesmas dimensões, seria mais interessante estudar e analisar o próprio objeto ao invés da sua representação cartográfica.

Podemos conceituar a escala cartográfica como uma relação matemática entre as medidas lineares representadas no mapa e suas correspondentes reais, de tal forma que essa relação é de redução e proporcionalidade entre o objeto real e o objeto representado.

$$\text{ESCALA} = \frac{\text{DIMENSÃO DO MAPA}}{\text{DIMENSÃO NO TERRENO (REAL)}}$$

No mapa essa escala se representa de duas maneiras, de forma **gráfica** e **numérica**.

A escala gráfica é uma representação em formato de régua que demonstra as várias distâncias no terreno. Ela expressa em cada intervalo/unidade a relação entre o mapa e o objeto real.

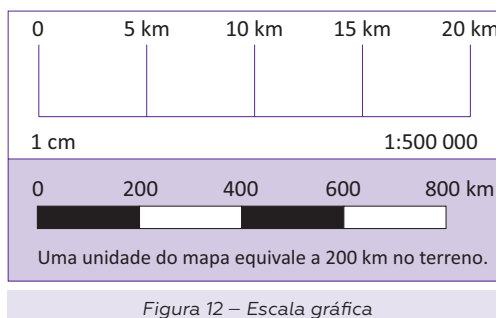
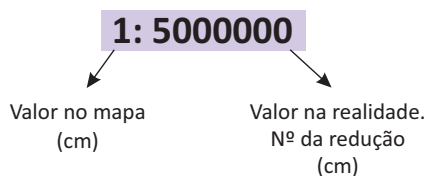


Figura 12 – Escala gráfica

A escala numérica indica a relação entre os comprimentos de uma linha no mapa e o correspondente comprimento no terreno, em forma de fração com a unidade para numerador.



Na escala numérica o algarismo antes dos dois pontos é sempre 1, pois ele representa uma unidade no mapa e os algarismos depois dos dois pontos é o valor na realidade de cada unidade no mapa. No exemplo, se lê dá seguinte forma: um para cinco milhões de centímetros.



A unidade para grandes distâncias é o km – Quilômetro. No entanto, a escala numérica que indica o quilômetro é valorada em centímetros. Para facilitar os cálculos, vamos ensinar a transformar. Para compreender é necessário lembrar os múltiplos e submúltiplos do metro.

Múltiplos			Unidade Principal	Submúltiplos		
Quilômetro	Hectômetro	Decâmetro	Metro	Decímetro	Centímetro	Milímetro
km	hm	dam	m	dm	cm	mm
1	0	0	0	0	0	0

Para transformar uma escala que está em cm para km, você deve deslocar a vírgula por cinco casas da direita para esquerda.

Logo:

10000	→	<del>10000</del>	=	0,1	km
100000	→	<del>100000</del>	=	1	km
1000000	→	<del>1000000</del>	=	10	km
10000000	→	<del>10000000</del>	=	100	km

Para transformar uma escala que está em km para cm, desloque a vírgula cinco casas da esquerda para direita.

Logo:

0,1	km	=	10000	cm
1	km	=	100000	cm
10	km	=	1000000	cm
100	km	=	10000000	cm

Depois de aprender a transformar os valores, agora vamos ao próximo item, aprender a calcular.

A fórmula para o cálculo é simples.

$$\frac{d}{D} = \frac{1}{E}$$

Sendo:

D: distância no real do objeto

d: distância representada no mapa

E: escala

A fórmula apresentada acima é uma regra de três. Sendo assim:

$$\frac{d}{D} = \frac{1}{E} \quad \text{Ler desta forma: } 1 \cdot D = E \cdot d$$

## FUSO HORÁRIO

Pensar o mundo globalizado sem um sistema internacional de horas é vislumbrar o caos. As organizações econômicas mundiais não conseguiriam organizar seu sistema. Porém, no ano de 1884 na cidade Washington – Estados Unidos da América, uma comissão composta por 25 países se reuniu para definir um sistema de horas mundial. O método utilizado, foi simples. Partiram do seguinte ponto, a terra é um geóide<sup>3</sup> que tem aproximadamente 360°, e o movimento de rotação é de aproximadamente 24 horas. Dividiram a quantidade de graus da forma da terra pela quantidade de horas necessária para a realização do movimento de rotação. Ficou assim:

$$360^\circ \div 24 = 15^\circ$$

3 **Geóide** – É um modelo físico da Terra. É mais irregular do que o elipsóide de revolução usado habitualmente para aproximar a forma do planeta, mas consideravelmente mais suave do que a própria superfície física terrestre.

Portanto, foram criadas 24 faixas de horário (fig. 13) e cada uma delas possui 15°. Sendo que, o meridiano de Greenwich foi considerado o meridiano zero ou o também chamado Greenwich Mean Time – GMT, que é o eixo de simetria principal do sistema de fuso horário.

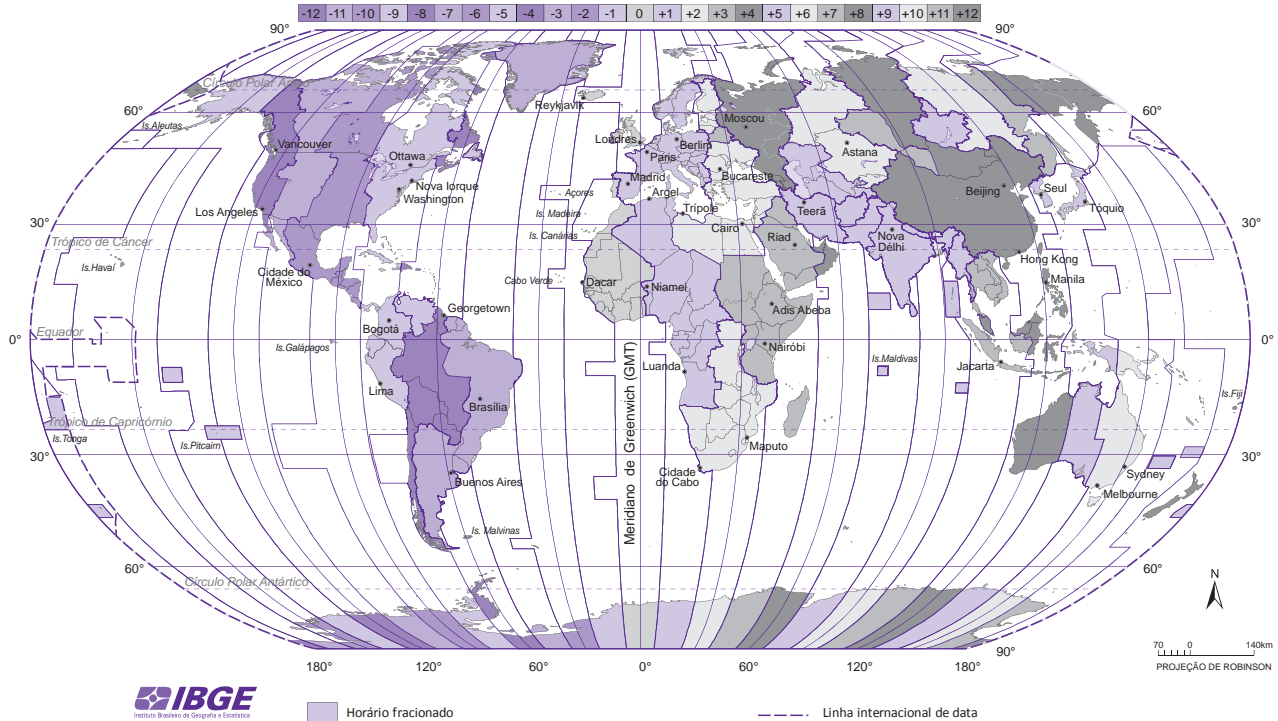


Figura 13 – Faixa de horário.

Logo, a cada intervalo de 15° se altera uma hora. É importante ressaltar que a contagem não começa no Greenwich, ele é apenas um eixo de simetria. Aliás, todos os múltiplos de 15° são eixo de simetria.

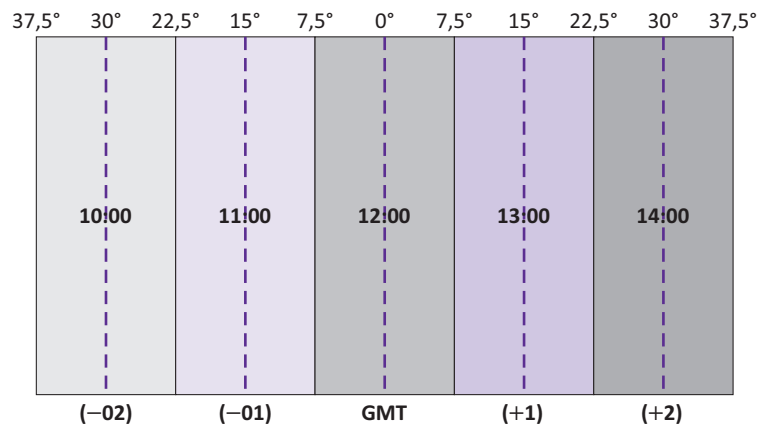


Figura 14 – Divisão das faixas retratando o eixo de simetria dos múltiplos de 15

### CÁLCULO DE FUSO HORÁRIO

Para calcular pontos em hemisférios diferentes (L-O), deve-se somar o valor das coordenadas. O resultado é dividido por 15. O valor resultante da divisão é a diferença em horas entre os pontos.

Ex.: Pontos no Hemisfério diferentes.		
Ponto A : 45° O	Primeiro momento	Segundo momento
Ponto B : 60° L	$45^\circ + 60^\circ = 105^\circ$	$105^\circ \div 15 = 7$

Logo, a diferença de horas de um ponto para outro é de 7 horas.

Para pontos no mesmo hemisfério (L-L), subtrai-se o valor das coordenadas. O resultado é dividido por 15. O valor resultante da divisão é a diferença em horas entre os pontos.

Ex.: Ponto no mesmo hemisfério.		
Ponto A : 15° L	Primeiro momento	Segundo momento
Ponto B : 90° L	$90^\circ - 15^\circ = 75^\circ$	$75^\circ \div 15 = 5$

Logo, a diferença de horas de um ponto para outro é de 5 horas.

É importante salientar que a partir do ponto referencial, se deslocar para um ponto qualquer para o leste, as horas são positivas. Se a partir do meu ponto referencial, deslocar um ponto qualquer para o oeste, as horas são negativas.

Linha Internacional de Mudança de data – LID é uma linha imaginária (oposta ao Greenwich) na superfície terrestre que implica em uma mudança de data obrigatória ao cruzá-la.

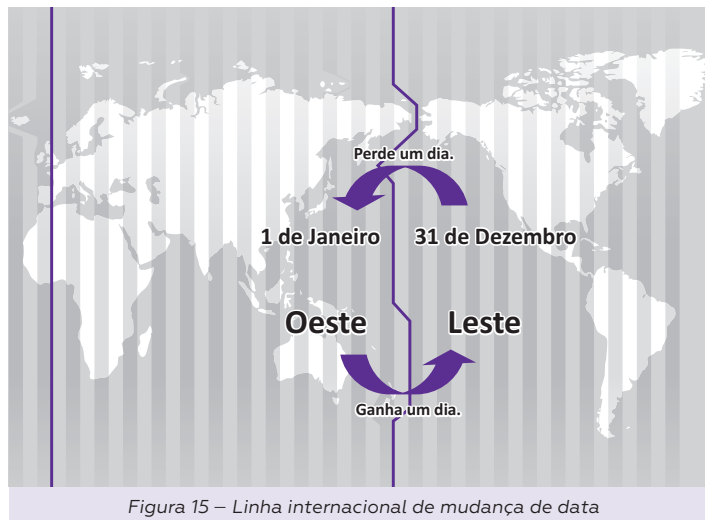


Figura 15 – Linha internacional de mudança de data

O Brasil por ser um país com dimensões continentais e possuir uma extensão longitudinal grande, possui várias faixas de fuso horário. Desde outubro de 2013 o Brasil volta a ter 4 faixas de fuso.

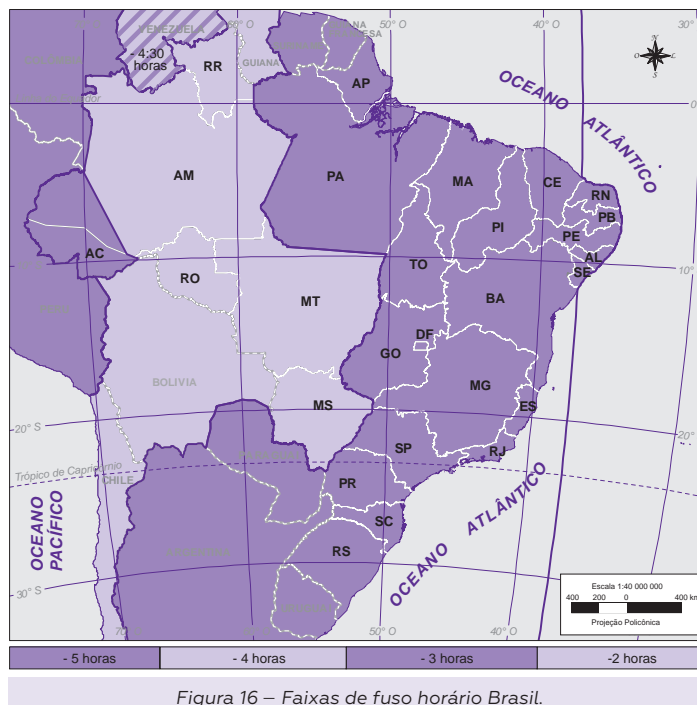


Figura 16 – Faixas de fuso horário Brasil.

## PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

O nosso planeta é um corpo em 3 dimensões. Já os mapas são representações gráficas em 2 dimensões. Portanto, todas as representações, possuem distorções. Todas trabalham na tentativa de amenizar essas distorções, por isso várias projeções cartográficas foram criadas. Veja só como seria uma representação em duas dimensões do planeta, sem as correções matemáticas das projeções:

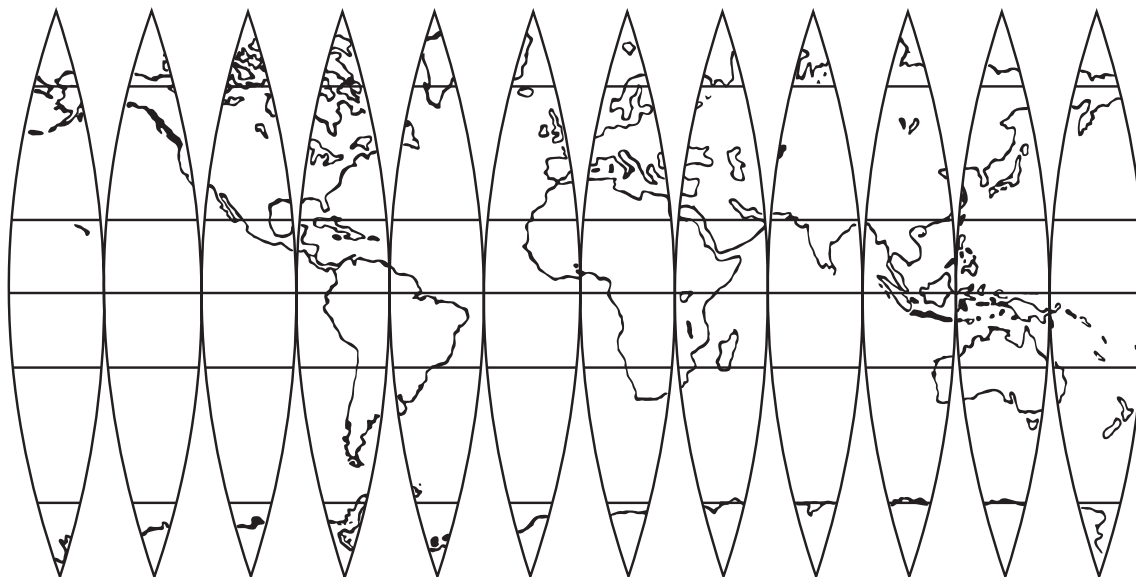


Figura 17 – A imagem retrata os gomos utilizados para fazer um globo terrestre. Como seria a representação do planeta sem deformações.

As principais projeções cilíndricas estão concentradas em 3 grupos, são eles: Conformes, equivalentes e as afiláticas.

A **projeção cilíndrica conforme** também conhecida como cilíndrica de Mercator, tem esse nome por conta do seu autor, Gerardus Mercator – cosmógrafo e cartógrafo do séc. XVI. As principais características da sua projeção são:

- Mantém as formas dos continentes, mas não respeita as proporções reais.
- Nela as regiões polares aparecem muito exageradas.
- Favorece as desigualdades econômicas, pois amplia de maneira desigual e aumenta mais o Hemisfério Norte.
- Coloca a Europa no centro do mapa (Eurocentrismo).

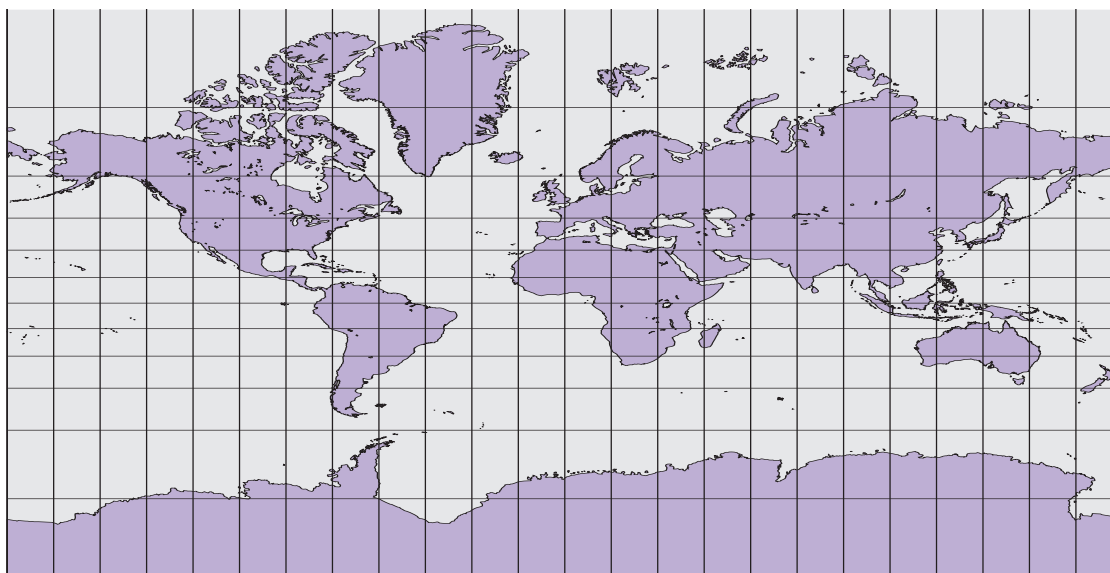


Figura 18 – Projeção de Mercator

A **projeção cilíndrica equivalente** ou também conhecida como a projeção cilíndrica de Peters, tem esse nome por causa do seu autor Gall-Peters- cartógrafo do séc. XIX. Suas principais características são:

- Alterou as formas para manter as reais proporções dos continentes.
- Destaque ao continente Africano no centro do mapa.
- Propostas de Peters: Valorização do mundo subdesenvolvido, mostrando sua área real.
- Favorece as regiões de baixas latitudes.

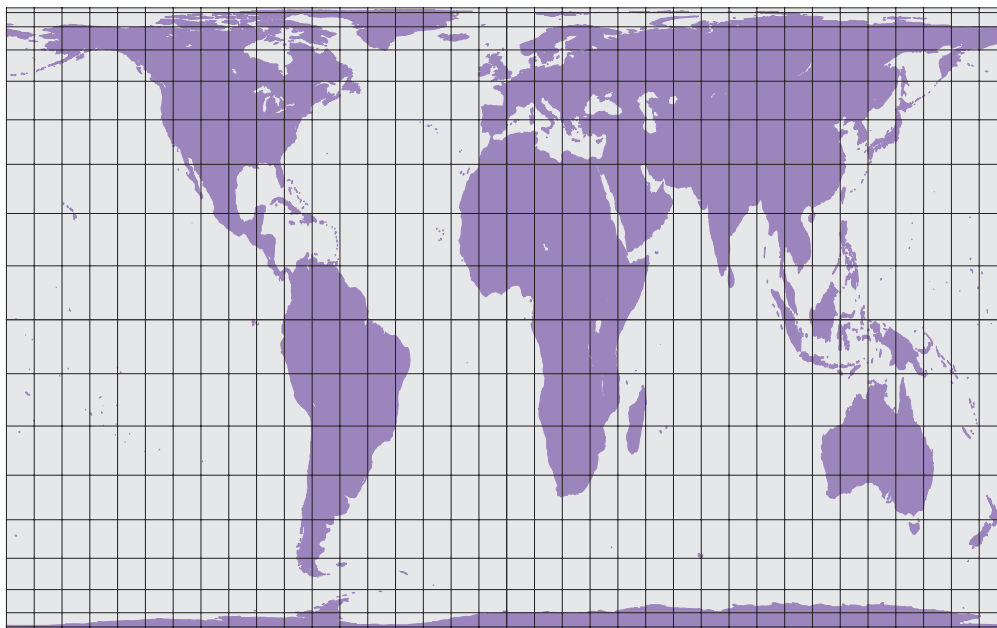


Figura 19 – Projeção de Peters

A **projeção cilíndrica afilática**, também conhecida como projeção cilíndrica de Robinson, tem esse nome por causa do seu autor Arthur H. Robinson – Cartógrafo séc. XX. Atualmente é a projeção mais utilizada, pois sua principal característica minimiza as deformações entre ângulos, áreas e distâncias.

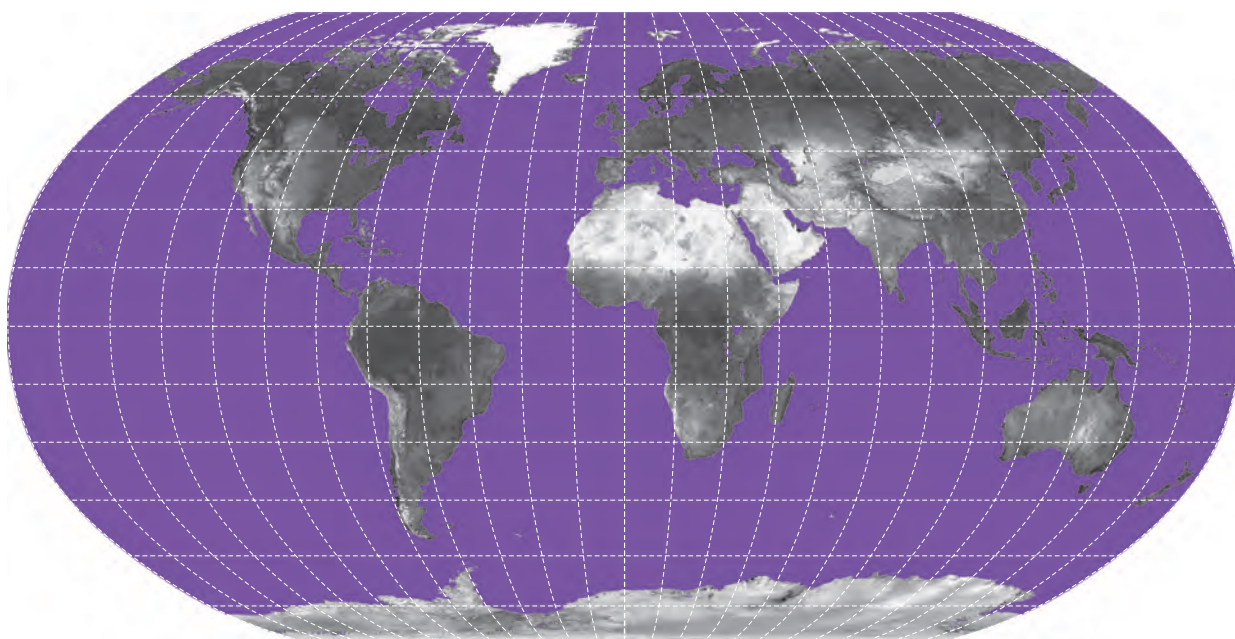


Figura 20 – Projeção de Robinson

Outras projeções, que da mesma forma possuem uma importância muito grande são as projeções cônicas e a azimutal.

A **projeção cônica** em que os meridianos se direcionam para um ponto, os polos e os paralelos formam um arco. Privilegia regiões de altas e médias latitudes.

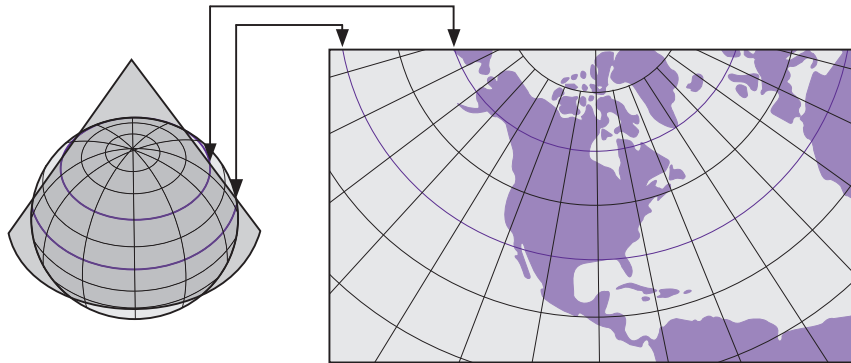


Figura 21 – Projeção cônica

Na **projeção Azimutal** os meridianos se direcionam para um ponto central e os paralelos possuem uma angulação de 360°.

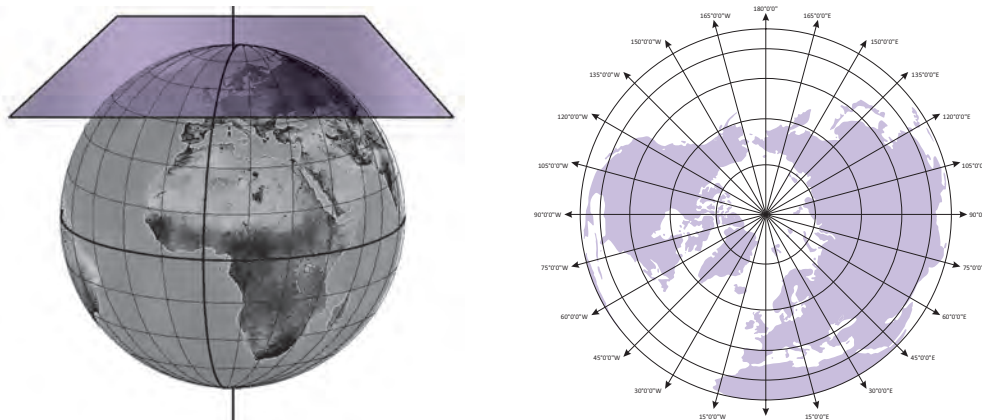


Figura 22 – Projeção Azimutal

## CURVA DE NÍVEL

Quando tratamos de curva de nível em representações cartográficas, significa que o mapa em duas dimensões irá representar uma protuberância do relevo em apenas duas dimensões. Para que isso seja possível, são usadas linhas imaginárias que unificam horizontes altimétricos do relevo para a espacialização na representação.

O mapa de curvas de nível possui algumas características particulares: as curvas de nível tendem a ser quase que paralelas entre si; todos os pontos de uma curva de nível se encontram na mesma elevação; cada curva de nível fecha-se sempre sobre si mesma; as curvas de nível nunca se cruzam.

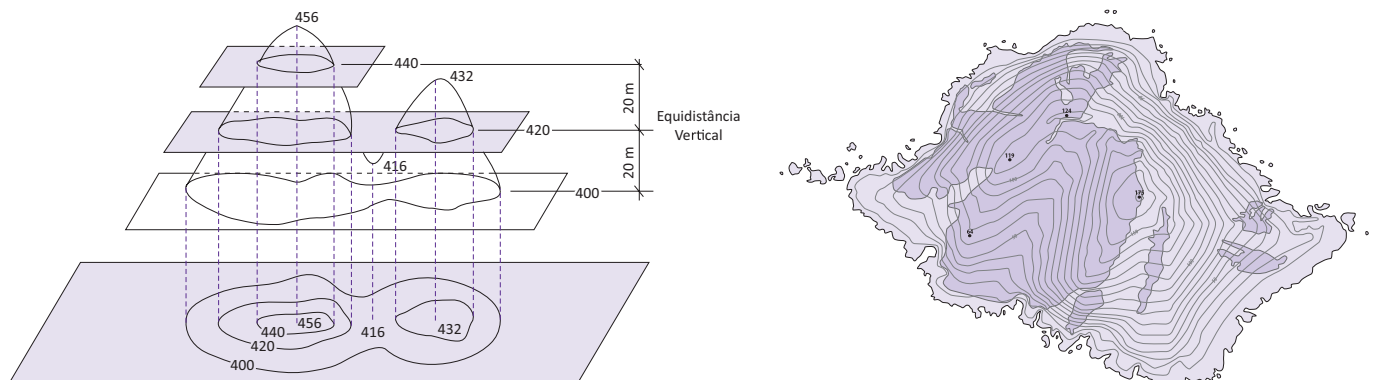


Figura 23 – Mapa de curva de nível

O sistema de curva nível é muito utilizado na agricultura para evitar a perda de nutrientes do solo e processos erosivos.



Figura 24 – Curva de nível, aplicado na agricultura.

## ANAMORFOSE GEOGRÁFICA

A palavra **anamorfose** é utilizada em várias áreas do conhecimento. Na geografia, são representações cartográficas esquemáticas que não respeitam a forma original do espaço representado.

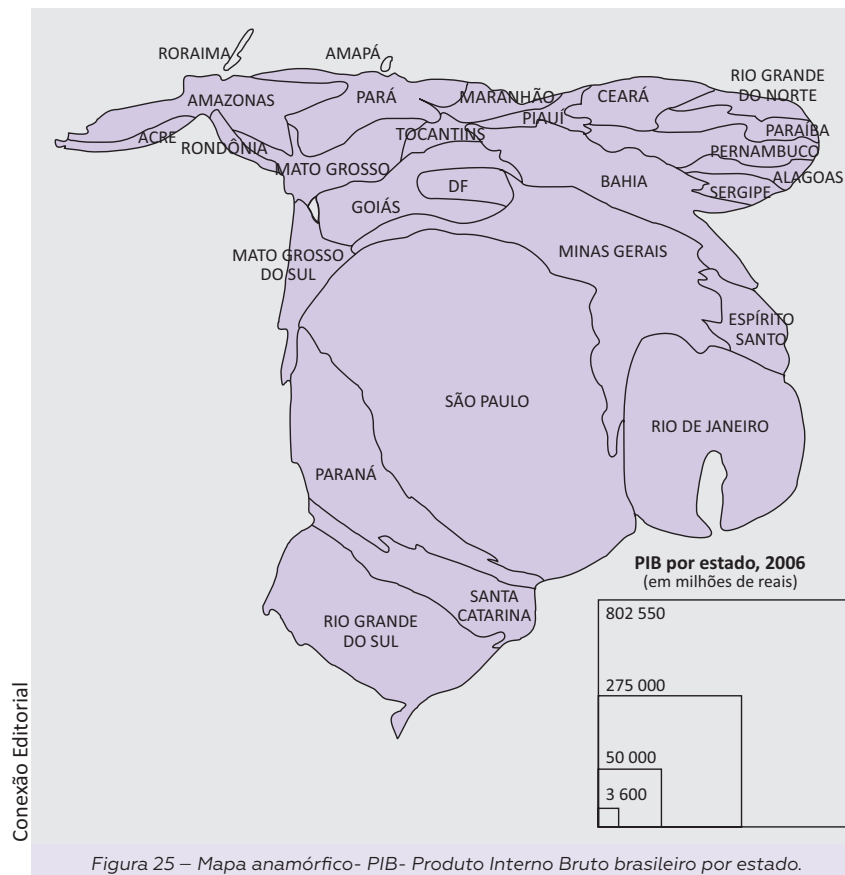


Figura 25 – Mapa anamórfico- PIB- Produto Interno Bruto brasileiro por estado.

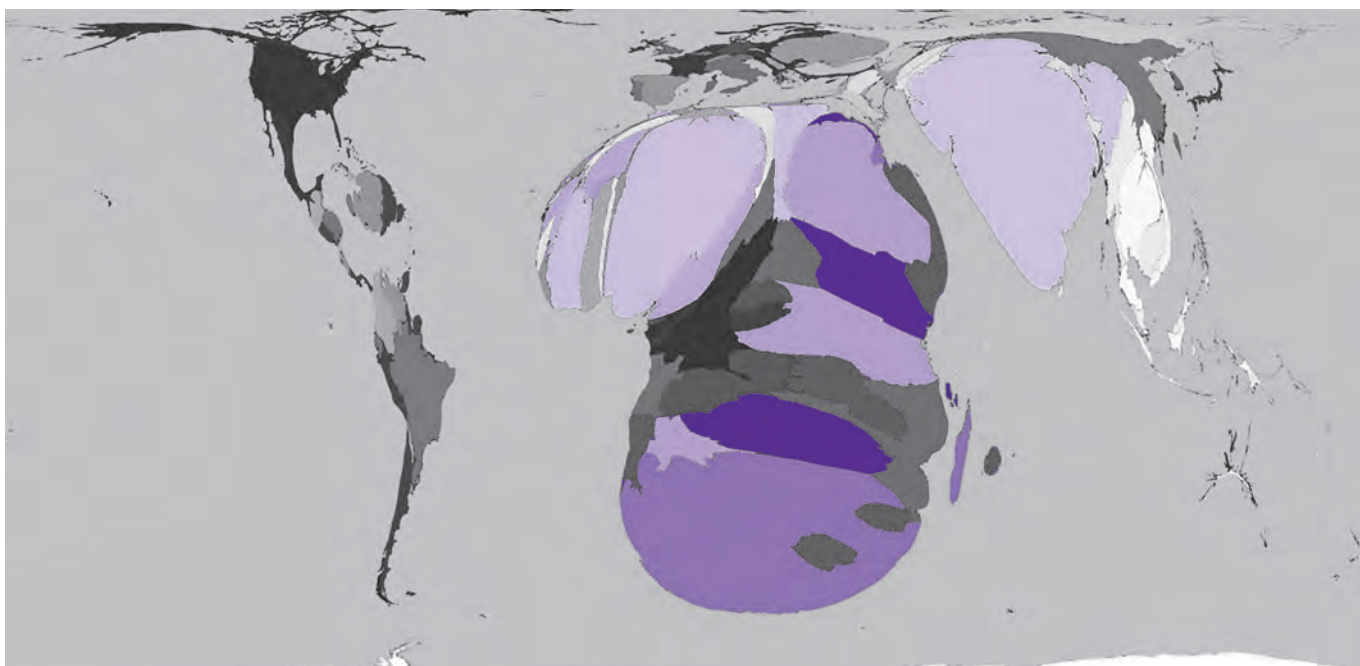
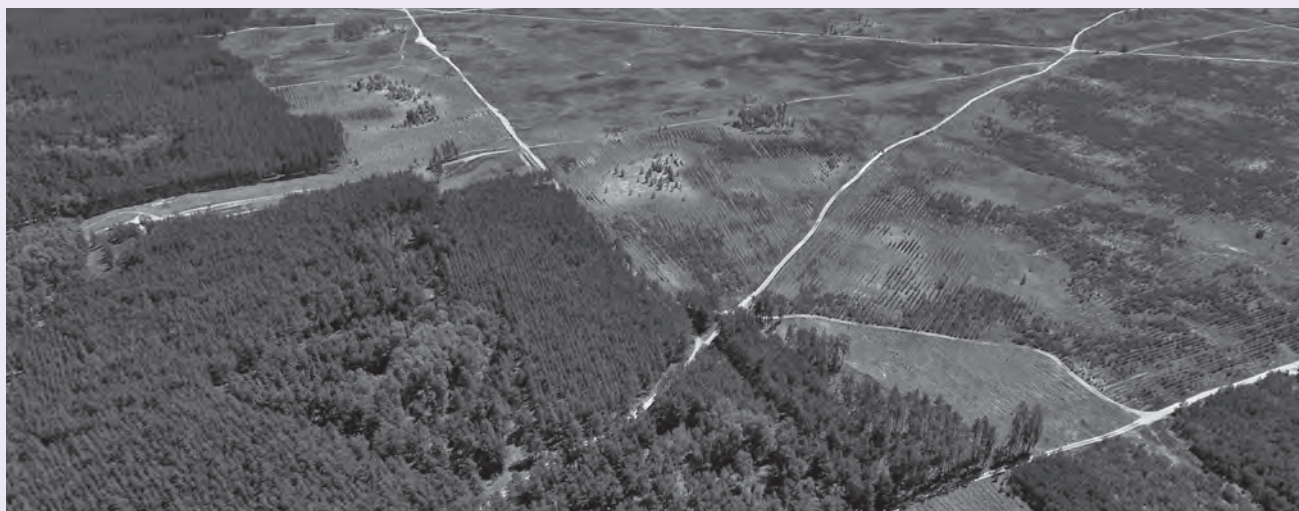


Figura 26 – Mapa anamórfico-Mortalidade infantil 2002

## TEXTO COMPLEMENTAR



shutterstock.com

Devido à sua extensão territorial gigantesca tanto leste-Oeste quanto Norte-Sul, e à sua riqueza de fauna e flora, o Brasil necessita de monitoramento ambiental para combater o problema do desmatamento. Uma das técnicas mais utilizadas é por meio do SIG- Sistemas de Informação Geográfica, através de geoprocessamento. Mas o que é Geoprocessamento? Para elucidar melhor, veja o conceito que o INPE- Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, traz de geoprocessamento “pode ser definido como um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico”. Assim as atividades que envolvem o geoprocessamento são executadas por sistemas específicos para cada aplicação. Esses sistemas são mais comumente tratados como Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Com a evolução da tecnologia de geoprocessamento e de softwares gráficos vários termos surgiram para as várias especialidades. O nome Sistemas de Informação Geográfica (ou Geographic Information System – GIS) é muito utilizado e em muitos casos é confundido com geoprocessamento. O geoprocessamento é o conceito mais abrangente e representa qualquer tipo de processamento de dados georeferenciados, enquanto um SIG processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase a análises espaciais e modelagens de superfícies. Um exemplo é o Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite.



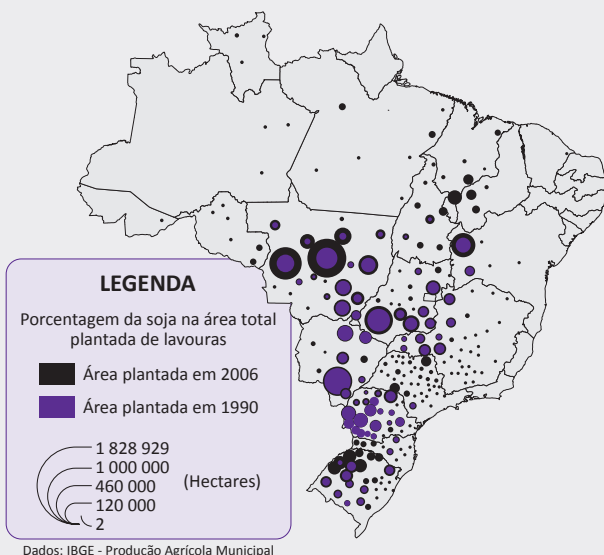
**O Ministério do Meio Ambiente** – MMA e o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** – IBAMA firmaram um acordo de cooperação em 2008, para a realização do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, que conta com o apoio do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – PNUD. Esse programa consiste na realização do monitoramento sistemático da cobertura vegetal dos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, a fim de quantificar desmatamentos de áreas com vegetação nativa, para embasar ações e políticas de prevenção e controle de desmatamentos ilegais nesses biomas, além de subsidiar políticas públicas de conservação da biodiversidade e de mitigação da mudança do clima. O projeto tem como referência os Mapas de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros. Até então, o único bioma que possuía dados oficiais de monitoramento dos desmatamentos era a Amazônia, iniciado em 1988 e realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Para os biomas extra-amazônicos, apesar da existência de iniciativas isoladas de mapeamento por parte de outras instituições de pesquisa e ONGs, ainda existia carência de iniciativas de monitoramento que identificassem onde ocorriam os desmatamentos, aliado ao fato de que as mesmas não propiciavam a geração de cálculos precisos do total de área convertida, bem como estimativas de taxas anuais de desmatamentos. Tal qual o processo desenvolvido pelo INPE para monitorar os desmatamentos na Amazônia, o monitoramento dos desmatamentos nos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica, deverá ocorrer anualmente a fim de se obter os dados do total de área convertida e taxas anuais de desmatamento.

Os primeiros dados, preliminares, obtidos pelo Programa foram sobre o bioma Cerrado, e vieram a público no dia 10 de setembro de 2009, por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Cerrado, 11 de setembro. Os dados apresentados pelo levantamento apontam um desmatamento para, o período de 2002 a 2008, de 85.075 km<sup>2</sup>, o que equivale a 4,17% da área total do bioma. Os remanescentes de vegetação até o ano de 2008 somavam aproximadamente 1.051.182 km<sup>2</sup>, isto é, 51,54 % da área total do bioma, enquanto que as áreas desmatadas equivaliam a 975.711 mil km<sup>2</sup>, 47,84% da área total. Para os demais biomas, os dados do monitoramento do desmatamento irão ser divulgados ainda no primeiro semestre deste ano. Tal qual o processo desenvolvido pelo INPE para monitorar os desmatamentos na Amazônia, o monitoramento dos desmatamentos nos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica, deverá ocorrer anualmente. É notório, portanto, o avanço que este Programa representa para as políticas públicas para a conservação dos biomas brasileiros, pois é a primeira vez que se adota um monitoramento da cobertura vegetal que pretende ser realizado todos os anos para os biomas extra-amazônicos.

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

### 01 | ENEM

#### SOJA: EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA 1990-2006



Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br>. Acesso em: 20 abr. 2010.

A interpretação do mapa indica que, entre 1990 e 2006, a expansão territorial da produção brasileira de soja ocorreu da região:

- A** Sul em direção às regiões Centro-Oeste e Nordeste.
- B** Sudeste em direção às regiões Sul e Centro-Oeste.
- C** Centro-Oeste em direção às regiões Sudeste e Nordeste.
- D** Norte em direção às regiões Sul e Nordeste.
- E** Nordeste em direção às regiões Norte e Centro-Oeste.

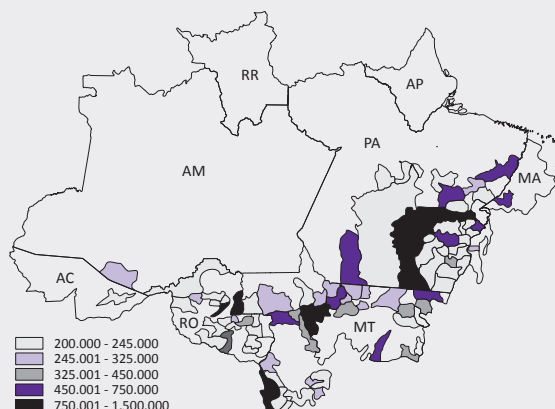
#### Resolução:

- A** Sul em direção às regiões Centro-Oeste e Nordeste.

*A produção de soja no Brasil não é tradicionalmente de interesse interno, mas uma imposição determinada por grupos externos que ditam o que nós devemos ou não produzir. O Centro-Oeste e o Nordeste surgiram como uma nova opção produtiva da soja, a partir da década de 70, quando houve uma mecanização na agricultura. O cerrado, antes visto como um solo pobre, ganhou então um novo olhar, pois surgiram insumos que corrigiram as alterações ou as deficiências de substâncias, tornando o solo apto à prática da agricultura. Outro motivo favorável para a expansão da soja foi o relevo mais plano.*

**02| ENEM** O mapa mostra a distribuição de bovinos no bioma amazônico, cuja ocupação foi responsável pelo desmatamento de significativas extensões de terra na região. Verifica-se que existem municípios com grande contingente de bovinos, nas áreas mais escuras do mapa, entre 750 001 e 1 500 000 cabeças de bovinos.

**Produção de Bovinos — Efetivos de Cabeças em 2004 no Bioma Amazônico segundo municípios**



Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 05 jul. 2008.

A análise do mapa permite concluir que:

- A** os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia detêm a maior parte de bovinos em relação ao bioma amazônico.
- B** os municípios de maior extensão são responsáveis pela maior produção de bovinos, segundo mostra a legenda.

- C** a criação de bovinos é a atividade econômica principal nos municípios mostrados no mapa.
- D** o efetivo de cabeças de bovinos se distribui amplamente pelo bioma amazônico.
- E** as terras florestadas são as áreas mais favoráveis ao desenvolvimento da criação de bovinos.

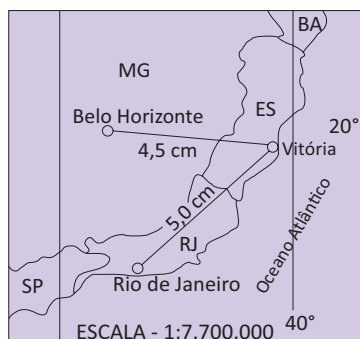
**Resolução:**

- A** os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia detêm a maior parte de bovinos em relação ao bioma amazônico.

*Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino da Amazônia Legal cresceu 140% e passou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças. Nesse período, a taxa média de crescimento anual do rebanho na região (6,9%) foi dez vezes maior que no restante do País (0,67%). Estimamos que a renda bruta do abate de bovinos em 2003 na região foi de cerca de R\$ 3,5 bilhões – o que revela sua importância para a economia regional. Entretanto, o crescimento da pecuária preocupa pelos seus impactos ambientais e ecológicos, principalmente os associados ao desmatamento. Os impactos ambientais do crescimento da pecuária também atraem a atenção internacional e podem ser usados para criar barreiras contra a exportação de carne da região – especialmente para os países mais desenvolvidos. Portanto, o crescimento da pecuária na região deverá considerar seus impactos ambientais e ecológicos.*

**F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO**

**01| UELPR** Na cartografia, a escala é a relação matemática entre as dimensões do terreno e a representação no mapa e constitui-se em um de seus elementos essenciais. Considere uma viagem do Rio de Janeiro até Belo Horizonte, passando por Vitória. Para uma viagem mais segura, é importante calcular a distância do trajeto e a direção geográfica a seguir, desde o ponto de partida até o destino.



Com base no texto e na figura,

- A** calcule a distância entre Rio de Janeiro e Vitória; entre Vitória e Belo Horizonte e entre Vitória e Rio de Janeiro.  
  
Apresente os cálculos utilizados para encontrar essas distâncias.
- B** indique a direção geográfica do ponto de partida até o destino (Rio de Janeiro a Vitória e Vitória a Belo Horizonte).

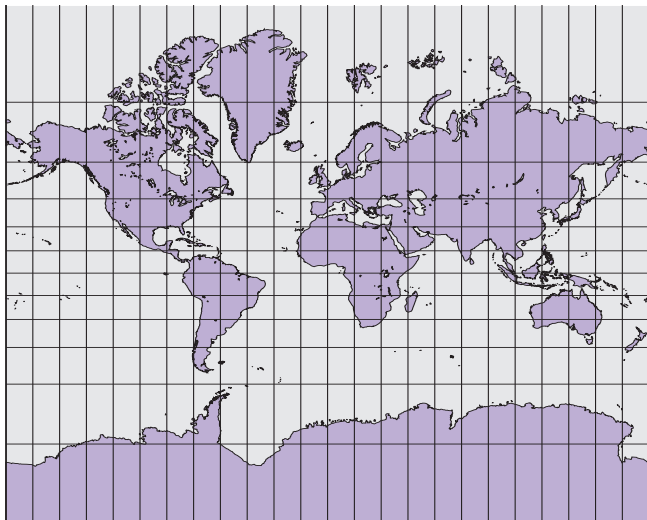
**02| FUVEST** Observe estes mapas:



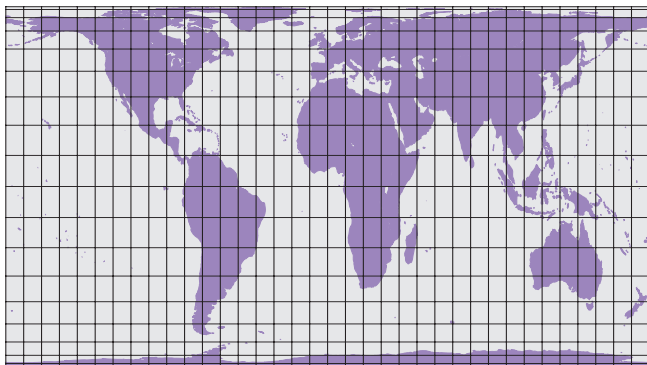
Lopo Homem e Diego Homem. Atlas Miller, c.1519 (detalhe).  
Brasil — vegetação. IBGE, Atlas Geográfico Escolar, 2009. Adaptado.

- A** Identifique duas diferenças significativas entre os mapas, quanto à forma de representação cartográfica.
- B** Qual era o principal objetivo de cada mapa, considerando os diferentes contextos históricos em que foram criados?

**03| UFG** Observe dois tipos de projeções cartográficas aplicadas aos mapas.



**Projeção conforme de Mercator**



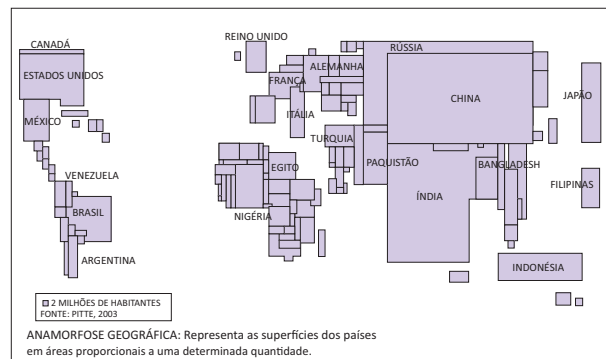
**Projeção equivalente de Peters**

As projeções cartográficas cilíndricas permitem mostrar a esfera terrestre com alguns tipos de distorções geométricas, que afetam as aparências das áreas e das formas continentais. Os mapas apresentados foram elaborados de acordo com as projeções de Mercator e de Peters. A partir destas projeções, analise os dois mapas quanto:

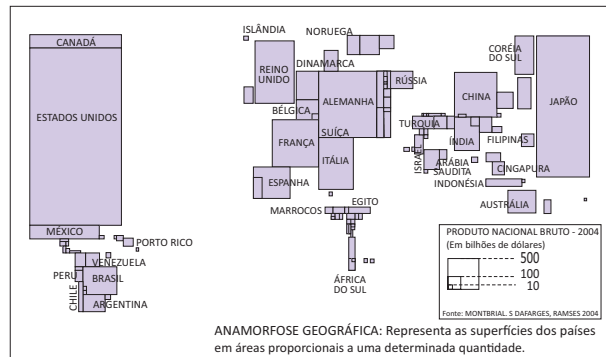
- A** à manutenção ou alteração das áreas dos continentes;
- B** às distorções maiores ou menores nas representações das formas dos continentes em baixas, médias e altas latitudes.

**04| PUCRJ**

**POPULAÇÃO MUNDIAL**



**REPARTIÇÃO DA RIQUEZA MUNDIAL**



Fonte: SIMIELLI, Maria Elena. Geoatlas, São Paulo: Ática, 2006.

Os cartogramas selecionados dimensionam o planisfério, a partir do quantitativo de população mundial nos países e da repartição da riqueza mundial entre eles.

Com base nas informações contidas nos cartogramas:

- A** explique por que o tamanho das representações referentes à China e Índia aparece inversamente proporcional às dimensões do Japão;
- B** compare o indicador econômico renda per capita entre os EUA e o Brasil.

**05| UELPR** Às 16h30 em Pequim (capital da China), localizada nas coordenadas 39°50'N e 116°20'E, em uma reunião de empresários, foi tomada a decisão de instalar uma filial de uma indústria em Londrina (Paraná), que tem como coordenadas 23°18'S e 51°10'O. Duas horas após o término da reunião, a decisão foi comunicada para o representante da indústria em Londrina.

A que horas, em Londrina, o representante recebeu o comunicado?

Apresente o desenvolvimento dos cálculos.

**06| UFSCARSP**

Observe a tabela.

Número do Voo	Origem	Destino	Duração	Partida
8082	São Paulo	Nova Iorque	10h55m	08h45m
8081	Nova Iorque	São Paulo	10h55m	19h40m
8096	São Paulo	Roma	09h50m	20h50m
8097	Roma	São Paulo	09h50m	22h50m

Sabendo que São Paulo está localizada no terceiro fuso horário a oeste de Greenwich, Roma no primeiro fuso a leste e Nova Iorque no quinto a oeste, e a Europa está utilizando horário de verão:

- A** Qual horário de chegada de cada um dos voos da tabela em seus destinos?
- B** Explique por que alguns países adotam o horário de verão.

**07| UERJ**



Figura 1



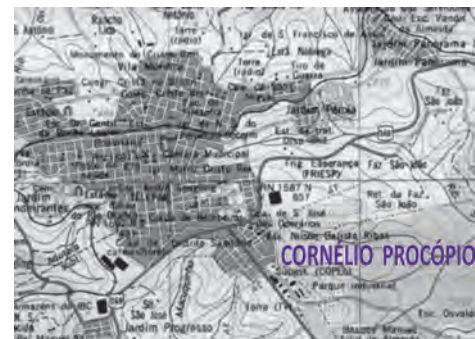
Figura 2

(MOREIRA, João Carlos e SENE, Eustáquio de. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2004.)

A escala cartográfica é utilizada para estabelecer uma correspondência entre as dimensões do terreno e as da representação. As figuras 1 e 2 apresentam, em diferentes escalas, recortes do espaço carioca.

Indique a figura cuja escala cartográfica é maior e aquela na qual uma rua com 2 quilômetros de extensão seria representada com um tamanho de 4 centímetros, justificando cada indicação.

**08| UFG** Observe as figuras a seguir.



Escala 1:50.000

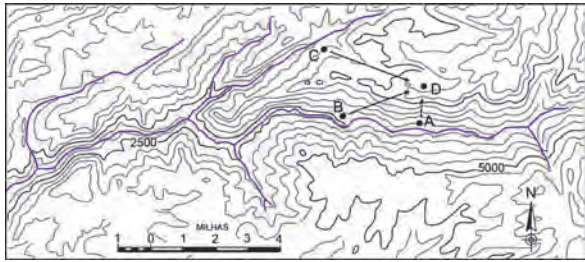


Escala 1:1.000.000

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR. Rio de Janeiro: IBGE. 2002. p.29.

As duas figuras apresentam-se em diferentes escalas, sendo a escala o elemento cartográfico que permite representar áreas em diferentes proporções em relação ao seu tamanho real. Explique a diferença entre as escalas das figuras apresentadas.

**09| UERJ** Devido à dificuldade de representar o relevo terrestre sobre a superfície plana do mapa, os cartógrafos costumam empregar a técnica de mapeamento com curvas de nível. Observe a imagem a seguir, na qual esse recurso é utilizado.



STRAHLER, A. N. Geografia física. Barcelona: Omega, 1979.

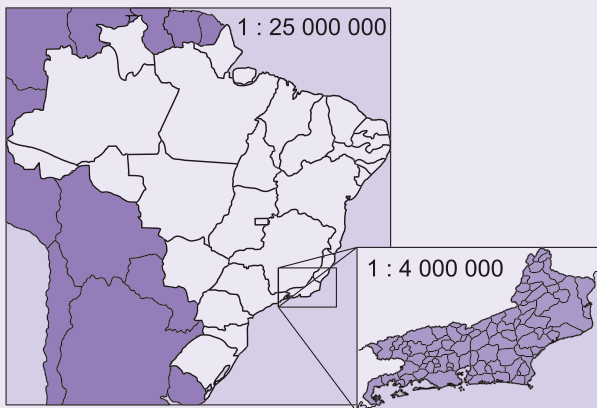
Identifique, por meio dos pontos cardeais, o sentido para o qual está correndo o rio principal e indique qual das três rotas assinaladas é a ideal para atingir o ponto D pelo caminho com menor declividade.

Justifique suas respostas com base na interpretação das curvas de nível.

**10| UFRJ** Para localizar um ponto em um sistema de coordenadas geográficas não é suficiente indicar os graus em latitude e longitude. É preciso ainda acrescentar as letras N, S, L e O. Por quê?

## T ENEM E VESTIBULARES

**01| ENEM** A figura apresenta dois mapas, em que o estado do Rio de Janeiro é visto em diferentes escalas.

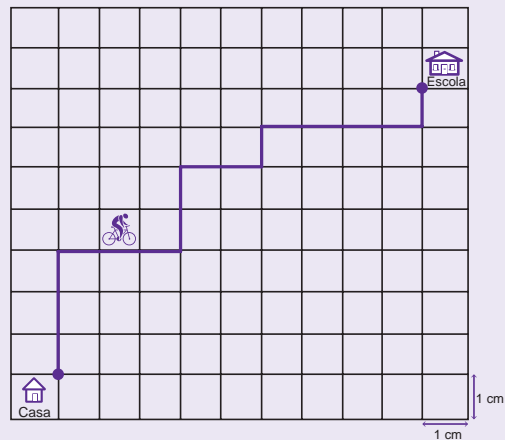


Há interesse em estimar o número de vezes que foi ampliada a área correspondente a esse estado no mapa do Brasil.

Esse número é:

- A** Menor que 10.
- B** Maior que 10 e menor que 20.
- C** Maior que 20 e menor que 30.
- D** Maior que 30 e menor que 40.
- E** Maior que 40.

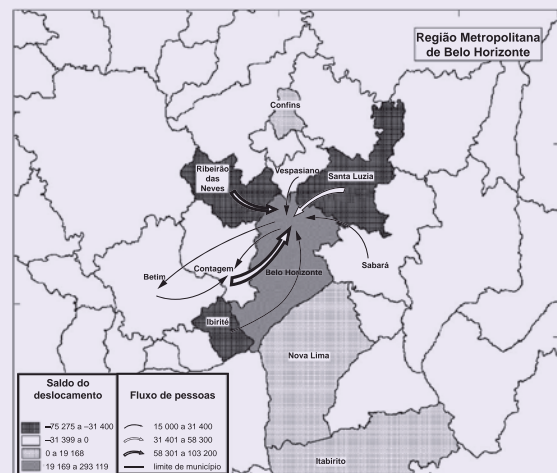
**02| ENEM** A Secretaria de Saúde de um município avalia um programa que disponibiliza, para cada aluno de uma escola municipal, uma bicicleta, que deve ser usada no trajeto de ida e volta, entre sua casa e a escola. Na fase de implantação do programa, o aluno que morava mais distante da escola realizou sempre o mesmo trajeto, representado na figura, na escala 1 : 25 000, por um período de cinco dias.



Quantos quilômetros esse aluno percorreu na fase de implantação do programa?

- A** 4
- B** 8
- C** 16
- D** 20
- E** 40

**03| ENEM**



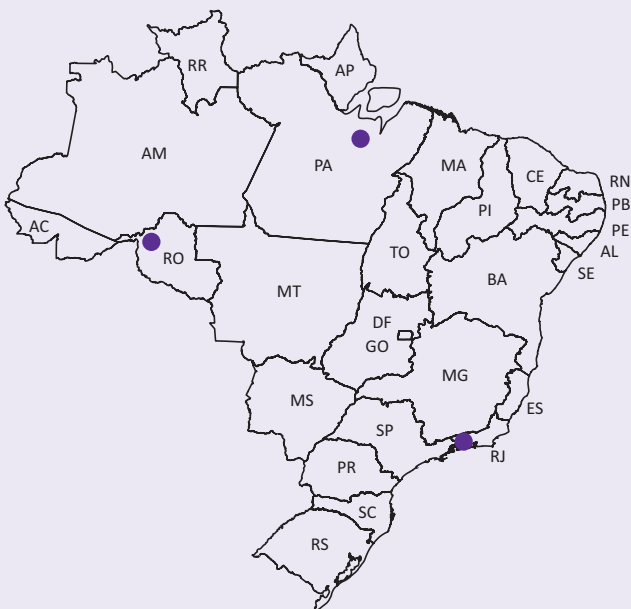
**Nota:** O saldo considera apenas as pessoas que se deslocavam para o trabalho e retornavam aos seus municípios diariamente.

BRASIL. IBGE. Atlas do censo demográfico 2010 (adaptado).

O fluxo migratório representado está associado ao processo de:

- A fuga de áreas degradadas.
- B inversão da hierarquia urbana.
- C busca por amenidades ambientais.
- D conurbação entre municípios contíguos.
- E desconcentração dos investimentos produtivos.

04| ENEM



Disponível em: [www.banktrack.org](http://www.banktrack.org). Acesso em: 7 maio 2013 (adaptado).

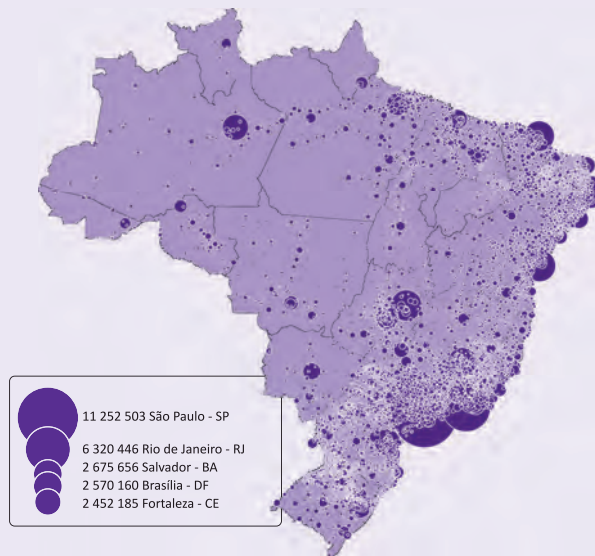
A imagem indica pontos com ativo uso de tecnologia, correspondentes a que processo de intervenção no espaço?

- A Expansão das áreas agricultáveis, com uso intensivo de maquinário e insumos agrícolas.
- B Recuperação de águas eutrofizadas em decorrência da contaminação por esgoto doméstico.
- C Ampliação da capacidade de geração de energia, com alteração do ecossistema local.
- D Impermeabilização do solo pela construção civil nas áreas de expansão urbana.
- E Criação recente de grandes parques industriais de mediano potencial poluidor.

05| ENEM

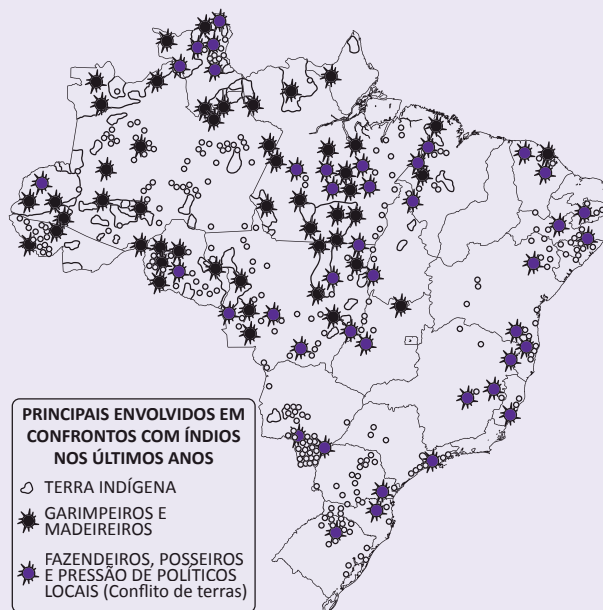
Mapa 1

Distribuição espacial atual da população brasileira



Mapa 2

Conflitos em terras indígenas



Os mapas representam distintos padrões de distribuição de processos socioespaciais. Nesse sentido, a menor incidência de disputas territoriais envolvendo povos indígenas se explica pela:

- A fertilização natural dos solos.
- B expansão da fronteira agrícola.
- C intensificação da migração de retorno.
- D homologação de reservas extrativistas.
- E concentração histórica da urbanização.

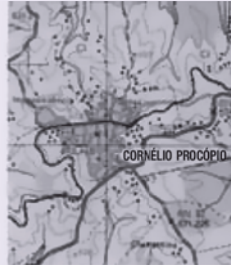
**06| UNESP**

Analise os mapas.

Mapa 1



Mapa 2

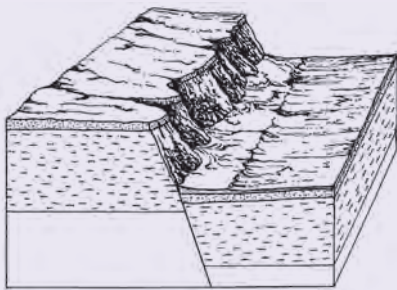


(www.ibge.gov.br)

Considerando as escalas utilizadas nos mapas, é correto afirmar que:

- A** o mapa 1 favorece maior detalhamento do terreno do que o mapa 2.
- B** o mapa 2 abrange uma área menor do que o mapa 1.
- C** assemelham-se, pois nos dois casos foi utilizada uma pequena escala.
- D** retratam períodos diferentes de uma mesma localidade.
- E** ambos os mapas apresentam o mesmo nível de detalhe.

**07| UERJ** Observe na imagem uma feição de relevo em escarpa, área de desnível acentuado de altitude, encontrada geralmente nas bordas de planalto, como os trechos da Serra do Mar no estado do Rio de Janeiro.



www4.fet.unesp.br

Utilizando a técnica das curvas de nível, uma representação aproximada dessa imagem em uma carta topográfica está indicada em:

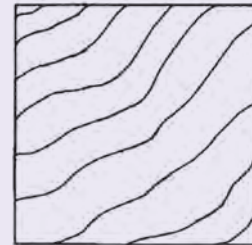
**A**



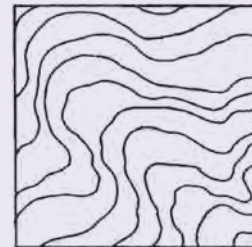
**B**



**C**

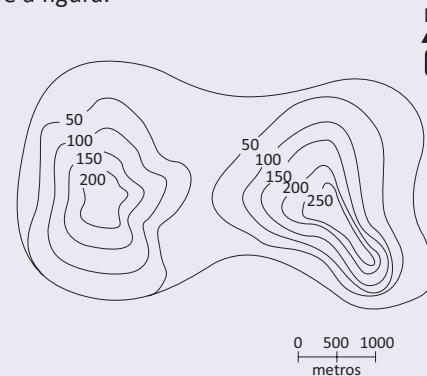


**D**



**08| UNICASTELOSP**

Observe a figura.



(Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>)

Ao se trabalhar com curvas de nível em cartografia, deve-se partir do princípio de que:

- A** uma curva de nível pode ser uma linha infinita.
- B** as duas feições topográficas representadas no mapa têm escarpas íngremes.
- C** quanto mais próximas estão as curvas, mais plano é o relevo representado.
- D** uma curva de nível pode bifurcar-se em outras.
- E** todos os pontos situados sobre uma curva têm a mesma altitude.

09| ENEM



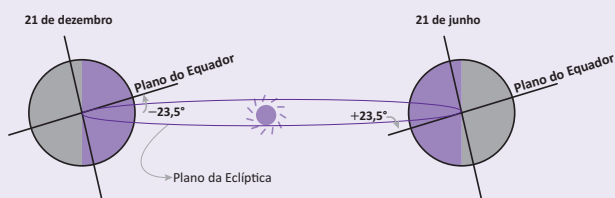
Disponível em: <http://BP.blogspot.com>. Acesso em: 24 ago. 2011.

Na imagem, visualizam-se um método de cultivo e as transformações provocadas no espaço geográfico. O objetivo imediato da técnica agrícola utilizada é:

- A controlar a erosão laminar.
- B preservar as nascentes fluviais.
- C diminuir a contaminação química.
- D incentivar a produção transgênica.
- E implantar a mecanização intensiva.

10| UFUMG A Terra, em seu movimento de rotação, gira sobre um eixo imaginário cuja variação no ângulo de sua inclinação em relação ao plano da órbita, é conhecida como obliquidade da eclíptica, como demonstrado na figura abaixo. Atualmente esse ângulo é de  $23,5^\circ$ , mas pode variar de  $21,5^\circ$  a  $24,5^\circ$  com ciclo de 40 a 41 mil anos.

Disponível em: <http://www.tede.ufv.br>. Acesso: abril 2014.



Disponível em: [http://www.naveastro.com/astrologia/curso/parte\\_2.html](http://www.naveastro.com/astrologia/curso/parte_2.html). Acesso em: 05 dez. 2013.

O aumento da inclinação do eixo terrestre em relação ao plano da eclíptica pode desencadear:

- A o acréscimo de energia solar no Equador em qualquer estação do ano.
- B a diminuição das temperaturas durante o verão na faixa temperada.
- C a redução da temperatura durante o solstício de verão no hemisfério sul.
- D o aumento de energia solar recebida nas altas latitudes durante o verão.

11| UNICAMP A imagem abaixo mostra um local por onde passa o Trópico de Capricórnio. Sobre o Trópico de Capricórnio podemos afirmar que:



- A É a linha imaginária ao sul do Equador, onde os raios solares incidem sobre a superfície de forma perpendicular, o que ocorre em um único dia no ano.
- B Os raios solares incidem perpendicularmente nesta linha imaginária durante o solstício de inverno, o que ocorre duas vezes por ano.
- C Durante o equinócio, os raios solares atingem de forma perpendicular a superfície no Trópico de Capricórnio, marcando o início do verão.
- D No início do verão (21 ou 22 de dezembro), as noites têm a mesma duração que os dias no Trópico de Capricórnio.

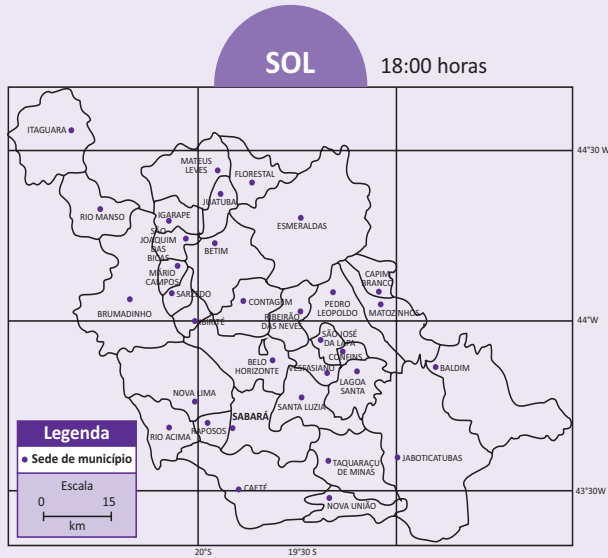
12| PUCRS Em Porto Alegre, em nenhum dia do ano é possível ver o Sol no zênite, porque:

- A a cidade está situada ao sul do Trópico de Capricórnio.
- B a cidade está situada na faixa tropical.
- C o adensamento urbano dificulta a visualização do Sol ao meio-dia.
- D a cidade localiza-se na área mais abaulada do globo terrestre.
- E a cidade não possui o seu sítio junto ao Oceano Atlântico.



13 | UFG

Observe o mapa a seguir.



SIMIELLI, Maria Elena. Geoatlas. São Paulo: Ática, 2003. p.114. [Adaptado].

A leitura e a interpretação do mapa, por meio da análise da rede geográfica e dos pontos de referência, indicam que o município de Sabará localiza-se:

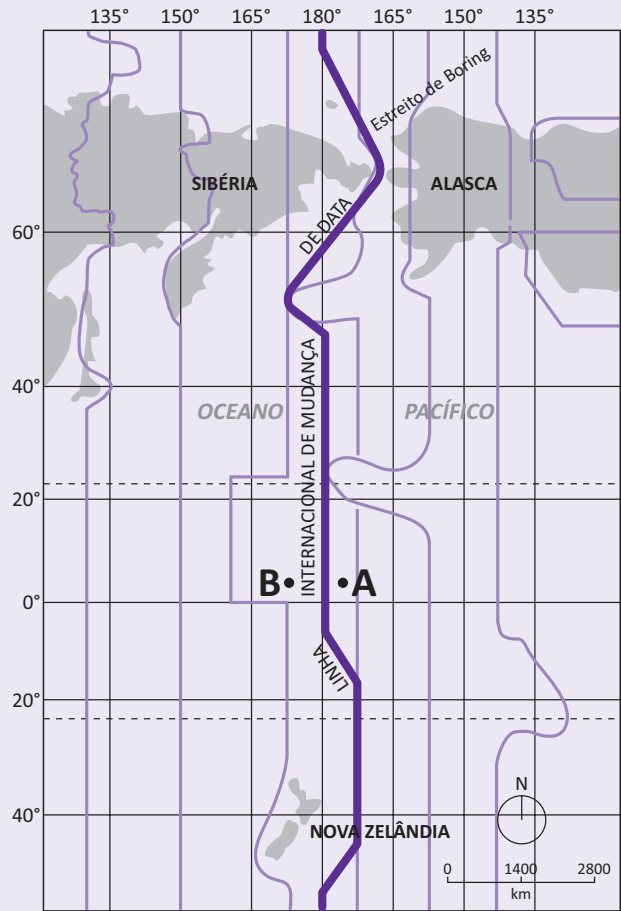
- A ao Norte de Belo Horizonte e ao Sul de Caeté.
- B a Oeste de Nova Lima e a Leste de Santa Luzia.
- C a Leste de Belo Horizonte e a Oeste de Caeté.
- D a Oeste de Raposos e a Leste de Santa Luzia.
- E ao Sul de Raposos e ao Sul de Taquaraçu de Minas.

14 | UNISC Brasil e Croácia fizeram o primeiro jogo da Copa 2014 nesta quinta-feira dia 12 de junho em São Paulo. O jogo iniciou às 17 h no horário de Brasília. Sabendo-se que o fuso horário de São Paulo é determinado pelo meridiano de 45°W, e que a Croácia adota o horário de verão entre 30 de março e 26 de outubro de 2014, determine o horário que iniciou o jogo na Croácia, cujo meridiano é 15°L.

- A 20h
- B 18h
- C 19h
- D 22h
- E 21h

15 | UERJ

Linha Internacional de Mudança de Data



ELIAN ALABI LUCCI et al. Adaptado de Território e sociedade no mundo globalizado. São Paulo: Saraiva, 2005.

Ao longo do meridiano 180°, no Oceano Pacífico, encontra-se a Linha Internacional de Mudança de Data.

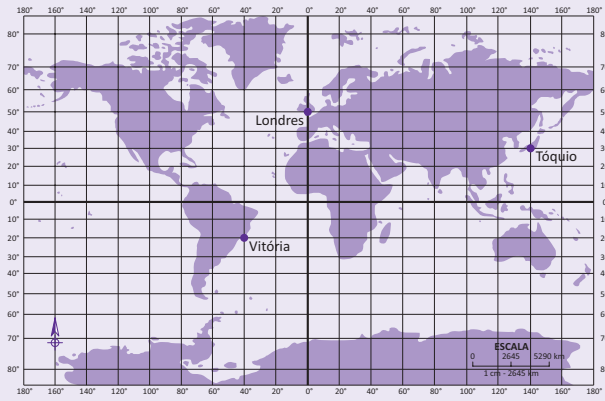
Quando for meio-dia em Greenwich, será meia-noite na Linha Internacional de Mudança de Data e lá um novo dia estará se iniciando.

Considere que na localidade B, assinalada no mapa, sejam 11 horas de domingo, do dia 22 de junho de 2008.

Nessas condições, na localidade A, também assinalada no mapa, o horário, o dia da semana e o dia do mês de junho do mesmo ano serão, respectivamente:

- A 10 – sábado – 21
- B 11 – sábado – 21
- C 10 – domingo – 22
- D 11 – domingo – 22

**16| UFRN** Para facilitar a comunicação entre os diversos pontos do planeta, convencionou-se um sistema de fusos horários, baseado nos meridianos. Considerando estes fusos horários mundiais, quando for 14h do dia 25 de dezembro de 2011, na cidade de Londres, na Inglaterra, será 11h na cidade de Vitória, no Brasil, e 23h na cidade de Tóquio, no Japão. Observe o Mapa a seguir:

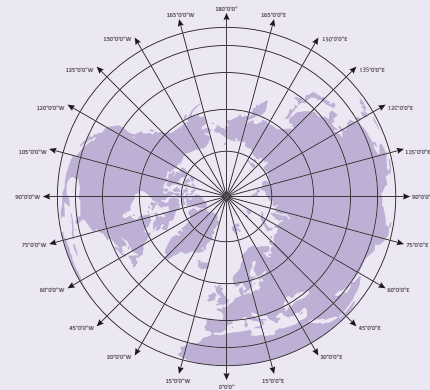
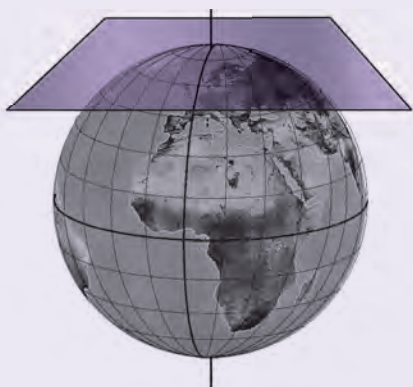


Disponível em: <geografia para todos.com.br> Acesso em: 15 ago. 2011. [Adaptado]

A diferença de horários entre as cidades mencionadas está associada aos fusos horários, que foram definidos, entre outras razões, pelo:

- A** movimento de translação da Terra, que é executado no sentido oeste-leste, de modo que os lugares situados a leste têm horário atrasado em relação aos lugares a oeste.
- B** movimento de rotação da Terra, que é executado no sentido leste-oeste, de modo que os lugares situados a oeste têm horário adiantado em relação aos lugares a leste.
- C** movimento de rotação da Terra, que é executado no sentido oeste-leste, de modo que os lugares situados a leste têm horário adiantado em relação aos lugares a oeste.
- D** movimento de translação da Terra, que é executado no sentido leste-oeste, de modo que os lugares situados a oeste têm horário atrasado em relação aos lugares a leste.

**17| UFAL**

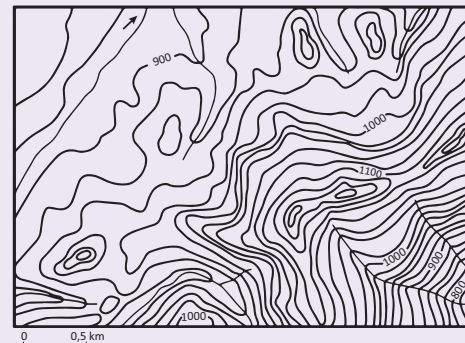


Disponível em: <http://www.atlasdemurcia.com> (adaptada). Acesso em: 27/11/2013

As representações cartográficas, em relação à superfície de projeção, se baseiam em alguns modelos básicos. O modelo de representação mostrado na figura corresponde à projeção?

- A** cilíndrica transversa.
- B** cônica polar.
- C** transversa polar.
- D** plana polar.
- E** policônica transversa.

**18| FUVEST** Observe a Carta Topográfica abaixo, que representa a área adquirida por um produtor rural.



IBGE, 1983. Adaptado.

Em parte da área acima representada, onde predominam menores declividades, o produtor rural pretende desenvolver uma atividade agrícola mecanizada. Em outra parte, com maiores declividades, esse produtor deseja plantar eucalipto.

Considerando os objetivos desse produtor rural, as áreas que apresentam, respectivamente, características mais apropriadas a uma atividade mecanizada e ao plantio de eucaliptos estão nos quadrantes

- A** sudeste e nordeste.
- B** nordeste e noroeste.
- C** noroeste e sudeste.
- D** sudeste e sudoeste.
- E** sudoeste e noroeste.

19| MACK



<http://www.grida.no/prog/global/cgiar/images/twat.gif>

De acordo com a representação cartográfica acima, está correto afirmar que:

- A** Trata-se de uma projeção “cilíndrica conforme”, que representa a realidade espacial com extrema fidelidade, graças às novas tecnologias.
- B** Corresponde a uma abordagem cartográfica que contraria as tradicionais visões eurocêntricas, com amplo destaque aos países do Sul, subdesenvolvido.
- C** Traduz a nova configuração de uma ordem multipolar, em que os países que compõem o BRICS aparecem com amplo destaque, proporcional à sua importância econômica.
- D** Exemplifica a projeção de Peters, em que se podem ver os países em relação ao seu peso demográfico
- E** Demonstra uma distorção deliberada, chamada anamorfose, em que podemos diferenciar os países de acordo com seus recursos hídricos.

20| UEAAM



<http://dc169.4shared.com>

A charge ilustra um dos principais problemas enfrentados na produção de mapas em escala pequena. Este problema refere-se:

- A** ao grande detalhamento de feições nos mapas.
- B** à dificuldade de acesso à base de dados confiáveis.
- C** à impossibilidade de produzir um mapa sem distorções.
- D** à dificuldade de seleção das cores na produção cartográfica.
- E** ao alto custo de produção dos mapeamentos topográficos.

21| UELPR

Observe o mapa:



Assinale a alternativa que explica corretamente o tipo de mapa apresentado.

- A** Mapa hipsométrico porque representa as áreas de maiores altitudes nas quais se concentra a população brasileira.
- B** Mapa de densidade demográfica porque representa áreas de maior e menor concentração populacional.
- C** Mapa altimétrico porque as áreas claras representam áreas de baixa densidade populacional.
- D** Mapa geomorfológico porque as classes da legenda representam áreas mais elevadas, mais escuras e áreas mais baixas em tons mais claros, com alta densidade populacional.
- E** Mapa de ocorrência urbana porque mostra a concentração populacional nas cidades brasileiras por número de habitantes.

## GEOLOGIA

A terra é um corpo extremamente ativo, a sua forma elipsoidal de revolução é resultante desta dinamicidade. Devido ao movimento de rotação, existe um pequeno achatamento nos polos. No entanto, as representações cartográficas de maneira equivocada, apresentam um exagero cartográfico que achata os polos. Entretanto, a diferença do diâmetro do equador com o diâmetro do Greenwich é de pouco mais de 40 km, pois o diâmetro equatorial equivale a 12.756,8km, enquanto o diâmetro polar equivale 12.713,8km e seu raio médio é o equivalente a 6.371km.

Diante de um corpo com dimensões tão grandiosas e tão heterogêneas, não poderíamos pensar que sua composição química e física seria homogênea. A terra possui uma divisão composicional clássica: crosta terrestre, manto e núcleo.

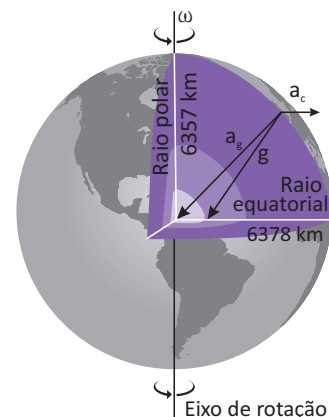


Figura 01 – Eixo de rotação e os raios da terra.

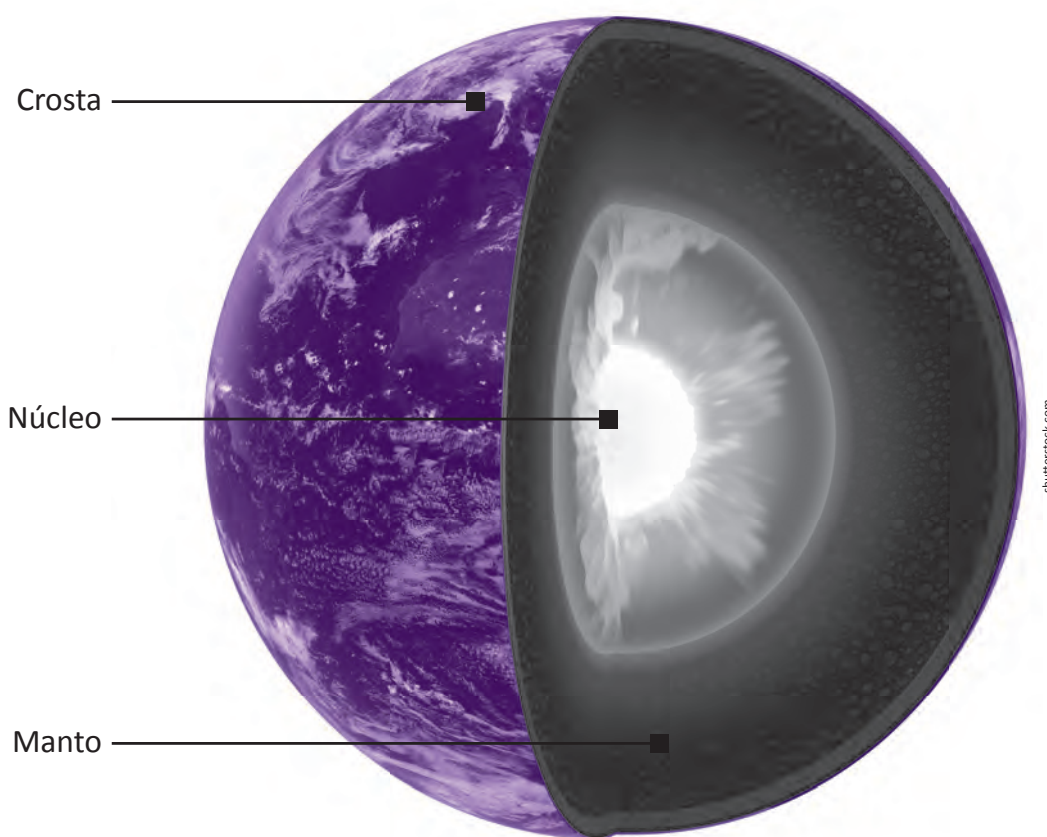


Figura 02 – estrutura interna da terra.

Essa classificação é bem geral, pois existem subdivisões devido a composição e rigidez nas camadas do manto e no núcleo.

O **núcleo** é composto essencialmente de Ferro e Níquel, com temperatura de até 6000°C, sendo formado pelo núcleo interno sólido e o núcleo externo líquido. Os Movimentos de convecção e rotação no núcleo geram e mantêm o campo magnético da terra.

O **manto** é composto por um material sólido, contudo seu comportamento plástico (pastoso), que envolve o núcleo, com temperaturas que atingem 4000°C. É composto essencialmente do Silício e Magnésio. O que diferencia uma camada da outra é a temperatura e a viscosidade do magma.

A **crosta terrestre** é a camada mais superficial do planeta e que se formou em cerca de 3,7 milhões de anos, tem uma espessura média que varia de 5 a 10 km na parte oceânica e de 30 a 70 km na parte continental. É composta essencialmente por Silício e Alumínio.

## TIPOS DE ROCHA

A crosta terrestre é composta por estruturas rochosas. Podemos classificar os materiais rochosos existentes em três grandes grupos: rochas ígneas ou magmáticas, rochas Metamórficas e por fim rochas Sedimentares.

Rochas **Ígneas ou magmáticas** são rochas oriundas da fusão de rocha da crosta profunda ou manto. Se a cristalização do material acontecer na parte interna, ela é considerada uma rocha intrusiva ou plutônica (cristalizada de magma resfriando lentamente no interior da crosta terrestre granito, gabro), a exemplo do granito. Agora se essa cristalização do material acontecer na parte externa, ela é considerada uma rocha extrusiva ou vulcânica (cristalizada por resfriamento rápido do magma que extravasa na superfície da Terra), a exemplo o basalto.

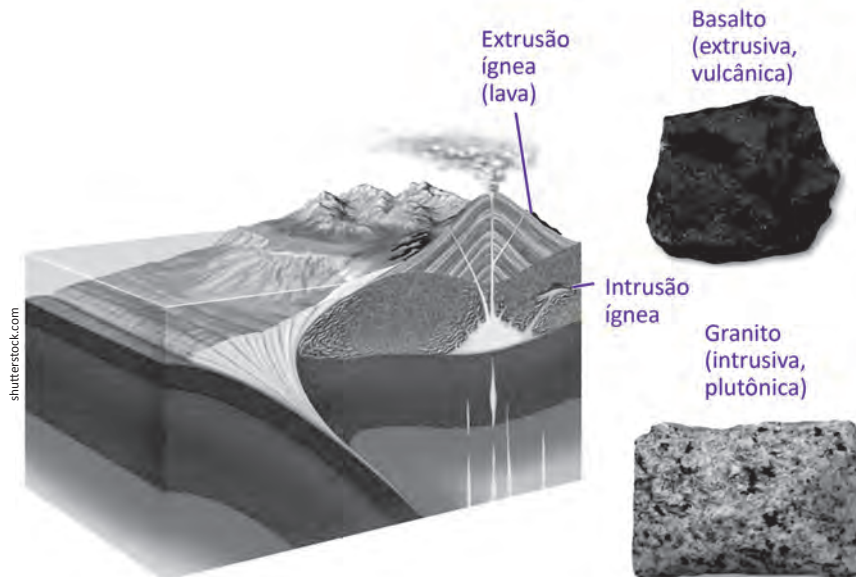


Figura 03 – Rochas ígneas ou magmáticas

**Rochas Metamórficas** são rochas formadas pela transformação de outras rochas. Por conta de aumento de pressão e temperatura.

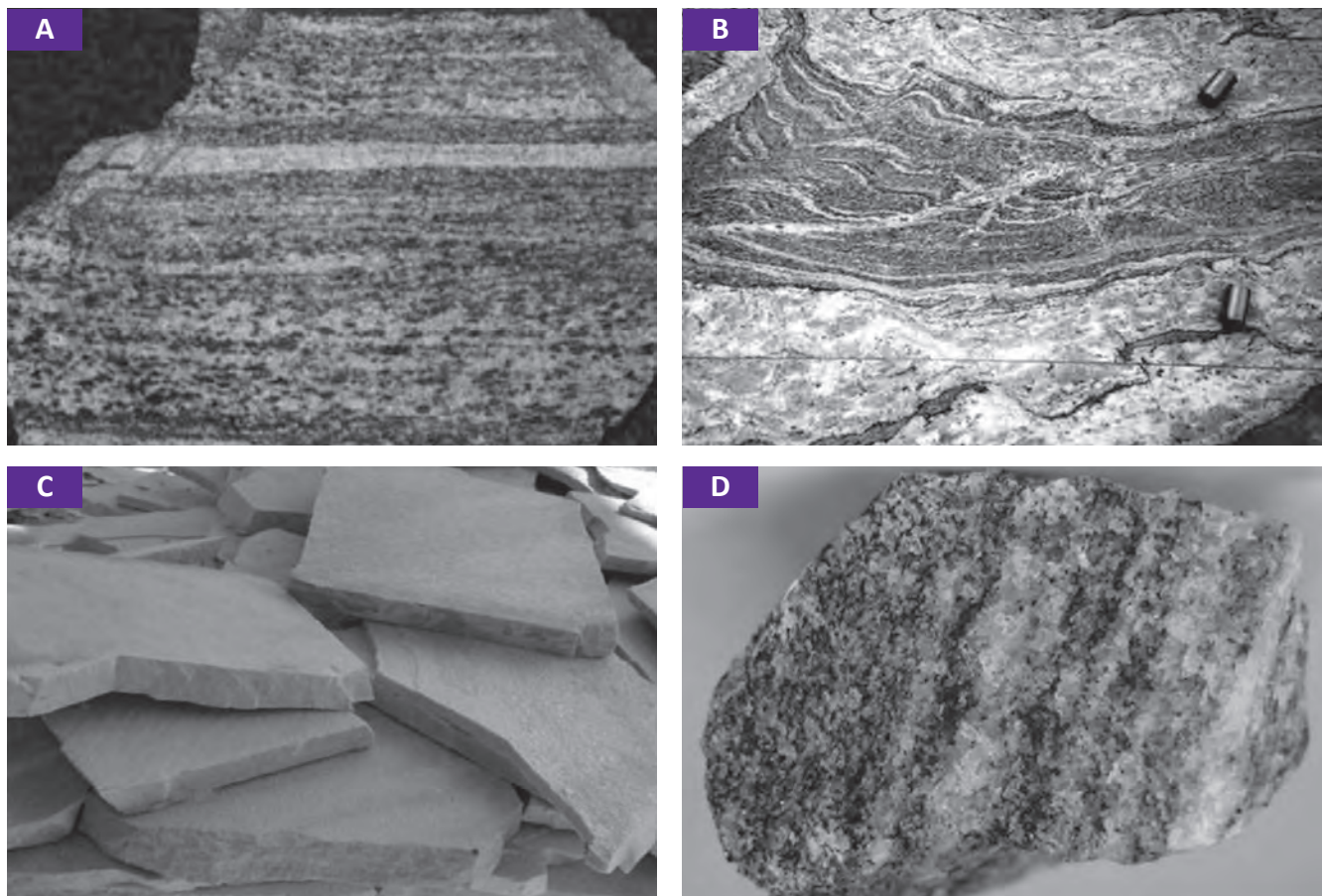


Figura 04 – A é um Xisto; B –Migmatito; C Quartzito e a D é um Gnaíse.

**Rochas Sedimentares** são rochas originadas da partir acumulação de fragmentos e detritos de outras rochas e a cimentação das mesmas, por meio de um processo chamado diagênese. As rochas sedimentares mais comum são: arenito, conglomerados, siltitos e folhelhos.

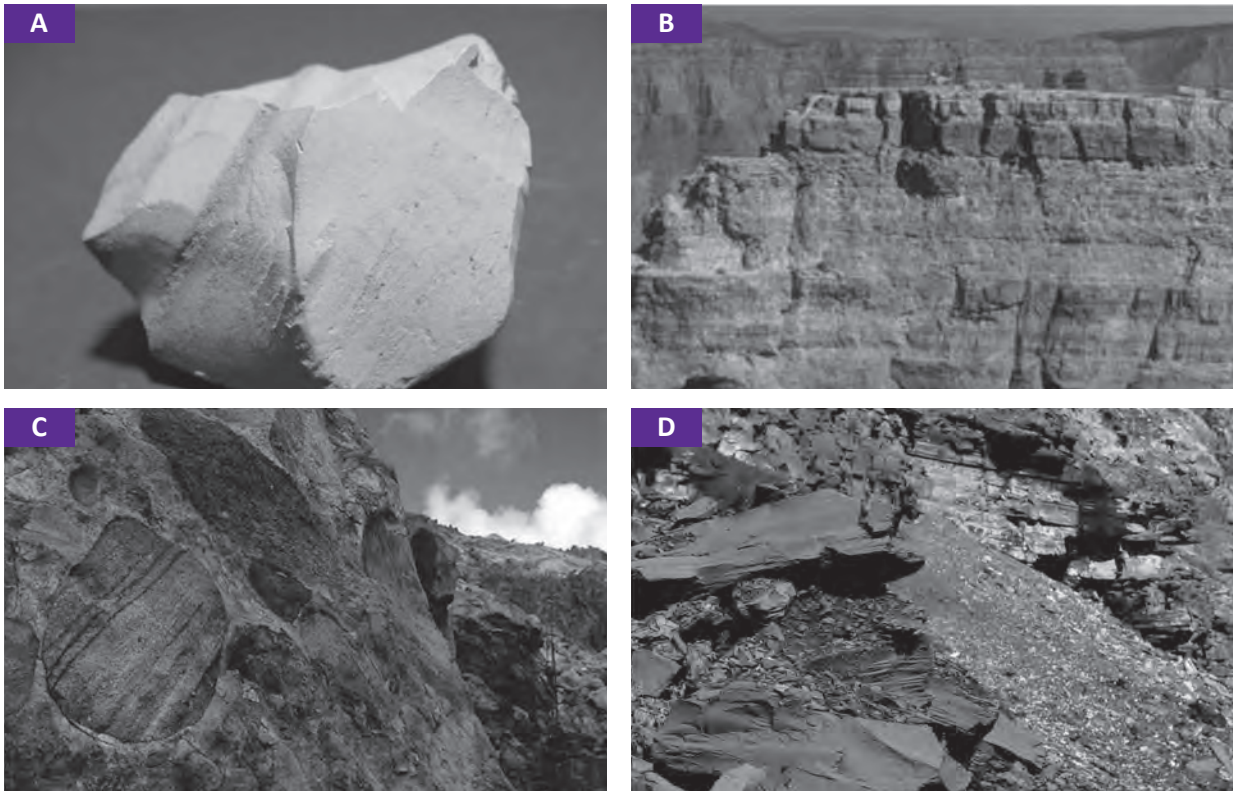


Figura 05 – Figura A – Siltito; B – Arenito; C – Conglomerado e D – Folhelho.

CICLO DAS ROCHAS

O CICLO DAS ROCHAS

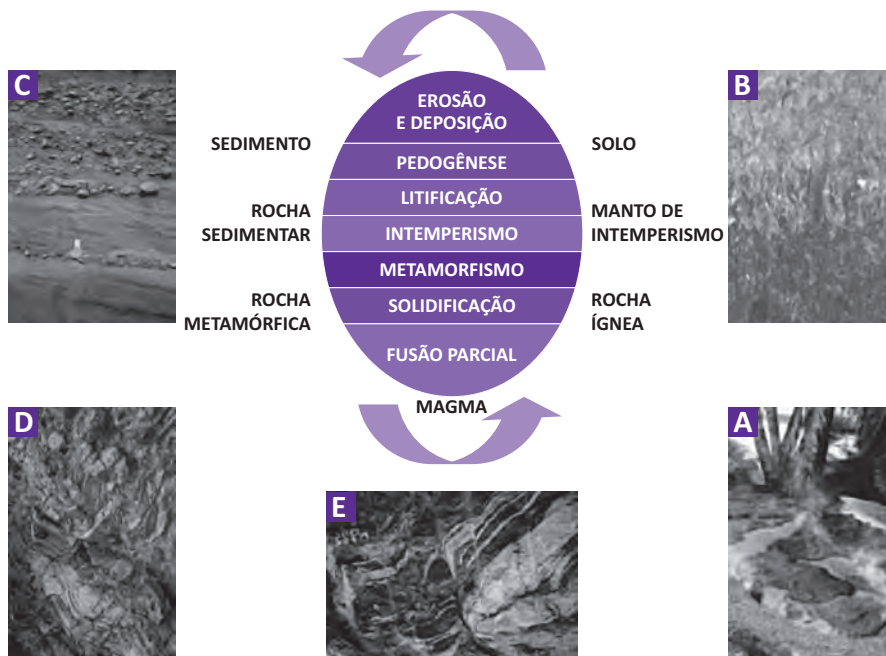


Figura 06 – Ciclo das rochas. Fonte: Decifrando a terra/ TEIXEIRA, TOLEDO, FAICHILD e TAIOLI- São Paulo: Oficina de textos, 2000.

## DERIVA CONTINENTAL

A teoria da tectônica de placas ou deriva continental, surgiu no início do séc. XX com o meteorologista alemão *Alfred Wegener* que *propôs*: os movimentos horizontais de porções da Terra em grande escala, eram responsáveis por feições topográficas como montanhas, bacias oceânicas, bem como pela espacialização dos continentes. Para isso, ele observou o encaixe perfeito dos limites da América do Sul e da África (Fig 07). E que os demais continentes, quando propriamente rotacionados, eram peças adicionais do quebra-cabeça. Então, o autor sugere que todos os continentes um dia estiveram aglutinados, formando um único continente (Pangeia). Posteriormente teriam sido separados, chegando à configuração atual.

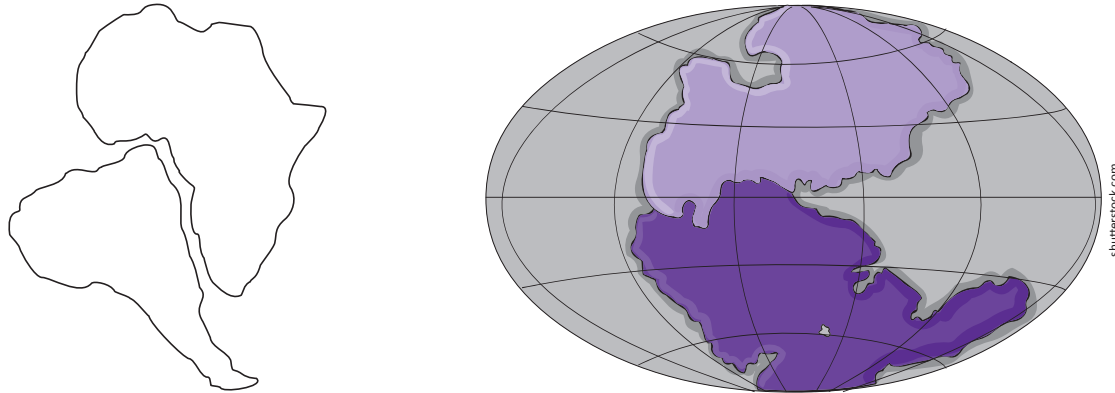


Figura 07 – A imagem à esquerda retrata o encaixe perfeito entre os continentes Africano e a América do sul. A imagem à direita retrata a massa continental única, chamada de Pangeia.

Na sua teoria Wegener pesquisou evidências para provar sua ideia. Conseguiu obter resultados incríveis, tais como: prova de continuidade nas estruturas geológicas, evidenciar a presença de fósseis da mesma espécie em continentes diferentes e também continuidades de vegetação e de dados paleoclimáticos.

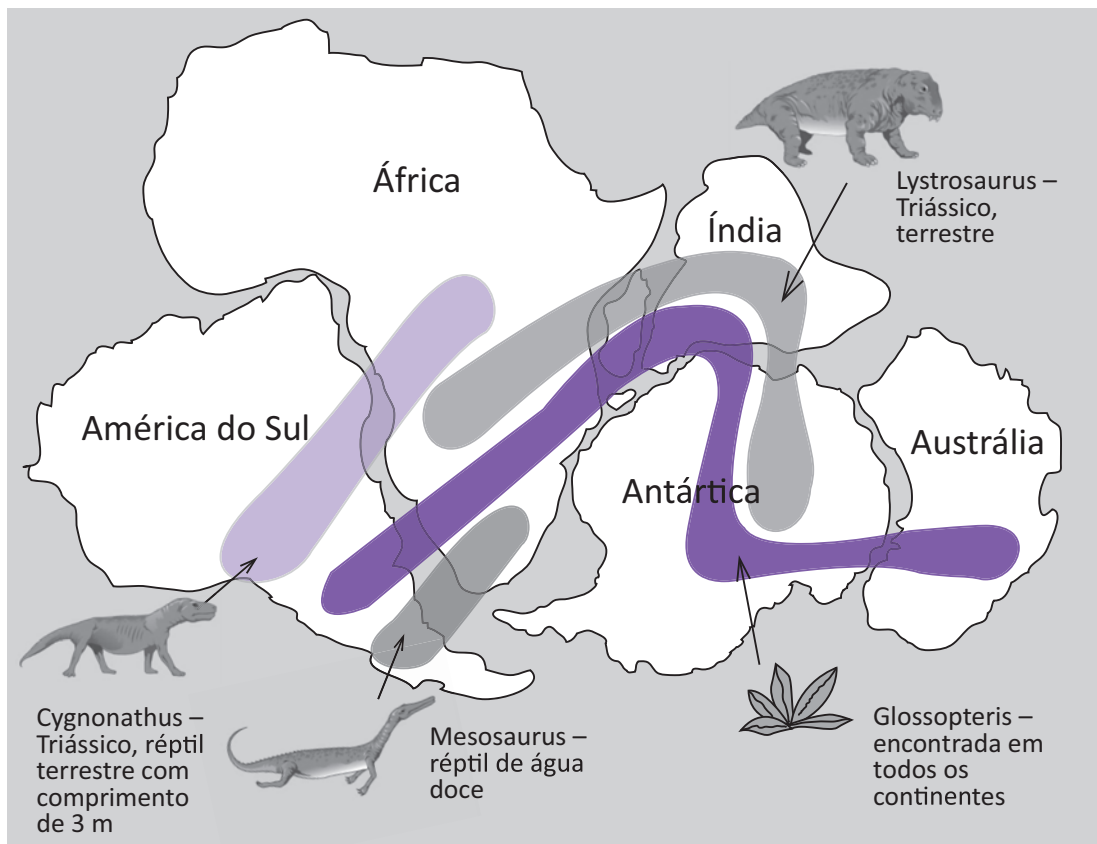


Figura 08 – Investigação da teoria de Alfred Wegener, Deriva continental.

LYSTROSAURUS

Mesmo com todo o levantamento de dados e evidências, a teoria de Wegener não foi levada a sério e não foi aceita pela sociedade científica, pois ele não conseguia explicar se realmente houve uma massa continental única e como ela se separou. Que mecanismo gerou esse processo?

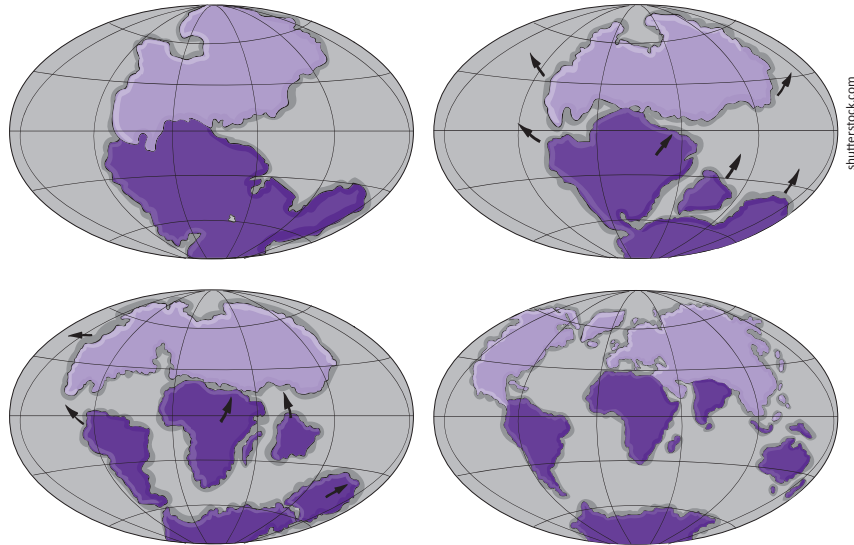


Figura 09 – Alterações espaciais e a configuração das espacialidades dos continentes.

Durante a Segunda Guerra e nas décadas posteriores, houve o avanço da indústria bélica marítima e a necessidade de um mapeamento no fundo dos oceanos, isso fez com que fosse descoberta uma sequência de cadeias de montanhas, fossas oceânicas, além da datação das rochas do fundo do oceano, o que fez com que as ideias de Weneger fossem retomadas.

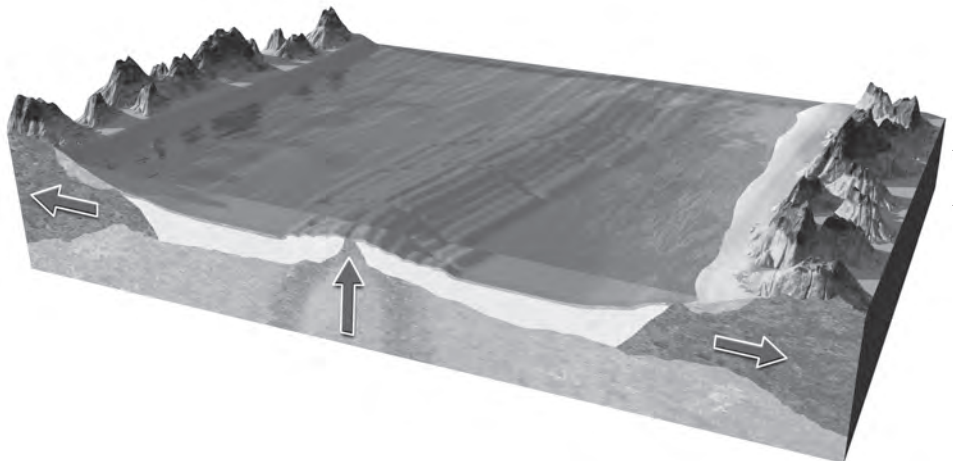
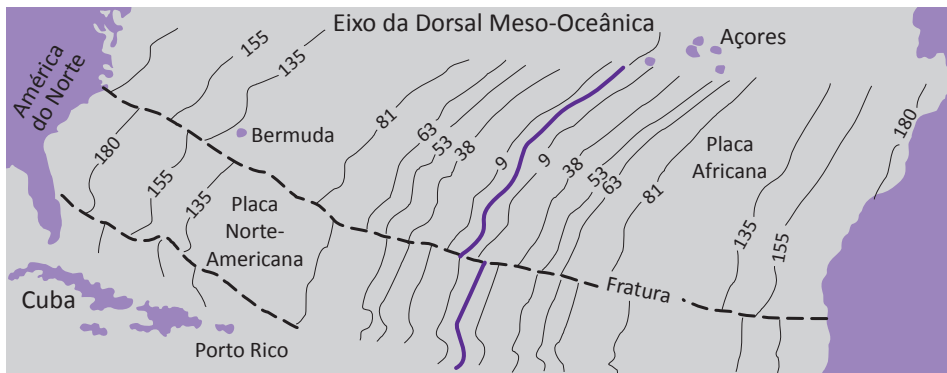
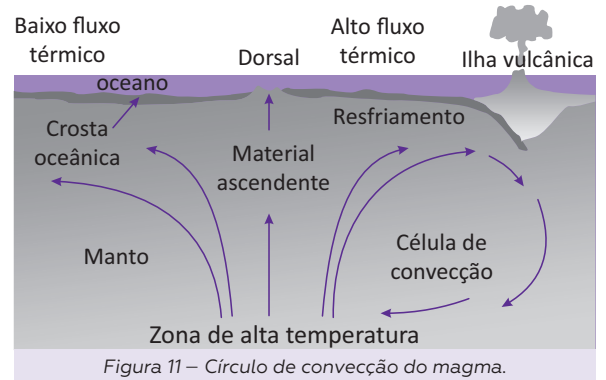


Figura 10 – Datação do assoalho oceânico



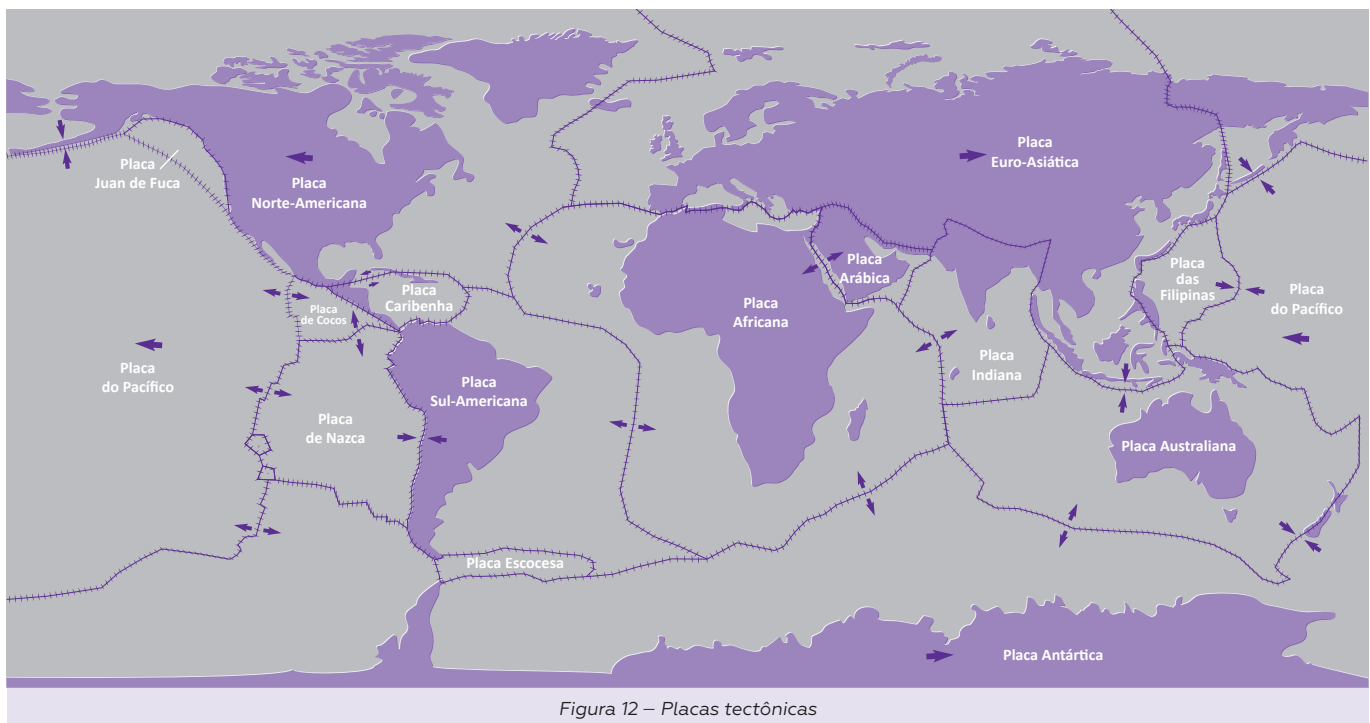
Assim como retrata a imagem, podemos observar que as rochas mais jovens estão próximas à dorsal meso-oceânica e a medida em que se afasta, aumenta a idade das rochas simetricamente. No ano de 1963, F.J. Vine e D.H. Mathews, ambos da universidade de Cambridge – EUA, por meio de estudo geofísicos, afirmaram que a expansão assoalho oceânico e a deriva continental poderia ser explicada pelo mecanismo das correntes de convecção no interior da terra.

Com o alto fluxo de calor nas dorsais meso-oceânicas, rochas menos densas ascendem até a superfície e a partir daí se movimentam lateralmente, arrastando a litosfera oceânica para longe da dorsal. Por meio de dados paleomagnéticos ou por medidas de GPS de alta precisão é possível verificar que a velocidade média de expansão do assoalho oceânico é de 5 cm/ano.

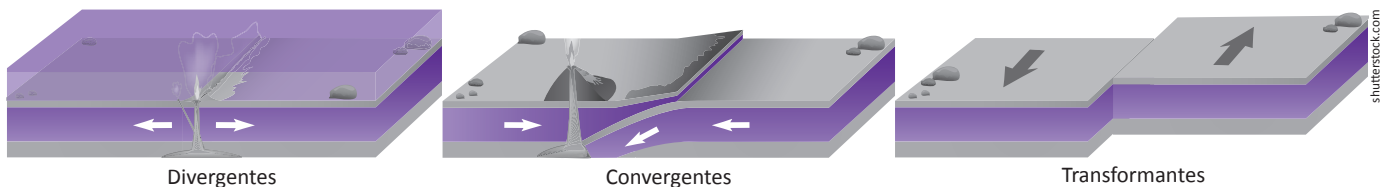


## PLACAS TECTÔNICAS

A litosfera é uma camada da classificação de rigidez dos materiais encontrados na terra. Ela vai da crosta até a parte do manto superior. As placas tectônicas são o fracionamento em porções gigantescas da litosfera.



Nas regiões de limites de placas existem três formas, de movimentação: divergentes, convergentes e transformantes.



Nas regiões de encontro de placas divergentes, existe o afastamento de um placa em relação à outra, isso gera a formação de cadeias de montanhas, a exemplo da dorsal meso-oceânica.

Nas regiões de placas convergentes, existe o choque entre placas. Isso ocorre porque ambas estão no mesmo sentido de afastamento. O encontro dessas placas também forma cadeias de montanhas, a imagem central retrata o encontro de uma placa oceânica (mais densa) com uma continental (menos densa). A placa oceânica provoca a submersão da placa continental. Ela retrata o processo de

formação da cadeia de montanhas dos Andes na América do Sul, por exemplo. Outro exemplo disso é o encontro de duas placas continentais. Devido ao fato de ambas terem a mesma densidade, o processo é de soerguimento. Temos como exemplo disso a formação da cadeia de montanhas do Himalaia.

Nas regiões de placas transformantes não há formação de cadeia de montanhas. Temos como exemplo a falha de San Andreas.

O quanto o planeta terra é dinâmico nós já falamos. E é mediante essa dinamicidade e ao fato de o interior da terra ter temperatura e pressão altíssimas que se torna necessário ter alívios. Isso pode ocorrer por meio do vulcanismo e dos abalos sísmicos, pois sem isso, seria como uma panela de pressão sem uma válvula de alívio; ela explodiria. É importante salientar que em todas as regiões de bordas de placas há um intenso processo de vulcanismo e abalos sísmicos.

## VULCANISMO

É o processo geológico no qual o magma, os gases e xenólitos extravasam e chegam à superfície. O magma é um material rochoso fundido, de consistência pastosa que vem do interior da terra. A lava consiste no mesmo magma, contudo esse termo é utilizado quando esse material está em superfície.

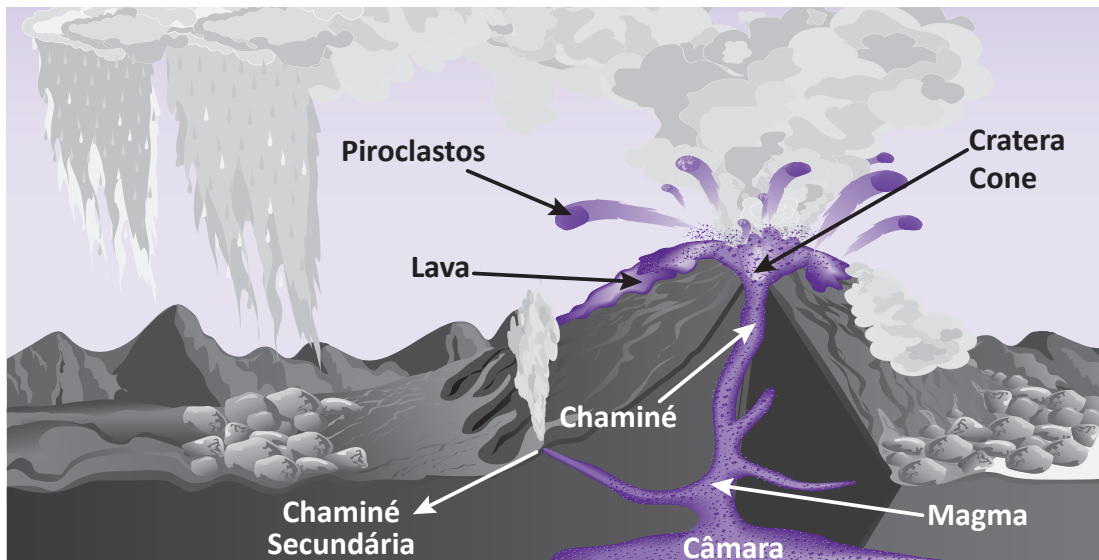


Figura 14 – Estrutura vulcânica

A região com maior incidência de vulcanismo do mundo é a região que envolve o oceano pacífico e é conhecida como “círculo do fogo do pacífico”.

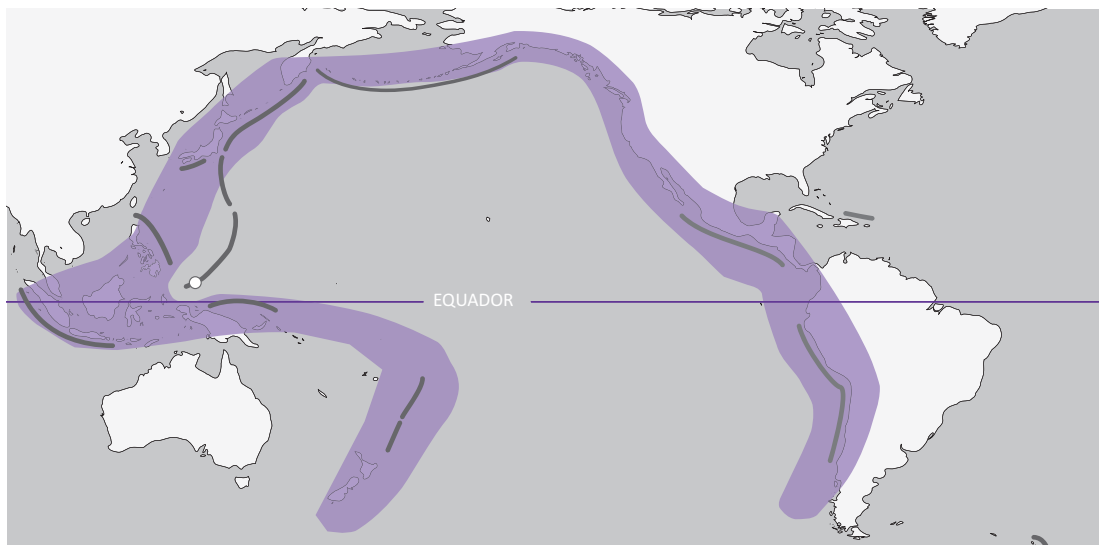


Figura 15 – Círculo de fogo do pacífico. A imagem retrata a incidência de vulcanismo, a região em vermelho é conhecida como círculo de fogo do pacífico.

## TECTONISMO

Terremoto ou abalo sísmico é quando ocorre um alívio de pressão que gera deslocamento instantâneo de uma grande massa, o que cria uma onda que se espalha em todos os sentidos.

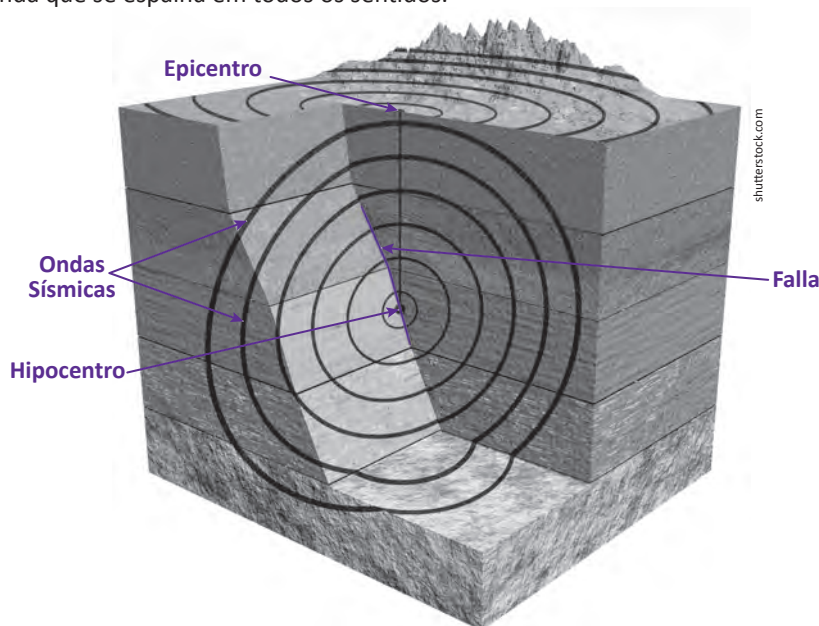


Figura 16 – Abalo sísmico.

Hipocentro ou foco é o ponto onde se origina a ruptura e liberação das tensões. Epicentro é a projeção hipocentro na superfície.

Os abalos sísmicos ocorrem comumente nas bordas das placas. Contudo, existe ocorrência de tremores na parte interna da placa, por conta de alívio de pressão. A geração de um sismo está relacionada com o acúmulo e liberação de esforço em uma ruptura.

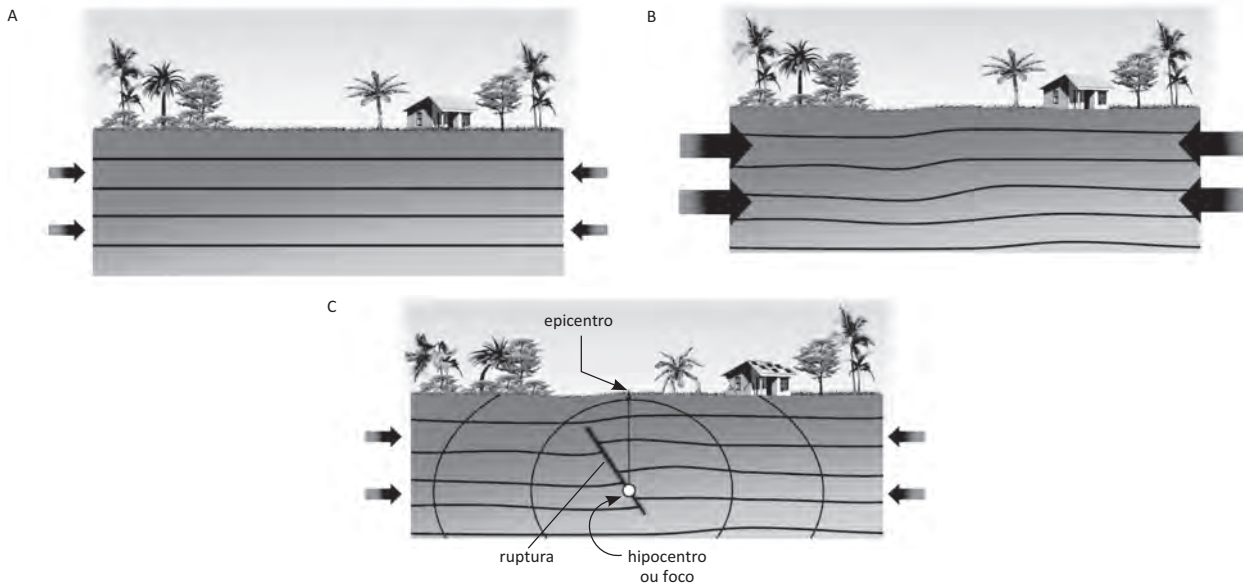


Figura 17 – Falha e abalo sísmico intra-placa tectônica.

A – Acúmulo ou compressão de energia/ esforço.

B – Deformação da rocha.

C – Ruptura (falha geológica) e liberação de energia.

No Brasil temos vários casos de registro de terremotos, eles ocorrem por acúmulo de pressão ou até mesmo por acomodação de falhas já existentes.

## TSUNAMI

A palavra tsunami é japonesa e a tradução para a língua portuguesa significa a “grande onda”. Três fatores podem influenciar a formação dessa grande onda, sendo os mais comuns: primeiro, o deslizamento de uma grande geleira, uma vez que o problema da sociedade atual é o aumento da temperatura média do planeta, gerando assim fatores que propiciam tal fenômeno. A segunda maneira é a queda de um grande corpo celeste no mar. E a terceira é o maremoto, com a intensidade acima de 7 na escala richter. Mas como se forma um Tsunami tectônico?

O tsunami ocorrido no Japão na tarde do dia 11 de março de 2011 (horário local), surpreendeu a costa leste do Japão com um terremoto que atingiu 8,9° de magnitude, considerado o mais forte já registrado no país. Teve epicentro 130 km a leste de Sendai no mar e ao largo da costa oriental da região de Tohoku, na ilha de Honshu, e a 700 km da capital, Tóquio. O fenômeno ocasionou o vazamento de resíduos nucleares, da usina nuclear de Fukushima, sendo o 2° maior acidente nuclear mundial, perdendo apenas para o acidente de Chernobil.

## ESTRUTURAS GEOLÓGICAS BRASILEIRAS

Com dimensões continentais, o Brasil possui províncias geológicas que fazem do território brasileiro uma verdadeira colcha de retalhos. Sendo assim, podemos classificar o país em 3 grandes estruturas: bacias sedimentares, escudos cristalinos e dobramentos modernos.

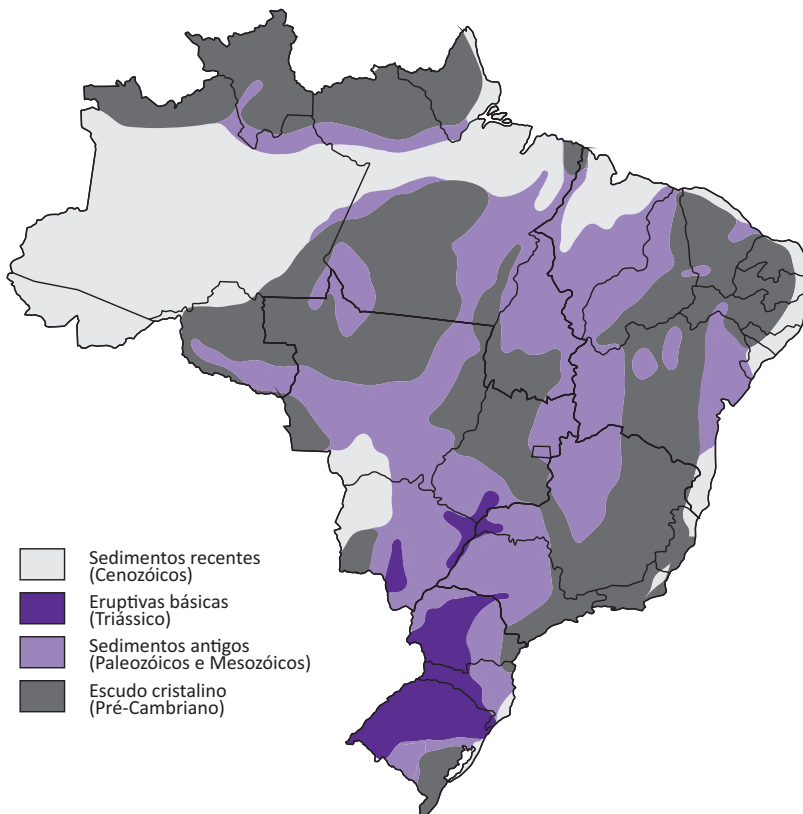


Figura 19 – estruturas geológicas brasileiras.

## FORMAÇÃO DE UM TSUNAMI

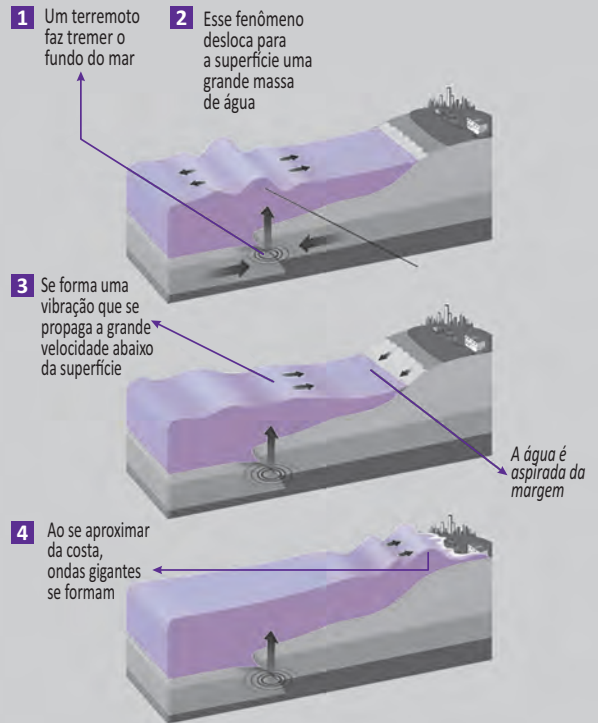


Figura 18 – Processo de formação de Tsunami.

**Bacias sedimentares** são regiões nas quais o relevo apresenta depressões preenchidas por fragmentos oriundos de fragmentos de outras regiões ou até mesmo das próprias bacias.

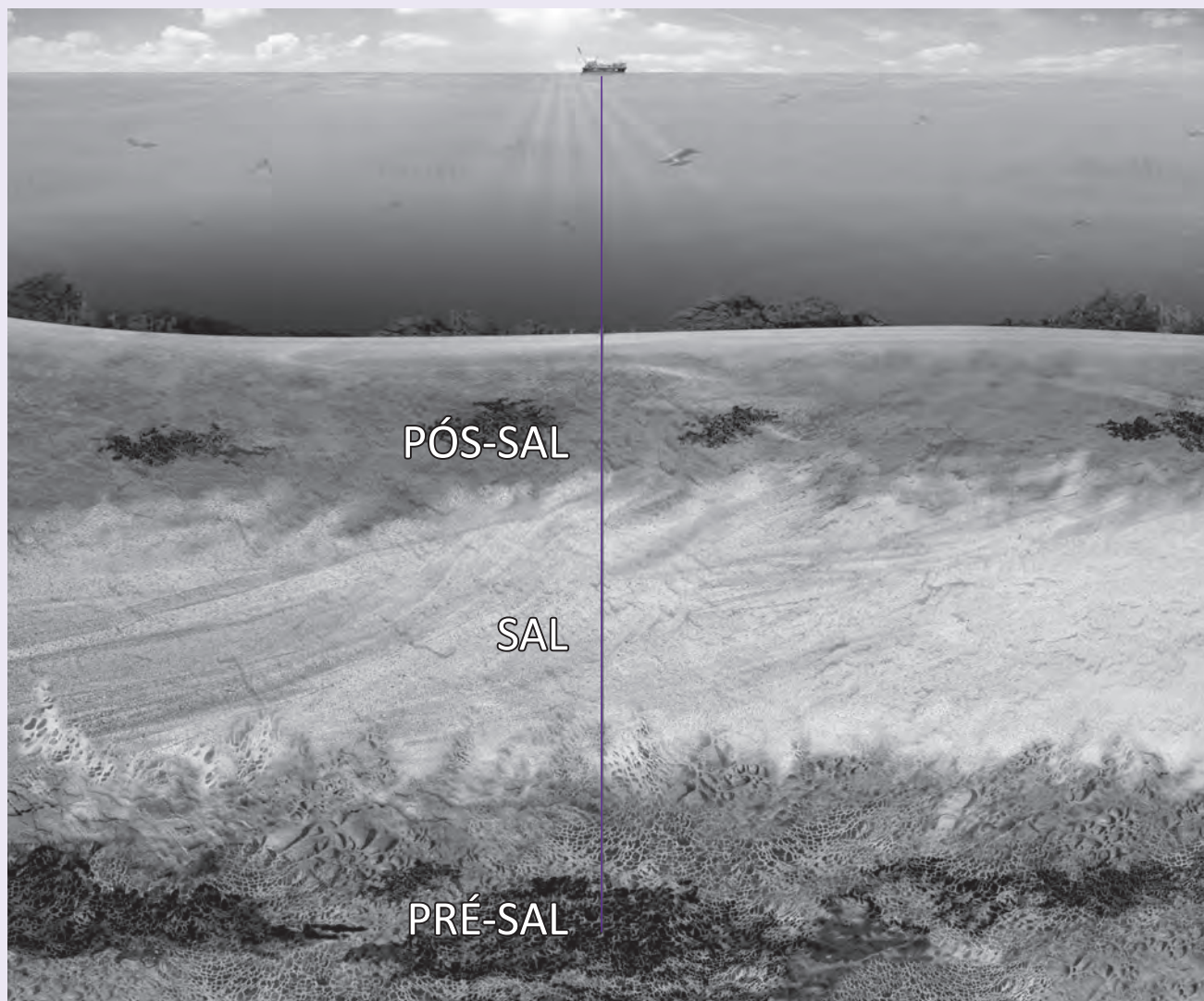
**Escudos cristalinos** são formações bastante antigas, datadas do Proterozóico e início do Paleozóico. São regiões de consolidação da crosta terrestre. O território brasileiro é constituído por 36% de escudos cristalinos.

**Dobramentos modernos** – o fato de o Brasil se localizar em uma região cratônica, na porção central da placa Sul-Americana, faz com que ele não possua dobramentos modernos. Não há presença de vulcões, nem de intensa atividade sísmica. Contudo, temos regiões no nosso território que já possuíram essa dinâmica.

## TEXTO COMPLEMENTAR

### O QUE É PRÉ-SAL?

É uma província localizada abaixo de uma camada de sal, composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Uma realidade que nos coloca em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial das próximas décadas.



### COMO FORMOU O PRÉ-SAL?

O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do antigo continente Gondwana. Mais especificamente, pela separação dos atuais continentes Americano e Africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Entre os dois continentes formaram-se, inicialmente, grandes depressões, que deram origem a grandes lagos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. Como todos os rios dos continentes que se separavam corriam para as regiões mais baixas, grandes volumes de matéria orgânica foram ali se depositando.

À medida que os continentes se distanciavam, os materiais orgânicos então acumulados nesse novo espaço foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formava. Dava-se início, ali, à formação de uma camada de sal que atualmente chega até 2 mil metros de espessura. Essa camada de sal depositou-se sobre a matéria orgânica acumulada, retendo-a por milhões de anos, até que processos termoquímicos a transformasse em hidrocarbonetos (petróleo e gás natural).

No atual contexto exploratório brasileiro, a possibilidade de ocorrência do conjunto de rochas com potencial para gerar e acumular petróleo na camada pré-sal encontra-se na chamada província pré-sal, uma área com aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

As reservas dessa província ficam a 300 km da região Sudeste, que concentra 55% do Produto Interno Bruto (soma de toda a produção de bens e serviços do país). A área total da província do pré-sal (149 mil km<sup>2</sup>) corresponde a quase três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro.

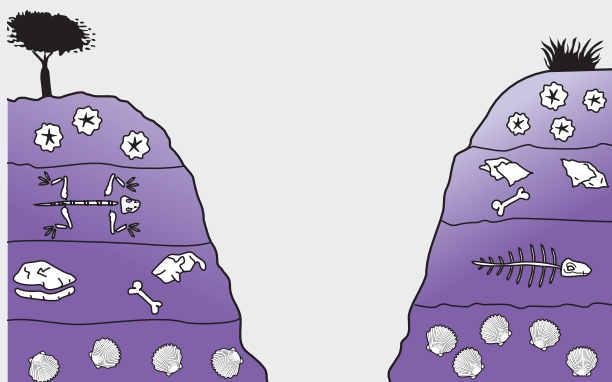
### PRODUÇÃO ATUAL?

Chegamos aos 500 mil barris por dia na província pré-sal apenas oito anos após a primeira descoberta na região, ocorrida em 2006, e contando com somente 25 poços produtores. O excelente desempenho do pré-sal brasileiro é, também, realçado pela comparação com outras importantes províncias produtoras no mundo. Na porção americana do Golfo do México, por exemplo, foram necessários 20 anos a partir da descoberta para se produzir 500 mil barris diários. No Mar do Norte, o patamar foi atingido em dez anos. Outra importante conquista foi o alcance de 100% de sucesso exploratório no pré-sal em 2013, ou seja, encontramos óleo em todas as perfurações realizadas nessa província. Além disso, os poços já instalados no pré-sal têm apresentado produtividade muito acima da média mundial, chegando a uma média de 28 mil barris por dia no Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos.

Texto disponível 06/01/2014 às 11:26 horas em <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

### 01 | ENEM



TEIXEIRA, W. et. al. (Orgs.) Decifrando a Terra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009 (adaptado).

O esquema mostra depósitos em que aparecem fósseis de animais do Período Jurássico. As rochas em que se encontram esses fósseis são

- A** magmáticas, pois a ação de vulcões causou as maiores extinções desses animais já conhecidas ao longo da história terrestre.
- B** sedimentares, pois os restos podem ter sido soterrados e litificados com o restante dos sedimentos.
- C** magmáticas, pois são as rochas mais facilmente erodidas, possibilitando a formação de tocas que foram posteriormente lacradas.

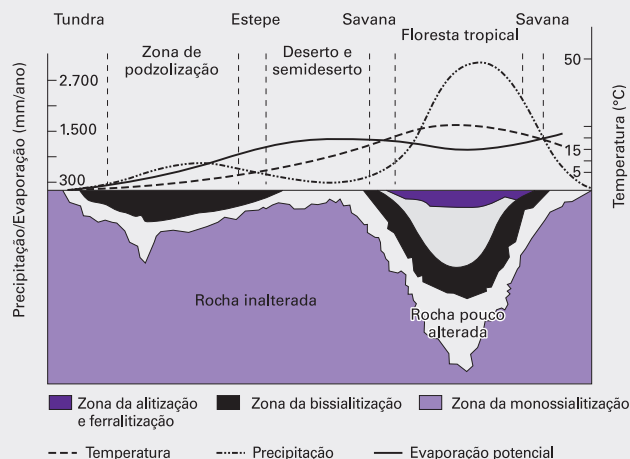
- D** sedimentares, já que cada uma das camadas encontradas na figura simboliza um evento de erosão dessa área representada.
- E** metamórficas, pois os animais representados precisavam estar perto de locais quentes.

#### Resolução:

- B** sedimentares, pois os restos podem ter sido soterrados e litificados com o restante dos sedimentos.

*Os fósseis soterrados sofreram um processo de deposição, compactação e cimentação (litificação). As formações sedimentares são testemunhas de processos geológicos passados, em que seres vivos foram fossilizados.*

### 02 | ENEM



TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Nacional, 2009 (adaptado).

O gráfico relaciona diversas variáveis ao processo de formação de solos. A interpretação dos dados mostra que a água é um dos importantes fatores de pedogênese, pois nas áreas:

- A** de clima temperado ocorrem alta pluviosidade e grande profundidade de solos.
- B** tropicais ocorre menor pluviosidade, o que se relaciona com a menor profundidade das rochas inalteradas.
- C** de latitudes em torno de 30° ocorrem as maiores profundidades de solo, visto que há maior umidade.
- D** tropicais a profundidade do solo é menor, o que evidencia menor intemperismo químico da água sobre as rochas.
- E** de menor latitude ocorrem as maiores precipitações, assim como a maior profundidade dos solos.

**Resolução:**

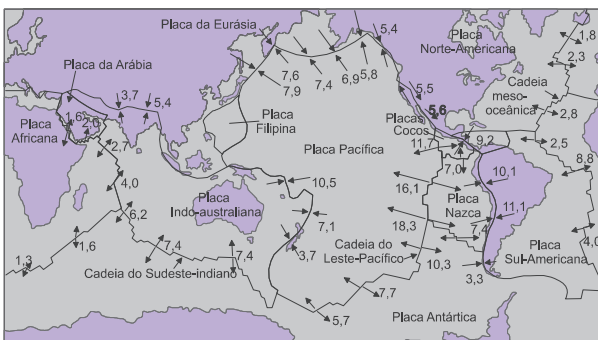
- E** de menor latitude ocorrem as maiores precipitações, assim como a maior profundidade dos solos.

*As características de cada tipo de solo eram resultantes da ação conjunta do clima e da biosfera, sobre um material original, em determinada posição do relevo, ao longo do tempo. Os cinco fatores definidos – clima, biosfera, material de origem, relevo e tempo – também conhecidos como fatores de formação dos solos, atuam em conjunto e são determinantes das características de cada tipo de solo, de tal maneira que, havendo alteração em qualquer um desses fatores, os solos resultantes serão diferentes. O gráfico demonstra que, nas regiões de menores latitudes, mais quentes e úmidas, as rochas são mais alteradas no processo de formação dos solos (pedogênese), determinando sua maior profundidade. Elevadas temperaturas e abundância de água, características das regiões tropicais, intensificam os fatores da pedogênese, como o desgaste das rochas e a aceleração da atividade biológica, provocando a formação de solos mais profundos.*

## F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

**01 | UNESP** Brasileiros de várias cidades precisam adaptar a rotina a fenômenos climáticos. Mas Montes Claros, em Minas Gerais, tem um desafio diferente: seus habitantes têm de aprender a conviver com terremotos. É pelo menos um abalo por ano – são 23 desde 1995, segundo o Observatório Sismológico da Universidade de Brasília. O mais forte, porém, ocorreu há oito dias, atingindo magnitude 4,5 na escala Richter e foi sentido em toda a cidade. Nos dias seguintes, houve mais três tremores menores – resultando em “pavor total” da população.

(Marcelo Portela. A cidade que tem de viver com terremotos. O Estado de S.Paulo, 27.05.2012. Adaptado.)



Distribuição das placas litosféricas da Terra. As setas indicam o sentido do movimento, e os números, as velocidades relativas, em cm/ano, entre as placas. Por exemplo, a placa Sul-Americana avança sobre a placa de Nazca a uma velocidade considerada alta, que varia de 10,1 a 11,1 cm por ano.

(Wilson Teixeira et al. (orgs.). Decifrando a Terra, 2009. Adaptado.)

A partir da leitura do texto, da análise do planisfério e de seus conhecimentos, defina a expressão “placa tectônica” e explique qual é o padrão de ocorrências de abalos sísmicos no Brasil.

### 02 | UFES

**Terremoto no Japão:**

Data da ocorrência: 10 de março de 2011

Magnitude: 8,9 graus na escala Richter

Número de mortos: 13 mil

IDH\*: 0,884 (muito elevado)

**Terremoto no Haiti:**

Data da ocorrência: 12 de janeiro de 2010

Magnitude: 7 graus na escala Richter

Número de mortos: 200 mil

IDH\*: 0,404 (baixo)

\* O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é formado por dados sobre esperança de vida ao nascer, escolaridade e distribuição da riqueza produzida. Varia de 0 a 1.

Explique :

- A** a semelhança na causa da ocorrência de terremotos, nos dois países;
- B** a diferença no impacto social em consequência dos terremotos, entre os dois países, considerando suas situações socioeconômicas.

03| PUC

Placas Tectônicas da Crosta Terrestre



FONTE: google.imagens.com.br

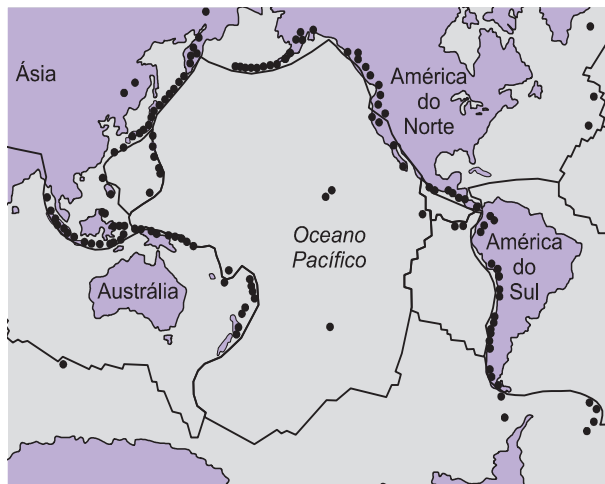
As placas tectônicas representam a “superfície viva” do planeta devido à intensidade da sua movimentação constante, o que afeta a organização das sociedades.

- A Identifique DUAS formações do relevo continental ou marinho do planeta provocadas pelos movimentos das placas tectônicas.
- B Explique o processo de equilíbrio isostático realizado pelas placas tectônicas.

04| UNESP

Analise o mapa.

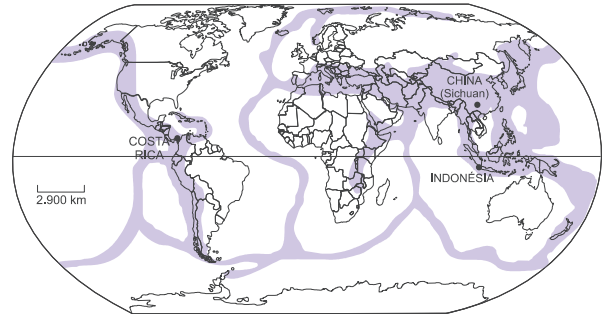
PLACAS TECTÔNICAS E VULCANISMO NO PACÍFICO



Faça uma associação entre as informações contidas no mapa e os desastres ocorridos no Japão, no mês de março de 2011.

05| FUVEST

ZONAS SUJEITAS A ABALOS SÍSMICOS

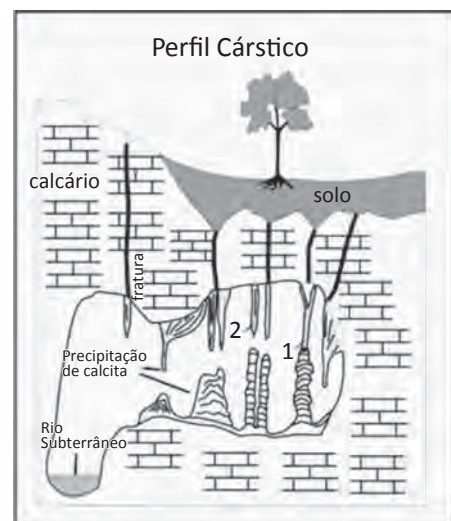


Fonte: Atlas Geográfico Escolar, IBGE, 2009. Adaptado.

Em maio de 2008, um terremoto, de 7,8 graus na escala Richter, atingiu severamente a Província de Sichuan (China), matando milhares de pessoas. Em janeiro de 2009, um tremor de terra, de 6,2 graus, atingiu a Costa Rica, causando prejuízos materiais, além de ceifar vidas. Em setembro de 2009, tremores de terra, de 7,6 graus, atingiram a Indonésia, provocando mortes e danos materiais.

Considerando o mapa, os fatos acima citados e seus conhecimentos, responda:

- A Quais os principais fatores que geram atividades sísmicas no planeta?
  - B Por que, no Brasil, as atividades sísmicas são, predominantemente, de baixa intensidade?
- 06| UNICAMP O relevo cárstico ou karst refere-se predominantemente a feições subterrâneas, como cavernas. Observe a representação na figura abaixo e responda às questões:

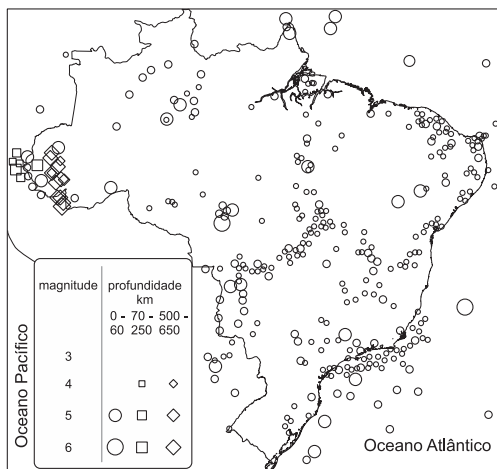


(Adaptado de W. Teixeira et al., Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000, p. 131.)

- A Quais as condições básicas para o desenvolvimento do modelado cárstico?
- B Defina os nomes dos espeleotemas indicados na figura pelos números 1 e 2.



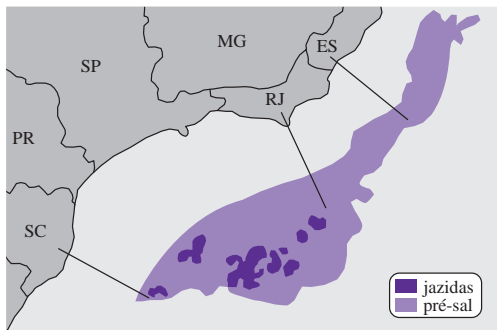
**07| UNICAMP** O mapa abaixo apresenta os abalos sísmicos superiores à magnitude 3,0 identificados no Brasil entre 1767 e 2007.



(Fonte: [http://www.iag.usp.br/~agg110/moddata//SISMOLOGIA/Conceitos\\_Sismologia.pdf](http://www.iag.usp.br/~agg110/moddata//SISMOLOGIA/Conceitos_Sismologia.pdf))

- A** Embora distante da borda de placas tectônicas, o Brasil apresenta abalos sísmicos eventuais. Quais as características predominantes desses sismos no Brasil?
- B** Por que o Estado do Acre apresenta grande quantidade de abalos sísmicos e por que eles são profundos?

**08| UFTM** A descoberta do petróleo na camada do pré-sal poderá ser um marco econômico para o Brasil.



(www.petrobras.com.br. Adaptado.)

- A** Caracterize geograficamente o pré-sal.
- B** Mencione duas consequências socioeconômicas provocadas por essa descoberta para o Brasil.

**09| UFBA** As bacias sedimentares são estruturas geológicas existentes em todas as áreas continentais do planeta.

Caracterize esse tipo de estrutura geológica, destaque sua importância econômica e apresente dois exemplos de bacias sedimentares brasileiras.

**10| UFC** O relevo tem sua gênese a partir da ação de agentes internos e de agentes externos. Os primeiros atuam no interior da terra por meio da movimentação da crosta terrestre e por meio da formação das rochas, enquanto os segundos atuam na superfície modificando as suas formas. A partir do tema, responda o que se pede a seguir.

- A** Cite um agente interno da formação do relevo.
- B** Cite dois agentes externos da formação do relevo.
- C** Identifique o agente externo responsável pela formação de um vale.
- D** Identifique o principal elemento do clima responsável pelos processos intempéricos químicos sobre as rochas.

## T ENEM E VESTIBULARES

**01| ENEM** As plataformas ou crátons correspondem aos terrenos mais antigos e arrasados por muitas fases de erosão. Apresentam uma grande complexidade litológica, prevalecendo as rochas metamórficas muito antigas (Pré-Cambriano Médio e Inferior). Também ocorrem rochas intrusivas antigas e resíduos de rochas sedimentares. São três as áreas de plataforma de crátons no Brasil: a das Guianas, a Sul-Amazônica e a São Francisco.

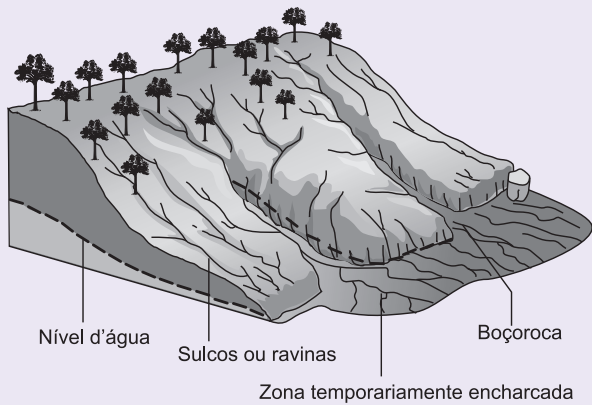
ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

As regiões cratônicas das Guianas e a Sul-Amazônica têm como arcabouço geológico vastas extensões de escudos cristalinos, ricos em minérios, que atraíram a ação de empresas nacionais e estrangeiras do setor de mine-

ração e destacam-se pela sua história geológica por:

- A** apresentarem áreas de intrusões graníticas, ricas em jazidas minerais (ferro, manganês).
- B** corresponderem ao principal evento geológico do Cenozoico no território brasileiro.
- C** apresentarem áreas arrasadas pela erosão, que originaram a maior planície do país.
- D** possuírem em sua extensão terrenos cristalinos ricos em reservas de petróleo e gás natural.
- E** serem esculpidas pela ação do intemperismo físico, decorrente da variação de temperatura.

**TEXTO: 1 – Comuns às questões: 02, 03**



TEIXEIRA, W. et al. (Orgs). Decifrando a Terra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

**02| ENEM** O esquema representa um processo de erosão em encosta. Que prática realizada por um agricultor pode resultar em aceleração desse processo?

- A** Plantio direto.
- B** Associação de culturas.
- C** Implantação de curvas de nível.
- D** Aração do solo, do topo ao vale.
- E** Terraceamento na propriedade

**03| ENEM** Muitos processos erosivos se concentram nas encostas, principalmente aqueles motivados pela água e pelo vento. No entanto, os reflexos também são sentidos nas áreas de baixada, onde geralmente há ocupação urbana. Um exemplo desses reflexos na vida cotidiana de muitas cidades brasileiras é:

- A** a maior ocorrência de enchentes, já que os rios assoreados comportam menos água em seus leitos.
- B** a contaminação da população pelos sedimentos trazidos pelo rio e carregados de matéria orgânica.
- C** o desgaste do solo nas áreas urbanas, causado pela redução do escoamento superficial pluvial na encosta.
- D** a maior facilidade de captação de água potável para o abastecimento público, já que é maior o efeito do escoamento sobre a infiltração.
- E** o aumento da incidência de doenças como a amebíase na população urbana, em decorrência do escoamento de água poluída do topo das encostas.

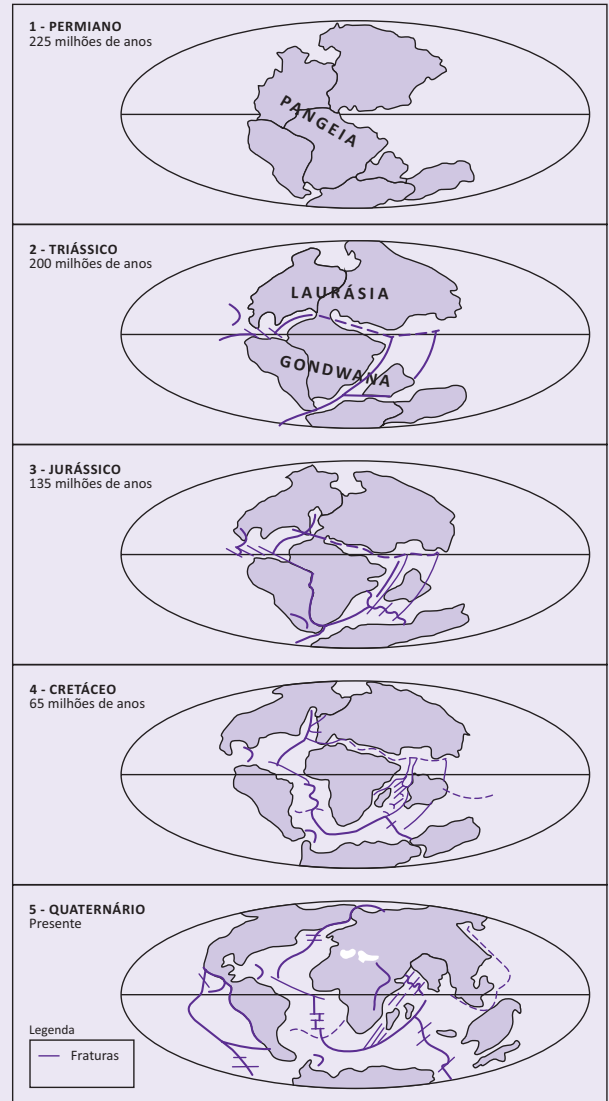
**04| ENEM** Os dois principais rios que alimentavam o Mar de Aral, Amurdarya e Sydarya, mantiveram o nível e o volume do mar por muitos séculos. Entretanto, o projeto de estabelecer e expandir a produção de algodão irrigado aumentou a dependência de várias repúblicas da Ásia Central da irrigação e monocultura. O aumento da demanda resultou no desvio crescente de água para a irrigação, acarretando redução drástica do volume de tributários do Mar de Aral. Foi criado na Ásia Central um novo deserto, com mais de 5 milhões de hectares, como resultado da redução em volume.

TUNDISI, J. G. Água no século XXI: enfrentando a escassez. São Carlos: Rima, 2003.

A intensa interferência humana na região descrita provocou o surgimento de uma área desértica em decorrência da:

- A** erosão.
- B** salinização.
- C** laterização.
- D** compactação.
- E** sedimentação.

**05| ENEM**



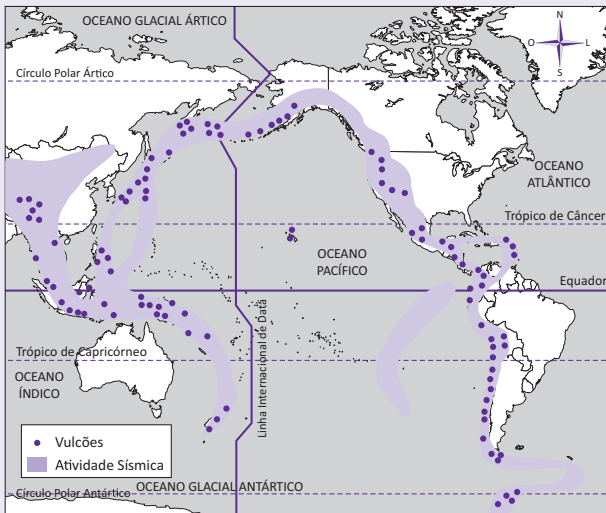
Disponível em: [www.telescopionaescola.pro.br](http://www.telescopionaescola.pro.br). Acesso em: 3 abr. 2014 (adaptado).

A partir da análise da imagem, o aparecimento da Dorsal Mesoatlântica está associada ao(à):

- A** separação da Pangeia a partir do período Permiano.
- B** deslocamento de fraturas no período Triássico.
- C** afastamento da Europa no período Jurássico.
- D** formação do Atlântico Sul no período Cretáceo.
- E** constituição de orogêneses no período Quaternário.

06| UEAAM

Observe o mapa.



(Levon Boligian e Andressa Alves. Geografia espaço e vivência, 2011. Adaptado.)

As áreas destacadas caracterizam-se por:

- A** baixas temperaturas, ocasionadas pelas baixas atividades endógenas e elevadas altitudes.
- B** intensa atividade endógena, causada pelos encontros de placas tectônicas, com a presença de vulcões ativos e terremotos.
- C** divergências de placas tectônicas, responsáveis pela formação de montanhas antigas como o Himalaia.
- D** maior suscetibilidade dos solos à erosão e frequentes problemas de escorregamento nos períodos de chuva.
- E** intensa atividade exógena, responsável pela existência de cadeias de montanhas e vulcões ativos.

07| FGV Observe a imagem da Falha de Santo André, na Califórnia (EUA).



(<http://static.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/04/falha-de-san-andreas.jpg>)

A importante Falha de Santo André está relacionada:

- A** ao deslizamento horizontal entre as placas do Pacífico e Norte-Americana.
- B** ao rebaixamento da placa de Nazca em relação à placa do Pacífico.
- C** à meteorização da plataforma continental do litoral Pacífico.
- D** à corrosão das rochas que formam o substrato cristalino californiano.
- E** ao ravinamento das rochas resultante da semiaridez do oeste californiano.

08| UDESCSC A Teoria da Deriva dos Continentes foi enunciada pelo cientista alemão Alfred Lothar Wegener, em 1912. Segundo este autor a Terra teria sido formada inicialmente por um único e enorme supercontinente que foi se fragmentando e se deslocando continuamente desde o período Mesozóico, como se fosse uma espécie de nata flutuando sobre um magma semilíquido e passando em diferentes direções.

Assinale a alternativa que contém o nome com o qual foi batizado este supercontinente inicial.

- A** Gaia
- B** Placas Tectônicas
- C** Folhelhos de Wegener
- D** Riftis
- E** Pangéia

09| PUC RJ

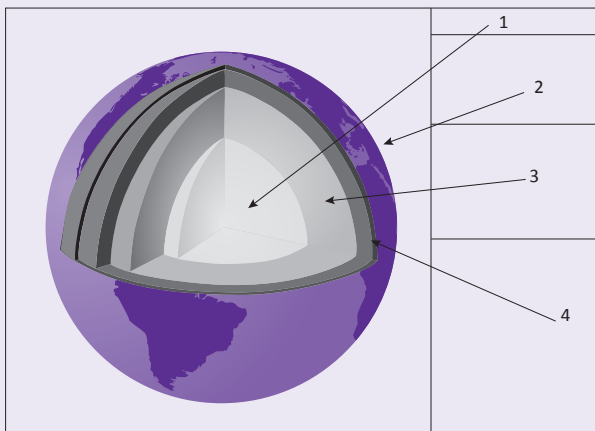


Fonte: [http://professor-josimar.blogspot.com.br/2010\\_09\\_01\\_archive.html](http://professor-josimar.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html). Acesso em 08 de abril de 2012.

Pelo processo de tectônica de placas, a formação da Cordilheira dos Andes ocorre:

- A** devido ao afastamento entre as placas de Nazca e Sul-americana, causando a saída de magma do interior da Terra.
- B** pela subducção da placa de Nazca, que soergue a placa Antártida impulsionando a elevação da região do litoral ocidental.
- C** devido à tensão entre as placas Africana e Sul-americana, que soerguem o continente sul americano a oeste e a leste, formando montanhas.
- D** pelo choque da placa Sul-americana com a da Antártida, o que eleva Nazca, criando a grande cadeia montanhosa.
- E** devido à subducção da placa de Nazca pela placa Sul-americana, que soergue o continente sul americano a oeste, no litoral do Pacífico.

**10| UDESCSC** Observando a figura abaixo, sobre o interior da Terra, pode-se afirmar.



- A** O manto, representado na figura pelo número 3, está dividido em manto interno e manto externo, sendo o externo mais próximo à superfície, onde se encontram vidas animais.
- B** O manto, representado na figura pelo número 1, com cerca de 2.900 quilômetros de espessura, possui partes de consistência pastosa, formado por rochas derretidas e temperatura que variam em torno de 1.000 a 3.000°C
- C** A crosta terrestre, representada na figura pelo número 2, é a camada mais fina da Terra.
- D** O magma, lava ou núcleo, encontra-se representado na figura pelo número 2, onde ocorrem os vulcões.
- E** A crosta terrestre, representada na figura pelo número 4, é a camada anterior à superfície terrestre, onde estão o fundo dos mares e os grandes lagos.

**11| UEFSBA** O intemperismo ou meteorização é responsável pela formação de detritos a serem erodidos, constituindo uma etapa na formação do regolito. Pode-se distinguir entre a ação química, responsável pela decomposição das rochas, e a ação física, responsável pela fragmentação das rochas.

Quanto à fragmentação rochosa, marque V nas afirmativas verdadeiras e F, nas falsas.

- ( ) A cliocrastra, processo de origem mecânica, resulta da cristalização e do estufamento dos sais em superfícies horizontais das zonas periglaciais.
- ( ) A abrasão é provocada pelo trabalho destruidor do encontro de partículas transportadas por agentes externos do relevo com a rocha.
- ( ) A termoclastra, fenômeno lento e variável, resulta das oscilações de calor entre o dia e a noite, ocasionando altas amplitudes de temperatura.
- ( ) A fragmentação rochosa pode ocorrer sob a forma de esfoliação esferoidal, já que a chuva, devido ao seu poder corrosivo sobre os minerais das rochas, constitui o principal agente fragmentador.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a:

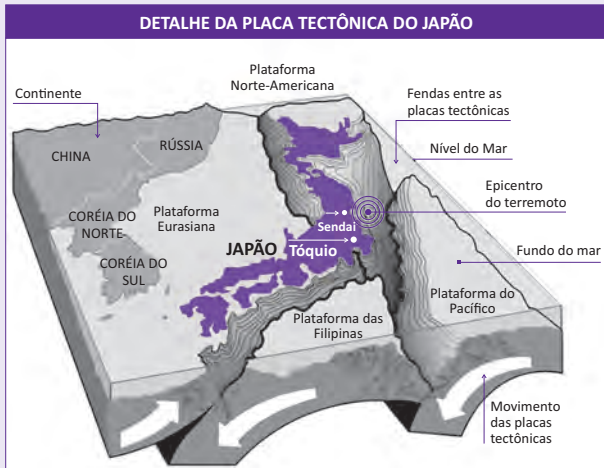
- A** F V V V
- B** V V F V
- C** V F V F
- D** F F F V
- E** F V V F

**12| UERN**

Analise.



([http://www.francoanicley.com/2011\\_03\\_13\\_archive.html](http://www.francoanicley.com/2011_03_13_archive.html))



(<http://projetoicjapao.blogspot.com/2011/06/conheca-os-aspectos-geograficos-do.html>)

“A tragédia no Japão começou em 11 de março com o mais violento terremoto já registrado no país: 9 graus na escala Richter. A ele, seguiu-se o tsunami que arrasou a costa nordeste do território. Morreram mais de 15 mil pessoas e milhares estão desaparecidas. Estradas e ferrovias foram destruídas. Faltam água, comida e combustível. Segundo o premiê japonês, Naoto Kan, é a pior crise desde a II Guerra Mundial. E o país atravessa agora a mais grave crise nuclear desde o desastre de Chernobyl, há 25 anos, na extinta União Soviética.”

(<http://veja.abril.com.br/tema/tsunami-no-japao>)

A charge, a gravura e o texto destacam o drama vivido pelo território nipônico, em março de 2011.

Os fenômenos sísmicos apresentados ocorrem:

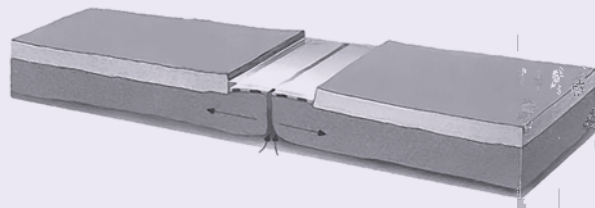
- A** em qualquer parte do planeta, não havendo nenhuma relação com o limite das placas tectônicas.
- B** em áreas continentais apenas, pois os sismos ocorrem somente de forma eventual nas áreas oceânicas.
- C** em áreas de bacias sedimentares e maciços antigos, onde há o contato de placas tectônicas.
- D** em áreas de contato de placas tectônicas, tanto oceânicas quanto terrestres, dando origem aos tsunamis.

**13| UFRN** A Europa, em abril de 2010, foi surpreendida por uma nuvem de cinzas vulcânicas liberada pela erupção do Eyjafjallajokull na Islândia. A erupção desse vulcão, assim como a de outros dispersos na superfície da Terra, pode provocar alterações na vida das pessoas, bem como na dinâmica da natureza.

Nesse sentido, a erupção vulcânica constitui-se um fenômeno natural que pode causar:

- A** a formação de rochas metamórficas e os tremores de terra.
- B** a elevação da temperatura global e o empobrecimento da fertilidade dos solos.
- C** a formação de rochas magmáticas e o enriquecimento da fertilidade dos solos.
- D** a redução da temperatura global e a formação de cadeias montanhosas.

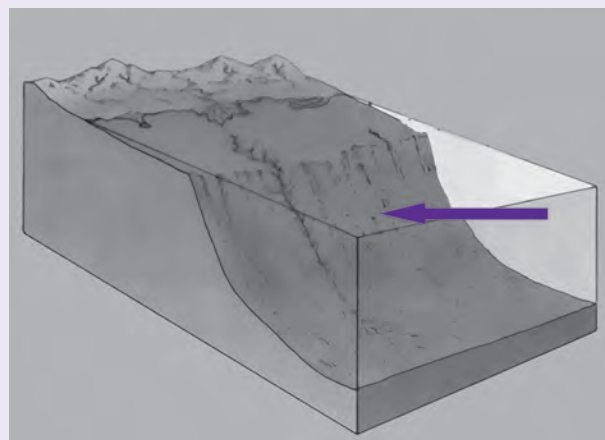
**14| UESPI** A Teoria da Tectônica de Placas explica diversos tipos de estrutura verificados na Litosfera. Observe a ilustração a seguir.



De acordo com essa teoria, esse desenho esquemático ilustra o (a):

- A** colisão de placas oceânica e continental.
- B** mecanismo de subdução de placas litosféricas.
- C** gênese dos arcos de ilhas e subsidência magmática.
- D** formação tricheiras oceânicas.
- E** expansão do assoalho submarino e a ascensão do magma.

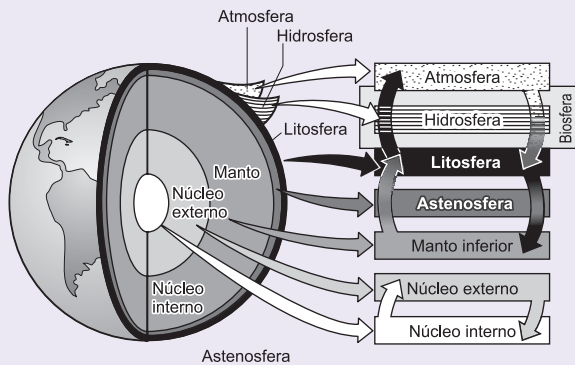
**15| UPE** Observe, atentamente, o desenho esquemático a seguir, correspondente a uma morfoestrutura observada em área de relevo submarino, fortemente influenciada pelas ações tectônicas.



O que a seta está indicando?

- A** Planície Abissal.
- B** Talude Continental.
- C** Plataforma Continental.
- D** Delta-Estuário.
- E** Dorsal Oceânica.

**16| UNESP** A figura apresenta os componentes do sistema Terra e suas intrínsecas interações e combinações.

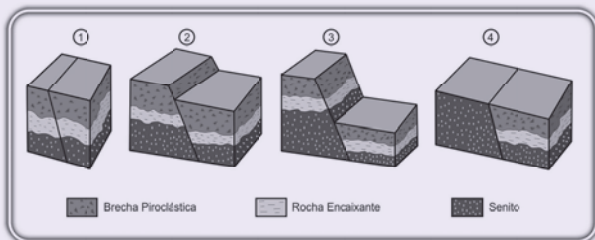


(Frank Press et al. Para entender a Terra, 2006. Adaptado.)

A partir da observação da figura, pode-se afirmar que a energia solar, que incide no planeta, é primariamente absorvida pelos seguintes componentes:

- A** atmosfera, biosfera e hidrosfera.
- B** astenosfera, litosfera e manto inferior.
- C** biosfera, núcleo externo e núcleo interno.
- D** atmosfera, litosfera e astenosfera.
- E** litosfera, manto inferior e hidrosfera.

**17| UPE** Observe atentamente a figura a seguir.



Os blocos-diagrama 1, 2, 3 e 4 estão esquematicamente indicando a(o)

- A** formação dos solos em áreas tropicais úmidas.
- B** origem das rochas metamórficas.
- C** ação do tectonismo sobre o relevo terrestre.
- D** efeito da erosão diferencial sobre os solos.
- E** formação de pedimentos em áreas secas.

**18| UFUMG** O território brasileiro é formado, basicamente, por duas unidades geológicas: os escudos cristalinos e as bacias sedimentares, cuja ação dos agentes modeladores deu origem a três formas básicas de relevo denominados de planaltos, planícies e depressões.

Sobre a estrutura geológica e modelado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A** As planícies, ao contrário dos planaltos, são áreas onde predominam os processos de sedimentação sobre a erosão, sendo o acúmulo de sedimentos realizado pela ação da água dos rios, mares ou lagos. São exemplos no Brasil a Planície do Rio Amazonas e as Planícies e Tabuleiros Litorâneos.
- B** Os planaltos são áreas onde predominam os processos de erosão sobre a deposição de sedimentos, podendo ser classificados em planaltos cristalino e sedimentar como os Planaltos Residuais Norte Amazônico e os Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná.
- C** Nas depressões caracterizadas por serem áreas baixas, circundadas por regiões de relevo mais elevado, onde predomina o processo de sedimentação, como nas planícies, causado pelo desgaste do relevo no entorno.
- D** O relevo brasileiro, na classificação de Jurandir Ross, é constituído, predominantemente, por planaltos e depressões, estando as planícies restritas a vales de importantes rios e à extensa faixa costeira.

**19| UEMG**

**ENTENDA O QUE É A CAMADA PRÉ-SAL**

A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende por cerca de 800 quilômetros abaixo do leito do mar, entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, e engloba três bacias (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo localizado nesta área encontra-se em profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal que, segundo os geólogos, conservam a qualidade do produto.

Trecho Adaptado- Folha Online – 10/08/2008

Sabe-se que a formação do petróleo ocorre através da alteração de matéria orgânica vegetal ou animal, de origem oceânica, retida no subsolo. Baseando-se nessas informações, é CORRETO afirmar que a área propícia à produção do petróleo localiza-se:

- A** nos subsolos oceânicos, em áreas de bacias sedimentares.
- B** nos terrenos cristalinos, em locais que estiveram cobertos por mares.
- C** nos subsolos oceânicos, em áreas de terrenos cristalinos da era Mesozóica.
- D** nos terrenos sedimentares, em subsolos oceânicos da era Pré-Cambriana.

**20| UFSM** “Camada pré-sal: é uma camada de sal que está enterrada no fundo do mar e que serviu de “tampão” para os organismos microscópicos que se depositaram no mar primordial que se formou a partir do afastamento dos continentes sul-americano e africano. Lembre-se de que, durante a Pangéia, a África e a América do Sul eram “colocadas”. Quando a crosta terrestre, que é feita de camadas móveis (placas tectônicas), se rompeu, formaram-se vários mares rasos que receberam algas e microorganismos chamados de fito e zooplâncton. Estes, quando morreram, foram enterrados sob o sal formado pela evaporação da água nestes mares rasos. Estes microorganismos (e também outros animais marinhos), soterrados e sob pressão, com o passar do tempo, transformaram-se em petróleo que hoje é encontrado no sudeste do Brasil. (...)”

Chegar ao pré-sal foi difícil, mas o desafio mesmo está em tirar de lá o petróleo e o gás que farão do Brasil o sexto maior detentor de reservas”.

(Revista Veja, edição 2076 – ano 41, nº 35, 03 de setembro de 2008, p.72.)

Sobre a camada pré-sal, assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmativas a seguir.

- ( ) Localiza-se no litoral brasileiro, na bacia do Espírito Santo, Campos e Santos.
- ( ) Originou-se a partir do afastamento da África e da América do Sul, quando vários mares rasos acumularam organismos marinhos que, ao morrerem, foram enterrados sob o sal.
- ( ) Como a maioria das bacias petrolíferas brasileiras, essa camada é do tipo offshore.
- ( ) A exploração economicamente viável do pré-sal deverá considerar, entre outros fatores, a grande profundidade da camada.

A sequência correta é:

- A** VVVV.
- B** FFVF.
- C** FVVF.
- D** FFFV.
- E** VVFF.

**21| UNICAMP** As restingas podem ser definidas como depósitos arenosos produzidos por processos de dinâmica costeira atual (fortes correntes de deriva litorânea, podendo interagir com correntes de maré e fluxos fluviais), formando feições alongadas, paralelas ou transversais à linha da costa. Podem apresentar retrabalhamentos locais associados a processos eólicos e fluviais. Quando estáveis, as restingas dão forma às “planícies de restinga”, com desenvolvimento de vegetação herbácea e arbustiva e até arbórea. As restingas são áreas sujeitas a processos erosivos desencadeados, entre outros fato-

res, pela dinâmica da circulação costeira, pela elevação do nível relativo do mar e pela urbanização.

(Adaptado de Célia Regina G. Souza e outros, Restinga: conceitos e emprego do termo no Brasil e implicações na legislação ambiental. São Paulo: Instituto Geológico, 2008.)

É correto afirmar que as restingas existentes ao longo da faixa litorânea brasileira são áreas:

- A** pouco sobrecarregadas dos ecossistemas costeiros, devido ao modo como ocorreu a ocupação humana, com o processo de urbanização.
- B** onde a cobertura vegetal ocorre em mosaicos, encontrando-se em praias, cordões arenosos, dunas, depressões, serras e planaltos, sem apresentar diferenças fisionômicas importantes.
- C** suscetíveis à erosão costeira causada, entre outros fatores, por amplas zonas de transporte de sedimentos, elevação do nível relativo do mar e urbanização acelerada.
- D** onde o solo arenoso não apresenta dificuldade para a retenção de água e o acesso a nutrientes necessários ao desenvolvimento da cobertura vegetal herbácea em praias e dunas.

**22| UEL** A distância entre as cidades mineiras de Belo Horizonte e Montes Claros, em um mapa representado em escala 1:7000000, é de 6,5 cm. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a distância real entre essas duas cidades.

- A** 045,5 km
- B** 092,8 km
- C** 107,0 km
- D** 455,0 km
- E** 928,0 km

**23| UNESP** Florestas tropicais recobrimo níveis de morros costeiros, escarpas terminais tipo “Serra do Mar” e setores serranos mamelonizados dos planaltos compartimentados e acidentados do Brasil de Sudeste. Florestas biodiversas, dotadas de diferentes biotas primariamente recobrimo mais de 85% do espaço total. O domínio tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas

(Aziz Nacib Ab’Sáber. Os domínios de natureza no Brasil, 2003. Adaptado.)

O domínio paisagístico brasileiro descrito no texto é o de:

- A** Planaltos das Araucárias.
- B** Depressões interplanálticas semiáridas no Nordeste.
- C** Chapadões recobertos por Cerrados.
- D** Terras Baixas Florestadas da Amazônia.
- E** Mares de Morros Florestados.

## GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA

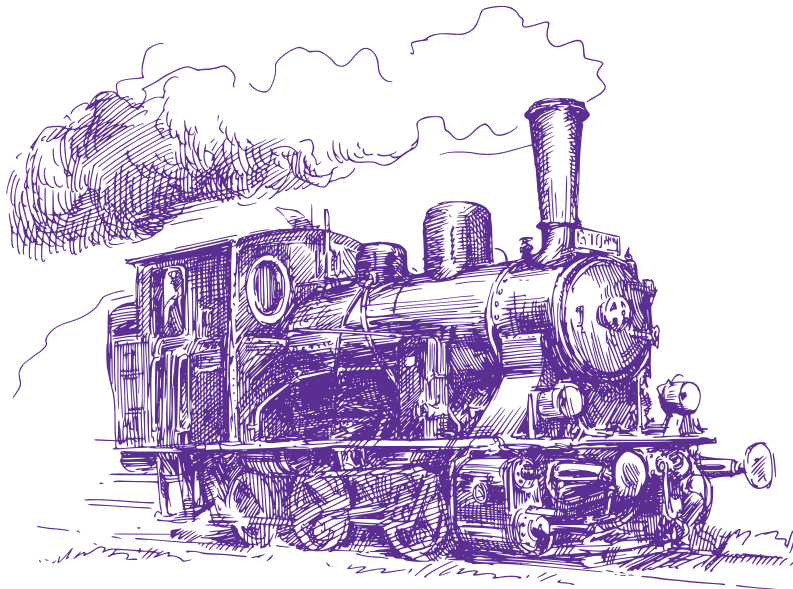
Notebook, celulares, carros, motos, enlatados, tênis, fogões, geladeiras. De aonde vem tudo isso? A resposta é, da indústria. Seria possível ter o conforto sem todos os produtos industrializados que conhecemos? Seria impossível termos o conforto que temos hoje sem a indústria. No entanto, o processo industrial não esteve aí desde sempre ao nosso dispor. Onde ele surgiu? Como Surgiu? E no Brasil, o processo foi o mesmo? Na mesma intensidade? Por que algumas cidades têm mais indústrias do que outras? Discutiremos essas e outras perguntas nesse capítulo.

Estudar e analisar a trajetória do desenvolvimento industrial é pensar na palavra processo. A atividade industrial foi se aperfeiçoando e revolucionando o arranjo socioespacial em cada estágio do seu desenvolvimento. Portanto, se faz necessário entender e compreender de que forma cada estágio alterou a sociedade.

O primeiro estágio de transformação da matéria-prima ocorreu de maneira artesanal, por isso o nome **artesinato**. Nesse período não havia divisão do trabalho, o homem executava e conhecia todas as etapas de produção, desde a retirada da matéria-prima da natureza até o produto final. A disponibilidade de técnicas e tecnologia era pouca e as ferramentas eram rudimentares. Portanto, a produção era em pequena escala, o artesão, contava com apenas um ajudante ao qual ele ensinava, todas as etapas da produção.

O segundo momento, chamamos de **manufatura**. Nessa fase, há alterações na produção, pois agora existe uma pequena divisão do trabalho, além de se poder contar com a utilização de maquinário simples. Essas duas modificações, dinamizaram a produção permitindo a produção em maior escala. Essas transformações ocorreram entre os séculos XV e XVI, período que marca o fim da idade média e o início da idade moderna.

No séc. XVIII a Inglaterra reuniu técnicas e tecnologia, além de condições econômicas e disponibilidade de recursos que favoreceram uma transformação tanto industrial, quanto social, já que a **1ª Revolução Industrial** transforma esses dois cenários. Os principais fatores que possibilitaram que isso ocorresse foram:

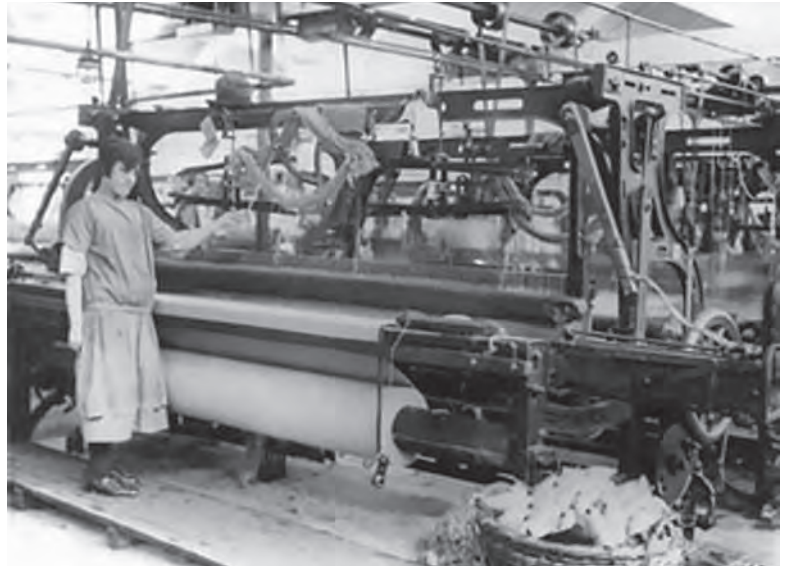


- Revolução Gloriosa (1688), que coloca o estado no controle da burguesia e instala a primeira monarquia parlamentar.
- Importantes reservas de carvão mineral e minério de ferro. Matéria-prima para o desenvolvimento do maquinário e fonte de energia para fazê-lo funcionar.
- Acúmulo de capital e matéria-prima oriundos das colônias.
- Excesso de mão de obra.
- Localização geográfica, que possibilitou o escoamento da produção.

Essa série de fatores, proporcionaram as mudanças na indústria, essencialmente na indústria têxtil, com o adjunto de maquinário que aumentou significativamente a produção. Isso só foi possível por conta da grande invenção deste período, a máquina a vapor. Assim, foram criados teares a vapor.



O desenvolvimento industrial não parou. Durante os séculos seguintes houve muito desenvolvimento. A **Segunda Revolução Industrial** no séc. XIX é marcada pela utilização do petróleo como fonte de energia na indústria, nos motores à combustão nos EUA e também pelo uso da eletricidade na indústria. Essa mudança nas fontes de energia viabilizou a transformação do ferro em aço. Outras grandes invenções foram: o telégrafo que facilitou a comunicação, o automóvel, o rádio, o avião e também a televisão. É fundamental lembrar que a busca dos países industrializados, principalmente os europeus, por mercado consumidor e por matéria-prima no final do séc. XIX e início do XX, vai ocasionar a partilha da África e da Ásia (imperialismo/neocolonialismo). Esse foi um dos motivos da 1ª Guerra mundial.



A terceira revolução industrial que também é chamada de revolução técnico-científica informacional, ocorre no início da segunda metade do séc. XX. Esse período é marcado com avanços significativos da tecnologia computacional (computadores e softwares, a microeletrônica, chips, transistores e inúmeros produtos eletrônicos). Com o desenvolvimento da biotecnologia houve o início de uma era nuclear.

## MODELOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL



**Taylorismo** – Frederick W. Taylor (1856-1915) foi um engenheiro mecânico norte americano, que escreveu a obra *The Principles of Scientific Management* (Os Princípios da Administração Científica). Nesse livro Taylor apresentou um modelo de organização industrial no qual visava planejamento propondo aumentar a produção e minimização do tempo gasto. Portanto, é necessária uma máxima divisão do trabalho, onde o trabalhador só executa uma função, sendo assim o trabalho é repetitivo e o trabalhador é visto como uma peça da engrenagem. Além de cronometrar o tempo da produção. Devido ao grande número de funcionários, Taylor pregava um arrocho salarial para maximizar os lucros. Uma crítica do modelo taylorista é o filme *“Tempos Modernos – de Charles Chaplin”*.

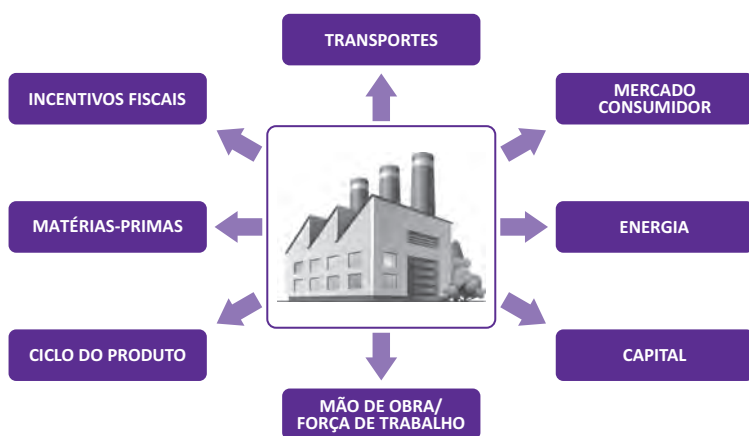
**Fordismo** – Contexto da segunda revolução industrial e liberalismo econômico, Henry Ford (1863-1947), o empresário automobilístico, introduziu na produção as ideias de Taylor e as popularizou na primeira metade do séc. XX, além de implementar outras, tais como: grandes complexos, produção em massa e a rígida padronização da produção, além de grandes estoques. Com aumento da produção e a padronização do produto bem como com a grande quantidade de estoque, o preço do produto final cai. Isso faz com que parte dos trabalhadores também seja consumidora. É importante relacionar o fordismo com o liberalismo de Adam Smith, já que o Estado não interferia na economia. Essa superprodução ocasionou a crise do capitalismo em 1929.

**Toyotismo** – Contexto da terceira revolução industrial e do neoliberalismo. Eiji Toyoda (1913-2013), empresário automobilístico, implantou um modelo de produção industrial na década de 70 no qual pregava uma produção flexível. O trabalhador não mais executava trabalho repetitivo, mas várias tarefas. Nesse modelo já não há mais a ideia de produção em massa e estoques, mas sim, de uma produção adequada à demanda do mercado e personalizada. A palavra que representa esse modelo é Just in time – Tempo justo – é um sistema onde nada deve ser comprado, produzido ou transportado antes da hora exata. Para evitar problemas na produção.

**Volvismo** – Contexto da terceira revolução industrial e do neoliberalismo. Emti Chavanmco, engenheiro de empresa automobilística criou o volvismo, que também é conhecido como modelo sueco. Esse modelo assegura o máximo da capacitação do trabalhador, ao ponto de ser ele quem dita o ritmo das máquinas, conhece todas as etapas da produção, é constantemente reciclado e capacitado e participa também nas decisões na fábrica por meio de sindicato.



## FATORES LOCACIONAIS



Sabemos que a indústria é um fator de atração e que a presença dela dinamiza o espaço, aumentando o fluxo demográfico, urbano e econômico. Algumas regiões possuem um poder de atração industrial muito grande, obtendo um parque industrial gigantesco, enquanto outras não possuem essa atração. Mas por que isso acontece? Isso ocorre devido a fatores locais de atração industrial, tais como vias de comunicação, incentivos fiscais, disponibilidade de mão de obra, matéria-prima, energia, mercado consumidor e a circulação/movimentação de capital.

**Transporte** – Mais que produzir é necessário escoar a produção. Por isso, as vias de comunicações ganham uma importância muito grande nesse processo de instalação. Pois é verificada a presença de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, etc.

**Incentivos fiscais** – Quando o governo federal, estadual ou municipal cede isenção de impostos para que determinada indústria instale nos seus limites.

**Mão de obra** – Nos países subdesenvolvidos, como é o exemplo do Brasil, não há falta de mão de obra, pois existe até um quadro de reserva considerável, contudo, é uma mão de obra muitas vezes não qualificada, por isso algumas indústrias procuram se instalar em regiões onde existam centros de formações que possam suprir sua demanda. Um exemplo disso é a cidade de São José dos Campos que possui treinamento para atender a demanda nessa área.

**Matéria-prima** – Indústrias extrativistas são exemplos de que há a necessidade de estar próximo à matéria-prima. Para outros exemplos, isso representa a possibilidade de economia com transporte.

**Energia** – Toda indústria consome muita energia e a disponibilidade de energia é fundamental, para evitar interrupções na produção.

**Mercado consumidor** – Nesse fator não é analisado somente o quantitativo, mas também a questão socioeconômica. Pois é necessário, além do contingente populacional, saber se tal nicho de mercado possui poder aquisitivo.

**Movimentação econômica** – É importante analisar a existência de uma movimentação econômica e também uma rede de bancos e empresas.

## ETAPAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Um marco importante para o surgimento das primeiras indústrias foi a chegada da família real em 1808, pois D. João VI decretou a abertura dos portos, o que eliminou barreiras, além de ter incentivado as instalações industriais no país. Contudo, no séc. XIX, a indústria brasileira não conseguiu ter um expressivo desenvolvimento devido ao pequeno mercado interno, uma vez que o Brasil foi escravocrata até 1888. Além disso, havia o desinteresse da elite econômica do país e a dependência do mercado externo.

No final do séc. XIX e início do XX, durante o período chamado de primeira república, devido à situação econômica da elite estar consolidada, houve um crescimento significativo. Para critério de comparação, em 1889 havia apenas 636 fábricas que empregavam 54.172 operários. Em 1920 o Brasil já possuía 13.569 indústrias, onde trabalhavam 293.673 operários.

Em 1929, houve a grande crise do capitalismo, o que gerou consequências para todas as economias capitalistas, inclusive a brasileira. Naquele período, tínhamos como produto principal de exportação o café (cerca de 80% das exportações). Com a quebra da bolsa de Nova York as exportações caíram e a economia brasileira entrou em crise. Essa instabilidade econômica foi importantíssima para as alterações políticas no ano de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder.

O processo de industrialização brasileira está ligado diretamente com a figura de Getúlio Vargas, pois assim que assumiu o governo em meio à crise, o Estado tomou medidas que impulsionaram a segunda revolução industrial. São eles:

- A política nacionalista de Vargas, com intervenções decisivas na economia. Com queima de café, para ter apoio da elite paulista cafeicultora e também para gerar impacto na quantidade de produto disponível no mercado, para ter uma elevação do preço no produto no mercado interno e externo.
- Investimento em infraestrutura construindo sistemas de transporte e de energia. Além da construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Companhia Vale do Rio Doce – VALE, além do Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e a Companhia hidrelétrica São Francisco – CHESF.
- Somando esses investimentos ao fato do enfraquecimento do mercado externo devido à crise, houve um fortalecimento do mercado interno.
- Com a elite cafeicultora em crise, houve um intenso êxodo rural, aumentando assim o mercado consumidor nas cidades. Além de aumentar significativamente o contingente de mão de obra relativamente qualificada, devido a grande quantidade de imigrantes italianos que trabalhavam com café.
- Incentivos do Estado para a diversificação econômica.

A década de 1950 foi bastante agitada, pois no ano de 1954 ocorre o suicídio de Getúlio Vargas. Ainda na mesma década e início da próxima, entre os anos de 1950 e 1961, Juscelino Kubitschek, em seu governo, constrói e inaugura a nova capital do país (Brasília).



"Getúlio Vargas (1930)" por Governo do Brasil Galeria de Presidentes.



"Juscelino" por Governo do Brasil Galeria de Presidentes.

Uma nova etapa do processo de industrialização brasileira se inicia com o governo de JK, que foi marcado por uma política de abertura das fronteiras do país para o ingresso de capital estrangeiro, isso associado ao seu lema de governo, o plano de metas 50 anos em 5. Houve também política de incentivos fiscais e facilidade de crédito, que fez com que a classe média consumisse e adquirisse padrões de consumo e comportamento do *American Way of life* – *estilo de vida norte americano* –, o que gerou um crescimento econômico significativo.

Os investimentos das transnacionais se concentraram em dois setores da economia brasileira. O automobilístico e o petrolífero. Isso explica a mudança do principal sistema de transporte, do ferroviário para o rodoviário.

Esse crescimento teve o suporte de um *tripé* econômico: indústria de base, indústria de bens de consumo não duráveis e a indústria de bens consumo duráveis.

No final do século XX o processo industrial brasileiro está ligado com intensificação das práticas neoliberais. Isso ocorreu após o consenso de Washington-EUA em 1989. Tal ato resultou em uma política de privatizações e queda vertiginosa das barreiras fiscais, que abriu o mercado para as empresas transnacionais.

O processo de privatização ocorreu de maneira intensa, de 1990 até 2002 foram privatizadas quase 170 estatais no Brasil. Isso gerou demissão em massa em decorrência das inovações tecnológicas ocorridas nas empresas, além de arrocho salarial.

Com a chegada das transnacionais, houve um processo chamado guerra fiscal. Isso levou ao início do processo de desconcentração industrial no território brasileiro.

O desenvolvimento tecnológico industrial no século XXI alcançou todas as áreas possíveis da nossa vida. Hoje é praticamente impossível viver desconectado do mundo da internet, por meio de computadores, tablets, celulares, etc. Uma das grandes invenções deste século é a impressora 3D. Com ela, são produzidos materiais utilizados na medicina. Tal fato pode revolucionar os procedimentos médicos, além de salvar vidas. Veja a reportagem abaixo que retrata uma situação dessas.

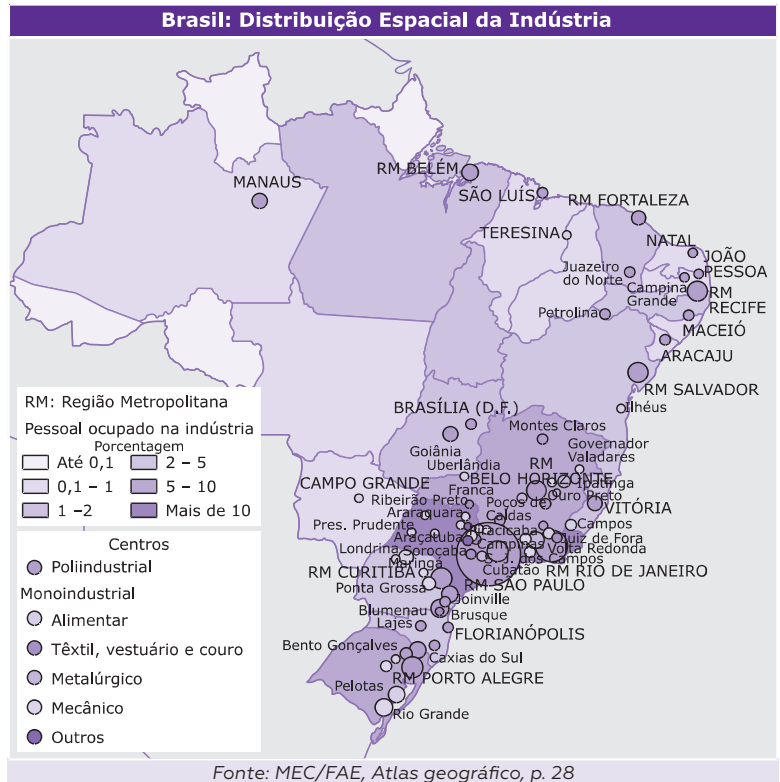
Jornal o RIO – Na sala de cirurgia o paciente aguarda. Próximo dele, uma impressora que ao invés de tinta, contém células. E vai construindo pouco a pouco uma parte idêntica à de seu corpo. Um coração, um fígado, um braço repleto de vasos sanguíneos pronto para substituir o que foi danificado. A cena está na ficção, mas não é considerada impossível. Pelo contrário. Este é o objetivo de diferentes grupos de pesquisadores no mundo, que já até conseguiram criar tecidos humanos, sendo que, por enquanto apenas em laboratório. A impressão em 3D pode produzir de tudo, desde pequenos objetos até alimentos. Aviões, armas e até aquela bolsa idêntica à de marca estão na lista de possibilidades vislumbradas e, por isso, já levantam calorosos debates éticos. Na medicina, cientistas a têm como uma eminente revolução. Nas últimas duas décadas saiu de um pequeno nicho para um mercado bastante lucrativo, que pode chegar a um impacto econômico em 2015 de US\$ 550 bilhões, segundo o Instituto Global McKinsey. No Brasil, tanto a discussão quanto o desenvolvimento da técnica estão mais tímidos. Mas os avanços estão acontecendo, puxados por exemplo, pelo cirurgião Terence Farias, do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Ele foi o único brasileiro convidado a participar recentemente do 1º Congresso Anual Mundial de Impressão 3D. Isso por conta de uma publicação no “International Journal of Clinical Medicine”, que teve o recorde de 33 mil acessos no site.

— “Foi uma surpresa para mim. Através do artigo, fui convidado a participar do congresso” — conta o cirurgião, que se impressionou com o evento. — “Na China tudo é gigante, foi o maior congresso que fui. Falava não só da aplicação da impressão 3D na medicina, mas na área aeroespacial, robótica, em quase tudo. Isso só mostra que peso que o tema está ganhando é enorme. O futuro é realmente a prototipagem, seja no objetivo que for. O que se imaginar poderá, através do computador, ser fabricado”.

## MANDÍBULA IMPRESSA EM TITÂNIO

Na China, Terence apresentou um trabalho que já vem tendo resultado prático: o uso de protótipos para a reconstrução de mandíbula em pacientes com câncer de cabeça e pescoço. Ele explica que para eliminar o câncer nessa área do corpo, a cirurgia deixa deformações no rosto. Por isso, duas equipes participam da operação: uma para retirar o tumor e outra para reconstruir a área mutilada. O processo é difícil e dura cerca de dez horas. Geralmente, os cirurgiões tiram parte do osso da bacia ou da perna do paciente para poder reconstruir sua mandíbula. E esse pedaço é sempre maior do que o necessário. Não raro, portanto, a área que perde osso acaba ganhando marcas, como afundamentos ou cicatrizes.

O projeto do brasileiro usou a impressora 3D para tornar a cirurgia menos complicada. São dois processos possíveis. No primeiro, a tomografia computadorizada deu os detalhes da anatomia do paciente. Através de um software, ele transferiu essa informação para a impressora 3D, que criou, em tamanho real, em acrílico ou gesso, a bacia e a perna do paciente que iria ser operado. Antes da cirurgia, portanto, os cirurgiões conseguiram calcular a necessidade de osso para a reconstrução, evitando perdas. Além disso, testaram e aprontaram parafusos e placas que seriam usados. Locais de cortes também foram previamente escolhidos. O resultado: redução média de 84 minutos na cirurgia, 10% do custo e menos drogas e material cirúrgico.



Outra alternativa, ainda mais perto do que se espera da impressão 3D, foi imprimir o protótipo de titânio e molibdênio (um mineral) da própria mandíbula do paciente, já com suas articulações. Depois, foi implantada. É um passo adiante, mas essa opção ainda tem riscos. A radioterapia pode esquentar o metal, além do protótipo poder ser rejeitado. A escolha acaba sendo do paciente. Ao todo, Terence já realizou 45 cirurgias com ambas as técnicas desde 2012. Todos se recuperaram sem problemas, segundo ele.

Técnica semelhante foi usada na China. Protótipos de titânio foram empregados no lugar de ossos em pacientes com câncer na medula óssea. Clavícula, escápula e parte de ilíaco sintéticos foram aplicados nos indivíduos, que se recuperaram bem, segundo pesquisadores do Hospital Xijing, na Quarta Universidade Médica Militar.

## A FRONTEIRA DAS CÉLULAS-TRONCO

O futuro, no entanto, não é o titânio, e sim, as células. Cientistas já estão usando máquinas para imprimir pequenas tiras de tecido em laboratório. E embora a impressão de órgãos humanos esteja há anos luz de distância, a tecnologia está se desenvolvendo rapidamente e poderia resolver um problema mundial: a fila de espera de transplantes. Só no ano passado, 38.759 brasileiros aguardavam por uma cirurgia.

A Universidade de Louisville, nos EUA, deu mais um passo nessa direção. Eles usaram a técnica para criar partes do músculo do coração, a partir de células de gordura e colágeno. Até agora, conseguiram modelar válvulas e pequenas veias.

Um dos principais grupos nesse meio é a Organovo, uma empresa da Califórnia que, em janeiro, apresentou o primeiro tecido de fígado para ser usado em experiências de novas drogas. O modelo é quase idêntico às amostras de tecido de um fígado humano e foi construído a partir de células vivas.

Também nos Estados Unidos, outra pesquisa de ponta é da TeVido BioDevices, fundada pelo diretor de Engenharia Biomédica da Universidade do Texas, Thomas Boland, que há mais de uma década começou a usar impressoras de computadores para a produção de tecidos orgânicos. O atual foco deles é imprimir implantes de mama para pacientes com câncer.

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

### 01| ENEM



Disponível em: <http://primeira-serie.blogspot.com.br>. Acesso em: 07 dez. 2011 (adaptado).

Na imagem do início do século XX, identifica-se um modelo produtivo cuja forma de organização fabril baseava-se na(o)

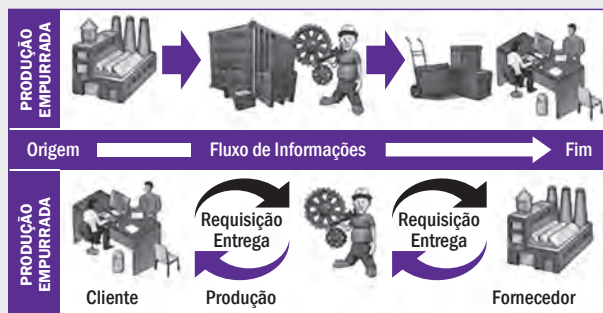
- A** autonomia do produtor direto.
- B** adoção da divisão sexual do trabalho.
- C** exploração do trabalho repetitivo.
- D** utilização de empregados qualificados.
- E** incentivo à criatividade dos funcionários.

### Resolução:

- C** exploração do trabalho repetitivo.

*Com o avanço do sistema capitalista, o início do século XX foi um período de intensas alterações no sistema produtivo. As principais mudanças focaram na relação do trabalhador com o objeto, e foram desenvolvidas por Frederick Taylor – com o taylorismo – e Henry Ford – com o fordismo. A grande inovação do fordismo em relação ao taylorismo foi à introdução de linhas de montagens, na qual o operário era responsável apenas por uma atividade. O Fordismo determina a posição de todos seus funcionários, que aguardavam as peças se deslocarem pelas esteiras de montagem da fábrica para executar uma única função específica. Cada funcionário tem apenas uma função em toda linha de montagem, sendo somente responsável, por exemplo, por apertar um determinado parafuso. Além disso, o proletário devia executar sua atividade no tempo determinado pela máquina, pois caso atrasasse alterava toda a produção e era repreendido pelo gerente local. A limitação funcional do operário causa uma alienação psicológica no indivíduo, pois limita o conhecimento do operário a função, não tendo nenhuma noção da compreensão do todo. Sem contar os problemas físicos ocasionados pela excessiva repetição da mesma atividade inúmeras vezes ao dia.*

02 | ENEM



Disponível em: <http://ensino.univates.br>. Acesso em 11 maio 2013 (adaptado).

Na imagem, estão representados dois modelos de produção. A possibilidade de uma crise de superprodução é distinta entre eles em função do seguinte fator:

- A Origem da matéria-prima.
- B Qualificação da mão de obra.
- C Velocidade de processamento.
- D Necessidade de armazenamento.
- E Amplitude do mercado consumidor.

**Resolução:**

- D Necessidade de armazenamento.

O 1º. Modelo representa o Fordismo, que é um sistema de produção, criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa. O objetivo principal desse sistema era reduzir ao máximo os custos de produção e assim baratear o produto, podendo vender para o maior número possível de consumidores. Dessa forma, os funcionários não precisavam sair do seu local de trabalho, resultando numa maior velocidade de produção. Também não era necessária utilização de mão-de-obra muito capacitada, pois cada trabalhador executava apenas uma pequena tarefa dentro de sua etapa de produção, no entanto, a mesma esta ligada a uma produção com estoque contínua para atender a demanda, uma vez que quanto maior a produção e a produtividade, mais barato se torna o custo de produção. Dessa forma, o estoque pode ser um problema para o produtor, caso ocorra alguma disfunção do consumo.

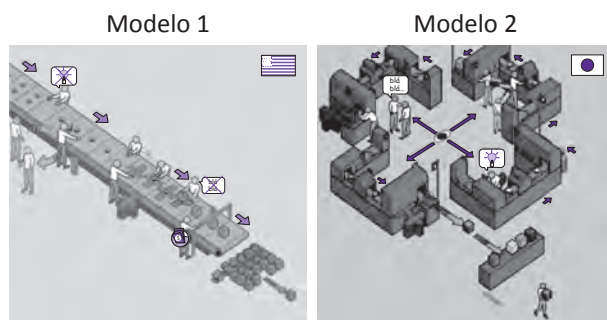
Já o 2º. Modelo é o Toyotismo. Sistema flexível de mecanização, voltado para a produção somente do necessário, evitando ao máximo o excedente. A produção deve ser ajustada a demanda do mercado. Aplicação do sistema Just in Time, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária, sem estoques e armazenamentos desnecessários, evitando crises quanto ao mercado de consumo.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01 | UEG O avanço tecnológico das últimas décadas deu origem a setores muito sofisticados do ponto de vista técnico, tais como a microeletrônica, a biotecnologia, a robótica etc. Eles integram a chamada fábrica global, determinando uma nova distribuição espacial das indústrias, cujas características atendem, em última análise, à lógica do lucro. Com relação aos fatores determinantes da teoria de localização industrial, responda:

- A Identifique os fatores que foram fundamentais para a localização industrial na primeira e na terceira Revolução Industrial.
- B Explique o significado do termo “fábrica global”.

02 | UNESP As figuras ilustram dois modelos de organização da produção industrial que revolucionaram o mundo do trabalho durante o século XX.



(Tincho Sstereo. [www.behance.net](http://www.behance.net). Adaptado.)

Identifique esses modelos e discorra sobre duas características de cada um deles.

03 | UEMPR O que são tecnopólos e qual a relação deles com as indústrias de ponta? O que produzem as indústrias de ponta?

04 | UFBA A Terceira Revolução Industrial — ou Revolução Técnico-Científica — começou a tomar forma no final da Segunda Guerra Mundial, mas os seus efeitos têm se manifestado em todo o mundo, de forma mais intensa, nas últimas três décadas.

Sua repercussão atinge o conjunto das atividades econômicas, as relações sociais e as relações entre a sociedade e a natureza.

(LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p. 241).

Tomando como base a leitura do texto e os conhecimentos sobre a atividade industrial, cite os principais efeitos positivos e negativos provocados pela Revolução Técnico-Científica.

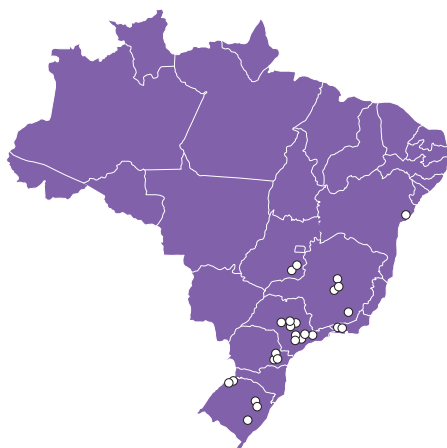
05 | FUVEST As novas formas de organização da produção industrial foram chamadas por alguns autores de pós-fordismo, para diferenciá-las da produção fordista.

- A Apresente dois aspectos do processo industrial fordista e dois do pós-fordista.
- B Caracterize o espaço industrial no fordismo e no pós-fordismo.

**06| UFPR** Nos países de industrialização tardia, tais como Brasil e México, a indústria se desenvolveu primeiramente pela substituição de importação de bens de consumo corrente, como vestuário e calçados, necessitando, para isso, importar as máquinas utilizadas em seus processos produtivos. Nesses casos, a população se urbanizou em poucas décadas, as atividades urbanas tornaram-se as maiores empregadoras de mão-de-obra e a agricultura deixou de ser o setor mais dinâmico da economia. Todavia, o setor agrícola continuou a ser de importância econômica vital durante a industrialização desses países, pois precisou modernizar-se para criar condições que viabilizassem a própria industrialização e urbanização. Com base nisso e nos conhecimentos sobre os processos de industrialização tardia, comente, num texto de 8 a 10 linhas, pelo menos três condições necessárias à industrialização que só podem ser criadas a partir da modernização da agricultura.

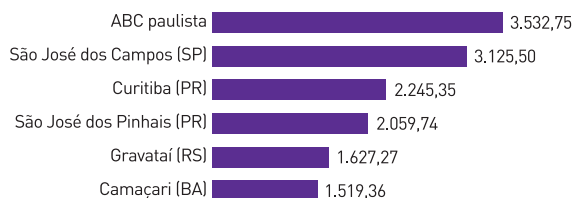
**07| UERJ**

**Fábricas de veículos automotores no Brasil (2006)**



Adaptado de [www.anfavea.com.br](http://www.anfavea.com.br)

**Salário médio pago pelas montadoras (em R\$)**



Adaptado de O Globo, 12/05/2011

A fabricação de veículos automotores no Brasil, especialmente a de automóveis, concentrou-se basicamente no Estado de São Paulo, até a década de 1980. A partir da década de 1990, houve uma redistribuição espacial das montadoras de automóveis no país.

Considerando as informações acima, aponte duas razões que favoreceram essa redistribuição das montadoras no território brasileiro.

**08| UFRJ**

**O sistema produtivo das maquiladoras**

As maquiladoras no México, as fábricas da Zona Franca de Manaus e as firmas localizadas em zonas de processamento de exportação são exemplos de um novo modelo de organização das atividades industriais que surgiu nas últimas décadas.

Um traço comum desse modelo é a criação de regras especiais, distintas das existentes no restante dos territórios nacionais.

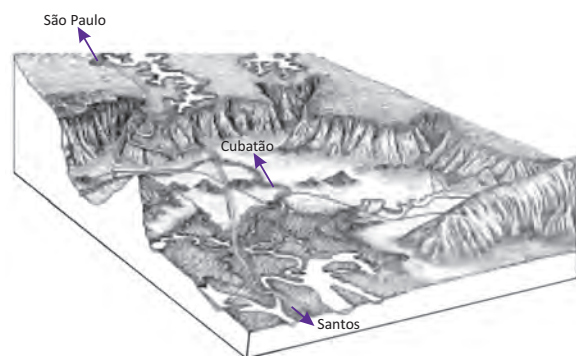
Cite dois exemplos de regras associadas a esse modelo.

**09| UNIFESP** Na década de 1990, verificou-se uma desconcentração industrial no Brasil.

- A** Quais as consequências para o Estado de São Paulo?
- B** Quais estados ganharam maior destaque industrial nesse processo? Explique.

**10| UFRJ** A figura abaixo mostra a cidade de Cubatão (sede de um complexo industrial siderúrgico, químico e petroquímico), e seu entorno imediato. Segundo o geógrafo Orlando Valverde, esse complexo está muito bem localizado em termos macrorregionais, porém, sérios impactos ambientais ocorreram na cidade e suas vizinhanças em função de seu sítio ao pé da Serra do Mar.

“A serra do Mar e a planície litorânea na região de Santos”



Fonte: FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. 1960

Distâncias:

- Cubatão – Santos: 13 km
- Cubatão – São Paulo: 59 km (Via Anchieta)

Com base na figura:

- A** aponte e explique as razões da boa localização do complexo industrial de Cubatão, na escala macrorregional.
- B** explique a relação estabelecida entre esse sítio urbano e os problemas ambientais, na escala local.

**T ENEM E VESTIBULARES**

**01| UNIFORCE** No século XX desenvolveu-se um sistema responsável pela produção em massa de mercadorias das mais diversas espécies. Sua principal característica era a fabricação em massa, baseado numa linha de montagem. O referido sistema de produção é:

- A** o Fordismo, criado por Henry Ford para sua indústria de automóveis.
- B** o Toyotismo, surgido no Japão, seguia um sistema enxuto de produção, aumentando a produção, reduzindo custos e garantindo melhor qualidade e eficiência no sistema produtivo.
- C** o Taylorismo, idealizado pelo engenheiro Frederick Taylor, que propôs a intensificação da divisão do trabalho, ou melhor, o fracionamento das etapas do processo produtivo para que o trabalhador desenvolvesse tarefas especializadas e repetitivas.
- D** o Capitalismo, que se caracteriza como modo de produção pelas relações assalariadas de produção (trabalho assalariado).
- E** o Socialismo, no qual os meios de produção são públicos ou coletivos, não existindo empresas privadas.

**02| UNICIDSP**

Leia o texto a seguir.

“... a nova indústria precisa de um trabalhador criativo e que participe de todo o processo de produção. Não deve haver mais a rígida separação entre a direção (que pensa) e o operário (que executa). A linha de montagem pode ser operada pelo computador, e a empresa pode empregar mão-de-obra terceirizada (temporária ou autônoma). Para evitar desperdícios, os estoques (matéria-prima e produtos acabados) são calculados levando em consideração as solicitações do mercado.

Aumenta, cada vez mais, a demanda pelo trabalhador qualificado e polivalente para operar as máquinas e contribuir para a melhoria da produção.”

(Lúcia Alves de Almeida Marina; Tércio Barbosa Rigolin. Fronteiras da Globalização, Geografia Geral e do Brasil. 2004)

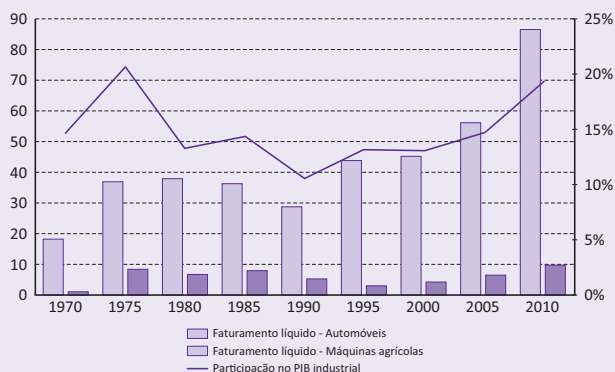
Esse tipo de sistema de produção industrial a que se refere o texto é denominado:

- A** Produção Flexível.
- B** Fordismo.
- C** Taylorismo.
- D** Produção em escala.
- E** Holding.

**03| FATECSP**

Analise o gráfico a seguir.

**Faturamento líquido da indústria automobilística brasileira (em bilhões de dólares) e participação no PIB industrial brasileiro (em %), 1970-2010**



(Fonte dos dados do gráfico: ANFAVEA – Indústria Automobilística Brasileira – Anuário 2013)

Com base nos dados apresentados nesse gráfico, podemos afirmar corretamente que:

- A** houve crescimento aproximado de 30% no faturamento líquido da indústria de automóveis de 2005 a 2010, enquanto a participação no PIB industrial passou de, aproximadamente, 14% para 19% nesse mesmo período.
- B** houve queda aproximada de 5 bilhões de dólares no faturamento líquido da indústria de máquinas agrícolas de 1985 a 1995, acompanhada por uma queda constante da participação no PIB industrial nesse mesmo período.
- C** a participação no PIB industrial passou de, aproximadamente, 21% para 11% de 1975 a 1990, devido à queda constante no faturamento líquido da indústria de automóveis e de máquinas agrícolas nesse mesmo período.
- D** houve crescimento aproximado de 57 bilhões de dólares no faturamento líquido da indústria de automóveis de 1990 a 2010, enquanto a participação no PIB industrial passou de, aproximadamente, 11% para 19% nesse mesmo período.
- E** houve crescimento aproximado de 6 bilhões de dólares no faturamento líquido da indústria de máquinas agrícolas de 2000 a 2010, enquanto a participação no PIB industrial passou de, aproximadamente, 48% para 69% nesse mesmo período.



**04| FM PETRÓPOLIS** O governo [...] promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo. [...] A legislação facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.”

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001. p. 235-236.

Os elementos apresentados no texto acima, sobre um recorte temporal do processo de industrialização brasileiro, marcam:

- A** os anos do milagre econômico
- B** as metas do governo JK
- C** os efeitos da crise de 1929
- D** o primeiro governo de Vargas
- E** a era Mauá

**05| IFRS** Um dos períodos de maior crescimento da economia brasileira, o Nacional Desenvolvimentismo, foi um modelo econômico que perdurou no Brasil de 1930 a 1980. Este programa desenvolvimentista adquiriu maior consistência e velocidade nos anos 50, no segundo mandato de Getúlio Vargas, sendo ampliado com Juscelino Kubitschek e ganhando um caráter mais conservador e autoritário durante a Ditadura Militar.

Este modelo de desenvolvimento caracteriza-se pelo

- A** relativo papel do Estado na promoção do crescimento através de uma baixa industrialização, construindo empresas estatais.
- B** ativo papel do Estado na promoção do crescimento através de uma forte industrialização, construindo empresas estatais e excluindo a participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais.
- C** relativo papel do Estado na promoção do crescimento através de uma forte industrialização, construindo empresas estatais e excluindo a participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais.
- D** ativo papel do Estado na promoção do crescimento através de uma rápida industrialização, deteriorando o setor produtivo estatal, promovendo exclusivamente a participação do empresariado nacional privado na efetivação do desenvolvimento econômico.
- E** ativo papel do Estado na promoção do crescimento através da rápida industrialização, construindo empresas estatais e fomentando a participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais.

**06| UFAL**

Leia os textos a seguir.

**Texto 1**

No campo econômico, o governo estabeleceu uma política cujo objetivo era superar o modelo agrário-exportador, passando a incentivar a expansão das atividades industriais, abriu linhas de crédito para a instalação de novos estabelecimentos e estimularam a criação de conselhos, companhias e fundações para debater a questão da industrialização e da produção industrial.

**Texto 2**

A economia também passou a estar diretamente subordinada ao presidente da República, que governava com o auxílio dos conselhos técnicos, o governo do Estado Novo deu muita importância à indústria nacional, para ajudar a desenvolvê-la, planejou a hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco, para o fornecimento de energia; fundou a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1943. Sua importância foi muito grande, pois passou a fornecer aço à indústria nacional.

Disponível em: <http://keullysbraz.no.comunidades.net>. Acesso em: 9 dez. 2013.

Os textos se referem a dois momentos distintos da Era Vargas, marcados, respectivamente, pelo(a):

- A** combate a crise do café e implantação de multinacionais em território brasileiro.
- B** busca de combustíveis fósseis e criação da PETROBRÁS.
- C** recuperação do preço do café e abertura da economia aos produtos estrangeiros.
- D** implantação da indústria de base e expansão da industrialização nacional.
- E** processo de substituição de importação e implantação da base industrial brasileira.

**07| UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**



**Em janeiro de 1959, saem da fábrica Anchieta os primeiros Fuscas brasileiros, com índice de nacionalização de 54%**

(www.estadao.com.br. Adaptado.)

A imagem ilustra processos econômicos e culturais ocorridos no Brasil, na segunda metade da década de 1950. A análise da imagem permite que se constate:

- A** o salto econômico do estado de São Paulo devido à montagem local de produtos acabados trazidos dos países desenvolvidos.
- B** a expansão da economia nacional sustentada pelos projetos nacionalistas e anti-imperialistas do governo.
- C** o novo período econômico baseado na ampliação do consumo social de bens industrializados duráveis.
- D** a instalação de indústrias de mercadorias sofisticadas produzidas pelo trabalho artesanal especializado.
- E** a vinculação da economia brasileira à indústria norte-americana em um momento de crise da sociedade europeia pós-guerra mundial.

**08| UFGO** A atual organização espacial do território brasileiro contém disparidades regionais de diferentes ordens. O governo brasileiro implementou, nas últimas décadas, várias estratégias e políticas públicas, objetivando superá-las. Mesmo assim, algumas dessas disparidades persistiram e intensificaram-se. No que se refere à atividade industrial, verifica-se que:

- A** o processo de desconcentração espacial do setor metalúrgico foi eficaz e conseguiu reduzir a concentração na região Norte com a implantação da zona franca de Manaus.
- B** a formação das regiões metropolitanas na região Centro-Oeste está associada ao desenvolvimento industrial promovido pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.
- C** a descentralização industrial ocorre com maior frequência para o interior dos estados do Sudeste e Sul, desencadeando a chamada guerra fiscal.
- D** na região Norte essa atividade está ligada à implantação de numerosos polos agroindustriais durante os governos militares, visando promover a integração nacional.
- E** as estratégias desenvolvidas na região Nordeste estão focadas no setor farmacêutico e de cosméticos, baseadas no modelo de substituição de importações.

**09| UFUMG**



<http://www.base7.com.br/tarsila/>

O país vai ficando mais cosmopolita, graças à presença crescente de imigrantes – italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, eslavos, judeus – que vão se juntar nas fábricas e escritórios aos operários, técnicos e profissionais liberais brasileiros. Ilustrativa dessa nova estrutura social é a tela Operários, 1933, de Tarsila do Amaral, construída, não por acaso, à maneira de um outdoor.

MORAIS, Frederico. O Brasil na visão do artista: o país e sua gente. São Paulo: Prêmio Ed., 2002. (Projeto Cultural Sudameris) p. 88.

O texto e a imagem fazem referências a processos que ocorreram em determinadas regiões do Brasil. Assinale a alternativa que indica os processos e a região de ocorrência.

- A** Concentração fundiária e emigração na Região sul.
- B** Extrativismo e urbanização na região Norte.
- C** Industrialização e urbanização na região Sudeste.
- D** Expansão da fronteira agrícola na região Centro-oeste.

**10| UERJ**

**A carteira profissional**

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

**ALEXANDRE MARCONDES FILHO**

Texto impresso nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

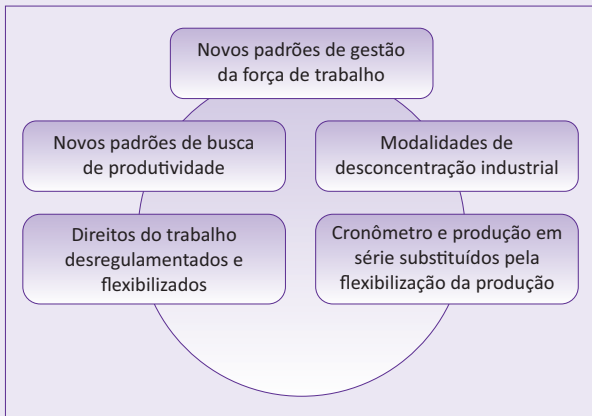
Alexandre Marcondes Filho foi ministro do trabalho do governo de Getúlio Vargas, entre 1941 e 1945.

Seu texto, impresso nas carteiras de trabalho, reflete as políticas públicas referentes à legislação social que vinha sendo implementada naquela época.

Duas características dessa legislação estão indicadas em:

- A** garantia da estabilidade de emprego / liberdade de associação
- B** previsão de assistência médica / intensificação do controle sindical
- C** proibição do trabalho infantil / regulamentação do direito de greve
- D** concessão de férias remuneradas / qualificação do trabalhador rural

**11| UESPI** O esboço esquemático, apresentado abaixo, corresponde a um tipo de produção que, nas últimas décadas, vem provocando profundas transformações no mundo do trabalho, na sua forma de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Este tipo de produção é denominado de:



- A** Estatista.
- B** Just-in-time.
- C** Keynesiano.
- D** Marxista.
- E** Fordista.

**12| UNESP** O processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo, iniciado na década de 1970, alterou profundamente seu mapa e território: a mancha metropolitana da capital se expandiu em direção ao Vale do Paraíba, Sorocaba e às regiões de Campinas e Ribeirão

Preto, conglomerados urbanos especializados se formaram ao longo de uma densa malha rodoviária e as cidades médias assumiram a liderança do mercado em seu entorno.

(Claudia Izique. Pesquisa FAPESP, julho de 2012.)

A transformação da indústria na metrópole de São Paulo pode ser entendida pela modificação do sistema de produção, associada aos avanços em transporte e comunicação. As empresas que participaram desse processo procuravam:

- A** conseguir mão de obra suficiente para suas atividades, já que na metrópole os trabalhadores não aceitavam mais trabalhar nas fábricas.
- B** adquirir matéria-prima para seus produtos, visto que os recursos naturais na metrópole haviam se esgotado.
- C** obter novos mercados, já que a influência dos produtos importados no centro da metrópole é muito grande.
- D** antecipar mercados, prevendo as futuras necessidades das cidades médias em expansão.
- E** reduzir os custos da produção, sabendo que as novas cidades ofereciam incentivos fiscais, terrenos e mão de obra mais baratos.

**13| UFUMG** O desenvolvimento industrial brasileiro se deu lentamente e somente aconteceu após o rompimento de obstáculos e de medidas políticas, como nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, que foram imprescindíveis para que as indústrias se proliferassem no Brasil.

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/industrializacao-brasileira.htm>>. Acesso: 20 fev. 2012.

Nesse contexto, pode ser considerada como “rompimento de obstáculos e de medidas políticas” desses governos a:

- A** modernização das redes de transporte, a exemplo das estradas de ferro, das hidrovias e das rodovias, que articulam e integram, nos dias atuais, as regiões e os mercados.
- B** produção interna de matérias-primas que sustentam parte do parque industrial nacional, especialmente os setores que dependem do ferro e do petróleo.
- C** diversificação produtiva rapidamente conseguida após a crise de 1929, que impôs a necessidade de estatizar a produção interna, especialmente em setores como o automobilístico.
- D** qualificação da mão de obra com ampla implantação de universidades e cursos técnicos no país, possibilitando a organização e o crescimento das indústrias, especialmente na década de 1980.

14| UEAAM

O limpador de chaminés

Eu era bem novo, e minha mãe morria;  
e meu pai vendeu-me quando eu mal sabia  
balbuciar, chorando: “ ‘dor! ‘dor! ‘dor! ‘dor! ‘dor!”  
Assim, sujo e escuro, sou o limpador.

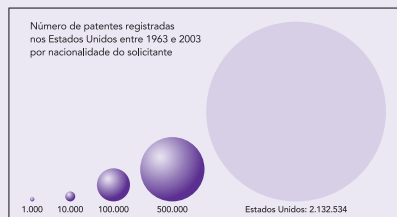
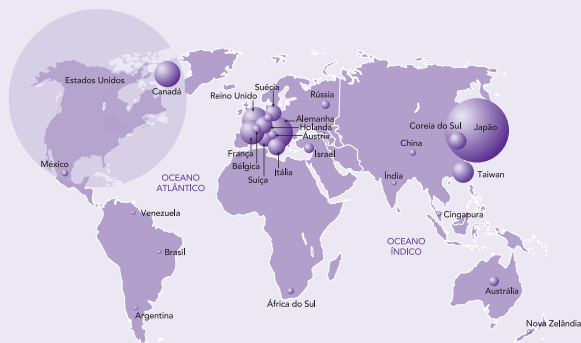
Aquele é Tom Dacre, que chorou na vez  
em que lhe raspavam a cabeça: “Vês –  
consolei-o – Tom, que é bom não ter cabelo,  
pois assim fuligem não te suja o pelo.”

(William Blake. Canções da Inocência e da Experiência. www.arquivors.com.)

William Blake (1757–1827) foi poeta, pintor e ilustrador inglês. Foi, também, um severo crítico da sociedade inglesa de sua época. O poema O limpador de chaminés é:

- A um apelo dirigido às classes sociais dominantes na Inglaterra, para que remunerassem melhor os operários.
- B uma denúncia da crueldade da exploração da mão de obra infantil no período da Revolução Industrial.
- C a verbalização do sentimento de piedade cristã, que pregava o sofrimento como condição de salvação da alma.
- D o exemplo de literatura inglesa de combate às forças sociais que tentavam impedir o desenvolvimento econômico.
- E a celebração da Revolução Industrial e das melhores condições de vida e trabalho proporcionadas pelas fábricas.

15| UERJ



Adaptado de El Atlas de Le Monde Diplomatique II . Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

A distribuição espacial da produção técnico-científica entre os países, parcialmente apresentada no mapa, é um dos fatores que explicam as desigualdades socioeconômicas entre as nações. Pela importância do mercado consumidor norte-americano, quase todos os produtos ou tecnologias relevantes desenvolvidos no mundo são registrados nesse país.

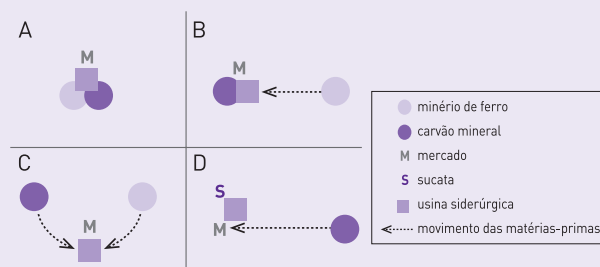
Um resultado dessa espacialidade diferenciada é a formação de um grande fluxo financeiro internacional para as empresas dos países desenvolvidos.

Esse fluxo está mais adequadamente associado a:

- A pagamentos de licenças
- B capitais para especulação
- C compensações de impostos
- D investimentos em infraestrutura

16| UERJ Os fatores locais da indústria passaram por grandes modificações, desde o século XVIII, alterando as decisões estratégicas das empresas acerca da escolha do local mais rentável para seu empreendimento.

O esquema abaixo apresenta alguns modelos de localização da siderurgia, considerando os fatores locais mais importantes para esse tipo de indústria: minério de ferro, carvão mineral, mercado e sucata.



TERRA, Lygia e outros. Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2008.

No caso dos modelos C e D, as mudanças socioeconômicas que justificam as escolhas de novos locais para instalação de usinas siderúrgicas nas últimas décadas são, respectivamente:

- A dispersão dos mercados consumidores – revalorização das economias de aglomeração
- B eliminação dos encargos com a mão de obra – generalização das redes de telecomunicação
- C diminuição dos preços das matérias-primas – substituição de fontes de energia tradicionais
- D redução dos custos com transporte – ampliação das práticas de sustentabilidade ambiental

**17| UFLAMG**

Observe o seguinte quadro:

**FATORES LOCACIONAIS**

- Matérias-primas
- Fontes de energia
- Mão-de-obra
- Mercado consumidor
- Infra-estrutura de transporte
- Rede de comunicações
- Incentivos fiscais
- Disponibilidade de água

O que está se chamando de “fatores locacionais” diz respeito:

- A** aos elementos necessários à implantação de pólos siderúrgicos em algumas regiões do planeta.
- B** aos fatores históricos (mesmo que variantes) que influenciam na definição pela localização de indústrias nos locais onde existem.
- C** aos fatores restritivos impostos pelas políticas públicas, às regras de concorrência comercial entre grandes empresas.
- D** às principais condições exigidas por políticas de assentamento e reforma agrária.
- E** às condições necessárias, definidas por planos diretores para definição de áreas residenciais na periferia de grandes metrópoles.

**18| ENEM**



**Meta de Faminto**

JK – Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

JECA – Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

THEO. In: LEMOS, R. (Org.) Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras & Expressões. 2001.

A charge ironiza a política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, ao:

- A** evidenciar que o incremento da malha viária diminuiu as desigualdades regionais do país.
- B** destacar que a modernização das indústrias dinamizou a produção de alimentos para o mercado interno.
- C** enfatizar que o crescimento econômico implicou aumento das contradições socioespaciais.
- D** ressaltar que o investimento no setor de bens duráveis incrementou os salários de trabalhadores.
- E** mostrar que a ocupação de regiões interioranas abriu frentes de trabalho para a população local.

**19| FAMECASP** A industrialização periférica foi uma industrialização diferenciada, duplamente restringida, restringida quanto à abrangência geográfica e quanto à abrangência tecnológica, que ao seu início aprofundou verticalmente a divisão internacional do trabalho nas relações Norte-Sul. A partir de meados dos anos sessenta, a redivisão internacional do trabalho operada pela industrialização restringida materializa-se num novo padrão.

(www.ufrgs.br. Adaptado.)

Mencionada pelo texto, essa nova divisão internacional do trabalho caracteriza-se por países subdesenvolvidos:

- A** não-industrializados que exportam produtos primários processados e por países desenvolvidos que trocam entre si produtos à base de tecnologias de uso difundido.
- B** industrializados que exportam produtos primários e bens industrializados de baixa tecnologia e por países desenvolvidos que exportam produtos inovadores de alta tecnologia.
- C** industrializados que exportam produtos de alta tecnologia e por países desenvolvidos que exportam produtos primários ou semi-industrializados para recompor divisas cambiais.
- D** não-industrializados que trocam entre si produtos primários tradicionais e por países desenvolvidos que exportam bens primários não tradicionais de maneira complementar.
- E** industrializados que exportam produtos à base de tecnologias de uso difundido e por países desenvolvidos que exportam produtos primários tradicionais.

## GEOPOLÍTICA

Muitos recursos tecnológicos que utilizamos hoje foram desenvolvidos com finalidade de guerra, que com passar do tempo acabaram sendo trazidos para o nosso dia a dia. Dentre eles podemos destacar a energia nuclear utilizada por muitos países no mundo. Houve grande desenvolvimento da medicina, além do desenvolvimento da corrida espacial durante o período de guerra fria, que possibilitou termos satélites artificiais, algo que facilitou e dinamizou o avanço da tecnologia de comunicação financeira, já que a partir daí surgiram as máquinas de cartão, os caixas eletrônicos, e a internet. Não estamos afirmando que a guerra é algo bom. Até porque, em decorrência dela perdemos vidas e há muita destruição. Mas é importante chamarmos a atenção para o desenvolvimento tecnológico gerado pelos conflitos. Neste capítulo, percorreremos os séculos XIX e XX com seus principais fatos geopolíticos.

Para entender o que é geopolítica é importante consultar as ideias de **Friedrich Ratzel** (1844-1904), geógrafo alemão. Ratzel é um dos clássicos geográficos, pois sua principal obra é escrita no momento em que a geografia iniciou o processo de constituir-se como ciência. Em sua obra *Antropogeografia*, desenvolve a teoria do *Lebensraum* em que o espaço vital é o espaço necessário para a manutenção e crescimento de uma nação. Para Ratzel os limites de um território deve estar em constante crescimento.

Outro conceito necessário para entender o desenvolvimento do final do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX é de que o território é uma área delimitada com limites (fixos ou móveis) onde algo ou alguém exerce poder (dominação).

O Estado é a unidade administrativa do *território*. Não pode haver Estado sem território. O conceito de nação está associado à categoria lugar, pois está ligado com a identidade, a cultura e aos aspectos históricos.

Na estrutura econômica e política da segunda metade do séc. XIX, as potências econômicas do continente europeu já estavam industrializadas com o processo de 2ª revolução industrial em ritmo acelerado (exceto a Rússia), em outros continentes podemos destacar além dos EUA, Japão. A necessidade de mercado consumidor e de matérias-primas obrigam essas potências a buscarem áreas de dominação política e econômica nos continentes Africano e Asiático. Esse processo é chamado de Imperialismo ou Neocolonialismo que é um dos fatores da **1ª Guerra mundial**.

Outro fato importante, foi a guerra franco-prussiana (1870-1871) entre França e Alemanha. O cerne da guerra era a disputa pela região da Alsácia-Lorena, a Alemanha vence a guerra e fica com a região até o fim da Primeira Guerra Mundial. A guerra franco-prussiana gerou um revanchismo entre os envolvidos. Após o fim da guerra, se inicia um longo período que dura até a



1ª Guerra, chamado de “paz armada”. Foi caracterizado, pela ausência de conflitos entre as potências e uma preparação bélica de todas as potências. O continente europeu reunia todos os reagentes para o início de um grande conflito, faltava apenas a energia de ativação e ela aconteceu no dia 28 de junho de 1914, com assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe do império austro-húngaro, durante sua visita a Sarajevo (Bósnia-Herzegovina). O jovem Gavrilo Princip, um estudante sérvio-bósnio e membro da mão negra. Quando começou o conflito, esperava-se que ele não passaria do ano de 1914, contudo ele se prolonga até o ano de 1918. A primeira guerra era chamada de “**A grande Guerra**”. Ela passa a se chamar primeira guerra, quando



ocorre a segunda. Além disso, é importante ressaltar, que na 1º guerra foi utilizado um poder bélico nunca antes visto, houve ataques por terra, pelo mar (uso de submarinos) e pelo ar (aviões). Por conta disso, houve um grande número de mortos, cerca de 10 milhões.

O desenvolver da guerra no primeiro momento foi em trincheiras, era escavação linear no solo. Se tratavam de valas escavadas no chão, com vários quilômetros de extensão, onde milhões de soldados ficaram sujeitos à fome, ao frio e ao medo constante da morte por bombardeios, granadas, tiros e doenças.

O segundo momento, é a entrada dos EUA na guerra em 1917, os norte-americanos entram apoiando a tríplice entente, já que tinham acordos financeiros com Inglaterra e Itália. Tal fato deu fôlego à tríplice entente e em 1918 a guerra chega ao fim.

O tratado de Versalhes foi assinado pelos países vencedores e põe fim oficial à primeira guerra, nele os países perdedores foram penalizados. Nesse contexto a Alemanha impõe duras penas aos perdedores, como: pagamento de indenização aos países vencedores, desmilitarização com número máximo de homens nas suas forças armadas, proibição de armamento bélico e devolução de terras conquistadas.

A primeira guerra deixa várias alterações geopolíticas importantes: ascensão dos EUA, declínio das potências europeias, mudança no mapa político da Europa com o fim dos impérios, criação da liga das nações e a ascensão dos regimes totalitários na Europa.

## REVOLUÇÃO RUSSA

É necessário falar da revolução Russa, para a compreensão da segunda metade do séc. XX. Contudo, não abordaremos de maneira histórica, mas sim pensando na sua importância para o decorrer do séc. XX.

Até o início do séc. XX a Rússia era considerada o “Gigante de pé no barro”, pois era a única potência imperialista que não era industrializada. Com a entrada da Rússia na 1º guerra, a situação econômica do país se agravou. No ano de 1905, na tentativa de promover a revolução, o Governo do Czar Nicolau II demonstrou ser absolutista já que mandou fuzilar manifestantes em praça pública. Esse dia ficou conhecido como domingo sangrento. Em 1917 houve a derrubada do Czarismo, momento da primeira fase da revolução. No segundo momento ainda em 1917, Lênin chega ao poder adotando a imposição de um governo socialista. Uma frase celebre de Lênin ao assumir o poder dizia “Paz, terra e Pão”. Uma das medidas no início de 1918 foi a retirada da Rússia da 1ª guerra mundial. Outra medida importante acontece em 30 de dezembro de 1922, com a constituição oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ela se uniram os territórios étnicos do antigo Império russo.

## CRISE DE 29

Com o fim da primeira guerra a indústria norte americana começou suprir a Europa que encontrava-se em caos devido às consequências da guerra. Então a produção norte americana foi exacerbada. O *American Way Of live* incentivou o consumo, o que fez com que a indústria não diminuísse a produção ao longo da década de 1920, mesmo com recuperação gradual da Europa. Essa estrutura se manteve até o ano de 1929, até que em 24 de outubro na chamada quinta-feira negra, houve a quebra da bolsa de Nova York. Foi essa uma crise econômica no sistema capitalista, que teve sua origem no EUA e gerou consequências econômicas em todas as economias capitalistas do mundo.

## ASCENSÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS

O período entre guerras foi marcado também pela ascensão de regimes totalitários que ganharam força na Europa na década de 1930-1940. Eles são caracterizados por possuírem uma forma de governo centralizadora, com ausência de práticas democráticas, sem o respeito aos direitos individuais, com a censura e o controle dos meios de comunicação e o uso excessivo de força militar para reprimir opositores. Os exemplos de totalitários no continente europeu são Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

## 2ª GUERRA MUNDIAL

Para entender a segunda guerra é necessário entender os antecedentes e voltar ao final da primeira guerra. O tratado de Versalhes deixa a Alemanha em ruínas tanto economicamente quanto moralmente. Com o orgulho do

povo alemão ferido, a ascensão de *Adolf Hitler* e o surgimento do Nazismo, na constante busca pela expansão territorial, surge a necessidade de aumentar o espaço vital na conquista do 3º Reich. A Itália também com regime totalitário de Benito Mussolini, junto com o Japão que tinha objetivo de conquistar as ilhas do pacífico, juntam-se e formam o chamado eixo. Como a política de aliança ainda estava presente na Europa, a outra frente opositora é a dos Aliados (liderados por Inglaterra, URSS, França).

O pacto germano-soviético foi assinado em 1939 e consistia num acordo entre Alemanha e URSS, de não ataque e de respeito aos limites durante 10 anos. Entretanto, houve a quebra deste pacto no mesmo ano, em 1º de setembro, com a invasão da Polônia. Diante disso a URSS e os aliados declaram guerra contra a Alemanha e o eixo.

Podemos entender a guerra em três momentos. O primeiro momento vai de 1939 até 1941, período de avanço do eixo sobre os aliados, com conquistas significativas de Alemanha, Itália e Japão. Esse momento tem seu final com o ataque japonês contra a base militar norte-americana de Pearl Harbor no Oceano Pacífico (Haváí). Com isso, o EUA entram na guerra e se inicia o segundo momento.

A segunda etapa é marcada pela entrada dos EUA no grupo dos aliados. O apoio norte americano foi essencial para a mudança no panorama guerra, já que devido a esse fator, houve avanços dos aliados sobre o eixo, de 1941 até 1945. A derrota em Stalingrado (entre setembro de 1942 e fevereiro de 1943), que deixou mais de um milhão de nazistas mortos foi um marco no declínio do eixo. A saída da Itália do eixo em 1943 e ainda a declaração de guerra contra a Alemanha e a conquista da Normandia pelos aliados em junho de 1944, enfraquece ainda mais o eixo.

O terceiro momento começa com a tomada de Berlim (Alemanha pelos os aliados em abril de 1945 e a rendição da Alemanha em maio do mesmo ano). Do eixo, sobrara apenas o Japão, que teve um fim trágico, pois em agosto de 1945 os EUA lançaram sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki uma bomba nuclear. O ataque causou a destruição total das cidades e o Japão fica arrasado. Com isso, o governo japonês não tem outra saída a não ser render-se e pôr fim à segunda guerra mundial.

As principais consequências da 2ª guerra mundial, foram alterações no mapa político da Europa, a criação da Organização da Nações Unidas – ONU, independência dos países Africanos e Asiáticos colocando fim às influências das potências imperialistas, o início de uma era atômica, bipolarização do mundo entre EUA e URSS, iniciando-se assim um período chamado de Guerra Fria.

## CAPITALISMO

O surgimento do capitalismo como sistema ocorre no final da idade média, com o início das primeiras práticas mercantis. Ele se estabelece na Europa ocidental nos séculos XVIII e XIX como um sistema econômico, político e social, no qual o objetivo principal é a acumulação de lucros. Para que isso seja possível é necessário há existência de no mínimo duas classes contrárias: a burguesia e o proletariado. Sendo a burguesia, detentora da propriedade capital e da propriedade privada, ela será contratante da massa proletária de maneira assalariada. Todavia, o proletariado só possui sua força de trabalho vendendo a mesma.

O detentor de capital acelera o ritmo e a confecção de mercadorias visando o aumento de produção e a minimização do preço da mesma, assim o produto final tem um preço menor, contudo, esse produto é vendido no mercado pelo maior preço possível, com a finalidade de maximizar o lucro. O detentor de capital não se preocupa com a condição social do proletariado. Uma vez que ele visa apenas a maximização do seus lucros.

O sistema econômico capitalista já passou por três fases marcantes: a comercial, a industrial e a financeira. A comercial é caracterizada pela expansão das relações comerciais no final da idade média, a busca por novas terras, por colônias, por matéria prima, por especiarias. Isso levou o homem atravessar os mares e oceanos nas grandes navegações.



<http://www.clickescolar.com.br/expansao-maritima-crise-feudalismo.htm>



A fase industrial é caracterizada pelo início da indústria, que ocorre na Inglaterra do século XVIII. Esse período industrial perpassa também pelo século XIX. O início deste período está relacionado com as alterações políticas, econômicas, sociais e ambientais ocorridas devido à primeira revolução industrial, que alterou todo o modo de produção, passando a ser industrial. A imagem abaixo retrata a paisagem urbana industrial do século XVIII na Inglaterra.



<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>

A fase financeira é marcada pelo processo de expansão imperialista e também pelo liberalismo econômico de Adam Smith e o modelo de produção industrial fordista. Nesse período foi implantado o “american way of life”, o estado de bem estar social, que culminou na crise de 1929.



<http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/foradacaixa/2013/06/05/o-diabo-traz-a-conta/>

A fase informacional é marcada pelo avanço da técnica e da tecnologia, com o início da revolução técnico-científica e o processo de globalização econômica, integração econômica, política e cultural em escala mundial. Houve também o fortalecimento das transnacionais, marcado pelo modelo econômico neoliberal e os modelos de produção industrial Toyotismo e Volvismo.



<http://globalizacao.spaceblog.com.br/239430/O-que-e-Globalizacao/>

## SOCIALISMO

O mundo passa por Revoluções no século XVIII que alteram o curso da história da humanidade, como a revolução industrial e a revolução francesa. A revolução industrial agrava ainda mais a diferença econômica entre as classes existentes. Para além das mudanças políticas e econômicas, elas trouxeram consigo, principalmente a revolução francesa, uma mudança ideológica. Surgiram os princípios “liberté, égalité, fraternité” (em francês, liberdade, igualdade, fraternidade).

O socialismo teve desde o século XVII várias abordagens, dentre elas, podemos destacar o Utópico, o Científico, o Libertário (Anarquismo) e o Real. O socialismo Utópico tem como principais autores os franceses Claude de Saint-Simon e Charles Fourier, que ao lado de Pierre Leroux, pensaram na construção de uma sociedade ideal, onde se defendia a possibilidade de uma organização na qual as classes sociais vivessem em harmonia ao buscarem interesses comuns, sem a exploração dos indivíduos ou da busca incessante pelo lucro.

No socialismo científico o alemão Karl Marx, que contou com a contribuição do também alemão Friedrich Engels, escreveram inúmeras obras juntos, sendo a de maior destaque “O capital”. Podemos destacar os principais conceitos da obra: leitura e interpretação sócio-econômica da história, conhecida como materialismo histórico, luta de classes, de mais-valia e de revolução socialista. No socialismo Libertário ou Anarquismo seus principais pensadores são: Pierre-Joseph Proudhon e teórico russo Mikhail Bakunin. “O Anarquismo como uma ideologia que fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema baseado na autogestão e no federalismo –, sem quaisquer pretensões científicas ou proféticas” (Trecho do livro Anarquismo social e organização). O Socialismo Real é ação de aplicar as ideias socialistas. Para o historiador Gilberto Cotrim, trata-se de um “socialismo autoritário” por conta da maneira autoritária e das práticas de políticas dos seus líderes pelo mundo, sendo um grande exemplo o russo Josef Stalin.



## GUERRA FRIA

Com o fim da 2ª guerra mundial o mundo passa por um período que vai até o início da década de 1990, com a presença de vários conflitos regionais, sobre influência de dois países: Estados Unidos da América-EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Devido ao fato de não ter havido um conflito direto entre esses dois países, chamamos esse período de Guerra Fria. Esse período é marcado pelas disputas ideológicas, é muito comum pensarmos que o conflito está relacionado apenas ao fator econômico, pois os países opostos possuíam sistemas econômicos diferentes: os EUA era capitalista, enquanto a URSS era socialista. Pensar o conflito apenas pelo viés econômico é pensar de maneira limitada, já que os choques partiam do campo das ideias e assim iam para o campo econômico. Esse conflito é marcado por disputas espaciais, armamentistas e de influência territorial e econômica. A Guerra Fria se prolongou até a dissolução da URSS em 1991.



## CORRIDA ARMAMENTISTA

Em agosto de 1945, os EUA mostra ao mundo seu poderio bélico com a explosão das bombas atômicas no Japão. O mundo assiste perplexo à força de destruição em massa norte americano. Possuir tal capacidade de fogo significava ter poder. Esse é o início de uma era atômica, onde o poder de fogo era fundamental para manter a posição de potência. Apesar de todos terem ficados chocados com tal arma, todas as potências mundiais começam a buscar pelo mesmo tipo de armamento. A URSS, em 1949, é o segundo país a declarar possuir tecnologia nuclear. No ano de 1953 os EUA anunciam o teste de sua bomba de hidrogênio e o realizam. Em 1956 os soviéticos e os ingleses também já possuíam a tecnologia nuclear. Em 1961 os Soviéticos anunciaram a bomba Tsar, com 56 megatons e que possuía um poder de destruição nunca visto antes.

Em 1959, em meio ao conflito da guerra fria, a maior ilha caribenha – (Cuba), passa por um processo de revolução Com a derrubada de Fulgêncio Batista do poder por meio de golpe liderado por Fidel Castro. Fidel ao assumir o poder toma medidas que leva ao rompimento e ao isolamento total com os EUA. Essa conjuntura levou Fidel Castro a se aproximar dos soviéticos. No ano de 1961 os EUA e os ingleses instalam uma base de mísseis nucleares na Turquia, em resposta, os soviéticos instalam uma base em cuba no ano de 1962.

No dia 14 de outubro o governo Americano apresentou fotos de voo secreto da base militar de mísseis nucleares soviéticas em Cuba. Com isso, o mundo entrou em estado de alerta, pois o risco de um conflito nuclear com alto poder de destruição era eminente. A frase de Albert Einstein (1879-1955), logo após a 2ª guerra, retrata os riscos de um conflito nuclear. “Não sei como será travada a terceira guerra mundial eu não sei como será, mas a quarta será com paus e pedras”. No dia 28 de outubro de 1962, ambas as partes retiram as bases nucleares tanto da Turquia quanto de Cuba. No ano seguinte firmaram junto com a Inglaterra um acordo de proibição de teste de armas nucleares na atmosfera. Em 1º de julho de 1968, esse acordo abrange mais países e passa a ser o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).



Fonte: [http://chandrakantha.com/articles/indian\\_music/filmi\\_sange-et/film\\_song\\_1962.html](http://chandrakantha.com/articles/indian_music/filmi_sange-et/film_song_1962.html)

## CORRIDA ESPACIAL

A conquista do espaço foi alvo de disputa entre as duas potências, pois tinha um valor simbólico muito grande. Por isso houve altos investimentos para alcançar o objetivo: conquistar o espaço.



A URSS foi a primeira a vislumbrar essa conquista. Em 1957 a cadela Laika é o primeiro ser vivo a ir para o espaço, ela foi na espaçonave soviética Sputnik 2.



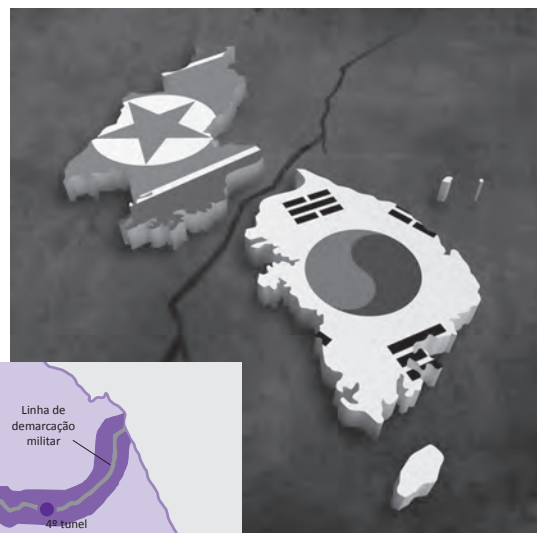
As conquistas soviéticas continuaram, pois em 1961 a espaçonave soviética Vostok, levou ao espaço primeiro ser humano, Yuri Alekseiévitch Gagarin. Ao entrar em órbita e observar a terra do espaço fala: “a Terra é azul”.

Após a conquista do espaço pelos soviéticos, o presidente Jonh Kennedy, num discurso, propõe um desafio à NASA – (National Aeronautics and Space Administration – Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço – de levar o homem à lua ainda na década de 1960. E foi o que realmente aconteceu, em 20 de julho de 1969 a espaçonave Apollo 11 pousou em solo lunar. Os primeiros humanos a caminhar na lua foram os astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin. Quando Neil Armstrong deixa sua pegada no chão ao pisar na lua, disse uma frase que ficou famosa: “Um pequeno passo para um homem, um salto gigante para a humanidade”.

Outro fato, interessante é o ato de se fixar a bandeira Norte-America em solo lunar, demonstrando a dominação, a conquista do território espacial pelos EUA.

## PRINCIPAIS CONFLITOS NO PERÍODO DE GUERRA FRIA

Coreias – Até o fim da 2ª guerra mundial, a região das Coreias era um único território de controle dos japoneses. Com a derrota japonesa, na 2ª guerra, houve a retirada das tropas japonesas da região. Neste momento, o território é fracionado em dois: Coreia do Norte e Coreia do Sul. O conflito começa no ano de 1950. Onde os coreanos do norte são apoiados pela China e pela União Soviética enquanto os sul coreanos são apoiados pelos EUA. O conflito se prolonga até o ano de 1953, quando a ONU reconhece os dois territórios e é assinado um acordo de paz. Na altura do paralelo 38° N cria-se a Zona desmilitarizada das Coreias – (ZDC), uma faixa não militarizada que divide os dois territórios, sendo uma das regiões mais tensas do mundo. O acordo de paz é válido até então. Portanto, a guerra das coreias acabou simplesmente porque houve uma pausa e a qualquer momento esse conflito, pode recomeçar. Com a chegada do jovem ditador Kim-Jong-um em 2011, o mundo ficou apreensivo com um possível retorno do conflito.



Guerra do Vietnã – Até o fim da 2ª guerra mundial, a região que atualmente compreende o Vietnã, Laos e Camboja era de controle da França. Com o fim da guerra e o enfraquecimento das antigas potências imperialistas, se inicia a guerra da Indochina (1946-1954), com a derrota dos franceses houve o processo de independência na região. No ano de 1955 o líder comunista Ho Chi Minh, assume o governo no norte do Vietnã e proclama a república democrática do Vietnã com o apoio da URSS. Utilizou o paralelo 17° N como critério para estabelecer os limites. Enquanto o Vietnã do Sul com um regime militar teve o apoio dos EUA. Com divergências políticas e ideológicas, a situação diplomática era complicada, mas ela se torna insustentável quando em 1959, vietcongues (guerrilheiros comunistas), com apoio de Ho Chi Minh e dos soviéticos, atacam uma base norte-americana no Vietnã do Sul. Esse fato deu início à guerra. O conflito prolonga-se até o ano de 1975, durando 16 anos. Entre os anos 1959 até 1964 o conflito ficou restrito ao Vietnã do Norte e do Sul, é claro que recebiam apoio da URSS e dos EUA respectivamente, contudo no ano de 1964 os EUA entram diretamente na guerra. Os soldados americanos foram surpreendidos por não conhecer o território norte vietnamita de florestas tropicais fechadas e a grande quantidade de chuva. Além do fato de os vietcongues utilizarem táticas de guerrilhas. Os EUA utilizaram como tática para tentar vencer os vietcongues, o herbicida chamado de agente laranja, com objetivo de desfolhar as florestas para que seus homens pudessem atacar tanto pelo alto quanto por terra sem serem surpreendidos. Entretanto, o agente laranja causou mais do que isso, ele deixou sequelas terríveis na população nativa e nos próprios soldados norte-americanos. Dentre as principais consequências estão: câncer de pulmão, câncer de pele, incapacidade mental, deformidades no organismo e abortos.

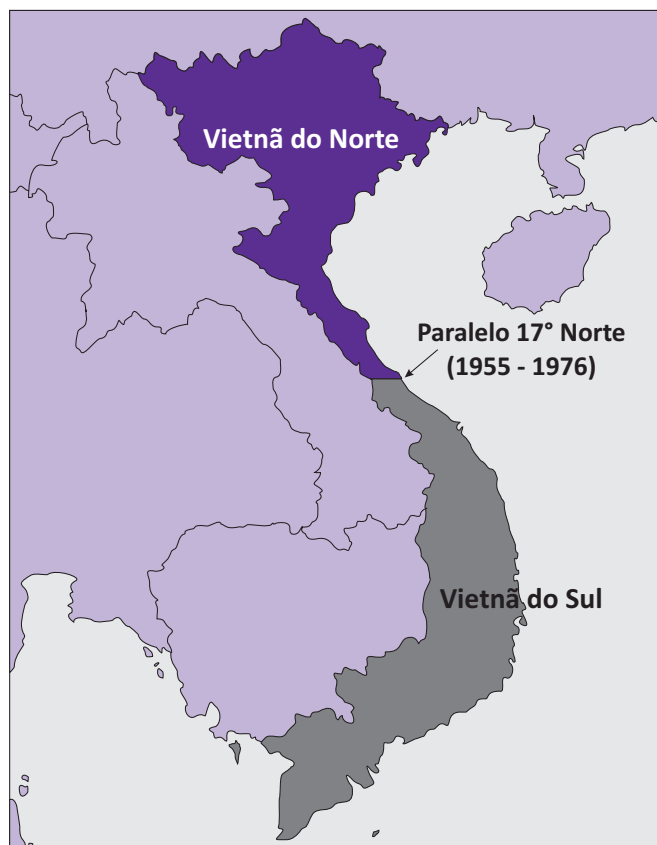




Imagem clássica da guerra do Vietnã, na qual criança corre da região onde estava aspergido agente laranja.

Na década de 1970, os movimentos pacifistas e a contracultura ganharam força nos EUA ao irem para rua pedir a retirada das tropas americanas do Vietnã. Somando a falta de apoio da população e uma série de derrotas, fez com que restasse aos EUA aceitar o Acordo de Paris, que previa o cessar-fogo em 1973. Em 1975, ocorre a retirada total das tropas norte-americanas. É a vitória do Vietnã do Norte. O Vietnã foi reunificado em 2 de julho de 1976 sob um regime comunista aliado à União Soviética.

**Alemanha** – O destino da Alemanha pós 2ª guerra mundial, foi decidido na Conferência de Potsdam em 1945. Nessa reunião estavam presentes os chefes de estado da União Soviética – Josef Stalin, do Reino Unido – Winston Churchill e, posteriormente por Clement Attlee e dos Estados Unidos da América – Harry Truman. Foi decidido, que a Alemanha seria dividida em quatro áreas de influência: Francesa, Americana, Inglesa e Soviética.

No ano de 1949, com a intensificação da disputa ideológica, o território alemão foi dividido em apenas duas zonas, uma de influência norte americana que posteriormente tornou-se Alemanha Ocidental (Capitalista) e outra soviética que se tornou Alemanha Oriental (Socialista). A cidade de Berlim estava “cortada” por essa divisão. Os Estados Unidos, fez com que o desenvolvimento da Alemanha Ocidental fosse magnífico, instalando um capitalismo modelo para o mundo. Isso fez com que o fluxo migratório da Alemanha Oriental para a Ocidental fosse muito grande.



Por isso no ano de 1961 deu-se início à construção do muro de Berlim, sendo ele a materialização concreta da Guerra Fria. Não era apenas a cidade de Berlim que estava dividida, mas sim o mundo. É importante ressaltar que o muro físico era somente na cidade de Berlim, mas sua representação simbólica representava a divisão mundial existente. O muro foi a representação máxima da guerra fria. Ele foi erguido com o sentido de impedir o fluxo migratório. E ficou em pé durante 28 anos, tendo sua queda em 9 de novembro de 1989.

Com a queda do muro, iniciou-se o processo de reunificação da Alemanha que acontece em 3 de outubro de 1990.

A queda do muro de Berlim é vista por muitos como o fim do conflito, contudo foi um fim simbólico, pois o conflito realmente teve seu fim com a dissolução da URSS.

## FIM DA URSS

Altíssimos investimentos na corrida armamentista e espacial, a não modernização da sua indústria e um grande investimento na indústria de base, acarretou um atraso econômico e a uma grande corrupção. Na tentativa de salvar a URSS, o então presidente soviético Mikhail Gorbachev lança dois planos: Perestroika e Glasnost.

Perestroika: a tradução da palavra perestroika significa reconstrução. Reconstrução do modelo econômico que estava em ruínas, abertura econômica.

Glasnost: a tradução da palavra glasnost significa transparência. Transparência política/econômica.

A situação ficou insustentável em 1991, quando um golpe de estado depôs Mikhail Gorbachev. A parte radical e linha dura do Partido Comunista tentou reassumir o controle da URSS e impedir o prosseguimento das reformas. Contudo Gorbachev retorna ao poder, mas renuncia em dezembro de 1991. Mediante a uma crise econômica e política, no ano de 1991 ocorreu o fim da URSS, e com a dissolução da mesma chegava o fim do período chamado Guerra Fria.

### TEXTO COMPLEMENTAR

Conhecido como o mais importante evento de música pop da história, a Feira de Música & Arte Woodstock foi também o ápice do movimento de contracultura que se espalhou pelo mundo, e cujos ideais permanecem vivos na internet.

Entre 15 e 18 de agosto de 1969, estimados meio milhão de pessoas se reuniram numa pequena fazenda no interior de Nova York para assistir a shows de alguns dos principais artistas da época.

Ninguém esperava tantas pessoas. Foram vendidos apenas 186 mil ingressos, mas o evento acabou sendo gratuito. As estradas ficaram congestionadas e não havia infraestrutura para acomodar as pessoas. Mesmo com todos esses problemas, foram registradas apenas duas mortes: uma por overdose e outra por atropelamento.

Embalados pela música folk, blues e rock, jovens tomavam banhos nus na chuva, brincavam na lama, meditavam, usavam drogas – LSD e maconha, principalmente – e faziam sexo em barracas. O clima libertário do evento virou símbolo da cultura hippie e da geração “Paz e Amor”.

### CONTEXTO HISTÓRICO

Para entender a cabeça da juventude daquele tempo, é preciso examinar o contexto histórico, político e cultural da década de 1960, que começou com a chegada ao poder do democrata John F. Kennedy (1917-1963) nos Estados Unidos.

Era o auge da Guerra Fria e da corrida armamentista que opunham os dois maiores blocos militares e econômicos da época, os Estados Unidos e a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Em solo americano, ganhavam força os movimentos pelos direitos civis dos negros, que não podiam frequentar os mesmos bares, clubes, escolas e ônibus que os brancos, tendo à frente líderes como Martin Luther King (1929-1968).



Na política externa, o envolvimento do país na guerra do Vietnã (1959-1975), a partir de 1965, foi o principal fator político que desencadeou o movimento hippie.

Contribuiu para isso o fato da guerra ter sido a primeira a ter cobertura na TV, então substituta do rádio como principal veículo de comunicação de massa nos lares americanos. As imagens de americanos feridos e de crianças queimadas com napalm (espécie de gel inflamável a base de gasolina) mobilizaram a opinião pública contra os conflitos na Ásia.

Contrários à guerra, os hippies usavam cabelos compridos, roupas coloridas e praticavam o protesto pacífico de Mahatma Gandhi (1869-1948). As manifestações, que caracterizaram o movimento como *flower power* (poder da flor), tomaram conta de diversas universidades e, pela primeira vez, jovens americanos se recusaram a se alistar no Exército.

O ponto alto da revolta estudantil ocorreu em maio de 1968, quando uma greve geral na França inspirou protestos na Europa e nas Américas.

No Brasil, vivia-se a antevéspera do período mais truculento da ditadura militar (1964-1985) com o decreto do AI-5, mas isso não impediu a influência dos hippies, sobretudo no Tropicalismo, movimento cultural que teve como expoentes Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e Os Mutantes, entre outros.

Esse ambiente político também produziu uma das imagens mais marcantes do Festival de Woodstock: o guitarrista Jimi Hendrix tocando o hino nacional norte-americano *The Star-Spangled Banner* (“A Bandeira Estrelada”), com notas distorcidas e pontuadas por sons que simulavam a queda de bombas.



### SEXO, DROGAS & ROCK N’ ROLL



Mas a revolução que acontecia em meio à tradicional família americana não era menor do que a que tomava conta das ruas do país. Era inaceitável, para a sociedade puritana da época, o sexo antes do casamento, tampouco a ideia de “morar junto”.

Nas universidades, o controle também era rígido, com “toques de recolher” e vigilância em prédios separados para estudantes do sexo feminino e masculino (situação bem retratada no último romance de Philip Rorty, *Indignação*).

O início da comercialização da pílula anticoncepcional e os movimentos feminista e homossexual nos anos de 1960 foram importantes elementos da revolução sexual promovida pela cultura hippie.

Outro componente da mudança nos costumes foi a experimentação de drogas. Ken Goffman e Dan Joy, no livro *Contracultura Através dos Tempos* (indicado abaixo), consideram que o

estopim aconteceu quando o guru do LSD Timothy Leary (1920 –1996) e um colega foram expulsos da Universidade de Harvard, onde lecionavam, por conta de pesquisas com drogas psicoativas, em 1962.

A partir de então, drogas psicodélicas passaram a ser associadas à rebeldia e libertação das “amarras mentais de uma sociedade decadente”. Sabia-se, então, muito pouco sobre os efeitos nocivos das drogas. A própria CIA, o serviço secreto americano, chegou a fazer experimentos para possível utilização em interrogatórios de presos.

O uso de substâncias químicas com fins de “expansão da consciência” não era bem uma novidade. Desde o século 19, escritores como Thomas De Quincey (1785-1859) e Charles Baudelaire (1821-1867) já escreviam sobre o consumo de entorpecentes como o ópio. Antes dos hippies, escritores beatniks como William Burroughs (1914-1997) e Allen Ginsberg (1926-1997), além de músicos de jazz, também compunham e escreviam sob efeito de alucinógenos.

Mas nada se compara com a abertura de uma demanda nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, que abriu a rota da maconha, e da cocaína depois, vindas da América Latina, via fronteira mexicana. Como resposta, o governo deu início a uma política repressiva, com poucos resultados efetivos até hoje para conter o tráfico.

No ano seguinte a Woodstock, duas das maiores estrelas do festival, Janis Joplin e Jimi Hendrix, além do líder da banda The Doors, Jim Morrison (que não participou do evento), morreram de overdose ou em decorrência de abuso de drogas ilícitas. Todos os três tinham apenas 27 anos de idade.

### LEGADO NA INTERNET

Cultura pacifista, ideais comunitários e socialistas, amor livre e liberação pelas drogas faziam parte da cartilha da contracultura. O massacre cometido pela Família Manson, ocorrido uma semana antes de Woodstock, era sinal de que os tempos estavam mudando.

O fim da Guerra do Vietnã, a politização dos movimentos pelos direitos civis, o controle do tráfico de drogas pelo crime organizado, o surgimento da Aids e a desilusão com as utopias levaram juntos os referenciais da cultura hippie.

Nos anos de 1990, foram realizadas outras duas edições do Festival de Woodstock. Tumultos e brigas, que contrastaram com o original, revelaram que se tratava apenas de um espectro agourento dos shows de “Paz e Amor”.

Mas isso não significa que a juventude atual perdeu o interesse pela política ou pelos protestos sociais. Na sociedade globalizada, assuntos como ecologia e distribuição de renda mobilizam estudantes em todo o mundo. E qual é o maior legado da cultura hippie de Woodstock?

Segundo o professor Fred Turner, no livro *From Counterculture to Cyberculture* (“Da Contracultura à Cibercultura”), o ideal continua vivo, muito mais próximo que imaginamos – na internet.

A rede mundial de computadores foi desenvolvida durante os anos 1960 com investimentos militares e esforços de acadêmicos que respiravam a atmosfera da contracultura. Por isso, comunidades virtuais, como o Orkut, e a cultura do compartilhamento livre de arquivos de sites como o Pirate Bay seriam heranças dos hippies.

De certa forma, os ideais que embalsamaram os jovens em três dias de música, amor e paz em Woodstock continuam fazendo parte da juventude. Mesmo que seja dentro de uma floresta de bits.

Texto disponível em 06/01/2014 às 12:40 em <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/festival-de-woodstock-marco-da-contracultura-faz-40-anos.htm>>

## R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

**01 | ENEM** A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana.

Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão

- A** a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- B** o enfraquecimento do império britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- C** o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- D** a corrida armamentista, o terceiro-mundismo e o expansionismo soviético.
- E** a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

### Resolução:

- E** a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

*O século XX ficou marcado pela eclosão de grandes conflitos mundiais que envolveram inúmeras nações, todavia, é preciso retroceder historicamente a fim de compreendermos as origens de tais conflitos. Dentre os principais fatores diretamente ligados a tais conflitos destacam-se aqueles ocorridos durante o século XIX. O Imperialismo ou Neocolonialismo destacou-se por ser uma política de expansão e domínio territorial, econômico e cultural de uma nação sobre outra que ganhou impulso a partir das transformações advindas com a segunda fase da Revolução Industrial. Muitos conflitos originados desta política não foram resolvidos ou geraram sentimentos revanchistas entre as nações que elevaria a tensão em favor aos conflitos posteriores. Igualmente, a unificação da Alemanha contribuiu para o rompimento do equilíbrio entre as nações europeias, uma vez que acirrou as disputas políticas entre as mesmas no que tange ao aspecto econômico. Quanto ao Bolchevismo soviético, uma teoria comunista baseada nas ideias de Marx, serviu para consolidar claramente a oposição ao sistema capitalista ao questionar as principais bases de sua sustentação, a exemplo da propriedade privada e do capital.*



**02| ENEM**



Disponível em: [www.culturabrasil.org.br](http://www.culturabrasil.org.br). Acesso em: 28 abr. 2010

A foto revela um momento da Guerra do Vietnã (1965-1975), conflito militar cuja cobertura jornalística utilizou, em grande escala, a fotografia e a televisão. Um dos papéis exercidos pelos meios de comunicação na cobertura dessa guerra, evidenciado pela foto, foi:

- A** demonstrar as diferenças culturais existentes entre norte-americanos e vietnamitas.

- B** defender a necessidade de intervenções armadas em países comunistas.
- C** denunciar os abusos cometidos pela intervenção militar norte-americana.
- D** divulgar valores que questionavam as ações do governo vietnamita.
- E** revelar a superioridade militar dos Estados Unidos da América.

**Resolução:**

- C** denunciar os abusos cometidos pela intervenção militar norte-americana.

*A Guerra do Vietnã se configurou como um primeiro conflito potencialmente midiático da Guerra Fria. A bipolaridade encontrou terreno para o exercício de seu arcabouço intelectual, ideológico e bélico neste acontecimento que foi decisivo para a inversão da política internacional da Guerra Fria. A mídia, em sentido amplo, contribuiu para a construção ideológica dos antagonismos belicistas, porém, atuou como denunciadora de um intenso processo de violações aos Direitos Humanos, como o evidenciado na imagem acima.*

**F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO**

**01| UFES** A independência da maioria das atuais nações africanas ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, a inserção dessas nações na economia mundial se deu de modo frágil, o que pode ser explicado pelo processo de Neocolonialismo.

Explique

- A** o que é Neocolonialismo;
- B** como as antigas metrópoles ainda exercem suas influências em alguns dos países africanos.

**02| UFAL** A crise de 1929, iniciada com o “crack” da Bolsa de Nova Iorque, se constituiu em um grave momento para a economia mundial. No Brasil, o setor agrícola, representado pela lavoura cafeeira, foi duramente atingido por esta crise.

- A** O que ocasionou esta crise do capitalismo?
- B** Quais os efeitos da crise de 1929 na economia da região cafeeira do Sudeste do Brasil?

**03| UNESP**

*A Revolução Russa é o acontecimento mais importante da Guerra Mundial.*

(Rosa Luxemburgo. A revolução russa. Lisboa: Ulmeiro, 1975.)

A frase de Rosa Luxemburgo, polonesa então radicada na Alemanha, associa diretamente a ocorrência da Revolução Russa com a Primeira Guerra Mundial.

Indique e analise possíveis vínculos entre os dois processos, destacando os efeitos da Guerra na vida interna da Rússia.

**04| UFG** As explosões das bombas atômicas, em agosto de 1945, sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, fizeram, em 1995, cinquenta anos. O fim da guerra e o início da era atômica se anunciavam e o clarão escurecia os olhares do mundo que oscilava entre o pavor e o medo. O desconhecido explodia em solo japonês. A bomba detonava os horrores da guerra, levantava a poeira atômica das nações rivais e emitia sinais de que os tempos seriam outros para as nações. Por certo, nunca mais seriam os mesmos para os filhos do clarão.

O Japão foi o país que sofreu mais drasticamente os efeitos das bombas atômicas, mas foi também o país que conseguiu dar o maior salto tecnológico e industrial do pós-segunda guerra.

Com base no texto e no processo histórico, explique duas razões distintas, quanto ao aspecto abordado, que levaram os E.U.A. a detonarem as bombas atômicas sobre as cidades japonesas.

**05| UFRN** Em 1989, foi derrubado o Muro de Berlim após quase três décadas de existência. Nesse momento, ocorreram comemorações em diversas partes do Planeta por se acreditar que uma Era de Paz Mundial estava se iniciando. Entretanto, verifica-se que, atualmente, situações de conflitos persistem e muros continuam a existir, por exemplo, o muro na fronteira entre EUA e México. Observe as imagens a seguir.

**Muro de Berlim (derrubado em 1989)**



Disponível em: < <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=186>>. Acesso em 20 jun. 2011.

**Muro entre EUA e México**



Disponível em: < <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/12/461822.shtml>>. Acesso em 20 jun. 2011.

O Muro de Berlim foi construído durante o período da Guerra Fria. Mencione e explique uma característica desse período da geopolítica mundial.

**06| UNICAMP** O cartaz a seguir foi usado pela propaganda soviética contra o capitalismo ocidental, durante o período da Guerra Fria. O texto diz: “Duas infâncias. Na URSS (parte superior) crianças são apoiadas pelo amor da nação! Nos países capitalistas (figura inferior), milhões de crianças vivem sem comida ou abrigo.”



- A** Como o cartaz descreve a sociedade capitalista ocidental?
- B** Cite dois conflitos bélicos do período da Guerra Fria.

**07| UFBA** Logo após o final da Segunda Guerra Mundial (1945), o grande império soviético estava dividido administrativamente em 15 repúblicas federadas unidas por um governo central (Moscou). Essa organização se manteve até agosto de 1991, quando, após meio século de crescimento, o império soviético se desmantelou e a situação se modificou na transição para o capitalismo, deixando várias sequelas.

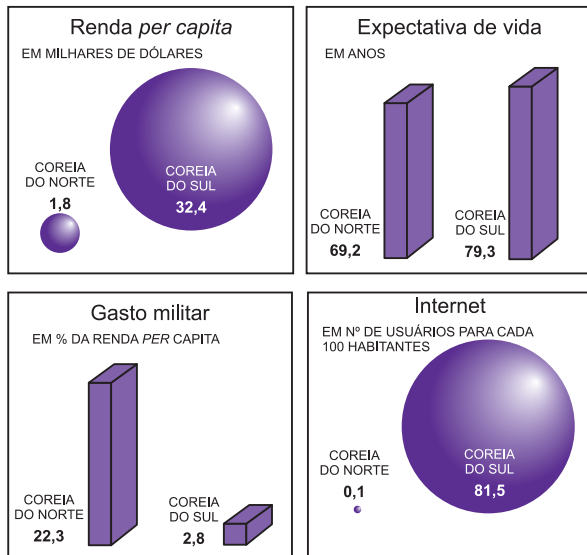


(ADAS, 2001, p. 35).

Fundamentado no mapa, no texto e nos conhecimentos sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua desintegração,

- mencione como se organizou o espaço da União Soviética quando foi desintegrado politicamente, em 1991;
- cite dois efeitos negativos ocorridos na Federação Russa, após o fim da União Soviética.

**08| FUVEST** A Coreia do Sul e a Coreia do Norte têm populações com a mesma composição étnica, mas modelos políticos e econômicos contrastantes.



Exame, abril de 2013. Adaptado.

Com base nas informações acima e em seus conhecimentos,

- A** descreva o processo de divisão política que levou à formação desses dois países situados na península da Coreia, caracterizando seus respectivos regimes políticos;
- B** explique qual é a posição de cada um desses países em relação à questão nuclear atual;
- C** explique a situação atual de cada um desses dois países, no contexto das exportações mundiais. Justifique com exemplos.

**09| UFTMMG**



*Kim Phuc tinha somente nove anos quando um avião do exército sul-vietnamita bombardeou o pequeno povoado de Trang Bang, próximo de Ho Chi Minh (então Saigon), em um ataque coordenado com o comando americano que tratava de controlar a estrada entre Camboja e Vietnã.*

*Os relatórios dos EUA indicavam que não havia civis na cidade, como explicaram posteriormente os militares à frente da operação, os mesmos que deram sinal verde para o lançamento de mísseis carregados de napalm, um*

*combustível capaz de carbonizar qualquer forma de vida, que transformou o lugar em um inferno em chamas.*

*“Até então eu era uma menina feliz”, assegurou Phuc, que aterrorizada com toda a situação tinha se refugiado com sua família no templo de Cao Dai.*

*O fogo dessas bombas, que alcança 1,2 mil graus, queimou suas roupas e causou queimaduras em 65% de seu corpo, especialmente nas costas e no braço esquerdo, cuja pele era derretida pelo calor.*

*Phuc saiu correndo sem roupas pela estrada (“muito quente, muito quente!”, gritava) com o rosto em lágrimas, assim como seus outros parentes. Neste mesmo momento, essa imagem acabou sendo imortalizada pelo fotógrafo vietnamita Nick Ut, que cobria a Guerra do Vietnã para a agência americana “Associated Press”.*

(www.estadao.com.br)

- A** Nick Ut, responsável por esta foto, afirmou, recentemente, que “a Guerra do Vietnã terminou graças a essa fotografia”. O que justificaria tal afirmativa?
- B** Relacione a Guerra do Vietnã às Guerras da Indochina.

**10| PUCRJ** Observe as imagens a seguir e responda ao que se pede:

1. Muro de Berlim, Alemanha (1961-1989)



<http://historiaespetacular.blogspot.com.br/2011/12/o-muro-de-berlim.html>

2. Muro na fronteira entre os EUA e o México (atualmente)



<http://www.carlosromero.com.br/2011/12/fronteira-mexico-estados-unidos.html>. Acessos em 04 de junho de 2013.

- A** Explique a lógica de construção dos muros selecionados aos respectivos períodos geopolíticos correspondentes.
- B** Diferencie a natureza dos fluxos demográficos Leste-Oeste da imagem 1 dos do Sul-Norte da imagem 2

## T ENEM E VESTIBULARES

**01 | ENEM** Ao deflagrar-se a crise mundial de 1929, a situação da economia cafeeira se apresentava como se segue. A produção, que se encontrava em altos níveis, teria que seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-1928. Entretanto, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão, e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo. Cia. Editorial Nacional, 1997 (adaptado)

Uma resposta do Estado brasileiro à conjuntura econômica mencionada foi o(a):

- A** atração de empresas estrangeiras.
- B** reformulação do sistema fundiário.
- C** incremento da mão de obra imigrante.
- D** desenvolvimento de política industrial.
- E** financiamento de pequenos agricultores.

**02 | ENEM** Três décadas — de 1884 a 1914 — separam o século XIX — que terminou com a corrida dos países europeus para a África e com o surgimento dos movimentos de unificação nacional na Europa — do século XX, que começou com a Primeira Guerra Mundial. É o período do Imperialismo, da quietude estagnante na Europa e dos acontecimentos empolgantes na Ásia e na África.

ARENDT, H. As origens do totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

O processo histórico citado contribuiu para a eclosão da Primeira Grande Guerra na medida em que:

- A** difundiu as teorias socialistas.
- B** acirrou as disputas territoriais.
- C** superou as crises econômicas.
- D** multiplicou os conflitos religiosos.
- E** conteve os sentimentos xenófobos.

**03 | ENEM** O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: “É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela

supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas”.

Journal de la comune étudiante. Textes et documents. Paris: Seuil, 1969 (adaptado).

Os movimentos sociais, que marcaram o ano de 1968,

- A** foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.
- B** restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.
- C** resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.
- D** tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.
- E** inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

**04 | ENEM** O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade.

O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta:

- A** o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.
- B** o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.
- C** o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.
- D** a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.
- E** a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

**05| ENEM** Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

- A** pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
- B** pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
- C** pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
- D** pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
- E** pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

**06| ENEM**



Texto do Cartaz: “Amor e não guerra”

(Foto de Jovens em protesto contra a Guerra do Vietnã.

Disponível em: <http://goldenyears66to69.blogspot.com>. Acesso em: 10 out. 2011.)

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, movimentos como o Maio de 1968 ou a campanha contra a Guerra do Vietnã culminaram no estabelecimento de diferentes formas de participação política. Seus slogans, tais como “Quando penso em revolução quero fazer amor”, se tornaram símbolos da agitação cultural nos anos 1960, cuja inovação relacionava-se:

- A** à contestação da crise econômica europeia, que fora provocada pela manutenção das guerras coloniais.
- B** à organização partidária da juventude comunista, visando o estabelecimento da ditadura do proletariado.
- C** à unificação das noções de libertação social e libertação individual, fornecendo um significado político ao uso do corpo.
- D** à defesa do amor cristão e monogâmico, com fins à reprodução, que era tomado como solução para os conflitos sociais.
- E** ao reconhecimento da cultura das gerações passadas, que conviveram com a emergência do rock e outras mudanças nos costumes.

**07| ENEM** Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista.

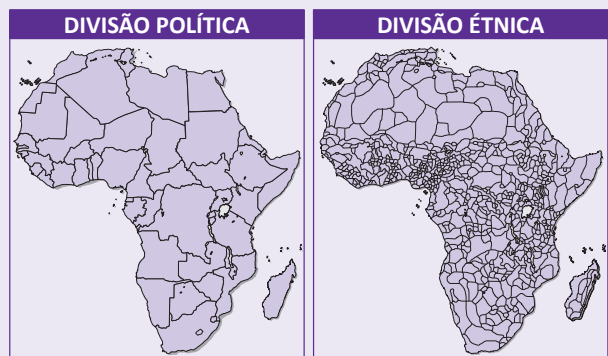
Essa divisão europeia ficou conhecida como:

- A** Cortina de Ferro.
- B** Muro de Berlim.
- C** União Europeia.
- D** Convenção de Ramsar.
- E** Conferência de Estocolmo.

**08| MACK** “Esquecida pela globalização e imersa em pobreza, fome, doenças e conflitos, a África é rica em recursos naturais cobiçados por regiões mais prósperas.”

Atualidades – Ed. Abril

**AS FRONTEIRAS POLÍTICAS E ÉTNICAS DA ÁFRICA**



Atualidades – Ed. Abril

Com vistas à descolonização e ao neocolonialismo africano, após a Segunda Guerra Mundial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A** No início da Segunda Guerra Mundial, a África contava com quatro Estados independentes – Egito, África do Sul, Etiópia e Libéria. A libertação da maioria das colônias ocorreu na década de 1960. Em outros casos, foi conquistada a partir de guerras e movimentos armados, provocando a retirada gradativa das potências européias.
- B** O alicerce dos novos Estados africanos foi constituído, principalmente, pela estrutura administrativa criada pela colonização européia. Quando as independências ocorreram, os poderes político e militar passam das antigas metrópoles para as elites nativas urbanas, que instalaram regimes autoritários.
- C** O panorama de extrema pobreza dos países da África Subsaariana deve-se ao fraco crescimento econômico registrado desde as independências. Nas classificações de 2008 do IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*) e do IPH (*Índice de Pobreza Humana*) da ONU, os 27 últimos lugares são ocupados por países dessa região Africana.
- D** O *Pan-africanismo*, defendido por Kwame Nkrumah, presidente de Gana (1957 e 1966), influenciou profundamente os líderes das lutas anticoloniais, conseguindo moldar uma forte política externa dos Estados africanos independentes, enfraquecendo a hegemonia das elites étnicas regionais.
- E** Segundo o pensamento terceiro-mundista, em voga há três décadas, atribuíam-se apenas à herança colonial a pobreza africana, porém outros fatores corroboram para essa condição; entre eles, vastas áreas da África Tropical apresentam solos de baixa fertilidade, quinze países não têm saídas marítimas e as desvantagens geográficas são agravadas pelas pressões demográficas.

**09| UEPA** “Durante o período do neocolonialismo, a África foi dividida em fronteiras artificiais de acordo com os interesses europeus. Portanto, grande parte dos conflitos existentes na África são originados por problemas de território, uma vez que as delimitações das fronteiras dos países africanos foram estabelecidas por colonizadores que não levaram em consideração a identidade e tradição tribal confrontando assim, as etnias dentro do continente”.

(FERREIRA et al. *ÁFRICA DE ONTEM, ÁFRICA DE HOJE, RESQUÍCIOS DE PERMANÊNCIA?* IN: Revista de História Contemporânea. Nº 2, maio out. 2008).

A partir do texto e da análise dos aspectos econômicos, políticos e sociais do continente africano, é correto afirmar que:

- A** os colonizadores dividiram os territórios, segundo os interesses políticos e econômicos dos africanos, estabelecendo fronteiras artificiais, que eram, muitas vezes, a reunião em um mesmo território de grupos étnicos amigos ou aliados, daí o respeito às tradições e à história desses povos.
- B** na época da Guerra Fria, começou a enfraquecer a luta pelo movimento de libertação nacional na África, devido às antigas potências colonialistas terem consolidado seu poder na 2ª Guerra Mundial e oferecerem várias alternativas de enriquecimento aos movimentos que lutavam pela independência.
- C** ao fim da 2ª Guerra Mundial, um número significativo de etnias, que falavam mais de mil idiomas, conviviam no continente africano, que estava dividido em áreas de exploração colonial entre França, Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, Bélgica e Grã-Bretanha e como as rivalidades tribais eram significativas, beneficiaram os europeus, que as estimulavam para melhor dominá-las.
- D** os EUA e a ex-União Soviética, interessados em ampliarem suas influências no contexto da Guerra Fria, eram desfavoráveis aos projetos de descolonização e estimularam os movimentos de independência a lutar contra as divisões arbitrárias que os colonizadores europeus utilizaram no processo de definição das fronteiras africanas.
- E** com o fim da Guerra Fria, as fronteiras artificiais estabelecidas pelos colonizadores foram redefinidas, adiando a tarefa de redesenhar politicamente o continente de acordo com as tradições e interesses africanos, o que promoveu a eclosão de uma série de conflitos entre as diversas etnias existentes no continente.

**10| PUCAMP** *A incorporação das inovações formais e temáticas do modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões. Graças a isto, no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do modernismo. Na verdade, quase todos os escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da libertação operada pelos modernistas, que acarretava a depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação crescente e dos torneios coloquiais que rompem o tipo anterior de artificialismo. Assim, a escrita de um Graciliano Ramos ou de um Dionélio Machado ("clássicas" de algum modo), embora não sofrendo a influência modernista, pode ser aceita como "normal" porque a sua despojada secura ti-*

*na sido também assegurada pela libertação que o modernismo efetuou. Na poesia a libertação foi mais geral e atuante, na medida em que os modos tradicionais ficaram inviáveis e praticamente todos os poetas que tinham alguma coisa a dizer entraram pelo verso livre ou a livre utilização dos metros, ajustando-os ao antissentimentalismo e à antiênfase. Os decênios de 1930 e 1940 assistiram à consolidação e difusão da poética modernista, e também à produção madura de alguns dos seus próceres, como por exemplo Manuel Bandeira e Mário de Andrade.*

(Antonio Candido. A revolução de 30 e a cultura. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, abril de 1994. p. 29 e 30)

Nos anos 1930, os Estados Unidos passaram pelo período conhecido como Grande Depressão, que repercutiu no Brasil e na economia mundial como um todo. Essa crise econômica teve como causas:

- A** o colapso do capitalismo monopolista, sediado nos Estados Unidos, e a concorrência que esse país passou a sofrer com o notável crescimento econômico do bloco socialista, da Alemanha Nazista e dos países emergentes do Terceiro Mundo.
- B** o excesso de produção norte-americana em contraste com a diminuição do consumo externo na Europa; a concessão exagerada de créditos e a febre especulativa que assolou a Bolsa de Valores de Nova York.
- C** a adoção do Welfare State (Estado do Bem-estar Social) pelo governo norte-americano, que repercutiu na diminuição da margem de lucro e na queda do preço das ações, provocando a falência dos principais bancos e empresas nacionais.
- D** o agravamento da depressão econômica norte-americana instaurada nos anos vinte, decorrente da intensa participação dos EUA no processo de reconstrução dos países europeus logo após a I Guerra, por meio de grandes remessas de lucro ao exterior.
- E** o emprego desenfreado, no entre-guerras, do neoliberalismo econômico, que produziu uma ilusão de prosperidade na América e a proliferação de microempresas estatais e privadas, em amplos setores da economia.

**11 | PUCAMP** *A preocupação social emerge de forma mais clara e definida nos meios intelectuais e artísticos da América Latina a partir da década de 20. Somada à intensificação dos nacionalismos de todo o mundo, essa preocupação surge como consequência direta da Revolução Russa de 1917 e a partir de então se instala, de maneira definitiva, nos meios artísticos e intelectuais, existindo desde a forma de militância declarada, até a de “má consciência”.*

(AMARAL, Aracy. Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira 1930-70: subsídios para uma história social da arte no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2003. p. 18)

Na Alemanha, a intensificação do nacionalismo, a partir dos anos 1920 foi acompanhada:

- A** da difusão de ideias e valores propagados pelo nazismo, como o anticomunismo, a doutrina do Espaço Vital e o semitismo.
- B** de ações militares bem planejadas que resultaram no golpe de Estado que encerrou a República de Weimar e contou com apoio popular.
- C** do crescimento do Partido Nacional-Socialista, que contava com milícias violentas, como as SS e a SA, que se diziam restauradoras da ordem pública.
- D** da difusão da autobiografia de Adolf Hitler, *Minha Luta*, que propunha a expansão imperialista e a chamada Solução Final para a Alemanha.
- E** de projetos de fortalecimento da economia alemã, com ênfase no desenvolvimento agrícola e na criação de corporações de trabalhadores.

**12 | UFG** A Coreia do Norte tem gerado tensões geopolíticas em decorrência de sua capacidade nuclear, do seu isolamento político e das disputas territoriais com sua vizinha Coreia do Sul.

Atualmente separadas por uma faixa desmilitarizada, a divisão que criou as duas Coreias se originou:

- A** no final da Primeira Guerra Mundial, com o controle da Península Coreana pelo Japão.
- B** logo em seguida ao fim da revolução comunista na China, com a expansão de seus domínios territoriais até a Península Coreana.
- C** após a Segunda Guerra Mundial, em um conflito regional que envolveu Estados Unidos da América, União Soviética e China.
- D** no decorrer da Guerra Fria, com os Estados Unidos da América procurando ampliar sua influência no continente asiático.
- E** no final dos anos 1980, com o enfraquecimento da União Soviética e a retirada de suas tropas do território coreano.

**13 | UEPA** Desde o final das grandes Guerras Mundiais vem se difundindo a ideia da formação dos blocos econômicos, materializado na CECA ( Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) que se expandiu na economia continental, tornando-se posteriormente na Comunidade Econômica Europeia. De lá para cá os blocos econômicos se estruturaram e se ampliaram, porém, sob o peso das diferenças socioeconômica internas. Do assunto em questão destaca-se:

- A** a integração regional proposta pelos blocos econômicos tem por objetivo fortalecer o poder dos Estados nacionais, minorando, desta forma, a área das relações comerciais.
- B** o NAFTA constitui o bloco de maior integração, em especial no contexto econômico, social e cultural, haja vista que os seus membros formadores possuem a mesma origem colonial (anglo-saxônica e a mesma dinamicidade econômica).
- C** a União Europeia, originada da antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE), enfrenta nos dias atuais crises de origens diversas que atingem em especial, os países do antigo Leste Europeu.
- D** no contexto latino-americano o grande destaque é o MERCOSUL, cujos membros se harmonizam geopoliticamente, com fortes parcerias na comercialização de recursos naturais, em particular o gás, o petróleo e os recursos hídricos.
- E** a cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), integrada por países tanto da Ásia como da América, soma grande parte da produção industrial mundial, contudo, apresenta gritantes diferenças socioeconômicas no contexto intra blocos.

**14 | UNIVAGMT** O problema da Guerra Fria era que o mundo vivia constantemente sob a ameaça de uma catástrofe fatal, um conflito nuclear mundial. Enquanto a Guerra Fria durou, e foi um longo período, a probabilidade de tal catástrofe era bastante elevada por este ou aquele motivo, talvez mesmo por acidente.

(Eric Hobsbawm. O novo século, 2000.)

O historiador Eric Hobsbawm refere-se à situação política que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que pode ser caracterizada como:

- A** uma disputa pelo predomínio internacional entre duas grandes potências líderes, que contavam com o apoio de blocos de países aliados.
- B** uma união de nações economicamente desenvolvidas, cuja finalidade era explorar os países subdesenvolvidos do terceiro mundo.
- C** um domínio de uma potência portadora de armas de destruição em escala internacional, que impunha seus princípios políticos ao mundo.
- D** um conflito armado direto entre potências industrializadas, que procuravam dominar os mercados econômicos mundiais.
- E** uma série de acordos econômicos, políticos e militares entre um grupo restrito de países, que dividiam o globo em áreas de influência.

**15 | UEAAM** Após sair derrotado da Segunda Guerra Mundial, o Japão apresentou franca recuperação e já na década de 1960 foi considerado a terceira maior economia do mundo. Seu crescimento foi orientado:

- A** pelas unificações política e econômica que instituíram uma moeda única, padronização de leis e constituição de um significativo mercado interno que possibilitasse a acumulação de capitais.
- B** pelas intervenções modernizadoras que provocaram reformas econômicas, políticas e culturais, implantadas pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas comandado pelos Estados Unidos.
- C** pelo cercamento das terras comunais que levaram a uma forte migração do campo à cidade para atender à demanda potencial por mão de obra intensiva e pouco remunerada.
- D** pela onda neoliberal que conduziu uma série de privatizações e promoveu a diversificação do parque industrial com a produção de vestuário, automóveis, produtos farmacêuticos, entre outros.
- E** pela ideologia do Destino Manifesto que instigou processos de expansão territorial através de conquistas, acordos ou compras, até atingir o território que hoje se estende do Oceano Atlântico ao Pacífico.

**16 | FGV** Em 20 de julho de 1969, o mundo acompanhou maravilhado o desembarque dos astronautas da missão Apollo 11 em solo lunar. No dia seguinte, o jornal New York Times abordaria o evento de um ponto de vista exterior à humanidade, estampando poesia na primeira página: “Homens andam na Lua”. Algumas linhas abaixo, o jornal trazia a celebre frase pronunciada por Neil Armstrong ao pisar em solo lunar: “Um pequeno passo para um homem, um gigantesco salto para a humanidade”.

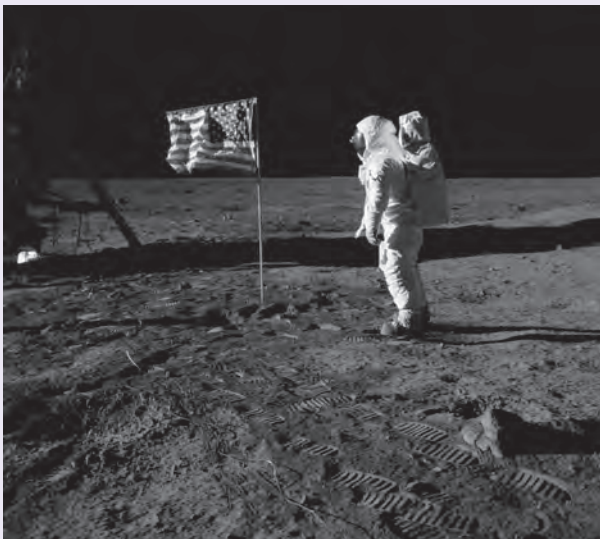
Considerando o contexto mundial na década de 1960 e a chegada do homem à Lua, podemos considerar:

- I. A conquista da Lua e os consequentes avanços tecnológicos frutos dessa realização só podem ser compreendidos no contexto da Guerra Fria, período em que duas superpotências (EUA e URSS) lutavam pela hegemonia política e militar do mundo.
- II. Na verdade, a URSS não representou uma ameaça à hegemonia norte-americana durante a corrida espacial, uma vez que, nesse período, os soviéticos desenvolveram, em parceria com os EUA, as estações espaciais para pesquisa científica na órbita da Terra.



- III. Decididos a superar os soviéticos, os EUA criaram a NASA – Agência Espacial norteamericana – e cumpriram o desafio proposto pelo então presidente John F. Kennedy, de levar um astronauta até a Lua e trazê-lo de volta, em segurança.
- IV. Com o fim da Guerra Fria, os EUA e a URSS perderam interesse pela corrida espacial e passaram a priorizar a luta contra o terrorismo, principalmente após a invasão do Iraque e do Afeganistão e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.
- V. A corrida espacial teve início com o lançamento do Sputnik – primeiro satélite artificial da Terra – pela URSS, que, anos depois, mandou para o espaço o cosmonauta Yuri Gagárin, pioneiro das missões tripuladas.
- A** I e II estão corretas.  
**B** II e IV estão corretas.  
**C** II, III e V estão corretas.  
**D** I, III e V estão corretas.  
**E** Todas as afirmações estão corretas.

**17| UERJ** A viagem do homem à Lua, em julho de 1969, representou uma das conquistas científicas de maior repercussão do século XX.



www.vale1clique.com

Esse acontecimento teve grande significado político em função da conjuntura da época, marcada pela:

- A** aliança militar entre países não alinhados  
**B** bipolaridade entre os blocos capitalista e socialista  
**C** coexistência pacífica entre regiões descolonizadas  
**D** concorrência tecnológica entre nações desenvolvidas

**18| MACK**



http://www.toonpool.com

A charge acima faz referência:

- A** à manutenção do embargo econômico imposto pelos EUA à Cuba desde 1961.  
**B** ao controle militar que os EUA exercem sobre todo o território cubano desde a crise dos mísseis de 1962.  
**C** ao fracasso das mudanças em Cuba, que resultaram na ampla abertura econômica e na volta da democracia, com a eleição direta de Raul Castro.  
**D** à aliança entre os EUA e Cuba, agora sob o comando de Raul Castro, para o combate à pobreza na ilha.  
**E** ao isolamento que a Organização dos Estados Americanos, OEA, impôs à Cuba, recentemente, para pressionar a volta da democracia.

**19| FAMECASP** Em 1985, o estadista Mikhail Gorbachev assumiu o poder do Partido Comunista, realizando profundas reformas políticas (Glasnost) e econômicas (Perestroika) com o objetivo de fortalecer as repúblicas soviéticas e evitar a sua desagregação. Apesar dos esforços adotados, a URSS chegou ao fim em dezembro de 1991. As causas da desagregação da URSS estiveram relacionadas:

- A** à presença de reservas de petróleo em praticamente todas as repúblicas, o que favoreceu a independência econômica.  
**B** à intransigência de Mikhail Gorbachev que, apesar das reformas realizadas, impediu a abertura política e econômica.  
**C** ao acidente nuclear de Chernobil na Ucrânia, que causou descontentamento generalizado entre a população e enfraqueceu o Estado.  
**D** ao descontentamento da população em relação ao sistema de governo vigente, que a impedia de obter melhorias na qualidade de vida.  
**E** à presença de multipartidarismo que dificultava a ação do Estado nas tomadas de decisões.

**FRENTE A**

**EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 21**

**01** | Os motivos que expliquem o desinteresse dos portugueses são:

- Os altos lucros obtidos pelos portugueses no comércio com as Índias;
- A escassez de capital para ocupação do território por parte da Coroa;
- O fato de não terem sido encontrados, nesse período, metais preciosos na nova terra.
- A escassez demográfica de Portugal nesse período.

**02** |

a) A disputa entre Portugal e Espanha pela conquista de territórios após a chegada de Colombo ao Novo Mundo, seguindo a rota ocidental.

b) A imprecisão das medidas de distância, no mapa traçado, dificultava a localização dos reais limites de ocupação. A ação dos bandeirantes, na busca de ouro e diamantes, permitiu o avanço sobre os limites estabelecidos. Os territórios ocupados, no Centro-Oeste e na Amazônia, ampliaram as fronteiras do Brasil e a ocupação registrada foi garantida pelo Tratado de Madri, em 1750. Além disso, após a morte de D. Sebastião, Rei de Portugal, na África, ocorreu a União Ibérica, ficando Portugal subordinado ao Rei Espanhol, Felipe II, o que facilitou a penetração dos bandeirantes em terras sob o domínio espanhol na América do Sul.

**03** | A Revolução Comercial deslocou o eixo comercial europeu das rotas que privilegiavam o Mar Mediterrâneo para as que utilizavam a navegação do Oceano Atlântico.

Uma das consequências para a economia europeia:

- acumulação de capitais;
- crescimento do tráfico de escravos;
- fortalecimento econômico da burguesia;
- acesso a novas fontes de metais preciosos;
- consolidação de práticas econômicas mercantilistas;
- aumento do consumo de produtos extraeuropeus, como as especiarias;
- processo inflacionário derivado do afluxo de metais preciosos americanos;

Uma das consequências para a economia dos outros continentes:

- submissão aos interesses mercantilistas dos Estados europeus;
- incorporação de práticas econômicas ditadas pelos interesses europeus;
- perda da posse da terra e de outros bens materiais por populações nativas;
- desorganização, eliminação ou retração de práticas econômicas autossuficientes;
- utilização do tráfico interno ou externo de trabalhadores como estratégia de ação econômica.

**04** |

a) Entre as características típicas da poesia épica presentes na estrofe apresentada, pode ser apontada a referência à musa, uma entidade da mitologia clássica. Além disso, a ideia de que a musa tem a função de inspirar a produção de um poema (o eu lírico pede para que essa deusa pare de inspirá-lo) é também comum a esse gênero poemático. Entretanto, o tom desencantado de Camões, decepcionado com a cobiça e o embrutecimento em que está mergulhada sua pátria, foge do tom grandiloquente e eufórico da poesia épica.

b) Por volta de 1572, a iminência da União Ibérica (efetivada em 1580) não podia ser vista como tal, pois se esperava que o jovem rei D. Sebastião – então com 18 anos – viesse a se casar e gerar descendência, dando continuidade à Dinastia de Avis. Assim sendo, o desencanto expresso por Camões na estrofe transcrita se relaciona com uma mudança de foco na expansão ultramarina portuguesa: do esforço heroico para dilatar a Fé e o Império, passara-se para um interesse mercantilista voltado para a acumulação de riquezas materiais. A lamentação do poeta reflete o ponto de vista de um membro da pequena nobreza saudosos do ideal cruzadista da época anterior.

**05** |

a) Garantir a posse de terras a oeste do Atlântico que pertenceriam a Portugal, segundo o Tratado de Tordesilhas, como estratégia para controle da rota atlântica que levava às Índias.

b)

- busca de especiarias;
- propagação da fé católica;
- busca de metais preciosos;
- busca de terras pela nobreza decadente;
- busca de matérias-primas rentáveis para o comércio europeu;
- afirmação do poder territorial por parte dos Estados modernos recém-implantados;

**ENEM E VESTIBULARES PÁG. 22**

<b>01</b>   C	<b>04</b>   A	<b>07</b>   A	<b>10</b>   C
<b>02</b>   B	<b>05</b>   E	<b>08</b>   C	
<b>03</b>   E	<b>06</b>   C	<b>09</b>   E	

**EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 39**

**01** | A administração espanhola vai oferecer aos colonos uma significativa autonomia administrativa, constituindo como poder efetivo as estruturas municipais, escolhidas pelos próprios colonos dentre os representantes da elite econômica - os homens bons.

**02** |

- a) O aluno poderá citar como razões:
- a escassez crescente de indígenas em função das fugas constantes e dos altos índices de mortalidade verificados;
  - o posicionamento da Igreja interessada na catequese da população indígena e que se desdobrava em oposição a sua escravização;
  - os interesses da burguesia mercantil portuguesa, relacionados aos lucros provenientes do tráfico escravo intercontinental;
  - o interesse do Estado português em transformar tribos indígenas através de sua assimilação por meio da catequese em agentes que contribuiriam para a garantia da soberania portuguesa sobre a terra.

b)

- o crescimento do tráfico escravo interprovincial. Grandes proprietários de escravos e de terras do nordeste em dificuldades econômicas vendiam a preços crescentes escravos para os plantadores de café do sudeste que demandavam crescimento de mão-de-obra no momento de expansão da lavoura cafeeira;
- a disponibilização de capitais até então imobilizados no tráfico para investimentos em outros setores da economia, tais como: setor de serviços, setor industrial e setor agrícola, mormente para a lavoura cafeeira;
- melhoramentos no campo dos transportes

**03** | Podemos identificar, dentre diversos elementos, a nudez disfarçada/velada e as partes de corpos carregadas pela índia representando a antropofagia.

Quanto à nudez, percebemos o olhar europeu na preocupação do pintor em esconder, através de uma folhagem, as partes íntimas da índia, o que não era comum entre os povos indígenas brasileiros, demonstrando uma visão eurocêntrica e moral sobre a cultura indígena.

Sobre as partes dos corpos que estão no cesto e na mão da índia, trata-se de uma visão distorcida dos rituais antropofágicos, realizados por poucas tribos no Brasil e que jamais envolviam carregar membros como no modelo retratado pelo pintor.

**04** | O estabelecimento da indústria açucareira no Brasil só foi possível aos portugueses a partir da disponibilização de capitais e de uma estrutura de distribuição do produto no mercado europeu pelos holandeses.

**05** | O envolvimento dos holandeses com o açúcar produzido no nordeste brasileiro, no período colonial (segunda metade d século XVI e primeira do XVII), não poderia ter sido maior. Eles financiaram a produção, controlaram o transporte, o refino e a distribuição do açúcar na Europa. Por essa razão, quando durante a União Ibérica (1580 – 1640), a Coroa espanhola suspendeu, em 1621, a trégua que permitia aos flamengos realizar livremente seus negócios no Brasil, criou-se na Holanda, ou melhor na República das Províncias Unidas, a Companhia das Índias Ocidentais, visando salvaguardar aqueles interesses. Foi esta Companhia que patrocinou as duas tentativas de ocupação holandesa no nordeste. A primeira, na Bahia, entre 1624 e 1625, e a segunda, em Pernambuco, entre 1630 e 1648. Finalmente, derrotados, os holandeses transferiram seus conhecimentos técnicos e seu capital para a produção de açúcar nas ilhas caribenhas.

**06** | O senhor de engenho encontrava-se no ápice da hierarquia social da colônia. Detinha a propriedade de terras e de escravos e tinha sob seu controle todos aqueles que dependiam da economia do engenho. Significava dispor não só de poder econômico como também de poder político no contexto da sociedade local.

07|

- a) Corresponde aos domínios holandeses em grande parte do Nordeste brasileiro, por exemplo: Pernambuco.
- b) Porque os autores revelam o caráter de uma relativa simbiose econômica e social que o “Brasil holandês” representou na história colonial. Podemos citar como exemplo o período nassoviano, marcado pelas realizações administrativas e econômicas, aliado a uma “convivência salutar” entre as várias partes.

08|

- a) A noção de que os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho está relacionada com os trabalhos na propriedade rural, do plantio ao fabrico do açúcar. Ou seja, compõem as bases fundamentais da economia colonial.
- b) Em relação ao tratamento dado aos escravos, Antonil ressalta que: embora seja aconselhado que se empreguem os PPP, inúmeras vezes os castigos são mais abundantes que a vestimenta e a alimentação. Assim, Antonil aponta o desequilíbrio no tratamento dispensado aos escravos. Em outras palavras, sugere aos senhores que penitenciem os escravos em “doses corretas”, sem excessos.

## ENEM E VESTIBULARES PÁG. 41

- 01| A    04| C    07| B    10| E  
 02| A    05| D    08| A    11| D  
 03| D    06| D    09| E

## EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 57

- 01| A administração espanhola vai oferecer aos colonos uma significativa autonomia administrativa, constituindo como poder efetivo as estruturas municipais, escolhidas pelos próprios colonos dentre os representantes da elite econômica - os homens bons.
- 02| Com a União Ibérica, realizada por Felipe II, Rei da Espanha, verificamos:
- a)
- Portugal manteve relativa autonomia do país e ainda as colônias não submetidas à Espanha (esta mais interessada no ouro e prata de suas próprias colônias americanas);
  - Alteração das fronteiras pois, com a União Ibérica, a expansão territorial portuguesa para o interior foi facilitada pela abolição do Tratado de Tordesilhas;
  - Os inimigos da Espanha tornaram-se inimigos de Portugal e consequentemente do Brasil, que sofreu várias invasões: da Inglaterra, França e Holanda.
- b) Portugal, após a dominação espanhola, herdou grandes dificuldades econômicas. D. João IV (que inaugurou a dinastia de Bragança), aumentou a exploração nas colônias e intensificou a opressão fiscal e administrativa através do órgão chamado Conselho Ultramarino. Daí “o Brasil é a vaca leiteira de Portugal”.
- 03| A descoberta e exploração de ouro e diamantes no Brasil Colonial, entre os séculos XVII e XVIII, promoveu um interesse maior da metrópole portuguesa sobre os territórios americanos. A atividade mineradora se expandiu sobre territórios que pertenciam a Espanha, conforme reconhecido por Portugal no Tratado de Tordesilhas. A riqueza gerada pela mineração exigiu da Coroa Portuguesa um conjunto de medidas político-administrativas que garantissem os lucros gerados nas minas e a posse de tais territórios. Considere esta conjuntura histórica e o período da mineração determinado acima. Cite duas medidas político-administrativas efetivadas pela Coroa Portuguesa que se relacionam corretamente com este contexto.

04| O estabelecimento da indústria açucareira no Brasil só foi possível aos portugueses a partir da disponibilização de capitais e de uma estrutura de distribuição do produto no mercado europeu pelos holandeses.

05|

- a) O texto apresenta duas interpretações distintas sobre as relações entre a dominação holandesa e a formação de uma identidade brasileira. A interpretação tradicional reforça a tese de que a luta para expulsão dos holandeses teria motivado a formação de tal identidade. Outra interpretação crítica a primeira, apontando as diferenças de interesses entre senhores de engenho favorecidos e não favorecidos pela ocupação dos holandeses.
- b) Podemos mencionar como fatores que motivaram as invasões holandesas: a formação da Cia das Índias Ocidentais, em 1621, interessada no comércio de açúcar e de escravos; e o embargo espanhol à participação holandesa na economia açucareira brasileira.

## ENEM E VESTIBULARES PÁG. 57

- 01| C    05| D    09| E    13| A  
 02| B    06| E    10| D  
 03| C    07| C    11| E  
 04| E    08| C    12| D

## EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 68

- 01| Várias foram as formas de impostos criadas pela Coroa portuguesa no tempo da mineração. No início foi estabelecido o quinto, isto é, 20% do ouro encontrado era pago à Coroa. Não sendo possível determinar se uma barra ou uma saca de ouro já havia sido quintada, a sonegação era frequente. Para solucionar este problema, foi criado um imposto adicional: finta (variado, conforme o período). No entanto, como o contrabando aumentava, o governo extinguiu a finta e criou, em 1725, as Casas de Fundição, onde o minerador entregava o ouro em pó para ser transformado em barra já quintada, isto é, descontado o imposto. Em 1735, a Coroa, além do quinto, cobrava também a capitação: 17 gramas de ouro, anuais, por escravo empregado na mineração. Em 1750, apenas o quinto permanecia. exigia-se porém, uma arrecadação mínima de 100 arrobas por ano em, caso tal quantidade não fosse atingida, decreta-se a derrama: a cobrança da parte que faltava.
- 02|
- a) O ouro do Brasil vai para Portugal e daí vai para a Inglaterra em pagamento de importados manufaturados.
- b) O ouro do Brasil servia para o enriquecimento e acumulação de capitais na Inglaterra, drenado através de tratados comerciais (verdadeiros exclusivos) expropriativos, o que permitiu à Inglaterra o acúmulo de capital que propiciou a formação do chamado “capital monopolista” ou financeiro, que pode ser aplicado na indústria, no comércio e na formação de bancos.

03|

- a) Inicialmente a arrecadação do quinto era feita com o ouro em pó e pepitas. Entretanto, esse método abria a possibilidade de se realizarem várias burlas, difíceis de serem controladas pelo fisco e que resultavam em queda na arrecadação de tributos. Por esta razão, a partir de 1720, o governo resolve criar as Casas de Fundição. Seria proibida a circulação do ouro em pó e em pepitas. Ele deveria ser entregue nas Casas de Fundição, fundido e transformado em barras, e o governo extrairia o quinto (20%).
- b) Na primeira metade do século XVIII, ocorreram duas importantes rebeliões em Minas Gerais. A primeira foi a Guerra dos Emboabas, conflito entre paulistas contra adventícios que chegaram à região atraídos pelo ouro – chamados pelos primeiros de emboabas – pelo controle da região mineradora; o conflito terminou com a vitória dos segundos. A segunda rebelião foi a Revolta de Vila Rica, liderada pelo minerador Filipe dos Santos, que tentava impedir a criação das Casas de Fundição em 1720. A rebelião foi sufocada e Filipe dos Santos, executado; a primeira Casa de Fundição só se instalou em 1725.
- 04| A formação de uma burguesia, notando-se a mudança de uma estrutura estamental para uma sociedade que passa a apresentar mobilidade social, sobretudo devido a consolidação de uma classe de comerciantes, e artesãos na região mineradora, principalmente.
- 05| Os tropeiros eram responsáveis pelo transporte de produtos diversos que abasteciam as áreas de mineração e dessa região escoavam produtos, cortando todo o interior do Brasil.
- 06|
- a) “Cabedal” indicava poder político e econômico do indivíduo na sociedade colonial do Brasil.
- b) As casas de fundição eram as instituições fiscais representantes do poder da coroa portuguesa nas regiões mineradoras do Brasil Colonial. Detinham a função de transformar o ouro explorado nas minas em barra, contabilizá-lo e daí obter os impostos “cabíveis” a Portugal.
- c) A “descoberta” de áreas de mineração no Brasil Colonial, como Minas Gerais, advém das atividades desbravadoras do interior do território por parte dos bandeirantes.
- 07| Em primeiro lugar, cabe uma observação sobre o verso contido na questão:  
 “Brandindo achas e empurrando quilhas, vergaram o vertical de Tordesilhas.”  
 O verso possui um vocabulário que, provavelmente, os candidatos terão dificuldade de entender, comprometendo por esta via a resposta adequada à questão. Referimo-nos precisamente à palavra “acha”, usada no plural, que significa “arma antiga com a forma de machado”, e a palavra “quilha”, igualmente no plural, pertencente ao vocabulário técnico da náutica e que, utilizada no sentido figurado, significa “barco”, “embarcação”, “navio”. Assim, “traduzindo” o verso de Guilherme de Almeida:  
 “Empunhando (brandindo) machados e empurrando barcos (quilhas), vergaram o vertical Tordesilhas.”  
 Ou seja, os paulistas, por intermédio das Bandeiras e das Monções (expedições para o interior que utilizavam o leito dos rios, portanto usa-

vam barcos) vergaram, ou seja, alteraram o sentido vertical do meridiano de Tordesilhas e deram origem ao atual território nacional. Trata-se de um texto de exaltação aos “bandeirantes paulistas”.

Associando-se o verso ao mapa há vários mecanismos de interiorização que levaram à ultrapassagem da linha de Tordesilhas.

O verso especifica um dos agentes deste processo de interiorização, os chamados “bandeirantes”, e o mapa indica as motivações deste processo. No Norte, por exemplo, a motivação era a busca pelas chamadas drogas do Sertão; no Centro-Sul, a mineração.

Para além da ação dos bandeirantes, deu-se o processo de interiorização por intermédio da expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar e a expansão das fazendas de gado, entre outros.

08|

- a) De acordo com os termos do Tratado de Methuen (1703) entre a Inglaterra e Portugal, Portugal obteria tarifas preferenciais na exportação de vinhos para a Inglaterra e, em contrapartida, a Inglaterra exportaria tecidos para Portugal com isenção de direitos alfandegários.

Os próprios termos do tratado explicitavam uma notável desvantagem de Portugal em relação à Inglaterra.

No quadro das relações internacionais no início do século XVIII, consolidava-se a hegemonia britânica não só nos mares – a mais importante marinha mercante – mas também como o principal produtor de manufaturas.

Face à Inglaterra hegemônica, Portugal ficava em uma situação de estrita dependência e com uma posição secundária no quadro das relações econômicas internacionais. Em um certo sentido, o tratado correspondia à possibilidade de estímulo à vinicultura portuguesa, todavia condenava, a partir de então, as possibilidades de um crescimento manufatureiro em Portugal. Nesse contexto, a Inglaterra já se destacava como potência marítima, o que lhe garantia maiores espaços no comércio internacional. Portugal, por sua vez, encontrava dificuldades na manutenção e na defesa de seu largo Império Colonial, ao mesmo tempo em que suas atenções militares deveriam de fixar no continente europeu, devido à monarquia espanhola pós-União Ibérica (1580–1640).

- b) À Inglaterra ficavam as vantagens de garantir um significativo mercado – Portugal e seu Império Colonial – para os seus tecidos. Acresce-se ainda o fato de que, nas relações de intercâmbio entre Portugal e Inglaterra, certamente haveria um déficit na balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra, ou seja, as exportações de vinho não gerariam divisas suficientes para pagar pelas importações de tecidos ingleses. Nessa época, coincidentemente, temos o afluxo de metais preciosos da América portuguesa em direção à metrópole.

Dessa forma, os metais preciosos cobriam o déficit que Portugal viria a ter com

a Inglaterra.

- c) Na segunda metade do século XVIII ocorre a Revolução Industrial na Inglaterra, e podemos afirmar que os termos do Tratado de Methuen constituíram-se num estímulo para a economia britânica no sentido de assegurar mercados externos para seus manufaturados testeis, bem como em fonte de divisas que puderam ser direcionadas para o esforço manufatureiro. Nesses termos, a exploração da economia colonial pela metrópole portuguesa teria beneficiado o desenvolvimento da revolução Industrial na Inglaterra, garantindo-lhe, por esta via, sua posição hegemônica na economia mundial da época.
- 09| Há a relação entre a mudança no padrão geográfico da oferta de africanos com o contínuo crescimento da demanda por cativos da América Portuguesa, onde a montagem do complexo minerador em Minas Gerais, a partir do início do século 18, fez com que o número de escravos provenientes de Angola paulatinamente superasse o de cativos originários da Costa da Mina.

ENEM E VESTIBULARES PÁG. 70

01  C	05  C	09  A	13  B
02  A	06  D	10  C	
03  D	07  C	11  C	
04  B	08  B	12  D	

FRENTE B

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 110

01|

- a) A escrita era um elemento importante de poder e controle nas mãos de uma elite dirigente. Essa elite compunha o quadro da organização das chamadas “sociedades de regadio” em que o Estado passa a definir a organização do trabalho.
- b) Na região conhecida como “crescente fértil” estruturou-se um Estado teocrático que, a partir do controle das terras e das águas com canais de irrigação e drenagem (fala-se de uma origem hidráulica do Estado), mostrou-se eficiente na coordenação da agricultura e de grandes construções, como as pirâmides no Egito.

- 02| A estabilidade do Egito Antigo teve fundamento na rígida organização do trabalho, principalmente, o agrícola, sua base econômica, e numa organização social em que camponeses e artesãos encontravam-se inseridos numa hierarquia em que o faraó ocupava o lugar mais alto. A burocracia era responsável pela organização do trabalho e pela cobrança dos impostos, encargo de escribas e chanceleres entre outros, e os sacerdotes eram responsáveis pela manutenção da religião que mantinha a coesão da sociedade. Nessa sociedade cabia aos camponeses e aos escravos manter a produção nas terras que pertenciam ao faraó, que, em contra partida, garantia a fertilidade das propriedades agrícolas.

- 03| O caráter da relação entre homem e natureza nas sociedades do Oriente Próximo pode ser exemplificado pela importância das cheias periódicas do rio Nilo, no Egito, e dos rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia (“terra entre rios”).

Nessas sociedades, criou-se uma verdadeira deificação da natureza. A dependência do homem em relação à natureza ajudou a construir um universo simbólico e religioso, capaz de gerar explicações sobrenaturais para seus momentos de fertilidade e de fome. A crença egípcia na imortalidade e o politeísmo antropozoomórfico das duas sociedades têm vínculos profundos com o seu desenvolvimento econômico, cultural e religioso, que ajudam a explicar a longa duração de suas histórias.

04|

- a) Como a maioria das civilizações que floresceram na Antiguidade Oriental, do ponto de vista político havia na Babilônia um regime teocrático no qual os governantes eram identificados às divindades e exerciam um poder absoluto sobre a sociedade, principalmente por intermédio do controle dos sistemas de regadio. Nestes termos, o discurso religioso se prestava como legitimador do exercício do poder dos governantes sobre a sociedade.
- b) A região mesopotâmica na época da descoberta do código fazia parte do debilitado Império Turco. Nesse mesmo momento, as potências industriais do Ocidente europeu exerciam um virtual controle político e econômico sobre estas regiões, tendo ocorrido uma efetiva partilha dos bens culturais dessas civilizações antigas entre os estados colonialistas, tais como atestam os acervos do Museu do Louvre, na França, do Museu Etnográfico em Berlim e do Museu Britânico.

- 05| A pólis de Esparta apresenta uma série de peculiaridades que a torna singular no contexto das cidades-Estado da Grécia clássica.

Manteve um regime oligárquico fundado na existência de poderosa aristocracia terra-tenente (os espartíatas) que explorava o trabalho dos hilotas, verdadeiros servos. Além disso, havia uma camada pouco expressiva de pequenos proprietários, os periecos, situados na periferia da cidade.

Esparta tinha uma estrutura social militarizada ao extremo, com os espartíatas dedicando-se à prática militar durante quase toda a vida. Eles detinham, portanto, o monopólio da força, garantindo o domínio sobre os demais grupos sociais e o prosseguimento da exploração da mão-de-obra hilota.

Nota-se que, contrastando com o imobilismo social espartano, as demais pólis gregas apresentaram uma estrutura mais dinâmica, reflexo de uma economia mais diversificada, como pode ser claramente observado, por exemplo, na pólis de Atenas.

06|

- a) Os irmãos Graco foram tribunos da plebe, Sólon foi legislador e Pisístrato foi tirano e legislador.
- b) Defendiam a distribuição das terras públicas (ager publicus) provenientes das conquistas aos pobres.

07|

- a) Aristóteles expressa no texto acima as bases da economia primitiva-natural (coleta, caça e agropecuária).
- b) Na economia primitiva-natural a produção visava à subsistência, enquanto no capitalismo a produção visa ao mercado na busca de lucro.

**08|** Cartago, antiga colônia fenícia no norte da África, vivenciava um processo de expansão comercial e territorial durante o século III a.C., enquanto Roma, também em semelhante expansão, consolidava seu domínio sobre a Península Itálica. Nesse sentido, a pretensão pela hegemonia comercial no Mediterrâneo Ocidental colocou em choque os dois expansionismos, sendo a disputa pela ilha da Sicília - importante centro produtor de trigo de localização estratégica - o pretexto para o início das Guerras Púnicas (264 a.C. - 146 a.C.). O conflito foi vencido por Roma, que se tornou também uma potência marítima e definiu sua política imperialista: efetivou inúmeras conquistas, atraiu grande fluxo de riquezas e generalizou a escravidão, consolidando sua hegemonia no mar Mediterrâneo Ocidental e sua estrutura escravista.

**09|** Entre 235 e 284, mais de vinte imperadores romanos foram postos e depostos pelos exércitos, tornando-se este o único fator de poder. Para conter e depois expulsar e/ou assimilar as invasões bárbaras, o Estado viu-se obrigado a aumentar os efetivos e as despesas militares. Com a economia estagnada (a época das conquistas de povos e tesouros que alimentavam a economia sempre mais escravista e “parasitária” havia terminado), e os ricos se recusando a pagar mais impostos, a única via que restava para financiar o aumento das despesas estatais, era a da desvalorização da moeda. A inflação e a escassez crescente de alimentos fizeram surgir a fome, a peste e o banditismo nas províncias do Império. Paralelamente, aumentava o número de cristãos cuja mentalidade e ética contrariavam as necessidades do Estado.

Com o encolhimento das cidades, do comércio e da indústria, manter a escravidão torna-se impraticável. Assim, os escravos existentes foram em grande número transformados em colonos, instalados em pequenas parcelas de terra para proverem à sua própria subsistência, sendo o excedente da produção recolhido pelo proprietário. Simultaneamente, muitos pequenos proprietários procuram a proteção dos grandes senhores para escapar dos impostos e do serviço militar. Foi assim que se impôs na maior parte das províncias do Ocidente o colonato cuja evolução e forma madura será a servidão feudal.

**10|** Instituições como a Democracia, Cidadania, ou ainda as concepções filosóficas e religiosas (politeístas) denotam a influência Helenística no pensamento Romano.

## ENEM E VESTIBULARES PÁG. 111

<b>01 </b> E	<b>08 </b> B	<b>15 </b> A	<b>22 </b> E
<b>02 </b> D	<b>09 </b> C	<b>16 </b> D	<b>23 </b> B
<b>03 </b> D	<b>10 </b> A	<b>17 </b> D	<b>24 </b> A
<b>04 </b> C	<b>11 </b> B	<b>18 </b> C	<b>25 </b> A
<b>05 </b> A	<b>12 </b> B	<b>19 </b> A	
<b>06 </b> D	<b>13 </b> D	<b>20 </b> C	
<b>07 </b> D	<b>14 </b> C	<b>21 </b> E	

## EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 150

**01|**

a) O Mediterrâneo ficou conhecido pelos romanos como “mare nostrum”, pois o Império Romano formou-se às suas margens, abrangendo desde a Península Ibérica até o litoral da Ásia Menor. Antes, porém, por ele passaram inúmeras rotas comerciais e serviu de caminho para a colonização grega. A oeste, porém, por ele passaram inúmeras rotas comerciais e serviu de caminho para a colonização grega. A oeste, os gregos formaram importantes colônias: “apoikia” (lar distante) e “emporium”, que se constituíram em locais de grande desenvolvimento comercial, cultural, agrícola e artesanal. Assim, o Mediterrâneo tornou-se o caminho principal por onde se desenvolveram as principais civilizações da Antiguidade clássica no ocidente.

b) Até o século VIII, O mediterrâneo foi um local de convergência de diversas rotas comerciais, ligando o Ocidente ao Oriente em pleno refluxo das atividades comerciais desenvolvidas. No cenário amplo da formação das sociedades feudais, que se completa no século X, o Mediterrâneo cumpriu a função de contraponto ao processo de ruralização que se grassava pela Europa Ocidental. Assim, o Mediterrâneo manteve-se como um caminho aberto para a recuperação econômico-financeira ao longo do período de desagregação das estruturas feudais.

**02|**

a) Dentre as características, pode -se mencionar a magnitude do edifício (em contraste com os demais), sendo de pedra, tendo o campanário como referência e constituindo-se em lugar de culto por excelência.

b) A divulgação da fé ocorria, dentre outros modos, pela utilização dos vitrais, pinturas, esculturas, talhas (ou seja, pelo próprio edifício das igrejas), bem como pela atuação dos mosteiros, dos copistas, por meio de sermões e da Bíblia.

**03|**

a) Os camponeses. “O trabalho manual se liga à queda, à maldição divina e à penitência”.

b) As corporações de ofício.

**04|** Século X – apogeu:

Características:

- vigência das relações de suserania e vassalagem;
- complexa hierarquia feudal, baseada nas relações de dependência entre os diferentes papéis representados pela nobreza;
- confirmação do poder figurativo dos reis;
- fortalecimento da sociedade estamental, legitimada pela ideologia católica expressa na “Cidade de Deus” de Santo Agostinho.
- fortalecimento do feudalismo como modo de produção: terra/servidão/economia fechada e autossuficiente.

Século XV – declínio:

Fatores responsáveis:

- crescimento demográfico na Europa Oci-

dental criando novas demandas de consumo;

- renascimento das cidades e ocorrência de lutas visando à autonomia por parte das mais fortes e desenvolvidas;
- revolução comercial na área europeia/mediterrânea, trazendo novas práticas financeiras e comerciais;
- mudanças na estrutura social com a formação da burguesia comercial;
- guerra dos Cem Anos;
- peste Negra;
- formação das monarquias nacionais e expansão marítimo-comercial.

**05|** A representação de Átila, rei dos hunos, alude à imagem aterrorizante que se tinha dos povos denominados de bárbaros pelo ocidente europeu. O excerto descreve a altivez dessa personagem asiática e suas características físicas, relacionando-as às suas origens.

**06|**

a) A Igreja era um poderoso senhor feudal e, nesta condição, administrava vastos territórios (senhorios e cidades), exercendo a justiça e cobrando impostos.

b) A formação e envio de religiosos para promover a conversão de pagãos; a organização e participação no movimento cruzadístico para combater os infiéis.

**07|** As cidades ganham importância e independência à medida que o comércio se desenvolve. Sua característica mais importante foi a luta pela liberdade em relação ao poder da nobreza. As cidades medievais (comunas), tornam-se o local onde os homens se sentem livres das obrigações feudais, para isso, procuram estabelecer seus próprios tribunais e suas legislações. Mantinham também escolas e hospitais.

As cidades desempenham funções fundamentais para a produção de riquezas através do trabalho do artesanato. Os artesãos se organizavam em corporações de ofício para zelar pela qualidade do produto e evitarem concorrências desleais.

Através das universidades, as cidades se sobrepõem aos mosteiros que eram, até então, o centro do saber abrindo caminho para o Renascimento cultural do século XV – XVI.

**08|**

a) O feudo, esquematicamente, podia ser dividido em: manso senhorial, manso servil e manso comunal, que abrigavam os demais componentes do feudo, como o castelo fortificado, a igreja, a vila dos servos etc.

b) O manso senhorial constituía-se das terras de uso exclusivo do senhor feudal, que, através da corvéia (trabalho compulsório dos servos nas terras do senhor), apropriava-se da produção nelas realizada. O manso servil era formado pelas terras cedidas aos servos; parte da produção a estes pertencia, enquanto os senhores feudais apropriavam-se da outra através de vários tributos (talha, banalidades etc.) Já o manso comunal era formado por partos e bosques e era utilizado tanto pelos

senhores quanto pelos servos.

09|

- a) As invasões bárbaras provocaram a fragmentação política do vasto território que compreendia o Império Romano, comprometendo a existência de um centro de unidade política em favor de múltiplas unidades políticas que então se formavam, os chamados reinos cristãos-bárbaros que incorporavam algumas instituições romanas sob novas feições.

As invasões bárbaras também aceleraram o colapso do regime escravista na medida em que cessam as conquistas territoriais romanas e, aos poucos, criam-se formas de trabalho compulsório que viriam dar origem à servidão medieval.

- b) Entre as instituições romanas que contribuíram para a formação do feudalismo na Europa Medieval, podemos citar: o colono, que prendia o camponês à terra e o impedia de mudar de senhor e região; o precarium, que era o arrendamento da terra em troca de uma renda determinada; e a clientela, que colocava os desprovidos de recursos sob o domínio de um grande senhor. Esse conjunto de instituições, associados a outros, favorecia o fortalecimento de laços de dependência entre um senhor e seus servos.

10|

- a) A corvéia consistia no trabalho obrigatório dos servos nas terras do senhor. A talha consistia no pagamento ao senhor de uma parte daquilo que o servo produzia.
- b) A servidão é uma relação na qual o servo paga com o trabalho o direito de viver nas terras do senhor. A vassalagem é uma relação política. O vassalo deve obediência e obrigações, especialmente militares, ao suserano.

#### ENEM E VESTIBULARES PÁG. 152

- 01| E    05| C    09| C    13| E  
 02| E    06| C    10| D  
 03| A    07| C    11| C  
 04| B    08| B    12| A

### FRENTE C

#### EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 192

- 01| Placa tectônica é uma fração da litosfera terrestre conhecida como "craton", cuja borda é limitada por zonas de convergência, divergência ou transformantes. Nos limites das placas, há a ocorrência de abalos sísmicos com muito mais frequência; apesar de o Brasil estar situado na porção central da placa Sul-americana, a região de Montes Claros, em Minas Gerais, localiza-se em uma área de falha geológica, levando à ocorrência de abalos sísmicos. A maior parte dos abalos sísmicos observados no Brasil são reflexo de abalos ocorridos nos limites de placas como, por exemplo, no contato da placa Sul-americana (onde se encontra o Brasil) com a pla-

ca de Nazca, ou na separação entre a placa Sul-americana e da África. Os terremotos lá ocorridos vão refletir-se nos inúmeros falhamentos que o território brasileiro apresenta falhas essas, a maioria, em rochas cristalinas -, sendo que o estado de Minas Gerais é um destaque pelas que apresenta. Assim, o assentamento do terreno atinge cidades situadas sobre essas falhas, como é o caso de Montes Claros.

02|

- a) Ambos os países citados situam-se em ilhas oceânicas originadas do encontro de placas tectônicas, estando, portanto, em zonas de intensa atividade sísmica.
- b) O Japão apresenta níveis econômicos, tecnológicos e educacionais elevados e possui mecanismos de prevenção e minimização de danos causados pela instabilidade física da área que ocupa. O Haiti, ao contrário, é um país social e economicamente fragilizado, com elevados índices de pobreza e baixos índices educacionais, sem condições de investir em prevenção e minimização dos efeitos de catástrofes naturais. Isso explica porque o abalo sísmico no Japão, mesmo tendo sido de maior magnitude, teve um número de vítimas muito menor que o do ocorrido no Haiti.

03|

- a) As formações de relevo formadas como resultantes dos movimentos das placas tectônicas são: cadeias montanhosas, fossas submarinas, cadeias vulcânicas (caldeiras); sistemas de lagos, praias levantadas, gargantas profundas.
- b) Se refere ao estado de equilíbrio gravitacional, e as suas alterações, entre a litosfera e a astenosfera da Terra. No processo de flutuação das placas tectônicas sobre o material mais denso da astenosfera, o estado de equilíbrio depende das densidades relativas e do peso da placa. Um aumento do peso da placa (por espessamento ou por deposição de sedimentos, água ou gelo sobre a sua superfície) leva ao seu afundamento, inversamente, quando o peso diminui, há uma subida (em geral chamada re-emergência ou rebound).

- 04| O mapa identifica o chamado Círculo de Fogo do Pacífico, que corresponde à área de encontro de placas tectônicas, onde se concentram vulcões ativos e ocorrem frequentemente abalos sísmicos.

O Japão está localizado exatamente nesse Círculo de Fogo, portanto área sujeita a frequentes instabilidades, como o violento terremoto que atingiu o país provocando forte tsunami, o problema com a usina nuclear de Fukushima e numerosas perdas humanas e econômicas.

05|

- a) Dentre os principais fatores que geram atividades sísmicas no planeta, destacam-se o movimento das placas tectônicas, a existência de falhas geológicas e a acomodação de camadas rochosas da crosta terrestre.
- b) O Brasil apresenta atividades sísmicas de bai-

xa intensidade pelo fato de seu território não se situar no limite entre placas tectônicas.

06|

- a) O modelado cárstico é resultado de uma série de três fatores naturais combinados: a existência de rochas sedimentares do tipo calcário, a ação das águas subterrâneas e superficiais e a permeabilidade do solo.
- b) O espeleotema identificado pelo número 1 é uma formação denominada coluna, que se origina da junção de uma estalactite com uma estalagmite. Já o número 2 identifica apenas uma estalactite.

07|

- a) Fundamentalmente esses sismos são caracterizados pela baixa magnitude; são predominantemente rasos; alguns são reflexos de sismos em outras áreas mais ativas tectonicamente.
- b) A proximidade do Estado com a borda das placas Sul-Americana e Nazca explica a grande ocorrência de abalos sísmicos no Acre. Esses abalos são profundos em decorrência do mergulho da placa de Nazca sob a placa Sul-Americana. O contato entre estas placas, na área do Estado do Acre, ocorre a elevada profundidade, promovendo terremotos de elevadas magnitudes, entretanto com o hipocentro a grandes profundidades.

08|

- a) O "pré-sal" é uma área de reservas petrolíferas que fica debaixo de uma profunda camada de sal, formando uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. No Brasil, esta camada compreende uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros. Engloba o Espírito Santo, Santa Catarina, abaixo do leito do mar, além das bacias sedimentares do Espírito Santo, Campos e Santos. Ela é chamada de pré-sal, em razão da escala de tempo geológica, ou seja, o tempo de formação do petróleo. A camada de reserva de petróleo do pré-sal se formou antes (daí o termo "pré") da outra rocha de camada salina, e foi encoberta por esta, milhões de anos depois.
- b) Aumento de oferta de emprego, aumento da tecnologia, aumento da produção de petróleo, melhoria da saúde e educação (royalties)

- 09| As bacias sedimentares resultam da acumulação de sedimentos pela ação dos agentes externos, em diferentes eras e períodos geológicos. Esses sedimentos e/ou detritos podem ter diferentes origens: fluvial, marinha, glacial, eólica, lacustre, vulcânica e orgânica. Essas bacias são importantes, do ponto de vista econômico, por abrigarem minerais usados como fonte de energia (combustíveis fósseis) como petróleo, gás natural, carvão mineral, xisto betuminoso. Entre os exemplos de bacias sedimentares brasileiras pode-se citar: a Amazônica, Meio-Norte, Paraná, Recôncavo-Tucano, Pantanal, entre outras.

10| Comentário:

- a) Os agentes internos da formação do relevo atuam no interior da terra. São eles: o tectonismo, que produz movimentos orogênicos e epirogênicos dando origem a dobramen-

tos e falhamentos; o vulcanismo e os abalos sísmicos.

- b) Os agentes externos são fenômenos que atuam na superfície do relevo modificando as suas formas. Os principais agentes modeladores do relevo são a chuva, os rios, o vento, o mar, as geleiras, o intemperismo, etc.
- c) O agente externo responsável pela formação de um vale é o rio, que modifica o relevo por erosão, transporte e deposição.
- d) O principal elemento do clima responsável pelo intemperismo químico é a chuva, que fornece a água que atua sobre a rocha pelo processo de hidrólise.

## ENEM E VESTIBULARES PÁG. 194

- 01| A    07| A    13| C    19| A  
 02| D    08| E    14| E    20| A  
 03| A    09| E    15| B    21| C  
 04| B    10| C    16| A    22| D  
 05| D    11| E    17| C    23| E  
 06| B    12| D    18| C

## FRENTE D

### EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 207

- 01| a) A Primeira Revolução Industrial de um lado depende de capital acumulado, existência de minérios em abundância como o ferro e o manganês (custo do transporte, distâncias e quantidade) e fontes de energia. De outro lado um mercado consumidor com poder aquisitivo e mão de obra abundante são importantes.
- A Terceira Revolução Industrial ocorre sobre novas bases. Energia elétrica, informatização, integração pesquisa – tecnologia, terceirização, Toyotismo (Just in time), automação e robotização. Os avanços tecnológicos ocorrem em áreas como microeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia, química fina entre outras. São aspectos que favorecem a acumulação flexível com desconcentração espacial.
- b) Trata-se de um novo modelo produtivo com base na desconcentração espacial das atividades; distribuição do processo produtivo de bens por diferentes lugares. A sede administrativa da empresa é num dado país e sua linha de produção é em outro. A transnacionalização, por exemplo, pode ter um carro global. Projeto, administração e captação financeira num certo país; produção de autopeças em outro; carroceria e motores num terceiro e montagem num quarto país.
- 02| O modelo 1 é o fordismo, originário dos Estados Unidos, caracterizado pela linha de montagem, trabalhadores muito especializados em funções específicas, produção em larga escala e formação de

grandes estoques de mercadorias. O modelo 2 é o toyotismo, originário do Japão, caracterizado por trabalhadores com múltiplas funções, maior produtividade do trabalho, melhor qualidade das mercadorias, produtos mais personalizados e produção conforme a demanda do mercado consumidor.

- 03| Os tecnopolos são núcleos de pesquisa e produções tecnológicas avançadas. Geralmente nessas áreas se instalam instituições de ensino e empresas especializadas em tecnologia de ponta, concentrando grande quantidade de mão-de-obra altamente qualificada. Possibilitam o surgimento de inovações técnicas, caracterizando a revolução técnico-científico-informacional.

As indústrias de ponta utilizam de recursos tecnológicos altamente sofisticados. Elas estão em constante processo de inovação, contando com altos investimentos financeiros para o seu aprimoramento e desenvolvimento de pesquisas. São alguns exemplos: a indústria da informática, das telecomunicações e do ramo farmacêutico.

- 04| Efeitos positivos:

- Avanços nos sistemas de telecomunicações e transportes, reduzindo as distâncias.
- Desenvolvimento e utilização da informática, tanto nos equipamentos (hardware); quanto nos programas e sistemas operacionais (software);
- Desenvolvimento da micro-eletrônica e da robótica;
- Maior competitividade entre as empresas, exigindo, assim, melhor qualidade dos produtos;

- Efeitos negativos:

- Desemprego de milhões de pessoas em todo o mundo, pois permite a produção de mais mercadorias e serviços com menor número de trabalhadores;
- Marginalização de alguns países periféricos.

- 05|

- a) Fordista: produção em linha de montagem, sem série, tarefas repetitivas, produção em massa.

Pós-fordista: produção regulada a partir de tarefas diárias, pouco estoque, diversificação, terceirização em altos níveis.

- b) Fordista: grandes fábricas, almoxarifados gigantescos exigindo processos de controle complexos.

Pós-fordismo: desconcentração espacial, entregas diárias de peças, controle simplificado, maior dinamismo.

- 06|

- Promoção de superávits comerciais para favorecer a importação de insumos de produção industrial;
- Expansão de mercados consumidores;
- Expansão da base capitalista.

- 07| A análise do mapa permite reconhecer a atual dispersão espacial da indústria au-

tomotiva no território brasileiro, em contraste com a concentração verificada até a década de 1980, período no qual as montadoras se concentravam quase que exclusivamente no estado de São Paulo. Essa redistribuição ocorreu em virtude tanto de fatores internos, relacionados aos diferenciais de custo de produção no país, quanto de fatores relacionados à concorrência com produtos provenientes do exterior. Dentre os fatores internos, podem-se citar os incentivos fiscais às novas unidades produtivas das montadoras, o menor nível de organização sindical nas recentes áreas industriais e os salários mais baixos pagos aos operários das fábricas fora de São Paulo. A abertura comercial após 1990 e a desvalorização do dólar a partir de 2003 são fatores relacionados ao aumento da concorrência com os produtos importados.

- 08| As maquiladoras ou zonas francas possuem regras operacionais como: I) subsídios para aquisição imobiliária; II) isenções ou tarifas preferenciais para consumo de energia e água; III) flexibilização da legislação trabalhista; IV) isenções de taxas de importação de bens de produção e exportação de produtos industriais.

- 09|

- a) O Estado de São Paulo perdeu espaço na produção industrial para outras unidades da federação, embora ainda concentre alguns setores de maior valor agregado como a indústria aeroespacial.

- b) Alguns dos principais destaques são: o sul de Minas Gerais, a região metropolitana de Curitiba, o Vale do Paraíba no Estado do Rio de Janeiro e partes do Recôncavo Baiano, próximo a Salvador. São localidades que se propiciaram da legislação aprovada na Constituição de 1988 que previa liberdade fiscal e tributária para os Estados desde que não fizessem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse instrumento favoreceu o uso de isenções ou incentivos fiscais propostos para atrair indústrias. Com a queda de impostos ou valendo-se desses incentivos, muitas indústrias deixaram o Estado de São Paulo em direção a outros estados.

- 10|

- a) Por abrigar, entre outras, uma grande indústria siderúrgica (a COSIPA) e a refinaria de Presidente Bernardes, o complexo de Cubatão apresenta forte necessidade de matérias-primas minerais e combustíveis fósseis; sua localização, portanto, deve ser avaliada pela proximidade dessas matérias-primas e a facilidade de transporte das mesmas. A COSIPA é abastecida de minério de ferro proveniente de Minas Gerais através de transporte ferroviário, e de carvão, pelo porto de Santos, um dos mais importantes do país. Já os polos petroquímicos situam-se geralmente junto a portos, pois é através do transporte oceânico que chegam os insumos importados. Daí já

se pode dizer que o complexo industrial de Cubatão está muito bem localizado: dispõe de um bom porto, não está distante de sua principal fonte mineral e fica bem próximo de São Paulo, o maior centro industrial da América Latina e o maior mercado do Brasil. Sobre esse último aspecto, contribuem ainda as facilidades de comunicação criadas pelo sistema rodoferroviário.

- b) A presença de um importante obstáculo natural impede uma boa circulação do ar, o que, associado à elevada concentração de indústrias, transformou Cubatão num exemplo tristemente famoso de colapso ambiental e urbano. O sítio ao pé da serra do Mar, exposto a inversões térmicas no inverno, devido à chegada da massa polar atlântica, veio agravar a poluição e provocar chuvas ácidas, que extingiram parte da mata perenifolia da serra do Mar e causaram doenças respiratórias nos habitantes da região. Com a inversão térmica, os poluentes atmosféricos não encontram facilidade de dispersão, concentrando-se, assim, nas proximidades do solo.

#### ENEM E VESTIBULARES PÁG. 209

01  A	06  E	11  B	16  D
02  A	07  C	12  E	17  B
03  D	08  C	13  B	18  C
04  B	09  C	14  B	19  B
05  E	10  B	15  A	

#### FRENTE E

#### EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PÁG. 226

- 01|
- a) Neocolonialismo pode ser definido como o domínio externo indireto de grandes potências sobre os Estados Africanos após a independência.
- b) As antigas potências (metrópoles) continuam a exercer suas influências em alguns Estados africanos por meio da ajuda financeira, da cooperação militar e de tratados especiais de comércio.
- 02|
- a) Na década de 20 do século passado, o continente americano passou por um surto de crescimento econômico. No Brasil, a industrialização acelerou-se, financiada pela cafeicultura. Entretanto, enquanto nos Estados Unidos, que então mantinham uma posição hegemônica frente às demais economias ocidentais, a especulação crescia, aumentando-se artificialmente as ações das grandes empresas, os salários deterioravam-se, aumentando os ganhos dos empresários. A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, pode ser considerada como a culminância de uma crise gestada pelo exacerbamento do capitalismo, com forte repercussão nas sociedades ocidentais.
- b) Entre os efeitos da crise de 1929, podem

ser citados: a queda significativa na exportação de café; o desemprego no campo e a aceleração do êxodo rural; a interrupção do fluxo de capital estrangeiro para o Brasil; a queima dos estoques de café em São Paulo.

- 03| Antes de 1914, o regime czarista russo já apresentava graves contradições internas: o atraso econômico, devido à preponderância da agricultura, praticada aliás de forma arcaica; a enorme desigualdade social, com o predomínio da aristocracia fundiária, uma burguesia ainda pouco desenvolvida e a miséria do proletariado e sobretudo do campesinato; e a autocracia do czar, apesar da recente existência de uma assembleia (Duma) com poderes limitados. Essas contradições agravaram-se com as derrotas do exército russo na Primeira Guerra Mundial, que levaram à queda do czar Nicolau II e a tomada do poder pelos bolcheviques, que implantariam o primeiro Estado socialista da História.

- 04| A primeira razão que podemos apresentar é decorrente do próprio desenvolvimento da guerra onde, na visão norte-americana, apressar a derrota japonesa significava, entre outras coisas, evitar a participação direta da URSS na frente oriental do combate, o que, por sua vez, levaria, conseqüentemente, à expansão da área de influência norte-americana na região. Outra razão está na questão de uma suposta “revanche” norte-americana ao Japão por ocasião do ataque surpresa à base naval dos EUA, conhecida por Pearl Harbour. Por fim, poderíamos adicionar também o fato de que os EUA estariam demonstrando ao mundo sua supremacia e superioridade tecnológica frente às nações participantes da guerra.

05|

- Bipolarização do poder mundial – significou a divisão de poder, em escala mundial, entre as duas superpotências, EUA e URSS, a partir da qual o mundo foi dividido em dois blocos econômicos – capitalista e socialista – os quais buscavam ampliar suas respectivas zonas de influência.
- Conflito leste-oeste – conflito expresso pelo antagonismo geopolítico-militar e ideológico-propagandístico entre os blocos (ou sistemas econômicos) capitalista e socialista, liderados, respectivamente, pelas duas superpotências: EUA e URSS.
- Rivalidade geopolítica entre EUA e URSS – significou uma confrontação entre o ideal de uma sociedade baseada na economia de mercado e o de uma sociedade baseada na planificação econômica estatal.
- Bipartição da Europa em dois blocos econômicos – a Europa foi dividida em duas áreas de influência: a Europa Ocidental capitalista, sob a influência dos EUA, e a Europa Oriental socialista, sob a influência da URSS.
- Divisão da Alemanha – divisão do território alemão entre os países vencedores da II Guerra, de modo que a porção ocidental ficou sob a influência do capitalismo, liderado pelos EUA, e a porção oriental sob a influência do socialismo, liderado pela URSS.
- Construção do Muro de Berlim – dividiu a Cidade de Berlim em duas partes, efetivando a separação física entre Berlim Ocidental capitalista e Berlim Oriental socialista, sendo considerado um símbolo da bipolarização mundial.
- Corrida armamentista – significou a busca pelo desenvolvimento de armas nucleares que foi empreendida pelos EUA e URSS visando, cada uma dessas superpotências, a conquista da supremacia bélica, gerando o que se chamou de “equilíbrio do terror”.
- “Equilíbrio do terror” – significou o equilíbrio entre as superpotências que se expressava pela capacidade de aniquilação global de ambas em razão do arsenal nuclear que possuíam, o que dissuadiu a deflagração de uma guerra geral; isso justificou a expressão “Guerra Fria, paz impossível, guerra improvável”.
- “Cordão sanitário” – refere-se à estratégia adotada pelos EUA para estabelecer um cinturão de isolamento em torno da superpotência rival, a URSS, a partir da criação de alianças militares na Europa Ocidental (OTAN), no Sudeste Asiático (OTASE – Organização do Tratado do Sudeste da Ásia) e no Oriente Médio (Pacto de Bagdá), além de acordos bilaterais com alguns países como Japão e a Coreia do Sul.
- Corrida espacial – foi deflagrada em um contexto em que o domínio tecnológico e científico espacial poderia definir a supremacia de uma ou de outra superpotência, levando a conquistas como a criação de satélites artificiais, naves tripuladas, sondas de exploração que possibilitaram à humanidade conhecimentos sobre a Lua, o Sistema Solar e o Universo.
- Conflitos locais ou regionais – ocorreram em diferentes regiões do planeta, envolvendo países como Coreia, Vietnã, Cuba, Hungria, entre outros, e foram deflagrados em função das disputas econômicas e ideológicas entre as duas superpotências, EUA e URSS, as quais se envolveram direta ou indiretamente nesses conflitos.
- Cortina de ferro – designação usada durante a Guerra Fria para evidenciar a separação entre a Europa Ocidental capitalista e a Europa Oriental socialista, remetendo-se ao regime extremamente fechado adotado pelos soviéticos.
- Formação das alianças ou organizações militares OTAN e Pacto de Varsóvia – foram organizações militares que tinham como objetivo impedir ou conter o avanço do capitalismo e do socialismo, respectivamente. A OTAN reuniu aliados dos EUA, e o Pacto de Varsóvia envolveu aliados da URSS.



- Contribuição dos EUA à recuperação econômica da Europa Ocidental (ou adoção do Plano Marshall) – essa contribuição ocorreu por meio do Plano Marshall, que se constituiu um plano de financiamento e de investimentos formulados pelos EUA para reconstrução da Europa no pós-guerra.
- Formulação da Doutrina Truman – doutrina formulada pelos EUA para conter o avanço do socialismo na Europa Ocidental mediante o compromisso de proteger os seus aliados.

## 06|

- a) A propaganda soviética faz uma crítica aos cuidados com a infância na sociedade capitalista, representando, na parte inferior da imagem, crianças em um ambiente degradado e marcado pela pobreza, consequência das injustiças sociais e econômicas que os socialistas criticam no sistema capitalista.
- b) Poderiam ser citados conflitos bélicos ocorridos na Ásia (Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã), na África (lutas de descolonização), na América (Crise dos Mísseis e Invasão da Baía dos Porcos em Cuba) e no Oriente Médio.

## 07|

- Organização do espaço da União Soviética: Surgiram vários países independentes, dentre os quais o principal é a Federação Russa. Foi criada a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um fórum de coordenação política e econômica entre 12 das 15 ex-repúblicas soviéticas.
- Efeitos negativos ocorridos na Federação Russa após o fim da União Soviética:
  - Conflitos étnicos;
  - Tendência à fragmentação;
  - Problemas resultantes da transição para o capitalismo — inflação, recessão, desemprego e crescimento das máfias em vários setores da economia;
  - Sucateamento das empresas por falta de investimentos significativos;
  - Agravamento da pobreza;
  - Economia enfrenta sérias dificuldades.

## 08|

- a) A Península Coreana foi dividida ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, pelas forças aliadas, que puseram fim à dominação japonesa iniciada em 1905 com o Tratado de Eulsa, ampliada em 1910 com anexação do território ao Império Japonês, por forças de Tratado de Anexação Japão-Coreia.
- O objetivo dos Aliados era tornar independentes os coreanos, em conformidade com a Conferência do Cairo, de 1943, mas não havia consenso sobre o estabelecimento do novo país, quanto ao governo e ao regime político.

O paralelo 38°N, que coincidentemente fora a referência utilizada na proposta russo-nipônica para dividir a Península Coreana, serviu como divisor entre a área ocupada pelos soviéticos, ao norte, e pelos norte-americanos, ao sul.

Entre 1950 e 1953, a Guerra da Coreia, manifestação dos interesses estratégicos da Guerra Fria, do confronto Oeste x Leste, dividiu definitivamente a península em dois Estados antagonísticos: a República Democrática e Popular da Coreia – a Coreia do Norte, socialista, sob a influência da União Soviética, de regime não democrático, autoritário e militarista – e a República da Coreia – a Coreia do Sul, capitalista, sob influência dos Estados Unidos, a qual, três décadas após o fim da guerra, tornou-se um “tigre asiático”, país emergente, de industrialização recente, de grande investimento em tecnologia. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, tornou-se um Estado democrático de direito, ao contrário da Coreia do Norte, na qual boa parte dos investimentos estão voltados para o setor militar.

- b) O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP, estabelecido em 1968, é o acordo internacional que regula a questão nuclear na atualidade. A Coreia do Sul assinou e ratificou esse Tratado ainda na sua primeira década de vigência.

A Coreia do Norte aderiu ao TNP em 1985, mas denunciou-o em 2002. Realizou em 2006 e 2009 testes nucleares. Atualmente, desenvolve um programa nuclear considerado hostil pelos Estados Unidos e seus aliados.

- c) A Coreia do Norte, desde o colapso da União Soviética, teve sua situação de isolamento no cenário internacional agravada. A persistência em desenvolver um programa nuclear que ameaça a relativa estabilidade política da Ásia Oriental fez com que as Nações Unidas pressionassem o país, submetendo-o a um embargo comercial que, somando à precariedade de sua infraestrutura, fez com a situação de sua economia e de sua população se deteriorasse.

A Coreia do Norte é exportadora de armamentos, têxteis, produtos pesqueiros e metalúrgicos.

A Coreia do Sul é uma economia emergente, de industrialização tardia; trata-se de um “tigre asiático” cujo desenvolvimento econômico baseou-se em maciços investimentos externos atraídos pela possibilidade de exploração de sua mão de obra abundante. É um país global trader, ou seja, comercializa com o mundo todo, sendo uma plataforma de exportações. Os principais produtos exportados são eletro-eletrônicos, veículos automotivos, aço, embarcações e petroquímicos destinados principalmente a China, Japão e EUA.

## 09|

- a) A foto causou comoção internacional chamando atenção do mundo aos horrores da guerra, pelas bombas de napalms lançadas pelo governo Estadunidense. A menina queimada pelas bombas incendiárias se tornou símbolo da guerra do Vietnã

- b) A Indochina francesa era constituída pelos atuais países Camboja, Vietnã do Norte, Laos e Vietnã do Sul. O resultado da guerra foi a derrota da França e seus aliados vietnamitas, a independência dos três países que constituem a Indochina e a divisão do Vietnã em norte e sul. Antes a Indochina era colonizada pela França e o Japão (durante a Segunda Guerra Mundial). Depois da derrota da França, houve a descolonização.

A Guerra da Indochina teve lugar após a Segunda Guerra Mundial quando as forças do Partido Comunista, que haviam combatido contra a ocupação japonesa, iniciaram a luta pela independência do Vietnã da França.

## 10|

- a) O muro de Berlim foi construído pela República Democrática da Alemanha (RDA), em 1961, em um dos momentos mais críticos da Guerra Fria – a luta ideológica entre o Oeste capitalista, capitaneado pelos EUA, e o Leste socialista, dominado pela URSS; o muro de Berlim era a materialização da ‘Cortina de Ferro’ (fronteira ideológica) na Europa do pós-2ª Guerra Mundial, e impedia que a população de Berlim Oriental e de outros países socialistas (satélites socialistas) em órbita da superpotência URSS fugissem para Berlim Ocidental e o Ocidente em geral. Já o muro entre os Estados Unidos e o México, cuja construção se iniciou em 1994 durante o programa federal Operação Guardiã (em 2006, o muro possuía mais de 3 mil quilômetros) é uma ação dos EUA no período da chamada Nova ordem Mundial em que blocos econômicos são formados entre diferentes países, facilitando a criação de áreas de livre comércio; todavia, áreas de livre comércio como o NAFTA (México, EUA e Canadá) não permitem a livre circulação de pessoas, mas sim de produtos, mercadorias e capitais, o que mostra que esses migrantes são controlados intensamente pela potência do Norte.

- b) Enquanto os fluxos demográficos Leste-Oeste eram formados por população que vivia nos países socialistas do lado leste da ‘Cortina de Ferro’ (alemães orientais, poloneses, tchecos e eslovacos, romenos, búlgaros...) que buscava, nos países capitalistas do Oeste, o padrão de consumo que não possuía no lado socialista, os fluxos Sul-Norte estão associados à migração de população de países pobres (Sul) para os países ricos (Norte), além de se tentar coibir o tráfico internacional de drogas que, nessa fronteira, tem o maior fluxo do mundo. Enquanto o muro de Berlim foi construído para impedir a emigração (saída de população), o muro EUA-México tenta impedir a imigração (chegada de população).

## ENEM E VESTIBULARES PÁG. 229

01  D	06  C	11  C	16  D
02  B	07  A	12  C	17  B
03  E	08  D	13  E	18  A
04  A	09  C	14  A	19  D
05  A	10  B	15  B	

"Conte-me e eu esqueço.  
Mostre-me e eu apenas me lembro.  
Envolve-me e eu compreendo."

Confúcio

  
prepara  
enem



62 3877 3223 | 3877 3222



[WWW.GRUPOPREPARAENEM.COM.BR](http://WWW.GRUPOPREPARAENEM.COM.BR)

ISBN 978-85-88249-16-5



9 788588 249165

  
CLASSIS  
EDITORA